

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

**Nova Alta Paulista, 1930-2006:
entre memórias e sonhos.
Do desenvolvimento contido ao projeto político de
desenvolvimento regional**

Izabel Castanha Gil

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção do título de doutora em Geografia.

Presidente Prudente
2007

IZABEL CASTANHA GIL

**Nova Alta Paulista, 1930-2006:
entre memórias e sonhos.
Do desenvolvimento contido ao projeto político de
desenvolvimento regional**

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente
2007

Aos que me completam:

Gil,

Mirelle, Jaqueline, e Flávio Luiz.

Agradeco

A Deus, pela vida;

A meus pais (in memorian), pela simplicidade e exemplo de persistência;

A meus irmãos Osvaldo e Luzia, que me permitiram trilhar os caminhos do estudo;

A meu esposo e meus filhos, pela compreensão;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, pela firmeza e determinação;

Aos membros do Nera, pelo aprendizado constante;

À Erinati, Márcia e Ivonete, funcionárias da pós, pelo profissionalismo e atenção.

Aos amigos

Rubens Galdino da Silva e Carolina S. G. Galdino da Silva, pela troca de idéias;

Eunice L. Guimarães Lima, companheira de ideais, pela revisão dos textos;

Aos jovens

Aluizio Itamar Costa, pela sensibilidade e precisão técnica na arte final;

Anderson Vieira Silva, pela meticulosidade na tabulação dos dados censitários;

Fabiano Rodrigo Biffi, pelo rigor e dedicação no levantamento dos dados empíricos;

Flávio Luiz Gil, pelo apoio na compilação dos dados econômicos censitários;

Francine Brito Alves, pela dedicação na consulta aos arquivos jornalísticos;

João Paulo Barboza de Carvalho, pelo assessoramento nos recursos da informática;

Rafael Sposito Puerta, pelo assessoramento no trato dos dados estatísticos.

Às pessoas que contribuíram com seus depoimentos, informações, e inquietações;

Aos dirigentes e funcionários de instituições, pela disponibilização dos documentos, dados e informações;

À FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas), pela disponibilização dos laboratórios de informática e aparatos tecnológicos, facilitando os trabalhos de pesquisa.

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há aqueles que lutam toda a vida.
Estes são imprescindíveis.*

Bertold Brecht

Gil, Izabel Castanha.

Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional / Izabel Castanha Gil – Presidente Prudente, 2007.

395 f: il, graf. + mapa

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Orientador: Bernardo Maçano Fernandes

1. Nova Alta Paulista – desenvolvimento regional – região contida – desenvolvimento territorial – política regional de coesão. I. Gil, Izabel Castanha. II. Fernandes, Bernardo Maçano. III. Título.

SUMÁRIO

Lista de mapas	i
Lista de quadros.....	ii
Lista de tabelas	iii
Lista de gráficos.....	iv
Lista de figuras	v
Lista de siglas	vi
Comentários pós-defesa.....	vii
Resumo e palavras-chave	viii
Abstract and key-words	xix

Introdução.....	01
-----------------	----

Capítulo 1

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES E CONCEPÇÕES	18
1.1 Reflexões	18
1.2 Crescimento econômico ou desenvolvimento?	25
1.3 Território e territorialidade como base e expressão do desenvolvimento	30
1.4 Desenvolvimento territorial: conteúdo e forma.....	33
1.5 Desenvolvimento territorial em regiões contidas: a tentativa de construção de de um conceito.....	35
1.6 Desenvolvimento territorial e inserção ativa: algumas considerações	39
1.7 Região e território: as dimensões do desenvolvimento	42
1.8 O território como unidade de análise.....	50
1.9 O desenvolvimento regional sob o enfoque territorial	55
1.10 Os fundamentos contemporâneos do desenvolvimento regional	61
1.11 O desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista sob os princípios do desenvolvimento territorial.....	64

Capítulo 2

1930-1975: O EXTREMO OESTE PAULISTA E A FORMAÇÃO REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA	65
2.1. Levantamento bibliográfico de alguns estudos regionais.....	65
2.2. A gênese da pesquisa e a delimitação do recorte espacial: procurando compreender os problemas regionais	67

2.3. O extremo Oeste do Estado de São Paulo: noções de tempo e espaço.....	76
2.4. A Nova Alta Paulista e a (in)definição regional.....	81
2.5. A expansão da cafeicultura como fenômeno de expansão do capital.....	85
2.6. Desconsidera-se o trabalho nativo, busca-se o imigrante.....	86
2.7. O café ruma para o Oeste: os condicionantes físicos, as terras disponíveis e a grilagem.....	91
2.8. O capital empurra os trilhos e semeia os cafezais	97
2.9. Mingam as áreas livres, sobram os espigões: os pioneiros do terceiro setor.....	100
2.10. A territorialização do café no Extremo Sertão do Estado	104
2.11. Progresso e prosperidade no extremo Oeste do Estado de São Paulo.....	112
2.12. A relação cidade-campo e a territorialização da nova região.....	115
2.13. A ausência de planejamento governamental e os elementos internos da formação de uma região contida.....	128
2.14. O extremo Oeste paulista no contexto do Estado de São Paulo e os elementos externos da formação de uma região contida	132
2.15. O paradigma nacional de desenvolvimento à época da colonização do extremo Oeste paulista	137

Capítulo 3

1975-1996: UMA GEADA DESORIENTA A BÚSSOLA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REGIONAL	142
3.1. As dimensões do tempo das relações sociais na Nova Alta Paulista	142
3.2. A geada, o café, e o desenvolvimento regional após 1975: a busca de opções.....	144
3.2.1. Uva	158
3.2.2. Acerola	159
3.2.3. Maracujá	160
3.2.4. Seringueira.....	160
3.2.5. Café.....	161
3.2.6. Pastagem.....	164
3.3. A diversificação do terciário.....	165
3.4. A expansão das escolas técnicas e a instalação dos institutos isolados de ensino superior: a ausência de uma política acadêmica para o desenvolvimento regional.....	167
3.5. A indústria como saída: o modelo e seu arremedo.....	170
3.6. O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e suas implicações na Nova Alta Paulista.....	173
3.7. A criação da AMNAP como entidade política representativa da região.....	190
3.7.1. Metodologia utilizada para o resgate histórico da entidade e análise de sua influência no desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.....	190
3.7.2. A gênese	191
3.7.3. As associações de municípios em um ambiente federalista	193
3.7.4. A Nova Alta Paulista toma consciência de si mesma.....	204
3.7.5. AMNAP: cooperação, competição e resistência	208
3.7.6. Movimento pela reativação da ferrovia (Ramal de Jahú – trecho Bauru-Panorama).....	218
3.7.7. Construção da ponte sobre o rio Paraná	221
3.7.8. Não à AMNAP? A associação dos municípios em um ambiente político-administrativo descentralizado.....	223
3.7.9. AMNAP: resistência e realizações	227

Capítulo 4

1997 – 2006: A NOVA ALTA PAULISTA SOB A TENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	232
4.1. As emergências contemporâneas somam-se às incertezas	232
4.2. O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, o lado avesso do neoliberalismo, e a descentralização espacial dos presídios no Estado de São Paulo.....	234
4.3. As energias renováveis e o rearranjo espacial da Nova Alta Paulista	247
4.4. O desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista no contexto das energias renováveis	255
4.5. Transformações econômicas regionais recentes: os PIB municipais como indicadores	260

Capítulo 5

DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO NA NOVA ALTA PAULISTA: EM BUSCA DE NOVAS EXPERIÊNCIAS	271
5.1. Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local: algumas palavras.....	271
5.2. As raízes do desenvolvimento na Nova Alta Paulista e suas manifestações na atualidade	274
5.3. A identificação de agentes regionais catalisadores do desenvolvimento regional na Nova Alta Paulista	278
5.3.1. Vantagens e desvantagens da AMNAP na construção de um projeto político de desenvolvimento regional	279
5.3.2. A atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento.....	280
5.4. O papel das prefeituras nas pequenas cidades da Nova Alta Paulista.....	282
5.4.1. A experiência de Junqueirópolis: mobilização austeridade, realizações.....	284
5.4.2. A educação infantil como aliada do desenvolvimento local: aspecto legal e gestão social.....	290
5.4.2. A educação infantil como geradora de emprego	294
5.5. O papel das instituições regionais de ensino superior	302
5.6. Por uma política regional de coesão	304
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
7. BIBLIOGRAFIA	314

8. ANEXOS

I - AMNAP - Síntese das matérias coletadas nos jornais locais e nas atas disponíveis entre 1977 e 2007	326
II – Manifesto de Panorama.....	369
III – Manifesto São Paulo – Mato Grosso do Sul.....	370
IV – Estatuto AMNAP 2007	371
V – Censos Econômicos IBGE (Tabelas)	384
VI – PIB Municipais 1999-2004 (Tabelas)	406

Lista de mapas

1- Nova Alta Paulista	71
2- Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo.....	71
3- Nova Alta Paulista no Brasil	71
4- São Paulo – divisão regional	99
5- Evolução da cobertura florestal no Estado em São Paulo.....	102
6- São Paulo: aspectos físicos, principais cidades e rede ferroviária, cerca de 1930	106
7- Evolução da frente pioneira no espigão Feio-Aguapeí e Peixe – 1900-1950	107
8- A marcha do café.....	109

Lista de quadros

1- Um quadro moderno do ponto de vista territorial	60
2- Hexágono do desenvolvimento regional	62
3- PIB e IDH-M dos municípios da Nova Alta Paulista	74
4- Criação dos municípios da Nova Alta Paulista	111
5- Distância entre as cidades	119
6- O Estado de São Paulo no contexto nacional - 1901-1920	133
7- Evolução da indústria de transformação no Estado de São Paulo - 1907-1928.....	133
8- Evolução da população - quadro comparativo	174
9- As dez maiores arrecadações de ICMS do extremo Oeste paulista - maio de 1995	175
10- Movimentação vertical (extrarregional) da Amnap	229
11- Movimentação horizontal (intrarregional) da Amnap.....	229
12- Cidades-sede das assembleias e representadas na presidência da Amnap	230
13- Demandas reivindicadas pelas diretorias da Amnap.....	231
14- Ganhos da Amnap por meio de programas estaduais, sem atendimento específico às reivindicações da Amnap.....	231
15- Nova Alta Paulista - delitos 2000-2006 - Homicídio doloso e Furtos	245
16- Nova Alta Paulista - delitos 200-2006 - Roubos e Furto e roubo de veículos	246
17- Profissão das mães	295
18- Profissão dos pais	295
19- Geração de empregos na educação infantil	297
20- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 1999.....	406
21- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2000.....	407
22- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2001.....	408
23- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2002.....	409
24- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2003.....	410
25- Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2004.....	411

Lista de tabelas

1- NAP: aspectos demográficos	73
2- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940.....	384
3- Nova Alta Paulista: Censo Comercial (Atacadista e Varejista) 1950.....	385
4- Nova Alta Paulista: Censo Comercial (Varejista) 1960.....	386
5- Nova Alta Paulista: Censo Comercial (Atacadista) 1960	387
6- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1970.....	388
7- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1980.....	389
8- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1985.....	390
9- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940-1985 – N° de estabelecimentos	391
10- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940	392
11- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1950	393
12- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1960	394
13- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1970	395
14- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1980	396
15- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1985	397
16- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940-1985 – N° de estabelecimentos.....	398
17- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1940.....	399
18- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1950.....	400
19- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1960.....	401
20- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1970.....	402
21- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1980.....	403
22- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1985.....	404
23- Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1940-1985 – N° de estabelecimentos	405

Lista de gráficos

1- Produção de café na Nova Alta Paulista	148
2- Produção de café em Adamantina	148
3- Pessoal ocupado nas lavouras de café da Nova Alta Paulista	149
4- Pessoal ocupado nas lavouras de café em Adamantina.....	149
5- Brasil: população cafeeira e preços – 1960-1996.....	152
6- Nova Alta Paulista: população cafeeira e preços – 1946 – 1995	152
7- População total da Nova Alta Paulista	176
8 - Evolução da população urbana e rural da Nova Alta Paulista	176
9 - Principais produtos agrícolas da Nova Alta Paulista	177
10- Produção de café na Nova Alta Paulista	177
11- Evolução da cultura de café nos municípios da Nova Alta Paulista	177
12 a 15- Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940 – 1985	
Nº de estabelecimentos	179 a 180
16 a 19- Nova Alta Paulista: Censo de Serviços 1940 – 1985	
Nº de estabelecimentos	181 a 182
20 a 23- Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940 – 1985	
Nº de estabelecimentos	183 a 184
24 a 27- Nova Alta Paulista: PIB Municipal Agropecuário 1999 – 2004	265 a 266
28 a 31- Nova Alta Paulista: PIB Industrial 1999 – 2004	267 a 268
32 a 35- Nova Alta Paulista: PIB Municipal Serviços 1999 – 2004	269 a 270

Lista de figuras

1 a 4 – Tendências das energias renováveis	251 a 253
5- Última fronteira paulista para expansão do setor sucroalcooleiro	254

SIGLAS

ABPF	-	Associação Brasileira da Preservação Ferroviária
ACE	-	Associação Comercial e Empresarial
AIC	-	Acordo Internacional do Café
ALL	-	América Latina Logística
AMNAP	-	Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista
AMOP	-	Associação dos Municípios do Oeste Paulista
AMCOP	-	Associação dos Municípios do Centro-Oeste Paulista
ANTT	-	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APMCP	-	Associação de Preservação da Memória da Companhia Paulista
APTA	-	Agência Paulista de Tecnologia para o Agronegócio
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
ASPACO	-	Associação Paulista dos Criadores de Ovinos
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMDA	-	Cooperativa Mista da Região de Adamantina
CASUL	-	Cooperativa dos Cafeicultores do Sul de São Paulo Ltda
CATI	-	Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
CEPAM	-	Centro de Pesquisa e Amparo aos Municípios da Fundação Faria Lima
CNM	-	Confederação Nacional dos Municípios
CPDC	-	Conselho Deliberativo da Política do Café
CATENAP	-	Clube dos Amigos da Televisão da Nova Alta Paulista
CAZOLA	-	Cooperativa da Zona de Lucélia
CAC	-	Cooperativa Agrícola de Cotia
CAIC	-	Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização
CEETEPS	-	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CFC	-	Conselho Federal de Contabilidade
CESP	-	Centrais Energéticas de São Paulo
CGICB	-	Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil
COMAP	-	Consórcio dos Municípios da Alta Paulista
COREDE	-	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPEF	-	Companhia Paulista de Estrada de Ferro
DAEE	-	Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo
DEINTER	-	Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior
DER	-	Departamento de Estradas de Rodagem
DIRA	-	Delegacia Regional Agrícola
DNIT	-	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
ERI	-	Escritório Regional de Integração
ERPLAN	-	Escritório Regional de Planejamento
ESEFAT	-	Escola Superior de Educação Física de Tupã
FACAT	-	Faculdade de Ciências Econômicas e Gerenciais de Tupã
FADAP	-	Faculdade de Direito da Alta Paulista
FAESP	-	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FACESP	-	Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
FAFIA	-	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina
FAFIT	-	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tupã
FAI	-	Faculdades Adamantinenses Integradas
FEBEM	-	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FEO	-	Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina
FEPASA	-	Ferrovias Paulista S.A
FERROBAN	-	Ferrovias Bandeirante S.A.
FIESP	-	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPM	-	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEC	-	Fundação Dracense de Educação e Cultura
IAA	-	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAC	-	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	-	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	-	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	-	Instituto Nacional de Previdência e Seguridade Social
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
PDS	-	Partido Democrático Social
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNOT	-	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	-	Plano Plurianual
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PNDR	-	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
RA	-	Região Administrativa
RFFNOB	-	Rede Ferroviária Federal Noroeste do Brasil
RMSP	-	Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	-	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE	-	Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SUDECO	-	Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
TELESP	-	Telefonia de São Paulo S.A.
UDOP	-	União dos Produtores de Bioenergia (nomenclatura incorporada em 2007. Anteriormente lia-se Usinas e Destilarias do Oeste Paulista)
UPNAP	-	União dos Prefeitos da Nova Alta Paulista

COMENTÁRIOS PÓS-DEFESA

O ritual de defesa pública de uma tese de mestrado e doutorado tem a função de submeter a pesquisa realizada a alguns representantes da comunidade científica, que analisam e fazem suas arguições, julgando-a própria ou imprópria ao domínio público. Nesse momento, interagem todos os intelectuais envolvidos. O pesquisador avaliado recebe as observações de outros pesquisadores, o orientador revela seus pressupostos teórico-metodológicos diluídos no trabalho apresentado, e os pesquisadores avaliadores têm a oportunidade de atualizar conceitos e discussões. A sociedade, ao final, passa a dispor de mais um instrumento de análise.

Por força dos aspectos operacionais do processo, o momento da defesa, apesar de pública, resume-se a um pequeno número de pessoas. Nem sempre são feitos registros audiovisuais e a riqueza do debate perde-se em anotações do defendente e de seu orientador. Algumas contribuições são relevadas e inseridas na versão final da tese, outras se perdem no tempo.

Considerando que o conhecimento é uma construção e que as convicções científicas são, também, instrumentos de poder, optou-se (orientador e orientada) por registrar alguns apontamentos relevantes feitos pelos membros da banca. Suas contribuições servem de alerta (nenhuma pesquisa é completa) e como referência para outros que estão desenvolvendo suas pesquisas. Coloca-se, também, um breve currículo de cada dos membros da banca, contextualizando-os como cientistas e como cidadãos.

Prof. Dr. RUBENS GALDINO DA SILVA. Historiador. Professor de Filosofia do Direito e coordenador do núcleo de pesquisas jurídicas da FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas)

O professor Rubens sugere que o título se limite à primeira parte: *Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos*. Para ele, o conteúdo da tese remete ao movimento de homens e mulheres que migraram para o Oeste paulista (memória). Os sonhos do passado mantêm-se no presente: a esperança de um futuro melhor. Isto bastaria.

Apesar de a poesia estar presente até no movimento mais rude de um trabalhador, opta-se por manter o título na sua forma original, pois se considera que a primeira parte se remete à natureza subjetiva que permeia a decisão e a coragem de rumar-se para o desconhecido, mesmo que esta atitude seja consequência de motivos materiais de

sobrevivência. A segunda parte – *Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional* – remete-se ao conteúdo científico da pesquisa, inscrito já na página inicial do trabalho. Tal registro teria a função de apontar ao leitor a tônica do trabalho.

Uma outra observação deu-se em relação a um dado histórico impreciso apresentado ao longo do texto. Originalmente, escreveu-se que os trilhos da CPEF pararam em Lucélia durante algum tempo, antes de seguir para o Oeste, passando por Adamantina. Neste caso, Lucélia teria se tornado “cidade ponta de trilho”. O historiador adverte que, em 1928, foi inaugurada a estação ferroviária de Tupã e, de lá, os trilhos seguiram em direção à barranca do rio Paraná. Por uma questão de ordem operacional, o avanço acontecia gradativamente, mas não houve uma parada estratégica em Lucélia. Forças políticas locais mobilizaram-se para que isto ocorresse, com o intuito de bloquear o desenvolvimento de Adamantina, que seria a próxima estação, distando, apenas, sete quilômetros daquela cidade. Tal fato aponta para a imprecisão que pode conter um trabalho científico, desmistificando a idéia de verdade absoluta que a ciência pode suscitar.

Referindo-se a Pierre Monbeig, em seu clássico *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, quando este discute a natureza das franjas pioneiras, Galdino levanta a questão do caráter efervescente de uma área em fase de colonização. A oportunidade de negócios e de prosperidade que as terras férteis e baratas proporcionam, suscita esperanças e cobiças, atraindo pessoas e empreendimentos. Há, no entanto, uma tendência natural à acomodação, o que, no caso da Nova Alta Paulista, também poderia ter contribuído para a estabilização das décadas posteriores.

Trata-se de uma inferência bastante apropriada. A acomodação é uma tendência inerente a qualquer processo, porém, na Nova Alta Paulista, ela ganhou contornos que contribuíram para o desencadeamento de um desenvolvimento contido e, por extensão, de uma região contida. O caráter comercial e meramente especulativo do negócio das terras e a visão dos migrantes focada mais na ocupação dessas terras e na consolidação de sua condição de proprietário, a política local, centrada em obter vantagens imediatas, o empresariado dedicando seus esforços ao retorno imediato de seus investimentos, e a ausência de políticas públicas estaduais e federais, que garantissem a estruturação dos elementos fundantes de um desenvolvimento sustentável, contribuíam para que a conjuntura dos momentos posteriores (geada de 1975, concentração industrial na RMSP, crise fiscal do Estado, esgotamento do nacional desenvolvimentismo, entre outros) se fizesse sentir de maneira mais intensa naquela porção do território paulista. Durante a colonização, não se estruturaram suficientemente os aparatos basilares do desenvolvimento (entre eles a instalação de centros universitários

dedicados à Pesquisa e Desenvolvimento), nem se articulou uma rede de cooperação intrarregional capaz de gerar energia suficiente para desencadear novos processos, dessa vez centrado no próprio lugar. Como consequência, a evasão populacional, o desmonte da organização da agricultura originalmente implantada e a dificuldade em se dinamizar a economia regional, foram inevitáveis.

Prof. Dr. ELPÍDIO SERRA. Geógrafo. Professor do Departamento de Geografia da UEM (Universidade Estadual de Maringá).

Fez algumas observações quanto aos aspectos técnicos do trabalho apresentado, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. Destacou que, na pesquisa sobre a formação econômica e social de uma área territorial, não apareceram os conflitos de terra, comuns no Oeste paulista. Eles não existiriam na Nova Alta Paulista ou teriam sido negligenciados?

Durante a pesquisa, contataram-se órgãos oficiais (ITESP, INCRA, Procuradoria do Estado em Presidente Prudente e Marília) e militantes do MST para averiguar esta temática. Constatou-se o registro de alguns casos de irregularidades documentais de posse em Paulicéia e Tupi Paulista, onde há algumas ocupações de terra. No conjunto da Nova Alta Paulista, essas ocupações não adquirem uma dimensão significativa, como áreas vizinhas (Andradina e Pontal do Paranapanema), onde os conflitos são exponenciais.

Tal fato carece de estudos específicos, o que não se constituía em objeto de análise. Relacionando essa aparente estabilidade na estrutura fundiária regional com o seu desenvolvimento, pondera-se que esta seja resultante da própria condição de desenvolvimento contido. O conflito está latente, porém adormecido num contexto econômico-social pouco acelerado quando comparado com outros mais dinâmicos.

Prof. Dr. EVERALDO MELLAZZO. Economista. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Planejamento da Unesp – Presidente Prudente.

Seus questionamentos são instigantes: Se o desenvolvimento passa pela luta de classes, por que ela não foi objeto de análise? Os estudos apontam para estruturas e conjunturas que contribuíram para uma condição de desenvolvimento contido. Qual seria o desenvolvimento não contido? Quais potencialidades não se realizaram? Ao descortinar os elementos de um desenvolvimento contido, onde a pesquisadora pretende chegar?

Tais inquisições levam a novas reflexões, apontando para posicionamentos futuros, denotando o caráter dinâmico do conhecimento. Em relação ao primeiro questionamento, ao se definir as problematizações que norteariam e moveriam a pesquisa, optou-se por buscar a

apreensão do desenvolvimento regional numa perspectiva macro. Talvez a carência de estudos regionais tenha influenciado tal decisão, uma vez que se dispõem de poucos dados sistematizados sobre essa área do território paulista. Acreditou-se que, dessa forma, contemplar-se-ia mais facilmente a interação dos principais agentes do desenvolvimento: o Estado, a sociedade, as instituições, e o empresariado.

O desenvolvimento não contido, indagado pelo pesquisador, remete a reflexões de ordem prática e outras de natureza ontológica. Comparando os indicadores socioeconômicos, na Nova Alta Paulista predominam resultados inferiores à média do Estado de São Paulo: PIB Municipal, renda per capita, produtividade agrícola, entre outros. Neste caso, o desenvolvimento que se deseja contempla a possibilidade de se avançar, alterando esse ranqueamento e se revertendo em melhor qualidade de vida. Tal avanço desdobrar-se-ia em ganhos quantitativos e qualitativos. A constatação de desenvolvimento contido, no entanto, não se limita a estes aspectos. A concepção de desenvolvimento é eminentemente política, passando também pela visão de mundo de quem a concebe. Há os que ganham com a condição desfavorável de desenvolvimento em que vivem os diferentes grupos humanos; há quem tire proveito da degradação ambiental do solo e da água, enquanto esta se constitui numa ameaça coletiva.

Para esta pesquisadora, o desenvolvimento deve pautar-se na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Deve, ainda, ser equânime para proporcionar condições dignas de vida e de trabalho a todos aqueles que vivem e convivem naquele lugar. Há, então, que se buscar a instrumentalização de pessoas e instituições para que induzam suas ações, o ordenamento burocrático, e o foco da gestão para o bem comum.

Quanto aos objetivos desta pesquisadora com este trabalho investigativo, dá-se a ele o caráter condicional de meio e não de fim. O por fazer é infinito. Atendo-se ao desenvolvimento da Nova Alta Paulista, a intenção é contribuir para que grupos locais tenham mais um elemento para reflexão. Há que se definir algumas urgências (e isto deve ser feito coletivamente): a constituição de uma região administrativa é uma forma de se conquistar mais autonomia? Em caso afirmativo, o atual modelo satisfaz? Como fortalecer uma articulação intra-regional em rede, de modo a encadear possibilidades de desabrochamento de suas potencialidades? Os passos futuros caminham na direção de buscar resposta coletiva a esses questionamentos vitais.

Prof. Dr. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO. Geógrafo. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – Presidente Prudente.

Eliseu fez observações quanto às falhas organizacionais e textuais da tese, favorecendo a sua apresentação estética e literária. Sua contribuição teórica aponta para uma questão central no desenvolvimento da Nova Alta Paulista: o papel das instituições de ensino superior. Afirmou-se, no trabalho, que a FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) tem potencialidade imediata para assumir esse papel. Dispõe de estrutura física, laboratorial, e acadêmica apropriada para os desafios das demandas regionais. Outras faculdades também apresentam condições similares, embora um pouco menos aparelhadas. Consideram-se, neste grupo, os dois campus da Unesp (Dracena e Tupã), instalados em 2003. Pergunta o professor: apesar da titulação de um percentual significativo dos docentes, há condições reais para se dedicarem à pesquisa? Essas pessoas estão realmente disponíveis para se dedicarem à pesquisa e à extensão? Há projetos institucionais que abrigam programas geradores de desenvolvimento? Em outras palavras: essas faculdades são o que pensam que são?

A resposta é não. Há um universo estrutural a ser construído. Estes questionamentos estendem-se aos órgãos técnicos estaduais, ao preparo dos componentes das câmaras municipais para legislarem sobre questões basilares do desenvolvimento, como lei de uso do solo, composição orçamentária e tributária, legislação ambiental e expansão das bioenergias, entre tantas outras. Como se vê, o desenvolvimento regional apresenta-se incipiente e frágil em sua estruturação basilar.

Prof. Dr BERNARDO MANÇANO FERNANDES. Geógrafo. Professor do Departamento de Geografia e do Programa Pós-Graduação em Geografia da Unesp Presidente Prudente. Pesquisador responsável pelo Núcleo de Pesquisas sobre Reforma Agrária/Unesp.

Destaca-se, aqui, a atividade de orientação, e o papel do professor orientador durante a fase da pesquisa e após a defesa. Esta ação reveste-se de um aspecto didático-pedagógico peculiar à atividade de orientação, ao mesmo tempo em que encerra um conteúdo eminentemente político. As orientações podem ser concebidas como fim ou como meio. Como fim, o contato entre orientador e orientado se encerra na defesa. Como meio, esta é a conclusão de uma etapa e a abertura de outra, agora mais abrangente e eivada de possibilidades.

As reuniões de orientação possibilitam reflexões sobre noções iniciais, ainda imprecisas, retiradas da realidade estudada para a elaboração conceitual com base em amplo referencial teórico. Trata-se de uma construção em que ambos – orientador e orientado –

definem objetivos, (re)orientam problematizações e hipóteses, amadurecem idéias e, por fim, constroem conceitos.

Deve-se também ressaltar a contribuição da banca durante a etapa de qualificação, apontando fragilidades e sugerindo novos elementos. A última fase, que coincide com a análise dos dados coletados e com o amadurecimento das reflexões, estreita-se numa síntese apresentada no momento da defesa. Trata-se, mais uma vez, de encerramento de uma etapa e início de outra, desencadeando um movimento espiralado, cunhando a natureza do conhecimento científico.

Resumo

O desenvolvimento, apesar da completude que o termo encerra, ocorre de modo desigual entre as diferentes áreas e regiões. Segundo a lógica monopolística que embasa os processos sociais e econômicos, a sociedade empreende as configurações espaciais e territoriais que se nos apresentam no cotidiano. A Nova Alta Paulista, localizada no extremo Oeste paulista, configurou-se nas décadas medianas do século XX, concomitante à urbano-industrialização em curso na região metropolitana comandada pela capital. Fatores externos, como as macro-tendências internacionais, além das ações governamentais inspiradas no nacional-desenvolvimentismo, aliados a fatores internos, como alguns aspectos locais, as políticas locais, e o predomínio de uma cultura resistente ao fortalecimento das articulações intrarregionais, contribuíram para uma configuração socioeconômica secundária no contexto estadual. O momento sinaliza transformações profundas na atual organização espaço-territorial, alertando para a necessidade de estudos de impacto sobre o impacto no desenvolvimento regional. Nesta pesquisa, estabeleceram-se como objetivos: analisar como se deu a formação econômica e social da Nova Alta Paulista para compreender a sua configuração atual; investigar a adequação do conceito de região contida para denominar a sua caracterização socioeconômica e político-cultural; utilizar o novo conteúdo que perpassa a idéia de território, compreendendo-o como uma formação social resultante das relações de poder que se estabeleceram e que se estabelecem num determinado tempo e lugar, atribuindo o enfoque territorial ao desenvolvimento; investigar se a concepção atual de desenvolvimento regional, denominado desenvolvimento endógeno, conseguirá territorializar-se, a partir dos movimentos socioespaciais empreendidos pelos grupos e segmentos locais em conflito com as forças hegemônicas da atualidade. Procurou-se estabelecer objetivos que contemplem a formação regional em suas relações internas e externas, num esforço para se desvendar a realidade sob a dimensão espaço-temporal, em três momentos: o da colonização e estruturação econômico-político-sócio-cultural (1930-1975), o da desarticulação econômico-social (1975-1996) e o atual, em fase de redefinição econômico-político-social (1997-2006). A periodização deveu-se à necessidade de se estabelecer recortes temporais como recurso metodológico para facilitar a análise. A confluência de fatores internos e externos resultando na caracterização regional identificada inspirou a elaboração do conceito de região contida, averiguado ao longo da pesquisa. Acredita-se que para a superação das “amarras” que se colocam como obstáculo a um desenvolvimento mais equânime, há a necessidade do estabelecimento de uma política regional de coesão. Para isso, se considera a importância da articulação das forças políticas e utilização de recursos econômicos, com ênfase nos aspectos culturais das pessoas e instituições, de modo a empreender e subsidiar projetos que estimulem iniciativas diversas e promovam bem-estar à coletividade.

Palavras-chave: Nova Alta Paulista – desenvolvimento regional – região contida – desenvolvimento territorial – política regional de coesão.

Abstract

Development, despite the completion the term incites, occurs unequally in the midst of different areas and regions. According to the monopolistic logic that bases the social and economical process, society understakes the environment wich we are daily exposed to Nova Alta Paulista, located in the farwest of the state of São Paulo, was developed in the mid of the twentieth century, together with the urban industrialization on course in the metropolitan area in state control. External factors, such as the international conjuncture, besides the government's move inspired by the national development trend, combined with internal factors, such as certain characteristics of the environment, local policies, and the predominance of a resistant conception to the consolidation of regional debates, contributed to a minor socioeconomical situation in the context of the state. Current affairs are leading us to important changes on environmental and territorial organization under the tendency to renewable sources of energy. Such fact demands reflection and study on its impact over development in the region. In this study, the objectives were to analyse how the socioeconomical development of Nova Alta Paulista took place to understand its current face; to examine the adjustment to the idea of a suppressed region to designate its socioeconomical and political cultural characteristics; to make use of a new approach that suprpasses the conception of territory, conceiving it as a social development which results from the conception of region to a territorial notion; to verify If the idea of regional development, named endogeneous development, will be able to territorialize, beginning with the socioeconomical actions under taken by local parties and segments in conflict with current hegemonical powers. Objectives which ponder the regional aspects both in its external and internal relations, in an effort to unveil the facts in the time – environment situation in three stages: colonization and socioeconomical-political-cultural structure (1930-1975), socioeconomical disarrangement (1975-1996), and currently, in a stage of socioeconomical-political reorganization (1997-2006). The periodization was due to the need of establishing time intervals to favours the analysis. The confluence of internal and external factors having as a result the regional characteristics identified inspired the elaboration of the conception of a suppressed region, examined during the study. It is believeved that in order to “break with the chaims” that are an obstacle to a more equal and fair development it is necessary to establish a cohesive regional policy, articulating political powers and economical resources, emphasizing cultural traits of people and institutions, in order to undertake and subsidize, projects which stimulate initiatives and promote collective welfare.

Key-words: Nova Alta Paulista – regional development – suppressed region – territorial development – cohesive regional policy.

Introdução

Por que estudar o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista? As relações sociais, em seus aspectos históricos e geográficos, aí incluindo o cotidiano das pessoas em suas relações com o outro, com as instituições, e com a natureza, guardam a magia da realização da vida ao mesmo tempo em que desenham paisagens que marcam as civilizações. O conteúdo dessas paisagens constitui os espaços produzidos pela dialética dessas inter-relações. Nesses espaços, permeados de interesses que engendram as co-relações de forças, formam-se os territórios. Produtoras e produtos de complexas teias de relações, as pessoas reproduzem padrões e, ao mesmo tempo, demonstram originalidade, inaugurando o novo e perpetuando estruturas.

Estudar o desenvolvimento permite compreender essas estruturas, identificando-lhes os aspectos transitórios e os permanentes e de que forma eles interferem nos fluxos da sociedade. Compreender esse mecanismo e denunciar suas amarras constituem-se num compromisso do cientista social, principalmente em países com gritantes contradições, como o Brasil. Quando os esclarecimentos possibilitam a pessoas e instituições a tomada de consciência sobre o seu papel e o desvirtuamento em que podem incorrer, atingiu-se o objetivo numa pesquisa comprometida com a coletividade.

O tempo presente, em suas evidências de esgotamento de modelos que se consideravam equivocadamente como seguros, reforça a idéia da importância de valorização do lugar, a qual, por sua vez, suscita a necessidade de se pensar o desenvolvimento em bases mais engajadas com o compromisso de cada um, incluindo aí as pessoas, as instituições, os empreendimentos privados, e o Estado. Pensar o lugar sob a perspectiva da equidade e da justiça social é atribuir-lhe a condição de sustentabilidade. O desenvolvimento ganha, então, o centro dos debates.

Neste trabalho, destacou-se um fragmento do território brasileiro e paulista em seus aspectos múltiplos, considerando que no lugar se interceptam todos eles. Ao identificarem-se os elementos universais contidos no desenvolvimento de uma área espacialmente delimitada, busca-se contribuir para que os atores sociais envolvidos possam ampliar seus horizontes, rompendo escalas e inserindo-a integralmente na realidade maior. É, pois, nessa “ponte” que se pretende atuar nesta investigação científica.

A Nova Alta Paulista é uma área do Estado de São Paulo, que busca incansavelmente o seu reconhecimento político junto ao governo estadual como área independente das regiões administrativas a que pertence, e pela sua vitalização econômica e social. Formou-se no crepúsculo da economia cafeeira e na aurora da economia urbano-industrial brasileira, entre as décadas de 1930 e 1960. A primeira, em declínio, não reunia mais forças para vitalizá-la; a segunda canalizava todas as suas energias para os pólos de aglomeração. A população que primeiro a ocupou, em sua maioria, fugia das contradições engendradas nas áreas cafeeiras consolidadas, que expulsavam os camponeses à medida que concentravam riquezas; a massa populacional (especialmente em idade ativa), formada no interior da nova área colonizada, foi tragada pelas forças das áreas que se dinamizavam com a concentração da atividade industrial.

Conhecer a trajetória histórica e as lutas das pessoas para fazer valer os ideais que as motivaram a ocupá-la no passado, bem como as lutas do presente, para validar antigos e novos anseios e necessidades, permite compreender a sua resistência e os caminhos percorridos para a realização desses ideais. Nesse percurso, o liame tecido pelas inter-relações entre os diferentes atores sociais revela a originalidade e os equívocos de pessoas, grupos e comunidades em movimento, na luta pela configuração de um território: o território da Nova Alta Paulista.

A luta pelo território da Nova Alta Paulista tem um significado espacial, quando reivindica a criação de uma região administrativa independente. Esta luta pelo território, em seu sentido conceitual contemporâneo, adquire dimensões maiores: conquistar reconhecimento político junto aos governos centrais, especialmente o estadual; romper

amarras orçamentárias, como o atual repasse de verbas pelo critério da proporcionalidade (municípios que arrecadam mais impostos obtêm repasses maiores); priorização das áreas mais dinâmicas para investimentos de recursos públicos, principalmente em infra-estrutura; descontinuidade das políticas públicas, comprometendo o andamento de projetos e programas; a ausência, inadequação ou insuficiência das ações de apoio às iniciativas locais, quase sempre baseadas nos pequenos empreendimentos rurais e empresariais, resultando na fragilidade desses segmentos. Nesse contexto, áreas que se formaram de modo desvantajoso, desguarnecidas de recursos e equipamentos que possam fortalece-las para uma competição mais equilibrada, ficam à mercê das forças hegemônicas, o que contribui para reproduzir e perpetuar a sua condição secundária.

A percepção dessas relações desiguais ocorre em momentos e em intensidades diferentes pelas pessoas e segmentos, levando-os a empreender lutas constantes e a engajarem-se em lutas maiores, também de modo diferenciado. Esse fato indica a inevitável formação de diferentes territórios no interior de uma mesma comunidade e de uma mesma área, o que garante o aspecto plural da totalidade. Politicamente, a ausência de um eixo de desenvolvimento estabelecido pela sociedade, por meio de seus agentes catalisadores e coordenado pelos dirigentes por ela escolhidos, faz com que as lutas estruturais derivadas e voltadas aos interesses comuns acabem ocorrendo de modo desarticulado, o que dificulta a sua efetivação e a sua convergência aos propósitos iniciais.

Todas essas questões são inerentes ao desenvolvimento de qualquer sociedade ocidental contemporânea, principalmente daquelas historicamente forjadas nas contradições imanentes da divisão internacional do trabalho. Desvendar-lhes as mazelas contribui para superar amarras, transpondo barreiras elementares que obstruem a realização da vida de modo mais equânime, levando as pessoas a serem mais felizes e convivendo com a natureza de modo mais harmonioso.

A palavra que catalisa toda essa concepção e a sua manifestação exteriorizada espacialmente é *desenvolvimento*. Considerando-o como uma terminologia que encerra completude, o desenvolvimento só pode ser humano e sustentável. Esse caráter de completude de seu significado expõe a redundância de qualquer adjetivo que se queira agregar; ganhando, então, a conotação de multidimensionalidade. As expressões desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional, ou desenvolvimento internacional referem-se a escalas de análise. Apesar de cada uma delas possuir suas especificidades, o desenvolvimento contém várias unidades dialéticas, entre elas o fato de não acontecer simultaneamente em todos os lugares e segmentos, sendo que, em alguns deles, ele perdura

indeterminadamente como aquém das condições desejáveis à dignidade humana. A luta pelo desenvolvimento, embora nem sempre leve este nome, é, sempre, uma luta pela vida.

A formação regional da Nova Alta Paulista é um exemplo concreto de espacialização dessa dialética: de um lado, a formação da metrópole paulista como um pólo de aglomeração, na mais convincente mostra do paradigma do nacional-desenvolvimentismo iniciado no pós-guerra; de outro, a aniquilação de áreas cuja dinâmica não se coaduna perfeitamente à lógica estabelecida. Assim, para legitimar prioridades (a concentração industrial como fator de desenvolvimento), os governos centrais (do Estado de São Paulo e federal) destinaram recursos prodigiosos à metrópole paulista, enquanto algumas áreas, particularmente a Nova Alta Paulista, prescindiam de investimentos essenciais. Se, por um lado, o foco do núcleo estratégico do poder instalado nas esferas superiores materializava o paradigma em voga, por outro, a articulação da política da área prejudicada não alcançava a dimensão das conseqüências futuras. Não se pode deixar de reconhecer a precocidade das cidades que se formavam naquela época, absortas nas suas necessidades mais elementares, e a cultura individualista que marcou a sua colonização, fatos que contribuíam para que se reforçassem profundas desigualdades regionais no território paulista. As lutas pela conquista de equipamentos regionais e locais basilares às jovens cidades confundiram-se com as lutas pela superação das desigualdades regionais, embora nem mesmo as lideranças políticas e comunitárias o tenham percebido com clareza.

A observação desses aspectos dá a dimensão da complexidade e da abrangência que a idéia de desenvolvimento suscita. Aos planejadores de ações voltadas à coletividade, em qualquer das escalas: local, regional, nacional ou mundial, é imprescindível a compreensão desses mecanismos para vislumbrar as suas especificidades e a sua interdependência, quando a intenção é criar políticas e programas que contemplem todos os atores sociais e a preservação dos recursos que lhes servem de substrato. Aos intelectuais colocam-se os desafios da reflexão teórico-metodológica voltada à compreensão desses conceitos e mecanismos de ação, procurando aclarar interpretações confusas e evitar equívocos.

Considerando a dinamicidade do desenvolvimento, cujo significado se altera em função da conjuntura de uma determinada época, há a necessidade de se discuti-lo na atualidade, num contexto redefinido pelas intensas transformações desencadeadas no bojo da Nova Ordem Mundial e, por conseqüência, pelos rearranjos políticos, sociais, econômicos e culturais empreendidos e vivenciados nos últimos anos.

Um novo conteúdo, então, emana das relações sociais, suscitando discussões que apontam para a necessidade de revisão de noções e concepções que dêem conta de

compreender essa nova realidade que se manifesta, ainda, carente de interpretações. A realidade brasileira, precarizada pelas assimetrias sociais e pela degradação ambiental potencializadas pela hegemonia das relações de mercado, suscita a urgência de se rever o papel do Estado e da própria sociedade civil, apontando a obsolescência das relações verticalizadas entre ambos. Em termos de desenvolvimento, essas relações se materializaram, nas décadas medianas do século XX, em forma de planejamentos centralizados, burocráticos e autoritários, pouco reconhecedores do protagonismo de todos os atores sociais envolvidos. Cidades surgiram e regiões configuraram-se nessa lógica, como é o caso da Nova Alta Paulista.

Alguns pressupostos teóricos aplicados à compreensão da produção espacial e territorial da Nova Alta Paulista esclarecem a sua configuração como área com desenvolvimento dependente e contido pela intersecção de fatores externos e internos. A intensificação de tais fatores leva-a a inserir-se desvantajosamente, para a maior parte da população, na divisão territorial do trabalho. Dessas contradições emanam as suas lutas políticas, sociais, e econômicas, configurando um permanente movimento socioterritorial, valendo-se de iniciativas e movimentos socioespaciais.

Principalmente a partir de meados dos anos de 1990, percebem-se tendências de rearranjos regionais nas atividades agrárias, base histórica de sua organização econômica, quais sejam a expansão da fruticultura nas pequenas propriedades, e da agroindústria sucroalcooleira de modo generalizado; nas atividades urbanas, a sofisticação do terciário, destacando-se a ampliação do ensino superior, a remodelação do setor comercial, e, na segurança pública, a recepção de presídios.

A ciência geográfica pode oferecer importante contribuição aos estudos do desenvolvimento, propõe-se, então, o estudo do desenvolvimento regional sob o enfoque geográfico, considerando a dimensão territorial como categoria de análise, configurando o chamado desenvolvimento territorial. A conjuntura que se desenha desde meados da década de 1980, engendrada pelo contexto mundial pós-guerra fria no mundo e no Brasil, imprimiu mudanças estruturais perceptíveis, inclusive, na escala do lugar: a abertura democrática condicionada à descentralização político-administrativa favorece o fortalecimento de atores locais; a revolução técnico-científica facilitou o acesso à informação e aos bens e serviços de melhor qualidade; os mercados mundializados promovem rearranjos na localização e nas formas de produção, alterando a configuração espacial e territorial regional.

Nesse contexto, é iminente a obsolescência de alguns conceitos e a emergência de outros. Paradoxalmente, a globalização, capitaneada pelas grandes corporações, favorece as

fusões e o agigantamento de empresas, sugerindo uma homogeneização das economias e dos espaços. Ao mesmo tempo, se percebe uma reação a essas ações homogeneizadoras, incitando a auto-afirmação das diferenças, ou seja, a reafirmação de identidades, fazendo emergir os territórios.

As transformações locais e regionais recentes apontam para a iminência de rearranjos espaciais, econômicos, sociais, políticos e ambientais, tendo como motor o capital monopolista que se territorializa, principalmente na área em foco, com a expansão da cana-de-açúcar, atraído pelos preços acessíveis das terras degradadas e subutilizadas, pela numerosa oferta de mão-de-obra barata e semiqualficada, e por uma massa de pequenos agricultores com média etária superior a cinquenta anos, que não oferece grande resistência à nova “onda” que se aproxima. O impacto dessas mudanças carece de análise e a redefinição do desenvolvimento desses municípios, com as suas respectivas populações, depende do que se pensar e de como se agir hoje.

O desenvolvimento, como se vê, adquire *status* de fim e de meio, ao deixar de ser mera energia emanada do movimento desencadeado pelas pessoas, para se transformar em necessidade de ordenamento da sociedade, estabelecendo limites individuais de direitos, impondo deveres, e normatizando ações, de modo a tentar garantir o acesso de todos às condições basilares de sobrevivência. A essência ontológica dessa condição esbarra no modelo de sociedade historicamente construído, que transformou em bem particular os recursos indispensáveis à realização da vida (solo, água, madeira, minérios), condicionando, assim, o acesso a eles somente por meio de um outro recurso, criado pela própria sociedade, o dinheiro.

Consideram-se, neste estudo, os municípios membros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP-, sua principal representação política desde 1977. Numa área de 8.484 km², distribuída em trinta municípios, vivem 362.573 habitantes (IBGE, Censo 2000), sendo que cerca de 85% residem nas cidades. De formação recente (após 1930), essa área viveu, em poucas décadas, três fases distintas: um intenso processo de colonização, entre as décadas de 1930 e 1960, uma rápida desaceleração e desarticulação de sua economia nas décadas de 1970 e 1980, e a manifestação de rearranjo, principalmente espacial, econômico e social, a partir do final da década de 1990.

Ostentando expressivos dados qualitativos da realidade brasileira (altos índices de escolaridade e longevidade, por exemplo, apresentados ao longo do trabalho) e contrapondo outros bastante indesejáveis, entre eles os de evasão populacional e baixa oferta de emprego, a Nova Alta Paulista busca, com dificuldades, articular segmentos e instituições por meio de

estratégias endógenas, com segmentos e instituições regidos por estratégias exógenas, entre elas, as próprias políticas públicas elaboradas pelos governos centrais, além das tenazes investidas do capital hegemônico. Tais articulações demonstram a complexidade das relações horizontais e verticais que a população e as lideranças empreendem entre si e com as esferas superiores.

Transformando essas preocupações em objeto de análise acadêmica, foram estabelecidos questionamentos que direcionaram a pesquisa e elaboradas hipóteses para averiguação ao longo do estudo. Quatro problematizações foram delimitadas como eixos para as investigações:

- 1- A Nova Alta Paulista é uma região política de formação econômica e social recente, datando das décadas medianas do século XX. Nos decênios de 1940 e 1950, especialmente, ela conheceu uma explosão de desenvolvimento, surgindo dezenas de vilas, patrimônios e distritos, sendo que a maioria deles conquistou emancipação política, tornando-se município. Esse “surto” de desenvolvimento, no entanto, foi breve e começou a declinar já no final da década de 1960. Que mecanismos e forças agiram à época da colonização e quais agem, na atualidade, contribuindo para um desenvolvimento econômico e social inferior à média do Estado de São Paulo?
- 2- Em busca de referenciais teóricos que permitam a análise das dificuldades para inserção ativa da Nova Alta Paulista de modo mais equitativo na economia mundializada, pode-se recorrer à idéia de região contida para explicar a sua caracterização?
- 3- O modelo político denominado desenvolvimento territorial, que tem no território a sua categoria de análise, pode contribuir para, a partir do seu processo de formação regional, apontar alguns caminhos para o desenvolvimento regional contemporâneo?
- 4- O paradigma contemporâneo de desenvolvimento, denominado desenvolvimento endógeno, e os atuais movimentos socioespaciais em curso na Nova Alta Paulista serão capazes de empreender um desenvolvimento regional que promova crescimento econômico com equidade social e sustentabilidade ambiental?

Como hipóteses de trabalho se desenvolveram as seguintes suposições:

- 1- A condição dependente e secundária do desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista dá-se na convergência de fatores internos e externos a essa área do Estado de São Paulo. Internamente, ela foi alvo da cobiça alvissareira de colonizadores atraídos pelas terras baratas e abundantes numa das últimas porções do território paulista ainda inexploradas, à época que se seguiu à depressão econômica de 1929, num movimento de recuperação e

reprodução dos lucros com a venda fracionada de terra. Colonos e demais investidores com poucos recursos, transformaram-se, em sua maioria, em agricultores e empresários com pouco potencial para investimentos, dificultando a formação de um mercado consumidor regional forte e de um ambiente dinâmico para novos empreendimentos. O manejo inadequado dos recursos naturais, principalmente do solo, efetuado em áreas cuja caracterização ecológica demonstrava incompatibilidade com as práticas econômicas convencionais, acelerou a degradação ambiental regional, comprometendo a sustentabilidade futura. A articulação política das lideranças locais e regionais do passado pouco priorizou a formação de uma cultura de cooperação entre os municípios vizinhos. Tal prática dificultou o fortalecimento das relações horizontais capazes de minimizar carências geradas pela assimetria nas relações verticais, sendo essa configurada pelas relações entre os municípios e os governos do Estado e da União.

Externamente, fatores políticos e econômicos, como a crise financeira de 1929, a concorrência de novas áreas produtoras, entre outros, contribuíram para a exaustão da economia cafeeira, abrigada no paradigma agrário-exportador em que se assentara, historicamente, o desenvolvimento brasileiro. Emergia o fenômeno da urbano-industrialização, sustentado pelo modelo do nacional-desenvolvimentismo, que acreditava no desenvolvimento a partir de investimentos nas indústrias de base para subsidiar os pólos de crescimento. Tais pólos se constituíam em áreas dinâmicas e atrativas à aglomeração de indústrias complementares. Fatores locacionais, como a distância dos grandes centros consumidores, a pouca expressão do mercado consumidor regional e a ausência de recursos naturais que atraíssem indústrias motrizes, mostraram-se pouco atraentes ao capital industrial e financeiro da época. O Estado Federado de São Paulo e a União, por meio de seus governantes, encontravam-se fortemente envolvidos com a otimização dos projetos priorizados, selecionando as áreas onde os recursos públicos seriam direcionados, e limitando as possibilidades de equipagem das áreas em desvantagem, principalmente no setor de infraestrutura, comprometendo a sua inserção mais equilibrada num cenário cada vez mais competitivo que se configurava.

O esgotamento do paradigma do nacional-desenvolvimento, realizado às custas do endividamento do Estado brasileiro, agravou a crise financeira das contas públicas, acirrando as dificuldades das prefeituras dos pequenos municípios e comprometendo a sobrevivência administrativa de muitos deles na Nova Alta Paulista, o que compromete, por sua vez, a capacidade de o poder público local apoiar iniciativas que estimulem crescimento econômico capaz de promover um desenvolvimento mais dinâmico.

Atualmente, a dificuldade de mobilização das forças sociais (instituições e lideranças políticas e comunitárias) para a criação de um projeto de desenvolvimento suficientemente forte para catalisar as energias regionais, e o risco de um equívoco em se pleitear uma região administrativa, repetindo-se o modelo político-administrativo vigente, inibem a possibilidade de se identificar novas formas de gestão, sob o paradigma do desenvolvimento endógeno, criando condições favoráveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Tal constatação exige da sociedade regional reflexão sobre seus objetivos, estratégias e ações, o que, certamente, passa pela reflexão sobre o papel das lideranças locais e regionais, de modo a despertar uma vontade coletiva capaz de construir uma sinergia voltada aos rumos do desenvolvimento contemporâneo.

2- Denominam-se regiões contidas aquelas cujo crescimento econômico e o desenvolvimento são empreendidos e absorvidos apenas pela minoria dos grupos e segmentos econômicos e sociais, estendendo-se para a maioria um desenvolvimento mais lento, em consequência da assimetria de poder e de articulação entre as diferentes classes sociais. Para a maioria, então, o desenvolvimento é contido. O termo contido, nesse contexto, expressa a idéia de freado, reprimido, de não expansão, possibilitando a compreensão de que os lugares não se explicam por si só, pois estão inseridos na totalidade, que é resultante das relações sociais e das relações das pessoas com o meio. Teoricamente, as regiões contidas são formadas no bojo das regiões econômico-sociais, tornando-se regiões de reserva, este último um conceito largamente utilizado na perspectiva do materialismo histórico e dialético para explicar a formação regional e sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Há regiões cuja localização e disponibilidade de recursos e ou equipamentos contribuem para que se tornem atrativas a pessoas e investimentos, potencializando a sua caracterização, e, daí, o seu engajamento em outras regiões igualmente constituídas. Ao mesmo tempo, outras áreas com caracterização contrária, ou que ainda não despertaram o interesse dos sujeitos hegemônicos, são ocupadas e ou exploradas com velocidade inferior, desencadeando, portanto, energia oposta às primeiras. As regiões atrativas exercem efeito polarizador, para onde convergem mais capital e mais pessoas, que se representam em adensamentos populacionais, infra-estrutura equivalente (e até mesmo antecipando) às suas necessidades, e expansão técnica e tecnológica que, permanentemente, as impelem em direção ao novo. As regiões atrativas, portanto, se auto-alimentam.

No outro extremo dessa mesma engrenagem, algumas regiões desenvolvem uma força desagregadora, cuja energia é canalizada para desprender recursos em abundância (matérias-

primas, baixo custo na produção de mercadorias, e trabalho humano), pois a sua disponibilidade é maior que o consumo local.

A assimetria entre as regiões dinâmicas e as regiões contidas é determinada pela racionalidade econômica reforçada pelo Estado, que falha ao negligenciar seu dever precípua de equidade, desviando-se de um foco multidimensional para o outro extremo, o setorial, privilegiando setores e ou áreas em detrimento dos direitos e dos interesses comuns a todos os cidadãos.

3- O desenvolvimento territorial é compreendido como um modelo político concebido para promover o desenvolvimento de um determinado lugar, região ou país. Ele contempla a totalidade, sendo, portanto, multidimensional. Sua operacionalização enfatiza todas as dimensões da organização social: saúde, educação, ambiente, segurança, agricultura familiar, agronegócio, cidade, campo etc. Esse modelo político, imbuído de visão ideológica que considera a equidade e o protagonismo como oposição à simples idéia de competitividade para a inserção do local na economia globalizada, deve embasar e respaldar as políticas públicas municipais e permear os programas estaduais e nacionais, que visam o desenvolvimento regional.

A questão do desenvolvimento tanto abarca aspectos práticos e operacionais quanto concepções teóricas e analíticas, considerando seus efeitos normativos e institucionais. A abordagem territorial deve contemplar o crescimento econômico com equidade social, a erradicação da pobreza, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

4- O paradigma do desenvolvimento regional contemporâneo emana da dialética contida na aparente contradição desencadeada pela globalização centralizadora de poder e de recursos, ao mesmo tempo que descentraliza as ações e suscita reações que promovem poder político a grupos e segmentos que se sentem prejudicados.

Na Nova Alta Paulista, percebem-se vários movimentos socioespaciais que demonstram esta reação, pois a descentralização político-administrativa dos Estados federados tem transferido para os municípios e a sociedade grande parte da responsabilidade sobre os seus destinos, sem o devido respaldo. A ausência de debates sobre essas mudanças paradigmáticas, combinadas com estratégias de ação dos líderes políticos regionais focadas principalmente em resultados imediatos, comprometem o desenvolvimento regional contemporâneo ameaçado por desafios exteriores gigantescos, sob a tendência das energias renováveis, que se espacializa com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar. A Nova Alta

Paulista corre o risco de, mais uma vez, ter o seu modelo de desenvolvimento esgotado, como o ocorrido no modelo anterior, promovendo geração de riquezas apenas para poucos grupos, o que reforça e perpetua o desenvolvimento setorial e excludente, portanto, conservador, porque não consegue romper as raízes históricas das desigualdades socioeconômicas.

Em decorrência das problematizações e hipóteses estabelecidas, priorizaram-se os seguintes objetivos nesta pesquisa:

- Analisar como se deu a formação econômica e social da Nova Alta Paulista para compreender a sua configuração atual, com índices econômicos e sociais inferiores à média estadual;
- Investigar a adequação do conceito de região contida para denominar a caracterização socioeconômica e político-cultural da Nova Alta Paulista;
- Utilizar o novo conteúdo que perpassa a idéia de território, compreendendo-o como uma formação social resultante das relações de poder que se estabeleceram e que se estabelecem num determinado tempo e lugar, atribuindo o enfoque territorial ao desenvolvimento, deslocando, portanto, a idéia de região para a de território;
- Investigar se o paradigma contemporâneo de desenvolvimento regional, denominado desenvolvimento endógeno, conseguirá territorializar-se, a partir dos movimentos socioespaciais empreendidos pelos grupos e segmentos locais em conflito com as forças hegemônicas da atualidade.

Procurou-se estabelecer objetivos que contemplam a formação regional em suas relações internas e externas, num esforço para se desvendar a realidade na dimensão espaço-temporal em três momentos: o da colonização e estruturação econômico-político-sócio-cultural (1930-1975), o da desarticulação econômico-social (1975-1996) e o atual, em fase de redefinição econômico-político-social interna (1997-2006). A periodização deveu-se à necessidade de se estabelecer recortes temporais como recurso metodológico para facilitar a análise. É sabido que toda tentativa de periodização incorre em limitações, porém, por uma questão didática, recorre-se a este procedimento. Cada fase será objeto de análise, justificando a sua delimitação.

A delimitação dos recortes temporais seguiu a dimensão sucessória do tempo, enquanto para as análises se usou a dimensão da coexistência. Sucessão e coexistência são as duas principais dimensões utilizadas, em Geografia, para se trabalhar a questão do tempo.

A dimensão das sucessões – utilizada para delimitar os três momentos do desenvolvimento regional dessa região política - considera o fluir do tempo, passando assim a idéia de ordenamento seqüencial dos fenômenos. O tempo da sucessão é o tempo histórico que atende mais a um aspecto didático do que à tentativa de compreensão da totalidade, ganhando, portanto, uma conotação de abstração, enquanto o tempo da simultaneidade é concreto. As diferenças e semelhanças, bem como as diferenças e possibilidades de uso do tempo são reunidas no espaço, denotando-lhe a condição de realidade.

Na Nova Alta Paulista, como em qualquer outro lugar, há uma sobreposição de tempos: o de cada pessoa, cada empresa ou instituição, cada comunidade, cada cidade, e assim sucessivamente. Os tempos e os acontecimentos comuns a esses grupos, em áreas delimitadas por certas semelhanças, caracterizam o desenvolvimento regional, e este, por sua vez, também se insere no tempo estadual, nacional e internacional. As simultaneidades que ocorrem sob uma certa homogeneidade (econômica, social, cultural etc) reforçam a realidade regional, em sintonia ou não com a simultaneidade dos tempos em outras áreas e em outras escalas.

Em se tratando de desenvolvimento, o recorte temporal estabelecido para o estudo da Nova Alta Paulista não se coaduna com os períodos do desenvolvimento delimitados pelo governo federal, nem pelo estadual. Eles foram definidos tomando-se como referência alguns acontecimentos regionais significativos, o que evidencia a preocupação de se colocar a região como sujeito. Seu desenvolvimento, transcorrido de modo espontâneo, sem seguir um planejamento regional ou um ordenamento estadual ou federal, até o final da década de 1990, transcorre na totalidade do desenvolvimento do país e do Estado de São Paulo, recebendo influências e protagonizando impactos decorrentes dos movimentos dessas outras escalas, inclusive da internacional.

Os intervalos delimitados de tempo definem-se como um conjunto de relações e de proporções prevalecentes ao longo de um espaço de tempo. Esses intervalos de tempo são submetidos à mesma lei histórica, mantendo-se as estruturas. Tal noção permite a liberdade do pesquisador em estabelecer várias periodizações, que variam de acordo com a escala de observação. Ele permite definir o objeto de análise histórico, mantendo-se as estruturas.

Para a delimitação do primeiro momento (1930-1975), tomou-se como referência um acontecimento externo de grande impacto político-econômico-social na época, a crise de

1929, e um acontecimento interno, a geada de 1975, que influenciou profundamente os rumos do desenvolvimento regional nos anos subseqüentes. O externo contribuiu para a aceleração de movimentos migratórios em direção ao extremo Oeste paulista, como uma forma de superar o refluxo em que mergulharam as antigas regiões produtoras de café. O interno porque um fenômeno climático – a geada de 1975 -, em poucas horas, desmantelou uma lógica construída durante anos, colocando a nu o modelo de desenvolvimento empreendido até então. Encerrou-se bruscamente um ciclo, sem a mínima previsão emergencial e futura.

O segundo momento (1975-1996) iniciou-se com a ocorrência da geada e caracterizou-se pelos longos anos de desaceleração e incertezas econômicas, com profundos reflexos sociais, quantificados na expressiva evasão populacional, crescimento vegetativo negativo, quedas nas arrecadações orçamentárias municipais, quedas na produtividade agrícola convencional, aumento do desemprego, empobrecimento de boa parte da população, entre outros. Nacionalmente, neste ano, implantou-se o Pró-álcool, constituindo-se no embrião das transformações regionais em curso no terceiro momento. Foi um período, também, em que a sociedade brasileira esteve envolvida com a abertura política do país, além dos esforços para superar profundos entraves econômicos. Os anos de 1980 e início da década de 1990 foram marcados pelos efeitos da abertura dos mercados, deflagrando incertezas generalizadas. A crise fiscal do Estado brasileiro refletiu-se nas prefeituras, limitando a sua atuação. Na Nova Alta Paulista, todos esses fatores resultaram em anos difíceis a quase todos os cidadãos e cidadãs, arrefecendo ainda mais as condições reais para um desenvolvimento mais próspero.

Tomou-se o ano de 1996 como referência para encerramento do segundo ciclo porque, no início de 1997, a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP - adotou medidas de gestão política que demonstram claras evidências de implementação do paradigma do desenvolvimento endógeno, inspirada pela descentralização político-administrativa do governo estadual paulista, mesmo que, regionalmente e no interior da associação, não se tenham priorizado debates sobre essa temática. Assim, encerra-se uma fase de indefinições e inicia-se um novo momento.

O terceiro momento (1997-2006) inicia-se com a realização de uma assembléia da Amnap, em fevereiro de 1997, na cidade de Osvaldo Cruz. Os dirigentes fizeram a opção pela remodelação do seu Regimento Interno propiciando a oportunidade de participação de todos os segmentos representativos das comunidades, abrindo canais à participação popular e buscando parcerias com organismos multilaterais, como o SEBRAE, por exemplo.

Apesar de não se ter promovido debates sobre o paradigma do desenvolvimento endógeno, este foi um marco significativo da nova fase do desenvolvimento regional, que

carece de maior aprofundamento, inclusive, com a experiência estadual da gestão gerencial e a experiência federal da gestão com vertente societal.

O ano de 2006 marca o fim do período delimitado para este estudo, mas não a consumação de um modelo de desenvolvimento em curso. Em cada um desses momentos foram identificados quatro atores principais (Estado, capital, sociedade, e lideranças locais e regionais), de cujas inter-relações emanam os movimentos, que, na prática, se expressam no desenvolvimento. Buscou-se, em cada momento, identificar os paradigmas do desenvolvimento, discutindo a sua caracterização no desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista e as suas limitações quanto às expectativas dos cidadãos.

A metodologia utilizada para a estruturação da pesquisa foi a definição do objeto de estudo – o desenvolvimento regional – e, a partir dele, o estabelecimento do recorte para delimitar os aspectos considerados prioritários. As leituras bibliográficas e documentais subsidiaram as análises e reflexões. Os dados foram coletados junto às instituições oficiais, sendo elas IBGE, ministérios federais, secretarias estaduais de governo do Estado de São Paulo, vários órgãos oficiais destas secretarias, entre eles os EDR de Tupã e Dracena, Diretorias de Ensino, ERPLAN Presidente Prudente, Casas da Agricultura, além das prefeituras e câmaras municipais, conselhos municipais de desenvolvimento, conselho regional de desenvolvimento rural, SEBRAE, entre outros. Realizaram-se entrevistas com lideranças políticas locais, e membros das diretorias da Amnap em diferentes épocas, além de consultas às atas das assembleias desta associação, consulta aos arquivos de jornais locais, levantamento de documentos históricos de diversos municípios, entre outros. Entre os entrevistados, buscaram-se pessoas com as mais variadas formas de representatividade, entre eles colonizadores, autoridades políticas do executivo e do legislativo dos municípios, intelectuais que atuam nas instituições de ensino superior da área em estudo, e pessoas comuns, que ficaram ou que estão à margem do desenvolvimento e, por isso, sentem, de perto, os efeitos perversos do “não desenvolvimento” ou do “desenvolvimento contido”.

Ainda no aspecto metodológico, se destacam as atividades de orientação, realizadas entre a orientanda e o professor orientador. Os encontros aconteciam em momentos estratégicos, isto é, naqueles em que se percebia a necessidade de uma discussão, com vistas à inauguração de uma nova fase. Ao final de cada etapa, os textos eram enviados eletronicamente ao orientador, para suas considerações.

As reflexões engendradas no desenrolar da pesquisa revelaram elementos inovadores na compreensão da construção do desenvolvimento de um lugar. Estas constatações demonstravam a insuficiência de expressões recorrentes, como por exemplo, região

deprimida, economia estagnada, e, até mesmo, em alguns casos, desenvolvimento endógeno. Essa incompletude e inadequação conceitual provocavam certo desconforto teórico, incitando a necessidade de se arriscar novas nomenclaturas e denominações. Brota, então, a noção de desenvolvimento contido e, por extensão, de região contida. Ao largo das reflexões, ousou-se lança-las como um conceito.

Considera-se que noção é algo que parte de uma idéia, não sendo, ainda, averiguado. O que se constatou, com a pesquisa, foi que houve uma intersecção de elementos objetivos e subjetivos que não contribuiu para o desabrochamento de condições favoráveis a um desenvolvimento mais próspero e sustentável na Nova Alta Paulista. Não se desconsidera a concentração de riquezas que houve e que há naquela área. O que se destaca é o percentual estatístico majoritário dos desprivilegiados. (IBGE, vários censos. Seade, várias publicações. Vide bibliografia).

Foi daí, então, que se optou por lançar os termos região contida e desenvolvimento contido como conceitos. Eles puderam ser averiguados e, uma vez submetendo os dados comprobatórios à análise, estes se apresentaram como fundantes da atual conjuntura desfavorável que a Nova Alta Paulista apresenta no contexto do Estado de São Paulo.

As transformações pelas quais vêm passando a área em estudo, especialmente no plano econômico, político e cultural, com a formação de novas mentalidades, impulsionadas pela conjuntura nacional e mundial, favorecem a formação de um ambiente propício a mudanças. De fato, elas ocorrerão, pois o capital hegemônico, agora interessado nas energias renováveis, vem promovendo uma revitalização técnico-econômica de todo o Oeste paulista, onde se insere a Nova Alta Paulista, como uma pequena fração geográfica.

Para contextualizar o desenvolvimento regional contemporâneo da Nova Alta Paulista, demonstrando seus conflitos e seus esforços para a superação, estruturou-se este trabalho de pesquisa com a seguinte configuração:

No **capítulo 1**, estão apresentados os principais conceitos e noções que embasam o tema da pesquisa, discutindo os termos desenvolvimento e crescimento econômico, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento territorial, formação regional e região contida.

No **capítulo 2**, a Nova Alta Paulista é apresentada como área de interesse, esboçando-se a sua atual caracterização social, econômica, ambiental, política e cultural, bem como o objeto de estudo definido nesta pesquisa: o seu desenvolvimento regional. Buscou-se caracterizar o primeiro momento da formação regional (1930-1975) no contexto histórico, político e econômico do Brasil, particularmente do Estado de São Paulo, de onde emerge a colonização do extremo Oeste. Procurou-se identificar as raízes sociais e culturais que

marcam a identidade regional em seus aspectos sociológicos, espaciais e territoriais, destacando a espacialização de uma colonização comercial e suas implicações estruturais no desenvolvimento regional. Destacaram-se, também, a formação de alguns territórios e algumas territorialidades, que contribuíram para a construção das peculiaridades desta área. Discutiu-se o paradigma de desenvolvimento vigente àquela época e sua influência no processo e na configuração da formação regional

No **capítulo 3**, estudou-se o segundo momento do desenvolvimento regional (1975-1996), destacando-se a desarticulação da economia cafeeira e o desarranjo que provocou na organização econômica, social e política regional. A essa fase de incertezas internas somam-se o esgotamento modelo denominado nacional-desenvolvimentismo e a crise fiscal do Estado que se fazia sentir nos municípios.

Apresenta-se, neste capítulo a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP -, principal representação política regional: o contexto que inspirou a sua criação, sua trajetória, seus percalços, seus conflitos, e, em especial, a sua resistência à inadequação das políticas centrais em relação aos interesses regionais, catalisando e reforçando o ideário de pertencimento cultivado pela população local. Discute-se o seu papel sob a tendência do desenvolvimento endógeno, apresentando suas potencialidades e seus limites como agente catalisador do desenvolvimento regional.

No **capítulo 4**, discute-se o momento atual (1997-2006) no contexto da descentralização político-administrativa do Estado, empreendida pelas transformações da modernidade, de onde emerge a concepção de desenvolvimento endógeno. A expansão da atividade sucroalcooleira, sob a tendência das energias renováveis, impõe a necessidade de se pensar o futuro do desenvolvimento regional, considerando seu caráter concentrador e desarticulador de iniciativas voltadas à pequena produção.

No **capítulo 5**, faz-se uma síntese das análises desenvolvidas ao longo da pesquisa, apresentando algumas proposições para o desenvolvimento regional contemporâneo da Nova Alta Paulista, identificando alguns agentes do desenvolvimento, com destaque para a AMNAP, os conselhos municipais e o Conselho Regional de Desenvolvimento. Apresentam-se as experiências de desenvolvimento local, empreendidas pelo município de Junqueirópolis, que buscou na austeridade administrativa uma forma de sanear as finanças públicas instrumentalizando-as para os desafios das demandas da coletividade num município com limitações de recursos orçamentários. Discute-se a noção de gestão social nos pequenos municípios, considerando a importância das prefeituras na oferta de serviços públicos e como geradora de emprego, tomando-se como referência a educação infantil. Discute-se, também, o

papel das faculdades locais e sua (in)adequação acadêmica e tecnológica às demandas do desenvolvimento local e regional.

Nas considerações finais, fecha-se o trabalho com o título *Para não concluir*, pois o desenvolvimento como processo está em permanente transformação, exigindo que as relações entre as pessoas, entre estas e a natureza, e entre estas e o Estado, sejam conscientes e responsáveis. Procura-se discutir alguns pressupostos que podem contribuir para a superação da condição de desenvolvimento contido, construindo bases mais favoráveis a um desenvolvimento mais equânime.

Considerando os aspectos conceituais e práticos da questão do desenvolvimento regional, pretende-se disponibilizar elementos que favoreçam reflexões sobre a superação de amarras ao desenvolvimento. Certos aspectos imateriais (como a cultura individualista e a política local, ainda presa a princípios arcaicos), que se manifestam como impedidores para a superação de entraves estruturais e conjunturais, têm suas raízes na caracterização social e cultural herdada do modelo de colonização, demonstrando a importância da valorização dos processos históricos na formação regional. As regiões contidas devem utilizar-se do diálogo e da reflexão constantes para identificar seus freios e, ao mesmo tempo, descobrir mecanismos para superá-los. Deseja-se contribuir para que lideranças políticas e comunitárias e outros atores envolvidos com a questão regional, tenham à mão mais um instrumento de análise.

1. TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES E CONCEPÇÕES

1.1. Reflexões

Entre as tantas características da modernidade, uma que chama a atenção é a intersecção das relações sociais, fazendo entrecruzar em cada ponto do planeta elementos locais e globais ao mesmo tempo, como sintetizou Milton Santos: “*o lugar são todos os lugares*” (1996).

Nos dois últimos séculos, sob a égide do capitalismo industrial, o mundo foi se tornando cada vez mais unificado. Tal processo de unificação tornou-se mais complexo a partir da segunda metade do século XX, mas, ao contrário de uma homogeneização dos espaços e relações, o que se percebe é uma fragmentação de áreas, atestando o caráter contraditório e, ao mesmo tempo, articulado dessas relações.

A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho, que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. A articulação, por sua vez, exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais, que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos. (CORRÊA, 2001, p. 189)

De uma forma ou de outra, o capital industrial promoveu a inserção dos espaços na economia-mundo, desfazendo ou recriando unidades regionais. Nesse processo contínuo, essas inserções ocorreram com velocidade e intensidade diferenciadas, de acordo com os interesses e as forças atuantes num determinado tempo e lugar.

Assim, formaram-se regiões aparentemente diferenciadas quanto à fisionomia/paisagem e ao ritmo. Analisando os seus movimentos, no entanto, percebe-se um fio condutor que as unifica, situando-as na mesma lógica espaço-temporal.

Por se tratar de uma lógica impressa pelo mercado, a seletividade torna-se um dos seus elementos-chave, o que explica a diferenciação articulada das configurações regionais. Regiões mais densamente povoadas, ou localizadas em áreas estratégicas para outras conexões, tendem a atrair investimentos crescentes em infra-estrutura, como energia, redes de transporte e comunicação, portos e aeroportos, entre outros. O adensamento dessa estrutura tende a atrair mais pessoas, o que propicia um movimento ascendente: mais pessoas, mais estrutura; mais estrutura, mais pessoas. Tal movimento incentiva o consumo, que gera mais movimento, que provoca valorização dos recursos disponíveis, vitalizando cada vez mais a região, até que chegue a uma saturação. Mesmo que isto aconteça, o dinamismo se mantém,

pois o aumento da demanda produz sofisticação tal que lhe impulsiona uma refuncionalização, garantindo assim a sua continuidade hegemônica, formando as chamadas regiões concentradas (SANTOS E SILVEIRA, 2003, p. 269).

Por mais densas e complexas que sejam, as áreas concentradas, no entanto, não conseguem complementar-se em todas as suas necessidades, daí a sua articulação com outras regiões, sendo essas próximas, distantes, ou muito distantes, estendendo-se para outros países e continentes. O mercado necessita de regiões que consomem e regiões que produzem matérias-primas, o que engendra a divisão territorial do trabalho. (SEABRA E GONDENSTEIN, 1989, p. 45)

A lógica interna dessa conexão não se limita à especialização do trabalho, determinando regiões que apenas produzem e outras que apenas consomem matérias-primas e produtos. As relações são dinâmicas: tanto uma, quanto outra pode produzir e consumir matérias-primas ou produtos manufaturados. Isso se aplica aos diferentes segmentos de atividades, dependendo da caracterização histórica da região e dos insumos técnicos e tecnológicos que esses produtos exigem. Há, no entanto, uma predominância do setor de produção de matérias-primas ou do setor de produção de bens industrializados, configurando a identidade de cada uma dessas regiões.

A concentração do setor industrial numa determinada área, bem como a supremacia do fluxo de capitais, tendem a concentrar aí a força econômica, que, por sua vez, influencia as forças políticas, alimentando um círculo concêntrico hegemônico. Dessa maneira, estão fincadas as bases das contradições e das desigualdades regionais.

O Brasil se apresenta como um vasto e rico laboratório para estudar essa realidade, tanto em escala mundial, da forma como nos inserimos na economia-mundo, quanto em escala nacional ao se configurarem regiões tão desiguais. Mesmo no interior das regiões, no caso brasileiro das chamadas macrorregiões, formam-se diversas sub-regiões, algumas modernas e dinâmicas, outras nem tanto.

No dizer de Santos e Silveira (2003, p. 260),

O território brasileiro inclui zonas de densidade e zonas de rarefação, em toda uma gama. A cartografia tradicional enfatiza a densidade demográfica, isto é, a densidade dos homens, ainda que esse cálculo aritmético pudesse esconder a importância das nucleações e, segundo as escalas adotadas, as diferenças entre subáreas. [...]

O território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações.

Tais densidades, vistas como números, não são mais do que indicadores. Elas revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação e uma história. Na realidade, trata-se de um verdadeiro palimpsesto, objeto de superposições contínuas ou descontínuas, abrangentes ou localizadas, representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituídos por novas adições. As densidades que se dão fisicamente aos nossos olhos encobrem processos evolutivos que as explicam melhor do que as cifras com as quais são representadas

Esses mesmos autores associam a idéia de espaços da rapidez e espaços da lentidão à noção de espaços do mandar e do fazer, admitindo que “o fazer sem mandar e o obedecer podem produzir a necessidade da existência de vias sem, obrigatoriamente, ostentar a mesma presença nos espaços do mandar”. (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 261)

Conforme observações anteriores, não existe linearidade entre as “zonas de densidade e de rarefação”, podendo acontecer as duas situações em cada uma delas. Esse movimento desigual e combinado do capitalismo industrial, em sua fase monopolista, instigou o estudo de uma, entre tantas, sub-região brasileira, a pequena Nova Alta Paulista, localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo. Em menos de seis décadas, ela passou de uma área natural pouco alterada para uma área feita, “destruída”, e em fase de reconstrução, caracterizando o processo denominado TDR – territorialização, desterritorialização e reterritorialização. As inter-relações entre as pessoas e entre elas e a natureza, as expectativas e o sentido de pertencimento, historicamente engendrados, dá, aos moradores desta área, a conotação de região.

Estudar a sua formação regional e a sua configuração atual ajuda a compreender e desvendar uma realidade, compreendendo-a no seu aspecto mais amplo. O caminho da regionalização mostrou-se tentador ao se iniciar o estudo, porém a fluidez desse enfoque, colocada pela fluidez das relações contemporâneas, parecem não responder aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Se as relações estão cada vez mais mundializadas, o que é uma região hoje? O lugar apresenta elementos particulares e globais ao mesmo tempo, sendo que as relações exteriores ao lugar, cada vez mais, interferem nas relações que aí se estabelecem, desarticulando sistemas instituídos e influenciando novas configurações.

O que se observa, então, é a formação de territórios como produtos e produtores de relações que se articulam desencadeando (re)arranjos espaciais.

Territorialização - desterritorialização – reterritorialização – esse é o processo desencadeado pela lógica do capital, sempre em movimento, que constrói, destrói e reconstrói territórios. As interrelações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos são

sempre relações de poder, engendrando, assim, os territórios, que se manifestam concretamente no espaço.

Há diferentes abordagens sobre o conceito de território, sendo em Ratzel que se encontram elementos preliminares dessa discussão na ciência geográfica. Para ele, “o território é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados, sempre sob o domínio do Estado.” (CORRÊA, 2001, p. 23).

Marcelo José L. de Souza (2003, p. 78) destaca o caráter político do território. Para ele, são as diferenças, as lutas sociais e seu controle sobre os elementos que o concretizam. A territorialidade seria, então, a tentativa das pessoas ou grupos sociais de controlar outras pessoas, recursos e relações, o que resultaria numa delimitação e controle efetivo sobre uma área. Nessa visão, a territorialidade seria a materialização do exercício do poder no território.

Raffestin (1993, p. 7) também destaca o caráter político do território, para quem ele é produzido por atores sintagmáticos, compreendendo como tal as pequenas e grandes organizações, os indivíduos, o Estado, enfim, todos nós. O território, então, é produto das relações sociais de poder e de dominação, sejam elas concretas ou abstratas. As atividades cotidianas, portanto, cristalizam territorialidades no espaço, sendo estas móveis e moldadas pelas relações. As representações do espaço significam controle, domínio, que assim constroem a imagem do território.

Santos e Silveira (2001, p. 23) falam em “território usado”, impingindo-lhe uma visão histórica que permite considerar o território como a materialidade sobre a qual assenta uma sociedade e as transformações que advêm das relações que entre eles se estabelecem.

Para Brunet, Robert e Théry (1992, p. 480), nas sociedades humanas, o processo de construção social do espaço supõe que o território consubstancia o sentimento de consciência da sua apropriação por parte do grupo que dele se apossou, e que se dispõe a defendê-lo. Esses autores evidenciam os aspectos físicos, históricos e simbólicos embutidos no conceito de território, considerando que “ao se apossar conscientemente do seu pedaço de país, tal grupo começa a produzir um território, transformando o espaço preexistente, caracterizando um processo inevitável, já que o espaço organizado é uma dimensão intrínseca das sociedades, tanto quanto o seu produto”.

Berta Becker (1988, p. 74) assim se refere ao território:

Território é o espaço da prática. É o produto da prática espacial: inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, implica na noção de limite – componente de qualquer prática – manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é, também, um produto usado,

vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle do território; é a fase vivida e materializada do poder.

A influência eminentemente econômica, social e política manifestada em nossa sociedade desencadeia o processo territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR), o que faz gerar um espaço temporalizado como consequência dessas caracterizações, que se exteriorizam de acordo com os interesses e fatores culturais, os quais, interligados, condicionam a TDR.

O território teria, então, limites e fronteiras, os quais são delimitados pelas relações de poder exercidas pelos atores sociais que ali interagem (RAFFESTIN, 1993, p. 8)). A dinâmica interna de um território evidencia-lhe uma estrutura constituída pelas produções, inovações, informações, comandadas pelo processo TDR.

Confrontando as diferentes interpretações sobre o conceito de território, podemos dizer que o processo de territorialização ocorre no bojo da expansão capitalista e de suas contradições imanentes, tornando-se um movimento historicamente determinado, o que lhe atribui uma forte caracterização cultural. Assim, a tríade economia - política – cultura é determinante das diferentes territorialidades no tempo e no espaço. A desarticulação e a construção de um novo território são forjadas no seio da própria territorialização e do próprio território. (FERNANDES, 1996, p. 155)

O território é, também natureza, compreendendo-a como fonte de recursos, pois é dela que se obtém o essencial à realização da vida. Na perspectiva do desenvolvimento econômico e social, esta dimensão – a natureza, compreendida como ambiente – reveste-se de grande significado, considerando-se, então, os fatores físicos e histórico-sociais que influenciam no desenvolvimento local. Neste sentido, Saquet (2003, p. 3) faz a seguinte observação:

Nas condições territoriais do desenvolvimento, há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos naturais, estratificação social, estrutura familiar específica, condições empreendedorais e associativas, população e relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação etc.

Essas reflexões ajudam a compreender o processo de territorialização da Nova Alta Paulista, engendrado nas décadas medianas do século XX, no processo de expansão capitalista para o Oeste do Estado de São Paulo, estimulado pela expansão da cafeicultura e, ao mesmo tempo, pela industrialização e urbanização que se dinamizavam na capital.

A inserção dessa área no modo de produção capitalista imprimiu no espaço um processo de territorialização a partir do interesse por solos cobertos por florestas, cuja

ocupação inicial foi feita por pessoas e grupos econômicos que vislumbraram a possibilidade de acúmulo de capital com o comércio fracionado das terras.

O Estado, o principal ator desse processo, atuou tornando privadas as primeiras glebas de terra e disponibilizando infra-estrutura de transporte e comunicação, além dos serviços essenciais de educação e de saúde.

A configuração espacial materializada pela proximidade geográfica das cidades, a semelhança arquitetônica, e a homogeneidade econômica e cultural das mesmas são expressões espaciais e temporais dessa territorialização.

Inserida de modo desvantajoso na divisão territorial e internacional do trabalho da época, a sua fase de territorialização foi breve, indo da década de 1930 até o final da década de 1950, quando se inicia o processo de desterritorialização, que durou até meados da década de 1990. Nessa época, inicia-se o processo de reterritorialização, que se estende até os dias atuais, com a introdução da cultura da cana-de-açúcar e da fruticultura, em especial, considerando-se a economia agrícola, a mais significativa na composição do PIB da maior parte dos municípios (SEADE, 2006).

Outra manifestação de reterritorialização constitui-se no esforço da sociedade, de lideranças comunitárias e de governos municipais em empreender programas de revitalização econômica, por meio da recuperação do solo e reorientação metodológica de outras atividades, em especial a pecuária bovina de leite, incentivo à qualidade da produção agropecuária, por meio de capacitação dos agricultores quanto à certificação de produtos, além de uma grande preocupação com a recuperação ambiental estendida às águas fluviais e matas ciliares no campo e recuperação de nascentes, tratamento do esgoto e do lixo nas cidades.

No plano social, um marco dessa fase da reterritorialização foi a instalação de dez presídios em poucos anos, num raio de 80 quilômetros, concentrando mais de onze mil detentos. Esse fato inaugura uma nova fase de relacionamento da região com o governo estadual, que procurou estar mais presente, atendendo algumas das antigas reivindicações regionais, como contrapartida da decisão verticalizada de descentralização penitenciária. Por parte de políticos e lideranças locais, percebe-se grande empenho em aproximar-se do governo do Estado, acatando-lhe as políticas compensatórias, a maior parte ainda se afigurando como promessas.

Ouvem-se cada vez mais pessoas, segmentos e instituições falando e envolvendo-se no desenvolvimento regional, incitando a necessidade de se compreender qual é a concepção de desenvolvimento que embasa essas discussões e, conseqüentemente, as ações

empreendidas. Percebe-se um interesse maior das pessoas e segmentos em participarem e se fazerem representar nos conselhos municipais, em especial em alguns municípios mais engajados em projetos voltados ao desenvolvimento local.

Concebe-se desenvolvimento como processo e como finalidade, considerando que sua gênese decorre de relações sociais que se materializam espacial e territorialmente, cujo movimento constitui a realidade. Nas contradições que se manifestam encerram-se os interesses conflitantes e as relações assimétricas de poder. Espaço e território, portanto, tornam-se unidades distintas, embora interligadas, onde as representações espaciais evidenciam o desenvolvimento ali expresso.

As mudanças territoriais contemporâneas, marcadas por políticas neoliberais, fizeram surgir novas territorialidades, o que exige novas leituras de seus significados sob o risco de se perder a compreensão dos fenômenos que se nos apresentam. Conhecer os entraves que limitam possibilidades mais amplas de superação de amarras constitui-se em condição vital para se continuar existindo numa fase de intensas desigualdades.

O cotidiano de pessoas e grupos manifesta esforços individuais e coletivos para que a luta pela sobrevivência seja amenizada em seus aspectos mais árduos, o que, nem sempre, resulta em benefícios a todos os atores sociais que ali interagem.

Emanadas da conjuntura de uma determinada época, as concepções, ao serem forjadas, inspiram ações, que, ao se manifestarem, constituem padrões inspiradores de novas concepções e tendências.

A teia de relações inerentes à luta pela sobrevivência, influenciando e influenciada por uma cultura assentada na posse dos recursos da natureza (terra, por exemplo) e na disputa pela manutenção e ampliação desses recursos, desencadeia relações de poder que se materializam de forma assimétrica.

A realização da vida requer atendimento de necessidades diversas, o que, na sociedade moderna, forjou relações complexas entre as pessoas e entre essas e a natureza. A dinâmica dessas inter-relações, empreendida pela ação de atores sociais, constitui um movimento que pode manifestar-se de maneira mais ou menos equitativa, supondo que essas ações gerem bens que são apropriados individual e outros coletivamente. A esse movimento empreendido pelas pessoas interagindo entre si e com a natureza e à materialidade dessas relações, transformando recursos em bens, damos o nome de desenvolvimento (RAFFESTIN, 1993, p. 183).

Compreendemos desenvolvimento como um processo multidimensional que envolve diversos e diferentes segmentos sociais e instituições (FERNANDES, 1996, p. 154). Não há

desenvolvimento sem participação das pessoas e das instituições, uma vez que a sua percepção e apreensão dependem das realizações concretas que se manifestam nos bens, equipamentos e serviços de que nos valem todos os dias nas mais diversas situações e necessidades (ARAÚJO, 1999, p. 18).

As manifestações espaciais e a disponibilização desses bens, equipamentos e serviços às pessoas revelam o conteúdo expresso nesse desenvolvimento, bem como a valoração qualitativa dessas manifestações, incluindo, aí, a sua extensão aos membros dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que a realização da vida é uma questão individual, é, também, o resultado de ações coletivas no tempo e no espaço, contendo, portanto, elementos de caráter multidimensional, quais sejam, culturais, econômicos, sociais, políticos, técnicos e ambientais, entre outros. É nessa interface, que caracteriza as relações humanas e da sociedade com a natureza, que se pretende discutir o conceito de desenvolvimento.

1.2. Crescimento econômico ou desenvolvimento?

Caro aos geógrafos do século XIX e até a primeira metade do século XX, quando se discutia mais amiúde o conceito de região, esse tema tornou-se secundário entre as décadas de 1960 e 1980, voltando a ganhar ênfase com o fenômeno da globalização, que lhe atribuiu um novo conteúdo. A intensa expansão extra e intercontinental do capital monopolista, instrumentalizada por uma extraordinária revolução tecnológica nesse período contribuiu para que outras áreas do conhecimento se ocupassem deste conceito, enquanto a Geografia se emaranhava em calorosas discussões sobre a crise paradigmática na qual mergulhara (CORRÊA, 2001, p. 184).

Na economia, por exemplo, encontramos farta produção científica chamando a atenção para a diferença conceitual entre os termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Originalmente, as expressões crescimento e desenvolvimento foram emprestadas da biologia, denotando a forte influência da teoria evolucionista, difundida no século XIX. Crescimento, para aquela ciência, se refere ao ato, processo ou efeito de crescer; aumento ou multiplicação em dimensão, volume ou quantidade, enquanto que desenvolvimento se refere ao aumento das qualidades físicas, crescimento (BOTTOMORE, 1987, p. 263).

As explicações/conceituações que se difundiram pelo século XX, de forte conotação empírica devido ao paradigma tecnológico-industrial, encontraram no positivismo confortáveis aparatos teóricos, daí as concepções de crescimento econômico contentarem-se com a sua simples tradução como aumento do PIB por habitante. Alguns autores atribuem os

incrementos presentes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002, p. 38), sem se preocuparem com as formas de distribuição desses incrementos.

Compreendendo o desenvolvimento como processo, não se chega ao mesmo sem crescimento econômico, pois nas sociedades mediadas pelo dinheiro, há que se considerar o custo dos investimentos, mesmo nos serviços públicos essenciais, e no ganho que o cidadão precisa perceber para ter acesso a esses bens. Sendo assim, o crescimento econômico é visto como um dinamismo da sociedade capaz de absorver as pessoas e mantê-las nesse movimento, para, então, formar um círculo virtuoso inclusivo.

O desenvolvimento econômico e social, nessa perspectiva, seria decorrente da conseqüência natural dessa dinâmica, em que as pessoas, para atenderem as suas necessidades e aspirações, aumentam a demanda sobre bens, produtos e serviços, estimulando um movimento ascendente, tanto no setor material (produtos) quanto imaterial (cultura e educação, por exemplo), uma vez que as necessidades humanas são múltiplas e infindas, indo desde o leite e o pão até o lazer e os serviços religiosos, só para citar alguns.

Esse desenvolvimento implicaria esforços individuais e coletivos, incluindo empenho da sociedade civil e do poder público. A sociedade, numa economia de mercado, ao mesmo tempo em que cria necessidades, age atendendo as necessidades criadas, exigindo do poder público que cumpra a sua função de fiscalizador e controlador do seu atendimento. Dessa forma, além do ordenamento jurídico, o Estado tem a função da gestão dos recursos oriundos dos cidadãos, por meio de programas advindos de políticas públicas, de modo a atender-lhes anseios e prevendo necessidades. A função desse último é o ordenamento jurídico, a gestão dos recursos oriundos dos cidadãos, por meio de programas advindos de políticas públicas, de modo a atender-lhes as necessidades. Seria esta uma lógica simples, se a sociedade não fosse permeada por interesses e conflitos que lhe forjam a história e, conseqüentemente, a cultura e a organização social. (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 23)

O tema desenvolvimento ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, quando os povos e países, mesmo os centrais, passaram a preocupar-se com os problemas provocados pela ampla desestruturação decorrente daquele conflito bélico, que se sobrepunha aos problemas anteriores, ainda latentes e desafiadores. Viu-se, então, no estímulo ao crescimento uma possibilidade de retomar o dinamismo necessário. Alguns países, como Alemanha e Itália, adotaram a interferência do Estado para conter a crise social e acelerar a economia, a exemplo da política norte-americana do *New Deal*, implantada após a grande depressão de 1929. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

A nova fase do capital monopolista, liderada pelos Estados Unidos, difunde-se pelo mundo, fazendo surgir novas regiões industrializadas e de consumo, como é o caso do Brasil. Uma das concepções dominantes na época era o princípio da cooperação entre os dois pólos: centro e periferia. Ao mesmo tempo em que os países mais pobres produziram artigos para atender as demandas dos países centrais, o comércio internacional atuaria como alavanca para o desenvolvimento dos países periféricos. Tal iniciativa, no entanto, contribuiu ainda mais para aumentar a distância econômica e social entre os dois grupos de países, pois não se implantaram mecanismos efetivos de equivalência e ou de regulação e de políticas de preços entre a produção das matérias-primas e a maquinaria e insumos necessários para a sua produção. (FURTADO, 2003).

Esses debates acabaram evidenciando as controvérsias entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento. Com frequência, termos como progresso, industrialização, modernização, prosperidade, e crescimento econômico, são usados como sinônimo de desenvolvimento.

Na economia, há, basicamente, duas correntes predominantes de pensamento sobre esse tema. A primeira, de tradição clássica e neoclássica, encara crescimento e desenvolvimento como sinônimos (OLIVEIRA, 2002, p. 37). No aspecto social, essa visão de desenvolvimento traz sérias implicações, pois se assenta no crescimento do conhecimento e do controle sobre a natureza como condição mais importante para a transformação da sociedade. Essa idéia acabou resultando no determinismo tecnológico e desconsidera importantes aspectos da estrutura social. (BOTTOMORE, 1987, p. 264).

A segunda corrente vê o crescimento como condição indispensável para o desenvolvimento, mas não constituindo condição suficiente. Seus representantes são economistas de concepção crítica, embasados na tradição marxista ou cepalina. Economistas estruturalistas, como ficaram conhecidos, destacando-se Raul Prebisch e Celso Furtado, passaram a influenciar os debates desde a década de 1940, deixando clara a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico demanda um crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento da população. Esse crescimento, no entanto, não se dissocia das condições estruturais de oferta e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. Entre essas condições estruturais, consideram-se: saúde, educação, habitação, alimentação, moradia, transporte, lazer, saneamento básico, entre outras. A distribuição mais equitativa de renda e a democratização do acesso aos bens e serviços essenciais são condições basilares para o desenvolvimento (FURTADO, 2003, p. 54).

Muda-se, então, o conteúdo do termo crescimento econômico, atribuindo valoração qualitativa a uma categoria centrada apenas na representação quantitativa do aumento de volume. A distinção semântica agrega ao conceito de desenvolvimento uma dimensão social e humanista, promovendo o indivíduo para a condição de cidadão e atribuindo à população o *status* de soberania.

A partir desse novo enfoque, outras expressões carecem de revisão conceitual, tais como progresso, prosperidade, industrialização e modernização. Na perspectiva convencional, o progresso é visto como a capacidade de implantar/adquirir/desfrutar/acompanhar as inovações, distinguindo-se espacial, temporal e culturalmente, as sociedades e regiões. Assim, a idéia de progresso está fortemente vinculada à idéia de modernização. T.B. Bottomore (1987, p. 267), um crítico do conceito de crescimento econômico, diz que “a realização do progresso depende do conhecimento das condições e modos de mudança social e das circunstâncias de determinada sociedade”.

A industrialização é confundida freqüentemente com desenvolvimento, uma vez que provoca mudanças estruturais no setor produtivo, ao utilizar máquinas e equipamentos que sugerem inovações tecnológicas contínuas. Essa concepção associa-se principalmente às regiões em fase de implantação e concentração industrial. Sabe-se, no entanto, que a presença física da indústria, simplesmente, não significa melhoria ao alcance de todos.

A prosperidade, no mesmo diapasão, corresponderia à qualidade de utilização de recursos (salários e lucros) pelas pessoas para desfrutarem das benesses oferecidas pela sociedade de consumo, gestada no interior desse modelo de crescimento econômico contínuo. Quanto mais consumo mais geração de riqueza, quanto mais geração de riqueza mais consumo. Trata-se de uma concepção de fortes bases liberais, atribuindo ao indivíduo toda a responsabilidade pela sua inclusão ou exclusão nesse modelo. Assim, a virtude individual seria preparar-se para a inserção e permanência nessa sociedade e a recompensa seria o conforto e o atendimento de suas necessidades, previsíveis em cada etapa de sua vida.

O conceito de desenvolvimento, na perspectiva crítica, no entanto, considera as contradições. Celso Furtado (2001, p. 8-9) questiona o desenvolvimento, apresentando-o como mito. Para ele,

Pelo menos 90% dos mitos que aí encontramos fundam-se na idéia segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os padrões de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, são acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro

Mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.

Com o campo de visão da realidade delimitado por essa idéia diretora, os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital, no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelúquia concebida fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do estoque de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses provados.

Sérgio Boisier (2005, p. 51) afirma que “o vocábulo ‘desenvolvimento’ denota um conceito que tem ‘completude’, não necessitando de mais nada para o seu cabal entendimento”. O autor completa que:

O desenvolvimento é um fenômeno dependente da trajetória e historicamente evolutivo e que, como tal, se inicia em um lugar (ou em vários, mas nunca em todos). Ele é sempre um processo essencialmente endógeno (ainda que sua base material possa ser considerada exógena), sempre descentralizado, e sempre com uma dinâmica de tipo capilar ‘de baixo para cima e para os lados’, que terminará por produzir, em função da dialética territorial/função própria da modernidade, uma geografia do desenvolvimento, raras vezes uniforme, comumente com a forma de arquipélago ou, ao extremo, como uma forma de dicotomia centro/periferia.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento só pode ser humano, sustentável ou endógeno. Esse caráter de completude de seu significado expõe a redundância de qualquer adjetivo que se queira agregar. Por esse motivo ele é, então, multidimensional. As expressões desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional, ou desenvolvimento internacional são escalas de análise; apesar de cada uma delas possuir suas especificidades, o desenvolvimento contém várias unidades dialéticas, entre elas o fato de não acontecer simultaneamente em todos os espaços e segmentos.

Trata-se, portanto, de um termo de amplo espectro que, aplicado aos movimentos da sociedade em suas relações entre pessoas e dessas com a natureza, suscita múltiplas interpretações, expressando tanto o modo como se dá como também a materialização desse movimento. Ele é, então, meio e fim das relações sociais quando se lhe atribui valoração quantitativa e qualitativa, intrinsecamente combinadas.

A história, marcada por relações extremamente desiguais, fez com que um grupo de países assentasse sua organização econômica, social e política em bases que favoreceram as elites locais diretamente relacionadas com as transações centro/periferia, materializando condições desfavoráveis que se estendiam à maior parte da sociedade. Assim, para grande número de pessoas privadas do básico para a inserção mais equitativa, não restou outra condição a não ser a reprodução e o agravamento das precariedades. Não se pode deixar de mencionar, ainda, o papel do Estado interferindo decisiva e institucionalmente na arregimentação de um desenvolvimento excludente.

Essa visão de desenvolvimento desconsidera a evolução linear dos países subdesenvolvidos, afirmando que os países industrializados centrais já viveram em condições de menor desenvolvimento, mas nunca foram subdesenvolvidos, uma vez que a sua formação econômica e social não deriva de situações análogas à dos países do Terceiro Mundo.

No caso brasileiro, a divisão territorial do trabalho levou à configuração das intensas desigualdades regionais (SEABRA e GOLDENSTEIN, 1989, p. 47), o que suscita a necessidade de se estudar essa dinâmica e a configuração espacial e territorial decorrente. Cada uma das regiões, e até mesmo sub-regiões, apresenta particularidades que lhe diferenciam e identificam, porém encerra elementos que a integram ao movimento da totalidade.

Há, ainda, subáreas distintas no interior de cada região, caracterizando ampla diversidade cultural, econômica, social, paisagística, e, por conseguinte, territorial. Em relação à política (governo), no entanto, essa diversidade não se faz tão evidente, ao refletir o caráter federativo, mas se particulariza ao reforçar uma tradição bastante atarracada do jeito brasileiro local e regional de fazer política.

A configuração territorial de uma região constitui um meio instigante de análise da realidade quando se intenciona compreender e sugerir medidas propositivas para o desenvolvimento, numa perspectiva que condicione a dimensão econômica como meio e não como fim.

1.3. Território e territorialidade como base e expressão do desenvolvimento

Economistas, sociólogos, antropólogos, historiadores e geógrafos, entre estudiosos de várias outras áreas do conhecimento, dedicam boa parte de sua energia ao tema desenvolvimento, porém com objetos de estudo distintos. O geógrafo toma para análise um sistema territorial já elaborado. “Produção susceptível de mudança, contudo suficientemente

fixa para ser analisada”, afirma Raffestin (1993, p. 153). Para ele, toda análise supõe uma linguagem, ou seja, um método.

Para os geógrafos, o espaço constitui categoria fundamental de análise. O espaço geográfico, criado a partir das relações da sociedade com a natureza, contém o espaço social, conseqüente das relações das pessoas entre si. O espaço, portanto, é parte da realidade, sendo essa a portadora da totalidade. (SANTOS, 1996, p. 49)

O território forma-se *a posteriori*, a partir das relações de poder que se estabelecem num determinado espaço. O território é carregado de intencionalidades, que se manifestam no espaço. A intenção das pessoas ao escolherem um lugar ou optarem por ficar onde estão, imprimindo nele uma paisagem que reflete essas intenções e interações, corresponde ao território. As relações dessas pessoas com a natureza e entre si pressupõem a existência de poder (técnico, econômico, social, político e cultural) e é isto que caracteriza o território, construído num dado tempo e espaço, encerrando, portanto, a realidade.

As ações das pessoas, instituições e organizações, compreendendo-as como sujeitos, determinarão a formação dos territórios. Essa interação pode ser material (refletida no espaço) ou imaterial (como nas comunicações, por exemplo). De qualquer maneira, essas interações contribuem para a formação, permanência ou supressão dos territórios. O território, então, se transforma em espaço de vida e de trabalho, constituindo o espaço vivido. Não há território sem enraizamento, o que evidencia a forte conotação histórico-cultural dos mesmos. (RAFFESTIN, 1993, p. 150)

O poder emana dessas relações organizadas hierarquicamente num determinado território, o que permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou mantido, possibilitando a integração e a coesão do território. Certamente essa integração e coesão são decorrentes das relações que se estabelecem entre as pessoas ou grupos, o que cria e estabelece as condições para que se originem as relações de poder. É interessante lembrar que essas relações tanto ocorrem na escala local (comunidade, bairro, cidade), como na escala nacional (entre estados e regiões), ou internacional (entre países e continentes).

Estudar cada caso constitui uma forma eficaz de se analisar as relações entre território e desenvolvimento, identificando as potencialidades e os entraves ao desenvolvimento, se o que se pretende é disponibilizá-lo a um número crescente de pessoas.

As potencialidades e os entraves emanam dos recursos endógenos (solo, clima, água disponível, nível técnico-cultural de quem os explora, mobilização das forças produtivas e sociais, infra-estrutura de transporte e comunicação, concepção dos governantes locais, entre

outros) e das condições exógenas (investimentos, demandas, consumo, concorrência, conjuntura política e econômica, só para citar alguns).

Muitas dessas relações se materializam, tornando-se, então, visíveis, enquanto outras se restringem ao campo do imaginário, tornando-se, portanto, intangíveis. Mesmo nessa condição, no entanto, essas relações devem ser consideradas, pois as ações são precedidas pelas idéias. A intersecção de materialidades e imaterialidades num determinado território vai criando contornos espaciais e imprimindo fisionomias que se refletem em imagens, denotando as territorialidades. O fator cultural tem peso significativo nessa categoria de análise, constituindo o cimento que as edifica.

Numa única região pode haver vários territórios e várias territorialidades. Eles dependem da co-relação de forças locais no plano político, das atividades produtivas e comerciais no plano econômico, das relações de trabalho no plano econômico e social, das técnicas e concepções de natureza no plano ambiental e ideológico, e dos valores éticos, morais e religiosos no plano cultural.

Em regiões contidas, a territorialidade mais visível está expressa num quadro socioeconômico e ambiental pouco edificante, cuja imagem é a de pessoas em idade produtiva com altos índices de desemprego ou na informalidade, construções com estética empobrecida, solos degradados, erosão saliente, terras ociosas contrastando com a carestia. Perpassando esta materialidade opaca existem elementos imateriais, portanto intangíveis, que atuam como forças poderosas na definição daquele quadro: governos locais comprometidos com interesses setorializados e elites cujo poder não vai além dos seus interesses individuais, enquanto a maioria da sociedade permanece desmobilizada, acrítica ou cerceada diante daquilo que a oprime.

Tentar compreender o desenvolvimento em sua complexidade é tarefa desafiadora. Cada porção do território encerra elementos múltiplos de relações e caracterizações. Algumas áreas do conhecimento têm destacado a dimensão territorial, porém isto tem resultado em explicações insuficientes, uma vez que toma o território apenas como uma das dimensões da realidade. Por ser uma categoria construída a partir de relações de poder e por possuir limites em seus domínios, a conflitualidade é inerente ao território (FERNANDES, 2005, p. 26).

Por se constituir numa categoria construída a partir de relações de poder e por possuir limites em seus domínios, a conflitualidade é inerente ao território. Uma interpretação geográfica do território considera esse conjunto de significações, apontando para uma nova conceituação dessas interpretações: o desenvolvimento territorial. Contrapondo-se ao

desenvolvimento setorial (unidimensional), o desenvolvimento territorial contempla a realidade *in totum*, daí a sua essencialidade pautada na equidade e no protagonismo.

1.4. Desenvolvimento territorial: conteúdo e forma

Além de um conceito, o desenvolvimento territorial é um modelo político concebido para promover o desenvolvimento de um determinado lugar, região ou país. Enquanto o desenvolvimento setorial prioriza apenas alguns setores da realidade, sendo, portanto, parcial, o desenvolvimento territorial a contempla em sua totalidade. Dessa forma, é multidimensional e sua operacionalização enfatiza as dimensões: educação, saúde, ambiente, agricultura familiar, agronegócio, cidade, campo etc. Nessa concepção, ninguém e nenhum segmento, podem ficar de fora, pois, nesse caso, estar-se-ia setorizando e, conseqüentemente, incorrendo na parcialização.

O desenvolvimento local e o regional são escalas geográficas do desenvolvimento territorial. Nele está contida a utopia da equidade, pois não dissocia o homem da natureza, considera homens e mulheres de todas as cores, etnias, credos, opções sexuais, e concepções ideológicas, presumindo-os na condição de sujeito, não na perspectiva do sujeitar-se, referindo-se à polissemia do termo, mas no sentido de ator, aquele que incorpora e vive o personagem (FERNANDES, 1996, p. 154), o que caracteriza o protagonismo.

O desenvolvimento territorial é inclusivo, daí o seu caráter libertador. Inverte o foco da visão, que deixa de ser exógena ou descendente para se tornar endógena ou ascendente. O ponto de partida é o que está próximo (escala local) e que incomoda, estimulando a busca de solução por meio de estratégias envolventes, que vão do cidadão às esferas da supra-estrutura.

Vê-se, então, que o desenvolvimento é imbuído de forte concretude e que a sua construção e percepção estão no ambiente em que se vive, daí que a escala local ganha uma conotação destacável. Nessa perspectiva, o local não é apenas aquilo que se observa, ele passa, então, a se constituir num *locus* de anseios, planejamento e ação.

Foi na Áustria, no início da década de 1970, que se começou a discutir a idéia de desenvolvimento local pela primeira vez. A reestruturação da economia mundial, desencadeada pelo processo de globalização, em curso desde as últimas décadas do século XX, provocou impactos desconcertantes na maior parte dos países e regiões do mundo. Mesmo na Europa, países estáveis tiveram que repensar conceitos clássicos de crescimento econômico, em voga durante a chamada “era de ouro”, que se estabeleceu no pós-guerra. A centralidade das vizinhas Alemanha e França, principalmente baseada na intensificação das

inter-relações com a CEE (Comunidade Econômica Européia), pressionou a Áustria, então fora daquele bloco econômico que se fortalecia, a buscar novas estratégias para preservar a sua autonomia econômica, comercial, política, social e cultural. (VEIGA, 2003, p. 283)

Surgiram, então, as primeiras propostas discutidas pelas organizações internacionais para reestruturação industrial, o que acabou convergindo para o “desenvolvimento local”. Tal tendência acabou provocando fortes impactos no conceito austríaco de planejamento. Entre 1981 e 1991, o conceito evoluiu da clássica visão de desenvolvimento a partir da intensificação industrial e na redução das disparidades regionais de padrão de vida por meio da atuação de empresas em áreas menos favorecidas, mediante incentivos fiscais e financeiros, para o empenho em se definir o potencial de cada região para um desenvolvimento “endógeno”, dando origem, no âmbito federal, ao Programa para o Desenvolvimento Regional Endógeno - FER (Idem, p. 284).

Vários autores têm se ocupado em compreender e definir o desenvolvimento endógeno. As transformações recentes vivenciadas e empreendidas pela sociedade contemporânea provocaram rupturas irreversíveis na arquitetura geopolítica e econômico-social nos últimos anos, reclamando novas interpretações e novos conceitos. Tais transformações se refletem também na necessidade de revisão no papel do Estado e, conseqüentemente, nos paradigmas do desenvolvimento. Se, em outros momentos, a centralização político-administrativa do Estado, por meio de mecanismos burocráticos e fiscalizadores propiciavam melhores condições às ações promotoras de crescimento econômico, no presente, a descentralização mostra-se como uma forma mais eficaz de articulação de energias e recursos canalizados ao desenvolvimento. É nesse contexto que se fortalece a noção de desenvolvimento endógeno.

Amaral Filho (1996, p. 37) apresenta a seguinte análise:

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produtor e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo definido como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

Vislumbra-se, então, a idéia de que ninguém e nenhum segmento pode atuar sozinho, sob o risco do enfraquecimento e da inércia. Desponta o conceito de parceria ente os atores envolvidos, sendo eles públicos, privados, nacionais, regionais ou locais. Novos princípios pressupõem novas metodologias e novas ações, o que se reflete no surgimento de novas territorialidades.

É nesse contexto que desponta a idéia de território para além da noção tradicional, que o restringia à noção de área delimitada pelas fronteiras geográficas. O território, então, passa a ser visto como o resultado da convergência dos desejos e ações dos atores que ali interagem. O contraste entre os interesses e o *status* econômico e social desses atores faz emergir o poder, que é a condição *sine qua non* para a configuração dos territórios.

A interação cotidiana desses atores desencadeia uma dinâmica que extrapola os limites geográficos de uma região ou de um lugar, inserindo-a(o) numa realidade maior, que é a totalidade. Nesse contexto, o termo desenvolvimento parece ser mais apropriado que os superados planejamento e ordenamento. Esses últimos remetem a algo acabado, idealizado pela supra-estrutura e pronto para ser implantado. Seria, então, uma política descendente e consentida pela população local. O desenvolvimento, em sentido oposto, seria gestado e desejado pelas pessoas do lugar, que se envolvem na sua execução. Seria algo compartilhado e, portanto, ascendente. Há, desse modo, menor possibilidade de confusão de papéis entre a sociedade e o Estado, pois a permanência das identidades distintas justifica a inter-relação, e os resultados desejados são a expressão concreta dessa interação.

1.5. Desenvolvimento territorial em regiões contidas: a tentativa de construção de um conceito

As relações mundializadas do tempo presente não suprimem a noção de desigualdade territorial, embora se torne mais difícil produzir uma tipologia dessas diferenciações. Há que se considerar a formação e a herança histórica de cada região, bem como as modificações materializadas no meio geográfico. Essas constatações permitem observar a complexidade das relações e das configurações, caracterizando o que Santos e Silveira (2003, p. 259) chamam de “zonas de densidade e de rarefação, fluidez e viscosidade do território, espaços de rapidez e da lentidão, espaços luminosos e espaços opacos”.

Entre os tipos de densidade, eles falam em:

Densidade urbana, medida pela população urbana, pelo número de cidades, pelo perfil urbano; densidade rural, definida pela população rural ou agrícola; densidade produtiva calculada em função da superfície, da população total, da população ativa, da população adulta etc; densidade do

emprego visto globalmente ou considerado como setor ou subsetor de atividade; densidade do consumo, a ser medida em vista da população geral ou da sua densidade. O mesmo cálculo pode ser aplicado às densidades das vias e do movimento, podendo ambas ser consideradas em função da superfície ou da população. (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 260)

Os autores chamam a atenção para a distinção que se deve dar à idéia de espaço da rapidez e zonas de densidade, não atribuindo o mesmo significado em relação à idéia de espaços de lentidão e zonas de rarefação. Para eles, “a idéia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também pode ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer”. (p. 263). Os atributos do mandar fundamentam-se na superposição das divisões do trabalho que se sustentam mutuamente, assim, esses espaços que dão ordens tornam-se também “espaços da fluidez efetiva e também espaços da rapidez”. Esses espaços influenciam o território, pois são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento, já que este induz e é induzido por meio de “todas as modalidades de informação subjacentes à produção moderna”.

Essas reflexões induzem a outras, igualmente estruturantes: para que e a quem serve ser “rápido” ou “lento”? Quais são as conseqüências econômicas, sociais e políticas da lentidão e da rapidez? Além desses questionamentos, os autores destacam a essencialidade do reconhecimento dos processos reguladores e suas manifestações geográficas.

Os espaços que acumulam densidades técnicas e informacionais tornam-se mais aptos a atrair capital, tecnologia e organização, tornando-se alvo de interesse de empresas, pessoal qualificado, investimentos públicos em infra-estrutura etc. No outro extremo, há espaços em que essas características estão ausentes, colocando-se, portanto, numa condição de submissão aos primeiros. Os autores denominam esses espaços de luminosos e opacos, considerando a diversidade hierárquica existente entre ambos.

Essas reflexões, sem a agudeza da criticidade, podem levar a uma interpretação linear, portanto, limitada das inter-reações espaciais. O lugar, por si só, não se reveste de poder suficiente para influenciar e interferir em realidades externas a ele. O poder de comando e de regulação é um atributo das entidades públicas e privadas dotadas de força. As instituições e organizações são criadoras e detentoras do poder articulador e regulador, que se manifesta espacialmente. Para Santos (1998, p. 22), o “espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação”, consorciando os sistemas de engenharia e os sistemas normativos presentes em cada lugar. O comando e a obediência, então, emanam de um conjunto de condições. Tais interpretações expõem as contradições engendradas pela Divisão

Internacional e Territorial do Trabalho cuja lógica cria, suprime e recria regiões para atender aos interesses de quem, naquele momento, detém o poder.

Há regiões cuja localização e disponibilidade de recursos e ou equipamentos contribuem para que se tornem atrativas para pessoas e para investimentos, potencializando a sua caracterização e daí o seu engajamento em outras regiões igualmente constituídas. Ao mesmo tempo, outras áreas com caracterização contrária, ou que ainda não despertaram o interesse dos sujeitos hegemônicos, são ocupadas e ou exploradas com velocidade inferior, desencadeando, portanto, energia oposta às primeiras.

As regiões atrativas exercem efeito polarizador, para onde convergem mais pessoas e mais capital. Estes se representam em adensamentos populacionais, infra-estrutura equivalente às suas necessidades e expansão técnica e tecnológica que, permanentemente, as impelem em direção ao novo. As regiões atrativas, portanto, se auto-alimentam. No outro extremo dessa mesma engrenagem, algumas regiões desenvolvem uma força desagregadora cuja energia é canalizada para desprender recursos (matérias-primas e trabalho humano) em abundância, pois a disponibilidade é maior que o consumo local.

Há, no entanto, complexidade nessas relações, o que nega uma linearidade entre ambas. Apesar do predomínio de ações que caracterizam o fazer e o mandar, pode haver atividades opostas em cada uma delas. Alguns setores podem apresentar-se altamente dinâmicos nas regiões mais lentas e outros bastante retraídos, mesmo que inseridos nas regiões mais movimentadas. Essa lógica é construída por uma sociedade cujos mecanismos de funcionamento são alheios à interdependência orgânica entre as pessoas e entre essas e a natureza. Trata-se, aqui, do modo de produção capitalista, que interrompe a solidariedade naturalmente estabelecida entre os diferentes grupos para o atendimento das necessidades comuns. Nessa lógica interagem elementos externos e internos, oferecendo os “ingredientes” para uma aparente contradição. Externamente, interesses instrumentalizados por instituições públicas e por recursos e sistemas técnicos e tecnológicos exercem o poder de comando e organização espacial. Internamente, grupos de interesse reproduzem essa sistemática, legitimando o processo e se legitimando como grupos locais de poder. Aos que não se inserem nesse processo, restam a conivência ou a resistência à ordem instituída. A cultura, no sentido sociológico, e o conhecimento, no sentido técnico-político, constituem-se nos elementos fundantes da tolerância ou da resistência. Quando predomina um cenário favorável à tolerância (alguns grupos políticos locais coniventes com o *status quo*, mobilização insipiente dos grupos excluídos, alguns dificultadores de ordem locacional e natural, entre outros) tem-se a formação de regiões contidas.

Por regiões contidas entendem-se aquelas formadas na contradição imanente da Divisão Internacional e Territorial do Trabalho. Nesse sentido foi que elas se tornaram mais lentas, como consequência de forças opostas e desiguais. O termo contido, então, expressa a idéia de freado, reprimido, de não expansão (FERNANDES e GIL, 2005), o que denota a sua conexão com o movimento contrário, possibilitando a compreensão de que os lugares não se explicam por si só, pois estão inseridos na totalidade, que é resultante das relações sociais e das relações das pessoas com o meio natural.

Essa interdependência forçada só é interrompida, nas regiões contidas, quando os interesses se voltam para alguns recursos disponíveis (solo, minerais, belezas cênicas, trabalho barato, entre outros). Esse novo olhar, então, demonstra que elas são reservas de valor adormecidas e à espera de interesses que as despertem. Um exemplo que se pode citar é a revitalização recente de algumas regiões do Brasil com as atividades turísticas, como Porto Seguro, na Bahia, e Bonito, em Mato Grosso do Sul.

Outras podem ser “redescobertas” se, porventura, se localizarem entre duas regiões de tempo rápido, havendo a necessidade de interligarem-se com as outras mais dinâmicas. Por se tratar de um espaço contíguo, aquela região localizada entre os dois pólos pode vitalizar-se ao sediar um entroncamento no setor de transporte e ou de comunicação, por exemplo. Aqui se pode citar a revitalização do Sudeste de Mato Grosso do Sul (Paranaíba, Chapadão do Sul, Três Lagoas), entre outros fatores, com a expansão da soja nas porções central e Norte do Estado e a intensificação dos transportes rodoviário e ferroviário, esse com a implantação da ferrovia que liga a área de produção ao porto de Santos.

Uma outra maneira de se revitalizar uma região pode ocorrer quando a população que aí reside toma para si a decisão de lhe mudar o destino. Para isso, é preciso que se reconheça como parte da totalidade, identificando suas especificidades e sua interligação com outros lugares.

Nesta pesquisa, intenciona-se contribuir para a compreensão das especificidades e da interdependência da Nova Alta Paulista, que se configura como uma área de desenvolvimento contido, com as áreas concentradas do Estado de São Paulo. Procura-se, ao longo do estudo, identificar as suas potencialidades e os freios que a contêm. Sendo contida a dinâmica do desenvolvimento, será contido o desenvolvimento regional e, como consequência, serão contidos também os territórios que se forjam no interior dessa região. Compreende-se que a realidade engendra os problemas, mas está sempre prenhe da solução. Nesse aspecto, a ciência geográfica pode proporcionar valiosa contribuição.

1.6. Desenvolvimento territorial e inserção ativa: algumas considerações

Os impactos provocados pela modernidade já se traduzem em novos conteúdos expressos nos territórios, configurando também novas territorialidades, o que exige novas leituras de seus significados, sob o risco de se perder a compreensão dos fenômenos que se nos apresentam. Um deles é a perda de liberdade pelo enfraquecimento do poder que as pessoas e grupos têm de interferir na realidade, de modo a tornarem-se protagonistas ou não de suas próprias vidas.

A inserção da economia e da sociedade brasileira no contexto internacional globalizado vem provocando mudanças estruturais no paradigma produtivo do país e também nas relações entre os atores sociais envolvidos. Assim, definem-se novos condicionantes de localização das atividades produtivas, como as que configuraram a organização espacial do país ao longo do século passado, criando a conjuntura favorável à produção espacial da área em estudo.

As dinâmicas espaciais engendradas no bojo da então divisão territorial do trabalho, cujo motor se assentava na concentração industrial do Sudeste brasileiro, especialmente nas regiões metropolitanas, fizeram surgir áreas de considerável modernização e competitividade ao mesmo tempo em que se configuraram outras áreas e subáreas pouco competitivas (SEABRA e GOLDENSTEIN, 1989, p. 60) ou de dinamismo efêmero, como foi o caso do Oeste do Estado de São Paulo, provocado com a expansão da cultura cafeeira onde antes vicejava a floresta.

Tais constatações nos remetem para as formas de atuação do Estado brasileiro e seu relacionamento com os agentes econômicos e sociais. Naquele período de reestruturação produtiva, reproduzindo os procedimentos governamentais anteriores, o Estado reforçou o dinamismo das regiões em efervescência efetuando investimentos em setores básicos, como energia, transporte, comunicação, instalação de centros de pesquisa, entre outros, o que contribuiu para aumentar as desigualdades regionais no país e mesmo dentro das próprias macrorregiões. (DEAN, 1971, p. 51)

A herança moderna dessa política de atuação é a heterogeneidade que caracteriza a realidade espacial do país em seus aspectos sociais, econômicos, técnicos, tecnológicos, ambientais e culturais. A sua inserção competitiva na economia globalizada (ARAÚJO, 1999, p. 22) privilegia ainda mais as regiões já integradas aos fluxos econômicos internacionais, enquanto nas regiões menos dinâmicas acentua-se a marginalização econômica, com custos sociais escorchantes manifestados no desemprego, baixa remuneração e aumento dos níveis

de pobreza. As políticas compensatórias assistencialistas, nessas regiões e sub-regiões, pouco ou nada contribuem para a reversão de uma realidade estrutural.

Nesse contexto, é essencial que se discuta o (re)significado do conceito de desenvolvimento, tanto na perspectiva da população, distribuída nos diferentes segmentos econômicos e nas diferentes instituições, quanto na perspectiva do poder público. Por parte deste, a concepção de desenvolvimento deve embasar políticas públicas que promovam uma inserção mais equitativa dessas regiões em desvantagens. Faz-se referência, aqui, às políticas públicas nas três instâncias – federal, estadual, e municipal – articuladas com os diversos segmentos locais e regionais, de modo a desencadear um processo virtuoso substituindo um círculo vicioso fundador e fundante das abomináveis desigualdades regionais em todos os seus matizes.

Assim, o desenvolvimento territorial apresenta-se como uma concepção teórico-política mais completa, pois contempla a totalidade, considerando aí todo o movimento empreendido pelos atores sociais envolvidos.

O desenvolvimento territorial não tolera as políticas compensatórias, pois estas são setoriais e, assim, não promovem a liberdade. Ao contrário, elas são inibidoras, pois ferem o princípio do protagonismo e da inclusão. Para se opor às políticas compensatórias, o desenvolvimento territorial propõe políticas afirmativas, advindas de grupos que se sentem preteridos em aspectos que comprometem a sua liberdade. (FERNANDES¹, 2004)

A conflitualidade, nesse processo, é inerente ao desenvolvimento, já que ele é mediado pelo conflito desencadeado por interesses e procedimentos divergentes. Nesse aspecto, a mediação do Estado como estimulador e garantidor das ações priorizadas pelos atores sociais torna-se fundamental, pois contempla o caráter universalista dos resultados, o que contribui para o equilíbrio. Por outro lado, o cidadão não deve atuar isolado, pois os segmentos organizados dispõem de mais poder de convencimento e de articulação. Para promover o desenvolvimento deve haver uma interação entre as escalas de poder: a local, a regional, a estadual e a nacional, pois nenhuma delas, isoladamente, é capaz de empreender um desenvolvimento baseado na equidade e na eficiência.

Desenvolvimento é um processo multidimensional que envolve diversos e diferentes segmentos sociais e instituições, podendo ser compreendido de duas formas: uma setorial (parcial) e outra territorial (completa). A forma setorial contempla uma ou mais dimensões: social, econômica, cultural, ambiental, técnica, porém as contempla de maneira estanque,

¹ O desenvolvimento dessas noções tem sido fruto de intensos debates realizados no Núcleo de Estudos sobre a Reforma Agrária – NERA/UNESP -, sob orientação do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes.

nunca em sua totalidade. Já a forma territorial abarca a totalidade. Os aspectos qualitativos do desenvolvimento, portanto, estão no plano teórico-político, já que se vinculam a concepções. Não há desenvolvimento sem participação institucional, uma vez que a sua percepção pelas pessoas depende de realizações concretas, que se manifestam nos bens, equipamentos e serviços de que nos valem todos os dias nas mais diversas situações e necessidades.

Na escala federal, Tânia Bacelar de Araújo (1999, p. 17) propõe a criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional pautada no que ela denomina de inserção ativa em contraposição à desintegração competitiva (referente ao atual modelo de desenvolvimento assentado nas tendências de mercado).

A configuração territorial do Brasil, forjada ao longo de séculos por meio de uma divisão internacional do trabalho concentradora e excludente, reproduziu desigualdades que espelham, ainda hoje, essa mesma lógica (SEABRA e GOLDENSTEIN, 1989, p. 46). Para interferir nessa realidade, de modo a oferecer as mesmas oportunidades a todas as pessoas e grupos, com a intenção de reduzir as desigualdades regionais, é preciso que se conheça de modo mais próximo a formação econômica e social de cada região (ANDRADE apud SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 26). Estudos e propostas generalistas extensivas ao país ou às macrorregiões não conseguem dar conta das especificidades regionais, o que dificulta uma interferência capaz de proporcionar um desenvolvimento mais harmônico.

Marcado pela heterogeneidade e diversificação em todos os aspectos, o foco de qualquer política pública estadual ou federal deve pautar-se na busca de equidade. Neste aspecto, cada região deve ser estudada e conhecida em suas particularidades para que se conheçam suas potencialidades, entraves, interações intra e extra-regionais, e dinâmica recente da base produtiva já instalada (Idem).

É nesse contexto que o local ganha destaque, exigindo, inclusive, um esforço de definição. Ele deixa de ser o *lucus* das informalidades do cotidiano, onde o suceder contínuo do tempo parece dificultar a compreensão das relações que aí se estabelecem, para ganhar uma dimensão conceitual que permitirá identificar as suas amarras.

Para Appendini e Nuijten (2002, p. 76) “o conceito de local faz referência à incrustação (*embedding*) de realidades em maior escala em mundos concretos”. É na escala local que os atores sociais agem e interagem envolvidos em instituições, compreendendo-as como “estruturas do tipo regulativo, normativo e cognitivo que dão estabilidade, coerência e significado ao comportamento social. As instituições são transmitidas por diferentes meios: cultura, estruturas e rotinas”.

Entre algumas instituições em que as pessoas convivem e interagem podem-se citar: a família, o matrimônio, os direitos de propriedade, a comunidade, as regras, as leis, as diversas associações de caráter social ou econômico, o governo local, o mercado de trabalho, as relações de gênero, os grupos de crédito, as cooperativas.

Quando as pessoas se mobilizam, o local pode transformar-se numa base de reflexão e de ação capaz de inverter a lógica instituída, se essa deixar de atender-lhes os anseios, reorientando as ações dos governos e das próprias instituições. A mobilização e as reflexões constituem um espelho onde as pessoas e instituições podem olhar-se para verem refletidas a sua identidade e as condições materiais presentes.

A Nova Alta Paulista vive essa fase. A sua dinâmica recente aponta um esforço extraordinário para a tentativa de inserção na modernidade. De sua mobilização local e regional, das políticas concebidas pelas instâncias mais amplas e, principalmente, das articulações entre esses atores sociais, é que se desenhará o futuro.

1.7. Região e território: as dimensões do desenvolvimento

Como demonstram as evidências, a Nova Alta Paulista constitui-se numa área com características comuns a outras tantas, cuja formação regional colocou-as em condições econômico-sociais desfavoráveis. Apesar das semelhanças, cada uma guarda peculiaridades que as tornam singular. Para a população local, não se trata de uma simples área geográfica, mas de uma região, exteriorizando o seu ideário de pertencimento. Esse aspecto inspira maior dedicação à análise da concepção de região, conceito tão caro à ciência geográfica. O emprego do termo região, de longo uso temporal, não se restringe ao meio acadêmico. Como diz Gomes (2003, p. 53):

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial. Empregamos assim cotidianamente expressões como 'a região mais pobre', 'a região montanhosa', 'a região da cidade X', como referência a um conjunto de áreas onde há o domínio de determinadas características que distinguem aquelas áreas das demais.

Outro emprego do termo região, bastante conhecido, refere-se a sua delimitação como unidade administrativa, sendo a divisão regional o meio pelo qual se exerce a hierarquia e o controle na administração pública em qualquer uma das três escalas: municipal, estadual e federal.

Mesmo nas ciências, como a biologia, antropologia, geologia, e outras, a noção de região é bastante utilizada. Ela está associada à localização de um determinado fenômeno ou objeto: de uma espécie animal ou vegetal, de afloramento de um mineral, determinadas manifestações culturais ou determinadas relações sociais, por exemplo.

Na geografia, ciência que tomou para si a tarefa de sistematizar as reflexões sobre este conceito, o uso da noção de região é bastante complexo. Não se constitui foco de análise, neste trabalho, um resgate histórico da construção desse conceito. Para os objetivos propostos, a atenção será dada às discussões contemporâneas acerca dessa temática, cujo intuito é contribuir com as reflexões sobre a formação regional de uma determinada porção do Estado de São Paulo, com características próprias em alguns aspectos e com indefinição em relação a outros. Na visão de muitas das pessoas representativas entrevistadas, essa ambigüidade (ser ou não ser uma região reconhecida oficialmente) constitui-se num dos nós que emperram o seu desenvolvimento. Alegam que a indefinição como uma região político-administrativa dificulta o estabelecimento de ações governamentais focadas em objetivos amplos, colocando-a assim numa condição secundária quanto à dotação orçamentária, que estabelece prioridades na liberação de recursos para instalação e manutenção de infra-estrutura.

Embasado na tradição clássica, o conceito de região passa por profundas revisões após a década de 1950, quando a chamada geografia radical, de inclinação ideológica marxista, tece críticas às aceções anteriores, introduzindo questionamentos sobre a influência da divisão internacional do trabalho na construção de espaços e territórios, vendo-os como resultantes de complexas relações entre as pessoas e entre essas e a natureza. Esse conceito ganha novas tonalidades sob uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético, e também nas geografias humanista e cultural.

Em relação aos novos paradigmas introduzidos na ciência geográfica, Corrêa (2001, p. 187) afirma que:

Três conceitos de região foram desenvolvidos após 1970. O primeiro refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Trata-se da regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos.

Quanto ao segundo conceito, o mesmo autor afirma que:

A região é considerada como foco de identificação, sendo definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do

espaço por um determinado grupo e, assim, um elemento constituinte de uma identidade. (Anne Gilbert apud CORREA, 2001, p. 188)

Essa abordagem provém de duas fontes. Uma delas é a geografia humanista que considera a região como um espaço vivido e, nesta concepção, é fundamental o sentimento de pertencimento. A outra é a geografia cultural cujas raízes nos remetem aos estudos sobre a paisagem, realizados por geógrafos franceses, alemães e anglo-saxônicos.

Correa (idem) apresenta, finalmente, o terceiro conceito contemporâneo de região: a região como meio para interações sociais.

Trata-se de uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas

Ao longo da pesquisa, entrevistas com pessoas comuns e pessoas representativas, deixam clara a noção de região como espaço vivido, identificando, portanto, o segundo conceito de região apresentado por Corrêa.

Sempre morei na Paulista. Nasci em Pacaembu, onde estão enterrados os meus pais. Por motivo de trabalho mudei-me para Jundiaí, onde agora tenho minha casa. (Neide Oliveira, 43 anos, funcionária pública)

Outro depoimento atesta a mesma concepção:

Quando fui trabalhar em São Paulo e deixei minha cidade, sentia muita saudade. Não via a hora de chegarem as férias ou mesmo um feriado prolongado para voltar para casa, com meus pais, meus irmãos e meus amigos. (Saulo Ramos, 51 anos, operário, ex-morador de Bastos)

Outro jovem reforça a mesma visão:

O carnaval em Panorama é como se a gente estivesse em casa, todo mundo é conhecido. A região inteira está lá. (Marcos Almeida, 25 anos, comerciário, Osvaldo Cruz)

A professora Marlene Furlan (53 anos, Tupi Paulista) também exprime concepção análoga.

Viajo 70 km toda quinta feira para fazer este curso em Adamantina. Chego em casa meia-noite e vou dar aula no outro dia, bem cedo. Não me canso, pois este trajeto me é familiar. Sei a seqüência de todas as cidades, este é meu caminho desde os tempos de estudante universitária.

Um agricultor atesta a sua visão de região como espaço vivido, demonstrando profunda subjetividade ao se referir ao lugar onde vive e trabalha:

Não adianta os técnicos falarem que temos que tratar o nosso sítio como uma empresa. Eu não quero que seja assim. Ali estão a minha casa, a casa dos meus pais, os nossos animais de estimação, a nossa horta.... Uma

família não é uma empresa. (Nilson Manzini, 42 anos, agricultor, Adamantina)

Já a região como meio de interações sociais, denotando, portanto, uma visão política, com base na idéia de que dominação e poder permeiam as relações sociais, pode ser observada nos seguintes depoimentos:

Aqui cada um é por si, pois são muitos os interesses. Se a região não organizar as suas forças, nunca sairemos do lugar. (Hélio Ap. M. Furini, prefeito de Junqueirópolis nos mandatos 1997-2000 e 2001-2004 e presidente da AMNAP em 2003 e 2004)

Na área empresarial, a região ganha sentido prático:

Não é preciso empatar muito capital em terra nesta região, pois há muitas pastagens degradadas por aqui. Depois do café, poucas culturas foram rentáveis. Ao proprietário, o arrendamento para a usina garante rendimento fixo, coisa que ele não vem tendo há alguns anos. (Sérgio Gabriel Seixas, um dos diretores da Central de Alcool Lucélia)

A formação regional da Nova Alta Paulista dá-se no contexto da divisão internacional do trabalho, que desencadeia o processo de regionalização brasileira, particularmente o da região Sudeste, sendo o café a mola propulsora. Inicialmente, sua localização (distante dos principais centros de poder), a disponibilização de recursos naturais (terras fartas, sob condições geográficas e ecológicas favoráveis às lavouras cafeeiras, além da madeira e boa oferta de água), e a ausência de infra-estrutura ofereceram os elementos estruturantes para que se tornasse reserva de valor nas mãos de fazendeiros e empresas loteadoras. Estas foram as que mais se beneficiaram com as ações governamentais voltadas à criação e oficialização de medidas regulamentadoras para a posse das terras e instalação de infra-estrutura.

Ao produzir um dos mais importantes itens da economia brasileira (café para exportação), alimentos para o consumo urbano e matérias-primas para a indústria nacional, essa área inseria-se na economia mundializada e reforçava a consolidação do capitalismo industrial materializando o empenho das elites brasileiras em meados do século XX.

A demarcação locacional da região – entre os rios Aguapeí e Peixe – foi estabelecida por critérios de base geográfica, que inspiravam os engenheiros projetistas responsáveis pelo traçado das ferrovias e os técnicos de órgãos oficiais para demarcação dos municípios. Seguindo os mesmos moldes do planejamento territorial da época (expansão da ferrovia) para todo o Oeste Paulista, ela teve a sua configuração espacial delimitada sem nenhuma objeção.

Sendo o processo de regionalização, sob a égide do modo capitalista de produção, desigual e contraditório, a assimetria entre as classes sociais torna-se evidente, o que resulta numa permanente conflitualidade (FERNANDES, 2005, p. 2) Além dos conflitos decorrentes das formas de aquisição e documentação de terras, eles também ocorriam onde a posse da propriedade seguiu trâmites legais. Considerando os conflitos decorrentes das relações

políticas, econômicas e comerciais assimétricas, eles tornaram-se muito evidentes no plano das articulações políticas, principalmente quando os resultados econômicos dos empreendimentos começaram a demonstrar sinais de declínio.

Em 1969, quando se iniciou o processo de sucateamento da ferrovia, elemento que lhe dava sentido de unidade, a população e as lideranças locais começaram a perceber os interesses fragmentários dos colonizadores, que se refletiam no individualismo e disputa que marcavam o relacionamento entre as jovens cidades. Cada uma se esmerava em agilizar a instalação de infra-estrutura e, principalmente, de inaugurar órgãos públicos, tornando-se especialmente sedes de comarca, pois isso, seguramente, refletir-se-ia na valorização das terras, sendo esse o principal objetivo dos colonizadores, além de amealhar prestígio político às autoridades locais junto ao governo do Estado.

O processo de desmonte da ferrovia foi lento e, somado à catástrofe da geada de 1975 e à conjuntura político-econômica brasileira e mundial dos anos de 1970 e 1980, foi se formando, nos mais diversos segmentos sociais, um sentimento simbólico de região, como que preenchendo a idéia de unidade irradiada pela antiga ferrovia.

Precisávamos nos unir. Era mais fácil reivindicar benefícios aos municípios se estivéssemos organizados em uma associação, sozinhos não teríamos força. A AMNAP nasceu em 1977, como meio de atender as nossas necessidades mais elementares. (Gildomar Pax Pedroso, 75 anos, prefeito de Adamantina à época da criação da AMNAP, secretário na primeira diretoria, e um de seus principais idealizadores)

Vejamos um outro depoimento:

Uma das primeiras reivindicações, assim que percebíamos o desmonte da ferrovia, já em meados da década de 1960, foi a construção da ponte sobre o rio Paraná, que nos ligaria ao então Estado de Mato Grosso. Precisávamos buscar outras conexões e outros mercados, já que localizávamos distante dos grandes centros consumidores. Para o Leste, as dificuldades seriam maiores, então, começamos a olhar para o Oeste. (Luiz Vivaldo Schimit, 72 anos, advogado, professor e vereador em Dracena, em seu sétimo mandato)

A percepção da região como espaço vivido, tão facilmente identificável entre os moradores das diferentes classes sociais, e da região como resultado da divisão territorial do trabalho, remete à idéia de região econômico-política como unidade de análise conceitual, sob o enfoque teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético. Esse conceito de região fundamenta-se na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas (lutas de classe e conflito social). Para compreendê-la melhor, recorreu-se às reflexões de Francisco de Oliveira (1983, p. 24-31) e Seabra e Gondenstein (1989, p. 47-49)

Oliveira (p. 27) destaca o enfoque da formação geográfica da região, que surge de uma síntese da formação econômico-sócio-histórica num contexto espacial e temporal característicos. Para ele, se privilegia, nessa abordagem teórico-metodológica, “um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”.

Seabra e Goldenstein (1989, p. 47) sintetizam a interpretação de Oliveira (1975, p. 25-31) sobre o conceito de região econômico-política. Para estes autores, ela é “um dado da realidade objetiva das formações econômico-sociais nacionais e tem uma dimensão espacial cuja especificidade pode ser rigorosamente determinada no contexto teórico-metodológico analisado sob a ótica do materialismo histórico e dialético”. Os mesmos identificam algumas características inerentes às regiões econômico-políticas:

- no caso brasileiro, elas são produzidas sob a égide da divisão territorial do trabalho, sob influência do controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores mais avançados, porém subordinados ao capital monopolístico internacional, daí a sua transformação em uma “economia nacional”;

- por se configurarem como uma região específica, as classes dominantes locais “fecham” o território à inserção de outras formas de geração de valor e de novas relações de produção. Como instrumento de defesa, valem-se da influência política, conseguindo, assim, reproduzir as relações sociais predominantes de dominação;

- suas especificidades são determinadas internamente e, também, pela sua inserção na totalidade marcada pela reprodução ampliada do capital;

- o espaço social traduz toda a carga da reprodução do capital e das relações de produção, engendrando desigualdades e contradições que se manifestam nas regiões, pois está inserido num todo mais abrangente;

- as particularidades internas, no entanto, não as previnem da etapa monopolística do capital, que leva a um processo de desaparecimento da região pela hegemonia do capital industrial, fusão do capital bancário e industrial e, conseqüentemente, pela etapa monopolística, com a fusão entre Estado e capital monopolístico.

No contexto da divisão territorial do trabalho, uma região econômico-política adquire o status de transição permanente, denotando o caráter dinâmico do capital. Teoricamente, não há região mais desenvolvida ou menos desenvolvida. O que há são porções do território que, num determinado período histórico, interessa mais ou interessa menos ao capital. Cada uma delas reúne condições internas que determinam esse interesse. É dessa forma, então, que

surtem, funcionalmente, as regiões de reserva, cujo desenvolvimento segue o ritmo da contemporaneidade ditada pelo capital hegemônico. Esse contraponto: regiões de reserva e regiões dinâmicas, no entanto, não é linear. A complexidade do capital faz com que se formem regiões heterogêneas quanto ao desenvolvimento, tanto nas articulações externas como nas configurações internas, determinando as especificidades espaciais que se mostram entre as regiões e mesmo no interior de cada uma delas. Assim, em regiões dinâmicas pode haver setores em refluxo e nas regiões mais lentas, há setores que demonstram grande vitalidade. Os períodos de maior ou menor dinamismo são de duração imprevisível, podendo durar séculos, décadas ou apenas alguns anos. O tempo das pessoas, no entanto, não é determinado pelos períodos de prosperidade ou de carestia. Cotidianamente, marcamos o tempo pelas necessidades e aspirações pessoais, além, inclusive, do ciclo de vida (infância, juventude, idade adulta, velhice), e das relações sociais, que forjam a cultura. É por isso que as mudanças econômicas costumam ser mais rápidas que as mudanças sociais.

As regiões mais dinâmicas, pela velocidade e intensidade das mudanças, engendram condições favoráveis ao desencadeamento de valores culturais de vanguarda, enquanto as regiões de reserva são mais propícias a valores mais conservadores, coerentes com o ritmo das mudanças que ali ocorrem (embora isso não se generalize incondicionalmente a todas as pessoas e setores da sociedade). Em cada circunstância interagem atores e forças sociais e políticas que contribuem para a tendência das ações, garantindo a reprodução do *status quo* e da ideologia dominante, reproduzindo também o imaginário das pessoas nas diferentes classes sociais. Como as classes hegemônicas detêm instrumentos que garantem a sua condição privilegiada, valem-se de discursos (plano imaterial) e de influências políticas e econômicas (plano material) para manter esses privilégios. Empiricamente, mesmo em classes sociais opostas, a difusão de um imaginário calcado no regionalismo contribui para a manutenção das desigualdades. (CASTRO, 1992, p. 35)

Como se trata de um sistema abrangente e articulado – o modo de produção capitalista – forças externas e estruturantes tendem a ameaçar uma ordem instituída, acenando para mudanças iminentes nas regiões de reserva, onde os impactos econômicos tendem a ganhar grande evidência. A ação de novos atores não só deflagra alterações espaciais, mas, principalmente, alterações sociais, ambientais, culturais e políticas. Isto acontece quando uma nova tendência (introdução de um novo produto agrícola, exploração mineral, avanço de pastagens, exploração turística, instalações industriais, entre outras) sinaliza para alterações profundas. Para os grupos hegemônicos, são novas oportunidades, para os grupos que se sentem invadidos, uma ameaça.

Este embate acaba, invariavelmente, desaguando no plano político. Por se tratar de Estados-nações organizados democraticamente em instituições, resta saber a qual grupo as elites políticas darão maior atenção. Como o estágio monopolístico do capital se caracteriza pela fusão do Estado com o capital monopolista, é fácil identificar de que lado se manterá o Estado, por meio de seu aparato institucional. Compreender o desenvolvimento de uma região passa, então, pela análise das lutas de classe. Quanto maior a consciência de uma classe sobre si mesma, maiores as chances de obter os seus ideais.

O conflito entre as forças predominantes (ou pelo poder econômico ou pela resistência dos que se sentem prejudicados) vai além dos interesses imediatos, transcendendo para o plano ideológico, sendo a região o substrato físico dessa disputa e o regionalismo, o produto dela emanado. Na luta por interesses opostos, está embutido um embate ideológico e conceitual entre as visões de região como expressão da divisão territorial do trabalho e como espaço vivido. Em outras palavras: o embate entre a razão e a emoção, o material e o imaterial.

Essas constatações remetem à observação de quão vivas são as relações sociais e as relações da sociedade com o ambiente. Os embates de ordem econômica, social, e política demonstram a insuficiência do conceito de região para compreendê-los, explicá-los e apontar respostas. Determinadas forças, principalmente as econômicas, são exteriores à região, vinculando-se à dinâmica do capital hegemônico, portanto, internacional. A região, mais facilmente delimitada, mostra-se insuficiente para explicar seus conflitos e transformações. A intensificação das relações globalizadas, a partir das últimas décadas do século XX, vem provocando alterações nas configurações espaciais regionais, porém, ao contrário de uma onda homogeneizante, o que se percebe é a emergência de reações que negam essa homogeneização, apontando para a necessidade de se prestar atenção nesses sinais. Esse novo contexto denota a insuficiência do conceito de região para compreendê-lo e explicá-lo, emergindo, então, o conceito de território. A emergência dessa abordagem como uma unidade de análise conceitual tem como pressuposto a compreensão dos problemas a partir das relações sociais, econômicas, políticas e institucionais e os embates decorrentes, resultando em territórios imateriais que se materializarão em novas configurações espaciais. O conteúdo desses embates é entendido como território, construído pela ação dos indivíduos entre si e entre eles e o ambiente, no contexto histórico em que estão inseridos. A visão sob o enfoque territorial propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesse espaço emanem da própria situação, destacando o protagonismo.

O embate entre forças opostas leva à dimensão territorial da região, tomando o território sob a perspectiva reffestiniana, que lhe atribui o caráter de disputa de poder. Sob a ótica territorial, a investida das forças hegemônicas teria limites impostos pela responsabilidade sobre suas atitudes e decisões. Tal responsabilidade, se não assumida pelos atores acostumados a ditar regras e a colher resultados, seria apontada pelos grupos prejudicados e, certamente, majoritários.

Numa conjuntura emanada desse conflito entre o novo e o velho, mediado pela possibilidade de aprofundamento das disparidades, emerge a demanda pelo desenvolvimento regional. A questão que se coloca é: com qual unidade de análise trabalhar se o que se deseja é a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a justiça social e a participação? Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional terá como referencial teórico o desenvolvimento territorial.

A particularidade da região está, exatamente, na espacialização dessa disputa, manifestando fisionomias distintas. A hegemonia do capital imprime-lhe um dinamismo imposto pela racionalidade, dificilmente assimilado pelos filtros da emoção, podendo resultar numa traumática “transformação sem mudança” (CASTRO, 1992, p. 72), identificada em tantas regiões de reserva espalhadas pelo país.

Por se constituir em regiões de tempo lento, criando uma dinâmica própria, cujo ritmo e fisionomia são impostos, em grande parte, pelas percepções pessoais e pelas relações sociais baseadas em atores subjetivos, os impactos negativos, se não amortizados precoce e estrategicamente, podem provocar efeitos danosos em todos os aspectos.

1.8. O território como unidade de análise

Desde meados da década de 1990, o enfoque territorial vem ganhando a atenção de estudiosos de várias áreas do conhecimento, que têm como foco a temática do desenvolvimento. Tal enfoque pressupõe que os problemas concretos, que demandam respostas tanto abrangentes quanto específicas, devem receber tratamento analítico e conceitual a partir da perspectiva do espaço de ação em que ocorrem as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A multidimensionalidade que essas relações encerram aponta para a necessidade de se considerar as relações que as pessoas mantêm entre si e com o ambiente. Essas inter-relações criam os espaços, que se articulam de maneira complexa. O conteúdo desses espaços (social, relacional) materializa-se no espaço geográfico e constitui o que é entendido como território. Em se tratando de desenvolvimento econômico e social, essa

análise não se limita a uma compreensão teórica e abstrata, afluindo, então, para propostas de soluções e respostas normativas aos problemas existentes.

Na concepção teórico-metodológica sobre a questão do desenvolvimento adotada nas reflexões desta pesquisa, vislumbra-se a articulação de elementos que interagem concomitantemente: tempo, espaço, território, lugar, sob uma perspectiva econômica, política e cultural. O que se pretende é discutir o território e o desenvolvimento sob uma abordagem geográfica. Para isso, se apresentam uma breve contextualização da emergência do conceito de território e sua abordagem sob a perspectiva de economistas, sociólogos e geógrafos.

A abordagem territorial sugere algumas indagações introdutórias: quais fatores desencadearam a sua emergência? Quais as implicações ou desdobramentos de sua adoção? A influência lablachiana imprimiu marcas profundas no conceito de região, materializando-se em modelos políticos de desenvolvimento, que tinham na identificação, classificação e quantificação dos recursos naturais a principal matriz para indicadores de riqueza, evolução e crescimento. Regiões desenvolvidas eram aquelas que apresentavam indicadores satisfatórios de crescimento demográfico e, sobretudo, econômico. Nessa linha de raciocínio, formulavam-se as políticas públicas, privilegiando a cidade, especialmente as metrópoles e as cidades médias.

A conjuntura econômico-política que se instalou após 1970, demandou novos critérios de interpretação do desenvolvimento, tais como a qualidade de vida, a equidade e a sustentabilidade ambiental. Nessa fase, intensificaram-se as discussões sobre a divergência entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento. As mudanças de critérios de análise influenciaram modificações também nos procedimentos normativos dos agentes, das instituições e do próprio Estado, que passou a rever metodologias e referenciais de análise. Definitivamente, a abordagem regional mostrou-se insuficiente e perdeu seu poder explicativo.

Emerge, então, o conceito de território como unidade de análise conceitual, porém com conteúdo e significado diferentes da noção cunhada por Ratzel no século XIX, que o compreendia numa perspectiva geopolítica, por isso, diretamente relacionado ao Estado-nação. A conotação atual de território deriva do processo vinculado à globalização, cuja expansão horizontal deflagra uma onda homogeneizadora, que desconsidera diversidades e particularidades formadoras de um complexo sistema-mundo, construído historicamente. Essa nova fase privilegia os novos padrões tecnológicos para ampliação da aquisição de recursos naturais, aumento da produção e expansão do consumo, favorecidos pela revolução nas comunicações e nos transportes (HARVEY, 1993, p. 45). No contra-fluxo dessa onda,

arrepiam-se os problemas ambientais e o aumento das desigualdades sociais. A equidade fragiliza-se.

O Estado torna-se insuficiente para atender novas e inquietantes demandas, reformulando, inclusive, os seus aparatos de ação. O global torna-se muito intenso no local e novos atores destacam-se nesse processo: prefeituras, ONG, associações, entre outros. Houve, inclusive, a necessidade de se redefinir o papel das instituições e os seus mecanismos de ação.

Numa perspectiva econômica, os processos produtivos locais, considerando os processos endógenos de desenvolvimento territorial, têm como base as relações de trabalho e de produção vinculadas ao ambiente social e à estrutura econômica, fortalecendo o conceito de entorno, entendido como o espaço (físico, mercantil, cultural, identitário etc), onde se dá a atuação dos agentes.

Sérgio Boisier (1996, p. 115), economista, refere-se ao território da seguinte maneira:

O conceito de território pode ser adjetivado como natural, equipado e organizado. O primeiro descreve um território sem intervenção humana; o segundo refere-se exatamente ao equipamento físico derivado da ação do homem; o terceiro nomeia um território em que vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais.

Tânia Bacelar de Araújo (2000, p. 318 e seguintes), cientista social e economista, faz uma análise da conjuntura político-econômica mundial recente, que influenciou, no Brasil, o enfoque territorial. Embora essa autora não trabalhe diretamente com o conceito de território, suas análises deságuam no reconhecimento da emergência de movimentos de base territorial, como estratégia de contraposição às forças homogeneizadoras. Ela destaca três tendências gerais cujos movimentos operam na esfera político-insitucional.

O primeiro é o da globalização, resultante da intensificação do secular processo de internacionalização dos mercados, dos principais fluxos econômicos e da atuação dos principais agentes econômicos. [...] O segundo é o movimento de crise do regime de acumulação anterior, com crescente dificuldade encontrada pelos agentes econômicos para gerarem riqueza e se reproduzirem, de forma ampliada, na esfera produtiva da economia mundial. Ao mesmo tempo, verifica-se a consolidação de uma importante reestruturação produtiva, no meio do qual se processa uma nova revolução tecnológica – a revolução da microeletrônica, que cria condições para a produção flexível. [...] O terceiro, cada vez mais intenso, de financeirização da riqueza, ou seja, da crescente possibilidade exercitada pelos agentes econômicos – sobretudo os maiores – de ampliar seu patrimônio, de valorizar seu capital na esfera financeira da economia.

No ambiente brasileiro, essas tendências materializaram-se de modo mais perceptível a partir do final dos anos de 1980, quando a integração competitiva aprofundou a internacionalização da economia, tendo como eixo a internacionalização financeira e a crise

fiscal do Estado. Esta nova dinâmica provoca mudanças na estrutura produtiva, alterando a inclinação da produção voltada para o mercado interno (processo fundado nas décadas anteriores, com a industrialização) para a produção direcionada às exportações, principalmente em setores mais competitivos.

Essa nova tendência tem reflexos na dinâmica regional, com a valorização de espaços econômicos com ingredientes mais competitivos, integrando-os mais velozmente no novo processo de internacionalização. Nessa lógica, são secundarizadas as regiões menos competitivas, aquelas que se impactaram mais negativamente pela competição exacerbada e aquelas que se encontram em reestruturação. Presenciou-se, nessa fase, exemplos vivos e diversificados que atestam a capacidade do capital de criar, destruir e recriar regiões.

Inevitavelmente, essas tendências hegemônicas desencadeiam a necessidade de reformas do Estado, inaugurando profundas modificações nas suas formas de relacionamento com os agentes econômicos privados. Entre as mudanças mais prementes, verificam-se menor interferência e patrocínio das forças produtivas; adoção de novas formas de parcerias; ênfase na descentralização; ação reguladora mais intensa.(ARAÚJO, 2000, p. 327). Já transcorridos alguns anos da inauguração dessas tendências, o que se observa é o surgimento de gestão de políticas públicas mais descentralizadas e democráticas, a exemplo do PPA paulista 2004-2007, cujo slogan que sintetiza a atuação dos gestores estaduais é: *Governo presente*.

O surgimento de algumas novas regiões e a revitalização de outras, a partir de sua capacidade competitiva, sinalizam para a tendência de fragmentação do desenvolvimento, ao se projetarem regiões mais concentradoras e outras não. As que acenam para possibilidade de concentração são aquelas que se apresentam favoráveis à descentralização de investimentos, antes concentrados em outras áreas. Essa nova abertura comercial favorece as regiões com maiores vantagens para exportação e que compensam a instalação de aparatos tecnológicos, com vistas a reduzir custos de investimentos. A proximidade do cliente final e a atuação favorável dos governos locais são fatores incisivos para a configuração dessas novas regiões.

Seguramente, serão profundos os impactos nas regiões receptoras dessas ações de desconcentração-concentração, emergindo uma conflitualidade (FERNANDES, 2005, p. 3) própria desse movimento, quando os atores locais se sentem prejudicados em suas liberdades e preteridos diante das formas parciais de atuação do Estado. Desses conflitos emanam os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais, cujos atores buscam, por meio de mobilizações e articulações, garantir os seus direitos de cidadania. Criam-se, então, territórios, compreendidos no sentido raffestiniano, cujo espaço geográfico refletirá a materialização da co-relação de forças que se estabelece entre os diferentes grupos,

caracterizados por diferentes interesses. Essa disputa é alimentada pela intencionalidade, cujas relações sociais criam diferentes leituras do espaço, que podem ser dominantes ou não, dependendo do campo de forças em disputa.

O território emerge desse conflito, sendo ele:

O espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais e imateriais. (FERNANDES, 2005, p. 3)

O mesmo autor explica que:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (*Idem*)

A conflitualidade decorrente de embates permanentes travados por forças antagônicas desencadeia a formação de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Para Fernandes (2005), se tratam de conceitos geográficos, que procuram oferecer elementos de análise mais amplos que o conceito de movimentos sociais, utilizados pela Sociologia. Enquanto este se preocupa com as formas de organização social, aqueles procuram dar conta das formas de organização social em seu movimento no tempo e no espaço, considerando o espaço, o território e o lugar produzidos pelas relações sociais. Para ele, “movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais são um mesmo sujeito coletivo ou grupos sociais que se organizam para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade”.

Os movimentos socioespaciais configuram-se mais na esfera da imaterialidade, agregando sujeitos de interesses comuns, construindo referenciais e estabelecendo princípios que se materializam por meio dos movimentos socioterritoriais. As organizações não governamentais, as agências de desenvolvimento, as associações de municípios, caracterizam-se apenas como movimentos socioespaciais, uma vez que são representações das reivindicações de grupos, tanto apoiando quanto contrariando os movimentos socioterritoriais e socioespaciais; são, portanto, intermediárias, produzindo espaços políticos. Esses movimentos atuam em diferentes escalas, da global à local, indo desde a reivindicação da ampliação da rede de saneamento básico num bairro ou numa cidade, até sua inserção na

escala global por meio do fomento ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Já os movimentos socioterritoriais:

Têm o território como trunfo, sendo este essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 7)

Os movimentos socioterritoriais podem restringir-se a um espaço geográfico delimitado, como uma microrregião, sendo, portanto, isolados. Há, ainda, aqueles que se territorializam em diversas regiões, formando uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. (Idem, p. 8)

O dinamismo com que ocorrem as complexas relações sociais e dessas com a natureza evidencia a necessidade de se rever conceitos e paradigmas. O enfoque territorial pode oferecer grande contribuição aos novos paradigmas do desenvolvimento, uma vez que ajuda a explicar movimentos sutis empreendidos por grupos no interior da complexa teia em que se constitui a realidade. O conceito de movimento socioespacial e socioterritorial é utilizado, aqui, para analisar o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista, elucidando as formas como vem se configurando o desenvolvimento regional a partir do final da década de 1990, especialmente com a perspectiva de sua (re)inserção na divisão territorial e internacional do trabalho, com a expansão da atividade sucroalcooleira no contexto mundial da geração e consumo de energias renováveis.

Construída na esteira da expansão cafeeira para o Oeste e da concentração industrial nas metrópoles do Sudeste, particularmente na de São Paulo, a Nova Alta Paulista diminuiu seu ritmo de crescimento a partir do final da década de 1960, agravando-se com a geada de 1975 e com os impactos da conjuntura político-econômica nacional e internacional, que contribuíram para a desaceleração dessa atividade praticada nos moldes empregados até então.

1.9. O desenvolvimento regional sob o enfoque territorial

A preocupação com o desenvolvimento econômico e social, ganhando a conotação estratégica de desenvolvimento, é fato relativamente novo no Brasil. Até os anos de 1950, prevaleciam as formas espontaneístas e personalísticas de gestão (FURTADO, 2003, p. 30), mais ao gosto das elites nacionais, que se beneficiavam com a ausência de regulamentação

central. Por influência da Europa de pós-guerra, e no contexto da guerra-fria, por influência da planificação socialista, os países subdesenvolvidos também passaram a esquadriñar planos que previam ações no sentido de direcionar o desenvolvimento. No Brasil, esta fase culminou com a necessidade, principalmente, de se promover a implantação de obras de infra-estrutura, dando suporte para a inevitável integração inter-regional, que se forjava num modelo urbano-industrial de substituição de importação.

As atenções voltaram-se, principalmente, para o equipamento de regiões que mostravam maior dinamismo econômico, dotando-as de redes de transporte e comunicação, disponibilização de energia, centros de pesquisa, aparelhamento de portos e aeroportos, programas de incentivo à instalação de empresas, escolas, hospitais, entre outros. Em outras regiões, igualmente estratégicas, o desenvolvimento baseava-se na concentração de indústrias motrizes, como a instalação de pólos petroquímicos, siderúrgicos, complexos hidrelétricos, cujo dinamismo poderia ser percebido desde o canteiro de obras, que gerava centenas de emprego e atraía fluxos consideráveis de população. (AMARAL Fº, 1996, p. 41). Pouca ou nenhuma ênfase era dada, então, ao desenvolvimento regional ou local, num contexto altamente centralizado e focado no território nacional, sob a perspectiva das macrorregiões. Este modelo “de cima para baixo”, como ficou conhecido, perdurou até a década de 1980, quando fatores estruturantes começaram a desenhar novas formas e novos conteúdos, criando ambiente para novos atores e novas noções de desenvolvimento.

Transformações paradigmáticas ocorreram no plano político-ideológico, promovendo cisão na bipolaridade como principal promotora de competitividade mundial; a revolução tecnológica, principalmente nas comunicações e nos transportes, favoreceu as trocas comerciais, dando suporte à globalização econômica; os novos hábitos de consumo, estimulados pela urbano-industrialização, criavam novas demandas, favorecendo a abertura de mercados; o flanco aberto pela competitividade mundial deliberada tornou obsoletas muitas das tradicionais regiões industriais, favorecendo o surgimento de outras regiões dinâmicas e de localização descentralizada. As privatizações também criaram condições para que o poder pudesse ser exercido por novos atores. Uma profunda e longa crise fiscal, financeira, e institucional, fez com que o Estado perdesse a capacidade de investimento, crescendo as dificuldades para atender as novas demandas. É nesse contexto que emerge a nova noção de desenvolvimento regional.

O desafio que a modernidade coloca para os governos regionais do presente é a necessidade iminente de se encontrar uma maneira de auxiliar sua área a inserir-se na atual dinâmica internacional, de modo eficaz, e, no contexto descentralizado interno, de uma forma

protagonística e equitativa. Tais desafios apontam para novos questionamentos e reflexões sobre a temática do desenvolvimento regional, trazendo para o centro do debate a dinâmica e os atores locais.

O desenvolvimento regional que se concebe no tempo presente está imbuído de um novo conteúdo, ganhando a denominação de desenvolvimento territorial. Tanto na dimensão macro como na dimensão micro, a contemporaneidade cria motivos para que se amplie o conceito de desenvolvimento territorial, tanto sob o ponto de vista intelectual quanto político.

Sérgio Boisier (1996, p. 113 e seguintes) reconhece três cenários interdependentes, de onde emerge a nova concepção do desenvolvimento regional: um cenário contextual, um cenário estratégico e um novo cenário político.

No cenário contextual, as transformações recentes apontam para a tendência dos aparentes processos contraditórios de desconfiguração do Estado nacional, ao produzir estruturas semelhantes a quase-Estados supranacionais (o caso da União Européia é bastante ilustrativo desse processo), fortalecendo territórios subnacionais dentro de países ou regiões.

Tal rearranjo político-espacial demonstra a incoerência crescente de se conciliar relações cada vez mais mundializadas com estruturas decisórias centralizadas. O que se verifica, de modo crescente, é a demanda por descentralização político-territorial, despertando a importância progressiva do novo concertamento territorial. A revolução técnico-científica, particularmente na microeletrônica, favorece o intercâmbio de informações em tempo real, encurtando distâncias temporais, o que possibilita as conexões descentralizadas.

Na dimensão microescalar, cada vez mais se reconhece que a realização da vida depende de aportes disponíveis no entorno, o que leva as pessoas a valorizarem e a envolverem-se em questões cotidianas. Andar na rua com tranquilidade, dispor de água limpa e ar puro com regularidade, comprar os bens que se deseja a preços compatíveis com os rendimentos, contar com assistência médica eficiente no exato momento da necessidade, entre outras preciosidades qualitativas, vêm se tornando não só aspirações individuais, como acenando para a difusão de idéias e questionamentos sobre as condições estruturais e conjunturais favoráveis para a sua disponibilização.

No cenário estratégico, o autor destaca, como característica recorrente da modernidade, a *velocidade* (para aproveitar oportunidades), a *flexibilidade* (capacidade de oferecer respostas às demandas contemporâneas), e a *maleabilidade* (capacidade de moldar a própria estrutura às formas mutantes do ambiente). Destaca, ainda, outros três elementos significativos: a *cultura*, como produtora de identidade e auto-referência, tornando-se o elemento diferencial em relação à competitividade, ao estimular grupos e comunidades a

erguerem-se contra a homogeneização; a *resiliência*, como a capacidade para reconstruir uma estrutura quando danificada por elementos externos; e a *complexidade sistêmica* do território organizado, referindo-se à aplicação do princípio da variedade necessária à competição internacional, que exige esquemas igualmente complexos de ações para inserção.

Nesse sentido, não se considera o tamanho do território como elemento definidor da vitória no jogo internacional, mas sim, a busca do equilíbrio com outras características, submetendo-se a critérios práticos.

Boisier (1996, p. 121) aponta para o surgimento de uma nova configuração regional, de onde emergem as regiões pivotais, associativas e virtuais. Por região pivotal ele entende o menor território organizado que, simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (como identidade) e resiliência. Essas regiões podem associar-se a outras com as mesmas características, ou a outros territórios organizados, de forma voluntária e democrática, submetendo a associação ao único requisito da contigüidade geográfica, para dar origem a região de maior tamanho, formando o que ele denomina de regiões associativas. A interatividade entre essas regiões pode formular acordos e compromissos estratégicos, de longo prazo, com outras regiões, com propósitos definidos e mecanismos regulatórios específicos, sem que haja a necessidade de contigüidade geográfica, a fim de produzir verdadeiras regiões virtuais.

Percebe-se, então, a incompletude do conceito de região para acompanhar essas novas configurações regionais, daí, a emergência do conceito de território. A visão de semelhança ou de homogeneidade de elementos constantes em uma área delimitada geograficamente não mais explica a complexidade inerente à dimensão territorial. Processos inteligentes são requisitados para se compreender esses novos concertamentos territoriais, com o intuito de se buscar uma sinergia capaz de desencadear um desenvolvimento que expresse equidade e participação.

Em relação à gestão regional, fala-se, hoje, na região sob dois aspectos: região como quase-Estado e região como quase-empresa. Na região como quase-Estado, coloca-se a questão do poder político, considerando-se, primordialmente, a dimensão política do desenvolvimento regional. Boisier (1996, p. 122) apresenta a seguinte argumentação:

Todas as regiões se encontram, a todo momento, articuladas entre si por relações de dominação e dependência, hierarquicamente ordenadas. Isso não é resultado da perversidade de nenhum agente nacional ou estrangeiro; é o resultado inevitável e lógico da operação de um sistema. Para se obter um resultado ótimo sob o ponto de vista agregado (por exemplo, um crescimento econômico máximo), devem ser subotimizadas algumas partes do sistema (por exemplo, algumas regiões) e isso se alcança mediante o uso

de variadas formas de dominação, que não são outra coisa senão uma expressão da apropriação desigual do poder político. Essas formas de dominação no sistema regional, por vezes são de natureza quantitativa (simplesmente se traduzem em um verdadeiro freio ao crescimento econômico regional) e por vezes são de natureza qualitativa (estimula-se o crescimento, mas este é utilizado a serviço dos interesses da região dominadora e não a serviço da população da região dependente). Essa forma de dominação, por sua sutileza, adquire contornos de dominação ideológica.

Para esse autor, o desafio que se coloca a qualquer região empenhada em dinamizar qualitativamente o seu desenvolvimento, consiste na identificação de formas de rompimento com a sua relação de dominação/dependência, substituindo-a por outras modalidades, de caráter mais cooperativo. Tal propositura, inevitavelmente, passa pela necessidade de acúmulo de poder, considerando-se que a equidade emerge das relações menos assimétricas de poder político. Como uma região pode acumular poder político? Basicamente, mediante dois processos: primeiro, a existência de um projeto nacional descentralizador capaz de transferir poder político às regiões subnacionais, e, segundo, com a criação de poder político, obtido por meio de consenso político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento. (Boisier, 1996, p. 124) Nessa perspectiva, torna-se imprescindível o conceito de projeto político regional, pois ele se torna o instrumento básico de criação de poder político.

Seria este o processo de onde emerge o conceito de região como quase-Estado, destacando que a acumulação de poder político é inseparável de questões relacionadas à estrutura locacional, social, e com o funcionamento da sociedade, o que aponta para a relevância dos aspectos geográficos, sociológicos e políticos do desenvolvimento.

Considerando-se o aspecto funcional da sociedade, é preciso inserir no plano de gestão territorial alguns procedimentos inerentes ao planejamento estratégico, daí a noção de região como quase-empresa. Todo projeto de governo, que considere a gestão territorial, deve definir estratégias que respondam a questões pragmáticas essenciais: o que produzir e onde vender? Que projetos desenvolver e como financiá-los? De quais recursos humanos se dispõem e como utilizá-los? Qual é a imagem construída da região em apreço e como se pretende promovê-la?

O terceiro cenário destacado por Sergio Boisier (1996, p. 126) é o cenário político, que, para ele, é construído sobre a interseção de dois processos: a modernização do Estado (do ponto de vista territorial) e as novas funções dos governos territoriais. Seriam as seguintes as características de um Estado moderno, sob o ponto de vista territorial:

Um Estado moderno do ponto de vista territorial

1) compreende e entende sua própria estrutura sistêmica territorial;
2) é <i>inteligente</i> , ou seja, descentralizado e organizado em rede;
3) compreende a inter-relação entre objetivos nacionais e o papel do território;
4) pode, por conseguinte, explicitar a contribuição de cada região ou território a cada objetivo;
5) a partir daí, pode construir cenários territoriais futuros;
6) com a informação, incorpora a territorialidade no projeto político nacional;
7) reconhece a si mesmo como uma instituição desdobrada em duas dimensões: o Estado nacional e um conjunto de quase-Estados regionais;
8) aceita a variedade, e, portanto, permite e estimula a maleabilidade nas estruturas de governo e administração;
9) incorpora nos quase-Estados regionais a velocidade e apóia a existência de sistemas de informação e análise conjuntural;
10) estabelece um marco regulatório mínimo para facilitar a flexibilidade;
11) estimula, nas estruturas dos quase-Estados regionais, o surgimento da imaginação criativa e a ativação de duas novas funções (condução política e animação social);
12) reconhece-se como um Estado <i>territorial</i> e é capaz de exercer tanto liderança territorial quanto liderança política.

Fonte: Boisier, 1996, p. 127

Quadro 1

A emergência de governos regionais como atores relevantes passa pela invenção de novas formas de governo que permitam o acesso a diferentes recursos, destacando-se, entre eles, os recursos psicossociais². Duas novas tarefas se colocam, então, para qualquer governo regional: a liderança regional e a animação regional. A gestão regional se revela em processos sistemáticos de negociação multilateral: para cima, (com o governo nacional e outros agentes externos), para os lados (com o conjunto de agentes e atores regionais), e para baixo (com os municípios e outros atores locais). A animação regional consiste em procedimentos microescalares, tanto atuando como agente catalisador, para fazer surgir sinergias, como desempenhando uma função informacional, coletando e processando e reestruturando o fluxo de informação desencadeada nesse movimento. Os governos regionais, mais que os agentes individuais, estão melhor aparelhados para devolver as informações processadas aos usuários potenciais, de modo a reduzir incertezas decisórias, reduzir custos operacionais e desenvolver o fluxo de decisões emanadas de um projeto estratégico.

A negociação para cima, algo impensável há alguns anos atrás, só é possível a partir de um projeto regional, com suficiente grau de consenso, embora não se deva esconder o dissenso. Esse projeto, no entanto, é o resultado das negociações para os lados e para baixo,

² Boisier reconhece como recursos psicossociais a autoconfiança coletiva, a vontade coletiva, a perseverança e o consenso, que criam as condições subjetivas indispensáveis à sinergia facilitadora da promoção do desenvolvimento, por meio da elaboração, envolvimento e implantação de um projeto político de desenvolvimento regional.

evidenciando a capacidade de mobilização da sociedade civil e do direcionamento dessa energia para um rumo aglutinante. A capacidade local e regional de inovação é a peça-chave do desenvolvimento contemporâneo.

A realização dessas novas tarefas pressupõe a profissionalização das administrações regionais, uma empreitada que deve unir o setor público e o setor acadêmico, este último, de fundamental importância para o aprofundamento e abrangência das temáticas regionais. Entre os componentes importantes das redes regionais de interação sinérgica, destacam-se as instituições de educação e de treinamento, P&D, consultoras de administração e tecnologia, capital de risco, capital de trabalho e forças decisoras radicadas localmente. Os governos locais e regionais, em quaisquer circunstâncias, aparecem como fatores-chave na condução de planos sinérgicos.

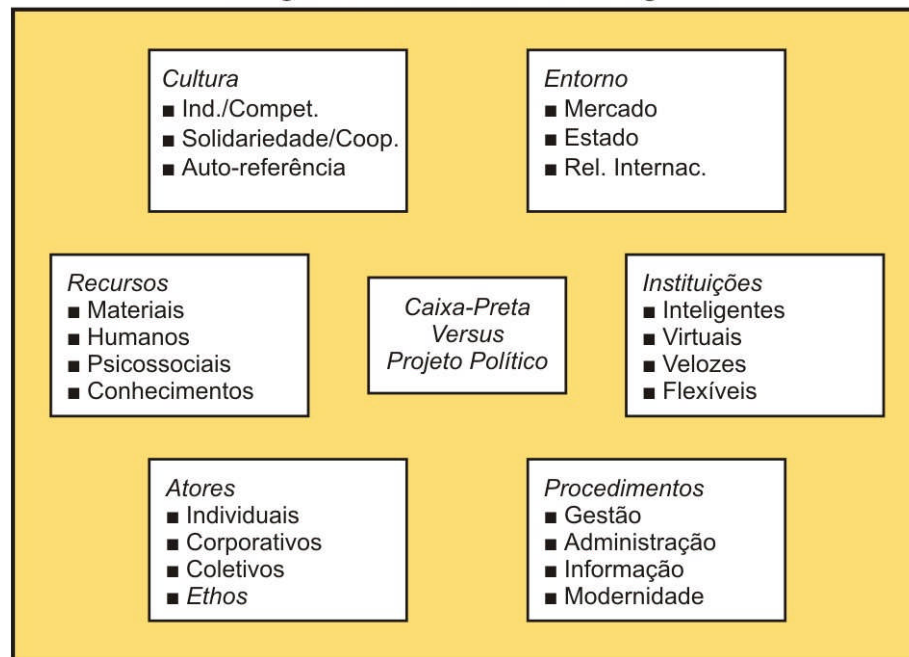
1.10. Os fundamentos contemporâneos do desenvolvimento regional

A noção do desenvolvimento como uma decisão centralizada, que chegava até o cidadão de modo verticalizado, assentava-se em fortes princípios economicistas, que defendiam o crescimento econômico como pré-condição para o desenvolvimento. Nessa linha de raciocínio, exaltava-se a racionalidade e desconsideravam-se as nuances subjetivas que perpassam qualquer projeto voltado para o bem-comum.

A equidade e o protagonismo que se vislumbram no desenvolvimento territorial da atualidade, ao contrário, assentam-se em elementos plurais, que interagem de modo denso ou difuso, de forma aleatória ou de uma forma inteligente e estruturada. Boisier (1996, p. 133) considera seis elementos presentes em qualquer território contemporâneo: a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno.

Para ele, “o desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada entre esses elementos, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, não se terá senão uma caixa preta, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece”. (p. 163).

Hexágono do desenvolvimento regional



Fonte: Boisier, 1996, p. 136
 Quadro 2

Em relação aos atores e ou agentes de desenvolvimento, é interessante identificá-los como categorias: individual, corporativa e coletiva. Os atores individuais podem ser reconhecidos em pessoas que exercem algum tipo de liderança (governantes, intelectuais, presidentes de sindicatos, associações, conselhos, ONG), cuja atuação está organicamente ligada a questões locais e ou regionais. Os atores corporativos (sindicatos, agrupamentos empresariais, estudantis etc) têm sua atuação regulamentada pelo Estado, por mecanismos de personalidade jurídica. Os atores coletivos são intermitentes, uma vez que consistem em movimentos sociais regionais, manifestando-se, na maioria das vezes, em épocas de conflitos mais acentuados.

É conveniente, ainda, que se identifique o *ethos* de cada categoria de ator, evidenciando o conjunto de características que orientam a conduta dos atores (entre elas, a lealdade ao lugar, em especial do empresariado). Dessa forma, descobre-se a regionalidade ou o grau de provincianismo das demandas das diferentes categorias, detectando, assim, a sua capacidade de articular lógicas coletivas.

O elemento cultura apresenta dois aspectos instigantes: a cultura do desenvolvimento e a capacidade da cultura do lugar para produzir auto-referência. A cultura do desenvolvimento manifesta-se de duas maneiras distintas: a cultura individualista/competitiva, capaz de gerar crescimento, mas sem capacidade de gerar um verdadeiro desenvolvimento, e a cultura

cooperativa/solidária, capaz de gerar equidade sem crescimento. O desejável seria a combinação entre os dois extremos, gerando uma competição com cooperação.

A capacidade da cultura do lugar para produzir auto-referência relaciona-se à idéia de pertencimento e como isso se reverte na criação de uma auto-identificação territorial, o que, certamente, se reflete na singularidade do lugar.

Os recursos que interessam ao desenvolvimento subdividem-se em quatro categorias: os recursos materiais (elementos naturais, infra-estrutura e capital), os recursos humanos (em quantidade e qualidade), os recursos psicossociais (auto-confiança, vontade coletiva, perseverança, consenso, imprescindíveis para o êxito de um projeto regional), e os recursos de conhecimento (advindos da profissionalização da gestão, portanto, fundamentais nos tempos presentes).

As instituições a que se reporta o desenvolvimento regional contemporâneo não se restringem ao mero elenco das instituições públicas e privadas localizadas na área. Busca-se averiguar em que medida essas instituições são flexíveis, velozes, inteligentes e virtuais. Entre as instituições, consideram-se as formais e as informais, como convenções e códigos de conduta. Há distinção entre instituições e organizações, sendo as primeiras mais normativas e as segundas mais estruturadas (APPENDINI e NUIJTEN, 2002, p. 76). As instituições têm a capacidade real de influir no resultado econômico de uma sociedade, embora ambas estejam diretamente associadas ao resultado social.

Entre as instituições podem-se citar: os organismos de governo, as diretorias dos serviços públicos, as empresas públicas, a universidade, a imprensa local, as associações de caráter gremial ou corporativo, as principais organizações não-governamentais e os municípios. Os procedimentos referem-se basicamente aos comportamentos e atitudes das pessoas e agentes coletivos, uma vez que não se garante correspondência entre as instituições e os procedimentos. O procedimento que se evidencia, aqui, refere-se ao conjunto de ações que representam o exercício da autoridade, a capacidade de liderança e a tomada de decisões de curto e longo prazo.

Destacam-se, também, os procedimentos administrativos referentes às práticas cotidianas dos governos e a prestação de serviços à comunidade, incluindo o manejo orçamentário, a administração de pessoal, a gestão de projetos e de investimento e as relações públicas. Outro enfoque dos procedimentos refere-se às exigências da modernidade, qual seja, o manejo da informação e sua transformação em conhecimento. A transparência e a capacidade de gerar, captar e processar informação, transformando-a em conhecimento

difundido de maneira massiva e seletiva, constituem-se em vigorosos desafios às instituições territoriais.

O entorno refere-se a tudo o que é externo à região, e, sobre ele, não se tem controle, apenas capacidade de influência. Trata-se do mercado, em seu sentido amplo, do Estado e das malhas das relações internacionais. Em qualquer região que se articule de modo territorial, é imprescindível que se observe como está estruturado cada um dos seis elementos e como eles se articulam entre si. Ao desenvolvimento territorial coloca-se a tarefa básica de modernizar seus componentes e criar um projeto coletivo que os articule e direcione.

1.11. O desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista sob os principais do desenvolvimento territorial

Considerando que os territórios resultam da correlação de forças que se estabelecem nas relações sociais e dessas com o meio, a compreensão do desenvolvimento da Nova Alta Paulista passa pela análise dessas relações ao longo do tempo. Os territórios do presente resultam de processos históricos, econômicos e sociais. Destaca-se, ainda, o papel da cultura, que se manifesta nos valores imateriais que norteiam as ações do cotidiano, tanto das pessoas que se envolvem apenas com a sua sobrevivência material quanto daquelas que tecem a complexa teia das políticas locais.

Ao se valer de pressupostos teóricos para “puxar o fio” do desenvolvimento regional, está se revelando essas relações. Dessa forma, torna-se possível compreender-lhe a natureza e identificar-lhe elementos que dificultam o fluir dos movimentos. Onde se materializam condições desfavoráveis que se estendem à maior parte da sociedade, certamente há freios e eles se formam nessas relações do cotidiano e quando elas se cruzam com as instituições.

O desenvolvimento da Nova Alta Paulista vive um momento de conflito entre estruturas do passado e necessidades do presente, confrontando-se exigências emergentes e mandos superados. O rompimento dos freios que contêm novos fluxos passa, então, pelas reflexões e concepções engendradas nesse embate. O rompimento da condição de desenvolvimento contido depende da articulação das forças internas para superação de elementos internos e externos à região, que bloqueiam potencialidades e cristalizam condições desfavoráveis.

2. 1930 – 1975: O EXTREMO OESTE PAULISTA E A FORMAÇÃO REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA

2.1. Levantamento bibliográfico de alguns estudos regionais

Em 1989, Rubens Galdino da Silva, historiador, apresentou sua dissertação de mestrado na Unesp, campus de Assis, com o tema *Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do Estado de São Paulo: município de Adamantina (1937-1955)*. O autor preocupou-se em analisar o processo histórico responsável pela incorporação econômica desta região ao setor produtivo estadual. Ele centra sua análise no seu processo colonizatório, sob os princípios do capital monopolista, indo até a instalação da Comarca de Adamantina, em 1955, fato considerado consumatório para a inserção do município à lógica capitalista do país.

Continuando seus estudos sobre a Nova Alta Paulista, este autor defendeu tese de doutoramento em 1996, com o título: *Nas curvas do espigão Peixe/Aguapeí: do sino da capela ao relógio da matriz (1930-1970)*. O principal objeto deste estudo foi “a configuração ‘urbano-rural’ no interior da colonização, destacando-se o processo de produção dos espaços socioeconômicos e culturais no contexto da expansão capitalista”. Seguindo este raciocínio, ele interessou-se pelas “estruturas físicas, sociais, econômicas e culturais, analisando, no seu interior, a racionalidade discursiva presente no processo civilizatório”.

Em 1990, a geógrafa Tânia Maria Fresca defendeu sua dissertação de mestrado na UFSC, com o título *A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. Estudo de caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista*. Neste trabalho, a autora analisa a dinâmica funcional urbana de duas pequenas cidades inseridas na rede urbana de Marília. Geradas na mesma época (década de 1940), no mesmo contexto histórico-econômico-social (expansão da cafeicultura), com o predomínio da mesma função urbana (comercial), as duas cidades vizinhas configuraram-se de modo diferenciado, embora ambas se apresentem como pequenas cidades interioranas.

Em 1998, o geógrafo Roberto Schuray Benjamin apresentou sua dissertação de mestrado na Unesp, campus de Presidente Prudente, com o título: *A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz: gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação*. O autor faz um retrospecto da expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo, contextualizando a formação do município de Osvaldo Cruz como consequência desse processo. Ele destaca a influência dos condicionantes naturais nessa cultura e dos fatores de mercado, principalmente internacional, na implantação, manutenção, expansão, e, até mesmo na supressão do parque cafeeiro em determinados momentos.

Em 1995, Izabel Castanha Gil publicou o livro paradidático *Conta outra, vovô*, enfocando a formação histórica e social da Nova Alta Paulista, com o objetivo de disponibilizar informações principalmente a estudantes do ensino fundamental.

Em 1999, o administrador Cláudio Benedito Alves publicou artigo científico na revista *Omnia/FAI*, v. 2, intitulado *Uma proposta para a região da Nova Alta Paulista*. Este autor afirma que “não existe uma metodologia genética que permita a administração e o gerenciamento de municípios, cabendo ao administrador público, na figura do prefeito, definir um método de trabalho que mais se adapte à realidade de seu município”.

Em 2002, Fernando Perli, historiador, publicou o artigo *A colonização do extremo Oeste paulista: incursões sertanejas e gênese da municipalidade (1982-1938)*, pela revista *Omnia/FAI* v. V, 2002. Neste trabalho, o autor analisa “o processo de reconhecimento e colonização do extremo Oeste paulista, relevando as expedições oficiais que estudaram o sertão, as frentes colonizadoras e a gênese da municipalidade na Alta Sorocabana, Alta Noroeste e Alta Paulista”.

Em 2003, Adriano Rodrigues de Oliveira apresentou sua dissertação de mestrado na Unesp, campus de Presidente Prudente, intitulada *A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP*. O autor tem como objetivos compreender o papel do Estado como mediador das relações entre a agricultura e a indústria; identificar os principais elementos que propiciaram a inserção da fruticultura na região; averiguar a atuação das empresas de processo industrial na organização e processamento da produção frutícola, bem como as relações estabelecidas com os produtores; e analisar a viabilidade da fruticultura como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais.

Também em 2003, Carolina Sanches Guizelin Galdino da Silva defendeu dissertação de mestrado na Unesp, campus de Assis, com o título *Crianças e adolescentes, sujeitos de quê? Um estudo sobre políticas públicas e controle social no município de Adamantina*. A autora apresenta uma reflexão sobre a influência dos conselhos municipais na formulação de políticas públicas de atendimento à infância e adolescência e o controle social, a partir da análise do papel do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Controle Social do FUNDEF, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho tutelar. Ela foca seu estudo na realidade sócio-política de doze municípios da Nova Alta Paulista.

Entre os trabalhos monográficos, destacam-se o de Armando Chiba e Antonio Augusto Castagna. O primeiro deles, intitulado *A viabilidade da cultura da uva em pequenas propriedades rurais de Tupi Paulista/SP*, foi apresentado como trabalho de conclusão do

curso de Administração no Centro de Ensino Superior de Dracena, em 2003. O autor discute as relações de trabalho na organização produtiva familiar e a viabilidade da fruticultura a esse segmento rural.

Antonio Augusto Castagna, em 2004, apresentou trabalho de conclusão do curso de Administração no Centro de Ensino Superior de Dracena, intitulado *O impacto do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas ao pequeno produtor rural: o caso do sítio Boa Vista – Tupi Paulista/SP*. O autor analisa o referido programa governamental, financiado pelo Banco Mundial, e executado pela CATI e prefeituras municipais, e seu impacto sobre os pequenos proprietários rurais, que, a seu ver, têm dificuldades econômicas e técnicas para implementar projetos de cunho ambiental.

Em 2004, cinco autores tupãenses (Arlindo Vizelli Montes et all) publicaram um livro intitulado *Tupã: depoimentos de uma cidade*. Eles reúnem documentos históricos, depoimentos de fundadores, e vasto acervo de fotos que se reportam à formação histórica e social daquela cidade. A obra, de caráter narrativo, apesar de não seguir critérios científicos, oferece elementos valiosos à investigação acadêmica.

Além desses trabalhos, recorreram-se às obras de Pierre Monbeig, Brasília Sallum Jr, Ari França, Sérgio Milliet, Dióres Santos Abreu, José Ferrari Leite, e outros citados na bibliografia, que trataram da ocupação e da produção espacial do Oeste paulista.

2.2. A gênese da pesquisa e a delimitação do recorte espacial: procurando compreender os problemas regionais

A Nova Alta Paulista, área delimitada como foco de interesse nesta pesquisa, não é representada em nenhum mapa oficial do Estado de São Paulo. Trata-se de uma área formada por trinta municípios que se associaram e criaram a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP³, em 20 de julho de 1977. Somam-se 8.484 km², onde vivem cerca de 362.573 habitantes (IBGE, Censo 2000), sendo que 85% residem nas cidades. O município mais populoso é Tupã, com 63.333 habitantes, e o menos populoso é Pracinha, com 1.431 habitantes. (Ver tabela 1)

³ Inicialmente, vinte e três municípios consideravam-se como formadores da Nova Alta Paulista e, em 1977, fundaram a AMNAP. Em 1993, o distrito de Pracinha foi desmembrado de Lucélia, tornando-se município. Em 1997, seis municípios vinculados à microrregião de Tupã afiliaram-se à associação de municípios, com a justificativa de que suas demandas eram mais semelhantes aos municípios do extremo Oeste do que aos da região de Marília. Os primeiros vinte e três municípios são: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, e Tupi Paulista. Pracinha tornou-se o vigésimo quarto e os últimos a serem incluídos à Amnap foram: Arco-Íris, Bastos, Iacri, Queiroz, Herculândia e Tupã.

Localiza-se no extremo Oeste paulista e sua delimitação espacial estende-se, no sentido Norte, até o rio Aguapeí ou Feio; no sentido Sul até o rio do Peixe; no sentido Oeste até o rio Paraná; e, no sentido Leste, a divisa é incerta. Para o IBGE, como unidade de coleta de dados, vai até Parapuã e Rinópolis, para algumas lideranças regionais, até Tupã, e para a AMNAP, até os municípios de Queiroz e Herculândia. Nesta pesquisa, considera-se a delimitação estabelecida pela associação de municípios.

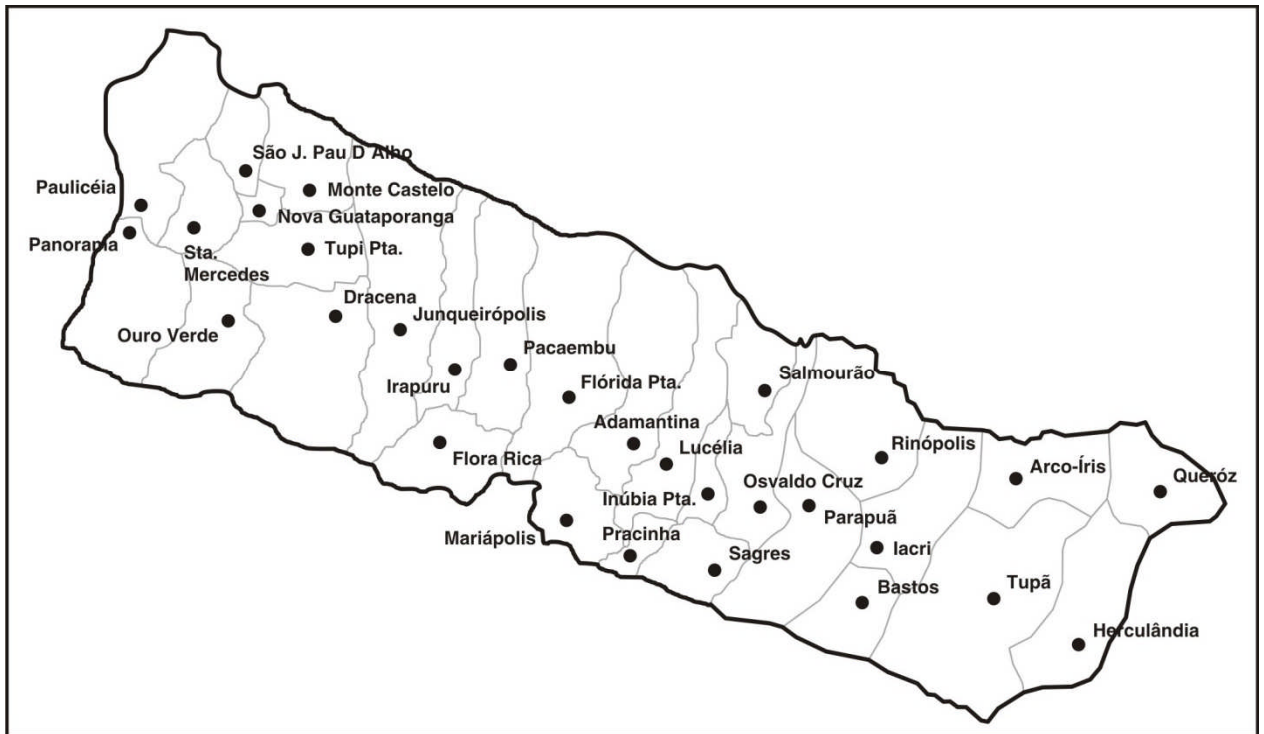
No contexto do Estado de São Paulo, esta área representa cerca de 0,9% da população, a arrecadação tributária fica em torno de 1,5% do total, e a soma do PIB Municipal representa 0,83% do PIB paulista. (Seade, 2006). Sua formação econômica e social situa-se temporalmente entre o final da década de 1920 e final da década de 1950, seguindo a expansão da cafeicultura para o Oeste.

Desse total de municípios, 22 integram a 10ª Região Administrativa, delimitada pela Secretaria Estadual de Economia, Planejamento e Gestão, com sede em Presidente Prudente. São eles: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Pracinha, Paulicéia, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista. Oito deles integram a 12ª Região Administrativa, com sede em Marília. São eles: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Parapuã, Queiroz, Rinópolis e Tupã.

A população local, para atender às suas necessidades, em especial para dispor dos serviços públicos jurisdicionados pelas subsedes regionais, faz um “contorcionismo” entre as cidades-pólo, que têm a função de capitais regionais das regiões administrativas oficialmente delimitadas pelo governo estadual, e as cidades-sede de microrregião. Como o cotidiano é mais dinâmico que as estruturas rígidas, conclui-se que a população residente traça os seus próprios mapas, imprimindo uma identidade própria, configurando-a como uma região singular.

A polarização lateral de Presidente Prudente, em especial, tornou-se um fato “natural” para a população residente nos municípios paralelos. Esta cidade passou a polarizar os municípios da vizinha região especialmente no comércio, educação, saúde e entretenimento. A partir da década de 1970, a instalação de sedes regionais de órgãos estaduais contribuiu para aumentar esta aproximação. (ABREU, 1982, p. 30; SPOSITO, 2001, p. 54)

NOVA ALTA PAULISTA



Mapa 1

Fonte: Secretaria Estadual de Economia, Gestão e Planejamento do Estado de São Paulo, 2006. Escala: 1: 1.375.000



Mapa 2

Fonte: Atlas Geográfico M. Helena Simielli, 2005



Mapa 3 - Idem

Internamente, em razão da proximidade das cidades e maior dinamismo de algumas desde a época da colonização, principalmente com a instalação das comarcas, formaram-se centros sub-regionais, como é o caso de Dracena, Adamantina, e Tupã. Essas cidades polarizam os municípios mais próximos nos itens educação, saúde, agricultura, justiça e comércio, principalmente, formando as chamadas microrregiões. Entre 1983 e 1995, a Secretaria Estadual de Planejamento usava esse critério para zonear o Estado. Elas eram consideradas como Regiões de Governo e essas cidades sediavam os Escritórios Regionais de Planejamento. Após esta data, os escritórios foram extintos e as microrregiões de Dracena e Adamantina ficaram vinculadas à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, onde foi instalado o Escritório Regional de Planejamento - ERPLAN. A microrregião de Tupã passou para a jurisdição da 12ª Região Administrativa de Marília, que também sedia um ERPLAN.

Entrevistas com pessoas dos mais diferentes segmentos sociais e econômicos permitem concluir que a população residente considera a Nova Alta Paulista como uma região, pois nela vivem, trabalham, e convivem. Este sentimento de pertencimento é capturado pela Amnap, podendo-se dizer que ela, como entidade política, dá sentido de unidade a esta população, nutrindo a idéia de região. Surge, então, a primeira categoria de análise a ser estudada: a região. Por se tratar de um conceito basilar para a compreensão do desenvolvimento regional, ele foi discutido no capítulo 1 (embasamento teórico).

Os indicadores econômicos e sociais divulgados por fontes oficiais (IBGE, Fundação Seade, Secretarias Estaduais, prefeituras) atestam resultados que a colocam entre as melhores posições do país (índices de escolaridade, mortalidade infantil, longevidade) e evidenciam outros que a rebaixam para as piores condições do Estado de São Paulo (PIB municipal, renda per capita, taxas de desemprego, taxas de crescimento demográfico). No contexto da federação, a Nova Alta Paulista aparece como sub-região de renda média (Programas Regionais do BNDES, 2006) e no conjunto das microrregiões do PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Regional), ela é classificada tipologicamente como estagnada de renda média. (Ministério da Integração Nacional, 2006).

A economia regional baseia-se na policultura (cereais, algodão, amendoim, frutas, café) e pecuária leiteira, praticadas predominantemente em pequenas e médias propriedades rurais, enquanto que nas propriedades maiores, em substituição à cafeicultura, predominam as pastagens e, mais recentemente, as lavouras de cana-de-açúcar.

A atividade industrial é pouco expressiva, com destaque para as destilarias de álcool, usinas de açúcar, frigoríficos, laticínios, algumas indústrias alimentícias, de confecção, e outras de menor expressão. As agroindústrias sucroalcooleiras, num total de nove, empregam

cerca de quatro mil pessoas nos períodos de safra, produzindo, anualmente, 555.068,68 litros de álcool e 46.633,15 quilos de açúcar. (UDOP e EDR Dracena e Tupã, 2006)

O cotidiano encerra dimensões que os números não conseguem revelar. O interesse no estudo do desenvolvimento regional contemporâneo nasce das inquietações emanadas das percepções subjetivas em relação à realidade regional em seus múltiplos aspectos, que se apresentam no campo e nas cidades locais, despertando indignação quanto às contradições e curiosidade quanto à compreensão.

Entre os problemas mais evidentes, aos quais está exposta a maior parte da população local, destacam-se o desemprego especialmente entre os jovens, a evasão populacional, o empobrecimento dos pequenos produtores rurais, a degradação do solo, o assoreamento dos rios e córregos, o insuficiente serviço de tratamento de esgoto em várias cidades, a estagnação do comércio e, mais recentemente, a presença de dez presídios construídos pelo governo estadual, à revelia do desejo da maior parte da população das cidades onde foram instalados.

Tais problemas não são exclusivos desta área. Ao contrário, parecem ser uma constante da realidade brasileira. Há um consenso entre grande parte das pessoas em atribuir às metrópoles e aos grandes centros o saldo negativo em relação à qualidade de vida, reservando-se ao interior, em especial às pequenas cidades, o ideário de uma vida tranqüila e aconchegante.

Trata-se, neste aspecto, de uma verdade parcial. Se, por um lado, a velocidade da vida moderna é mais lenta no interior, por outro, vêem-se inúmeros jovens⁴ sem opção de desabrochamento de seu potencial, sendo que muitos não têm nem mesmo a oportunidade de uma sobrevivência digna. Se não há, nessas pequenas cidades, o caos urbano representado pela violência, poluição, congestionamentos de trânsito, acirrada competição por uma vaga qualquer, entre outras situações que dificultam a realização normal da vida, o que emperra um dinamismo maior das pequenas cidades, forçando muitas pessoas a se deslocarem para outros lugares?

Em relação aos condicionantes físicos, esta área apresenta solos areníticos podzolizados de média e baixa fertilidade, assentados em relevos de altitudes modestas, com média altimétrica de cerca de 400 metros em relação ao nível do mar. Há poucas décadas, estes solos eram cobertos pela mata densa e por uma camada húmifera de cerca de meio

⁴ Como profissional da educação, há vários anos convivendo com estudantes do ensino médio e superior, é comum deparar-se com jovens que precisam interromper seus estudos porque a família não tem como sustentá-los, ao mesmo tempo em que batalham por um emprego, sem consegui-lo, ou desprendem toda a sua força de trabalho em jornadas incompatíveis com as exigências escolares. A sobrevivência imediata é mais imperiosa que o estudo. O diploma torna-se um luxo e a “opção” está sumariamente definida.

metro, sendo que atualmente se apresentam depauperados e a sua camada orgânica limita-se a cerca de dois centímetros (Casas da Agricultura locais).

A produção agrícola, cada vez mais, necessita de volumosas aplicações de adubos químicos, elevando os custos de produção. Tais investimentos tornam-se onerosos para o pequeno produtor rural, “espremido” pelos monopólios que mantêm elevados os custos de produção e pelas agroindústrias que rebaixam os preços de suas colheitas. (BENJAMIN, 1998, p. 99)

Complementando sua configuração paisagística, predomina o clima tropical, com verões chuvosos e invernos secos, somando pluviosidade média anual de 1.000 a 1.200mm, com chuvas concentradas, especialmente entre dezembro e fevereiro. As médias térmicas anuais são elevadas, em torno de 25°C. Suas águas fluviais são tributárias do rio Paraná, localizando-se, a maior parte das terras da Nova Alta Paulista na sub-bacia hidrográfica Peixe-Aguapeí. Somente o extremo Oeste, onde se localiza a extremidade do espigão divisor desta bacia, possui pequenos rios que deságuam diretamente no rio principal. Os lençóis freáticos predominantes fazem parte do Aquífero Guarani, que aflora em diversas nascentes espalhadas pelo espigão divisor.

Apesar da disponibilização dessa riqueza natural, os mananciais, de modo geral, são maltratados, com despejo de esgoto *in natura* em diversos municípios, e assoreamento provocado pela desproteção do relevo ondulado e manejado inadequadamente pela agricultura tradicional predominante. Como consequência, o volume de água dos córregos diminuiu. As lâminas d’água tornaram-se mais rasas e as enchentes, em anos mais chuvosos, espriam-se pelos vales, deixando espessas camadas de sedimentos lixiviados. (Casas da Agricultura locais e Polícia Ambiental, 2005) Depósitos lineares de sílica “roubam” áreas significativas de solo onde a mata ciliar desapareceu. Os peixes escassearam-se e o uso da água para irrigação ou para abastecimento de animais, em muitos deles, é impróprio. Há, portanto, poluição das águas superficiais, mesmo longe das metrópoles. Sustentabilidade ambiental e boa qualidade de vida no interior? Só acredita quem alimenta visão idílica.

Nova Alta Paulista – aspectos demográficos – IBGE Censo 2000

Municípios	Área territorial km ²	População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica (hab/km ²)
Município com mais de 50.000 habitantes					
Tupã	629	63.333	60.366	2.967	100,68
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes					
Adamantina	412	33.470	30.342	3.128	81,2
Dracena	488	40.500	37.153	3.347	82,99
Oswaldo Cruz	248	29.648	26.141	3.507	119,55
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes					
Bastos	170	20.588	17.040	3.548	121,10
Flórida Paulista	525	11.106	8.982	2.124	21,15
Junqueirópolis	583	17.005	13.420	3.585	29,17
Lucélia	314	18.316	15.698	2.618	58,33
Pacaembu	340	12.518	9.497	3.021	36,82
Panorama	353	13.649	12.665	984	38,67
Parapuã	365	11.104	8.494	2.610	30,42
Rinópolis	359	10.255	7.948	2.307	28,57
Tupi Paulista	245	13.286	10.877	2.409	54,,23
Municípios com população até 10.000 habitantes					
Arco-Íris	263	2.163	1.068	1.095	8,22
Flora Rica	225	2.177	1.568	609	9,68
Herculândia	365	7.992	6.827	1.165	21,89
Iacri	324	6.783	4.795	1.988	20,93
Inúbia Pta.	87	3.318	2.764	554	38,14
Irapuru	213	7.457	5.629	1.828	35,01
Mariápolis	186	3.854	2.803	1.051	20,72
Monte Castelo	233	4.089	3.004	1.085	17,55
Nova Guataporanga	34	2.087	1.728	359	61,38
Ouro Verde	243	7.148	6.345	803	29,41
Paulicéia	375	5.302	3.934	1.368	14,14
Pracinha	63	1.431	1.186	245	22,71
Queiroz	235	2.171	1.659	512	9,23
Sagres	149	2.439	1.578	861	16,37
Salmourão	173	4.401	3.561	840	25,44
Sta Mercedes	167	2.803	2.231	572	16,75
São João do Pau D'Alho	118	2.180	1.611	569	18,47
TOTAL	8.484	362.573	306.119	51.659	45,5 (média)
População rural e urbana (%)		100	85,25	14,75	

Tabela 1

Fonte: IBGE, Censo 2000. Org: Izabel Castanha Gil/2007

PIB e IDH-M dos municípios da Nova Alta Paulista

Municípios	PIB municipal - 2002	Renda per capita- 2002	Ranking da RPC	IDH- M 2001	Ranking do IDH-M 2001	Ranking do IDH-M no Estado
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	R\$ 374,5 mi	R\$ 5.809	18	0,803	2	170
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes						
Adamantina	R\$ 221,0 mi	R\$ 6.544	13	0,811	1	102
Dracena	R\$ 205,5 mi	R\$ 5.047	22	0,8	3	173
Oswaldo Cruz	R\$ 185,6 mi	R\$ 6.208	15	0,798	5	179
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	R\$ 382,6 mi	R\$ 18.212	2	0,798	4	182
Flórida Paulista	R\$ 105,0 mi	R\$ 9.819	5	0,767	12	422
Junqueirópolis	R\$ 95,5 mi	R\$ 5.684	19	0,766	13	426
Lucélia	R\$ 112,9 mi	R\$ 6.119	16	0,782	10	299
Pacaembu	R\$ 48,5 mi	R\$ 3.868	29	0,763	14	450
Panorama	R\$ 56,9 mi	R\$ 4.062	28	0,783	9	294
Parapuã	R\$ 99,1 mi	R\$ 9.001	8	0,792	7	228
Rinópolis	R\$ 51,3 mi	R\$ 5.137	21	0,757	16	488
Tupi Paulista	R\$ 67,4 mi	R\$ 5.160	20	0,792	6	222
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco-Íris	R\$ 28,1 mi	R\$ 12.717	3	0,708	30	630
Flora Rica	R\$ 21,2 mi	R\$ 10.028	4	0,747	19	550
Herculândia	R\$ 48,8 mi	R\$ 5.913	17	0,738	25	585
Iacri	R\$ 62,5 mi	R\$ 9.318	6	0,775	11	361
Inúbia Pta	R\$ 28,1 mi	R\$ 8.520	9	0,786	8	272
Irapuru	R\$ 27,8 mi	R\$ 3.859	30	0,76	15	473
Mariópolis	R\$ 16,7 mi	R\$ 4.510	26	0,74	24	580
Monte Castelo	R\$ 31,8 mi	R\$ 8.153	10	0,743	21	567
Nova Guataporanga	R\$ 8,7 mi	R\$ 4.218	27	0,74	23	579
Ouro Verde	R\$ 32,9 mi	R\$ 4.605	25	0,723	29	618
Paulicéia	R\$ 27,5 mi	R\$ 4.884	23	0,753	18	520
Pracinha	R\$ 9,9 mi	R\$ 6.996	11	0,746	20	557
Queiroz	R\$ 47,1 mi	R\$ 21.051	1	0,73	27	608
Sagres	R\$ 15,0 mi	R\$ 6.335	14	0,723	28	617
Salmourão	R\$ 29,6 mi	R\$ 6.762	12	0,734	26	598
Santa Mercedes	R\$ 13,2 mi	R\$ 4.806	24	0,74	22	576
São João do Pau D'Alho	R\$ 18,5 mi	R\$ 9.285	7	0,754	17	511

Quadro 3

Fonte: IBGE e Seade. Org: Izabel Castanha Gil/2007

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

A contradição ressalta-se quando se observam os principais agentes poluidores destas águas: prefeituras responsáveis pelo saneamento, ou a SABESP, uma empresa estatal de economia mista. O poder público, responsável institucional pelo zelo do bem comum, põe em risco a saúde do cidadão.

Pela SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros), a principal rodovia que cruza a Nova Alta Paulista (sentido leste-oeste), vê-se o trânsito nervoso de viaturas da polícia civil. Não se trata do aumento efetivo de policiais para intensificar a segurança dos cidadãos. São manobras e procedimentos inerentes aos presídios recém-construídos ao longo deste eixo rodoviário.

Entre 1999 e 2005, nessa área foram instalados nove presídios e uma unidade da FEBEM, abrindo mais de dez mil novos “moradores”, num raio de apenas oitenta quilômetros. (Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 2007). Trata-se da mais recente resposta do governo estadual para os prefeitos que reivindicam fomento para a geração de novos empregos, decisão tomada à revelia da vontade de boa parte da população local⁵.

Ouvindo pessoas que atuam em atividades filantrópicas, percebe-se certa sobrecarga em suas atitudes solidárias de voluntários. A lista de necessitados não pára de crescer: são remédios, roupas, calçados, agasalhos, alimentos. Não bastassem as necessidades materiais imediatas, a carência psicológica merece especial atenção. É significativo o aumento de casos de alcoolismo e do número de registros de agressões à criança e à mulher (Delegacias da Mulher de Adamantina, 2005), além da prostituição, da delinquência juvenil e, mais recentemente, da droga.

Cidades como Flora Rica, Mariápolis, Sagres, Nova Guataporanga, Arco-Íris e Queiroz, por exemplo, cuja população varia entre 2.000 e 4.000 habitantes (IBGE, Censo 2000), têm, nas aposentadorias e pensões pagas pelo INSS, uma das principais fontes de recursos financeiros “derramados” no comércio. As prefeituras municipais são as maiores geradoras de empregos, seguidas pelo Estado por meio dos cargos que mantém, principalmente em escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, e penitenciárias. A pecuária bovina de corte é a principal atividade econômica destes municípios, significando pouca geração de empregos. Algumas se tornaram cidades-dormitório, com boa parte da população economicamente ativa deslocando-se para os municípios vizinhos para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Os rendimentos do trabalhador rural diarista são significativos para o

⁵ São fartas as reportagens veiculadas nos jornais locais referentes a movimentos da população, contrários à instalação de presídios.

comércio varejista (Associações Comerciais locais), mas não conseguem alterar a composição do PIB Municipal (IBGE, Seade e prefeituras municipais, vários anos). Ao se analisar a evolução dos PIB Municipais entre 1999 e 2004 (ver tabela na sessão Anexos), observa-se elevação quantitativa em seus valores, principalmente no setor agropecuário; há elevação, também, na renda per capita, porém, tal fato não garante melhorias reais nos rendimentos da população trabalhadora, uma vez que, com a expansão da atividade sucroalcooleira, vem ocorrendo maior concentração de renda.

As prefeituras municipais, com arrecadação insuficiente, dependem do repasse de recursos estaduais e federais. Prefeitos, vereadores, e demais lideranças, durante as entrevistas, demonstraram preocupação quanto à sustentabilidade futura desses pequenos municípios.

Considerando-se as profundas desigualdades que caracterizam o Brasil e que o bem-estar dos cidadãos e cidadãs depende de justiça social, os estudos regionais podem contribuir para desvendar entraves que cerceiam o desenvolvimento como promotor de equidade. Para isso, se faz necessário o conhecimento da divisão territorial do trabalho e o modo de apropriação e transformação da natureza no Brasil, especialmente na região Sudeste, a partir das primeiras décadas do século XX. Tal contexto explica a ocupação, nessa época, do extremo Oeste do Estado de São Paulo, área de interesse nesta pesquisa.

2.3. O extremo Oeste do Estado de São Paulo: noções de tempo e espaço

A denominação “Nova” Alta Paulista deve-se à sua colonização posterior à da Alta Paulista (região de Marília). Enquanto essa foi colonizada por volta de 1910 – 1920, a Nova Alta Paulista começou a receber um intenso fluxo migratório a partir de 1930.

Nas primeiras décadas do século XX, quando a ferrovia se mostrou um meio eficaz para o escoamento da produção de café até o porto de Santos, seu prestígio era tal que costumavam ser os seus eixos que denominavam e configuravam as novas regiões. Seu traçado procurava seguir os platôs interfluviais dos planaltos, especialmente do Ocidental Paulista. Assim, as regiões ficavam delimitadas entre dois rios, tendo a ferrovia na porção central e mais elevada.

Para muitos, o adjetivo “alta” se referia à distância da capital e não à altitude do relevo. Quanto ao termo Alta Paulista, assim se refere Pierre Monbeig (1984, p. 175):

Os paulistas designam as regiões pelos nomes das companhias de estradas de ferro que as servem. Os pioneiros os fazem preceder, freqüentemente, do adjetivo “Alta”. Empregaremos,

pois, essa nomenclatura particular. A Alta Paulista é a região a Oeste de Piratininga, entre o Peixe e o Aguapeí.

A introdução do adjetivo “Nova” não é muito clara quanto à data e à fonte. Nos mapas da CPEF ou da FEPASA ela não aparece. Investigando diversas fontes oficiais e mapas político-administrativos do Estado de São Paulo, a Nova Alta Paulista não é representada. Moradores antigos e autoridades de períodos anteriores afirmam que o termo “Nova” foi incluído pela população local, inicialmente referindo-se à expansão da ferrovia em relação à região de Marília, fato ocorrido nas primeiras décadas do século XX, enquanto aquela foi colonizada depois de 1930.

Essas pessoas lembram que a expressão Nova Alta Paulista tornou-se corrente após a estadualização da ferrovia, ocorrida em 1969, passando para a FEPASA, incorporando-se definitivamente no vocabulário das pessoas quando, a partir de meados da década de 1970, a região passa a buscar uma identidade própria.

A essa época, a percepção de isolamento e de desvantagem em relação a outras regiões, particularmente em relação às regiões de Marília e Presidente Prudente, às quais os municípios estavam subordinados, despertou o sentimento de pertencimento, disseminando e reforçando a delimitação espacial e regional da Nova Alta Paulista, ainda que no plano simbólico.

O primeiro uso dessa denominação de que se tem notícia foi feito pelo IBGE, quando da realização do Censo de 1970. Para esse órgão, a subdivisão da Alta Paulista⁶ deveu-se a um critério meramente prático, já que a Alta Paulista se compunha de dezenas de municípios. Assim, a denominação “Nova” foi dada em razão da data de sua colonização, após 1930, sendo, portanto, posterior à colonização da região de Marília e Tupã. Os limites iam de Panorama e Paulicéia (Oeste) até Parapuã e Rinópolis (Leste), num total de 23 municípios. Desses últimos em diante, eles pertenciam à sub-região de Tupã. (Dr. Cândido Jorge de Lima⁷, estatístico do IBGE entre as décadas de 1950 e 1970. Entrevista concedida em 15/6/2004).

Gildomar Pax Pedroso (75 anos, ex-prefeito de Adamantina e secretário eleito na primeira diretoria da AMNAP, relembra:

Começamos a usar o termo Nova Alta Paulista nas assembleias da AMNAP, pois queríamos ganhar uma identidade própria em relação a

⁶ As ferrovias acabavam denominando as sub-regiões do Estado de São Paulo. A Alta Paulista tem seu nome vinculado à linha férrea pertencente à Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

⁷ O dr. Cândido, como era conhecido, assessorou e elaborou vários documentos para os municípios vinculados ao escritório do IBGE, com sede em Adamantina, baseados nos censos demográficos e agropecuários. Especialmente para Adamantina, cidade onde residiu por mais de 56 anos, ele elaborou várias revistas temáticas, que constituem importantes registros escritos disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal. Seu falecimento ocorreu em 29/8/2005.

Presidente Prudente e a Marília. Em pouco tempo o nome pegou e tornou-se conhecido por todos. (Entrevista concedida em 12/1/2007)

A CPEF, concessionária responsável pela construção da ferrovia, tinha seu marco zero na cidade de Campinas, região conhecida no final do século XIX e início do século XX, como Paulista. A expansão da cafeicultura rumo à porção ocidental do Estado, fez surgir a Alta Paulista. Como a expansão da ferrovia, por meio de empreendimentos particulares, se vinculava aos indicadores do mercado, a construção não seguia um programa ou um ritmo constante. Em épocas de alta dos preços do café no mercado internacional, intensificava-se a construção de mais alguns quilômetros, levando comunicação a uma área onde a frente pioneira já havia feito surgir algumas vilas e patrimônios.

Os recursos técnicos da época também se constituíam em elementos dificultadores de sua expansão, pois impunha à engenharia um ritmo lento de construção. Assim, durante vários anos, algumas cidades tornavam-se “pontas de linha”, o que lhes rendia excelente condição de desenvolvimento. Marília viveu esta condição no início do século XX, comandando a colonização das áreas vizinhas. (MONBEIG, 1984, p. 349)

A transposição da serra de Quintana impôs vários obstáculos aos engenheiros e trabalhadores ferroviários, até que, finalmente, os trilhos chegaram a Tupã, em 1928. Aquela cidade, então, passou a comandar a colonização das cidades do seu entorno, que são Iacri, Bastos, Quintana, Herculândia, Arco-Íris e Queiroz.

Desta cidade, a ferrovia seguiu mais adiante, parando em Lucélia por alguns anos e sendo inaugurada, em Adamantina, em abril de 1950. Enquanto a microrregião de Tupã foi colonizada entre o final da década de 1920 e durante a década de 1930, a microrregião de Adamantina foi colonizada principalmente nos anos de 1940, e a microrregião de Dracena, com exceção de Tupi Paulista, que, naquela época, se chamava Gracianópolis, foi colonizada na década de 1950, sendo que esta última teve sua colonização um pouco anterior. A ferrovia chegou a Dracena em 1960, de onde seguiu até Panorama, que é a sua ponta final, à margem esquerda do rio Paraná.

A configuração espacial da Nova Alta Paulista, com a emancipação da maior parte dos municípios, data do final dos anos de 1950, com a emancipação de Iacri, Inúbia Paulista, Nova Guataporanga, Sagres, Salmourão, e São João do Pau D’Alho, todos em 1959. De lá para cá, incluem-se Queiroz (1964) e, em 1993, mais dois, que se desmembraram dos municípios-sede: Pracinha (Lucélia) e Arco-Íris (Tupã).

A ferrovia dava unidade à região, ligando-a à cidade de Marília e de lá seguindo para Campinas, Jundiaí, São Paulo e, finalmente, ao porto de Santos. Tratava-se, portanto, de um

eixo perpendicular ao litoral, que servia como corredor de exportação de produtos tropicais aos mercados europeu, norte-americano e asiático (Japão, especialmente).

O deslocamento maior das pessoas, em longas distâncias, era feito pelo trem, uma vez que a rodovia não era pavimentada, o que só veio a acontecer, em todo o seu trecho (Jaú - Panorama) no final da década de 1960. Em função da proximidade da estrada de ferro e dos trens, que transitavam diariamente, era cômodo deslocar-se até Marília quando se necessitava de alguma especialidade médica ou desejava-se algum bem de consumo mais sofisticado. Essa cidade também possuía um significativo parque industrial, já àquela época, consumindo matérias-primas de origem agrícola com regularidade, especialmente milho, plumas e caroço de algodão, amendoim, entre outros. (MOURÃO, 1994, p. 50)

Em outras regiões do Oeste paulista, acontecia fenômeno semelhante e, assim, foram transformando-se em pólos regionais, atraindo, posteriormente, infra-estrutura oficial voltada aos serviços públicos essenciais, como hospitais regionais, campus universitários, departamentos regionais de agricultura, educação, segurança pública, entre outros. Como exemplo, pode-se citar as cidades de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru, São José do Rio Preto e outras.

Na Nova Alta Paulista, no entanto, por volta de 1930, até a década de 1950, o negócio das terras foi tornando-se lucrativo com a venda de pequenas glebas no sistema de varejo, realizada pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram especialmente em Marília, Pompéia, e Oriente. As pessoas interessadas eram, em maior número, imigrantes italianos de segunda e terceira gerações, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, sendo muitas imigrantes e outras já de segunda geração. Mais tarde, já nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, ou mesmo como assalariados nas atividades rurais.

As cidades que compõem a Nova Alta Paulista são anteriores à ferrovia, como convinha às concessionárias de ferrovias de capital privado. Sabia-se, previamente, do traçado que se faria acompanhando a linha do espigão divisor Peixe-Aguapeí e este fato servia como motivação para a valorização das terras. Assim, elas deveriam dar lucros antes da colheita (SPOSITO, 1996, p. 71), caracterizando um empreendimento comercial, e não uma experiência de colonização.

A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos. A distância dos centros maiores e a ausência de infra-estrutura como hospitais,

escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, influenciavam o valor acessível das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras. Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária desses municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais.

A precariedade dos transportes e o baixo poder aquisitivo dos agricultores, dificultavam o seu deslocamento até as cidades, onde vendiam as suas colheitas e abasteciam-se de produtos manufaturados. Tal fato contribuiu para que os vendedores de lotes usassem a vinda da ferrovia como mote para a projeção de novas cidades. Assim, elas foram surgindo no espigão, próximas aos marcos da ferrovia, distando poucos quilômetros uma da outra, pulverizando a rede urbana e configurando a especificidade desta porção regional. (FRESCA, 1990, p. 17).

Nos anos de 1960, definitivamente, as indústrias automobilísticas instalaram-se no Brasil, concentrando-se na Região Metropolitana de São Paulo. Aos poucos, a versatilidade dos caminhões Ford, Chevrolet, Mercedes Bens, Alfa Romeo, FNM, foram substituindo a rigidez das locomotivas, decretando a involução do sistema ferroviário e a ascensão do rodoviarismo, enquanto inauguravam e rapidamente consolidavam uma nova fase do capital monopolista no país. Pela agilidade, o sistema rodoviário se apresentava mais adequado à consolidação do modelo de desenvolvimento que se desenhava após os anos de 1950, baseado na substituição de importação. (NEGRI, 1996, p. 79).

Já sem perspectivas de retornar à época de ouro, os principais acionistas da CPEF repassaram o controle acionário da Companhia ao governo do Estado de São Paulo, surgindo, então, a FEPASA, em 1969. Seguindo a lógica do sistema de privatizações empreendido pelo governo federal ao longo dos anos de 1990, esta empresa vendeu a sua participação à concessionária Brasil Ferrovias (que agregava a Ferrobán, Ferronorte, e Novoeste), em 1997. Em 1998, a concessão da malha ferroviária paulista foi adquirida pela América Latina Logística, que a desativou por definitivo no ano 2000 (Associação Paulista da Memória Ferroviária - APMF, 2006). Quando os trens deixaram de circular, a sua ausência não foi percebida, nem reclamada pela população, pois há muito não faziam parte do cotidiano das pessoas.

Ao deixar a ferrovia de ser a principal via de comunicação dos jovens municípios com as outras regiões do Estado, a população foi percebendo quão isolada estava em sua área de fronteira, distante cerca de 540 quilômetros (Tupã – São Paulo), 600 quilômetros (Adamantina - São Paulo) e 750 quilômetros (Panorama – São Paulo) da capital. Os

desdobramentos desses fatos vão se revelando a partir da década de 1970, período em que ocorreram diversos tipos de impacto na região (Capítulo 3).

2.4. A Nova Alta Paulista e a (in)definição regional

A CPEF estendeu os trilhos da ferrovia até Panorama, à margem esquerda do rio Paraná. Havia pretensões de se avançar a frente pioneira para além deste rio, adentrando em terras mato-grossenses. A conjuntura econômica e política dos anos de 1970, e a baixa qualidade dos solos daquele Estado⁸, principalmente nas áreas próximas à divisa, não estimularam tal empreendimento. Por parte da CPEF, também não havia interesse em dar continuidade aos seus investimentos, uma vez que a RFFNOB se localizava numa distância relativamente próxima ao fim da linha paulista.

Inviabilizou-se, dessa maneira, a formação de um fluxo comercial entre a Nova Alta Paulista e o Sudeste de Mato Grosso (o desmembramento daquele Estado ocorreu em 1978). Por rodovia, a distância entre Dracena e São Paulo (capital) é de 700 quilômetros; entre Dracena e Campo Grande, é de 500 quilômetros. Bloqueou-se um maior dinamismo no lado paulista e também no lado mato-grossense, favorecendo o desenvolvimento de Três Lagoas (hoje MS) e Araçatuba (SP), na linha da Noroeste, e de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, na linha da Sorocabana.

Na fase ativa da ferrovia, era intenso o fluxo comercial entre as cidades da Nova Alta Paulista e Marília, essa última funcionando como centro atacadista de bens de consumo, como lamparinas, lâmpões a gás, material de construção, óleo vegetal, bebidas, alimentos, ferramentas agrícolas etc. (MOURÃO, 1994, p. 60). Por causa da disposição da ferrovia (sentido leste-oeste), a Nova Alta Paulista configurou-se espacialmente como uma extensão linear da Alta Paulista, tornando-se “natural” a sua vinculação àquela cidade.

A desativação progressiva da ferrovia foi, revelando que essa regionalização não estava, de fato, consolidada. A localização geográfica da Nova Alta Paulista e das três capitais regionais – Marília, Presidente Prudente e Araçatuba -, bem como a distribuição espacial dos departamentos públicos, pulverizaram a atração de Marília e criaram uma outra dinâmica.

Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena são as quatro cidades que se desenvolveram um pouco mais entre as trinta que formam a Nova Alta Paulista. Entre

⁸ Com a crise das décadas de 1970 e 1980, muitos sítiantes, fazendeiros e empresários da Nova Alta Paulista investiram em terras naquele Estado, dedicando-se principalmente à pecuária extensiva de corte. Entre os fatores de atração, pode-se citar o valor relativamente baixo das terras e a utilização do sistema extensivo de criação, que desobriga a presença constante do dono, a ampliação da infra-estrutura, principalmente estradas e redes de energia elétrica e telefonia, e recursos federais provenientes da SUDECO (Superintendência para o desenvolvimento do Centro-Oeste), entre outros megaprojetos.

Adamantina e Presidente Prudente, são 120 km; entre Adamantina e Araçatuba, são 115 km, e entre Adamantina e Marília são 150 km. Tomando-se Dracena como referência, a distância até Presidente Prudente é de 110 km, até Araçatuba é de 160 km, e até Marília é de 200 km. Sendo Osvaldo Cruz a referência, as distâncias ficam assim determinadas: até Araçatuba, 100 km, até Presidente Prudente, 90 km e até Marília, 125 km. Tomando-se Tupã como referência, as distâncias assim se apresentam: até Marília são 85 km, até Presidente Prudente são 100 km e até Araçatuba são 117 km.

Em 1998, quando lideranças regionais elaboraram substancial documento visando a criação oficial da Região Administrativa da Nova Alta Paulista, alguns municípios mais ligados a Marília integraram o movimento, justificando que os seus problemas são mais semelhantes aos dos municípios do extremo Oeste, do que aos de Marília, a quem oficialmente estão jurisdicionados. São eles: Iacri, Bastos, Arco-Íris, Tupã, Queiroz e Herculândia. (Movimento para criação da região administrativa da Nova Alta Paulista, 1998).

Com a expansão do Pró-Álcool, desde o final da década de 1970, oito destilarias instalaram-se num raio de cem quilômetros. Tal atividade provocou profundas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de exploração da terra, e no valor comercial das mesmas. Conforme dados do INCRA e das Casas da Agricultura locais, no entanto, não houve significativa alteração fundiária, uma vez que as usinas preferem comprar a cana-de-açúcar de produtores rurais independentes ou arrendar propriedades, que elas mesmas cultivam. Conforme será visto no capítulo 5, nas áreas onde houve avanço da pecuária de corte, houve maior concentração fundiária do que nas áreas ocupadas por cana-de-açúcar.

Durante a fase da cafeicultura e da policultura, predominavam as pequenas propriedades rurais, com exploração familiar direta. A decadência do setor cafeeiro, nos anos de 1970 e 1980, provocou a substituição das lavouras de café e de cereais por pastagens (pecuária bovina de corte, especialmente) e por canaviais. As famílias migraram para os centros industriais, principalmente São Paulo, Campinas, Americana, Limeira e Jundiá. Outras venderam suas terras para usineiros e pecuaristas e migraram para o Centro-Oeste ou para a periferia da Amazônia. Outros, com menor poder aquisitivo, e com menor qualificação profissional (principalmente ex-empregados, meeiros e porcenteiros), instalaram-se nas próprias cidades da região, tornando-se trabalhadores volantes (bóias-frias).

A introdução das pastagens e, principalmente, da canavicultura mecanizada, provocou significativa valorização das terras, inviabilizando, ainda mais, a agricultura familiar. O quadro 1 atesta a urbanização da população regional em mais de 80%, sendo que essas cidades não têm como absorver tamanho contingente disponível de trabalhadores.

Atualmente, as lavouras de cana-de-açúcar (embora temporariamente), as prefeituras municipais, e os presídios, são os maiores empregadores, já que o comércio varejista e os pequenos empreendimentos diversificados vêm retraindo seu quadro de funcionários.

Observa-se, também, a instalação de algumas novas indústrias, em especial no ramo de confecção, típicas da nova fase de produção industrial flexível. Tais iniciativas se explicam pela lógica da desconcentração industrial, produzindo para grifes famosas, por meio de contratos terceirizados. (LENCIONI, 1999, p. 115)

Entre as décadas de 1960 e 1990, instalaram-se sete institutos isolados de ensino superior, sendo dois deles autarquias municipais. Nos últimos anos, houve a fusão de duas dessas autarquias e uma fundação também ganhou este estatuto. Quatro novas faculdades privadas foram instaladas, além de dois campus da Unesp. Ao longo desse tempo, não houve preocupação dessas instituições, nem das lideranças regionais, de se criar centros de estudos regionais. As duas últimas, de caráter público, ainda são muito recentes (2003) e estão ainda em fase de estruturação.

Dracena e Adamantina sediam duas escolas técnicas agrícolas estaduais vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Sousa – CEETEPS -, com iniciativas de pequeno alcance em relação às questões agrárias regionais. Adamantina sedia uma estação experimental agrícola, que atua com dificuldades estruturais para desempenhar as suas funções.

São muito freqüentes as ações filantrópicas voluntárias, especialmente as vinculadas à igreja católica e à comunidade espírita, além de outros grupos como Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Clubes de Serviço como Rotary Club, Interact Club, Lyons Club, Maçonaria, Grupo de Apoio Amor Exigente, Associação dos Alcoólicos Anônimos, entre outros de abrangência local. Há um grande trabalho dos evangélicos tradicionais, como o Centro de Ressocialização de Dependentes Químicos. (CRERES), o trabalho com deficiente auditivos por meio da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) entre outros. Tais iniciativas têm significativo valor social, principalmente nos últimos anos, quando o direcionamento neoliberal das políticas centrais desamparou os cidadãos mais necessitados. Apesar de seu mérito, no entanto, não têm caráter transformador, uma vez que permanecem intocáveis as estruturas que desencadeiam as carências.

Observam-se empreendimentos econômicos bem sucedidos, tanto no campo, quanto nas atividades urbanas, ao lado de muitos outros com sérios problemas para continuarem existindo. Observam-se, também, pessoas de considerável formação profissional e cultural

imbuídas de boa vontade em busca de alternativas mais profícuas. Há grupos e também iniciativas isoladas com ideais voltados à preservação ambiental, às iniciativas filantrópicas, à modernização das práticas produtivas, mas todas com resultados relativos; eles parecem não atingir o âmago da questão a que se propõem.

Uma movimentação ainda silenciosa e pouco expressiva à sociedade vem ocorrendo a partir de 1999, quando se começaram a evidenciar alguns resultados do Programa Estadual de Micro-Bacias Hidrográficas - PEMBH, revitalizando pequenas propriedades rurais, com a recuperação do solo, plantio de matas ciliares, construção de abastecedouros comunitários, distribuição de implementos agrícolas, e introdução monitorada da pecuária leiteira pelos EDR de Tupã e Dracena, em parceria com as Casas da Agricultura e Secretarias Municipais de Agricultura. A implantação demonstra resultados diferenciados entre os municípios, sendo mais expressivos aqueles onde as autoridades locais demonstraram maior sensibilidade ao projeto.

Percebe-se, também, grande predisposição da sociedade em participar dos conselhos municipais, apresentando propostas e envolvendo-se na busca de solução, apesar da desinformação sobre o funcionamento desse significativo instrumento democrático. Outros sinais de novos tempos são a preocupação dos agricultores, principalmente os produtores de frutas, com a certificação dos produtos, visando mercados mais abrangentes. A qualificação dos agricultores é feita pelo SEBRAE, com apoio da CATI e das Prefeituras Municipais.

Algumas prefeituras, especialmente a de Junqueirópolis, vêm, há alguns anos, implantando novas formas de gestão, estimulando a participação da população e buscando a sustentabilidade administrativa em superação ao arraigado populismo.

Essas evidências, ainda muito recentes, remetem à reflexão e análise sobre o novo papel do Estado, em debate desde os anos de 1990, empreendendo esforços para inserir as economias no mundo globalizado. A abertura política e econômica do país impõe novos desafios e, conseqüentemente, novos modelos de gestão e novos paradigmas de desenvolvimento. Tais princípios fazem surgir novos atores, valorizando a participação de governos, lideranças e iniciativas locais. (ARAÚJO, 2000, p. 25) Esse novo contexto regional, em que as incertezas e a necessidade de soluções impõem a necessidade de reflexões, constitui-se no escopo desta pesquisa.

2.5. A expansão da cafeicultura como fenômeno da expansão do capital

A expansão da cafeicultura no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, não se explica como um fenômeno exclusivamente local. Trata-se de uma das frentes de expansão do capital, combinando os interesses nacionais com os interesses das regiões centrais: Europa e, posteriormente, Estados Unidos e Japão.

Ingleses, norte-americanos, alemães e franceses desempenharam significativo papel no aperfeiçoamento das técnicas, principalmente, de beneficiamento do café. Os ingleses investiram em infra-estrutura, especialmente na construção de ferrovias. Se, por um lado, o Brasil beneficiou-se com essa abertura de novos mercados, proporcionada pela robustez da economia dos países centrais, por outro, esses centros do capital viram novas oportunidades de reprodução de suas riquezas financiando setores vitais, como o transporte, para escoamento da produção até os portos, comprando imensas áreas florestadas e instalando empresas loteadoras, intermediando fortemente a comercialização e monopolizando a circulação e distribuição de um produto alimentar não básico, que se popularizava nas principais regiões consumidoras do mundo.

A elite local, formada por fazendeiros e governantes oriundos e ou sustentados por essa mesma oligarquia rural, e a burguesia dos países centrais, ambos mediados pelos beneplácitos do Estado brasileiro, formavam os dois lados da mesma moeda: o avanço da civilização do capital.

O extremo Oeste paulista, particularmente o espigão divisor Peixe-Aguapeí, onde hoje se encontra a Nova Alta Paulista, surge como a última porção do Estado de São Paulo a ser colonizada na esteira da febre da cafeicultura, que durou do final do século XIX até as décadas medianas do século XX. Para situar sua formação, a partir das décadas de 1930 e 1940, é preciso voltar no tempo e conhecer um pouco da influência desta cultura na formação econômica, social e espacial do Sudeste brasileiro, particularmente do Estado de São Paulo.

Em meados do século XIX, o café despontava-se como uma nova possibilidade de riqueza, substituindo a mineração em declínio. As notícias animadoras do aumento crescente da demanda e os bons preços pagos pelos mercados europeus sinalizavam positivamente aos novos produtores. Daí para frente, a tendência foi o aumento da procura e, conseqüentemente, o aumento do plantio.

Nessa época, o território paulista não ostentava significativa expressão econômica e política, e a maior parte da população distribuía-se dispersamente na faixa litorânea. O declínio da produção açucareira provocou um lento empobrecimento dessas pessoas, que passaram a viver basicamente de culturas de subsistência e da pesca. A vila de São Paulo,

principal núcleo para a entrada das bandeiras para o interior, descendo pelo leito do rio Tietê, concentrava algum movimento em torno do comércio, para abastecimento desses grupos. No interior, alguns povoados surgiram nas margens desse rio, por influência direta do bandeirismo, que adentrava os confins do território ainda muito pouco conhecido. No Sul, Sorocaba apresentava-se como um centro comercial significativo, cuja origem está ligada à época da mineração. Ali se desenvolveu um núcleo onde se comercializavam animais vindos especialmente do Rio Grande do Sul. Do mais, as terras eram cobertas pela mata densa e habitada principalmente por indígenas.

Considerado como uma opção econômica para São Paulo, o café começou a promover-lhe uma refuncionalização estrutural. No entanto, a mesma lógica extrativista, que norteou as explorações econômicas desde o início da colonização brasileira, continuou ativa na introdução da cultura cafeeira: utilização incondicional dos recursos naturais e quando estes se exaurem, segue-se para frente, à procura de áreas novas, onde o mesmo processo será implantado.

A “onda verde” veio seguindo o planalto Atlântico, limitando-se, ao Sul, com o Trópico de Capricórnio. A prática da agricultura sempre esteve diretamente ligada aos condicionantes geográficos. Assim, no topo deste planalto, onde as temperaturas registravam médias baixas para as exigências do *Coffea arabica*⁹, os fazendeiros volveram seus plantios para o Oeste, em direção à cidade de Campinas, já na Depressão Periférica. Nesta região as terras não eram tão férteis, porém a topografia mais plana e os solos ainda inexplorados, se mostravam atraentes.

A farta disponibilidade de terras, principalmente no interior, mantinha os fazendeiros despreocupados quanto à multiplicação das lavouras, o que não acontecia em relação à disponibilidade de braços para cultivá-las. A saída encontrada pelos cafeicultores, já em meados do século XIX, foi recorrer ao governo central para que, a exemplo dos Estados Unidos, criasse programas de incentivo à imigração de trabalhadores livres.

2.6. Desconsidera-se o trabalhador nativo, busca-se o imigrante

O programa de imigração foi elaborado a partir das necessidades e reivindicações da oligarquia cafeeira, que se consolidava. Foram feitos agenciamentos em regiões européias

⁹ A origem desta rubiácea encontra-se na Etiópia, onde as lavouras eram plantadas nas áreas do Maciço da Etiópia, em localidades com altitude entre 1.000 metros e 2.000 metros. O clima predominante apresenta seca no inverno, com precipitações entre 125 mm e 250 mm, e chuvas de verão, com precipitação de mais de 1.000 mm. A temperatura média, no inverno, varia entre 10 e 20°C, mantendo essas mesmas médias térmicas no verão. A cobertura vegetal predominante é a savana. (Atlas Geográfico FAE, 1986, p. 54-5)

cuja estrutura socioeconômica e condições políticas provocavam a saída da população ativa. Como incentivo, foram oferecidos subsídios ao deslocamento das famílias, autorização para desembarcarem e instalarem-se no país estrangeiro, e alojamento numa hospedaria do governo, em São Paulo, até o contrato com seus futuros patrões. Entre 1850 e 1934, desembarcaram no Brasil cerca de cinco milhões de imigrantes, sendo cerca de 31% portugueses, 30% italianos, 13% espanhóis, 4% alemães, 4% japoneses, e 18% de outras nacionalidades. Após 1887, São Paulo tornou-se, de longe, o maior pólo de desembargue desses estrangeiros, principalmente de italianos¹⁰. O destino da maior parte deles eram as fazendas da região central e Norte do Estado, particularmente nas regiões de Campinas e, pouco tempo depois, Ribeirão Preto, Taquaritinga, Jaboticabal, entre outras. (MONBEIG, 1984, p. 104).

A oscilação financeira inevitável do comércio deste produto contrastava com as despesas sempre crescentes com os custos de produção, cujo item mais oneroso era o pagamento do trabalho do imigrante. Para amenizar tal descompasso, os fazendeiros foram permitindo concessões aos pedidos dos colonos, pretendendo, com isso, aumentar os rendimentos dos mesmos e diminuir os custos com a contratação e permanência desses trabalhadores. Assim, era possível utilizar os vãos das fileiras de pés de café, enquanto estavam em crescimento, para plantio de milho, feijão, e hortaliças, que eram utilizados para o autoconsumo e para venda do excedente nos mercados locais. (SALLUM JR., 1982, p. 35)

Como a disponibilidade de terras era farta, em muitos casos, os fazendeiros concediam até mesmo outras áreas não propícias aos cafeeiros, como os fundos de vale para pastagens, e algumas encostas, para lavouras de cereais. Geralmente o pai e os filhos mais velhos trabalhavam nos cafezais, enquanto a mãe e as crianças trabalhavam nas lavouras complementares. Apesar de penosa, a vida dos colonos nas fazendas conseguia, em certos aspectos, ser melhor do que a dos trabalhadores urbanos, cujas despesas com moradia e alimentação consumiam a maior parte dos seus ganhos. Para o fazendeiro, o problema de escassez de trabalhadores tendia a agravar-se nos anos de boas safras, quando o colono conseguia guardar dinheiro para comprar um pedaço de terra ou retornar à sua pátria. A mobilidade geográfica destes trabalhadores era grande, uma vez que havia muita oferta de trabalho e eles estavam sempre à procura de melhor colocação.

¹⁰ Considerando o período de 1827 a 1940, “o percentual de imigração nacional em São Paulo foi de 23,7, sendo o dos italianos de 29,4, o dos portugueses, de 13,4, o dos espanhóis com 12 e o dos japoneses com 5,8”. (MONBEIG, 1984, p. 150)

Uma forma que os fazendeiros encontraram para dispor de trabalhadores nos períodos de colheita foi o incentivo para que se transformassem em pequenos proprietários de terra, contando, inclusive, com o apoio do Estado. Este disponibilizava a documentação de terras devolutas localizadas próximas às grandes fazendas para venda em pequenas glebas. Alguns fazendeiros insolventes ou que desejavam levantar algum dinheiro extra para novos investimentos loteavam partes de suas terras, principalmente áreas já degradadas ou impróprias para as lavouras de café, contribuindo também para a expansão do número dessas propriedades, que ficaram conhecidas como sítios¹¹. Nos lotes, geralmente em torno de 5 a 10 alqueires, trabalhava toda a família em culturas e criações para o autoconsumo e para venda do excedente no mercado local. Muitos deles também destinavam uma parte da terra ao plantio do café para exportação, e tinham nas colheitas das grandes fazendas, um ganho extra.

. Maria Thereza Schorer Petrone (1982, p. 48) comenta que:

Em São Paulo, a pequena propriedade surgiu com objetivos diferentes do que nos outros estados e se integrou em realidade outra, transformando-se em elemento complementar do latifúndio. O aceno de acesso à terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequena propriedade uma “isca” para atrair imigrantes. Além do mais, estava implícito que a pequena propriedade em São Paulo devia funcionar como reservatório de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita. Foi esse aspecto que induziu muitos fazendeiros a lotear, em seus domínios ou nos seus limites, as terras não próprias para a cultura de café, a fim de fixar próximo ao cafezal uma população que, para arredondar seus rendimentos, ofereceria sua força de trabalho em certas ocasiões. Desta maneira, terras impróprias para a atividade hegemônica seriam valorizadas, e, ao mesmo tempo, o fazendeiro teria onde recrutar braços em horas de necessidade. Um terceiro objetivo, que não está dissociado dos dois anteriores – pequena propriedade como isca e como reservatório de braços - é, portanto, a valorização da terra, recorrendo-se, em São Paulo, ao imigrante não só na frente pioneira, onde a infra-estrutura não estava ainda organizada, como também na retaguarda nas áreas abandonadas pelo café, devido ao esgotamento da terra, tratando-se, portanto, de terras subutilizadas.

Este processo deu origem ao chamado sitiante, o proprietário de um sítio, modalidade fundiária bastante popularizada daí em diante, cuja influência configurou a estrutura fundiária do extremo Oeste, tornando-se a forma preferida pelas empresas loteadoras, uma vez que vislumbraram boa possibilidade de lucros com a venda fracionada de terra aos ex-colonos. (MONBEIG, 1984, 223). No extremo Oeste paulista, esta prática tornou-se a inspiração de

¹¹ No município de Taquaritinga, localizado na região central do Estado, por volta de 1915, cerca de 50% das propriedades pertenciam a imigrantes italianos (MONBEIG, 1984, p. 153)

sua colonização. O depoimento da dona Josefina Almicci (89 anos [2003], moradora em Tupi Paulista desde 1949) retrata esta realidade:

Me casei em Novo Horizonte, em 1930, e lá ficamos até a vinda para a Paulista. Meu sogro tinha vindo da Itália há pouco tempo e todos éramos muito pobres. Meu pai, que já estava aqui há mais tempo, e já tinha comprado um sitinho, cedeu um pedaço de terra para que eu e meu marido plantássemos um canteiro de alho.

Durante o dia, eu e ele trabalhávamos na lavoura de café, que pegamos para tocar à meia de um sitiante forte. À tarde e nos finais de semana, cuidávamos do canteiro. O alho produzia que era uma beleza e nós dois, então, preparávamos as réstias.

Aos domingos, levantávamos às três horas da manhã e íamos para a feira na cidade, onde vendíamos aquele alho bonito e sadio. Com o ganho das vendas, fazíamos toda a compra da semana. Assim, o dinheiro da safra de café ficava livre. Fizemos isso durante vários anos porque o nosso sonho era comprar um pedaço de terra também.

Muitos imigrantes e seus filhos, quando adultos, tornaram-se proprietários de terra, ascendendo da condição de colono à de lavrador. Para ele e sua família este fato simbolizava, concretamente, ascensão social. Esta conquista não era pequena para pessoas pobres que vieram tentar a sorte em terras tão distantes.

O programa do governo brasileiro, para atrair imigrantes, foi elaborado com o propósito de atrair os mais pobres entre os pobres. Acreditavam os seus idealizadores que, dessa maneira, não haveria outra opção aos trabalhadores a não ser ficarem presos à fazenda, o que garantiria os braços desejados aos patrões. Todas essas iniciativas, no entanto, se mostravam insuficientes para atender a demanda de mão-de-obra, o que forçava os fazendeiros a criarem mecanismos de incentivo aos colonos, tentando, com isso, garantir certa fidelidade, principalmente nos tempos de colheita.

Uma das formas consistia na compra de novas áreas de mata, que arrendavam aos colonos para que pudessem iniciar novas culturas. Como parte do contrato, os colonos entregavam a lavoura de café formada ao final de cinco anos, podendo efetuar, durante a formação, outros cultivos de ciclo curto, que não competissem em nutrientes e umidade com o sistema radicular dos cafeeiros em formação. Esta estratégia, na verdade, fazia parte de uma lógica de reprodução do capital, com amplas vantagens aos fazendeiros. Comprava-se a terra barata, ganhava-se com a venda da madeira, e, por fim, recebiam-se os cafezais já em fase de produção, sem que para isso se despendesse qualquer despesa.

Sabia-se da disponibilidade de brasileiros pobres, cuja oferta de mão-de-obra era barata e abundante. Por que, por parte do Estado, não criar políticas e programas que permitissem aproveitar esta mão-de-obra potencial, promovendo a inserção social e

econômica do nativo pobre, o chamado caboclo, que vivia da lavoura de subsistência, e de ex-escravos recém-libertos?

Celso Furtado (1984, p. 125-6) apresenta a seguinte análise:

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país, caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos de um número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante, não se pagava propriamente renda pela mesma. Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é a base da economia de subsistência.

[...] Havendo abundância de terras o sistema de subsistência tende naturalmente a crescer e esse crescimento implica, as mais das vezes, redução na importância relativa da faixa monetária. O capital de que dispõe o roceiro é mínimo, e o método que utiliza para ocupar novas terras, o mais primitivo. [...] Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no “caboclo”, quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência.

Não só no campo havia um enorme contingente de trabalhadores à margem da inserção social: nas cidades, amontoavam-se pessoas que não obtiveram um espaço, nem mesmo no sistema de subsistência, além do aumento crescente de ex-escravos, que dificilmente encontrariam ocupação permanente. Assim conclui Furtado (1984, p. 128) sobre essa massa da população:

As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a “grande lavoura”. Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão-de-obra, não evoluiu a idéia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo.

Em relação ao trabalhador livre europeu, Furtado destaca a forte carga ideológica que embasava as pressões das elites para que o governo central fomentasse a imigração européia:

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja “raça” era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. (p. 130)

Mais à frente, referindo-se à imigração européia no conjunto do país, ele destaca:

Essa era uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência. [...] O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. (p. 130-2)

2.7. O café ruma para o Oeste: os condicionantes físicos, as terras disponíveis, e a grilagem

Por se tratar de uma atividade primária, a agricultura depende de condicionantes físicos para o seu desenvolvimento, quais sejam, o solo, o clima, a topografia, a altitude, o relevo, a luminosidade, entre outros. O café é um vegetal exigente quanto aos fatores de produção, o que delimita a expansão de sua cultura. O limite espacial das lavouras, em época que as ciências agrárias não apresentavam alternativas quanto às variedades adaptadas a novos ambientes, estendia-se até o trópico de Capricórnio, nas imediações da latitude 23°S, desenvolvendo-se satisfatoriamente em regiões com temperaturas médias anuais acima de 18°C e pluviosidade média anual superior a 1.000 mm. Além da latitude tropical, as terras da porção Oeste do Estado de São Paulo apresentavam formações pedológicas mais apropriadas ao desenvolvimento dessa rubiácia.

Por volta das décadas de 1860 e 1880, o Vale do Paraíba¹² já perdia a liderança na produção cafeeira, sendo o esgotamento do solo o principal fator. Aos plantios inadequados em áreas íngremes, somava-se o despreparo da mão-de-obra escrava e a falta de conhecimentos específicos desta cultura por parte dos fazendeiros.

Monbeig (1984, p. 168) considera a zona do Vale do Paraíba como a primeira zona cafeeira e a região da Depressão Periférica (proximidade de Campinas e Jundiaí) como a segunda zona cafeeira. Benjamim (1998, p. 67) destaca que as lavouras da Depressão Periférica formam uma linha sinuosa, que tem nos seus extremos setentrional e meridional, respectivamente, onde se localizam Rio Claro, Araras, Leme e Itapetininga, uma segunda linha de frente de expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista.

¹² A produção do Vale do Paraíba, em 1850, somou 2.870.000 arrobas, contra 1.850.000 em 1904/5, e entre 3 a 9 milhões de cafeeiros para cada um dos municípios cafeicultores, evidenciando os baixos rendimentos, apesar das extensas lavouras. Jacareí: 2 arrobas, Bananal: 16 arrobas, Pindamonhangaba: 18 arrobas, e São José dos Campos: 30 arrobas. (MONBEIG, 1984, p. 167-8)

Milliet (1946), Monbeig (1984) e Benjamin (1998) apontam que os cafeicultores, por volta de 1880, não estavam preocupados tão somente em evitar a linha do trópico e buscar as grandes florestas, mas em seguir para o Oeste, além do front da *cuesta*, em afloramentos do *trapp*, atraídos pela imensidão e pela facilidade em se obter terras.

Além dos condicionantes físicos, questões de ordem legal impeliram a tendência da expansão ocidental das lavouras cafeeiras. A Lei de Terras, de 1850, tinha a intenção de regularizar o registro das propriedades imobiliárias, cuja imprecisão de limites territoriais se fundamentava no sistema de sesmarias. Toda terra não doada era de domínio público, as chamadas terras devolutas. A lei normalizava a situação de muitos brasileiros que, “de boa-fé e ignorantes da lei”, ocupavam terras devolutas e delas obtinham seu sustento. O título de posse era expedido em favor de quem conseguisse provar, num prazo de quatro anos, sua condição de primeiro ocupante.

A Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 64, transferiu aos Estados recém criados, o patrimônio das terras devolutas. O governo de São Paulo editou legislação em 1895 e 1900, permitindo àqueles que detinham posse de terras antes da Lei de 1850/54, e ainda estavam sem documentação, que o fizessem; era o momento de normalizar as terras ocupadas afoitamente sob a febre da cafeicultura. Essa medida, no entanto, suscitou novos conflitos: a exigência da apresentação de documentos antigos sugeria a possibilidade de os forjar, estimulando atitudes criativas, porém muitas delas falsárias. Tais práticas ficaram conhecidas como grilagem¹³.

O horizonte promissor apontado pelo comércio internacional do café, o iminente esgotamento dos solos, já também na Depressão Periférica, e o interesse em auferir lucros rápidos e volumosos com a produção em terras florestadas e baratas, indicavam a direção a seguir: o Oeste. É a vez do Planalto Ocidental Paulista¹⁴.

¹³ As expressões “grilagem” (ato de falsificar titulação de terras) e “grileiro” (aquele que a falsifica) são de cunho popular; juridicamente referem-se a atitudes ilegais para obtenção de documentos imobiliários. A existência de grandes áreas devolutas e de igualmente grandes áreas sob regime privado, porém sem ou com inexpressiva ocupação demográfica, a tênue atuação do Estado, além do aceno de valorização imediata das terras, despertava a cobiça de aventureiros mancomunados com cartorários inescrupulosos. Forjando a documentação por meio de procedimentos bizarros, como o hábito de se colocar insetos (grilos) presos numa gaveta de madeira, onde estavam as folhas brancas de papel com a estampa do selo imperial; em pouco tempo o papel estava amarelado, apresentando aspectos de documento antigo. Fazia-se até mesmo a ambientação da sede da propriedade com mobília antiga e a transplantação de cafeeiros adultos para áreas recém-desmatadas na floresta, simulando a longa temporalidade da ocupação espacial. (MONBEIG, 1984, p. 143) (JAHNEL, 1987, p. 105-114)

¹⁴ Monbeig (1984, p. 170) registra que, em Ribeirão Preto, o café data de 1877 e em Sertãozinho, antes de 1870. Algumas décadas antes, por volta de 1830, no maciço de Araraquara, instalaram-se os primeiros plantadores, rumando, daí, para Jaboticabal, Pitangueiras e Bebedouro, em direção à jusante dos rios Mogi-Guaçu e Pardo. No vale do rio Tietê, à sua margem direita, ao sul do mesmo maciço e nesta mesma época, o café conquistou os afloramentos do diabásio (terra roxa) e, mais tarde, as terras mistas de Jaú, Brotas e Bocaina. Na margem

Para Monbeig (1984, p. 167), as *cuestas* basálticas do Planalto Ocidental Paulista constituem a terceira linha de frente de cafeicultura para o Oeste, constituindo o que ele denomina de “a franja pioneira de 1900-1905”. As condições econômicas, comerciais e políticas, mais a investida em terras virgens, acenavam para um próspero período aos cafeicultores paulistas.

A necessidade de braços para trabalhar nas lavouras que vicejavam intensificava os fluxos migratórios, em especial de europeus. Trabalhadores nacionais, principalmente nordestinos, também foram atraídos pelas promessas de uma vida melhor oferecidas pelo “ouro verde”. Geralmente os nordestinos instalavam-se nas grandes fazendas, trabalhando, sob o regime de empreita, nas derrubadas e nos serviços mais grosseiros, enquanto o imigrante mantinha uma relação de trabalho como parceiro, meeiro ou percenteiro.

Enquanto a cafeicultura se consolidava na região da Depressão Periférica, particularmente nas proximidades de Campinas, já se sabia da necessidade de se conhecer, com mais detalhes, a porção ocidental do Estado¹⁵, vislumbrando a ampliação das frentes pioneiras. A elite rural beneficiou-se com a República, aproximando-se mais facilmente do governo central, que repassou mais autonomia aos Estados, como característica do modelo federativo. Dessa forma, tornava-se mais fácil reivindicar intenções e obter resultados.

O ciclo das “franjas pioneiras de 1900-1905” estendeu-se até 1929. Cabe lembrar que uma geada, em 1918, havia provocado grandes impactos na economia e na cartografia cafeeira¹⁶, quando foram dizimados 400 milhões de pés em todo o Estado. O fim do conflito de 1914-1918, no entanto, acenava para uma nova fase promissora para a cafeicultura, reforçando sua marcha para o Oeste, com a retomada do consumo norte-americano.

A breve prosperidade desencadeada pelo fim da I Guerra Mundial durou até a crise de 1929, quando o *crack* da bolsa de Nova Iorque desencadeou reações que se fizeram sentir em todo o mundo. No caso da cafeicultura paulista, a redução das exportações provocou profundos déficits na receita dos fazendeiros, que precisaram rever seus projetos de investimentos futuros, o que incluía a expansão das lavouras. Apesar da crise debelada, e da

esquerda do Tietê, formaram-se lavouras em Botucatu e São Manoel. Mais para o interior, o café avançou em direção a Lençóis Paulista e seguiu para Avaré, Piraju e Salto Grande, no vale do rio Paranapanema, acompanhando a terra vermelha dos solos podzolizados.

¹⁵ A extensão das lavouras requeria conhecimento prévio das condições físicas da área, o que se desconhecera em relação ao extremo Oeste. Foi então que, em 1899, com decisivo apoio financeiro dos fazendeiros, o governo paulista criou a Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, com o objetivo de enviar expedições técnicas a esta porção do território, cuja missão era averiguar as condições geográficas para expansão das culturas cafeeiras.

¹⁶ Na fase aguda da crise, o governo federal ativou a construção da ferrovia que, de Bauru, seguia até Mato Grosso. No trecho paulista, ela atingiria vastas áreas florestadas, entre os vales do Tietê e Feio/Aguapeí, favorecendo a ocupação pelos fazendeiros de café. (MONBEIG, 1984, p. 182)

ordem governamental de suspender novos plantios, muitos fazendeiros e sitiantes os faziam clandestinamente¹⁷, em manchas descontínuas de terras férteis localizadas em solos areníticos. Assim, os cafezais foram além dos espigões Tietê - Feio/Aguapeí e se fincaram em terras situadas entre os rios do Peixe e Paranapanema¹⁸.

Além da expansão no sentido sul, rumo à bacia do Paranapanema, e de lá para o Oeste da Sorocabana, iniciou-se a conquista do interflúvio que separa os rios Aguapeí e Peixe, em direção ao Oeste de Marília. Aparentemente, a expansão cafeeira após a década de 1920, apresentava as mesmas características da expansão ocorrida no começo do século (1900-1905), mas algumas peculiaridades lhe atribuem a conotação de uma nova fase. Pierre Monbeig (1984, p. 191) observa que:

A situação, às vésperas do *crack* de 1929 era muito diferente da de 1905. A marcha do café havia sido até então a consequência de um movimento exclusivamente otimista e, pode-se dizer, imperialista. Na década de 1920, ao contrário, muitos fazendeiros abandonaram Ribeirão Preto, Araraquara e Jaú porque a produção não era mais suficiente e porque somente nas terras virgens poderiam reencontrar, com pequena despesa, rendimentos economicamente satisfatórios.

As condições pedológicas das novas zonas incitaram a necessidade de revisão dos princípios meramente comerciais dos fazendeiros; as sucessivas regressões na produtividade dos cafezais demonstram que a sua sobrevivência, em solos areníticos, dependia de modificações nas técnicas agrícolas e nas visões gerenciais.

Camargo (1953, p. 371-3) identifica quatro “*rushs*” da cafeicultura em São Paulo, a partir de 1857. Todos eles estiveram ligados, diretamente, aos preços do café: durante as fases de bons preços, verificava-se aumento da população cafeeira, o que resultava, em pouco tempo, em maior oferta do produto, influenciando a queda dos preços. Em reação a este comportamento peculiar das economias de mercado, os produtores pressionavam o governo central com o intuito de amenizar seus “infortúnios”, ou a incidência de um fenômeno meteorológico (geada, seca prolongada etc), influenciavam a oferta do produto para o consumo, o que resultava na elevação dos preços.

O primeiro “*rush*”, para este autor, teria acontecido entre 1857 e 1882, com os registros de seis milhões de sacas colhidas na Baixa Mogiana e Baixa Paulista¹⁹. O segundo “*rush*” aconteceu entre 1886 e 1897, tendo como principal motivo o aumento dos cafeeiros na

¹⁷ Tentando evitar o agravamento da crise, o governo central baixou decreto proibindo a formação de novas lavouras de café, até decisão em contrário.

¹⁸ A essa época, os fazendeiros paulistas atravessaram o rio Paranapanema, entrando em território paranaense, seguindo os solos argilosos resultantes dos mesmos derrames diabásios paulistas, estendendo-se até Cambará e Ingá.

¹⁹ Camargo (1953, p. 371) informa que os preços de 4,3 libras em 1873 e de 4,29 libras em 1879 caíram para 1,18 em 1882.

Alta Mogiana (Ribeirão Preto), na Araraquarense, na Douradense, na Paulista (Jaú), na Sorocabana (São Manuel), somando nove milhões de sacas. O terceiro “rush” aconteceu entre 1906 e 1929, sendo que várias quedas de cotações foram seguidas de políticas de sustentação de preços, resultando em uma recuperação, em 1919, apesar do conflito bélico entre 1914 e 1918, com o preço atingindo 5,10 libras em 1925 e 5,0 em 1928. Esse aquecimento dos preços estimulou a formação de novas lavouras na Alta Paulista, na Noroeste, e no Norte do Paraná. A crise que se iniciou em 1929, prolongando-se por cerca de trinta anos, provocou declínio vertical dos preços, chegando a 0,98 libras por saca de 60 kg. em 1933, e 0,85 libras em 1940. A safra de 1933 foi de 29.634.000 sacas, despencando para 13 a 15 milhões em 1940, após a eliminação de 600 milhões de cafeeiros. Como consequência direta desta medida drástica, os preços reagiram e alcançaram níveis de 5,0 libras nos anos subseqüentes. Esta revitalização dos preços desencadeou o quarto e último “rush” da cafeicultura paulista, a partir de 1940, exercendo forte influência na decisão dos fazendeiros em abrir as novas terras adquiridas no extremo Oeste de Marília, ou lotear parte dessas glebas, lucrando com as vendas no varejo e, conseqüentemente, atraindo pequenos agricultores.

Na porção Oeste do Estado, como se pode perceber, a expansão da cafeicultura ocorreu em três etapas, sendo a última, a partir da década de 1940, especialmente, caracterizou a ocupação da Nova Alta Paulista. A terceira e última vaga²⁰ da cafeicultura foi empreendida por grandes fazendeiros, seguindo a lógica do capital monopolista nacional, que se especializara nas zonas anteriores, mas também por uma expressiva migração interna que interessava aos fazendeiros, como oferta de mão-de-obra²¹, e aos colonos, como novas oportunidades²². Nesta porção do Estado de São Paulo, o desbravamento obedeceu,

²⁰ Autores como Monbeig (1984), França (1960), e Benjamin (1998), consideram a expansão da cafeicultura para o Oeste paulista em três etapas; a Depressão Periférica, a partir de Campinas (final do século XIX e primeiras décadas do século XX), constituiria o primeiro Oeste; o avanço pela Depressão Periférica (primeiras décadas do século XX), constituindo o segundo Oeste, e as terras florestadas localizadas entre os rios Grande, Paraná e Paranapanema, como o terceiro Oeste, um pouco depois.

²¹ Os espigões recém ocupados da Noroeste (Araçatuba, Lins), na margem direita do rio Aguapeí, receberam mais de 25.000 imigrantes. A Alta Sorocabana recebeu 17.310 imigrantes (7,4% do total), distribuídos entre Assis, Paraguaçu, Presidente Prudente e Presidente Venceslau. Na Alta Paulista, Piratininga recebeu 5,8% dos imigrantes que chegaram em São Paulo nesse período. Este município tornou-se ponta de trilho por vários anos, servindo de base para ocupação de Gália, Garça, Duartina e Marília. (MONBEIG, 1984, p. 194) Após 1918, outros povos desembarcaram em Santos, entre eles bálticos, alemães e balcânicos, sendo que sua intenção era tornarem-se proprietários de terras ao invés de colonos, o que dava à nova franja pioneira, entre 1920 e 1929, uma condição diferente do fluxo imigratório do final do século XIX. Novos elementos, portanto, indicavam os novos conteúdos da terceira zona cafeeira paulista, entre eles menor produtividade relativa dos cafezais e a diversidade maior dos grupos de população que para ali acorriam.

²² Entre 1926 e 1930, as áreas rurais de São Paulo, principalmente aquelas localizadas no Oeste Paulista, receberam 233.200 trabalhadores estrangeiros e nacionais. As áreas de terra roxa receberam 20% do contingente, sendo Ribeirão Preto a mais procurada, enquanto Batatais e Franca receberam 12%, substituindo os colonos que partiam para as zonas novas. Araraquara e Jaboticabal ficaram com 3,7%, Jaú 4% e Botucatu-São Manuel, com cerca de 2,5% do total dos migrantes. (MONBEIG, 1984, p. 194)

basicamente, as condições geomorfológicas regionais, caracterizadas por extensos divisores de água, que marcam a topografia a partir dos espigões localizados no interflúvio desses divisores, declinando suavemente, “num mergulho das camadas do reverso da *cuesta* em direção à calha do rio Paraná, como que determinando os caminhos a serem seguidos pelo café no Planalto Ocidental”. (BENJAMIN, 1998, p. 73)

A crise de 1929 imprimiu características peculiares à ocupação do extremo Oeste Paulista, particularmente na área a Oeste de Marília, denominada Espigão Divisor Peixe-Aguapeí. Talvez na tentativa de minimizar os efeitos da crise nas regiões de economia cafeeira já consolidada muitos fazendeiros que, em épocas de prosperidade, haviam adquirido terras florestadas como reservas de valor em áreas sem infra-estrutura, viram, nesse momento, a oportunidade de reaver seus lucros. Silva (1989, p. 39-40) faz as seguintes considerações sobre este fato:

A crise de 1929, quase em nada, afetou diretamente o processo de ocupação social e desenvolvimento econômico da região [Alta Paulista]. Os grandes cafeicultores da região de Marília, quando da crise, possuíam seus cafezais recém plantados, preparando-se para iniciar sua produção. Enquanto não produzia, plantavam-se milho, arroz, feijão e outras culturas que pudessem ajuda-los em seu custeio, até que esse viesse a dar lucro em seu cultivo.

Dessa forma, o que se verificou foi a transferência dos recursos públicos ao setor privado para a superação da crise financeira enfrentada pelos grandes cafeicultores.[...] Na região “nova” [Alta Paulista] não se constatou que houvesse arrancado um só pé de café durante esse período, pelo contrário, o que se teve foi o aumento cada vez maior do cultivo do café ao lado de outras culturas. Na verdade, os mesmos fazendeiros que se instalaram nessa região, eram, ao mesmo tempo, os grandes proprietários das antigas fazendas de café nas regiões de Araraquara, Paulista e Mogiana. Portanto, lá eles arrancaram os seus cafezais, assim como lotearam-nas, pois não lhes eram lucrativas. Com isso, atendiam suas expectativas econômicas demandadas das explorações das novas regiões produtivas [Alta Paulista e Norte do Paraná].

Se, por um lado, a crise de 1929 não interferiu no fluxo de ocupação do extremo Oeste, por outro, ela influenciou o conteúdo dessa ocupação, que deixou de ser marcada quase que exclusivamente pelo avanço da cafeicultura, colorindo-se com outras culturas e, até mesmo, com a atividade criatória.

Os solos arenosos esgotavam-se rapidamente e as terras mais férteis dos espigões já estavam demarcadas. Por influência da industrialização brasileira, com a presença marcante das automobilísticas, expandem-se as estradas de rodagem e, com ela, os caminhões. Nessa conjuntura, o café deixou de ser o único estímulo à ocupação das terras e outras culturas passaram a disputar a sua hegemonia. A presença expressiva do sitiante, dedicando-se à

policultura, também contribuiu o refluxo da exclusividade do café. Produtos de ciclo rápido, como arroz, feijão e milho, e de grande consumo na metrópole que se formava, além do algodão para exportação e para abastecer as indústrias têxteis nacionais, intercalavam-se com os cafezais nessas pequenas propriedades.

Nesta porção do Estado, uma característica marcante durante o processo de ocupação e colonização, foi a presença de especuladores de terras, que, antecipando o povoamento, asseguravam a posse de enormes glebas de terras. Dois personagens, com funções distintas, embora uma mesma pessoa pudesse exercer as duas, destacaram-se neste período:

O colonizador agrícola, aquele que era o formador de fazendas, pois ao adquirir a terra tratava de valorizá-la, plantando nela, e o colonizador mercador de terras, oportunista, aquele que comprava a terra e esperava que ela se valorizasse, por conta das lavouras que iam se formando nos arredores. (BENJAMIN, 1998, p. 79)

De Marília a Panorama, com velocidade muito mais acelerada do que os ciclos colonizatórios anteriores, grandes glebas de terras foram adquiridas e transformadas em loteamentos, que se sucediam conforme a expansão da ferrovia, atraindo famílias da região de Marília e Vera Cruz, da Noroeste, Douradense, Araraquarense, e da Mogiana, principalmente.

2.8 O capital empurra os trilhos e semeia os cafezais

O desenvolvimento do Estado de São Paulo, a exemplo do que sempre ocorrera no país, não emanava de um plano central, ao contrário, ganhava a forma que se desenhava espacialmente o avanço do capital. Interligando áreas de produção, portos de exportação, a capital, e as principais cidades-pólos da época, as ferrovias desempenharam papel estratégico na conjuntura econômico-político-social paulista e nacional ao longo da primeira metade do século XX. Elas foram traçadas e conduzidas pelos interesses dos gestores, dos produtores e dos comerciantes de café, e os longos quilômetros de seus trilhos eram estendidos depois que o povoamento e a produção agrícola assegurassem fretes que compensassem a sua instalação.

Ainda no final do século XIX, capitais ingleses construíram o trecho entre Jundiá e Santos, drenando a crescente produção cafeeira até o porto de exportação, sendo as cidades de São Paulo e Campinas os elos de ligação dessa ferrovia com as demais. . A Companhia Mojiana de Estrada de Ferro, fundada em 1872, seguia paralela às encostas ocidentais da Mantiqueira rumo Norte, em direção a Mogi-Guaçu, Casa Branca, e Ribeirão Preto, com ramificações para as áreas mais significativas de café daquela região. Pretendia estender-se até Cuiabá, em Mato Grosso, mas finalizou seu percurso em Triângulo Mineiro. Sua influência refletiu-se no nome daquela sub-região paulista: a Mogiana. Em 1889, a

Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro, saindo de São Paulo, atingiu Botucatu, em direção ao Vale do Paranapanema, de onde se estendeu até o rio Paraná²³. Partia de São Paulo e avançava pela Depressão Periférica Meridional, passando por Tatuí, Itapetininga, Botucatu e São Manuel, terminando, após vários anos de construção e avanço, nas barrancas do rio Paraná. Ela nomeou a porção Sudoeste do Estado de São Paulo: a Alta Sorocabana. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é mais recente, iniciando-se nas décadas de 1910/1920. Partia de Bauru, já um entroncamento da Paulista e da Sorocabana, indo em direção a Araçatuba, seguindo até o Mato Grosso, e de lá, até a Bolívia. Esta ferrovia deu o nome à sub-região paulista denominada Alta Noroeste. A partir de Araraquara, em continuidade à Paulista, foi construída a Estrada de Ferro Araraquarense, que seguia até São José do Rio Preto, e, de lá, até a margem esquerda do rio Paraná. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, com grande ascendência sobre a ocupação do extremo Oeste, mais precisamente da área localizada no espigão divisor Peixe/Aguapeí, também saindo de Campinas, pretendia adentrar terras mato-grossenses. Tomou o rumo da Depressão Periférica Setentrional, onde se localizavam Limeira, Rio Claro, Araraquara e Jaú, estas duas já localizadas no alto da cuesta. Esta ferrovia nomeou uma sub-região denominada Alta Paulista. Rivalidades entre as companhias limitaram o propósito de a mesma estender-se além das fronteiras paulistas, levando-a a priorizar novos traçados dentro do próprio território. Por meio da compra de pequenas companhias, ela estendeu seus trilhos até importantes centros cafeeiros, onde se localizava boa parte das fazendas de seus diretores²⁴.

Benjamin (1998, p. 75) assim sintetiza a configuração espacial do Oeste paulista a partir do traçado das ferrovias:

De Norte para Sul, destacaram-se as seguintes zonas ou regiões conhecidas popularmente como: a Araraquarense, abrangendo Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Fernandópolis até Santa Fé do Sul, entre os rios Grande – e o Mogi-Guaçu, Pardo e o Turvo – ao Norte e o Tietê e o São José dos Dourados ao sul; a Noroeste, para além de Bauru, abrangendo as regiões de Lins, Araçatuba, até Andradina, entre os rios Tietê ao Norte e o Aguapeí ou Feio ao Sul; a Paulista, cognominada de Alta Paulista entre Gália e Tupã/Iacri e de Nova Alta Paulista entre Parapuã e Panorama, por serem parcelas que se marcaram por etapas diferentes de ocupação pela frente pioneira de Oeste; a Sorocabana, cognominada de Alta

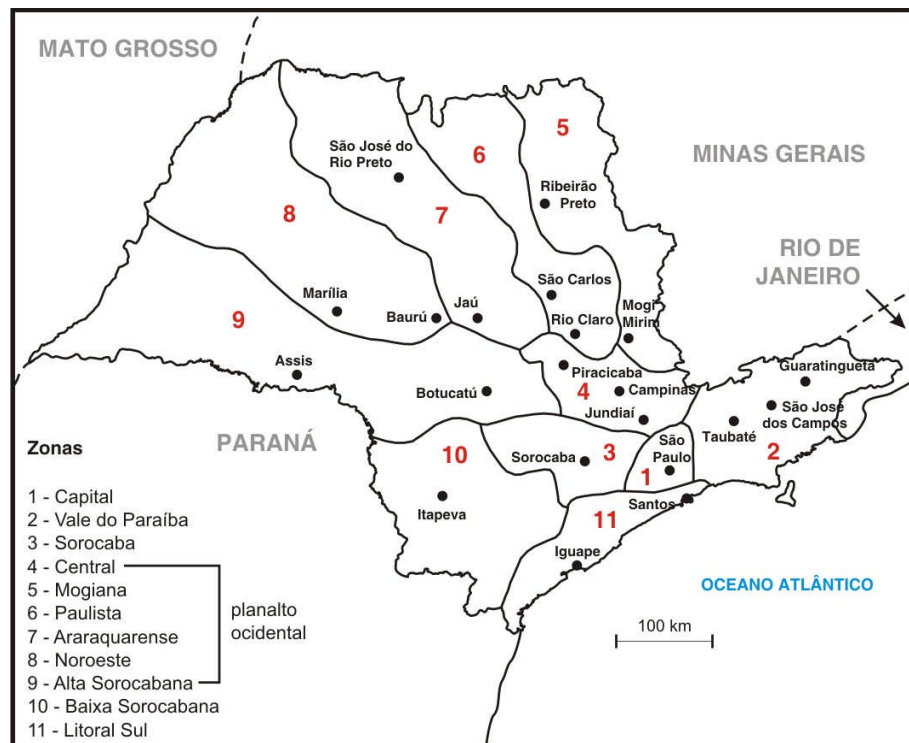
²³ Os trilhos da Sorocabana, uma ferrovia estatal, atingiram Quatá em 1916, Presidente Prudente em 1920 e Presidente Epitácio em 1922, para onde afluíram colonizadores e aventureiros. Na Alta Sorocabana, além de Assis, houve certo sincronismo entre o povoamento e o avanço da ferrovia, enquanto na Noroeste os trilhos chegaram antes do povoamento. (LEITE, 1981, p.11)

²⁴ Composição do capital social da empresa: Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção (presidente), Atílio Fávero (superintendente), Armando Pederneiras (conselheiro fiscal), Gastão Vidigal (conselheiro fiscal), Felizardo Gomes (conselheiro fiscal), Jorge de Almeida Prado (conselheiro fiscal), Marino Motta (suplente), José Giorgi Jr. (suplente) e José Eduardo Prates (suplente). (SILVA, 1989, p. 105)

Sorocabana, onde se incluem as regiões de Assis e Presidente Prudente, entre os rios do Peixe ao Norte e Paranapanema ao Sul.

Os negócios da Companhia Paulista de Estradas de Ferro não se limitavam ao transporte ferroviário. Os principais acionistas e membros da diretoria da CPEF eram proprietários da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), responsável pela maior parte dos agenciamentos dos imigrantes no exterior e sua colocação no Brasil. A oscilação do mercado exportador exigia estratégias que assegurassem uma margem mínima de risco nos investimentos, o que apontava para racionalização nos gastos com mão-de-obra. Tal resultado seria produto de políticas para criação de excedentes de oferta desta, sendo a imigração um recurso eficaz. A CGICB colocou-se como um importante instrumento dessa lógica, tornando-se desnecessária após o cumprimento dos objetivos propostos. Este princípio capitalista para maximizar os lucros apropriando-se do trabalho alheio a partir de um numeroso contingente de trabalhadores, mais a desaceleração econômica provocada pela crise de 1929, comprometeram os rendimentos da CGICB, que, em 1928, antevendo o agravamento de uma fase recessiva, havia se transformado em Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

São Paulo – Divisão regional



Mapa 4
Fonte: BENJAMIN, 1998.

Em 1934, por iniciativa da direção administrativa da CPEF, a mesma tornou-se sua subsidiária, alterando sua “razão social, seu quadro de acionistas, seus objetivos e prioridades”. (SILVA, 1989, p. 80) Com o capital majorado de 1.000:000\$000 (hum mil conto de réis) para 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis), entre 1934 e 1955, a CAIC²⁵ tornou-se a principal companhia colonizadora paulista, responsável pelo loteamento de 108 propriedades, contribuindo para o surgimento de vários centros urbanos.

A expansão dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro pelo espigão divisor Peixe-Aguapeí, entre Marília e Panorama, seguiu na esteira do quarto “rush” da cafeicultura paulista, aproveitando a oportunidade que lhe era disponibilizada, uma vez que as demais sub-regiões delimitadas pelos divisores de água já tinham os trilhos implantados. Ao longo de mais de vinte anos, foram construídos 224 quilômetros de trilhos em linha reta, o que evidencia a pouca pressa dos gestores da companhia. Devido à conjuntura que se apresentava com a tendência de urbano-industrialização do país, inaugurada no início da década de 1930, tendo como carro chefe as indústrias automobilísticas, os diretores da Companhia planejavam a extensão dos trilhos²⁶ embasados na expressividade da produção local. Somente quando a rodovia, saindo de Marília, chegou em Tupã, e, daí, estendeu-se até Adamantina na década de 1930, a região tornou-se interessante à agricultura comercial; e este fato foi decisivo para a expansão do último trecho da ferrovia pelo Oeste paulista.

2.9. Minguam as áreas livres, sobram os espigões: os pioneiros do terceiro oeste

O uso da narrativa para contextualizar fatos relevantes sob a perspectiva espaço-temporal incorre no risco de mascarar a dialética contida na realidade, passando a idéia de linearidade temporal e de estabilidade econômico-social. Apesar da cronologia dos acontecimentos, existe uma dinâmica emanada das relações sociais, que segue uma lógica

²⁵ Vários membros da diretoria da CAIC eram, também, ligados à diretoria da CPEF: Vicente de Paula Almeida Prado (presidente), Gastão Vidigal (vice-presidente), Heitor Freire de Carvalho (diretor-tesoureiro), Edmundo Navarro de Andrade (diretor-agrícola), Atílio Fávero (diretor de imigração e colonização). Entre os conselheiros, figuram como titulares Alberto Byngton, Geremia Lunardelli e Luiz Nazareno T. de Assumpção. Entre os suplentes listavam-se: Afrânio D. Murgel, Eduardo de Sampaio Sheldon e Henrique Schieffordickek. (SILVA, 1989, p. 81)

²⁶ A observação das datas mais expressivas que registram a expansão das ferrovias permite avaliar a espacialização do território paulista e a influência do capital nesta territorialização. A Estrada de Ferro Santos/Jundiaí – São Paulo Railway -, de capital inglês, começou a ser construída em 1860, chegando em São Paulo em 1866, e em Jundiaí, em 1867. A Estrada de Ferro Mogiana, com marco inicial em Campinas, em 1873, chegou em Casa Branca em 1875; em 1883 foi inaugurada em Ribeirão Preto e, em 1887, chegou a Franca. A Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro iniciou-se na capital paulista, em 1872, chegando em Sorocaba em 1875, em Botucatu em 1889, e, em 1920, em Santo Anastácio. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil partiu de Bauru e chegou em Avaí em 1906, chegando em Araçatuba em 1908, e, em Andradina em 1937. A Araraquarense foi criada em 1896, chegando em Taquaritinga em 1901, em São José do Rio Preto, em 1912, e, nas barrancas do rio Paraná, em 1952. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro iniciou-se no trecho Campinas/Jundiaí, em 1870; o prolongamento até Rio Claro foi inaugurado em 1876; em Descalvado, em 1881; até Araraquara, em 1885, e, até Jaú, em 1887; em 1905 chegou em Piratininga, e, em 1928, foi inaugurada em Marília; em 1941 foi inaugurada a estação de Tupã, em 1950 as de Lucélia e de Adamantina, e chegou em Panorama, nas barrancas do rio Paraná, em 1962. (ABPDSP. Disponível em www.abpfs.com.br/ferrovias.htm)

percebida somente quando se analisa a totalidade. Os movimentos do presente indicam a necessidade de se atender novas situações e novas demandas que se apresentam. A interação entre o previsível e o imprevisível, o material e o imaterial, o presente e o futuro, vai tecendo a realidade em seu aspecto plural. Assim, com os pés e as mãos no hoje, e o pensamento no amanhã, a sociedade começa a gerar o embrião do novo.

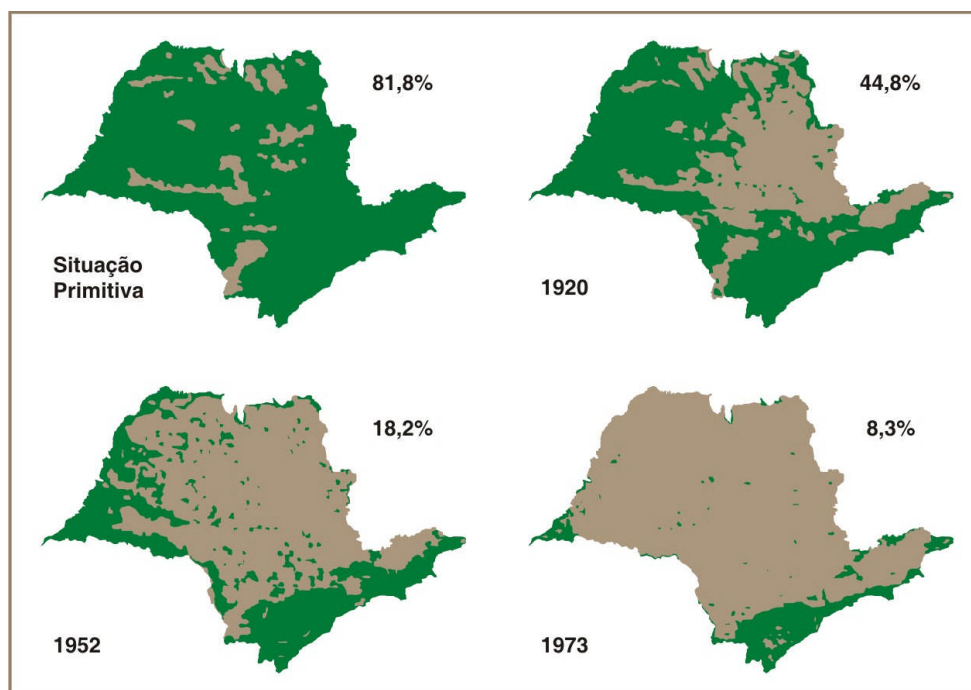
Nas economias de mercado, particularmente naquelas que se assentaram e reforçam as desigualdades em todos os seus aspectos, o novo é inaugurado numa sobreposição de conflitos e contradições. A opulência da cafeicultura sacrificou a exuberância da floresta tropical, reduzindo sua área e sua biodiversidade²⁷; concentrou terras e estendeu a pobreza a muitos trabalhadores menos aparelhados; trouxe novos habitantes e expropriou os antigos, ergueu casarões e desabrigou pessoas, principalmente os indígenas e os posseiros.

Homens ambiciosos e destemidos adentravam a floresta abrindo picadas sinuosas acompanhando os espigões. Muitos estavam empenhados em aumentar suas posses, porém, para outros, se tratava de falta de opção: enfrentavam o desconhecido ou pereceriam em regiões decadentes. A ponta de lança do processo, contudo, estava com os capitalistas da época, membros da oligarquia cafeeira das zonas anteriores. Seus interesses e influências econômico-políticas determinavam quando e para onde direcionar as novas investidas do capital.

A seqüência de mapas elaborados por Vitor (1975) representa a redução da cobertura florestal paulista, dando a dimensão espaço-temporal da ocupação do território.

²⁷ A floresta sempre foi um indicativo pragmático de terras férteis. Quando maior a exuberância, maior a cobiça pelo solo disposto como sua base. A Mata Atlântica, que se estendia paralela ao litoral, indo do Rio Grande do Norte ao Norte do Rio Grande do Sul, nas proximidades do Trópico de Capricórnio, estendia-se para o Oeste, cobrindo parte das terras do Sudeste Mineiro, Norte do Paraná, Sudeste de Goiás, Sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), sendo que, em São Paulo, cobria cerca de 82% do território, perfazendo, em sua totalidade, cerca de dois milhões de quilômetros quadrados do território nacional. No terceiro Oeste, área foco nesta pesquisa, o ambiente natural era representado por certa homogeneidade quanto ao solo oriundo predominantemente da decomposição do arenito Bauru, nos baixos chapadões do Planalto Ocidental Paulista, e protegido por uma cobertura vegetal com predomínio de florestas – a Floresta Subcaducifólia Tropical. Os climas predominantes nesta porção do Estado de São Paulo são o quente e subquente, úmido e subúmido, com precipitação pluviométrica média anual entre 1.000 e 1.500 mm e temperatura média anual superior a 24°C. As estações do ano são bem definidas, com predomínio de chuvas e altas temperaturas entre setembro e março, e temperaturas amenas, com baixa pluviosidade, entre abril e agosto.

Evolução da cobertura florestal em São Paulo



Mapa 5

Fonte: Adaptado de Vitor, 1975. Escala aprox. 1:22.000.000

Algumas famílias destacaram-se nesse processo de ocupação do Planalto Ocidental: os Almeida Prado, de Itu, e os Toledo Piza, de Capivari, desceram o Tietê até a serra de Botucatu, deparando-se e apropriando-se de extensa área de terra roxa nas proximidades de Jaú. Ampliaram as tímidas plantações de café de ocupantes mineiros. Por volta de 1891, Joaquim de Toledo Piza chegou até as nascentes do rio Feio/Aguapeí, nas cercanias da atual Marília, onde documentou terras em seu nome, cuja abrangência atingia as barrancas do rio Paraná, estendendo-se pelas margens direita e esquerda do rio Aguapeí. Parte dessas terras, ao longo do tempo, foi loteada em fazendas menores, para venda. Além de latifundiário, os Toledo Piza fundaram uma casa exportadora em Santos, e participavam ativamente da vida política do país. Por várias vezes, seus membros dirigiram a Secretaria Estadual de Agricultura. Uma parte dessas terras, herdada por um dos filhos de Joaquim de Toledo Pisa, chamado Lélío de Toledo Pisa, localiza-se no extremo Oeste da Zona da Paulista. O loteamento dessas terras deu origem a várias fazendas, cujo desmembramento e ocupação possibilitaram o surgimento de vários municípios, como Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Nova Guataporanga, Monte Castelo, Ouro Verde, Tupi Paulista, e Dracena.

Um suíço abastado, chamado Max Wirth, em 1921, adquiriu, por meio de compra, uma imensa gleba de terras, que se estendiam da margem direita do rio do Peixe à margem direita do rio Aguapeí, adentrando terras da Noroeste, nas proximidades do município de Valparaíso. Por falta de estradas, as iniciativas de desbravamento dessas terras foram feitas por meio de uma expedição que desceu o rio Aguapeí até uma cachoeira, na altura do atual município de Lucélia. Tal iniciativa foi frustrada por um surto de malária, retraindo-se até 1938/1939, quando nova tentativa foi feita pelo espigão. Por volta de 1924, ele comprou mais 22.000 alqueires de terra, anexando as fazendas Guataporanga e Monte Alegre, iniciando, em meados da década seguinte, a etapa de loteamento e vendas de glebas parceladas. Nessas terras, fundou o povoado de Nova Califórnia, hoje, Osvaldo Cruz, sendo que, futuramente, outros dois municípios foram formados ali: Salmourão e Inúbia Paulista. Antes de avançar para o extremo Oeste da Paulista, ele instalou-se em Oriente, formando a Fazenda Suíça, onde plantou algodão e cereais, depois café. Em 1926 tinha mais de um milhão de pés de café e 500 alqueires de pasto. A fazenda tinha olaria, serraria e oficinas, e máquinas para beneficiar café. No total, este desbravador somava mais de 37.850 alqueires (916 quilômetros quadrados). A estratégia para desbravamento das terras localizadas no espigão divisor Peixe-Aguapeí consistia no loteamento em pequenas glebas para venda aos futuros agricultores.

Benjamin (1998, p. 84) tece alguns comentários sobre este desbravador:

[...] Para o fato de a terra ter permanecido intacta durante 17 anos, não existe nenhum registro de parte do colonizador ou de seus descendentes que justifique esta atitude. [...] A conquista do Planalto Ocidental coincidiu com as crises da depressão econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, as quais passaram a ser reguladas por mecanismos de controle, o que permitiu que os abalos não afugentassem os cafeicultores, em especial o camponês, que estava bastante enraizado à terra.

Encontram-se aí boas razões para a atitude de Max Wirth de realizar os primeiros levantamentos topográficos entre 1938/39, transformando a terra em um grande loteamento com parcelas de tamanho reduzido e de ter iniciado a venda dos mesmos no começo dos anos quarenta, prevendo – o que é muito provável – uma nova fase de preços bons, para o quarto “*rush*”, que ocorreu. É que também, entre outras coisas, a crise da década de trinta havia desorganizado a estrutura da maioria das grandes propriedades cafeicultoras das zonas antigas – ocasião em que muitas delas reduziram ou eliminaram a lavoura cafeeira e liberaram mão-de-obra familiar na condição de colono – ao se iniciarem outras culturas, como é o caso da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, e, também, com o fracionamento das grandes propriedades, fato relacionado à falência a que se viram envolvidas tradicionais famílias cafeicultoras dessas zonas. A Nova Alta Paulista era uma das poucas faixas de terra com mata virgem, e por certo, muito atraentes. Ao privilegiar a pequena propriedade, o senhor Max Wirth devia estar

consciente de que havia muitos pequenos agricultores, principalmente os de origem camponesa, que haviam acumulado algum pecúlio, o suficiente para se transformarem em proprietários ou aqueles que já eram proprietários de terra, para aumentarem as suas posses.

Quanto às estratégias adotadas pelo desbravador suíço para a venda de suas terras, o autor (1998, p. 88) explica:

A incorporação da terra da Nova Califórnia – a primeira denominação de Osvaldo Cruz – ao processo produtivo coincidiu com o quarto “rush” paulista do café. Ela se deu a partir da criação, em 1940, da Colonizadora Alta Paulista, de propriedade de Max Wirth, que logo realizou uma ampla divulgação e se pôs à venda de lotes – com planos de pagamento atraentes – através de vendedores com experiência de trabalho em outros loteamentos, indo diretamente aos locais onde era sabida a presença dessas numerosas famílias de pequenos produtores, alguns já proprietários de terras, privilegiando esses pequenos compradores que vieram da Noroeste, da Araraquarense da própria Paulista na região de Bauru – Agudos e Piratininga – e da Alta Paulista – de Garça, Vera Cruz, Marília, de nacionalidade ou descendência japonesa, portuguesa, espanhola e predominantemente italiana, e entre os nacionais, muitos nordestinos. Ao lado destes pequenos produtores, outros de maior posse tornaram-se logo médios e grandes proprietários, juntando-se ao próprio Max Wirth, que teria reservado para si 14% das terras – sendo parte delas, no município de Inúbia Paulista.

Conclui Benjamin (idem) sobre este desbravador e sua saga:

Não resta dúvida que Max Wirth foi um especulador, pelo tempo em que a terra permaneceu como uma reserva de valor. Adquirida em 1921/24, quando a ferrovia – único meio viável que permitia a formação de lavouras a longas distâncias do porto de Santos – ainda se encontrava em Piratininga, onde permaneceu parada até o começo dos anos 20 – em virtude de um refreamento da imigração, tendo chegado a Marília somente em 1928 – não seria de bom senso iniciar qualquer tipo de exploração do solo face às dificuldades de comercialização da produção por inexistência de vias de acesso, o que, aliás, também seria motivo de desinteresse para qualquer tipo de produtores, a não ser, para outros especuladores.

2.10. A territorialização do café no Extremo Sertão do Estado²⁸

Apesar do predomínio, o café não reinava absoluto na economia paulista. Também se produziam cana-de-açúcar, milho, algodão, amendoim, entre outros, mostrando maior dinamismo aqueles produtos que despertavam interesse internacional. O algodão, durante o conflito de 1914-1918, revelando-se uma cultura com possibilidade de substituir o vácuo

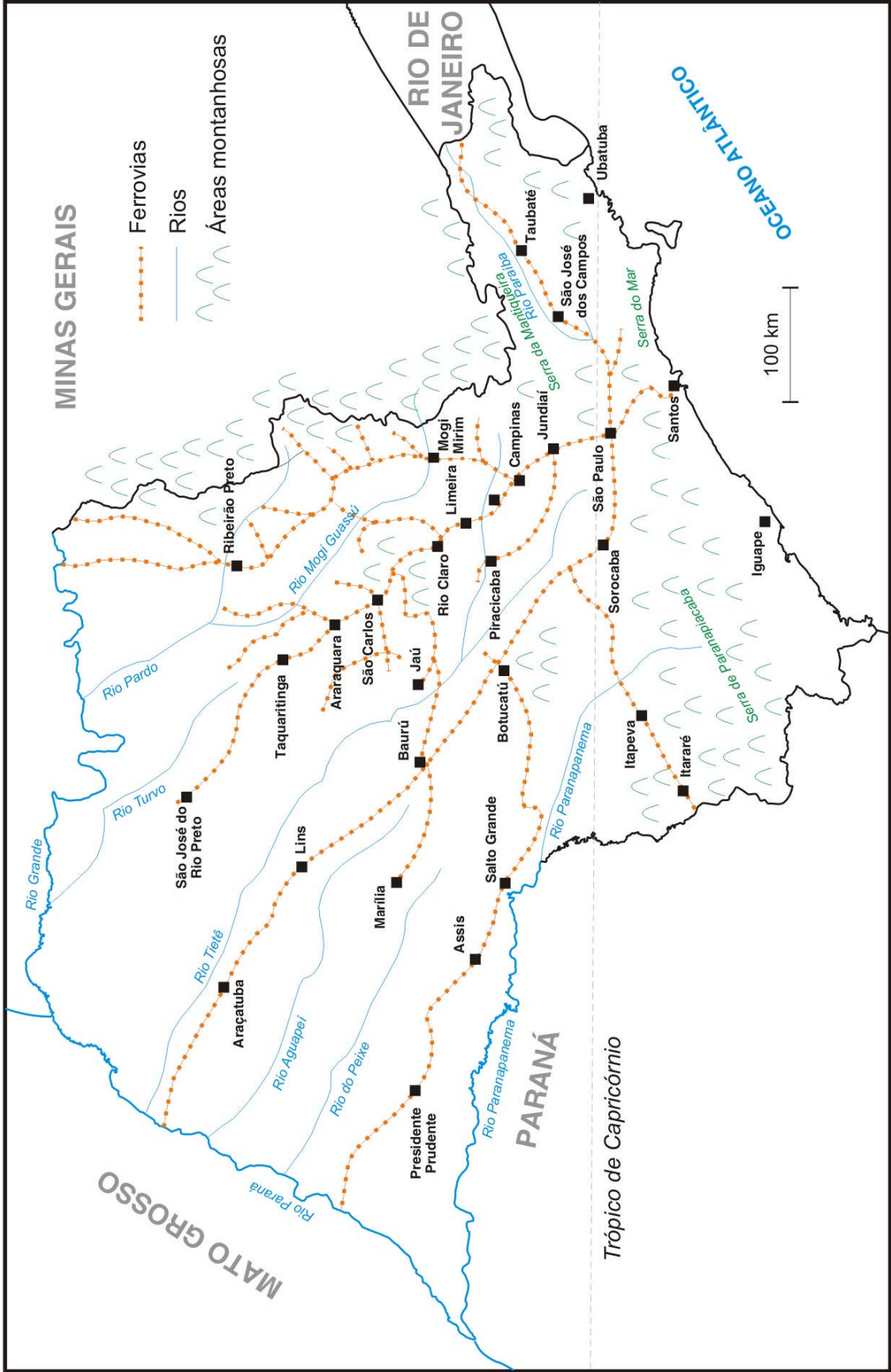
²⁸ Esta era a denominação dada pelo governo estadual à porção Oeste do Estado de São Paulo. Os mapas apresentados nos relatórios elaborados pela 1ª Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, entre 1905 e 1907, quando da incursão para reconhecimento desta área, descendo os rios Aguapey, do Peixe, Tieté e Paraná, trazem esta denominação.

deixado pelo café, que passava por um período de queda nos preços, devido à superprodução. A recuperação deste, ainda que por um breve período, novamente desbancou a cultura daquela fibra têxtil, rebaixando-a para segunda colocação no ranking comercial.

As novas plantações de algodão contribuíram para que a marcha pioneira continuasse para o Oeste, atraindo migrantes nordestinos e imigrantes japoneses, o que desencadeou uma nova onda de surgimento de cidades. Assim, mesmo estando a atividade cafeeira em refluxo, a cotonicultura ofereceu condições temporais, espaciais e de mão-de-obra para que aquela ressurgisse em épocas mais favoráveis.

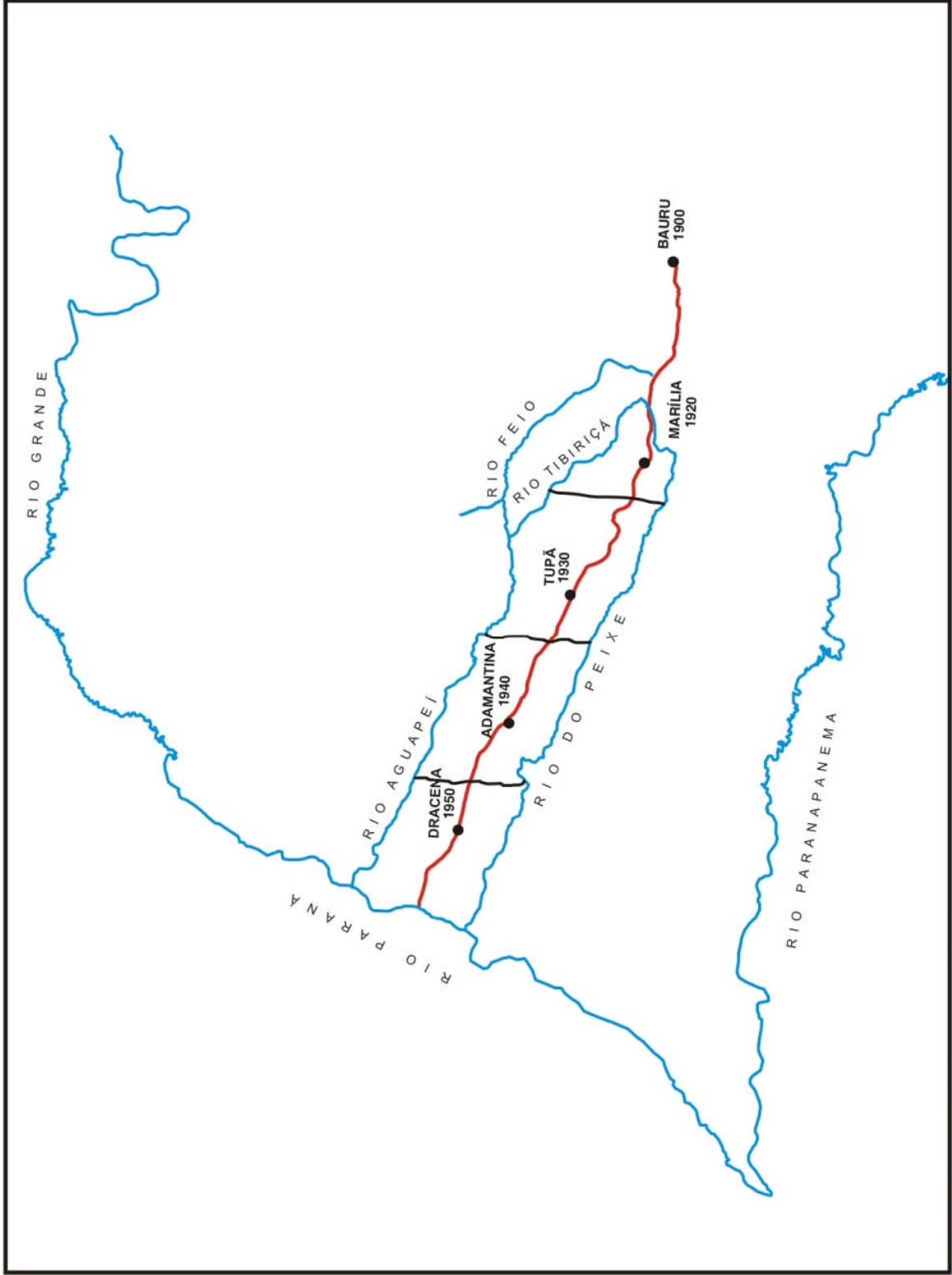
Sempre repetindo a lógica dos períodos recessivos, muitos fazendeiros que, anos antes, haviam adquirido terras no Extremo Sertão do Estado, viram, nessas reservas de valor, oportunidade para equilibrar suas finanças. A solução encontrada por alguns deles foi a venda dessas terras para loteadores oportunistas ou para fazendeiros, que se interessavam em abri-las com baixo custo e para isso separavam uma parte para loteamento.

São Paulo: aspectos físicos, principais cidades e rede ferroviária, cerca de 1930



Fonte: MONBEIG, 1984.
Mapa 6

Evolução da frente pioneira no espigão “Feio - Aguapeí e Peixe” - 1900 / 1950



Fonte: SILVA, 1989. Escala: 1:3.235.000
Mapa 7

Aos especuladores, era uma oportunidade de multiplicar os seus ganhos vendendo glebas rurais fracionadas; para os compradores, a maioria ex-colonos das fazendas das antigas zonas cafeeiras, distante das informações mais atualizadas sobre a conjuntura internacional, as terras “férteis e baratas da Zona da Mata²⁹” apresentavam-se como oportunidade para a sua emancipação econômica e ascensão social.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contribuiu para a expansão da marcha pioneira. Ela favoreceu a industrialização e consolidou o modelo denominado substituição de importação. A urbano-industrialização demandava a produção de matérias-primas e alimentos, o que, por sua vez, estimulava a produção, favorecendo, principalmente, os sitiantes.

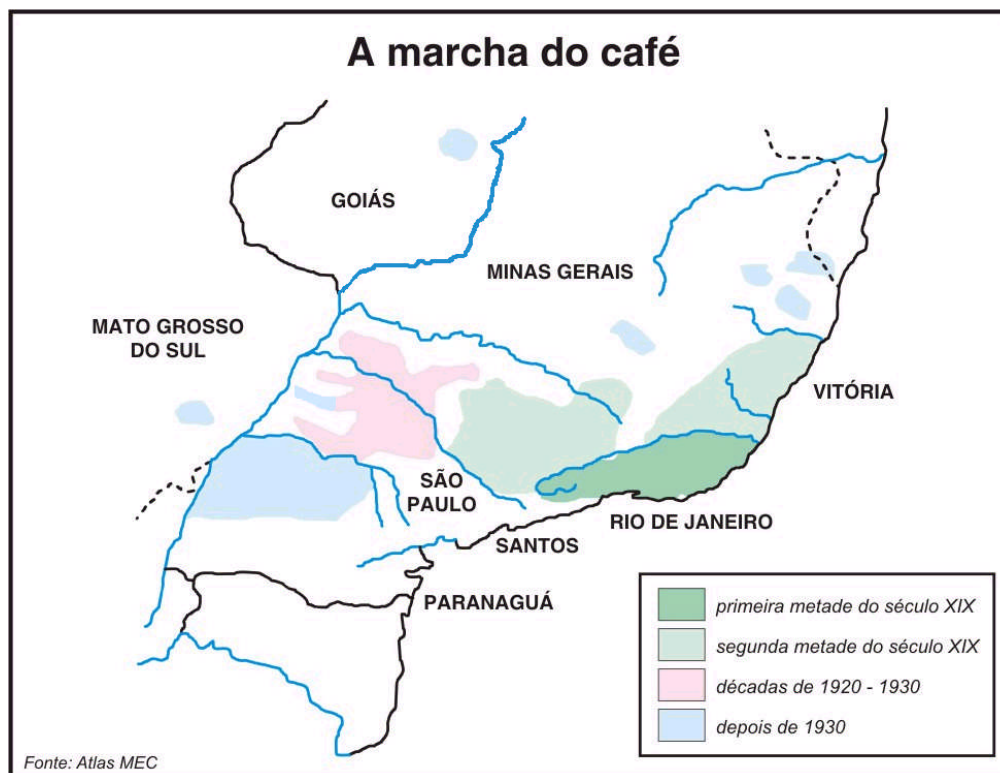
A absorção dos estoques de café recobrou a liberdade de plantar, reaquecendo o mercado de terras. A conjuntura internacional e nacional do período entre e após-guerra ditava as crises do setor cafeeiro, porém, as frentes pioneiras apresentavam potencialidades incomensuráveis, adaptando-se a cada situação.

Não só ex-colonos se interessavam pelo extremo Oeste, como também compradores de reservas de valor, entre eles arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes na capital ou em cidades mais dinâmicas. “As circunstâncias monetárias coincidiram com o hábito da burguesia paulista de possuir um domínio florestal.” (MONBEIG, 1984, p. 118)

Na segunda metade dos anos de 1930, a cultura do algodão mostrava-se promissora, com as vendas dessa fibra para a Alemanha e Japão. Quase todas as jovens cidades tinham um estabelecimento de compra de algodão e outros cereais. Muitas dessas algodoceiras tinham máquinas descaroçadeiras e vendiam as plumas prensadas e os grãos separados. A função semi-industrial acabou imprimindo a estes estabelecimentos a denominação popular de máquinas de compra e benefício.

A essa época, estava consolidando-se o parque industrial nacional, o que justificava o consumo dessas matérias-primas, fato que explicou a manutenção dessa cultura por vários anos, mesmo depois que a Alemanha e o Japão cessaram as importações.

²⁹ Zona da Mata referia-se à porção do Estado de São Paulo localizada no espigão divisor entre os rios Aguapeí e Peixe, constituindo-se, por volta de 1920-30, numa das últimas porções do Estado a ostentar uma área significativa de mata densa, por onde se estenderiam os trilhos da futura Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Nesta área, configurou-se, inicialmente, a Alta Paulista e, a partir do final da década de 1960, começa a se delinear a região política da Nova Alta Paulista.



Mapa 8

Escala: 1:20.000.000

Uma forte pressão econômica nas antigas zonas cafeeiras, o aceno da extensão da ferrovia e a notícia das terras virgens sob a mata densa foram suficientes para que um grande fluxo migratório rumasse para a última fronteira agrícola do território paulista. O Estado, mais uma vez, facilitou a ocupação, disponibilizando empréstimos para a empresa concessionária da ferrovia, documentando terras, muitas delas ainda devolutas, em nome dos primeiros compradores. A grilagem de terras era fato relativamente comum nas regiões pioneiras.

Outro fato considerável era a facilidade com que o governo estadual emancipava as vilas e patrimônios, transformando-os em municípios e, muitos deles, em comarcas. A única restrição legal relacionava-se à definição do período de quatro em quatro anos para a assinatura da emancipação, o que se constituía numa jogada política, com o intuito de garantir votos para que o candidato da situação tivesse vantagens confortáveis para vencer o pleito que se aproximava. O mesmo acontecia com deputados e senadores, que “trabalhavam” pela concretização das reivindicações da população dos patrimônios e vilas, mantendo, em cada uma delas, importantes aliados para compor as suas bases eleitorais.

Durante os períodos de refluxo da economia cafeeira, proporcionados principalmente pela produção superior à absorção pelos mercados estrangeiros, o governo inibia a emancipação de novos municípios, como ocorrera entre 1900 e 1910, quando não se oficializou a formação de nenhum deles. Porém, mesmo nesses períodos, não foi detida a

construção de ferrovias nas regiões ainda pouco povoadas, pensando-se em disponibilizar novas áreas para a prática de outras atividades, como a pecuária, por exemplo.

O restabelecimento da capacidade de estabilização dos mercados, após a Primeira Guerra Mundial, criou condições para a retomada das plantações de café. O aquecimento do comércio ultra-marino, especialmente com o aumento da demanda dos Estados Unidos, mais o aumento demográfico da população, criaram as condições favoráveis para que a marcha do café continuasse em direção ao Oeste. Em poucos anos, as criações de municípios multiplicaram-se.

O extremo Oeste, onde hoje se localiza a Nova Alta Paulista, constitui-se na última porção do território paulista a receber a nova onda migratória, fazendo surgir dezenas de municípios entre os anos de 1920 e 1960.

Criação dos municípios da Nova Alta Paulista

Municípios	Legislação	Emancipação Política	Município de origem
Adamantina	Lei nº 233/48	24/12/1948	Lucélia
Arco-Íris	Lei nº 852/93	30/12/1993	Tupã
Bastos	DL nº 14 334/44	30/11/1944	Marília
Dracena	Lei nº 2 456/53	30/12/1953	Tupi Paulista
Flora Rica	Lei nº 2 456/53	30/12/1953	Pacaembu
Flórida Paulista	Lei nº 233/48	24/12/1948	Lucélia
Herculândia	DL nº 14 334/44	30/11/1944	Glicério.
Iacri	Lei nº 5 285/59	18/02/1959	Tupã
Inúbia Paulista	DL nº 5 285/59	18/02/1959	Oswaldo Cruz
Irapuru	DL nº 2 456/1953	30/12/1953	Pacaembu
Junqueirópolis	Lei nº 233/48	24/12/1948	Lucélia
Lucélia	DL nº 14.334/44	30/11/1944	*
Mariápolis	Lei nº 233/48	24/12/1948	Adamantina
Monte Castelo	Lei nº 2 456/53	30/12/1953	Tupi Paulista
Nova Guataporanga	Lei nº 5 285/59	18/02/1959	Tupi Paulista
Oswaldo Cruz	DL nº 14 334/44	30/11/1944	Martinópolis
Ouro Verde	Lei nº 233/48	24/12/1948	Dracena
Pacaembu	Lei nº 233/48	24/12/1948	Lucélia
Panorama	Lei nº 2 456/53	30/12/1953	Paulicéia
Parapuã	DL nº 14 334/44	30/11/1944	Tupã
Paulicéia	Lei nº 2 334/48	24/12/1948	Tupi Paulista
Pracinha	Lei nº 8.550/93	30/12/1993	Lucélia
Queiroz	Lei nº 8.092/64	28/02/1964	Pompéia
Rinópolis	DL nº 14 334/44	30/11/1944	Araçatuba
Sagres	DL nº 5 285/59	18/02/1959	Oswaldo Cruz
Salmourão	DL nº 5 285/59	18/02/1959	Oswaldo Cruz
Santa Mercedes	Lei nº 233/48	24/12/1948	Paulicéia
São João do Pau D'Alho	DL nº 5 285/59	18/02/1959	Tupi Paulista
Tupã	DL nº 9 775/38	30/11/1938	Glicério
Tupi Paulista**	Lei nº 233/48	24/12/1948	Lucélia e Venceslau

Quadro 4

Fonte: Enciclopédia dos Municípios/IBGE e Seade. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

* As terras do atual município de Lucélia foram desmembradas de Andradina, Valparaíso, Martinópolis, Presidente Prudente, Venceslau, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, e Guararapes.

** Em 1953, pela Lei nº 2.456, o então município de Gracianópolis passou a chamar-se Tupi Paulista

2.11. Progresso e prosperidade no extremo Sertão do Estado

Em poucos anos, a região citada nos mapas como “Extremo Sertão do Estado” conheceu um intenso movimento: centenas de agricultores chegavam, compravam pequenos sítios, e, pouco depois, traziam suas famílias. Além deles, chegavam comerciantes, guarda-livros, professores, farmacêuticos, médicos, advogados, entre outros.

O senhor Orlando de Souza (83 anos, guarda-livros aposentado, ex-vereador e ex-prefeito de Pacaembu), genro e principal colaborador do fundador da cidade de Pacaembu, explica a lógica da compra das glebas, pelos loteadores, e a formação de cidades tão próximas.

O raciocínio é simples. As terras eram baratas, por não disporem de nenhuma infra-estrutura e se localizarem distante da capital e de outras cidades importantes. A maioria dos compradores dispunha de pouco dinheiro, utilizando-o na compra do sítio. Eles não poderiam, então, morar muito longe do patrimônio, pois o transporte era precário. Assim, as glebas para loteamento, preferencialmente, eram escolhidas no espigão divisor Peixe-Aguapeí, por onde passaria a futura ferrovia. A formação de um patrimônio atraía os compradores. Tudo o que se vende fracionado, vale mais. O loteamento era um grande negócio para quem adquiria uma gleba grande de terra que, nas condições citadas, custava barato. A venda da madeira já pagava a compra, o resto era lucro. Com a gleba fracionada em pequenos lotes, o lucro aumentava numa proporção que nem os próprios loteadores calculavam. (Entrevista concedida em 18/4/2004).

Muitos dos fundadores e seus descendentes têm plena vida ativa nessas cidades e seus depoimentos oferecem grande contribuição para a compreensão do conceito de desenvolvimento à época da colonização, influenciando decisivamente a formação dos territórios e territorialidades na fase inicial, com fortes implicações na realidade atual.

Simbolicamente, esses novos agricultores e suas famílias amenizavam o desconforto e as precariedades da luta pela sobrevivência com o ideal de desenvolvimento e prosperidade³⁰. Para eles, a mata era o principal empecilho ao desenvolvimento e, por isso, tinha que ser abatida. O depoimento do senhor Roldão Siminioni (72 anos, advogado e professor, filho de uma das famílias fundadoras de Lucélia, e atual morador de Adamantina) ilustra essa concepção:

Minha família chegou em Lucélia em 1940. Primeiro fomos para a casa de um tio, depois ficamos embaixo de uma lona, até construir

³⁰ Tais ideais assentavam suas bases no imaginário coletivo que se criou em torno da concepção de sertão, sendo este um lugar de oportunidades. Depoimentos atuais e documentos escritos àquela época deixam claro quão intensas eram essas concepções. O slogan impresso na contracapa da “Adamantina em Revista”, de 1955, oferece bons subsídios para esta análise: **ADAMANTINA! ONDE A TERRA CHEIRA A DINHEIRO.**

nossa casa, de madeira. Víamos a mata como uma inimiga, pois nela havia cobras, insetos e outros animais perigosos. Várias pessoas morreram em acidentes nas derrubadas. As maritacas furavam as espigas de milho, que acabavam apodrecendo com a água da chuva, além do desconforto, que era muito grande. (Entrevista concedida em 10/3/2006)

Para essas pessoas, o arruamento (ainda que sem pavimentação), a construção da escola, a possibilidade da instalação de um hospital, o pipocar dos estabelecimentos comerciais e dos bancos, a madeira vendida para as serrarias, o fogo limpando a área onde fariam as plantações, a possibilidade de emancipação política do patrimônio, tornando-se município, constituíam o desenvolvimento. A velocidade com que aumentavam as construções e o número de novos moradores, as lavouras brotando viçosas na terra húmifera, os ganhos obtidos com as colheitas fartas ou com o aumento das vendas no comércio, constituíam o crescimento.

O progresso expressava-se na aquisição ou no uso de um bem ou produto que materializasse as inovações tecnológicas da época, como se recorda o senhor Faraday Zanandréia (66 anos, mecânico em Adamantina, filho de fundadores da cidade):

Moderno era ir para São Paulo de trem. Primeiro, as máquinas eram a vapor, depois, eram a diesel. Nos vagões de primeira classe só se viajava de terno ou de camisa de manga comprida. Quando o primeiro trem chegou na cidade, todo mundo foi para a estação. O problema da falta de comunicação estava resolvido. (Entrevista concedida em 10/3/2006)

Outra expressão da concepção de progresso da época pode ser observada ainda no depoimento do senhor Roldão Simioni:

Meu tio era alfaiate e a cidade carecia desse profissional, então meus pais o convidaram e ele e a família vieram para cá. Minha tia não se adaptou na nova cidade e eles, em pouco tempo, voltaram para trás. Eu me lembro que minha mãe disse que era muito difícil mesmo para a minha tia se adaptar no sertão porque, na casa onde ela morava, havia seis bicos de luz e aqui não se sabia quando teríamos energia elétrica. (Entrevista concedida em 10/3/2007)

Ao empreenderem seus negócios, formarem suas lavouras, instalarem definitivamente a família, essas pessoas estavam também construindo um novo espaço, o espaço geográfico, em contraposição ao espaço natural (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 28), cujo conteúdo o transformava em espaço de vida e de trabalho. O ordenamento espacial induzido pela ferrovia construída sobre o espigão divisor, unindo a área produtora com o porto de exportação, o caráter especulativo dos loteamentos, que, para valorização das terras, reservavam uma área à

futura cidade, a insipiente presença do Estado, a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e a prática da policultura, porém com a predominância do café, definiram a configuração espacial da região. O depoimento do senhor José Ghessi (85 anos, agricultor, membro de família de fundadores de Tupi Paulista) ilustra este fato:

Vimos para cá porque na Zona Velha as terras estavam caras demais. O café valorizou tudo por lá. Comprar um pedaço de mato no sertão estava dentro das nossas possibilidades. (Entrevista concedida em 28/11/2005)

O caráter comercial da colonização seguia uma lógica simples: documentava-se uma gleba de terra junto ao governo do Estado, por um preço bem generoso, para depois vendê-la em lotes menores aos agricultores. Às vezes, empresas loteadoras bem informadas compravam essas glebas de fazendeiros que as haviam documentado já há algum tempo e que, por motivos financeiros, na maioria das vezes, as disponibilizavam para venda. O depoimento do senhor Orlando de Souza (identificação citada anteriormente), um dos principais fundadores da cidade de Pacaembu, comprova os interesses especulativos:

As terras situadas em municípios já constituídos valiam mais. Para conseguirmos a emancipação política do patrimônio, tínhamos que provar que já havia um mínimo de condições instaladas. Então, no caso de Pacaembu, o jeito foi dar uma forçadinha na situação. Fotografamos a escola, o correio, a praça, e outras construções básicas em outras cidades e anexamos tudo aos nossos documentos. Sabíamos que ninguém viria confirmar ou fiscalizar as informações porque o sertão ficava muito distante da capital e os meios de locomoção eram precários. (Entrevista concedida em 18/4/2004)

O modo de vida das pessoas, de forte cultura camponesa, com a religiosidade e os costumes herdados principalmente da Europa mediterrânea, a escassez de recursos fazendo com que plantassem cereais antes do café, as cidades, cujo comércio varejista se adaptava às demandas rurais, a diversão dos jovens nas quermesses e bailes, as procissões em dias-santos, delineavam as territorialidades que deram identidade cultural a essa porção do Estado de São Paulo. As memórias do senhor Osvaldo Castagna (72 anos, agricultor, membro de família de fundadores de Tupi Paulista) ajudam a compreender essas territorialidades.

Aos sábados, moços e moças iam para os bailes, que aconteciam nos terreirões de café. Começavam às oito horas e terminavam à meia noite. O sanfoneiro tocava em cima de uma mesa, no centro da barraca coberta com lona e iluminada com lampião a gás. Havia também quermesses animadas no pátio da igreja ou nos campos de futebol. Com o tempo, chegou o cinema, que se tornou a principal diversão dos finais de semana. (Entrevista concedida em 21/3/2006)

As relações que esses atores sociais mantiveram entre si, com a natureza e com as instâncias políticas, definiram, já naquela época, as raízes econômicas, sociais, políticas e culturais que se manifestam ainda hoje. A escolaridade rudimentar da maioria desses agricultores e seu incipiente espírito associativo e cooperativo, a falta de informação e de conhecimento técnico, a presença insuficiente do Estado, a investida inconseqüente contra os recursos naturais, além do papel secundário desta região na divisão territorial do trabalho daquela época, fizeram com que a região se configurasse como região do fazer e não do mandar (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 22), inserindo-se como uma região de tempo lento na dinâmica econômico-político-social da atualidade.

2.12. A relação cidade-campo e as territorialidades da nova região

A porção do Estado localizada no espigão divisor Peixe-Aguapeí formou-se no crepúsculo da economia agrário-exportadora, que durou de 1500 até meados do século XX (entre 1930 e 1950), com a industrialização do Sudeste. Era de se compreender, portanto, que fazendeiros, loteadores, dirigentes políticos, lideranças comunitárias, colonos imigrantes e seus descendentes, e trabalhadores livres nativos, estivessem ligados à lógica secular da produção monocultora voltada à exportação, assentada na concentração de terras e de riquezas e na exploração incondicional dos recursos naturais, dado o modelo histórico altamente concentrador, e a grande disponibilidade de terra decorrente da vasta extensão territorial do país.

Os colonos descendentes de imigrantes, individualizados em suas lutas cotidianas pela superação da pobreza que os impeliu a “fazer a América”, não se motivaram em agremiar-se em sindicatos ou outras entidades de classe. Os migrantes nordestinos, a maioria vivendo na mais absoluta miséria, além de uma cultura forjada em séculos de servidão, apresentavam pouca disposição para reivindicações articuladas politicamente. Aqueles mais engajados em lutas políticas, sintonizados com a filosofia anarquista, encontraram na capital melhores condições para sua militância. Nas fazendas, alguns “agitadores” eram logo identificados e uma simples ameaça de rompimento do contrato de trabalho, por parte dos patrões, já servia para inibir iniciativas desse tipo.

O que ardorosamente desejavam esses colonos era realizar o sonho de tornarem-se proprietários e alguns, de voltarem para sua terra-natal. Assim, atentos a oportunidades promissoras, eles estavam sempre dispostos a recomeçar a vida em outra colocação que lhes oferecesse mais vantagens, até que, finalmente, pudessem ser donos do seu quinhão de terra. De modo geral, as pessoas comuns não visualizavam, com clareza, os impactos da Crise de

1929; para muita gente, ela era apenas mais uma a se somar a tantos outros períodos recessivos. O trabalho árduo e o aumento sempre crescente da produção eram considerados como antídoto para a superação da crise.

Por volta de 1930, as primeiras gerações de imigrantes, que chegaram em idade produtiva estavam envelhecidas e muitos já haviam morrido. Seus filhos, a maioria nascidos aqui, os sucediam na luta pela sobrevivência. Assim, embalando o anseio de se tornarem proprietários, o sertão hostil se lhes mostrava como uma chance de concretizá-lo, fazendo valer todo o esforço de sua labuta.

Do outro lado, os loteadores satisfiziam-se em reservar para si as melhores áreas para a abertura de suas fazendas, também produtoras de café, e angariar altos lucros com a venda dos lotes rurais. Muitos selecionavam uma área estratégica, geralmente no espigão, por onde passaria a ferrovia, para construir uma cidade. Nesta área, os lotes eram divididos conforme os padrões urbanos da época e sua venda ocorria simultânea à venda dos lotes rurais. A formação potencial de uma vila, que poderia transformar-se numa cidade, era utilizada como chamariz para a venda de terras e não seguia nenhum plano de colonização concebido pelo governo central.

Pierre Monbeig (1984, p. 221) assim se refere aos loteamentos:

O traçado dos lotes é o mesmo em toda parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho, do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida.

Cortam-se as vertentes de cada um dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos ribeirões, todas com aproximadamente a mesma superfície. Nas partes altas dos vales, nas cabeceiras, os lotes são talhados obliquamente e dobrados em cotovelo na sua parte inferior. Em um vale mais largo, com fundo mais largo e curso d'água mais importante, descrevendo meandros que tornam mais difícil a delimitação, o loteador irá prever propriedades maiores, com formas menos regulares, que poderão servir para a criação de gado.

O autor deixa claro o caráter comercial desses empreendimentos (p. 222)

Este sistema de divisão do solo adotado na franja pioneira paulista nada tem a ver com sentimento igualitário ou com alguma forma de revivescência de qualquer velha sociedade comunitária. O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém a suas necessidades e possibilidades. Para os compradores, as necessidades são mais ou menos as mesmas e as possibilidades não são muito

diferentes. Convém, portanto, que lhes sejam oferecidos não só pedaços de terra com superfícies idênticas, como também vantagens suficientes para o fazer decidir pela compra. Algumas dessas vantagens são estritamente financeiras, outras são de ordem especificamente econômica e geográfica, ou ainda morais. Todos estão na dependência da situação, da preparação e da utilização da terra e as necessidades comerciais obrigam o loteador a conceber e aplicar um plano de colonização. Tudo isso está muito longe do individualismo do pioneiro na *free land*. Convém ajuntar que essa experiência de colonização, que se impõe ao vendedor de terras, é uma novidade na terra dos fazendeiros.

Em muitos casos, fazia-se uma promoção: quem comprasse um sítio ganhava um lote na cidade. Essa tática foi bastante utilizada pelo senhor Írio Spinardi, fundador da cidade de Dracena. Para os mais abastados, que compravam áreas maiores e próximas ao povoado, ele doava um terreno no centro, próximo a uma quadra previamente reservada para a construção de uma praça. Para ganhar um lote nesta área privilegiada, o fundador exigia o compromisso de que se erguesse aí um prédio assobradado. (Depoimento de pessoas próximas ao fundador, uma vez que não há registros escritos sobre esta estratégia)

Em Sumatra (hoje Pacaembu), o seu fundador, senhor Manoel Teixeira, pretendia construir uma “nova Marília”. Já na década de 1930, aquela cidade da Alta Paulista - Marília - despontava como bastante promissora, uma vez que sediou a ponta da estrada de ferro por vários anos, o que lhe propiciou boa movimentação comercial. Dali seguiam caminhões carregados com mercadorias manufaturadas para as novas cidades que se formavam mais a Oeste, e delas traziam madeira, café, cereais, e plumas de algodão. Várias indústrias começaram a se instalar na cidade, como as de óleo vegetal, refrigerante, margarina, massas alimentícias, e até mesmo metalúrgicas, o que contribuía para a atração de pessoas e, conseqüentemente, ampliação do mercado consumidor. Marília, então, gestava a sua condição de futuro pólo regional, atendendo a produção industrial básica, o comércio, e os serviços, especialmente os de saúde e educação. (MOURÃO, 1994, p. 76)

Sumatra, segundo seu fundador, reunia condições favoráveis para conquistar posição semelhante à sua inspiradora: localizava-se na metade do caminho entre Marília e a barranca do rio Paraná, podendo, com a chegada da ferrovia, se tornar um entreposto comercial mais próximo às localidades do seu entorno (Depoimento de Orlando de Souza, genro do fundador e seu principal colaborador na formação da cidade de Pacaembu, julho de 2004.)

As cidades foram, então, se erguendo uma próxima da outra, numa distância média de 13 quilômetros (Quadro 4). Percebe-se maior proximidade das mesmas na faixa do espigão,

onde uma estrada rudimentar ia sendo construída e, mais tarde, viria a ferrovia. As mais distantes foram construídas fora do espigão, mais próxima aos rios do Peixe e Aguapeí.

O capital, interessado na reprodução dos lucros com o comércio de terras, e a atuação do Estado, disponibilizando a infra-estrutura, especialmente a ferrovia, implantaram as condições basilares para a colonização. A demanda oferecida pela população que crescia e pelos seus ideais de conquistar melhores condições de vida desencadeou o fluxo migratório para o extremo Oeste, seguindo a lógica em curso em outras áreas do Estado. Os loteadores, uma vez atendidos os seus objetivos de vendas altamente superavitárias, dedicavam-se à abertura de fazendas em áreas privilegiadas e ou repetiam a mesma tática em novas áreas; o Estado, uma vez implantadas as obras fundantes, mantinha sua presença, ainda que de modo insuficiente, inaugurando instituições públicas de acordo com a pressão de grupos organizados, representantes dos anseios populares, porém ávidos em obter algum tipo de vantagem particular.

Assim, as relações sociais e da sociedade com a natureza empreendidas no cotidiano, iam forjando as territorialidades que contribuía para imprimir “as marcas” do lugar. A nova paisagem dos cafezais e das cidades em formação, as ferramentas e técnicas agrícolas utilizadas, a arquitetura tanto rural quanto urbana, com predomínio das formas mediterrâneas, as manifestações religiosas, com forte influência católica, os alimentos que se serviam todos os dias e a maneira como eram preparados, as festas populares com suas cores e conteúdos, demonstravam a cultura do colonizador, ao mesmo tempo em que forjavam a identidade regional.

A maior parte da população fixava-se na zona rural, mais especificamente nos seus sítios, onde rapidamente se punham a derrubar a mata com machados e trançadores. Esta ferramenta cortante – o trançador – constituía-se numa lâmina de aço flexível e serrilhado, medindo em média dois metros de comprimento, 25 centímetros de largura, com cerca de quatro milímetros de espessura, sendo arrematada nas extremidades por dois cabos de madeira roliça, onde dois homens seguravam para serrar os troncos mais grossos, em movimento sincronizado. Com o machado se fazia o primeiro desbaste na madeira, abrindo uma cavidade que daria mais firmeza ao trançador. Em média, demorava-se mais de um dia para derrubar uma árvore frondosa e elas eram numerosas. Ipês, jatobás, perobas, angelins, guaiviras, pau d’alhos, entre tantas outras espécies intercalavam-se na mata densa.

Distância entre as cidades (em km)

Tupã – Arco-Íris	16	Tupã – Herculândia	9
Tupã – Queiroz	39	Iacri – Bastos	7
Tupã – Iacri	23	Iacri – Parapuã	12
Rinópolis - Parapuã	14	Iacri – Osvaldo Cruz	21
Parapuã – Osvaldo Cruz	9	Irapuru – Junqueirópolis	13
Osvaldo Cruz – Inúbia Pta	6	Junqueirópolis – Dracena	10
Osvaldo Cruz – Salmourão	20	Dracena – Tupi Pta	15
Osvaldo Cruz - Sagres	17	Dracena – Ouro Verde	9
Inúbia Pta – Lucélia	9	Dracena – Santa Mercedes	36
Lucélia – Adamantina	5	Tupi Pta – Monte Castelo	11
Lucélia – Pracinha	13	Tupi Pta – Nova Guataporanga	7
Adamantina – Mariápolis	17	N. Guataporanga – S. J. Pau D’Alho	8
Adamantina – Flórida Pta	16	Sta Mercedes – Panorama	3
Flórida Pta – Pacaembu	10	Panorama – Paulicéia	3
Pacaembu – Irapuru	10		

Quadro 5

Fonte: Guia Rodoviário 4 Rodas, 2005. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Era comum, nos bairros mais distantes e bastante povoados, a formação de pequenas aglomerações de construções, chamadas de bairro ou venda. Ali se instalavam estabelecimentos comerciais, principalmente de secos e molhados, uma barbearia, um bar, e alguns outros similares. Além da função comercial, esses povoados tinham uma função social. Logo se construía uma cancha de bocha e um campo de futebol, bastante freqüentados nos finais de semana por homens que jogavam bocha e baralho, sendo também grande o número de apreciadores de futebol. Quase todo bairro tinha um time e era comum a realização de campeonatos. Nesses eventos, freqüentados por homens e mulheres, ocorria o encontro de amigos e, até mesmo, o início de namoros, muitos deles resultando em casamentos.

Na capela, construída também nesses núcleos, aconteciam as missas dominicais, casamentos, batizados, e, em barracas montadas especialmente para esta finalidade, aconteciam as quermesses, que eram festas paroquiais onde se realizavam leilões e sorteios de prendas, venda de alimentos cozidos, como leitões e frangos assados, além de outros itens, numa espécie de feira ao ar livre, com o propósito de angariar fundos para alguma obra da igreja, como a sua própria construção ou ampliação, ou qualquer outra iniciativa dos dirigentes religiosos. O trabalho, realizado por muitos voluntários, ganhava uma conotação de

lazer e entretenimento, pois se tornava um prazeroso e descontraído ponto de encontro de pessoas e famílias.

O médico e o dentista, com visitas periódicas, também utilizavam as instalações do bairro, geralmente um cômodo alugado de uma pensão existente ali.

Nestes povoados também se erguiam as escolas, chamadas de Grupo Escolar, muitas delas construídas pelos próprios moradores e depois doadas ao governo do Estado, que mantinha os professores e professoras, sendo estas unidades vinculadas a uma inspetoria regional de ensino. Geralmente os pais encerravam a vida escolar dos filhos na segunda ou terceira série primária, alegando precisarem do seu trabalho nas lavouras. Para as turmas que concluíam a quarta série primária, costumava-se fazer uma festa deslumbrante, pois este era um privilégio dos filhos das famílias mais abastadas. Em muitos bairros, formavam-se turmas de adulto para alfabetização, cujas aulas aconteciam à noite, sob a luz de lampiões a gás. A escolaridade média da época era, portanto, baixa.

Grande parte da população era jovem, pois, eram altas as taxas de natalidade. Por volta de 1950, as famílias, em média, eram compostas por 5,8 pessoas e a taxa de natalidade era de 3%. (IBGE, Censo de 1950) Desse modo, dispunha-se de uma grande força de trabalho e de muita disposição para as festividades.

Além das partidas de futebol aos domingos à tarde, aos sábados aconteciam os bailes nos terreirões de secagem de café. A cultura italiana, predominante entre os colonizadores, manifesta-se alegre e musical, estimulando encontros e festividades. Entre os imigrantes, muitos trouxeram o seu acordeon, aqui chamado de sanfona. O violão e a viola, de influência ibérica, eram mais comuns entre os nativos. O pandeiro, instrumento rítmico, tem influência árabe e norte-africana, sendo bem aceito entre os músicos. Assim, a animação dos bailes acontecia com um “conjunto” de tocadores formado por um sanfoneiro, um violeiro e um pandeirista. O trio alojava-se sobre uma mesa colocada no centro do terreirão de café, que se transformava numa imensa pista de dança sob uma barraca improvisada com bambu. As lonas da cobertura eram emprestadas das tulhas e se prestavam à proteção dos grãos em épocas de maior umidade, durante a fase de secagem. Iluminados por lampiões a gás, os bailes geralmente começavam às vinte horas e terminavam à meia-noite, sendo o ponto alto das diversões da época, animando os passistas de todas as idades com valsas, xotes, rancheiras e arrasta-pés.

Devido à maior concentração da população no campo, a vida social era intensa ali, o que acabava atraindo a população da cidade para os bailes, quermesses e partidas de futebol ou bocha. Para a cidade, as pessoas iam principalmente nos dias-santos, quando, em muitos

deles, os padres oficiavam procissões e missas campais. Mais tarde, com a construção dos cinemas, os jovens acotovelavam-se em intermináveis filas para assistir aos filmes do Mazaroppi, além das sessões cativas da Paixão de Cristo na Semana Santa.

Muitos circos peregrinavam pelas cidades que pipocavam no extremo Oeste, onde os artistas exibiam espetáculos de malabarismos e outras coreografias, além do insubstituível palhaço. Outras modalidades bastante apreciadas eram as representações melodramáticas e, em alguns circos especializados, assistiam-se shows de animais exóticos adestrados. Nesses circos também se apresentavam duplas e trios que cantavam as chamadas modas caipiras, muito apreciadas pelas pessoas que os ouviam pela rádio Tupi de São Paulo e rádio Nacional do Rio de Janeiro. Os artistas geralmente vinham de trem e, para aproveitarem a viagem, faziam uma *tourneé* de vários dias entre as cidades e povoados. Faziam sucesso Alvarenga e Ranchinho, Tônico e Tinoco, Cascatinha e Nhana, Pedro Bento e Zé da Estrada, Zico e Zeca, Zé Fortuna, Pitangueira e Zé do Fole, Zilo e Zalo, o venerado Mário Zan, entre outros.

Os costumes da época definiam muito bem os papéis dos homens e mulheres. As moças, a partir dos treze ou quatorze anos, iam aprender corte e costura e, geralmente ao se casar, levavam uma máquina de costura como dote. Todas aprendiam a cozinhar, lavar e passar roupa, limpar a casa, cuidar dos irmãos menores, cultivar uma horta, tirar leite, fazer queijo, amassar pão, enfim, ao mesmo tempo em que ajudavam suas mães nas lides domésticas, estavam também se preparando para reproduzir o mesmo estilo de vida quando constituíssem a sua própria família.

Além das tarefas domésticas, as mulheres também iam à roça, principalmente em épocas de colheita. À noite, à luz de lamparina a querosene ou de lampião a gás, ou nos finais de semana, principalmente nos períodos de entressafra, elas confeccionavam os seus próprios enxovais. Cretones, cambraias e popelines brancas ganhavam motivos coloridos com os bordados feitos com linha de meada, preferencialmente da marca Âncora, trabalhados em ponto cheio, *richilieu*, ponto paris, ponto *ajour*, ponto cruz, entre outras prendas européias. Quando casadas e grávidas, elas confeccionavam os pagõezinhos em tecidos de cambraia e arrematavam, com crochê em linha mercerizada, as fraldas e cueiros dos seus futuros bebês. Muitas tricotavam as mantas e casaquinhos que seriam usados no inverno, com lã da marca Pingüim.

Os rapazes, desde pequenos, acompanhavam seus pais na roça, manejavam os animais, faziam trabalho de carpintaria e marcenaria, furavam poços, rachavam lenha, e executavam outros trabalhos mais grosseiros. Era comum o rapaz, ao se casar, construir a sua casa próximo à casa dos pais. Muitas famílias formavam verdadeiros clãs, com um amontoado de

casas onde residiam filhos, noras e netos, próximo à casa do patriarca. O filho mais velho geralmente tomava para si a responsabilidade de cuidar dos pais idosos, sendo a nora mais velha a eleita para realizar esses cuidados.

Todos se envolviam nas atividades cotidianas, inclusive as crianças. A elas eram confiadas as tarefas de apartar os bezerros das vacas de leite à tarde, regar a horta, o pomar e as flores do jardim, com regador manual; limpar o quintal com rastelo de dentes de aço e vassoura de fibra vegetal; descascar milho para os porcos da ceva, colocar lavagem nos cochos e cortar mandioca, abóbora ou batata-doce para os porcos do chiqueirão; debulhar as espigas de milho para as galinhas; recolher os ovos dos ninhos; recolher lenha e palha secas para o depósito ao lado do fogão; manter as lamparinas permanentemente abastecidas com querosene, entre outras tarefas mais leves.

Uma prática comum que se constituía quase num ritual, era a lide com um capado³¹, o que ocorria mais ou menos uma vez por mês, dependendo do tamanho da família. Como não havia energia elétrica, nem geladeira a querosene, a carne para mistura era frita em tacho de cobre ou ferro e guardada em latas de 20 litros, misturada com banha. O dia da matança, geralmente um sábado, começava cedo. Enquanto se colocava uma lata com água para ferver, para despelar o porco, preparavam-se a mesa, as facas, a máquina manual de moer carne, as latas para guardar a banha, o tacho para fritar a carne e derreter a gordura, entre outros itens. As raças mais criadas eram Nilo, Piau, Caruncho, Caruncho mineiro, constituindo-se em animais rústicos, adaptados às condições tropicais e ao semi-confinamento.

Por volta das seis horas da manhã, as crianças acordavam com os gritos agudos do porco sendo abatido. O animal, sacrificado com uma facada no coração, fincada logo abaixo de uma das paletas, saía de uma ceva, onde tinha sido confinado cerca de seis meses antes. As cevas se constituíam num lugar separado no chiqueirão, geralmente um compartimento de cerca de três metros quadrados, assoalhado e coberto, com água e comida em abundância, onde se confinavam alguns suínos, preferencialmente machos castrados. A intenção era poupar o animal de qualquer esforço para que transformasse a alimentação farta, à base de milho em grão e lavagem, que se constituía nas sobras de alimentos descartados pela família, para a produção de carne e banha, processo chamado de engorda. Após o abate, aquele animal era imediatamente sucedido por outro, garantindo o abastecimento da banha, que se constituía na principal fonte de energia das pessoas, por meio da alimentação. Outra vantagem do confinamento era a “limpeza” da carne do animal, já que o porco solto ou mesmo preso em

³¹ Capado corresponde a um suíno macho, castrado especialmente para engorda em local separado, com alimentação reforçada para ganho mais rápido de peso, visando o fornecimento de carne e banha.

chiqueirões mal cuidados, acabava adquirindo verminoses, principalmente a lombriga (*Ascaris lumbricoides*) e a solitária ou tênia (*Taenia solium*).

Qualquer adulto que viveu no campo, nessa época, lembra-se das intermináveis coceiras provocadas pelos bichos-de-pé. As mães, assim que viam as crianças coçando-se insistentemente logo se aproximavam com uma agulha de costura para extrair a “batata” que esse inseto (*Tunga penetrantis*) formava, geralmente na sola e nos dedos dos pés. Os porcos são os principais hospedeiros deste inseto, de modo que o simples fato de passar por perto do chiqueiro, já se estava arriscado a “pegá-lo”. Para evitar a contaminação dos porcos, submetiam-se os animais a banhos periódicos com água e creolina.

Dos suínos aproveitava-se quase tudo: da carne fazia-se lingüiça, salame, lombo recheado ou defumado, além da carne frita. Do couro faziam-se cudiguim e torresmo, além de cozinhá-lo *in natura* no feijão. Da gordura derretida se extraía a banha, usada nas frituras, e para o preparo do arroz, do feijão, e até nas massas de pães e outras receitas. O torresminho, que se constitui no resíduo sólido obtido do processo de derretimento da gordura, dava um sabor especial ao feijão ou aos pães de torresmo. Os miúdos eram fritos e a eles se adicionava farinha de mandioca, preparando-se uma farofa. Com o sangue se preparava o chouriço ou mursia, que é uma espécie de lingüiça também. O intestino, também chamado de tripa, era lavado e aproveitado para encher as lingüiças e salames. Todas as sobras iam para um tacho, onde se adicionavam breu e soda cáustica para se transformarem em sabão.

Uma prática comum era a distribuição de um pedaço de carne fresca para os vizinhos mais próximos, sendo retribuído por eles quando também matavam o seu porco. O mesmo se fazia com o pão caseiro, assado em forno de lenha. Outra mostra de solidariedade ocorria quando uma mulher “ganhava nenê”. Durante vários dias, as vizinhas se revezavam para lhe lavar a roupa, oferecer-lhe caldo de galinha, cuidar das crianças maiores e dispensar alguns cuidados especiais ao recém-nascido, como dar banho e curar-lhe o umbigo.

Os partos geralmente eram feitos em casa, assistidos por uma mulher experiente e prática chamada de parteira. As doenças mais comuns, principalmente as infantis, eram tratadas com benzimentos e simpatias. As benzedadeiras, mulheres consideradas de “reza forte”, usavam ramos de arruda e recitavam orações específicas para espinhela caída³², mal-olhado

³²Segundo a religiosidade e a crença popular, espinhela caída corresponde a qualquer dor na região do esterno, provocada por fadiga ou doença debilitante; mal-olhado ou quebranto corresponde a um efeito malévolo que a atitude, ou o olhar de algumas pessoas produzem em outras; a ictirícia corresponde à hepatite, dando às pessoas uma cor pálida; a lombriga corresponde a qualquer tipo de verminose, muito comum em locais onde o saneamento básico é precário; o mal de Simioto é atribuído às crianças raquíticas, com aparência frágil, que, segundo os médicos, é explicado pela desnutrição; o mal-de-sete-dias corresponde ao tétano, geralmente contraído quando as parteiras colocavam esterco de curral para “curar” o umbigo do

ou quebranto, ictirícia, lombriga, mal de Simioto, mal-de-sete-dias, erisipela, entre outros “diagnósticos”. Para o sarampo, as mães faziam chá das folhas e das flores de um arbusto conhecido como sabugueiro (*Sambucus*, da família das caprifoliáceas). De modo solidário, essa era uma forma de suprir a precariedade do sistema insipiente de saúde. Somente os casos mais graves eram encaminhados ao hospital, geralmente distante, com poucos médicos, e grande dificuldade de transporte. Certamente o índice de mortalidade infantil era alto (mais de quarenta por mil nascimentos vivos) e a expectativa de vida era baixa (em torno de 55 anos) até as décadas medianas do século XX. (IBGE, vários censos).

O cotidiano das famílias camponesas, geralmente numerosas, era marcado pela divisão de tarefas, sendo que todos tinham uma função e eram beneficiados por esta pluralidade, que resultava em alimentação farturosa e, principalmente, em proteção dos seus membros. Sociologicamente, este modelo de família é chamado de família nuclear ampliada (BOCK, 1988, 220), com forte influência européia. No Brasil, ela foi comum até meados do século XX, sendo mais comuns na zona rural das regiões que receberam imigrantes italianos e ibéricos. Nesse modelo de família, as pessoas em idade ativa (principalmente os homens) tomavam para si a função de prover as necessidades econômicas, enquanto os idosos (pais, sogros, avós) cuidavam das crianças e estas, ajudavam nas tarefas complementares. Havia forte influência patriarcal, sendo o homem o provedor da família, reservando-se à mulher as funções de procriadora e de executora das atividades basilares, como alimentação, higiene, manutenção do vestuário etc. Além das obrigações domésticas, muitas delas ajudavam nas lavouras, o que lhes duplicava a jornada de trabalho. Os idosos, as crianças e os doentes crônicos recebiam mais cuidados, pois nas famílias ampliadas há uma interação de várias gerações, o que garante essa cooperação mais espontaneamente.

Em alguns depoimentos, colheu-se uma outra forma de solidariedade: quando falecia alguém, que morava longe da cidade, o cortejo seguia a pé até o cemitério, geralmente distante vários quilômetros da casa do falecido, onde se fazia o velório. A urna era de madeira rústica, confeccionada em poucas horas por vizinhos solidários. Em casos extremos de distância, o corpo, transportado num lençol amarrado em duas varas de madeira roliça, ia sendo revezado entre os acompanhantes do cortejo. Se a distância era longa ou o peso do defunto cansava demais quem o transportava, era hábito comum recorrer à ajuda de estranhos.

recém-nascido. A erisipela é uma infecção da pele causada pela bactéria *Streptococcus*, que se propaga pelos vasos linfáticos. Devido ao alto custo do tratamento e à demora na obtenção dos resultados, os portadores desta infecção procuram benzedeiras e rezadeiras para aliviar o mal-estar que ela provoca. (www.religiosidadepopular.com.br, www.scielo.com.br. Acesso em 21/12/2005)

O código de comunicação era um grito e quem o ouvia parava o trabalho e tomava para si uma ponta da vara, descansando assim o companheiro anterior. Esta pessoa seguia mais um trecho, passando a tarefa a outra que, ouvindo um novo grito, se apresentava mais à frente. O anterior voltava, então, para o seu trabalho e assim o cortejo seguia até o seu destino final. Somente familiares e amigos mais próximos realizavam toda a trajetória. (Antonio Manzano, 57 anos, agricultor em Adamantina. Entrevista concedida em 17/6/2005)

O senhor Armando Citelli (90 anos, agricultor em Adamantina), lembra-se que, por volta de 1942, o cemitério mais próximo se localizava em Lucélia. Devido à distância de mais de dez quilômetros e a estrada, que era apenas uma picada no meio do mato, no seu bairro, o velório terminava na casa do falecido. Por ser o único morador que possuía um cavalo, ele era o escolhido para o cortejo até o cemitério, colocando a urna no pescoço do animal e seguindo, sozinho, até a cidade vizinha, onde o coveiro o esperava para o sepultamento.

Em Tupi Paulista, a origem da área onde se localiza o cemitério tem uma história curiosa. Contam os primeiros moradores que um jovem morreu picado por uma cobra, quando ajudava seu pai a fazer uma derrubada. Durante o velório as pessoas se deram conta de que não havia um local para enterrá-lo. Um vizinho, já com a derrubada mais adiantada, cedeu uma área para que se abrisse a cova, e assim, ali se instalou definitivamente o cemitério. Posteriormente, a prefeitura desapropriou a área e a arregimentou como patrimônio público municipal.

As dificuldades estendiam-se a todos os setores. Um deles, também de fundamental importância, acontecia em relação ao abastecimento, até que se estruturasse o comércio local. Em relação à alimentação, a população do campo passava por menos percalços do que os moradores da cidade, pois podiam contar, em pouco tempo, com as frutas, verduras, raízes, leite, carne, e outras fontes de alimentos.

Em Dracena, antigos moradores lembram que não havia leite para darem às crianças. Alguns mantinham uma cabrita (quando encontravam uma para comprar) em terrenos vazios, porém o que a maioria das mães utilizava era leite condensado Moça, da marca Nestlé, diluído em água e servido às crianças em mamadeiras. A compra desse produto acontecia de tempos em tempos, quando era possível deslocar-se para uma cidade melhor estruturada, no caso deles, Santo Anastácio, na Alta Sorocabana. Pela maior durabilidade e facilidade de uso, as latas eram guardadas como reservas valiosas. (Zeni Benetti, professora aposentada. Entrevista concedida em 10/9/2006)

Em Junqueirópolis, os depoimentos apontaram a dificuldade para se conseguir “mistura”³³ para as refeições. As compras eram feitas também em Santo Anastácio, região colonizada alguns anos antes. A distância de cerca de 60 quilômetros, cuja viagem era feita de carroça, por estradas empoeiradas na seca e enlameadas nos períodos de chuva, constituía-se num obstáculo considerável, principalmente ao terem que atravessar o rio do Peixe, sem ponte. Os produtos não perecíveis podiam ser estocados, mas a carne, a fruta e as verduras não ofereciam esta possibilidade.

Muitas donas de casa, mesmo as mais abastadas, saíam da vila e seguiam pelas estradas rurais à procura de maxixe, um tipo de fruta produzida por uma planta rasteira, da família das cucurbitáceas, muito comum nas lavouras de café. Inicialmente ela era plantada, porém se espalhava rápida e de maneira aleatória pelos barrancos e solos livres. (Dona Narcisa Junqueira Amatruda, 92 anos, irmã do fundador e esposa de um dos principais colaboradores da fase inicial da cidade. Entrevista concedida em 15/5/2005)

Outro problema era o abastecimento de água. Os poços, a maioria do tipo cisterna, só brotavam água com mais de quatro metros de profundidade, indicando a localização profunda do lençol freático, típica dos solos areníticos e florestados. Muitos desses poços exalavam um gás, proveniente da alta decomposição da matéria orgânica acumulada pela floresta, o que, muitas vezes, inviabilizava a continuidade da perfuração. Nessas circunstâncias, as pessoas se deslocavam atrás de um poço que oferecesse água potável e as mulheres precisavam lavar a roupa nos córregos, geralmente de águas barrentas, devido ao solo arenoso.

O senhor Armando Citelli (90 anos, agricultor, morador em Adamantina), conta que um dos fundadores da cidade, dono de posses consideráveis e com pretensões de se eleger prefeito, fazia uso político de um desses poços. Construiu-o em seus domínios e trancou-lhe a tampa com cadeado, cobrando pela água retirada ou cedendo-a mediante compromisso de voto da pessoa presente e de sua família. Movido por princípios ideológicos de universalidade no uso da água, o senhor Armando comprou a área e disponibilizou o poço, gratuitamente, para quem precisasse do precioso líquido.

³³ A alimentação cotidiana varia de acordo com a cultura de cada grupo e da disponibilidade de alimentos do lugar. No interior paulista, popularizaram-se as refeições compostas por arroz, feijão, carne e salada. O arroz e o feijão são considerados alimentos básicos, presentes em todas as refeições, variando a denominada “mistura”, que se constitui na carne bovina, suína ou de aves, ovos, legumes refogados ou cozidos, e as verduras em salada.

Em Panorama, o senhor Nadir Fousa (diretor de escola aposentado) lembra que uma manhã a zeladora entrou muito assustada na sala dos professores, pedindo socorro porque ela vira uma onça jagatirica esconder-se numa moita de capim existente no pátio³⁴.

Nas cidades, a vida também não apresentava muito conforto. Ruas sem pavimentação estavam permanentemente empoeiradas ou enlameadas, não havia coleta regular de lixo, a energia elétrica era fornecida por motores estacionários a diesel, que funcionavam em horários pré-determinados, geralmente não passando de seis horas por dia e não ultrapassando as 22 horas.

Em função da dificuldade de abastecimento, de transporte e de comunicação, o custo das mercadorias era elevado para os ganhos auferidos. Esta situação de precariedade tendeu a estabilizar-se e a melhorar à medida que um comércio diversificado foi se estruturando e a produção do campo era mais facilmente encaminhada à cidade. A chegada da ferrovia, e a instalação progressiva da rede elétrica, facilitaram bastante o atendimento das necessidades materiais da população. Aos poucos, os hospitais, escolas, correios e bancos foram se instalando, tornando esses serviços essenciais mais próximos das pessoas.

Esses fragmentos do cotidiano dão uma idéia das territorialidades que foram configurando-se no extremo Oeste paulista, na área compreendida no espigão divisor Peixe-Aguapeí, imprimindo-lhe uma identidade que a diferenciava das regiões vizinhas, a Alta Sorocabana e a Alta Noroeste, e mesmo da Alta Paulista, na região próxima a Marília. Percebe-se, com clareza, que as cidades foram surgindo de maneira aleatória, seguindo apenas o interesse de quem enxergava a possibilidade de ganhar dinheiro vendendo terras. Não houve, por parte do Estado, nenhum mecanismo de planejamento, dedicando algum tipo de controle ou de acompanhamento.

O sistema de colonato, característica *sui generis* da cafeicultura paulista, foi a matriz do modelo implantado pelos loteadores, estando também assentado nas concepções dos ex-colonos, agora proprietários. O conceito de flexibilização na aquisição de terras por meio de seu fracionamento em lotes menores, adotado nas antigas regiões cafeicultoras do Estado, para amenizar a escassez de mão-de-obra, por meio de incentivo aos colonos e alívio nas despesas com pagamentos para os fazendeiros, tornou-se regra geral no sistema de colonização do extremo Oeste paulista. As pequenas propriedades e os sitiantes constituíam a base da estrutura fundiária, econômica e social da nova região, ao mesmo tempo em que,

³⁴ O abate de animais silvestres, principalmente onças pintadas, jacarés, pacas, antas, tatus, cobras, entre tantos outros, está fartamente registrado em acervos fotográficos particulares. Imagens de aves exóticas abatidas ou capturadas e de pescas prodigiosas também compõem estes acervos.

economicamente, se transformava num negócio promissor para as empresas loteadoras, implantando a colonização por meio de um vigoroso esquema comercial.

2.13. A ausência de planejamento governamental e os elementos internos da formação de uma região contida

A presença forte do Estado sempre foi muito marcante na organização econômica, social e política da sociedade brasileira. O caráter altamente centralizador e autoritário impresso desde o início da colonização deixou marcas profundas no modelo administrativo e no sistema jurídico nacional. Soma-se a esse modelo forte comprometimento dos governantes aos interesses das elites de cada época, adequando os aparatos do Estado à realização desses interesses. Em relação à massa da população, as práticas populistas se fizeram sentir por meio de políticas assistencialistas de alcance delimitado ao interstício dos mandatos dos governantes nas esferas municipal, estadual e federal.

Os primeiros governos republicanos do Estado de São Paulo não foram diferentes. A mesma sistemática adotada no final do século XIX e início do século XX, período que engendra a origem da colonização do Oeste paulista, estimulando a imigração para suprir o déficit de trabalhadores nas lavouras de café, o levantamento da potencialidade natural para a extensão dessa cultura aos confins ocidentais do território, a legalização de grandes áreas de terra aos fazendeiros próximos do poder central, a extensão da ferrovia sob jurisdição estatal ou a concessão ao capital privado, a desmobilização política dos ex-colonos transformados em lavradores, a sua pobreza e analfabetismo, a grande disponibilidade de terras, tudo isso contribuiu para a formação de uma estrutura sócio-cultural muito ligada ao Estado.

Na micro-escala do lugar, essa dependência se fez sentir em relação às prefeituras, criando um círculo vicioso: a alienação da maior parte da população contribuía para eleger prefeitos e vereadores com pouco preparo técnico, pouca sensibilidade político-administrativa e muita ambição pessoal.

Assim, nos primeiros anos da colonização, os interesses alvissareiros dos loteadores sintonizavam-se com os interesses dos compradores de terra e dos governantes e parlamentares. Os primeiros almejavam auferir lucros rápidos com a venda dos lotes, os lavradores ansiavam realizar um negócio de ocasião, empatando as suas parcas economias num pequeno sítio, de modo a sobrar-lhe alguma quantia para as primeiras despesas com a abertura e para se manter, até que os primeiros mantimentos lhes garantissem o auto-consumo e a entrada de algum dinheiro extra, antes das primeiras colheitas de café. Muitos governantes, desejosos de fazer os seus sucessores e, mesmo, de se manter na roda-viva do

poder, tinham nesses compradores de grandes glebas, os seus imprescindíveis aliados para a conversão da euforia dos pioneiros em votos que lhes garantissem a permanência do *status quo*. Dessa forma, não exitavam em assinar os decretos que instituíaam os novos municípios e, conforme os recursos orçamentários, iam instalando a infra-estrutura e as instituições, que garantiam os serviços públicos essenciais.

A construção de uma escola ou de um hospital, a instalação de uma comarca, a pavimentação de um trecho da estrada, ou o calçamento de alguns quarteirões, eram altamente alardeados pelos grupos políticos da situação, que capitalizavam para si os méritos da conquista, como trunfo político nas próximas eleições, pois demonstravam prestígio dos mesmos junto aos governantes superiores.

Configurou-se, como conseqüência, uma cultura individualista e de isolamento, em que cada município se sentia satisfeito nos seus próprios domínios geográficos. Cabe lembrar que o surgimento das cidades não seguiu nenhum planejamento ou estudo prévio de qualquer tipo de impacto. Qualquer pessoa que desejasse abrir um patrimônio³⁵ poderia fazê-lo. Aliás, essa era a intenção de muitos loteadores, como forma de valorizar os lotes mais próximos à vila.

Rubens Galdino da Silva (1989, p. 8) lembra que:

O povoamento dessa região [espigão divisor Peixe-Aguapeí] tem seu início nas primeiras décadas deste século, mediante empreendimentos colonizadores, em sua maior parte, realizados por empresas deste gênero de atividade. Essas empresas, embora visassem apenas ao lucro de suas atividades especulativas, procuravam fazê-lo de forma programada, visando-se, de um lado, a tornar o loteamento lucrativo para a empresa, e de outro, proporcionar ao comprador de terras, condições favoráveis e atrativas para o seu investimento financeiro.

Esta prática não se constituía em regra geral. A CAIC³⁶, empresa loteadora do município de Adamantina, e a CICMA, responsável pelo loteamento da área urbana, eram empresas bem estruturadas. Muitas delas, no entanto, não passavam de empreendimentos informais e amadores, montados aleatoriamente por uma pessoa, com relativas posses, que

³⁵Segundo França (1960), a concepção de “patrimônio” relaciona-se ao mecanismo arranjado pelos fazendeiros para atrair trabalhadores para suas plantações e assegurar a valorização de suas terras para futuros loteamentos. Eles separavam parte de suas propriedades para a instalação de um núcleo urbano. Nessas áreas, inicialmente, construíam uma capela e doavam-nas à Igreja Católica, na expectativa de que a mesma desse continuidade aos loteamentos visando a sua urbanização.

³⁶ Algumas empresas constituíam-se no motor da ocupação dessas terras, sendo elas as principais representantes do capital hegemônico, responsável pela formação regional. Este capital era composto pelas elites cafeeiras brasileiras, que atuavam no setor produtivo das principais regiões cafeeicultoras, mas que também tinham seus representantes diretos no núcleo do governo estadual. Além desses membros da oligarquia rural paulista, desse capital faziam parte empresas estrangeiras, instaladas principalmente no transporte e nas exportações de café. São elas: a CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização), a CPEF (Companhia Paulista de Estrada de Ferro), a CPT (Companhia Paulista de Transporte), a CICMA (Companhia de Indústria, Comércio, Mineração e Agricultura). Além dessas, atuou também, como colonizadora, a companhia canadense Boston Cattle Company. (SILVA, 1989, p. 8)

adquiriria uma gleba de terra com a finalidade única de lucrar com a venda dos lotes, angariando recursos para custear a abertura de suas próprias terras.

A conjuntura em que atuava a maior parte da população – lavradores residentes nas suas propriedades - contribuía para um certo isolamento. As famílias eram geralmente numerosas e trabalhavam de sol a sol. As diversões e os serviços religiosos aconteciam no próprio bairro, os meios de transporte e comunicação eram precários, fazendo com que as informações fossem mais boca a boca do que pelo rádio ou pelos jornais. O contato com a cidade acontecia de modo pré-determinado: os agricultores iam até as máquinas de benefício, geralmente instaladas nas bordas do perímetro urbano, onde a extensão da rua dava início às principais estradas rurais, e ali vendiam os mantimentos colhidos. Com o dinheiro, iam até os armazéns de secos e molhados e a outros estabelecimentos comerciais para comprar os suprimentos necessários. Geralmente apenas os homens iam à cidade, levando uma lista de compras elaborada pelas mulheres, presas às lidas da casa.

Essas “excursões” costumavam acontecer aos sábados, logo após o almoço, para “não se perder um dia de serviço”. O tempo livre, que sobrava depois das exaustivas obrigações, geralmente, era aproveitado numa cancha de bocha, onde jogavam algumas partidas, bebiam cerveja, vinho ou cachaça e inteiravam-se das novidades conversando com outras pessoas. Poucos se interessavam pela vida política do município, pois se envolver “nessas coisas” tomava muito tempo, o que não estavam dispostos a fazer.

A movimentação política mais intensa ocorria na cidade, entre aqueles que estavam mais próximos ou diretamente ligados aos grupos de poder. Em época de campanha eleitoral, os ânimos costumavam exaltar-se. Os candidatos com mais chances eram aqueles ligados ao partido ou da base de apoio do governo estadual. Era comum os candidatos procurarem pessoas que exerciam alguma liderança nos bairros: articulação esportiva, participação religiosa intensa, ou articulação para reivindicação de melhorias, como construção e manutenção de estradas e pontes, construção de uma escola etc.

Por parte dos prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias, não se percebia uma preocupação em integrar-se com os municípios vizinhos, como para a complementação da oferta de serviços, ou de integração para viabilização de infra-estrutura, por exemplo. Ao contrário, havia grande rivalidade, inicialmente entre os povoados, pois uma estruturação dos mesmos, em tempo recorde, significava valorização das terras para venda. Quando esses povoados e distritos se transformavam em municípios, a disputa continuava para conquista do status de comarca e para a instalação de instituições que garantissem os serviços públicos essenciais, que se constituíam nas principais reivindicações dos moradores.

Uma ilustração desse tipo de prática foi colhida nos depoimentos de pioneiros³⁷ de Dracena. Esta cidade e Tupi Paulista (mais antiga e estruturada) disputavam a instalação de um fórum, elevando-se à condição de comarca. Astuto, o senhor Írio Spinardi, fundador da primeira, sabia do significado desta conquista para o seu desenvolvimento. Ao receber o desembargador, que faria a avaliação entre as duas cidades, ele preparou sutilezas para impressionar a autoridade. Para destacar a economia local, com a cafeicultura não tão estruturada como a concorrente, ele deu ênfase à produção de mamão, também ainda pouco significativa. Como os frutos que conseguiu não eram tão viçosos nem abundantes, ele os serviu cortados e enfeitados em suculento café da manhã. Ao deslocarem-se para a cidade vizinha, escolheu uma estrada secundária, bastante prejudicada pelas enxurradas. Para chegar até a prefeitura, ele escolheu as ruas mais esburacadas, desviando-se da parte onde havia maior aglomeração de casas e estabelecimentos comerciais. Com a melhor impressão que o desembargador teve da cidade de Dracena, o fórum saiu para aquela cidade. Somente anos mais tarde Tupi Paulista conquistou o seu.

Outra demonstração de sua astúcia³⁸, forjando o desenvolvimento de Dracena, deu-se em relação ao traçado da estrada de ferro. Originalmente o projeto previa que os trilhos deviam seguir o espigão divisor, chegando até a barranca do rio Paraná. Nessa perspectiva geográfica, antes deste município, o traçado fazia uma curva à direita, seguindo em direção à cidade de Tupi Paulista, indo até Paulicéia, localizada na margem paulista do rio. O seu fundador, então prefeito de Dracena, seguiu para São Paulo, à sede da CPEF, e convenceu os administradores a seguirem em linha reta até Panorama, abandonando o espigão divisor, e, logicamente, passando pela cidade sob sua gestão. Seus argumentos políticos convenceram os diretores da companhia, que assim o preferiram, abandonando as decisões técnicas para o traçado da ferrovia. Vale lembrar que o relevo entre as duas cidades não se apresenta tão diferente, nem a distância é tão maior, o que não implicaria em maiores custos para a companhia.

Como consequência, Dracena definitivamente ultrapassou a concorrente. Depoentes que vivenciaram tal episódio contam que, enquanto o fundador de Dracena estava “matutando” formas de consolidar a “sua” cidade, o prefeito de Tupi Paulista passava as noites e também os dias, mesmo em horário de expediente, deleitando-se na zona de meretrício, que crescia sob sua proteção. Em Paulicéia, hoje, a população mais jovem não

³⁷Zeni Benetti, professora aposentada e ex-secretária municipal de Cultura de Dracena. Entrevista concedida em 10/9/2006.

³⁸José Meyer, funcionário público municipal aposentado, *in memoriam*. Entrevista concedida a professores da rede estadual de ensino, em 1993.

sabe explicar por quê a principal avenida da cidade é conhecida popularmente como “rua da estação”.

O espontaneísmo, o individualismo, e o poder econômico e político de algumas pessoas e grupos demonstravam a inexistência de um modelo sistematizado de planejamento. O sertão era uma espécie de terra sem lei, onde dominava o mais forte ou o mais esperto. As investidas contra a natureza, devorando a floresta e expondo o solo e os leitos d'água às degradações mais elementares, marcaram a construção espacial da época; na escala local reproduzia-se o modelo nacional de desenvolvimento, ou melhor, a inexistência de um modelo central, que direcionasse o planejamento local e regional.

2.14. O extremo Oeste paulista no contexto do Estado de São Paulo e os elementos externos da formação de uma região contida

Os patrimônios e cidades recebiam os primeiros moradores e legitimavam o processo de colonização comercial ali empreendido, configurando uma territorialização imediatista e predatória, porém conectada à totalidade capitalista estadual, nacional e internacional. A organização econômica e espacial do Estado de São Paulo entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, emerge do capital agrário, fortemente embasado no complexo cafeeiro. A implementação e expansão desta cultura por todo o interior atraíram milhões de imigrantes, fizeram surgir cidades, desenharam a rede de transporte, configuraram a regionalização do Estado apontando as capitais regionais, influenciaram a conexão inter-regional a partir do consumo e abastecimento, atraíram desenvolvimento tecnológico e estimularam a modernização. Como consequência dessas transformações, o complexo cafeeiro desencadeou o processo de industrialização quando a conjuntura internacional (período entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial) favoreceu a produção para o mercado interno, através da substituição de importação. Implantado inicialmente como uma forma de segurar/manter o colono na propriedade, garantindo-lhe uma produção para o auto-consumo ao mesmo tempo que reduzia os custos do patrão com trabalhadores, este sistema firmou-se como importante abastecedor do mercado interno, que crescia rapidamente com o intenso aumento demográfico e com a urbanização

O quadro apresentado sintetiza o significado de São Paulo no contexto nacional, já nas primeiras décadas do século XX.

O Estado de São Paulo no contexto nacional – 1901 – 1920

Recepção de imigrantes/trabalhadores livres e despossuídos no século XIX: 1 milhão de pessoas.

1901 e 1930: 1,57 milhões (82% do total dos que entraram no país, sendo: 356 mil entre 1911 e 1915, 409 mil entre 1926 e 1930. Na década de 1920, entraram em São Paulo 688 mil imigrantes

Em 1920, a área cultivada em São Paulo (exclusive café) era de 2 milhões de hectares, 30% da área cultivada no país.

O censo agropecuário de 1920 apontou São Paulo com a maior área de produção de café, arroz e feijão, a segunda maior produção de milho e batata inglesa e segundo lugar em aves e o terceiro lugar em rebanho bovino, suíno e produção de leite, somando 25% do total agropecuário do país.

Em 1920, o café ocupava 47% da área total do Estado, porém respondia por 60% do valor da produção agrícola do Estado.

Quadro 6

Fonte: NEGRI, 1996, p. 35.

Em muitas regiões do interior, essa produção deu base às agroindústrias, inicialmente com as máquinas de benefício de cereais. Essa prática estimulou também a instalação de metalúrgicas para fabricação de máquinas e de oficinas para reparos. Assim, a indústria paulista tem, como característica, o seu surgimento simultâneo na capital e no interior, sendo que a concentração na região metropolitana começa a ocorrer após a 2ª Guerra Mundial, principalmente a partir do Plano de Metas do governo federal (1956-1960), com a abertura para o capital internacional.

Durante a fase de supremacia da indústria nacional, até os anos de 1940, o maior valor da produção concentrava-se nos ramos: alimentício, têxtil e químico, evidenciando a inter-relação entre a produção de matérias-primas e as indústrias de transformação (DEAN, 1991, p. 195. A tabela apresentada sintetiza a evolução da produção industrial, no início do século XX.

Evolução da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1907 – 1928

Anos	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	V.P. de São Paulo V.P. do Brasil
1907	327	24.686	15,90%
1919	4.112	80.782	31,50%
1928	9.603	158.746	37,10%

Tabela 5

Fonte: Censos Industriais de 1907, 1919, 1928, apud NEGRI, 1996, p. 36. V.P. Valor da Produção.

A experiência, a estrutura logística e tecnológica, e o capital acumulado pelo Estado de São Paulo, no setor agropecuário, ao longo das décadas anteriores, exigiam aperfeiçoamentos que garantissem melhores índices de produtividade em terras que se tornaram, por esses motivos, bastante valorizadas. Outro fator a pressionar o aumento da produtividade das lavouras era a concorrência, tanto de outros Estados como de outros países, que também iam

aperfeiçoando-se em culturas tropicais, o que influenciava na queda dos preços. Esse salto qualitativo da atividade agrária paulista ocorreu a partir da década de 1950, principalmente com a instalação das indústrias agroquímicas de tratores e de caminhões.

O censo agropecuário de 1960 registrou 27,1 mil tratores nos estabelecimentos agrícolas paulistas, representando 44,3% do total do país; quase 1/5 dos estabelecimentos que utilizavam adubação localizavam-se em São Paulo e 45,3% do valor das despesas com adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas realizados no Brasil foram feitos no Estado. (NEGRI, 1996, p. 78)

Todos esses indicadores apontam a consolidação do Estado de São Paulo no cenário nacional, destacando a grandiosidade de sua expressão econômica, e, portanto, de sua força política, que, se somando ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, projetaram a hegemonia da região Sudeste. Tais constatações, no entanto, desconsideram uma análise qualitativa do desenvolvimento intra-regional. Internamente, as desigualdades regionais foram consolidando-se, conquistando posições mais confortáveis àqueles que, ao longo do tempo, foram adaptando-se e inaugurando a nova fase do capital, que se transformava de agrário em urbano-industrial.

Uma análise do extremo Oeste paulista, que se colonizava entre as décadas de 1930 – 1950, na contramão do processo hegemônico que se configurava, confirma esta lógica. No contexto estadual, esta área surge no “apagar das luzes” da hegemonia do complexo cafeeiro, da expansão da rede ferroviária, e do predomínio da economia agrário-exportadora. A crise de 1929 provocou profundas transformações no paradigma político-econômico instituído até então. A interrupção das exportações e o acúmulo dos estoques cafeeiros, obrigando a incineração e a concorrência de outros países também produtores de gêneros agrícolas, exigiam uma reorientação da produção nacional. A saída veio com a ampliação do abastecimento do mercado interno, ainda bastante dependente das importações, porém com significativo aumento do consumo, com a entrada de milhões de imigrantes e da urbanização crescente.

Enquanto em outras regiões, principalmente naquelas que implantaram a cafeicultura em décadas anteriores, havia rápida retração das áreas com cafezais e expansão das culturas de cana-de-açúcar, trigo e milho, o extremo Oeste tinha no café a sua principal motivação. Nos períodos áureos do café, nas décadas iniciais do século XX, muitos fazendeiros, principalmente da região de Campinas, com o beneplácito do governo estadual, documentaram extensas glebas de terra no extremo Oeste, vendendo-as para empresas

loteadoras ou para fazendeiros que viram no negócio das vendas de terras fracionadas uma maneira de multiplicar seus lucros.

Assim, enquanto o capitalismo indicava a tendência urbano-industrial, com expansão do setor industrial, comercial e de serviços, no extremo Oeste, os ex-colonos, promovidos a lavradores, colocam-se como bastiões de um setor da economia em fase de desaceleração. Por ter se configurado de maneira interdependente ao sistema de ferrovias, esta porção do Estado pouco desfrutou do seu esplendor, já que na década seguinte da sua inauguração no espigão divisor Peixe-Aguapeí, as montadoras automobilísticas começaram a instalar-se nos municípios do entorno da capital, acelerando o processo de metropolização.

Barjas Negri (1996, p. 78) assim se refere à expansão do sistema ferroviário paulista:

A expansão da ferrovia paulista, no contexto da acumulação cafeeira, proporcionou rápida integração econômica do território paulista, chegando inclusive a estender seus trilhos para o sul de Minas Gerais, Mato Grosso e norte do Paraná. Mais que um redutor de custos do transporte cafeeiro, a ferrovia implicava a abertura de novas frentes de colonização e a constituição da rede urbana básica, permitindo a proliferação de novos municípios.

Ao se observar, hoje, a configuração espacial dos eixos de circulação paulista, percebe-se o legado do sistema ferroviário inicial, sendo muitas das capitais regionais antigos pontos de entroncamento ferroviário ou cidades que, por algum tempo, abrigaram as pontas dos trilhos, até que se estendessem por mais alguns quilômetros. Esta lógica prevaleceu até a década de 1950, quando as rodovias, que até então tinham um papel secundário, vão ganhando projeção, fato que se potencializava com a inauguração das multinacionais do setor automobilístico.

Durante a década de 1930, as ferrovias expandiram-se menos de 500 quilômetros, enquanto as rodovias saltaram de 2.880 para 6.845 quilômetros em 10 anos. (NEGRI, 1996, p. 80) As ferrovias mostravam-se eficazes quando a economia era voltada para as exportações, diminuindo o custo e levando grandes quantidades de carga das áreas produtoras até os portos de embarque. A economia voltada para o mercado interno requer maior conexão entre as cidades e regiões, estimulando uma rede de circulação mais versátil e interdependente.

À medida que a ferrovia foi diminuindo sua importância, transportando menos carga e passageiros, sucateando-se e tornando-se morosa em relação aos caminhões, ônibus e automóveis, o extremo Oeste paulista, na porção localizada no espigão divisor Peixe Aguapeí, foi percebendo quão isolado e desarticulado havia efetuado a sua colonização.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, outras regiões foram substituindo o café e o algodão (também em fase de retração devido à produção mais modernizada dos Estados Unidos, México e URSS, e pelas fibras sintéticas industriais) por culturas voltadas à alimentação da população urbana (arroz, feijão, hortaliças, frutas, batata, cebola), ração animal (milho) e matérias-primas industriais (cana-de-açúcar), além das pastagens.

No espigão divisor Peixe-Aguapeí, estas culturas não obtiveram repercussão significativa por motivos peculiares à região: a estrutura fundiária, com predomínio de pequenas propriedades, não favorece a implantação de monoculturas, como é o caso da cana-de-açúcar. Quanto às frutas e hortaliças, a longa distância dos grandes centros consumidores encarecia a produção, tornando-a pouco competitiva com outras regiões. O mercado regional, além de pequeno e de baixo poder aquisitivo, apresentava-se desarticulado, fruto do modelo de colonização, dificultando a absorção da produção regional. Por não haver nenhum tipo de planejamento regional e por falta de capital local, havia dificuldade de transformação da produção por agroindústrias. Algumas que se instalaram foram principalmente do setor de laticínios e frigoríficos de pequeno porte, além das de óleos vegetais (sendo estas últimas desativadas alguns anos mais tarde).

Várias cooperativas agrícolas, no entanto, começaram a instalar-se na região a partir da década de 1960: a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil, com sede na capital paulista, a Cooperativa Agrária de Café do Sul de São Paulo, com matriz em Parapuã, a Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina e Região (CAMDA), com matriz em Adamantina, a Cooperativa Agrícola de Cotia, com sede em Cotia/SP, como mais expressivas. O interesse dessas cooperativas, nesta época, resumia-se em comprar a produção agrícola para revendê-la aos atacadistas e às indústrias instaladas nos grandes centros, exportar os produtos de maior procura e fornecer insumos e ferramentas aos cooperados.

A região, demograficamente pouco numerosa, além da ausência de matérias-primas estratégicas, como minérios, por exemplo, não atraiu investimentos de indústrias motrizes que induzissem, de alguma forma, um desenvolvimento mais dinâmico. O modelo de agricultura baseado na extração predatória dos recursos naturais fez com que os solos areníticos desprovidos da floresta se desgastassem em pouco tempo.

Por fim, a ideologia da época, difundida pelos intelectuais com ascendência sobre os governantes que elaboravam as políticas públicas, e pelas elites que definiam os investimentos, priorizava o desenvolvimento setorial, aumentando a distância entre as regiões que se urbanizavam e se industrializavam e aquelas que se mantinham em bases rurais, principalmente assentadas no sistema camponês. A ideologia do progresso e da modernidade

passava pela cidade e pela industrialização, pela mecanização, pela produção em larga escala, pela monocultura e pela concentração de renda. Assim, o Oeste paulista, ao mesmo tempo que se homogeneizava como região de economia agropastoril, não conseguia conter a forte evasão populacional, principalmente de jovens, com grande retração no total demográfico dos municípios, fato iniciado em meados da década de 1960, com estabilização no final dos anos de 1980, não porque a economia regional tenha revertido seu poder de atração, mas porque as grandes cidades, principalmente as regiões metropolitanas, vivem uma fase de intensa saturação.

Tais análises permitem afirmar que o termo região deprimida não é o mais apropriado para regiões com as características da Nova Alta Paulista. Tal expressão – região deprimida – passa a idéia de que o problema está somente nela mesma, que não criou energia suficiente para reagir aos fatores internos e externos que a oprimem. Esta visão coloca-se como linear, não considerando as contradições e a co-relação de forças que agem cerceando/freando o desenvolvimento almejado por aqueles que a configuraram. A expressão região contida passa a idéia de contenção, de freio, de forças maiores que atuam como barreiras invisíveis ao desenvolvimento. Daí que o esforço daqueles que trabalham para a sua própria prosperidade e para o bem-estar coletivo parece não se materializar de modo significativo.

2.15. O paradigma nacional do desenvolvimento à época da colonização do extremo Oeste paulista

A elaboração de planejamento público como alavanca para o desenvolvimento nacional é uma prática que começou a ganhar corpo, inicialmente, nos países desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial. Economistas e administradores consideraram-no como uma maneira eficaz de equilibrar as demandas exponenciadas pelo conflito bélico.

No Brasil, data de 1947 o primeiro documento com esta preocupação, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, e foi denominado Plano SALTE, por priorizar saúde, alimentação, transporte e energia. Essas prioridades foram sugeridas por vários Ministérios e sua execução vinculava-se aos recursos provenientes da receita federal e de empréstimos externos.

No governo de Getúlio Vargas, em 1951, o Brasil vinculou-se ao plano norte-americano de ajuda técnica para defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico aos países desenvolvidos, criando a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Em 1952, foi criado o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), como órgão técnico para executar o programa de reaparelhamento econômico. Sua missão era fomentar o

desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira, uma vez que se despertava para a consciência dos problemas econômicos nacionais.

O governo de Juscelino Kubstcheck (1956-1960) criou o conhecido Plano de Metas, baseado no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Seu conteúdo emanou de estudos realizados pela CEPAL-BNDE e representou o primeiro esforço para vincular o desenvolvimento do país à supervisão sistemática do poder público. Neste governo, ganhou projeção o modelo de desenvolvimento conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Focava nos setores de energia e transporte, indústrias intermediárias (siderurgia, cimento e papel), indústrias produtoras de equipamentos (automobilísticas, naval e bens de capital) e a construção de Brasília. Foi um período de grande endividamento interno, cujo reflexo se faz sentir mais intensamente a partir da década de 1970.

A primeira metade dos anos de 1960 ficou marcada por intensas manifestações políticas, ofuscando a continuidade da política de planejamento. Em 1967, sob o governo militar, o presidente Castelo Branco assinou o Decreto-Lei nº 200, cuja característica principal foi a descentralização administrativa e a expansão da administração indireta (sociedade de economia mista, empresas públicas, fundações e autarquias). Tal estrutura favoreceu o desenvolvimento de uma tecnoburocracia qualificada, com capacidade para dar suporte à administração direta.

A década de 1970 ficou marcada pelos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento). O I PND (1972-1974) foi assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e marcou o início da fase conhecida como “milagre econômico”, caracterizada pelo acelerado crescimento econômico, grande afluxo de capitais estrangeiros e substituição de importação. As estratégias que o identificam são a priorização dos grandes projetos de integração nacional e a expansão das fronteiras do desenvolvimento.

De 1975 a 1979, vigorou o II PND, sob o governo de Ernesto Geisel. Sua ênfase foram as indústrias de base e a busca de autonomia em insumos básicos. Nessa fase, implantou-se o Pró-Álcool, numa clara preocupação com o problema energético. Além do álcool, estimulou-se a pesquisa de petróleo, o programa nuclear e a construção de hidrelétricas.

A conjuntura internacional, no entanto, desfavoreceu profundamente o Brasil, com o segundo choque do petróleo, em 1979, iniciando-se um período de inflação exacerbada e o planejamento governamental foi esvaziado. O III PND e o I PND da Nova República não passaram de meros documentos formais. Esgotava-se o nacional-desenvolvimentismo. (ARAÚJO, 2002, p. 18)

A nova fase do planejamento público no Brasil ganha novo conteúdo com a Constituição Federal de 1988. Ela institui o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo a ser executado pelo governo nas três instâncias: federal, estadual e municipal. Este plano deve estabelecer, “de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

O primeiro PPA foi elaborado para o período de 1991-1995, tendo como principal objetivo o cumprimento da exigência constitucional. A vigência dos PPAs delimita-se no intervalo entre o início do segundo ano do mandato presidencial até o fim do primeiro ano do mandato seguinte.

O segundo PPA ocorreu entre 1996-1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Este documento introduziu novos conceitos no planejamento federal: os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, considerados essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e social. O gerenciamento do referido Plano foi realizado pelo Programa Brasil em Ação. Como estratégias de ação, foram priorizadas “a construção de um Estado moderno e eficiente, a redução dos desequilíbrios regionais, a inserção competitiva e modernização produtiva”.(Ministério do Planejamento e Gestão, 1995. Apresentação)

A estabilidade econômica promovida pelo Plano Real, de 1994, viabilizou a retomada do planejamento governamental.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso foi editado o PPA 2000-2003, quando se introduziu a gestão por resultados. Segundo o Ministério do Planejamento, entre as suas principais inovações destacam-se a “adoção do programa como unidade de gestão, a integração entre plano, orçamento e gestão, o fortalecimento do conteúdo estratégico por meio do estudo de eixos, bem como o gerenciamento e a avaliação de desempenho em todos os programas do governo federal”. (Ministério do Planejamento e Gestão, 1999)

Sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vigora o PPA 2004-2007. A Lei nº 10.933/2004, em seu artigo 12, prevê o *Pacto de Concertamento*, tornando-se um instrumento de gestão orientado para a conciliação de interesses dos diferentes níveis territoriais: microrregional, estadual, sub-regional, municipal etc. o PPA em vigor nesse período e os respectivos princípios de gestão reafirmam o compromisso do Governo de envolver os entes federativos e a sociedade civil em sua implementação, buscando construir bases mais federativas ao mesmo tempo em que se redefinem os termos do processo de descentralização em curso no Governo Federal. O objetivo maior a ser alcançado é a redução das

desigualdades regionais, o equilíbrio no acesso aos serviços essenciais e a reversão da situação de exclusão e precariedade de populações residentes em territórios em risco social e estagnação econômica. (Ministério do Planejamento, 2006).

Este breve histórico do Planejamento Público no Brasil intenta apresentar um panorama geral de sua evolução, com o objetivo de situar o desenvolvimento regional da atual Nova Alta Paulista, analisando-o sob o contexto do planejamento central do país. Neste texto, limita-se ao primeiro momento da formação regional (1930-1975) do extremo Oeste paulista, sendo que, em cada momento, será apresentada uma análise do desenvolvimento regional à luz do planejamento federal.

Como afirmou Celso Furtado (1984, p. 53), até as décadas medianas do século XX, a administração pública brasileira não cultivou a estratégia do planejamento como ordenador das ações, disciplinador dos gastos públicos e racionalizador da exploração dos recursos naturais. A gestão ficava subordinada à visão, aos caprichos e aos interesses dos governantes. No período colonial e imperial, eram notórias as ações subordinadas aos interesses estrangeiros, particularmente ingleses; na República Velha, as elites nacionais deleitaram-se, porém já começou a fazer-se sentir a influência norte-americana, fato que se consolidou sob o Estado Novo e o período militar.

A “economia em arquipélago”, como denomina Francisco de Oliveira (1977, p. 34), provocou profundas fraturas, que dificultavam a integração nacional. Quando a Constituição de 1946, sob influência do pós-guerra, e pressionada pela urbano-industrialização, sob o modelo da substituição de importação, se volta para a realidade nacional, percebe-se o quão desarticuladas estão as regiões, daí a intensa preocupação com transporte, energia e comunicação. O ordenamento dessas ações, no entanto, contempla apenas as regiões estratégicas, numa evidência clara da influência do poder econômico.

A cafeicultura paulista forma-se neste contexto e sua expansão para o extremo Oeste, entre as décadas de 1930 e 1950, não se ampara na “novidade” que se inaugurava no país. O governo estadual, por sua vez, também seguia o modelo convencional, isto é, a ausência de um ordenamento a médio prazo. Dessa forma, tornava-se presa dos interesses dos grupos de pressão, que, para não fugirem à regra, constituíam-se naqueles com maior poder econômico. A formação da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (em 1899) e a malha ferroviária confirmam esta constatação.

A liberdade das elites para imporem seus interesses, a arbitrariedade dos fazendeiros para explorarem os recursos naturais, a desregulamentação do Estado na imposição de normatizações, a frágil mobilização política dos trabalhadores nas lavouras das antigas

regiões cafeeiras, a avidez dos novos lavradores nas frentes pioneiras, e a licenciosidade dos governos locais marcaram o tom do desenvolvimento do interior paulista até os anos de 1950.

Os mais de quatro séculos de colonização, sob a égide da exploração imediatista e desordenada sob o aspecto do planejamento governamental, haviam deixado raízes profundas nas práticas e na cultura brasileira. A não identificação de um paradigma oficial contribuiu para que se institísse uma espécie de vale-tudo e este modo, então, prevaleceu como um paradigma informal, porém foi ele que se materializou, definindo as relações da sociedade com a natureza, as relações sociais e as relações da sociedade com o poder central.

Por influência da Europa pós-guerra, institui-se o paradigma do crescimento econômico, a partir da década de 1950. Internamente, por influência da urbano-industrialização e da desarticulação entre as regiões, dificultando a consolidação da substituição de importação, o planejamento público, nesta fase, priorizou a infra-estrutura em regiões estratégicas (siderúrgicas, hidrelétricas, eixos rodoviários, telefonia etc), ficando as regiões pioneiras e deslocadas dos centros mais dinâmicos, à mercê da modernidade. Sob os olhos do poder público federal e, mesmo estadual, o Estado de São Paulo resumia-se à região metropolitana, para onde ocorriam os investimentos financeiros, a instalação de centros tecnológicos, a implantação de infra-estrutura e a disponibilização de instituições prestadoras de serviços públicos essenciais. Para o interior, algumas cidades, com maior poder de articulação política, localizadas em pontos estratégicos e demonstrando vigor econômico-político, também recebiam alguns investimentos, tornando-se pólos regionais.

No caso do extremo Oeste paulista, o desenvolvimento seguiu, basicamente, estratégias locais, ao gosto do espontaneísmo nas interferências técnicas e articulações políticas; o dinheiro público para investimento em serviços essenciais e infra-estrutura estava comprometido com as regiões industriais. Enquanto o meio físico ofereceu condições favoráveis, o crescimento econômico foi notório, revertendo-se em prosperidade.

A conjuntura externa e interna forjava o paradigma do desenvolvimento a esta época: crescimento econômico, progresso, modernidade, industrialização, urbanização. O Brasil inseria-se, tardiamente, na era industrial. O extremo Oeste, deslumbrado com o seu crescimento econômico, não espreitava o desenvolvimento efêmero que empreendia, o que se revela com uma manifestação da natureza: a geada de 18 de junho de 1975.

3. 1975-1996: UMA GEADA DESORIENTA A BÚSSOLA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1. As dimensões do tempo das relações sociais na Nova Alta Paulista

Conforme o exposto na peça introdutória deste estudo, tratar-se-á, neste capítulo, do segundo momento do desenvolvimento da Nova Alta Paulista. Neste capítulo, apresenta-se o desenvolvimento regional entre 1975 e 1996, e discute-se a sua inserção lenta no desenvolvimento estadual e nacional. Discutem-se também os paradigmas do desenvolvimento e como eles se manifestaram na escala regional e local nessa época.

Para a Nova Alta Paulista, 1975 é um ano significativo: regionalmente, ocorreu uma intensa geada no dia 18 de julho, desmantelando toda a organização produtiva instalada desde a década de 1930, com fortes impactos na organização econômica e social dos anos seguintes; nacionalmente, é o ano da criação do Pró-Álcool.

Tomou-se o ano de 1996 como limite da segunda fase, ainda caracterizada por evidências recessivas no desenvolvimento regional, considerando-se um marco político ocorrido na Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP -, quando, em assembléia realizada em 3/2/1997, a diretoria tomou decisões que impactaram as concepções predominantes anteriormente na entidade. Considerou-se aquela assembléia como um marco da inserção política da Nova Alta Paulista no paradigma contemporâneo do desenvolvimento endógeno, mesmo que tal atitude tenha se inspirado mais nas tendências que se anunciavam, incorporadas pelo modelo de gestão adotado pelo governo estadual, do que como fruto de debates internos na própria associação dos municípios e dessa com os diferentes segmentos da sociedade, com a contribuição do segmento acadêmico.

Quanto à caracterização econômico-política regional, esse momento diferencia-se do primeiro em alguns aspectos essenciais. No primeiro (1930-1975), ocorreu a formação da maior parte dos municípios, com exceção de Tupã e Bastos, que são da segunda metade da década de 1920, e de dois outros: Pracinha e Arco-Íris, que são posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988. A colonização comercial deixa clara a presença forte do capital comprando e loteando grandes glebas de terra, instalando empresas comerciais e de serviços e algumas indústrias de transformação, além do efêmero extrativismo vegetal. A abertura dos sítios e fazendas, bem como a instalação das cidades, demandavam novas necessidades e exigiam uma certa quantia de capital, o que justificava a instalação de agências bancárias e de novos empreendimentos empresariais. O movimento emanado dessas relações acabava por valorizar as terras e as construções urbanas, atraindo mais pessoas e mais investimentos,

tornando-se a essência do desenvolvimento da época. A exemplo do que ocorre em qualquer frente pioneira, as terras baratas e férteis e o trabalho árduo constituem a base do desenvolvimento, caracterizando as condições clássicas de reprodução do sistema capitalista: capital, trabalho e recursos naturais.

O Estado, fortemente centralizado, atendia apenas as demandas elementares, como educação, saúde, segurança, justiça, transporte, energia elétrica, limitando-se, portanto, a gerenciar os espaços institucionais, a partir da criação de municípios, distritos e comarcas. Havia poucas incursões na área social, exigindo a auto-suficiência dos municípios, o que, aliás, era condição para conquistar emancipação político-administrativa e judiciária. Sua (do Estado) insuficiência orçamentária e ineficiência burocrática e técnico-política, no entanto, dificultavam o gerenciamento e provocaram um certo “relaxamento” na centralização, permitindo significativas arbitrariedades nas práticas e nas políticas locais. A sociedade, por sua vez, caracterizava-se pelo individualismo, mesmo que fosse forte o arquétipo da família, pois as pessoas tinham pressa em instalarem-se e, o mais rápido possível, verem o seu trabalho revertido em prosperidade. A provisão presente da família e a garantia de seu futuro próspero e seguro eram consideradas como o principal motivo do trabalho extenuante. Nesse sentido, a mobilização entre os agentes sociais apresentava mais um caráter pragmático para resolver situações imediatas, não vislumbrando conexões que configurassem uma articulação regional. Tais procedimentos dificultaram uma organização político-institucional em rede e fincaram raízes culturais que segregaram as pessoas nos limites geográficos de seus municípios. Em se tratando de desenvolvimento regional, pode-se resumir este primeiro momento como sendo de atuação forte do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca, também, das lideranças políticas locais e regionais, esta última, pouco empenhada em constituir as bases para uma integração regional que favorecesse a população em aspectos político-operacionais, como a complementaridade nos serviços de saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outros.

O segundo momento, então, se caracterizou como sendo de atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas. Como consequência, houve empobrecimento de boa parte da população, com a formação de bairros urbanos periféricos e pobres, evasão populacional elevada, estagnação do comércio e pouco dinamismo industrial, permanência e instalação de atividades terciárias tradicionais, concentração de riqueza em poucas mãos, e extensivas agressões ambientais, sendo mais expressivos a degradação do solo, o assoreamento dos rios, e a poluição dos

mananciais, especialmente com esgotos domésticos despejados *in natura* e lixões a céu-aberto.

3.2. A geada, o café e o desenvolvimento regional após 1975

Estudos realizados a partir de dados do IAC comprovam a ocorrência de várias geadas³⁹ no Estado de São Paulo, após 1930, com fortes conseqüências à cafeicultura. No Oeste paulista, particularmente na área foco desse estudo, as geadas mais intensas ocorreram no inverno de 1953, 1975, 1981, 1985, 1988 e 1994, sendo a de 1975 considerada a mais significativa. Nesses intervalos, ocorreram outras geadas, como em 1963, 1967 e 1969, porém de menor intensidade. (BENJAMIN, 1998, p. 126) Esse fenômeno climático⁴⁰ provocou profundos impactos na organização econômica, social, espacial, e ambiental de todo o Oeste paulista. Registros meteorológicos apontam a ocorrência de outras geadas na porção Centro-Sul do Brasil⁴¹, mas, seguramente, a de julho de 1975 trouxe efeitos mais nefastos⁴².

Depoimentos de entrevistados relembram que durante três dias as temperaturas mantiveram-se muito frias à noite e relativamente quentes durante o dia, além de um vento seco e constante, que “queimava” os brotos e as folhas adultas das plantas. A paisagem que se viu, nos dias que se seguiram, era desoladora: plantações, pastagens, pomares inteiros “torrados”, apresentando cor escurecida pela requeima. Por causa desse aspecto que os

³⁹ Estudos realizados por Camargo (1975, 1999 e 2005, p. 2), a partir de dados do IAC, no período de 1890 a 2000 – 111 anos -, consideram vinte geadas como severas, sendo que oito delas ocorreram sob o efeito do fenômeno La Niña: 1892, 1899, 1902, 1904, 1918, 1975, 1985 e 2000. Outras oito: 1895, 1912, 1933, 1942, 1953, 1981, 1988, 1994, ocorreram precedidas pelo fenômeno El Niño. Ele considera, ainda, que a segunda geada mais devastadora no Estado de São Paulo ocorreu em julho de 1942, com temperatura mínima absoluta de -2°C , coincidindo com o fenômeno El Niño forte em 1941/42. Em julho de 2000, a temperatura mínima absoluta registrada foi de $1,6^{\circ}\text{C}$, com um valor de IOS = 0,9, considerado como La Niña de moderada atuação.

⁴⁰ A literatura define dois tipos de geadas: as advectivas e as geadas por radiação. A primeira ocorre a partir da entrada da massa de ar frio, podendo ser chamada também de geadas de vento. A segunda ocorre quando há a permanência de altas pressões sobre a região, as quais favorecem a perda de radiação infravermelha para o espaço. (ALGARVE, 2005, p. 13)

⁴¹ Há consenso entre os autores quanto à origem da geada de 1975, na América do Sul. Para Parmenter (apud ALGARVE, 2005, p. 13), houve a entrada de um sistema frontal pelo Chile e Argentina, o qual, nove dias depois atravessou o Equador, chegando à Venezuela. A entrada da massa de ar polar, por meio do sistema frontal, provocou intensa queda de temperatura em todo o Centro-Sul do Brasil. O grau de resfriamento na superfície está associado à posição e à intensidade do centro do anticiclone polar. No Estado de São Paulo, a pressão mínima foi 1028 hPa e a máxima foi 1030 hPa. Tarifa et al. (1977) explica que o fenômeno ocorreu na periferia do anticiclone polar e não no seu centro, como era esperado, por ser a área de maior calma e limpidez da atmosfera. Alguns autores, como Camargo et al (1993) associam a geada de 1975 ao fenômeno La Niña, pois este provoca verão mais frio e chuvoso que o normal e inverno mais rigoroso, conseqüentemente, com maior risco de geadas.

⁴² Camargo (2005, p. 124) considera que as temperaturas de abrigos meteorológicos abaixo de $2,5^{\circ}\text{C}$ a 2°C são representativas de ocorrência de geadas prejudiciais à cafeicultura. Para ele, “quando a temperatura mínima do ar é de 2°C tem-se na folha exposta uma temperatura de $-3,6^{\circ}\text{C}$. Quanto maior a queda de temperatura abaixo desse limite, mais graves e extensos são os danos”.

vegetais adquirem, esse tipo de geada é denominada, popularmente, de geada negra⁴³. As chuvas só chegaram cerca de dois meses depois, o que contribuiu para agravar os impactos negativos.

Em matéria de 20/7/1975, o jornal *O Adamantinense* noticiou o fenômeno com uma redação alarmante:

A violenta queda de temperatura ocorrida no meio da semana, passando em menos de 30 horas de 23 graus para 3 graus negativos, causou a pior geada de que se tem notícia nesta região do Estado (Alta Paulista). [...] Não só o café, mas também as pastagens e plantações de verduras, leguminosas, cana de açúcar e similares sofreu conseqüências nefastas com a geada. As perdas nas plantações de tomate agora largamente cultivado nesta região foram totais. Apenas uns 10%, em média, dos tomates haviam sido colhidos, perdendo-se, portanto toda a colheita que seria de algumas milhares de caixa. Só um dos plantadores, colheu 50.000 caixas no ano passado e, antes da geada havia colhido apenas 2.000. Outro colheria 15.000 e havia colhido apenas 500, até então. Além dos prejuízos com a desvalorização das propriedades, os cafeicultores somente dentro de 2 ou três anos terão recuperadas suas lavouras, sendo que os que possui os chamados cafés novos terão que planta-los novamente com novos e enormes gastos, se é que ainda arriscam tanto, pois o desânimo é geral, mas após discutir-se muito, chega-se a conclusão que é preferível não correr novos riscos, muitos acham que se todos cortarem os cafezais e plantarem amendoim e cereais, estes subirão de preço no mercado e não vai resolver a situação. Se todos transformarem suas lavouras em pastos, isto também vai acabar sendo um negócio com muita concorrência. Entretanto, todos esperam uma moratória do Governo para o pagamento de seus empréstimos para compra de adubos, inseticidas, implementos e maquinários agrícolas. Por sua vez, a situação gerará muito desemprego no campo com conseqüências mais acentuadas para os chamados “bóias-frias” que vivem em função dos trabalhos em épocas de colheitas. [...] Chegou mesmo a haver precipitação de neve na região, inclusive como provam testemunhas. Isso aconteceu as 15h do dia 17 em Parapuã e na madrugada do dia 18 em nossa cidade. [...] Acreditamos que Deus dá o frio conforme o cobertor mas dá também uma grande dose de resistência aos pobre, caso contrário muitos teriam morrido na última semana. O homem do campo, com fibra de aço, procurará vencer mais este cataclisma. (**Frio arraza cafeicultura da região.** Jornal O Adamantinense nº 497, ano X, p. 1, 20/7/1977)

Como a economia regional estava assentada principalmente no setor agropecuário, conclui-se facilmente o que esta geada significou. Far-se-á uma análise mais demorada sobre os seus impactos na cafeicultura, por se constituir, esta, na principal fonte econômica regional. Os cálculos efetuados pelo engenheiro agrônomo Takashi Yokoyama, chefe da Casa da

⁴³ Os termômetros das Casas da Lavoura das cidades da Nova Alta Paulista registraram temperaturas negativas na madrugada do dia 18 de julho (cerca de -1°C e -2°C na cidade, em ambiente mais protegido que o descampado das lavouras e pastagens, principalmente nas baixadas, onde agricultores relataram ter registrado -4°C).

Agricultura de Adamantina, em artigo publicado no jornal Diário do Oeste, de 18/7/2000, vinte e cinco anos mais tarde, dão uma dimensão do fenômeno :

O município de Adamantina, em 1975, contava com 6.000.000 de covas de café. A produção média por 1000 pés era de 35 sacas de 60 kg. Considerando esta média, somavam-se 210.000 sacas de café beneficiado por ano. A média histórica do preço do café é de US\$100 por saca. Assim, a receita média anual municipal desta cultura apresentava a seguinte composição: 210.000 sacas X US\$100 = US\$21.000.000,00. Para esta produção, o município de Adamantina absorvia cerca de 2.000 empregos diretos na condução das lavouras, ou cerca de 1.200 famílias.

O mesmo dirigente atesta que, àquela época, a Nova Alta Paulista⁴⁴ apresentava 100.000.000 de covas, empregando 33.333 pessoas ou 20.000 famílias. Os empregos indiretos eram bastante significativos no comércio, nas máquinas de beneficiamento de café, nas revendedoras de máquinas agrícolas, nas oficinas restauradoras de máquinas e implementos etc.

Em 1995, o município de Adamantina contava com 1.100.000 covas, mais 500.000 covas plantadas nos últimos anos, perfazendo cerca de 20% do total que ostentava em 1975. A Nova Alta Paulista, por sua vez, também teve reduzido o seu parque cafeeiro para cerca de 20-25% do total anterior.

Percebe-se, então, o que a desarticulação da cultura cafeeira representou para a economia e a organização sócio-espacial regional. Em 1989, na edição do jornal O Estado de São Paulo, de 26/2, os articulistas José Costa e Luiz Carlos Lopes publicaram intrigante matéria cognominando a Nova Alta Paulista (espigão divisor Peixe-Aguapeí) como “Corredor da fome”, referindo-se à letargia em que mergulhara, há anos, a economia regional.

Os gráficos elaborados a partir dos censos demográficos (apresentados no final deste capítulo) demonstram a redução da cultura cafeeira e expõem a intensa migração da população regional nas décadas de 1970 e 1980. Além da migração para outras regiões (geralmente para as cidades de maior aglomeração industrial), houve, também, intensa migração da população do campo para a cidade, no próprio município ou para os municípios vizinhos, seguindo uma tendência nacional. Agrônomos de órgãos técnicos regionais entrevistados analisam que, além da severidade meteorológica da geada de 1975, outros fatores contribuíram para a forte repercussão de suas conseqüências. Eles apontam a fragilidade de grande parte dos cafeeiros, advinda do manejo inadequado do solo remanescente da floresta, que, em pouco tempo, perdeu fertilidade ao ficar exposto à erosão.

⁴⁴ Em 1975, a área considerada como Nova Alta Paulista compunha-se de 23 municípios, indo de Panorama e Paulicéia (oeste) até Rinópolis e Parapuã (leste).

A mecanização da lavoura, limitada pelo conhecimento técnico da época, e, mais ainda, pelas práticas espontaneístas dos agricultores, também contribuía negativamente para a sustentabilidade da cafeicultura, pois expunha as raízes superficiais dos cafeeiros à insolação e às chuvas, dificultando-lhes a absorção de água e nutrientes. (CATI/Secretaria de Agricultura de São João do Pau D'Alho, 2004)

Essa constatação interferia na atitude a ser tomada pelos agricultores quanto ao futuro de sua atividade, logo após a incidência da geada: poda, recepagem (corte dos arbustos ao nível da superfície), erradicação dos cafeeiros requeimados, com plantio de novas mudas, ou erradicação para substituição por outras culturas ou pastagens.

A reorganização da agricultura e da economia regional após a geada de 1975 carece de estudos mais aprofundados, que não constituem objeto específico nessa pesquisa. Houve erradicação da cafeicultura em alguns municípios, como Panorama e Paulicéia, e a redução da população cafeeira em outros, substituída por outras culturas ou outras atividades, indicam o fim da homogeneidade da “onda verde” que caracterizou os objetivos da maior parte de quem migrou para essa porção do Estado de São Paulo, nas décadas medianas do século XX: conquistar prosperidade a partir das lavouras de café. Apesar dessa cultura não ser exclusiva em nenhum município, ela ocupava lugar de destaque na composição do PIB municipal. Quanto menor a área dos estabelecimentos rurais, maior a diversificação de culturas, o que garantia a participação da produção de grãos, como milho, arroz, feijão, além de outros produtos, como mandioca, algodão, leite, carne bovina e suína, entre outros.

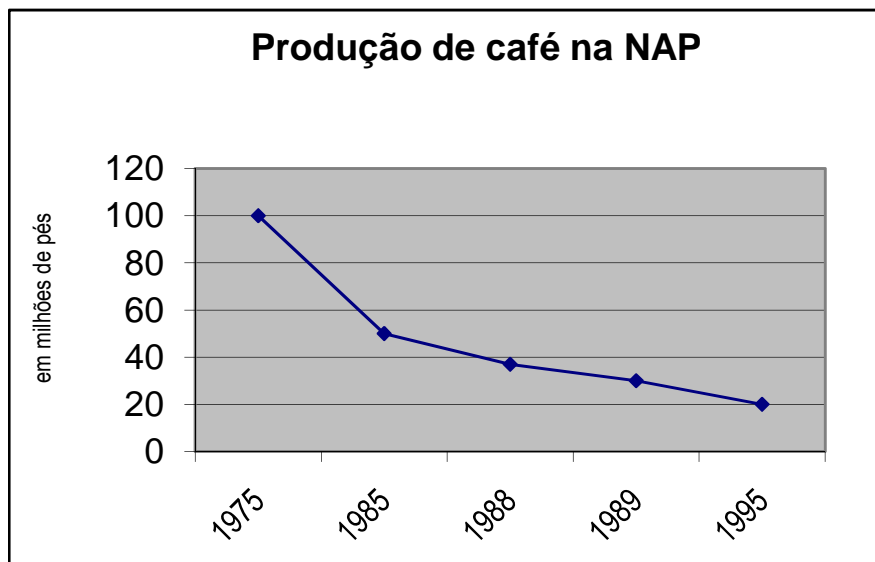


Gráfico 1

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

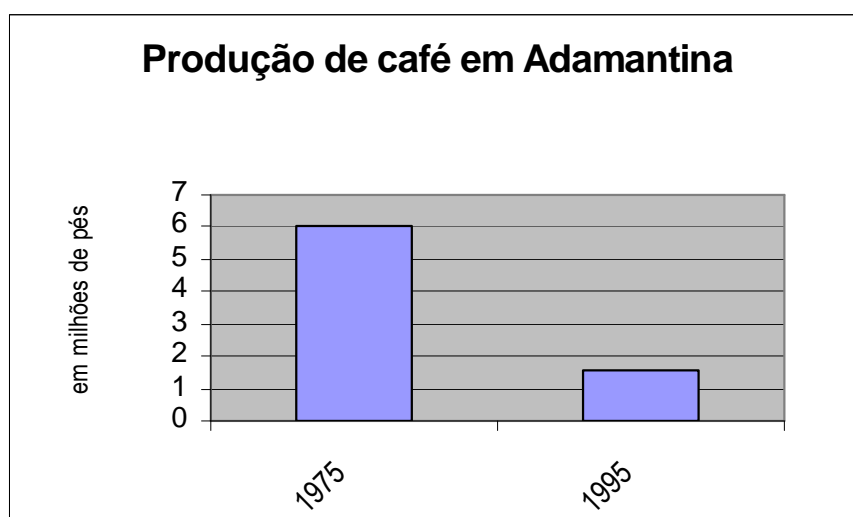


Gráfico 2

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

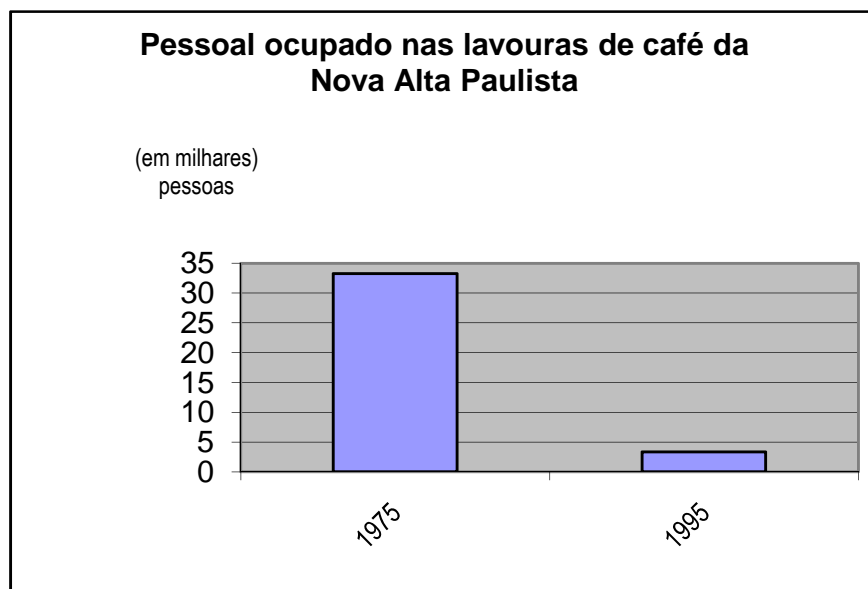


Gráfico 3

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

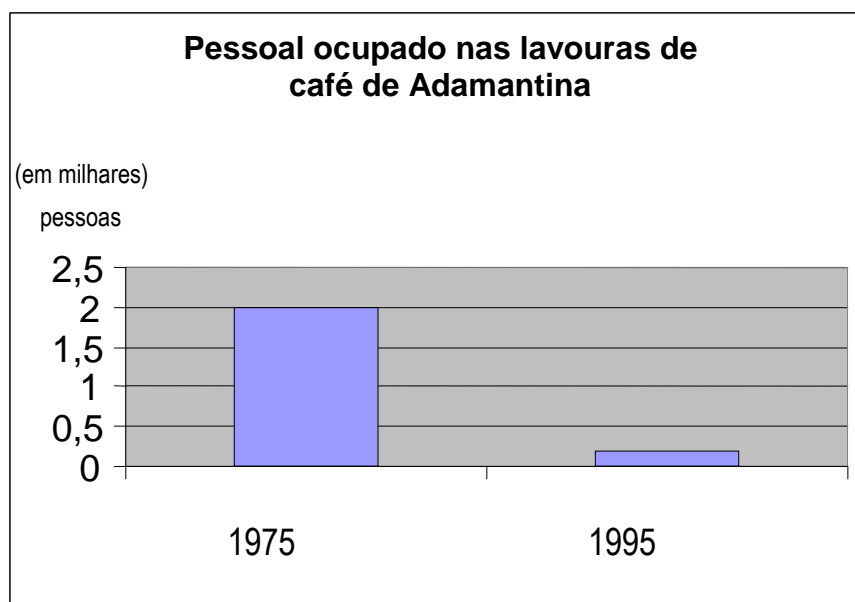


Gráfico 4

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Benjamin (1998, p. 132) aponta que a maior parte dos cafeicultores optou pela recepagem⁴⁵ e que a erradicação e substituição por novas mudas ocorreram quando os cafeeiros estavam velhos e pouco produtivos. De modo geral, os proprietários que optaram por pastagens o fizeram ao longo dos anos oitenta e noventa, motivados pela conjuntura econômico-política daquela época, embora tal atitude tenha sido decorrente das conseqüências da referida geada.

A evolução da atividade cafeeira, apesar da pujança que representou para o Estado de São Paulo e para o Brasil, submete-se à mesma lógica econômica que rege qualquer outra atividade e qualquer outro produto agrícola: há oscilação nos ânimos para ampliação da população vegetal em relação à oscilação dos preços, que se submetem à lei da oferta e procura. Assim, em períodos de bons preços, há uma tendência de aumento de plantio, embora nos períodos de preços baixos, provocados principalmente por fenômenos naturais, isto também ocorra. Na regência da economia agrícola, identificam-se três elementos estruturantes: o mercado, o preço e a população vegetal. Assim, a queda na expressão da cafeicultura na Nova Alta Paulista não se condiciona apenas à geada de 1975, mas a vários outros fatores, que se comentam a seguir. Certamente que sua influência foi marcante, mas fatores externos também influíram de modo significativo e decisivo, em muitos casos, destacando-se os fatores culturais e tecnológicos, os fatores agronômicos, e os fatores econômico-políticos.

1- *Fatores culturais e tecnológicos.* Como o já exposto, a produtividade vinha caindo em função da degradação do solo e dos tratos culturais inadequados, como a mecanização aleatória praticada pelos agricultores resistentes à assistência técnica sistematizada e

⁴⁵ Em 27/7/75, poucos dias após a ocorrência da geada, houve uma concentração de cafeicultores em Adamantina, por iniciativa da AECAP (Associação dos Empresários do Comércio de Café da Alta Paulista), AMNAP (recém criada) e Prefeitura Municipal, reunindo prefeitos, vereadores, cafeicultores, empresários de café, representantes das cooperativas e sindicatos rurais, vereadores, comerciantes e industriais das cidades da Nova Alta Paulista (Tupã a Panorama – 26 municípios), para discutir a situação deflagrada, ouvir explanações técnicas, e propor sugestões às autoridades governamentais. Do outro lado, fizeram-se presentes o Delegado Regional do Trabalho (representando o Ministro do Trabalho), representantes do Secretário Estadual de Agricultura e do Trabalho, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, representante da FAESP, e Presidente da Sociedade Paranaense de Cafeicultores. Em memorando enviado ao Ministro da Agricultura e assinado por todos os prefeitos, foram reivindicados: prorrogação dos prazos de vencimentos dos financiamentos de plantio pelo prazo mínimo de três anos, sem juros, com a concessão de crédito adicional para o replantio, com o prazo mínimo de carência de seis anos; financiamento para “decote”, “recepa”, fertilizantes e defensivos às lavouras prejudicadas, com prazos de pagamento de cinco anos, com dois de carência; créditos para culturas anuais intercalares; para as lavouras adultas, prorrogação por dois anos o vencimento de financiamentos para fertilizantes, defensivos, equipamentos e infra-estrutura; créditos especiais para capinas, fertilizantes, defensivos e demais tratos culturais para as lavouras irrecuperáveis e financiamento para o plantio de novos cafeeiros; composição das dívidas sem juros, com carência mínima nunca inferior a dois anos; fixação de preço mínimo de garantia baseada em dados atuais, desprezando-se possíveis pressões baixistas ou cotações de bolsas exteriores e a extensão dos preços mínimos pagos ao café de melhor classificação para aquele de tipo inferior. (Jornal O Adamantinense nº 499, de 3/8/75)

permanente. Este perfil de profissionais preferia confiar na experiência adquirida desde a infância, com a família, e na intuição pessoal, que encoraja a tomada de decisões, proporcionando respostas rápidas aos problemas do cotidiano. Muitos entrevistados afirmaram que o emprego de fertilizantes e defensivos químicos, cuja obrigatoriedade da compra se condicionava à liberação dos empréstimos bancários, atendia apenas os interesses dos governantes mancomunados com as empresas estrangeiras, que, a essa época, se instalavam no país.

Quanto à baixa produtividade, má qualidade da bebida, e aos preços menores pagos aos tipos de café que produziam, a explicação predominante recaía, novamente, sobre a responsabilidade dos governantes, que “não tinham interesse em auxiliar os pequenos produtores”. Contrastando com estes argumentos simplistas, Benjamin (1998, p. 118) identifica produtores e maquinistas⁴⁶ como os principais responsáveis pela má qualidade da bebida do café⁴⁷:

O maquinista financiava a produção para o pequeno produtor, sem o compromisso deste de entregar o café na máquina com um tipo de bebida pré-determinado, o que não lhe impunha o risco de ter o seu café desvalorizado, tendo que entregar mais café como pagamento da dívida contraída. Sem esse compromisso, o produtor não tinha a preocupação de procurar a melhor qualidade de bebida para o seu café, não tendo, por isso, o menor cuidado na secagem do mesmo, até porque, quanto mais rápido o entregasse, mais rápido poderia transforma-lo em dinheiro.

⁴⁶ Nos primeiros anos de colheita, a época da colonização, as máquinas de café constituíam-se no principal canal de comercialização, devido, principalmente, à falta de alternativas para o comércio e ao alto custo do frete para que os produtores entregassem a sua colheita na ponta da linha férrea mais próxima. Os maquinistas tornavam-se, também, os principais agentes financiadores dos agricultores, quase sempre cobrando juros mais altos que os bancos, porém, a praticidade na locomoção e acessibilidade financeira, as relações de “amizade” e a ausência de burocracia para retirar o dinheiro, influenciava a escolha. As fazendas maiores, em pouco tempo, deixavam de depender dos maquinistas: elas próprias instalavam suas máquinas de beneficiamento e outros equipamentos, como secadoras, barracões (tulhas) para armazenamento etc. As vendas eram realizadas com exportadores por meio de comissários, que eram intermediários entre os produtores e os comerciantes de café. Os pequenos produtores, sem esta autonomia, tornavam-se mais vulneráveis aos interesses dos maquinistas especuladores. Essa relação entre maquinistas e pequenos produtores diminuiu com a instalação de bancos oficiais após a década de 1950. Porém, as mesmas continuaram exercendo influência até meados da década de 1990, pois a morosidade na liberação dos créditos de custeio e outros dificultadores impostos pelos bancos, podiam comprometer a época de plantio. (Informações obtidas nas entrevistas com cafeicultores, maquinistas, e gerentes de bancos, em várias cidades)

⁴⁷ Registra o mesmo autor, que, em certa ocasião, Valdeir Carelli, provador de café na máquina de seu pai, em Osvaldo Cruz, entre as décadas de 1960 e 1980, distribuiu folhetos orientando os produtores no preparo do café no terreiro, sem que isso tivesse surtido qualquer resultado positivo, pois não se sentiam estimulados a melhorar os cuidados intensivos com os grãos, desde a colheita até a secagem.

Brasil: população cafeeira e preços – 1960 a 1996

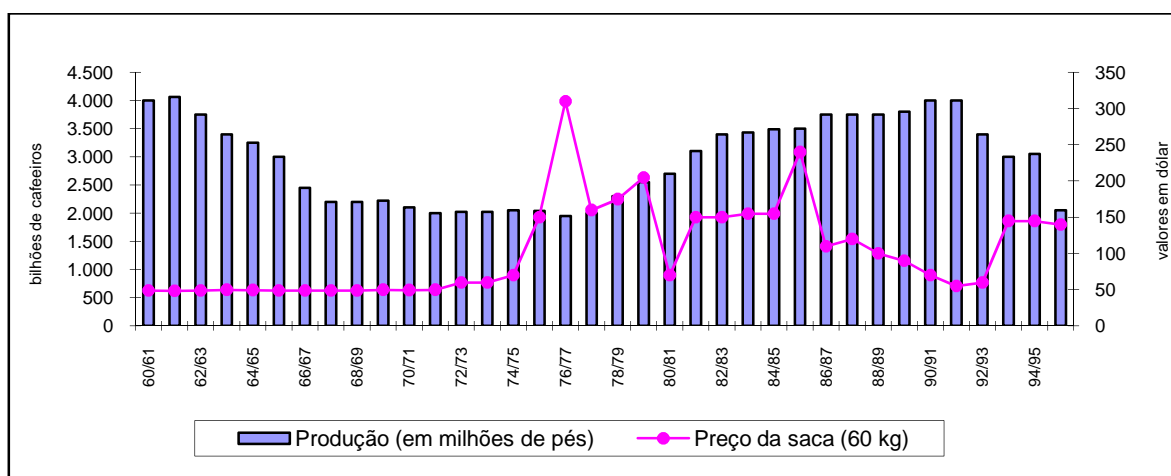


Gráfico 5

Fonte: Preços e população cafeeira – Anuário estatístico do café – Revista Coffee Business/1996

Nova Alta Paulista: população cafeeira e preços - 1946 - 1995

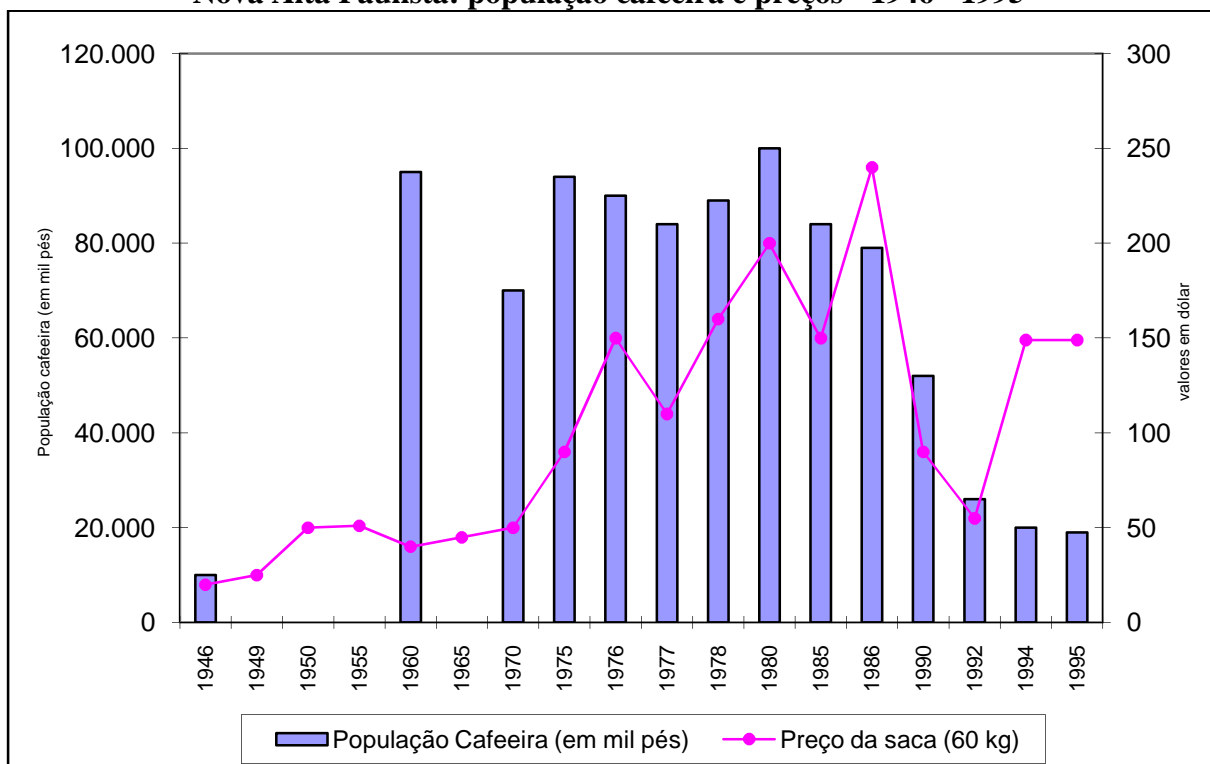


Gráfico 6

Fonte: Preços – Anuário Estatístico do Café – Revista Coffee Business/1996; População cafeeira até 1970/IBGE; EDR Presidente Prudente, 1975 a 1996. Gráficos elaborados por Benjamin, 1998.

2- *Fatores agronômicos.* Um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 deu-se em relação à disseminação de pragas e doenças dos cafeeiros, em especial do nematóide⁴⁸, e do bicho-mineiro⁴⁹, desafiando agricultores, técnicos e pesquisadores. A introdução do nematóide nos solos regionais deveu-se, sobretudo, a fatores conjunturais. Após a geada e o recepamento dos arbustos, entre as fileiras de café, onde se expunham as terras nuas, vicejaram as culturas temporárias, especialmente de milho e feijão, como forma de obtenção de rendimento rápido para atender as necessidades prementes.

Tal prática trouxe sérias conseqüências à atividade cafeeira, pois a recepagem expunha o solo mais intensamente à insolação e às chuvas, somando-se a isso a aração das ruas para os plantios intercalares. As enxurradas favoreciam a perda de solo, com o conseqüente transporte e disseminação do nematóide. A esse processo, sobrepõe-se a redução da capacidade de absorção de água e nutrientes pelas plantas, provocada pela mecanização inconseqüente, que agride as ramificações superficiais das raízes. A origem de boa parte das mudas era duvidosa, produzida em viveiros sem controle fitossanitário, o que potencializava a disseminação das pragas e doenças⁵⁰.

A elevação dos preços das sacas de café, como o esperado após a geada, estimulou a recepagem e até mesmo novos plantios, mas as primeiras colheitas revelaram um fato novo e desolador: as folhagens tornaram-se amareladas e com quedas constantes, os arbustos definhavam em porte, e a produtividade também se reduzia, evidenciando enfraquecimento das raízes sob a presença do nematóide. (EDR-Dracena, 2005)

3- *Fatores econômico-políticos.* A geada, embora arrasadora, não “congelou” os ânimos dos cafeicultores, o que poderia leva-los a decidir pela erradicação das lavouras. Como era de se esperar, os preços elevaram-se naquela safra, mantendo-se acima da média nas safras seguintes, o que estimulou a opção pela recuperação das lavouras atingidas e até por novos

⁴⁸ Trata-se de filo de vermes asquelmintos, que reúne mais de 10.000 espécies cosmopolitas, de vida livre, encontradas em ambientes aquáticos ou no solo, parasitas virtuais de todos os grupos vegetais e animais, e que se distinguem por possuir corpo delgado com forma cilíndrica quase perfeita e notável disposição radial ou birradial das estruturas ao redor da boca. (IAC, 2005)

⁴⁹ O bicho mineiro (*Leucoptera Coffella*) é um inseto que se aloja nas folhas adultas dos cafeeiros. A lagarta é pouco superior a 1 cm² e se alimenta exclusivamente do parênquima palicádico, causando lesões e provocando queda das folhas, além de reduzir sensivelmente a capacidade fotossintética da planta. Como conseqüência, há redução na produção de frutos. “Os danos provocados pela praga variam em função das práticas culturais adotadas, da época do ano, e, sobretudo, das regiões de cultivo. Condições climáticas, como longos períodos de estiagem associados a temperaturas elevadas e o desequilíbrio ecológico provocado pela utilização inadequada de produtos químicos são as principais causas da grande infestação.” (CONCEIÇÃO, C. H. et al, 2005, p. 626.)

⁵⁰ As mudas de café eram produzidas em viveiros municipais, de cooperativas ou de viveiristas autônomos, estes últimos, sem fiscalização eficaz de órgãos competentes. Muitos desses viveiros acabaram por disseminar o verme, aumentando a velocidade e a abrangência da contaminação. (Entrevista com cafeicultores e agrônomos de órgãos técnicos)

plantios. O ataque do nematóide e outras pragas e doenças prejudicou a renovação dos cafezais, mas, a esse fato, se soma o desaquecimento do mercado mundial de café, com preços desestimuladores na década de 1980⁵¹. Uma seca, em 1984, provocou breve elevação nos preços em 1986, porém, em 1987, a média de 270 dólares caiu para menos de 100 dólares. Em 1989, os preços médios caíram para menos de 80 dólares. (MATIELLO, 1991, p. 24)

Outro fator de significativa influência sobre a atividade agrária no Oeste paulista, foi a promulgação do Estatuto da Terra⁵², L-004.504/1964. Embora tenha entrado em vigor em novembro de 1964, seus reflexos fizeram-se mais contundentes a partir de meados da década de 1970. A organização social e trabalhista anterior, muito diversa daquela, agora normatizada, provocou inúmeros conflitos entre os patrões e seus empregados, levando os primeiros a rejeitarem a contratação de novas famílias, o que provocou o esvaziamento de muitas moradias no campo, e a transferência, muitas vezes compulsória, de enorme contingente populacional para as periferias urbanas. Enquanto na cidade aumentavam os problemas sociais⁵³, no campo, os proprietários reforçavam a sua opção por outras culturas, principalmente pelas pastagens, que diminuía a dependência e o custo da mão-de-obra para o patrão.

Além das questões locais – degradação do solo e ataque de pragas e doenças, descapitalização dos agricultores, ausência de planos municipais de desenvolvimento, entre outras – deve-se considerar a conjuntura nacional nesse período, destacando-se os planos econômicos, a inflação exacerbada, os juros altos sobre os financiamentos agrícolas, e a falta de definição de uma política agrícola voltada para a pequena produção. Com a extinção do IBC, em março de 1990, e a ausência de uma política de sustentação de preços, a cafeicultura, em geral, desorientou-se. Em todo o Estado de São Paulo registrou-se decréscimo dessa cultura.. (BENJAMIN, 1998, p. 140)

⁵¹ “Algumas supersafras brasileiras que se refletiram na produção mundial nos anos 80 – 1981/82: 35.367.000 sacas para o Brasil e 98.303.000 sacas no total mundial; 1983/84: 32.616.000 sacas para o Brasil e 88.719.000 sacas no total mundial; 1987/88: 43.900.000 sacas para o Brasil e 102.738.000 sacas no total mundial – fizeram baixar muito os preços e foram suficientes para desestabilizar o AIC, firmado em 1962. Nesse período, a lavoura de Osvaldo Cruz contribuiu com 74.400 sacas em 1980/81, com 114.400 em 1984/84, e 105.000 sacas em 1986/87, sendo o maior produtor da Nova Alta Paulista nesses dois últimos biênios. Em 4 de julho de 1989, o Brasil rompeu definitivamente com o AIC. Em 1985, o Brasil já havia feito alusões quanto a sua retirada do acordo, o que já teria sido o bastante para desencadear uma queda nos preços do café.” (BENJAMIN, 1998, p. 140)

⁵² Esta lei, publicada em novembro de 1964, entre outras atribuições, conferia ao trabalhador rural os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, como jornada de trabalho, férias, licenças, horários para refeição, descanso remunerado, e contribuições previdenciárias da parte do trabalhador e do patrão.

Sobre esta tendência de retração da cafeicultura e seu reflexo na Nova Alta Paulista, Benjamin (1998, p. 179) destaca, tomando como referência o município de Osvaldo Cruz, seu objeto de estudo:

As causas fundamentais da decadência em outras localidades não foram diferentes daquelas que a precipitaram em Osvaldo Cruz: preços baixos do café, custos elevados de mão-de-obra e dos insumos, a praga do nematóide, a falta de uma política agrícola, e, para algumas regiões, a decisão da opção por outras culturas mais rentáveis e pela pecuária. Somente o momento e o ritmo da decadência é que diferiram de uma região para outra.

Os anos que sucederam a geada de 1975, acrescidos da problemática externa, encerraram grandes incertezas aos agricultores, cujo reflexo se estendia à cidade, em especial às pequenas. Referindo-se à não priorização do setor primário pelo governo federal, registrou José Ary Morales Agudo, presidente da FAESP, em matéria amplamente divulgada nos jornais regionais, em 1979:

Em 1978, a FAESP nada conseguiu de importante junto ao governo federal, em relação às reivindicações da categoria. Isto porque neste governo que se finda, as autoridades monetárias entenderam que, mais uma vez, o café teria que cobrir as deficiências de inflação no balanço de pagamentos, que o Ministro da Fazenda não teve capacidade de conter, gerando enorme sacrifício ao setor de produção e levando os cafeicultores à condição de insolvência. [...] E em 1979? Os cafeicultores esperam que o novo governo entenda que, de fato, se deva promover uma real distribuição de encargos, ou seja, que também o comércio e a indústria, e não só o café (setor onde as autoridades impingiram um ‘confisco criminoso’) também participem dos sacrifícios. (**Café – governo deve dividir sacrifícios**. J. O Adamantinense nº 729, ano XIV, 18/3/79, p. 5)

A persistência de muitos cafeicultores da Nova Alta Paulista, nesse período, deveu-se mais à falta de opções do que à influência do mercado⁵⁴. Saudosamente, esperavam uma volta aos patamares das décadas anteriores, quando a cafeicultura se tornou a principal fonte econômica regional.

Rubens Galdino da Silva (1995) resume o desenvolvimento regional, nesse período, de maneira clara:

O fenômeno da “prosperidade rápida”, nas áreas de fronteira agrícola, está associado a alguns fatores. Terras férteis e de baixo custo,

⁵⁴ Em sua pesquisa de mestrado, Roberto Schuray Benjamin dissecou a cafeicultura no município de Osvaldo Cruz e oferece grande contribuição para a compreensão dessa atividade no contexto local e regional. Ele aponta que, entre aqueles que optaram pela manutenção dos cafezais naquele município, os motivos que se destacam são: “45% deles nunca dependeram somente do café, embora outros 47% tenham sido sempre dependentes; paixão pela cafeicultura, tradição familiar, propriedade pequena para mudar de cultura, o café sempre compensou, em pequena propriedade nada rende mais do que o café, insegurança para mudar de atividade, custos elevados para mudar de atividade, existência de uma infra-estrutura para a cafeicultura”. (BENJAMIN, 1998, p. 147)

incentivos fiscais e linhas de crédito facilitadas compõem a sua espinha dorsal. Além disso, a prática extrativista é a forma de expropriação mais usual da riqueza da terra. Geralmente, quando se fala sobre o período de “grande prosperidade” na Nova Alta Paulista, esses elementos não são tomados na sua devida conta. Há quase sempre um forte colorido de saudosismo, mesclado com manchas de frustração. Isso não deixa de ser prática de sublimação... Esquece-se, normalmente, que, sendo a região propícia ao cultivo do café, elemento na época de grande aceitação no mercado externo, o fenômeno da “prosperidade” era mais palpável. Ademais, não menos significativa foi a presença de culturas como algodão, amendoim e milho. Elas geraram a agroindústria na região, criando mão-de-obra urbana semi-qualificada. Some-se a isso a existência marcante de pequenos proprietários rurais, na época em franca ascensão econômica. Isso possibilitou grande fluxo de ativos circulantes no comércio local. Mas, na vida, tudo tem seu limite. A prática extrativista, sem as necessárias orientações de preservação do solo, exauriu, quase por completo, as condições de fertilidade da terra. Com isso, a fonte de riqueza regional praticamente se esgotou. Para a sua recuperação, fazia-se necessário injeção de investimentos de considerável monta. Somente assim, a agricultura voltaria, a médio prazo, a apresentar algumas vantagens financeiras. Isso, com raras exceções, não ocorreu. Seja pela falta de vontade política, ou pelo desinteresse do próprio setor, quase nada se fez para recuperar as bacias hidrográficas, as áreas erodidas, reflorestar, no mínimo, 20% da região, dotar a terra de fertilidade através de métodos adequados. **(Região e desenvolvimento: o caso da Nova Alta Paulista – I I. Jornal O Adamantinense, 13/6/1995, nº 2.097, p. 2)**

Quanto à lógica que embasa tais procedimentos, o autor comenta, na seqüência do texto:

Sem motivação para investir na agricultura, como ensina a boa lógica capitalista, a poupança acumulada durante o período de “prosperidade”, teve para a sua sobrevivência, de sair à cata de alternativas viáveis a curto prazo. Dentre as possibilidades apresentavam-se como algo vantajoso, os investimentos no mercado financeiro, nas áreas de fronteira agrícola em outros Estados, e no setor terciário em regiões que oferecessem vantagens fiscais e mercado garantido. Assim, dispondo de pouco capital dada a constante fuga, a região passou da “prosperidade” para a luta árdua da simples sobrevivência. Tudo sugere que esse quadro se tornou ainda mais grave em razão da ausência de uma liderança política local expressiva no contexto estadual. (Idem)

Diante do prolongamento das incertezas quanto ao desenvolvimento socioeconômico regional, particularmente quanto à continuidade da cafeicultura, a resposta dos municípios foi diferenciada. Em relação às atividades primárias, base da economia regional, houve uma busca pela diversificação de culturas, como amendoim, milho, algodão, entre as tradicionais, e, também, um novo olhar para outras possibilidades, como a seringueira, o urucum, e a fruticultura, especialmente uva, goiaba, manga, acerola, maracujá, e outras de menor

expressão. Nas áreas mais degradadas priorizaram-se as pastagens, e, com a implantação do Pró-Álcool, por meio do Decreto nº 76.593, de 14/11/1975, despertou-se o interesse pela cana-de-açúcar como cultura energética voltada à produção do álcool combustível.

Nas cidades, mesmo entre as menores, iniciou-se uma forte simpatia pela industrialização, resultando em pressões e cobranças para que os prefeitos criassem condições favoráveis a estes investimentos, refletindo a tendência de descentralização industrial da metrópole, sendo o interior do Estado de São Paulo a área de maior atração. Tal temática será desenvolvida mais adiante, quando se discute o movimento de desconcentração e descentralização das indústrias paulistas. Pela significância do setor agrário para a economia e a organização sócio-espacial da região, dedica-se análise mais detalhada do mesmo nesta fase do desenvolvimento regional.

É fato que a geada de 1975 e a conjuntura nacional e internacional desfavoreceram a predominância da cafeicultura em todos os municípios, embora tenha havido forte empenho para a sua revitalização. Cada município, com mais ou com menos apoio do poder público municipal, e mobilização dos diferentes segmentos da sociedade, teve que buscar soluções. Tanto o campo quanto a cidade passou por um longo período de incertezas, com várias iniciativas isoladas e outras tantas incentivadas por cooperativas e associações, apoiadas pelo poder público municipal. Transcrevem-se algumas das mais significativas, a começar pela atividade agrária, com maior relevância na economia regional.

Na microrregião de Dracena, entre aqueles em que a agricultura era bastante consolidada, com forte predomínio de pequenas propriedades exploradas com mão-de-obra familiar, inaugurou-se uma tendência pela fruticultura. Na microrregião de Adamantina, pulverizaram-se as experiências com as culturas tradicionais, como algodão, feijão, milho; introduziram-se, também, as experiências com sericultura e fruticultura; as pastagens ampliaram em área e em número de animais, principalmente para corte. Na microrregião de Osvaldo Cruz, destacou-se a heveicultura, embora tenha havido forte movimento pela manutenção da cafeicultura. Nas microrregiões de Dracena, Osvaldo Cruz e Adamantina, houve os primeiros plantios de cana-de-açúcar para fins energéticos, com a implantação das destilarias Vale Verde S.A (em Junqueirópolis, 1978), Central de Álcool Lucélia (em Lucélia, 1978), Destilaria Califórnia S.A (em Parapuã, década de 1980), e Branco Peres Álcool (em Adamantina, na década de 1980). Na microrregião de Tupã, despertaram interesse a cultura de amendoim, a heveicultura, e a pecuária leiteira. A seguir, apresenta-se um breve histórico dos principais produtos introduzidos.

3.2.1. Uva

Esta cultura ganhou destaque nos municípios de Irapuru, Tupi Paulista e Ouro Verde, municípios localizados na microrregião de Dracena. O agrônomo Armando S. Chiba el all (2001, p. 11) aponta alguns fatores que contribuíram para a redução da cafeicultura naquela região:

Retração do mercado mundial, baixa qualidade do café, grande quantidade estocada, alternâncias climáticas e incidência de pragas e doenças. Tudo isso contribuiu para um processo de descapitalização do agricultor, que, conseqüentemente, diminuiu os investimentos essenciais com adubação e tratos fito-sanitários, levando a uma produtividade cada vez menor.

Em relação à cultura da uva, ele destaca algumas informações sobre o município de Tupi Paulista, o principal produtor daquela microrregião:

Em 1960, havia, no município de Tupi Paulista, 11 milhões de pés de café, baixando para 300 mil em 1995, e, em 2001, são aproximadamente um milhão de pés. Por volta de 1990, foi iniciado um processo de erradicação dos cafezais. Nessa época, a viticultura já era considerada alternativa promissora devido ao sucesso dos primeiros agricultores que investiram na cultura. Em 1967, o sr. Nelson Fugino iniciou o plantio de uvas finas de mesa no município, trazendo material vegetativo do cultivar Itália proveniente de Londrina/PR. Ele tinha, como principal atividade, a cultura de pinha, e também produzia hortaliças, como batata, cebola e pepino. Após a gada de 1975, que afetou severamente a cultura da pinha, passou a dedicar-se exclusivamente à uva. [...] Em 1990, o município possuía três hectares em produção e, a partir de 1992, houve início a expansão da área e do número de produtores. Atualmente, o município possui cerca de 50 produtores com uma área aproximada de 200 hectares, obtendo uma produção em torno de 6.000 toneladas/anos, o que equivaleu a cerca de R\$ 6 milhões na última safra. [...] A viticultura modificou o perfil dos agricultores, que tiveram que se adaptar a uma cultura altamente tecnificada, utilizando irrigação, telas de proteção, tratos culturais e fito-sanitários muito mais exigentes que o café.

Quanto ao histórico da fruticultura nesta microrregião, destaca-se o incentivo e a atuação de cooperativas agrícolas, especialmente da Cooperativa Agrícola de Cotia e Cooperativa Agrícola Sul-Brasil, organizadas por imigrantes japoneses a partir dos anos de 1960, expandindo-se por todo o Estado de São Paulo. A primeira atividade frutícola implantada naquela microrregião ocorreu em Irapuru⁵⁵, em duas frentes independentes ao

⁵⁵ Essas observações restringem-se à Região Administrativa de Presidente Prudente, onde se insere a microrregião de Dracena. Considerando-se todo o Oeste paulista, uma outra frente de expansão da viticultura ocorreu no Noroeste do Estado. “Foi o sr. Massaharu Nagata, que, em 1965, introduziu a cultura da videira na região de Jales, com as estacas do porta-enxerto do cultivar 420-A, trazidas de Mogi das Cruzes. No ano seguinte, o sr. Nagata trouxe o material vegetativo do cultivar ‘Itália’ e efetuou a enxertia. Inicialmente procurou-se produzir uva utilizando a tecnologia do material de origem, que, aos poucos, foi sendo modificado para as condições locais.” (Tarsitano, apud OLIVEIRA, 2003, p. 16)

mesmo tempo. Uma, através do trabalho isolado da família Furuhashi, e outra, através de um grupo de 40 produtores coordenados pela CAC⁵⁶, no ano de 1967. Esta cooperativa tinha projetos de abertura de fronteiras no Brasil, dando incentivos à produção de frutas, principalmente de uva⁵⁷. (Almeida, 1999, apud OLIVEIRA, 2003, p. 15)

3.2.2. Acerola

Em 1990, os pequenos produtores rurais de Junqueirópolis criaram a Associação Agrícola de Junqueirópolis, com o objetivo de produzirem e comercializarem conjuntamente a sua produção de frutas, particularmente de maracujá, iniciada com o incentivo da Cooperativa Sul-Brasil. O insucesso daquela cultura e a desarticulação da cooperativa levaram a substituí-la pela acerola, com apoio da prefeitura municipal, que passou a produzir as mudas em viveiro conveniado e administrado pela associação. A associação desenvolveu a variedade *Olivier*, sendo esta de seu domínio. O êxito alcançado pelos produtores locais reflete-se na expressiva produtividade média (24 t/ha) de acerola, dando ao município a primeira posição no ranking estadual (com produtividade média em torno de 9 t/ha). ((Entrevista com o presidente da associação e diretor municipal de Agricultura, sr. Osvaldo Dias, e com técnicos da CATI/EDR-Dracena, em 18/8/2005)

O incremento da fruticultura na micro-região de Dracena estimulou a instalação da primeira agroindústria processadora de frutas, em 1992, naquele município – a FRUTEZA⁵⁸. A empresa, constituída com capital local, processa os seguintes produtos: abacaxi, acerola, goiaba, manga e maracujá⁵⁹, com 60% da produção destinada ao mercado interno⁶⁰ e 40% ao mercado externo. São seus importadores: Estados Unidos, Canadá, Jamaica, Martinica, Guadalupe, República Dominicana, Porto Rico, Holanda, Alemanha e Ucrânia. (Informações

⁵⁶ A partir do final da década de 1980, essas duas cooperativas foram profundamente afetadas pelas mudanças conjunturais da economia brasileira, resultando na desativação da CAC e “encolhimento” da segunda. Os produtores que recebiam sua assistência (técnica e comercialização), ficaram expostos diretamente ao capital mercantil. Na década seguinte, os produtores dessa região, sobretudo os pequenos, começaram a organizar-se em associações. Em 1995, somavam-se 19 associações de produtores rurais na Nova Alta Paulista (Assorural – Associação dos Produtores Rurais de Lucélia)

⁵⁷ Apesar de recomendada como atividade viável às pequenas propriedades rurais, atualmente essa cultura encontra-se em refluxo, seguindo tendências de mercado e manifestações climáticas, especialmente.

⁵⁸ Durante a fase de consolidação da produção garantindo o fornecimento de matérias-primas, houve uma integração entre a empresa e os produtores rurais, por meio das associações de produtores e Secretarias Municipais de Agricultura. A empresa fornecia as mudas de frutas, que eram desenvolvidas nos viveiros municipais. Atualmente os produtores conquistaram autonomia e dispensaram o incentivo da empresa, porém, as mudas continuam sendo produzidas pela prefeitura, sob sua supervisão. (Entrevista com o presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis, em 17/8/05).

⁵⁹ A capacidade de processamento do maracujá é de 6 tonelada/hora; abacaxi, 5 6/hora; acerola e goiaba, 4,3 t/hora, equivalendo a uma média de processamento anual de 14.000 toneladas.

⁶⁰ A produção da empresa supera o fornecimento das matérias-primas regionais, necessitando busca-las nas regiões vizinhas e em outros Estados, como Minas Gerais (abacaxi) e Espírito Santo (maracujá). A produção da mesma é de 18 toneladas/hora, trabalhando 24 horas por dia, com revezamento de 60 a 90 funcionários.

da diretoria da empresa, em 25/10/2006). Em 2001, instalou-se, em Dracena, uma outra agroindústria processadora de frutas – a Poder Fruit -, tradicional no ramo de comercialização de frutas na capital paulista, atuando no entreposto da CEAGESP. Suas vendas centram-se nos mercados do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (Informações da diretoria da empresa, em 25/10/2006)

Parcerias com universidades e com o Sebrae vêm proporcionando condições de fortalecimento dessa associação, transformando o município de Junqueirópolis no maior produtor dessa fruta no Estado de São Paulo e um dos principais do país. A instalação de uma câmara fria garantiu maior autonomia aos produtores, que comercializam a polpa da fruta no mercado regional e nacional. Por meio de convênio com o Sebrae, os produtores prepararam-se para a produção pelo sistema orgânico, agregando mais valor ao produto. Dois agravantes colocam-se como os maiores desafios à associação nos dias atuais: o envelhecimento do produtor rural (idade média superior a cinquenta anos) e a expansão da cultura canavieira (maiores detalhes sobre essa questão serão tratados no capítulo 5).

3.2.3. Maracujá

Na microrregião de Adamantina, a diversificação de culturas também se fez presente após a decadência das lavouras cafeeiras. As mais significativas foram a cana-de-açúcar, com a implantação do Pró-Álcool, as lavouras de milho e algodão, e a fruticultura de maracujá e banana.

O maracujá foi implantado no município a partir da década de 1980, por algumas famílias de ascendência nipônicas, também por influência da Cooperativa Agrícola de Cotia. Em meados da década de 1990, algumas outras famílias de brasileiros passaram a cultivá-lo, em substituição aos cafezais degradados, com assistência técnica particular e oficial, esta por meio da APTA (Agência Paulista de Tecnologia para o Agronegócio). Em 2004, foi criada a APPRAR (Associação Passiflora dos Produtores Rurais de Adamantina e Região), com a filiação de 91 produtores. A maior parte da produção, considerada de boa qualidade, é enviada ao CEASA, na capital paulista.

3.2.4. Seringueira

O plantio de seringueira (heveicultura) foi incentivado pela Cooperativa Casul (Cooperativa de Cafeicultores do Sul de São Paulo Ltda), instalando uma usina de beneficiamento de látex em Parapuã. O investimento, da ordem de US\$200mil, patrocinado pelo Banco do Brasil e pela Pirelli (esta, comprometendo-se com a compra do produto), foi

rateado entre os cooperados produtores de látex para pagamento num prazo de cinco anos, com dois anos de carência. Objetivava-se produzir 60 toneladas/mês de folha fumada, matéria-prima dos pneus radiais. Para tal resultado, à época da instalação da usina, havia 250 mil árvores em produção cultivadas por 61 produtores, com meta para atingir 120 toneladas/mês em poucos anos. A instalação da usina, em 1993⁶¹, contava com cooperados de Garça, Tupã, Iacri, Rinópolis, Parapuã, Guararapes, Adamantina e Tupi Paulista. (Entrevistas com diretores e consultas a vários boletins informativos da Cooperativa Casul)

3.2.5. Café

Na primeira metade dos anos de 1990, houve uma revitalização dos ânimos em relação à reestruturação da cafeicultura, avalizada pelos governos federal e estadual, com apoio das prefeituras municipais. Tal tendência ganhou força de operacionalização por parte das cooperativas. No caso da Nova Alta Paulista, as principais foram a CAMDA, a CASUL e a CAZOLA, que disponibilizaram agrônomos para assistência técnica, e instalaram viveiros⁶² para produção e enxertia de mudas. Tal movimento era reflexo de uma conjuntura internacional favorável ao aumento da produção, desencadeada pela baixa nos estoques mundiais⁶³ do produto, tendo como principais motivos o aumento do consumo⁶⁴ e os

⁶¹ Em 2006, associados e técnicos ainda consideram a seringueira como um bom negócio, apesar de não terem atingido os objetivos de 120 t/mês, nem ampliado significativamente a área de plantio. Nos últimos anos, a produção mantém a média de 360t/ano, ou 30 t/mês, contando com 30 produtores; a principal causa apontada para esta redução é a concorrência de outras usinas particulares instaladas no interior do Estado de São Paulo. Por produzir um produto diferenciado – a folha fumada – e manter uma relação não especulativa com os produtores, a usina de látex de Parapuã tornou-se uma referência, principalmente no valor das cotações, aos demais produtores não associados. Como cooperativa, a indústria não visa fins lucrativos, repassando aos associados incrementos de cerca de 20% nos preços. Comparando-se com a cana-de-açúcar, esta cultura apresenta vantagens, tais como: menor custo de produção, uma vez que não utiliza mecanização nem produtos químicos, como adubos e defensivos agrícolas; é compatível com o trabalho familiar; impõe condições de trabalho menos extenuantes, pois o sangrador trabalha na sombra e não pratica os movimentos repetitivos do podão; apesar de produzir somente a partir do sexto ano após o plantio, sua longevidade se estende por cerca de trinta e cinco anos; ao arrendatário de terras para o plantio de cana-de-açúcar, o rendimento médio regional anual por alqueire é de R\$1.000,00, enquanto o da seringueira é de R\$7.000,00 (líquido). A cooperativa investe em aperfeiçoamento técnico dos produtores e desenvolve pesquisa em parceria com o IAC para melhorar a adaptação e produtividade da *hevea brasiliensis* ao ambiente regional, como forma de manter e ampliar a diversificação de culturas, em contraposição à monocultura canavieira. (Entrevista com a diretoria da Casul, em 25/10/2006)

⁶² Tais cooperativas tinham suas sedes em Adamantina, Parapuã e Lucélia, respectivamente. Segundo informação das mesmas, em 1997, elas entregaram aos produtores da região um total de 960.000 mudas.

⁶³ Em 1997, os níveis dos estoques eram preocupantes para os principais importadores: as cooperativas brasileiras que mantinham, em média, estoque de 6 milhões de sacas, estavam no limite de 1,5 milhões de sacas disponíveis; os EUA, com estoque de 10 milhões de sacas, há alguns anos atrás, reduziram-no para 1 milhão de sacas. Nos países europeus e Japão, a situação não era diferente. O risco de uma geada tornava mais iminente o perigo de desabastecimento. (Rev Informações Econômicas nº 27, nº 7, jul/97, p. 37)

⁶⁴ Além do tradicional café coado, a demanda estendia-se aos cafés especiais, como: solúvel, orgânico, gourmet com certificado de origem, descafeinado, entre outros. (Rev Informações Econômicas nº 27, mai/95, p. 15)

problemas enfrentados pelos principais países produtores⁶⁵. A consequência direta expressava-se no aumento do preço da saca. “De abril a dezembro de 1997, a média de preço foi de 214,50 reais a saca, tendo como referência as lavouras de Garça/SP. De janeiro a maio/98, a média foi de 229,00. Em abril, maio e junho (de 1 a 15/6) de 1998, a média foi de 182,20 reais, 154,50 reais e 138,30 reais, respectivamente”. (Suplemento Agrícola do Jornal O Estado de São Paulo apud Benjamin, 1998, p. 175) Outra vantagem, de natureza interna, consistia nas inovações técnicas e tecnológicas conquistadas pelos institutos de pesquisa disponibilizando novos cultivares mais produtivos e de ciclo de produção mais rápido, reduzindo o período inicial de três anos para a primeira colheita e o intervalo de dois anos entre uma e outra. Algumas variedades desenvolvidas, como a catuaí, chegavam a produções anuais.

Como política de apoio à revitalização da cafeicultura, o governo federal, em outubro de 1996, criou o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), cuja finalidade era definir e implantar políticas que cabiam ao extinto IBC. Tal Conselho cobria a lacuna deixada pelo cancelamento do Acordo Internacional do Café, em 1989, e dava orientação às cooperativas e seus associados.

Tomando como referência o município de Osvaldo Cruz, Benjamin (1998, p.168) aponta as condições regionais favoráveis à reintrodução da cafeicultura na Nova Alta Paulista:

Em 1995, somavam-se 734 propriedades rurais [no município de Osvaldo Cruz], sendo que 90,6% delas correspondiam à pequena propriedade, 5,1% à média e 4,2% à grande propriedade. [Considera-se pequena aquela entre 0 e 50 ha; a média, entre 50 e 100 ha; a grande, com 100 ha e mais] Desse total de propriedades, 370 – 50,4% estava ocupada com lavoura cafeeira, sendo que 92,1% correspondiam a pequenas propriedades, 4,6% a médias e 3,3% a grandes propriedades. [...] Em todas as propriedades com lavoura cafeeira, havia áreas com pastagem e outras culturas. As áreas com pastagem predominavam em todas as classes de áreas, sendo de 39,7% do total das pequenas propriedades, de 56,9% das médias e 62,2% das grandes propriedades. A lavoura cafeeira era mais expressiva somente em relação à área total das pequenas propriedades, onde ocupava uma área de 37,5%; das médias ocupava 25,1% e das grandes, 24,3%. [...] Em pequenas propriedades, somente na faixa de 0 a 10 hectares é que a área com lavoura cafeeira era maior que a de pastagem e de outras culturas, totalizando 55,6%.

⁶⁵ A Colômbia passava por sérios problemas com a broca em suas lavouras; o Vietnã, apesar de ser conhecido como o de pior bebida, oferecia preços baixos (colocando-se como principal competidor); a Indonésia, grande produtora, também apresentava café de bebida ruim, porém, a preços competitivos. (Idem)

Em relação à predisposição dos agricultores à reintrodução das lavouras cafeeiras, ele aponta o seguinte panorama:

Entre aqueles que continuaram com lavoura cafeeira, em Osvaldo Cruz, 100% manifestaram pretender manter o cafezal, 50% estão motivados a aumentar a lavoura de café, 34% fizeram novos plantios e 42% vão plantar novas mudas. Quanto ao envolvimento desses cafeicultores com a mobilização de cooperativas, associações e órgãos públicos federais, estaduais e municipais sobre a reestruturação da cafeicultura, 90% deles têm conhecimento do movimento de retomada da cafeicultura no município, 47% têm participado das reuniões e palestras sobre o tema café; 63% têm conhecimento do aumento do consumo mundial de café nos últimos cinco anos, e 79% têm conhecimento dos novos sistemas de plantio. (p. 172)

Embora Benjamin ofereça dados detalhados sobre o município de Osvaldo Cruz, não se pode dizer que o mesmo tenha ocorrido em todos os outros, pois cada um apresenta uma peculiaridade. Não se constitui objeto de estudo, nesta pesquisa, o detalhamento sobre produção, auge, decadência e reintrodução da cafeicultura na Nova Alta Paulista, mas, dada sua importância na formação econômico-social regional, dedicou-se alguma análise à trajetória dessa cultura. Conforme observação das tabelas fornecidas pelos EDR de Dracena e Tupã, houve aumento⁶⁶ da população cafeeira em vários municípios, como: Osvaldo Cruz, Tupi Paulista, Irapuru, Pacaembu. No conjunto do Estado de São Paulo, os municípios da Nova Alta Paulista, jurisdicionados pelos EDR de Dracena e Tupã, são considerados de produção cafeeira considerável, embora as primeiras colocações estejam com os EDR de Marília, Franca, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Ourinhos, e Mogi Mirim. (IEA, 2004, p. 2).

Mesmo com todo o empenho das cooperativas, a revitalização da cafeicultura na Nova Alta Paulista não obteve o êxito esperado. Para os técnicos e dirigentes das mesmas, a cafeicultura moderna requer alta tecnificação, impondo predisposição dos produtores. A decepção do passado, os altos custos de investimentos, inclusive na recuperação do solo, o

⁶⁶ Em matéria de 28/10/2006, à p. 3, o Jornal Diário do Oeste, de Adamantina, trouxe matéria intitulada *Café é fonte de renda alternativa para região*. “Em 1998, após oscilações no preço da saca, mantendo-a com valor abaixo de 60 dólares, muitos agricultores (re)plantaram a rubiácia, predominantemente em propriedades de até cinco hectares (90%). Hoje, custa ente 80 e 90 dólares. A produção regional da safra 2005/06 totalizou 100.000 sacas, destacando-se os municípios de Irapuru e Pacaembu, vinculados ao EDR-Dracena, com valor atual da saca entre 210 e 215 reais. Uma das dificuldades desses agricultores foi a disponibilidade de mão-de-obra, que se mostrou insuficiente”. O técnico da APTA, Fernando T. Nakayama, informa que um dos problemas do cultivo na região ainda é o nematóide; para isso, faz-se a enxertia utilizando como suporte variedades mais resistentes. Para ele, “o clima chuvoso da safra 06/07 favoreceu a atual colheita, porém causará muitos danos à próxima, agravando-se com as médias térmicas do inverno de 2006, em torno de 14 e 15°C, com ocorrência de geada em algumas áreas. Busca-se implantar a variedade Robusta, do gênero Conilon, muito bem absorvido pela indústria de café solúvel.” (Entrevista concedida em 29/10/2006)

risco da volta de pragas e doenças, mesmo com as mudas enxertadas, e a inexpressiva população ativa nesse setor, não despertaram os ânimos dos produtores rurais. A concorrência oferecida por outras áreas, como o cerrado mineiro, e, principalmente, a cotação internacional dos preços, também foram fatores determinantes para que o programa não obtivesse o resultado esperado.

3.2.6. Pastagem

Nos municípios cafeicultores a expansão das áreas de pastagens ocorreu, principalmente, ao longo da década de 1980 e 1990, quando os preços do café atingiram patamares bem inferiores à média histórica de 100 dólares. Outros fatores que contribuíram para a sua expansão foram a depauperação do solo areníticos, devido principalmente ao manejo inadequado; a degradação dos cafeeiros pelos motivos já citados; a crise no setor alcooleiro do final dos anos 80, refletindo-se em preços desestimulantes, com redução das áreas de plantio de cana-de-açúcar; e o aumento das exportações de carne bovina, aquecendo o setor. A expansão das pastagens contribuiu para acelerar a evasão populacional e aumentar a pobreza na periferia das pequenas cidades de toda a região.

A maior parte das propriedades, em especial as pequenas, tinha uma área de pastagem, geralmente as baixadas e os morros mais íngremes, impróprias para os cafeeiros, onde mantinha algumas cabeças de vaca produzindo leite para o auto-consumo. Para Benjamin (1998, p. 168), referindo-se ao município de Osvaldo Cruz, “as áreas com pastagem predominavam em todas as classes de áreas, sendo de 39,7% do total das pequenas propriedades, de 56,9% das médias e 62,2% das grandes propriedades”.

As propriedades médias mantinham rebanhos bovinos para corte como atividade complementar, simultânea à cafeicultura, como forma de diversificar e equilibrar a receita. As grandes propriedades, geralmente longe do espigão divisor, e mais próximas dos vales dos rios do Peixe e Aguapeí, dedicavam-se à pecuária bovina de corte como principal atividade, tanto pela facilidade de manejo, tornando-se menos dependente de mão-de-obra, quanto ao aproveitando dos solos de menor fertilidade e impróprios para o café, além de contarem com a vantagem dos preços mais baixos das terras.

Em Panorama, Paulicéia, e Santa Mercedes, a pecuária tornou-se, nesse período, a principal fonte de composição do PIB Municipal, em função da grande dimensão territorial dos estabelecimentos rurais, e dos solos mais arenosos. Nas duas primeiras, no entanto, por se localizarem às margens do rio Paraná, houve o interesse por outras atividades, como as cerâmicas e olarias, e, mais recentemente, o turismo náutico.

Em Flora Rica, também com predomínio de propriedades maiores, houve expressiva expansão da pecuária bovina de corte, sob o sistema extensivo e semi-extensivo de criação, com concentração fundiária e grande evasão populacional. Cerca de 40% das pequenas propriedades implantaram a pecuária bovina leiteira, cujos produtores se organizaram em uma associação e entregam o leite no laticínio Trevizan, em Dracena. Mais recentemente, se amplia a cultura canavieira fornecendo as destilarias de Junqueirópolis, Flórida Paulista e Presidente Prudente.

3.3. A diversificação do terciário

Desde a implantação dos municípios, o Estado se fez presente ampliando a estrutura institucional, instalando escolas de primeiro e segundo graus, hospitais, centros de saúde, fóruns, delegacias de polícia, cadeias públicas, casas da agricultura, além de instalar delegacias de ensino, delegacias agrícolas e delegacias seccionais de polícia, batalhões da polícia militar (de infantaria, florestal, corpo de bombeiros, rodoviária), coletorias estaduais, escolas técnicas em algumas cidades-sede de microrregião, como Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Tupã. Duas autarquias municipais de ensino superior e algumas faculdades particulares também foram instaladas nessas cidades, principalmente no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970. Outra atuação estatal deu-se na expansão das redes de telefonia, por meio da Telesp, e de energia elétrica em uma parte das cidades, por meio da Cesp. Nas demais, autorizou a permanência e atuação da Caiuá Serviços de Eletricidade. A presença de bancos oficiais, como Banco do Brasil, Caixa Federal, Banespa, Nossa Caixa, e outros bancos particulares, além dos correios, e da Fepasa, também contribuía para a diversificação do setor terciário. Tais instituições, atuando, a maior parte, com funcionários concursados, fizeram surgir uma classe de assalariados, com peso significativo nos municípios, compondo boa parte da receita do comércio varejista, aquecendo o mercado imobiliário, e contribuindo para a arrecadação de tributos.

Não houve instalação de segmentos sofisticados, como equipamentos de lazer e turismo, por exemplo, já que a região firmara suas bases econômico-sociais no setor agrário tradicional. Mesmo Panorama e Paulicéia, a essa época, exploravam a existência do rio Paraná apenas como recurso para extração de areia grossa (sílica) para construção civil e barro (argila) para a indústria oleiro-ceramista. Uma empresa particular em cada uma dessas cidades mantém, ainda hoje, balsas para fazer a travessia do rio, ligando os dois estados. Hotéis e alguns clubes muito simples recebiam turistas, sendo a maior parte pescadores em fins de semana, e caixeiros-viajantes em dias úteis. Do mais, mantinham um comércio

bastante limitado. Os rios Aguapeí e Peixe, distantes do espigão divisor, onde foi instalada a maior parte das cidades, não foram utilizados para dinamizar a economia regional. O que se via era a pesca predatória e o desmatamento de suas margens para o cultivo de pastagens e outras culturas.

A descapitalização do principal segmento social – os agricultores – e os hábitos culturais simples da população inibiram a implantação de equipamentos sofisticados de lazer, como clubes, hotéis-fazenda, parques de exposições agropecuárias, teatros e casas de show etc. As cidades-sede de microrregião construíram modestos clubes recreativos⁶⁷, ainda nos anos de 1960, e atraíam pessoas em eventos carnavalescos, sociais, e esportivos. A introdução da televisão foi retraindo a “época dos cinemas, dos circos e dos parques de diversão”, e a Nova Alta Paulista, seguindo a tendência nacional, viu essas “vedetes” do lazer e do entretenimento tornarem-se obsoletas. Os prédios dos cinemas, geralmente imponentes nas pequenas cidades, ficaram vazios e abandonados, em acelerado processo de deterioração⁶⁸.

As maiores festas regionais eram (e continuam sendo) a Festa do Ovo, criada em Bastos desde 1948; a EXAPIT (Exposição Agropecuária e Industrial de Tupã, desde 1967; a FAPIDRA (Feira Agropecuária de Dracena), criada em 1967; a Festa do Peão, criada em Adamantina em 1974; a Feira do Artesão, em Osvaldo Cruz desde 1985, a Feira do Verde, também em Osvaldo Cruz, desde 1987; a Feira do Verde, também em Adamantina, desde 1987; e a ACERUVA (Festa da Acerola e da Uva), em Junqueirópolis, desde 1998. Elas realizam-se anualmente e atraem o público regional mais pelos seus shows com artistas em evidência do que como pólos de negócios ou irradiação de tecnologia. Sua gênese⁶⁹ faz parte de um esforço das lideranças locais para mostrar o que o município tem de positivo, procurando driblar a crise e o desânimo que se instalaram nos longos anos de recessão. Há, ainda, compra e venda de animais, confecções, artesanato, plantas ornamentais, alimentos entre outros. Outro ganho ocorre em relação às instituições filantrópicas, que exploram as barracas fornecedoras de alimentação, e comercializam artesanato, aliviando as prefeituras, o comércio, e os doadores voluntários.

Já há alguns anos, Panorama vem se dedicando à estruturação da atividade turística, principalmente após o represamento do rio Paraná pela UHE Mins. Sérgio Motta, que

⁶⁷ Os mais famosos eram: Marajoara (Tupã), Bandeiras (Osvaldo Cruz), Lucélia Tênis Clube (Lucélia), Adamantina Tênis Clube (Adamantina), Xadrez Tênis Clube (Dracena), e Tupi Tênis Clube (Tupi Paulista).

⁶⁸ Anos mais tardes, muitos deles foram demolidos ou adaptados para a instalação de supermercados, depósitos, galerias comerciais, ou até mesmo para servir como templos, em especial de igrejas neo-pentecostais.

⁶⁹ Nos anos recentes, muitas outras cidades, como Rinópolis, Parapuã, Santa Mercedes, Ouro Verde, Pacaembu, Irapuru, Panorama, entre outras, também instituíram suas festas temáticas, porém com objetivos diferentes das precursoras. A expressão orgânica da realidade local foi sucumbida por interesses mercantilistas, que atendem aos interesses de pequenos grupos organizadores e empresas patrocinadoras.

comprometeu a atividade oleiro-ceramista. Essa experiência (turismo), por ser pontuada, não constitui objeto de interesse nesse estudo.

3.4. A expansão das escolas técnicas e a instalação dos institutos isolados de ensino superior: a ausência de uma política acadêmica voltada para o desenvolvimento regional

O Estado, como já exposto, encarregou-se de suprir a demanda educacional em relação à formação elementar, instalando os denominados grupos escolares na zona urbana, e as escolas rurais nos bairros mais populosos. Muitos dos cursos ginasiais (correspondentes às quatro últimas séries do ensino fundamental, hoje) e colegiais (ensino médio, atualmente), funcionavam em escolas particulares, denominadas liceus ou ateneus. Eram cursos noturnos, que permitiam aos alunos, filhos de trabalhadores, conciliar o trabalho com os estudos. Os jovens de famílias mais abastadas obtinham formação correspondente nos centros maiores, onde continuavam seus estudos cursando uma faculdade. Em Adamantina, em 1950, por iniciativa dessas famílias, foi instalada uma escola confessional – Instituto de Educação Madre Clélia -, que, em poucos anos, se transformou num internato feminino, oferecendo o ginásio e o segundo grau magistério. (TOFOLI, 2003)

Na década de 1960, a demanda por mão-de-obra mais qualificada para as atividades urbano-industriais exigia a ampliação de escolas técnicas e de cursos de nível superior, resultando em medidas do presidente Jânio Quadros, que previam essa expansão. No Estado de São Paulo, devido à formação de centros industriais também no interior, houve uma certa “democratização” da oferta de cursos profissionalizantes. Na Nova Alta Paulista, a Secretaria de Estado da Educação estendeu a criação de vários cursos normais (formação de professores para as séries iniciais) e instalou alguns cursos profissionalizantes, como marcenaria, carpintaria, mecânica, contabilidade, culinária, corte e costura, além de técnico em agropecuária. Essas escolas, denominadas de Escolas Industriais, Escolas de Comércio, e Escolas Agrícolas, foram instaladas nas cidades denominadas centros de zona, sendo que muitas delas se transformaram, posteriormente, em Institutos de Ensino Superior. Em Dracena, instalou-se uma escola agrícola; em Adamantina, instalaram-se uma escola agrícola e uma industrial (ambas estaduais); em Tupã, instalou-se uma escola técnica profissionalizante municipal.

Para facilitar a administração das escolas primárias, ginásios e colégios de segundo grau, o Estado implantou as Delegacias de Ensino localizadas nas cidades denominadas centros de zona, reforçando a sua condição de sedes de microrregiões. Assim, Dracena,

Adamantina, Osvaldo Cruz e Tupã, passaram a polarizar os municípios vizinhos no setor de educação pública estadual e, posteriormente, no ensino superior por meio da instalação de institutos isolados. O conteúdo do bilhete reproduzido na seqüência, escrito de próprio punho por Jânio Quadros a sua secretária, recomendando especial atenção ao prefeito de Adamantina, quando da solicitação de uma delegacia de ensino na cidade, expressa a inconsistência ou inexistência de um projeto central de desenvolvimento. Ações fundamentais para o desenvolvimento eram tratadas de modo espontaneísta, ao sabor das amizades particulares, e não como materialização de um planejamento que intencionava reduzir desigualdades regionais, proporcionando oportunidades equânimes.

Dona Carolina.

O prefeito de Adamantina é nosso amigo, e homem lutador. Comprometi-me a colocar na florescente cidade – capital de zona – uma Delegacia de Ensino. Atenda-o Todas as facilidades serão concedidas pela municipalidade, que colaborará, ao máximo. Tenho grande interesse em servir a Região. Agradece. Amigo Jânio Quadros. 8.8.55. (Transcrição do bilhete pelo Jornal da Cidade, de Adamantina, em 30/10/2006, p. 1)

A instalação dos ginásios, ao longo das décadas de 1950 e 1960, exigia a formação de professores para atuarem nesse grau de ensino e no segundo grau, o que justificou, então, a autorização e instalação de alguns institutos isolados de ensino superior no interior, ao longo das décadas de 1960 e 1970, focados, especialmente, nas licenciaturas.

As faculdades, muitas delas surgidas a partir das escolas técnicas, denominadas Institutos Isolados de Ensino Superior⁷⁰, foram instaladas em Tupã, Lucélia, Adamantina e Dracena, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. A criação dessas faculdades faz parte de um contexto estadual que visava suprir uma demanda ainda mais afunilada de oferta de cursos superiores do que o ensino de segundo grau e profissionalizante. (LIMA, 2005)

⁷⁰ A FAFIT (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tupã) funcionou entre 1967 e 1984, quando foi comprada pela Universidade de Marília, que atuou até 1992. Nessa data, os cursos, transferidos para a unidade-sede, desativando a unidade de Tupã. A FACCAT (Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Empresas de Tupã) iniciou-se como um desdobramento da Escola Técnica de Comércio Artur Fernandes, instalada em 1956. Em 1968, cria-se a Organização Educacional Artur Fernandes. A FADAP (Faculdade de Direito da Alta Paulista) foi criada pelo Instituto Dom Bosco de Ensino e Cultura S/C Ltda, em 1970. Em 1969, criou-se, em Dracena, a FUNDEC (Fundação Dracenense de Educação e Cultura). A ESEFAT (Escola Superior de Educação Física de Tupã) foi instalada em 1971, por um grupo de jovens profissionais de educação física e saúde, que, em 1970, criaram o Instituto Paulista de Ensino e Cultura. Em 1972, em Lucélia, foi instalada a CEALPA (Faculdade de Ciências Contábeis de Lucélia). Em 1967, foi instalada a Autarquia Municipal de Ensino Superior de Adamantina, que, em 1968, criou a FAFIA (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina). Mais tarde, criou-se a FEO (Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia), também como autarquia municipal. Ambas, em 1997, foram unificadas transformando-se em FAI (Faculdades Integradas Adamantinenses). Em tempos mais recentes, foi criado o Centro de Ensino Superior de Dracena (CESD), em 1995. Em 1998, foi criada a Faculdade de Educação de Osvaldo Cruz (FEOCRUZ). Em 2003, foi criado o Centro de Ensino Superior de Tupi Paulista (CESTUPI). Em 2002, foi criada a União das Instituições Educacionais da Alta Paulista (UNIALPA), em Junqueirópolis.

Por influência de algumas lideranças locais, tendo como contrapartida o compromisso de manterem nichos eleitorais regionais fiéis aos grupos governantes da época foi autorizada a sua implantação. Por se tratarem de faculdades isoladas, mantidas apenas com as mensalidades dos alunos, e também por desobrigação da legislação, não havia nenhuma preocupação com a pesquisa, não resultando na formação de nenhum núcleo de estudo. Matéria publicada no Jornal O Adamantinense, de 8/7/1979, deixa claro o desconhecimento e a desconsideração da população quanto à importância estratégica de um centro universitário. Inaugurar uma faculdade ou receber a aprovação de um novo curso não passava de demonstração de poder das lideranças locais, acirrando as disputas intrarregionais, pois tais iniciativas eram vistas com olhos quantitativos.

A FOLHA DO POVO, de Tupã, ed. de 3 do corrente, noticiou que a Instituição Tamoiós de Ensino e Cultura daquela cidade, está pleiteando [junto ao Conselho Federal de Educação] a criação de mais uma faculdade – a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. [...] Caso isso aconteça, Tupã enriquecerá o seu complexo universitário o que, naturalmente, concorrerá decisivamente para o seu crescimento, polarizando uma vasta parcela de estudantes da região. Adamantina que conta tão somente com sua Faculdade de Filosofia, parece que não está contando com muita sorte no que concerne às escolas superiores. A Universidade de Mogi das Cruzes que pretendia ou ainda pretende instalar a sua extensão em nossa cidade, ao que tudo indica, está encontrando sérias dificuldades para conseguir alcançar seu intento, de vez que notícias alentadoras não vieram a público. [...] Uma cidade que pretende ser sede de região administrativa, deverá contar com maior número de faculdades, para merecer o que pleiteia. (**Tupã vai ganhar outra faculdade. E Adamantina?** Jornal O Adamantinense nº 759, p.1, 8/7/79, ano XIV)

Apesar de polarizar um número significativo de estudantes, essas faculdades contribuíram apenas de forma indireta⁷¹ para com o desenvolvimento local e regional, não se fazendo sentir em questões estratégicas. Fica clara a demonstração de uma prática elitista pouco comprometida com o desenvolvimento regional, o que reforça a condição de inferioridade desta sub-região em relação àquelas que articulam o seu desenvolvimento procurando harmonizar o papel do empresariado, do Estado, e da sociedade civil. É inquestionável a importância das universidades neste processo, levantando diagnósticos e

⁷¹ Uma das formas indiretas é a geração de empregos tanto para docentes e administradores, quanto para funcionários. Por volta de 1990, elas contribuíam com a formação de cerca de 95% dos professores que lecionavam nas escolas de primeiro e segundo graus da região, porém, não formavam profissionais nas áreas tecnológicas, nem desenvolviam projetos para estudo específicos da realidade e das demandas regionais. (Dados das Delegacias de Ensino de Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Tupã)

apontando caminhos, tanto para a instalação de políticas públicas voltadas às demandas locais e regionais, quanto desenvolvendo técnicas e tecnologias adaptadas a essas realidades.

Por outro lado, não era prioridade do Estado a expansão do ensino superior para as áreas interioranas. No Estado de São Paulo, elas se concentravam nos principais pólos industriais, contribuindo para o aumento dessas desigualdades regionais. A UNESP, criada na década de 1960, para atender a essa demanda do interior que se industrializava, era instalada nas capitais regionais. A Nova Alta Paulista, considerada área periférica próxima a Presidente Prudente, Marília e Araçatuba, não recebeu nenhum campus, nem mesmo cursos de extensão dos núcleos instalados. Em 2003, no governo de Geraldo Alckmin, houve a ampliação de seis campus dessa universidade, sendo que um deles foi instalado em Dracena e o outro em Tupã. Tal projeto recebeu muitas críticas do setor acadêmico, pois as limitações orçamentárias dos cofres públicos estaduais limitaram as condições para sua instalação física, transferindo essa responsabilidade às prefeituras. Ainda é prematura qualquer análise do impacto desses centros universitários no desenvolvimento das microrregiões onde se localizam.

Como se observa, não se construiu a cultura do entrosamento entre a sociedade, o poder público, e o setor acadêmico na Nova Alta Paulista. Nem as faculdades procuraram essa aproximação, por estarem desobrigadas de desempenharem as três dimensões estruturantes do ensino superior – o ensino, pesquisa e a extensão – nem os prefeitos, a associação de municípios, ou o empresariado, procuraram equipar alguma delas visando dispor de um instrumento valioso ao desenvolvimento local e regional.

3.5.A industrialização como saída: o modelo e seu arremedo

Ao longo dos bons tempos da cafeicultura (entre as décadas de 1950 e 1970), apesar das fases de desaquecimento dos preços ou problemas de outra natureza, algumas famílias de colonizadores tornaram-se bem sucedidas, amealhando riquezas significativas, o que se expressava no grande número de agências bancárias instaladas nas cidades-sede. Com a inviabilidade temporária da produção dos cafezais, até a sua possível recuperação, muitas dessas famílias deslocaram seus investimentos para outras regiões, especialmente para Mato Grosso⁷² e Goiás, investindo na pecuária extensiva de corte, onde as terras eram mais baratas e o modelo de exploração não exigia a presença constante do proprietário. Outras famílias

⁷² O desmembramento do Estado de Mato Grosso ocorreu em 1979, criando-se o Mato Grosso do Sul, que faz divisa com São Paulo. A maior parte dos proprietários da Nova Alta Paulista, que comprou terras naquele Estado, o fez no atual Mato Grosso do Sul, embora vários também tenham investido no atual Mato Grosso.

transferiram a produção cafeeira para o cerrado mineiro, especialmente para as regiões de Araguaína e Coromandel.

A evolução tecnológica na agronomia passou a possibilitar a cultura dessa rubiácia em solos de cerrado, sendo as terras mais baratas e o clima menos susceptível a geadas os principais determinantes desse deslocamento. Outro atrativo deveu-se à influência da indústria do café, que disponibilizou ao consumidor uma significativa variedade de tipos de produtos, como o café embalado a vácuo, o café solúvel, o café descafeinado, e outras modalidades, segmentando o mercado desse setor. As exigências internacionais pressionavam a produção dos grãos com melhor qualidade, o que estimulava os investimentos em novas variedades e técnicas de manejo, tornando-se, essas, a caracterização da cafeicultura mineira a partir dessa época. Houve, assim, grande evasão de dinheiro da Nova Alta Paulista, enfraquecendo as possibilidades de recuperação desta cultura regional, implantada e cultivada com o predomínio de técnicas tradicionais de cultivo, com forte impacto ambiental sobre o solo e os mananciais.

Inspirada na tendência nacional de descentralização industrial, especialmente do Sudeste e particularmente da metrópole paulista, a população cobrava iniciativas dos governos municipais para atração de investimentos industriais. Assim, o ideal do “*vamos trazer indústrias para nossa cidade*”, como salvação para a recessão e o desemprego alarmante⁷³, esteve presente nos discursos de quase todos os candidatos a prefeito e a vereadores das cidades da Nova Alta Paulista durante a segunda metade da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Houve, inclusive, iniciativas concretas, resultando em leis municipais de incentivo à industrialização (tanto para recepção de novas indústrias quanto para ampliação daquelas já existentes) e desapropriação de áreas para instalação de distritos industriais nas principais cidades. As pequenas cidades também se mobilizaram para oferecer algumas vantagens, não se importando com o impacto que isso poderia provocar em relação ao meio ambiente, às empresas já instaladas, e à queda na arrecadação municipal de

⁷³ Em matéria de 25/11/79 (ano XIV, nº 799), o jornal O Adamantinense, à primeira página, traz intrigante matéria intitulada *Bóias-frias preocupados pela falta de serviço*. Notícia a iniciativa de um grupo de cerca de 200 bóias-frias, de Adamantina, que, diante das dificuldades para encontrar trabalho, decide procurar a emissora de rádio local, Rádio Brasil, no programa de notícias *A Voz da Cidade*, para denunciar a situação desesperadora em que se encontravam as suas famílias. Eles denunciam a oferta de mão-de-obra superior às contratações, levando os empregadores rurais a selecionarem alguns poucos diaristas, ficando, os demais, à deriva de oportunidades esporádicas e incertas. Os trabalhadores representantes do grupo eram Olavo Barbosa e Antonio Bonfim de Souza. Devido à significativa audiência do programa, o prefeito municipal, sr. Gildomar Pax Pedroso foi contatado e, imediatamente, nomeou uma comissão composta por alguns secretários municipais, vereadores, e religiosos, para providenciar ajuda emergencial com alimentos e contatar as usinas de álcool da região, já em fim de safra, para verificar a possibilidade de colocação desses trabalhadores.

impostos⁷⁴, com a renúncia fiscal. Todo esse empenho, no entanto, não logrou os resultados esperados. Poucas indústrias interessaram-se por essa área, preferindo os pólos regionais inseridos em mercados regionais mais dinâmicos e, principalmente, próximos à capital e à região metropolitana. Araújo Jr. (2003, p. 11-14) apresenta as seguintes considerações para este fato:

A partir de 1985, retoma-se o movimento de desconcentração das atividades industriais no interior do Estado. O processo que se desenvolvia poderia ser considerado como uma 'desconcentração concentrada', isto é, as empresas se dirigiam ao interior buscando regiões já consolidadas ou em vias e consolidação, ou seja, regiões que pudessem oferecer boa infra-estrutura. [...] No Estado de São Paulo, tais investimentos estão privilegiando áreas que estão mais adiantadas industrialmente e possuam institutos de pesquisa e/ou instituições de ensino voltadas a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Além disso, tais áreas vêm se concentrando próximas à Capital e sua Região Metropolitana, devido à boa oferta de comunicação e meios viários com o restante do país e também com os países do Mercosul. [...] Este processo tomou maior impulso a partir do início dos anos 90, quando as empresas, na tentativa de diminuir custos (salários mais baixos, pouca ou nenhuma atividade sindical reivindicatória etc) resolveram instalar-se no interior do estado ou em áreas próximas à cidade de São Paulo, principalmente nas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e outras regiões até um raio de aproximadamente 150 km de distância da Capital.

Não há registros oficiais do aumento da informalidade nessa época, porém, entrevistas com pipoqueiros, lancheiros, vendedores ambulantes, feirantes, cozinheiras, costureiras, faxineiras, entre outros profissionais, atestam que essa foi a saída encontrada para complementar a renda familiar, e, em muitos casos, esses pequenos negócios tornavam-se o único rendimento. Para os que vinham da zona rural ou que o chefe da família perdia o emprego numa empresa que passava por dificuldades financeiras, essa era a saída emergencial, que, na maioria dos casos, se tornava permanente. As prefeituras constituíam-se

⁷⁴ Em Adamantina, na gestão do prefeito Élio Micheloni, foram criadas leis concedendo incentivos fiscais às indústrias que se instalassem no município. Trata-se das leis nº 1.008, de 25/3/1970 e nº 1.030, de 13/8/1970, e do Decreto nº 784, de 20/8/1970, regulamentando a lei de concessão de incentivos às indústrias. Na segunda lei, aumenta-se o prazo de isenção fiscal de 10 para 20 anos. As vantagens têm caráter específico: isenção de impostos municipais e taxas quanto a(ao) Imposto Territorial Urbano, Imposto Predial, Taxa de licença para localização de estabelecimentos, Taxa de licença para publicidade. Quanto à isenção e prestação de serviços por parte da prefeitura, elencou-se os seguintes: subvenção em forma de aluguel; terraplenagem; colocação de guias e sarjetas; calçamento na via fronteira ao estabelecimento; transporte de material para construção; colocação de rede telefônica e elétrica até a entrada do estabelecimento; extensão da rede de água e esgoto; desvio ferroviário, se for o caso; poços semi-artesianos, se for o caso; estudos, projetos e plantas, quando solicitados pela firma interessada. Mediante pressão das empresas já existentes, o Decreto nº 794, de 4/11/1970, regulamentou incentivos às pequenas indústrias locais, uma vez que as leis e o decreto anterior privilegiavam as empresas de médio e grande porte, de origem externa. Percebe-se o privilégio concedido às empresas às custas da renúncia fiscal dos cofres públicos e da desregulamentação ambiental, evidenciando a fragilidade dos pequenos municípios e a insignificância atribuída às questões ambientais.

nas principais fontes empregadoras, o que contribuía para onerar os cofres públicos, já desfalcados com a queda na arrecadação tributária e com o aumento das demandas na área social.

3.6. O esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista e suas implicações na Nova Alta Paulista

Desde os anos de 1950, o Brasil vivia um modelo de desenvolvimento que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, capitaneado posteriormente pelo governo militar. Investia-se em grandes obras de infra-estrutura, principalmente nas regiões mais isoladas e subdesenvolvidas, como Centro-Oeste e Amazônia (ARAÚJO, 2000, p.19), com forte centralização federal. No Estado de São Paulo, a essa época, a Região Metropolitana de São Paulo consolidara-se com a urbano-industrialização e havia uma forte tendência de descentralização da atividade industrial para o interior, levando a política estadual a priorizar o fortalecimento dos pólos regionais, numa franca intenção de formar as chamadas capitais regionais, fortalecendo algumas cidades que mostravam maior poder de atração de capitais e de população (SEABRA E GOLDENSTEIN, 1989, p. 48).

O governo paulista passou a zonear o Estado em regiões administrativas, identificando uma cidade-sede em cada uma delas, implantando ali várias sucursais institucionais, principalmente nas áreas de saúde, educação, planejamento, fiscalização tributária, segurança pública, agricultura, e outras. Estas cidades também passaram a sediar um campus universitário da UNESP, com cursos voltados para o perfil econômico-social regional. (LIMA, 2005) Tais iniciativas governamentais, apesar de aparentemente descentralizadas, contribuíram para o aumento das desigualdades inter-regionais, pois dotou uma única cidade de infra-estrutura tornando-a fortemente polarizadora, enquanto as cidades vizinhas, polarizadas, foram perdendo capacidade de desenvolvimento.

No Oeste paulista, entre as cidades-pólo que se constituíram nessa época, destacam-se: Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru e São José do Rio Preto. A articulação pouco sistemática e abrangente das lideranças da Nova Alta Paulista e a política central privilegiando interesses setoriais e lobistas de regiões mais fortalecidas⁷⁵, fizeram com que essa área se posicionasse como periférica, reforçando o seu isolamento. Como consequência, a maior proximidade geográfica de Presidente Prudente do que de Marília, fez com que boa parte dos municípios, especialmente aqueles vinculados às microrregiões de Dracena e

⁷⁵ Nesse tipo de fortalecimento, consideram-se a expressividade econômica, e política, sendo esta em termos de articulação e de significância eleitoral, isto é, o número de eleitores existentes.

Adamantina, fossem polarizadas por aquela cidade. A microrregião de Tupã, por sua vez, continuou mais vinculada a Marília, tanto em relação à preferência da população quanto aos vínculos institucionais (Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, 2005)

As relações do cotidiano, no entanto, continuaram acontecendo entre as cidades satelizadas e suas sedes, demonstrando que, na prática, as microrregiões funcionam, em especial nos serviços advocatícios, de educação profissionalizante e superior, ensino fundamental e médio privado, saúde ambulatorial e internações hospitalares, comércio diversificado, lazer e entretenimento, entre outros.

Apesar do empenho demonstrado por lideranças regionais e alguns governantes municipais, não se observaram sinais concretos de revigoração da economia regional no período em estudo. A economia continuou perdendo expressão, as prefeituras reduzindo arrecadação, e o êxodo populacional tornou-se expressivo. Os gráficos referentes à evolução da população, desde a época da colonização, evidenciam esta realidade.

Em termos absolutos, pode-se fazer uma comparação da evolução da população da Nova Alta Paulista com a do Estado de São Paulo e do Brasil. Uma análise das pirâmides etárias da população permite observar que a maior evasão da população ocorreu na faixa etária entre 19 e 40 anos, que corresponde à idade ativa por excelência

Evolução da população* – quadro comparativo

Indicadores	1970	2004	Taxa de crescimento
Brasil	93.134	181.586	95%
São Paulo	17.770	39.824	124%
RMSP	8.206	19.127	133%
AMNAP	367	365	-1%

Quadro 8

*População em mil - IBGE, 2004.

A observação do quadro permite verificar que nem mesmo o crescimento vegetativo conseguiu manter uma taxa de crescimento positiva na Nova Alta Paulista. Aplicando-se o percentual de 95% (ocorrido no Brasil no período representado) à população regional, chega-se a um total de 715.450 habitantes. Considerando-se o crescimento do país nesse período, a projeção da população regional teria atingido essa soma. Ao contrário, houve uma queda (-1%) em relação ao total recenseado em 1970, o que evidencia a intensa migração. Tal evasão populacional pode ser considerada como conseqüência e como agravante do desenvolvimento regional. Como conseqüência, admite-se a falta de perspectiva para os mais jovens, que saem para estudar ou para trabalhar. Em ambos os casos, poucos são os que retornam. A região fica

com o ônus dos chamados custos de criação e não desfruta de sua produção, seu consumo, sua geração de impostos e tributos, e, principalmente, de sua qualificação profissional e sua mais ampla vivência cultural, o que se reflete na dificuldade de se empreender mudanças, e, irremediavelmente, no desenvolvimento regional.

Outros agravantes com que se deparavam os municípios eram o envelhecimento da população, o grande número de jovens com menos de dezenove anos, e a insignificância de uma classe média que estimulasse o mercado regional. Em todos esses casos há a necessidade de amplos investimentos do setor público em educação, saúde, segurança, esporte, lazer, apoio à micro e pequena empresa entre outros. As prefeituras municipais sentiam, de perto, esse desequilíbrio, sendo altamente pressionadas pelo aumento de demanda quanto à oferta e melhoria dos serviços sociais tendo, por outro lado, redução na arrecadação orçamentária. Em relação à população rural, entre os que ainda residiam na zona rural ou que exploravam esta atividade, no início da década de 1990, mais de 50% tinham idade superior a 50 anos (Casas da Agricultura locais), o que dificulta a implantação de projetos e programas de revitalização, tanto na agricultura quanto na pecuária.

Boa parte da explicação para as incertezas dos municípios da Nova Alta Paulista, que se arrastavam já há vários anos, pode ser encontrada nos números apresentados a seguir, publicados no Diário Oficial do Estado, em 23/6/1995, referindo-se à arrecadação de ICMS dos municípios paulistas. Transcreve-se o montante das dez maiores arrecadações do Extremo Oeste Paulista, equivalente ao valor da quota-parte municipal e dos recursos previstos no Artigo 159 da Constituição Federal. Torna-se evidente a desvantagem da Alta Paulista, e, particularmente, da Nova Alta Paulista, em relação aos seus vizinhos.

As dez maiores arrecadações de ICMS do Extremo Oeste Paulista – Maio/1995 – em R\$

Alta Sorocabana		Alta Paulista		Alta Noroeste	
Presidente Prudente	1.426.878	Marília	1.087.333	Araçatuba	1.523.102
Assis	510.630	Tupã	352.813	Castilho	787.720
Paraguaçu Pta	330.364	Pompéia	294.472	Birigui	652.515
Rancharia	315.754	Bastos	287.954	Promissão	449.208
Pres. Eptácio	309.427	Adamantina	224.457	Andradina	432.522
Pres. Venceslau	293.470	Garça	219.000	Penápolis	396.837
Cândido Mota	286.605	Dracena	215.661	Lins	391.306
Martinópolis	201.831	Oswaldo Cruz	155.641	Guararapes	322.439
Quatá	185.759	Lucélia	145.582	Valparaíso	215.498
Santo Anastácio	172.245	Junqueirópolis	136.035	Mirandópolis	201.057

Quadro 9

Fonte: Diário Oficial do Estado, 23/6/1995

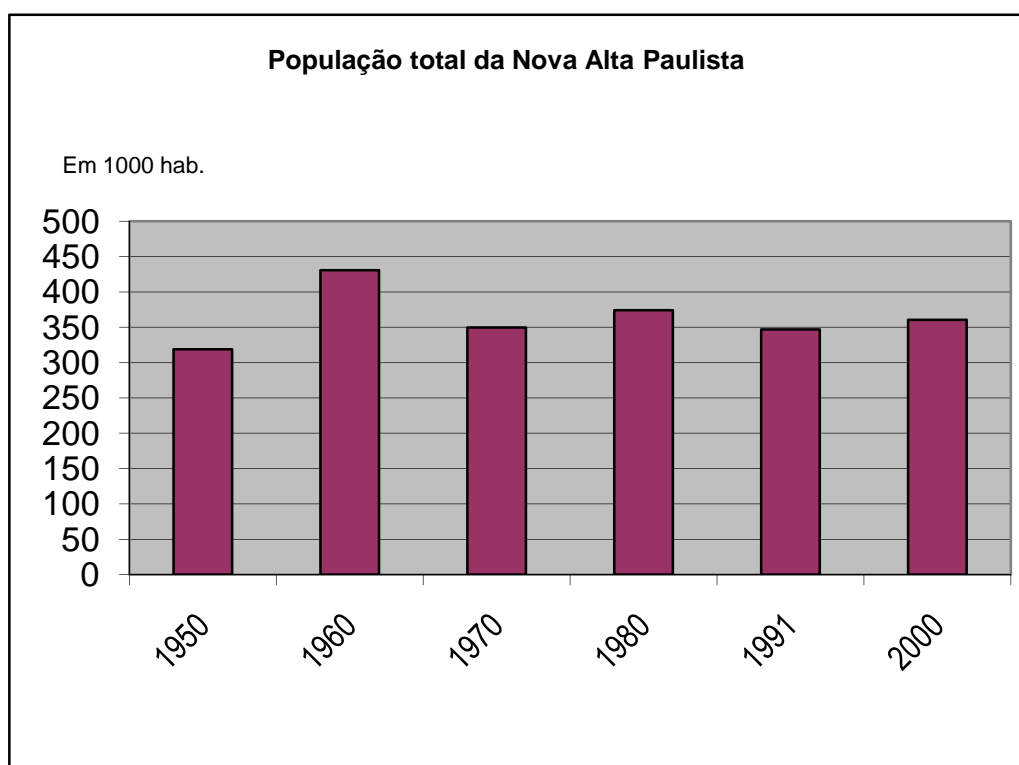


Gráfico 7
Fonte IBGE. Org: Izabel C. Gil, 2006

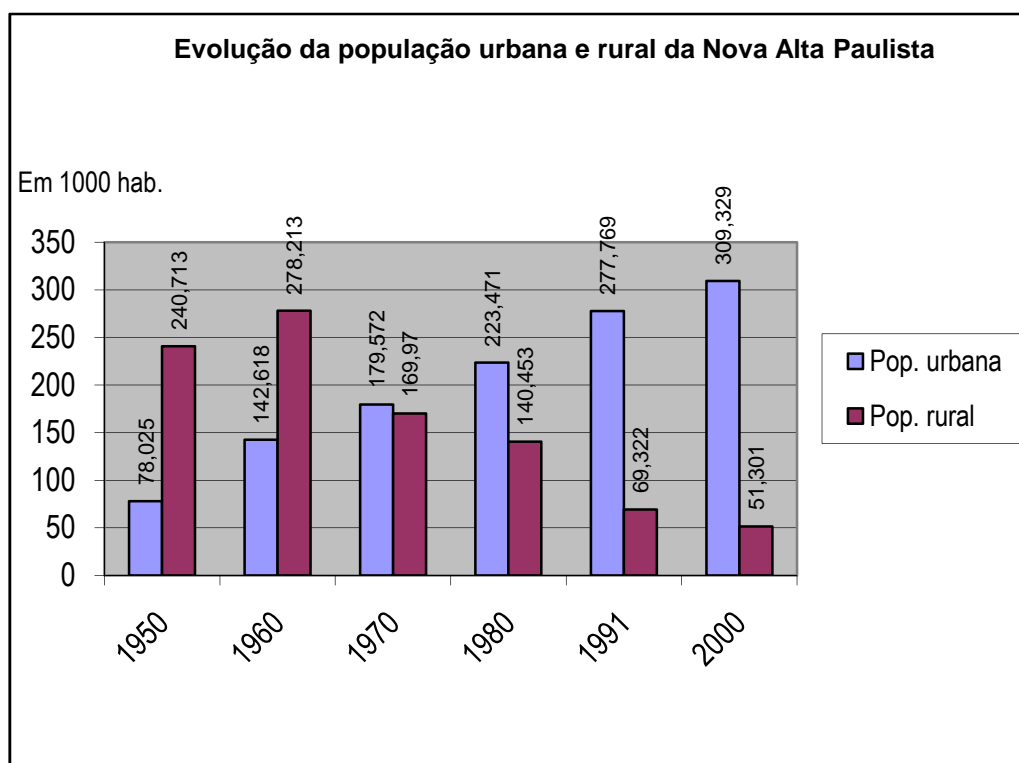


Gráfico 8
Fonte: IBGE. Org: Izabel C. Gil, 2006

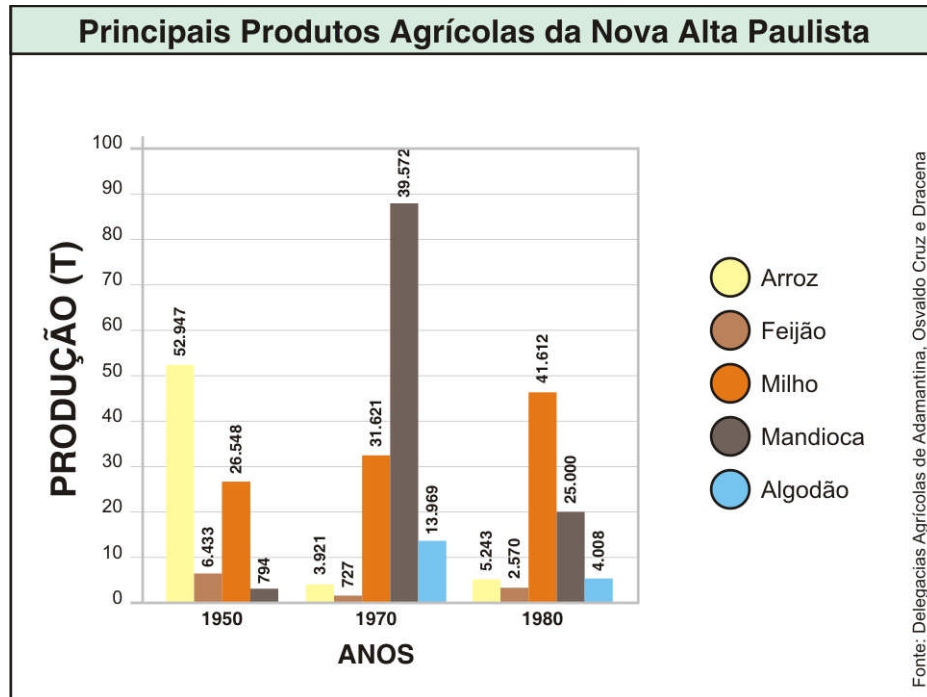


Gráfico 9

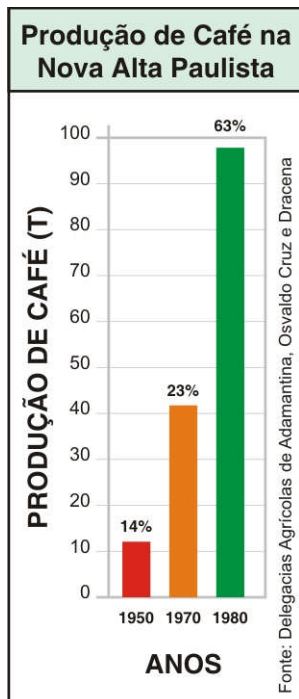


Gráfico 10

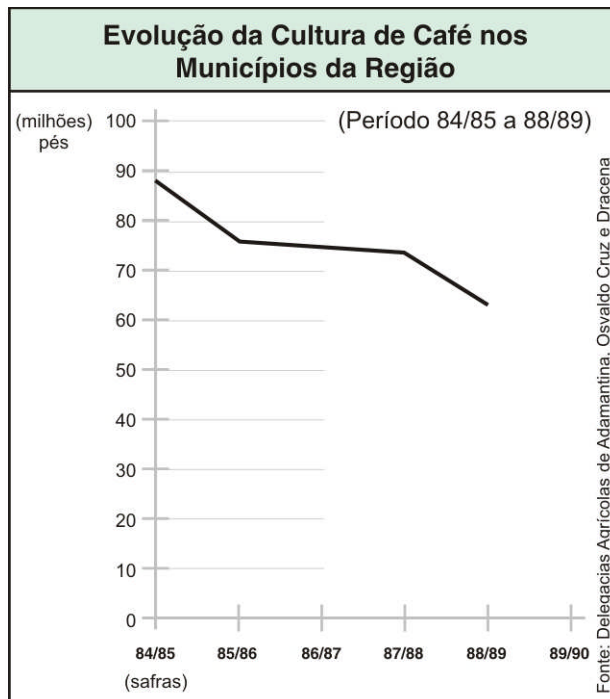


Gráfico 11

Não é difícil concluir o quê a desarticulação da cultura cafeeira representou para a economia e organização social regional. Em 1989 na edição do jornal O Estado de São Paulo, de 26/02, os articulistas José Costa e Luiz Carlos Lopes publicaram intrigante matéria cognominando a Nova Alta Paulista como “Corredor da Fome”, referindo-se à letargia em que mergulhara a economia regional.

Entre 1960 e 1985, os Censos Econômicos realizados pelo IBGE registraram crescimento negativo do número de estabelecimentos industriais em 40,74% dos municípios, em especial aqueles com população inferior a 20.000 habitantes. Destacou-se, nesse período⁷⁶, o crescimento verificado em Tupã (440,00%), Panorama (412,50%), Dracena (285%), e Rinópolis (108,33%). Osvaldo Cruz teve crescimento de 81,08% e Adamantina registrou insignificante crescimento de 1,25%. As principais indústrias instaladas foram no setor alimentício e metalúrgico (Tupã), oleiro-ceramista (Panorama), extrativa mineral (Rinópolis), e agroindústria canavieira (Junqueirópolis e Osvaldo Cruz).

Em relação ao setor comercial, 59,25% dos municípios tiveram crescimento negativo no número de estabelecimentos, destacando-se o mesmo grupo: aqueles com menos de 20.000 habitantes. Os municípios com crescimento positivo foram Dracena (1.162,00%), Junqueirópolis (500%), Herculândia (350%), e Tupã (319%). Adamantina registrou crescimento de 62,21% e Osvaldo Cruz 35,66%.

No setor de serviços, também 59,2% dos municípios tiveram crescimento negativo, sendo aqueles do mesmo grupo. Destacaram-se Tupã (1.196,30%), Panorama (900,00%), Dracena (525,00%), Rinópolis (184,21%), e Junqueirópolis (170,83%). Adamantina registrou apenas 10,25% e Osvaldo Cruz teve crescimento negativo de 1,77%.

A observação dos gráficos elaborados a partir dos censos demográficos do período observa-se crescimento negativo da população em 57,15% dos municípios, evidenciando o refluxo econômico regional. As cidades que demonstravam vitalidade em algum dos setores receberam grande parte da população que deixava o campo no próprio município ou nos municípios vizinhos. Nesse período, Tupã e Dracena conquistaram confortável condição de pólos regionais, enquanto Adamantina e Osvaldo Cruz, com maior peso econômico no setor agropecuário, sentiram mais intensamente o impacto daquele período recessivo. Mesmo os municípios que demonstraram maior vitalidade econômica não conseguiram desencadear um processo ascendente de crescimento que lhes garantisse uma condição confortável no conjunto do Estado de São Paulo.

⁷⁶ No capítulo 5, dedicou-se maior atenção à análise desses dados. Na sessão Anexos os referidos censos estão sistematizados, disponibilizando informações preciosas para a análise da realidade econômica regional.

Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

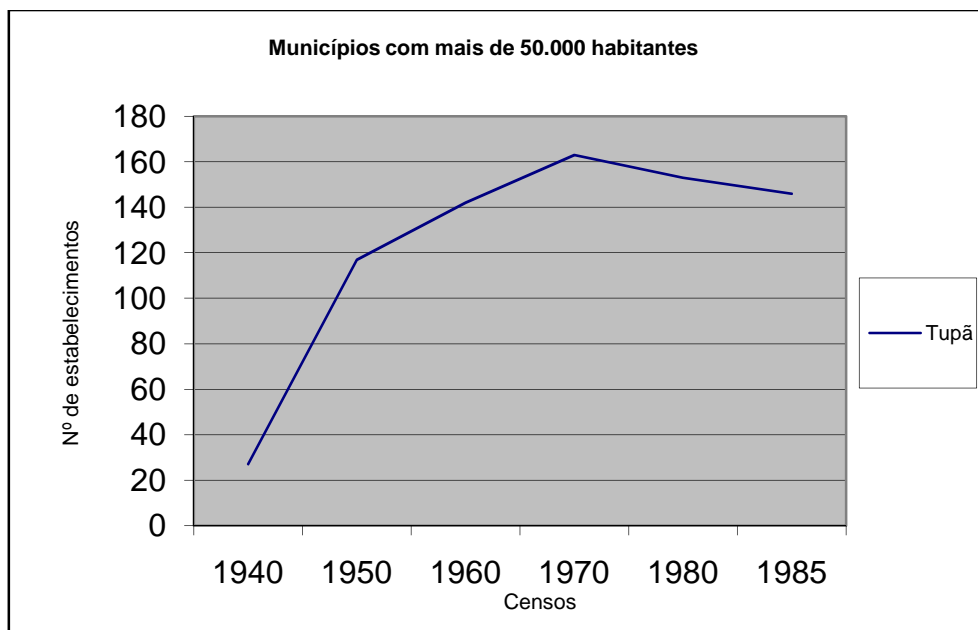


Gráfico 12

Fonte: IBGE. Org. Izabel Castanha Gil/2007

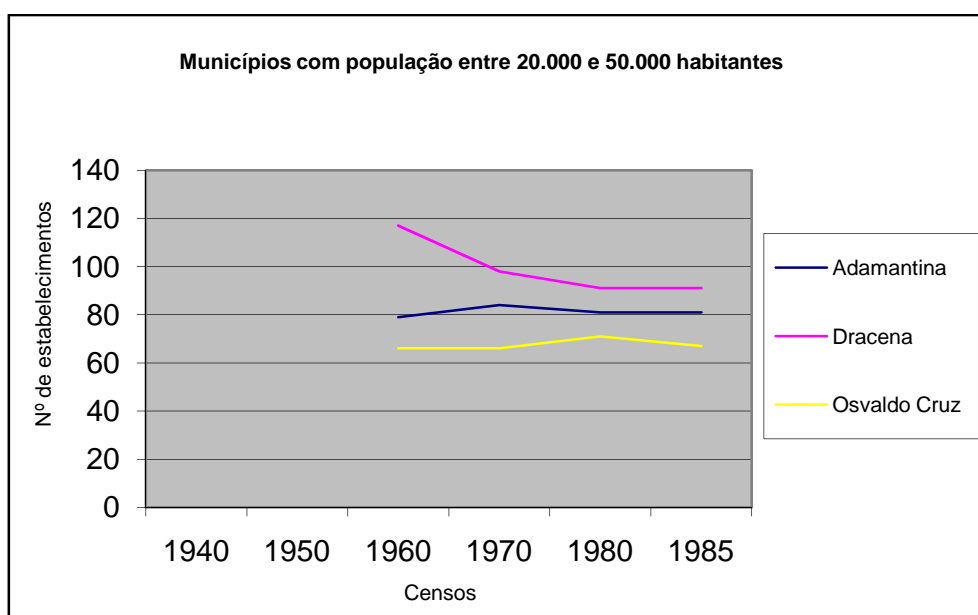


Gráfico 13

Fonte: IBGE. Org. Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

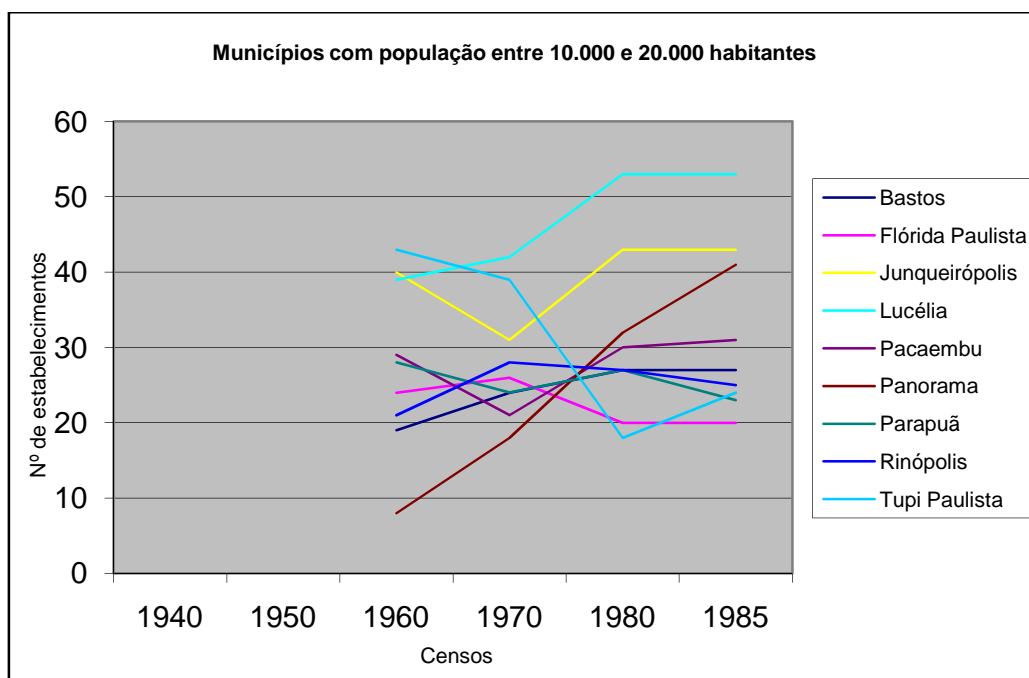


Gráfico 14
Fonte: IBGE

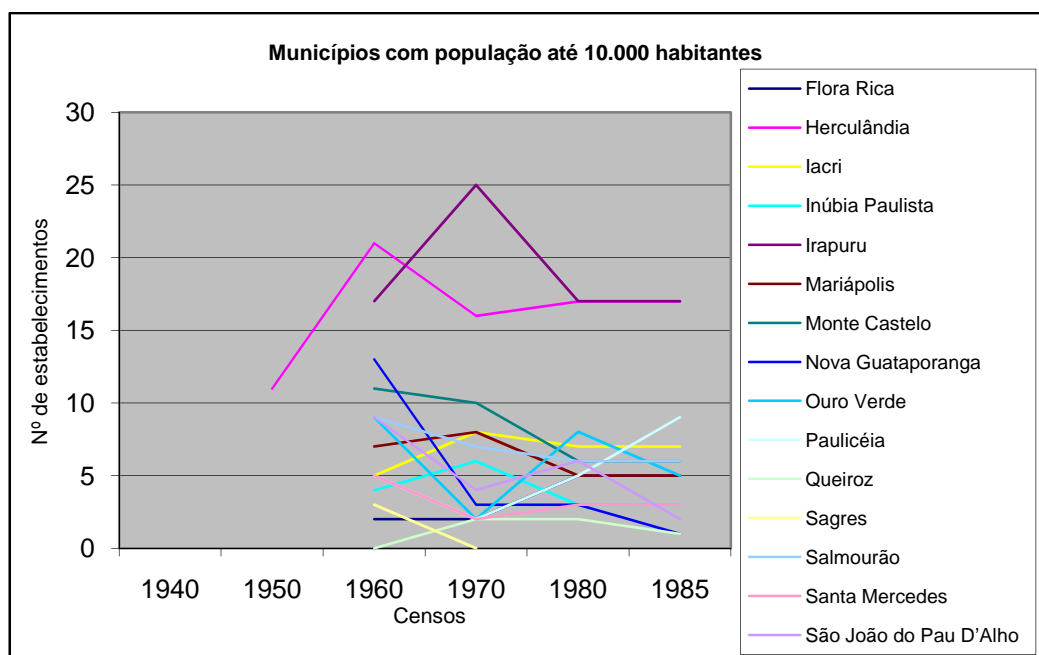


Gráfico 15
Fonte: IBGE
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1940-1985 – N° de estabelecimentos

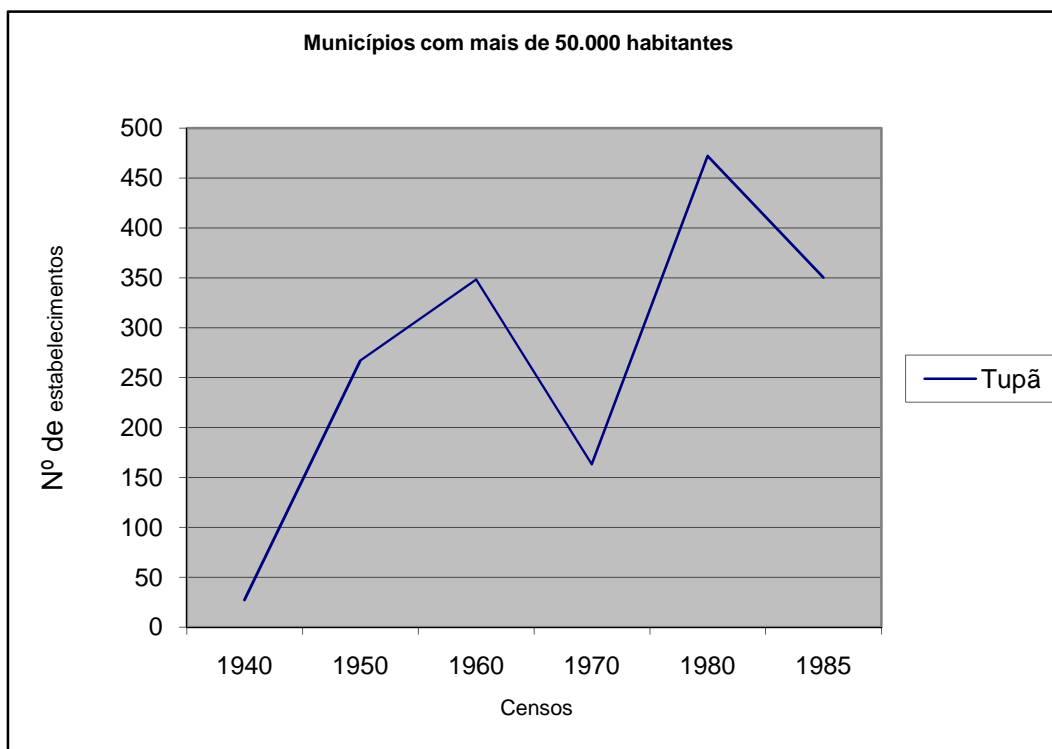


Gráfico 16
Fonte: IBGE

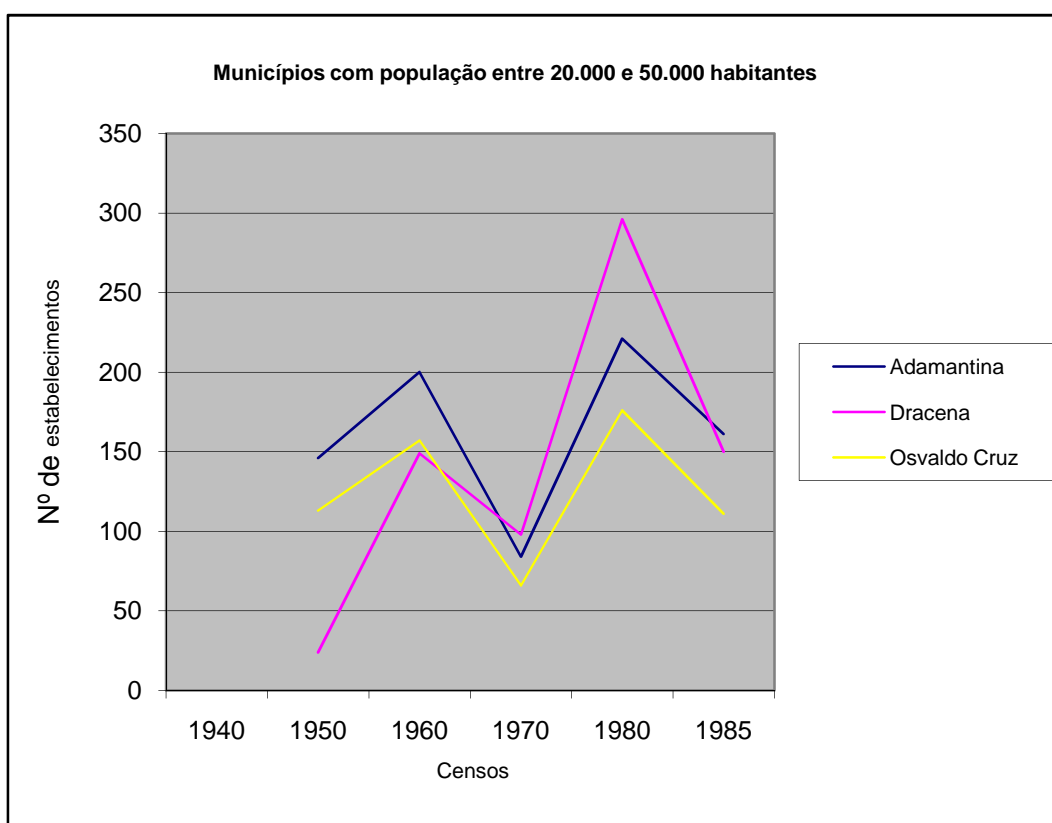


Gráfico 17
Fonte: IBGE

Nova Alta Paulista: Censo Serviços 1940-1985 – N° de estabelecimentos

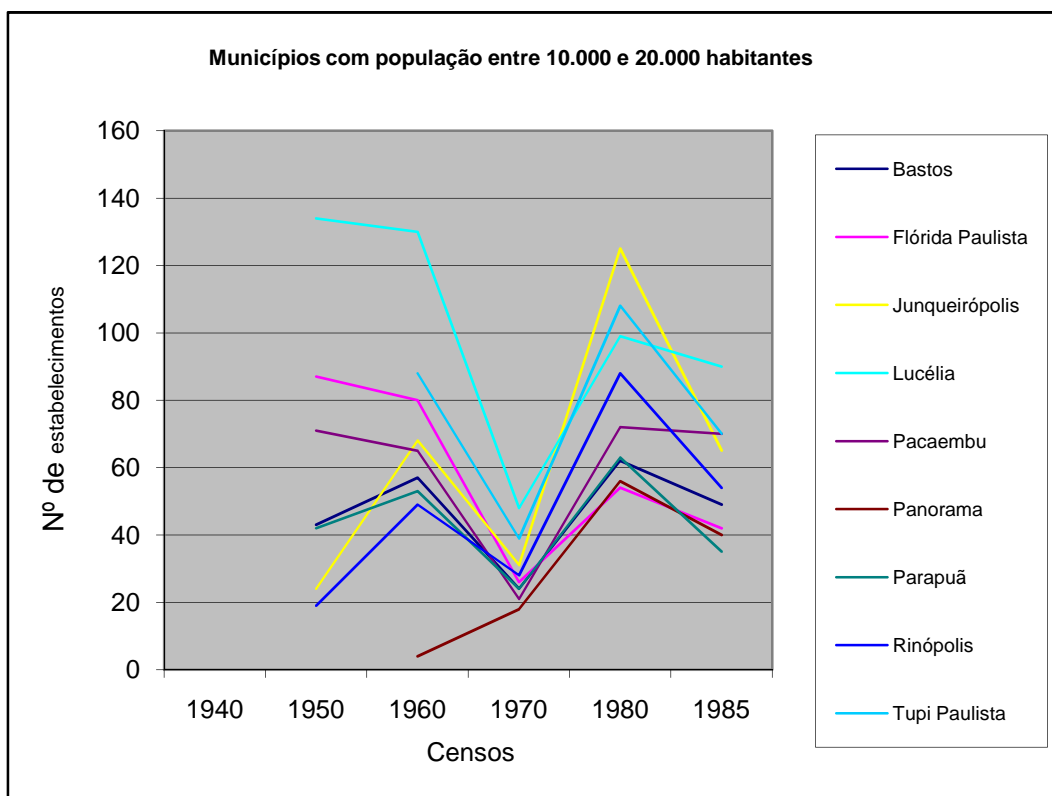


Gráfico 18
Fonte: IBGE

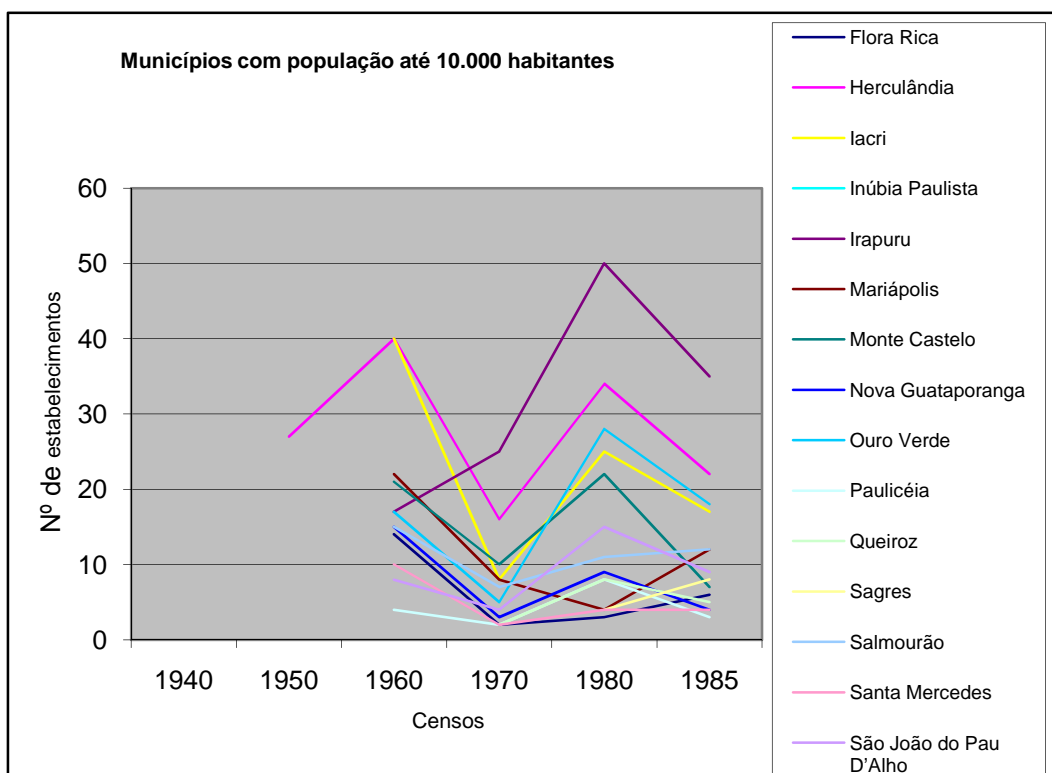


Gráfico 19
Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940-1985 – Nº de estabelecimentos

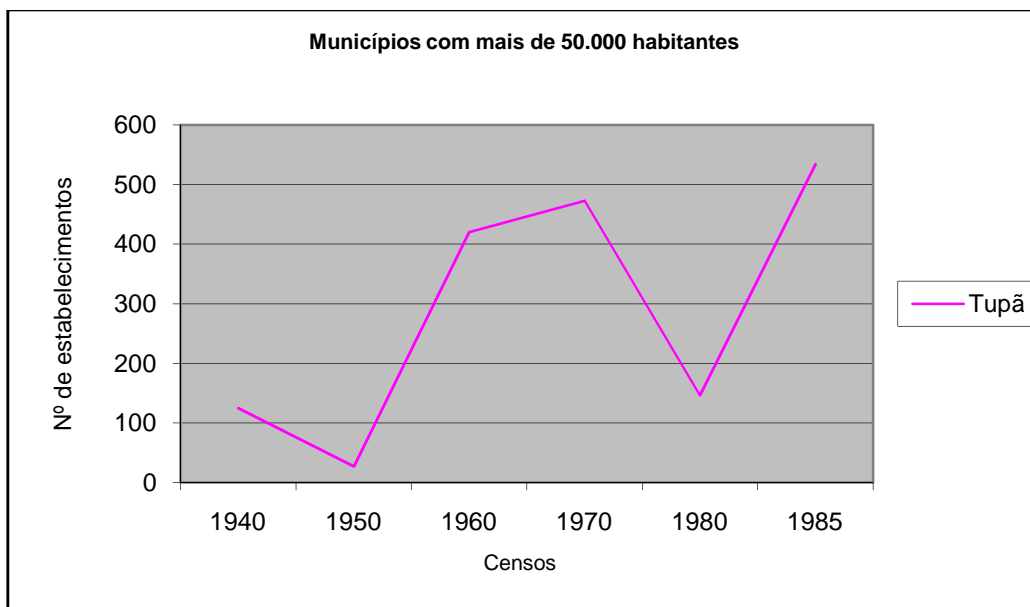


Gráfico 20
Fonte: IBGE

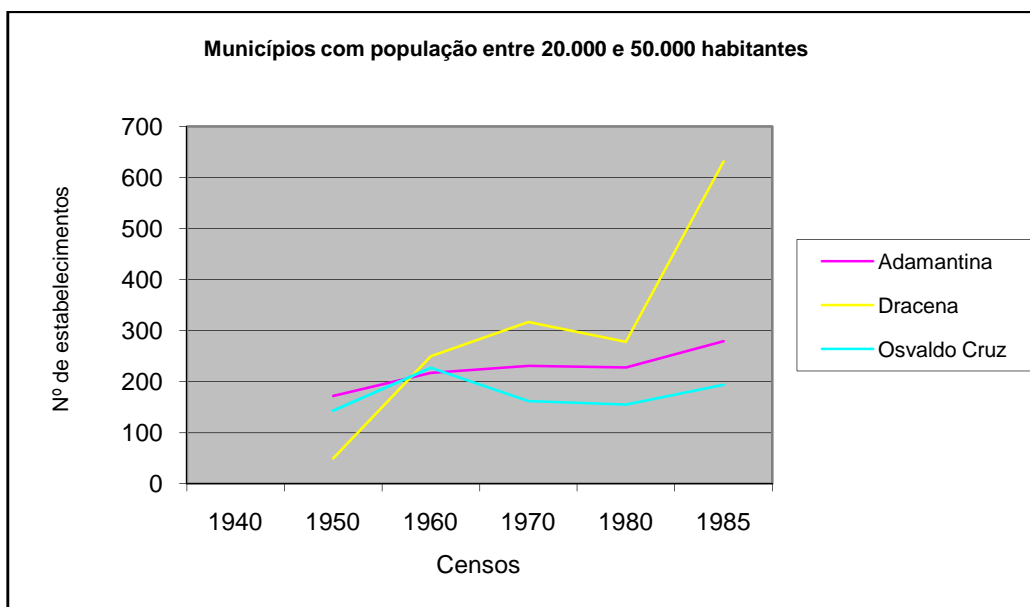


Gráfico 21
Fonte: IBGE

Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

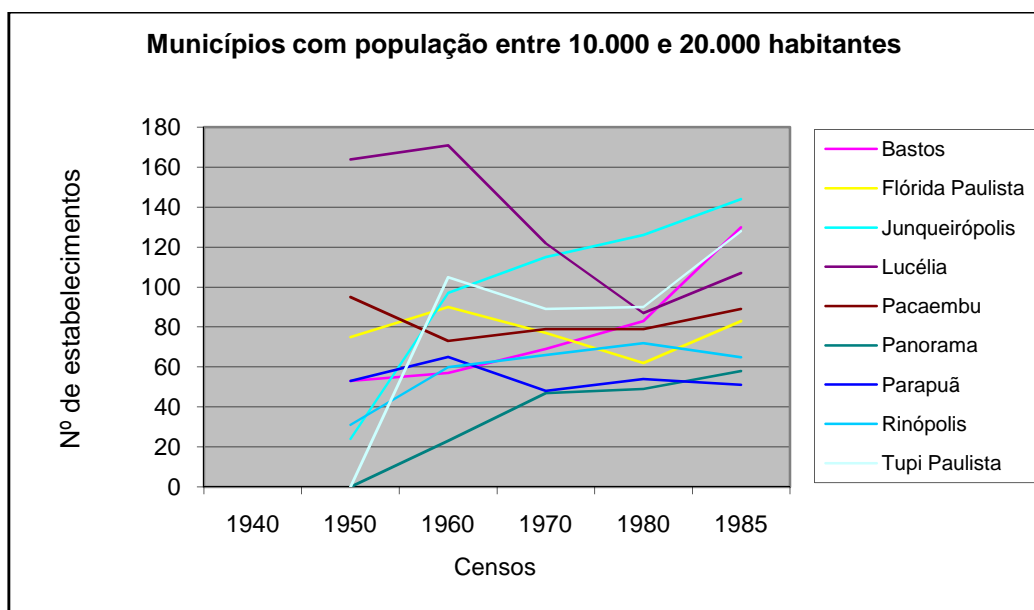


Gráfico 22
Fonte: IBGE

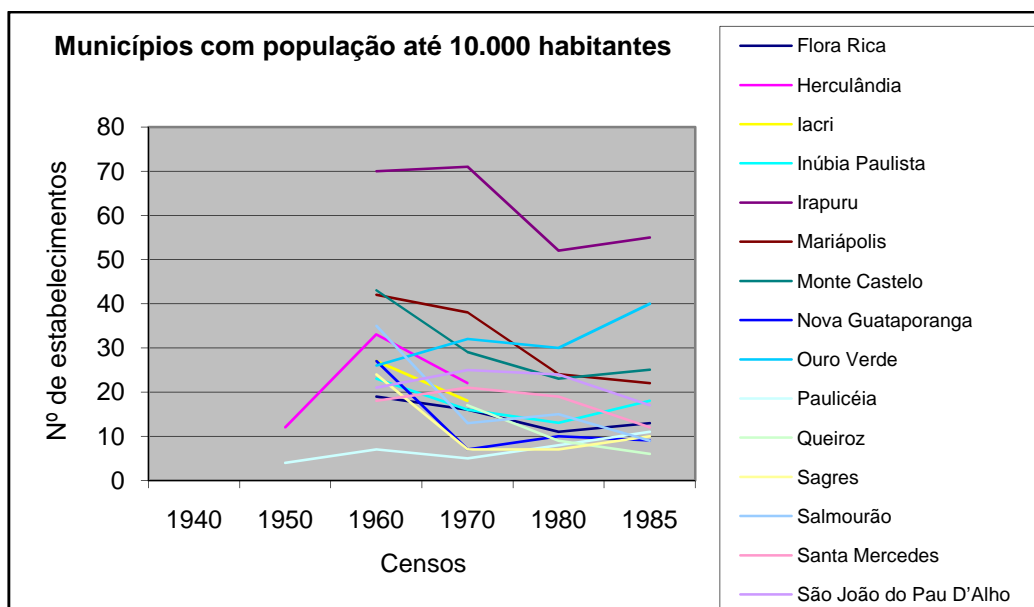


Gráfico 23
Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Os gráficos referentes aos censos demográficos (1950-2000) expõem a intensa migração da população regional nas décadas de 1970 e 1980, tanto para os centros maiores, como para as sedes dos seus municípios. Conforme o exposto anteriormente, as famílias com maior poder aquisitivo realinharam as suas atividades: substituíram os cafezais por pastagens ou arrendaram parte de suas terras para as usinas de açúcar que começaram a instalar-se a partir do final da década de 1970. Outra saída encontrada foi transferir seus investimentos para os estados vizinhos, especialmente Mato Grosso (a partir do desmembramento, em 1978, esses investimentos estão assentados em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

A essas análises somam-se a subordinação da agricultura ao sistema financeiro, por meio dos empréstimos bancários a juros altos, e ao capital monopolista, que subordina o preço das matérias-primas aos interesses do mercado internacional. (OLIVEIRA, 1996). No final da década de 1960, já com a presença das indústrias agroquímicas no país, os empréstimos bancários eram condicionados à obrigatoriedade da compra de adubos químicos, a preços de mercado, aumentando enormemente os custos de produção. Esse fato denuncia o papel do Estado privilegiando o grande capital em detrimento da pequena produção agrícola.

Muitos desses sitiantes erradicaram os cafezais e implantaram uma pecuária de corte com técnicas bastante tradicionalistas, resultando em baixa produtividade e rendimentos, o que, conseqüentemente, se reflete na pequena oferta de emprego. Boa parte dessas famílias transferiu-se para as cidades e, enquanto os filhos buscavam empregos em outros setores, o pai continuava cuidando da propriedade.

A cultura canavieira seguiu caminho inverso à cultura cafeeira na Nova Alta Paulista, substituindo culturas e pastagens ao longo das últimas décadas. O capítulo 4 aborda a fase atual do desenvolvimento regional, dedicando-se um esforço de análise à expansão da cana-de-açúcar no Oeste paulista.

As profundas transformações que ocorreram na região, principalmente entre 1975 e 1990, são sintetizadas nas palavras da empregada doméstica Mirtes Nascimento (48 anos, moradora em Dracena):

Há muitos anos não voltava ao bairro onde nasci e vivi a minha infância. Me deu saudade e eu fui até lá. Fiquei triste. As casas foram derrubadas e o curral, o pomar, a horta não existem mais. Onde eu morava agora só tem boi e cana.

A proletarização do trabalhador rural, agora radicado na cidade, passou a gerar novas demandas nos serviços públicos municipais, especialmente de assistência social, saneamento básico, transporte coletivo, entre outros, sobrecarregando o orçamento público municipal. Na Nova Alta Paulista, especialmente nesse segundo momento do seu desenvolvimento regional,

esse fato contribuiu para a formação de novos territórios e novas territorialidades. A expansão da cana-de-açúcar e a tendência de seu predomínio sobre outras culturas e atividades agrárias apontam para a territorialização do capital sob a égide contemporânea das energias renováveis. A expansão dos bairros populares, descentralizando as demandas e exigindo gestões específicas do poder público municipal, evidenciam a formação de novos territórios e novas territorialidades, que se refletem na organização econômica, social e cultural das cidades e municípios.

Uma das novas territorialidades relaciona-se à nova dinâmica urbana decorrente da formação de bairros populares, mudando a centralidade de algumas dessas cidades. Outra territorialidade é a baixa densidade demográfica do campo e o deslocamento do sitiante e sua família para as cidades, imprimindo uma urbanidade *sui generis*. A modernização do campo apresenta-se bastante paradoxal. Propriedades com exploração *high tech* da cultura canavieira contrastam com sítios precarizados e de exploração subutilizada, além da baixa tecnificação predominante. Pelas estradas rurais entrecruzam-se usineiros em suas caminhonetes atualizadíssimas e pequenos sitiante em seus automóveis “*D 20 anos atrás*”.

Em algumas esquinas movimentadas da cidade, nas chamadas “pedras”, aglomeram-se homens desocupados que fazem picaretagem, vendendo lotes de “gado bão”, casas baratas, terrenos urbanos “muito bem localizados”, sempre à espera de um negócio de ocasião. Na periferia, pipocaram os bares, os chamados botecos, diariamente lotados de homens que sabem “fazer de tudo”, à espera “do que aparecer”, já que não “enfeitam nenhum tipo de serviço”, e de jovens sem esperança, que “adoram cerveja gelada, música sertaneja, e uma mina ajeitada”.

Caminhões carregados com frutas e legumes entregam essa produção no CEAGESP, em São Paulo. De lá, esses vegetais são redistribuídos aos CEASA regionais, vindo parte da produção, nesse caso, para Presidente Prudente e Marília. Desses centros, as frutas e legumes retornam às quitandas, feiras livres e supermercados das cidades da Nova Alta Paulista. Tal procedimento contribui para o encarecimento e perda de qualidade dos produtos, além de dificultar a comercialização direta dos produtores. Várias tentativas iniciaram-se no sentido de proporcionar esse tipo de comercialização, com a formação de associações de produtores rurais, sendo significativa a experiência de Lucélia, no início dos anos de 1990. A mobilização desses produtores para comercialização direta resultou na instalação de uma feira livre semanal. Cerca de dois anos após a implantação da mesma, registravam-se 80% de produtos comercializados por não produtores, incluindo entre eles verduras, legumes, e frutas. O mesmo ocorre na maior parte das feiras livres de todas as cidades.

Em Junqueirópolis, os agricultores formaram uma associação agrícola em 1990, colocando-se entre as mais bem sucedidas da região, inclusive com reconhecimento externo. As dificuldades da época os levaram ao associativismo, inicialmente com o plantio de maracujá, e, posteriormente, com a acerola. (Entrevista com o presidente Osvaldo Dias em 15/2/2007). A síntese de sua trajetória será tratada no capítulo 5, destacando a sua fase atual.

Construída na esteira da expansão cafeeira para o Oeste e da concentração industrial nas metrópoles do Sudeste, particularmente na de São Paulo, a Nova Alta Paulista diminuiu seu ritmo de crescimento a partir do final da década de 1960, agravando-se com a geada de 1975 e com os impactos da conjuntura político-econômica nacional e internacional, que contribuíram para a desaceleração dessa atividade praticada nos moldes empregados até então.

Os anos de 1980 e boa parte da década de 1990 foram de estagnação econômica nessa área do território paulista. Apesar dos esforços dos prefeitos, vereadores, lideranças regionais, agricultores, entre outros, pela busca de alternativas, não se registraram muitos resultados significativos. Ao contrário, os municípios continuaram perdendo população. Vários municípios criaram leis de incentivo à instalação e ampliação de atividades industriais, resultando em disputa entre os mesmos para sediar esses investimentos. Nessa fase foi marcante a transformação da organização produtiva e espacial do campo, com redução das áreas e da população de cafeeiros e o avanço das pastagens voltadas especialmente para a pecuária bovina de corte.

No governo de Mário Covas houve grande preocupação com a migração de indústrias paulistas para outros estados, intensificada com a chamada “guerra fiscal”. Uma das iniciativas governamentais foi o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial, que previa a criação de infra-estrutura e alguns incentivos fiscais para os municípios que desejassem sediar novas indústrias ou mesmo promover iniciativas locais. O Centro de Pesquisa e Amparo aos Municípios da Fundação Faria Lima (CEPAM) foi o órgão técnico responsável para respaldar as ações dos municípios, incentivando e orientando a criação de consórcios intermunicipais para incrementar as ações.

Na Nova Alta Paulista, houve a criação do Consórcio dos Municípios da Alta Paulista (COMAP), convênio assinado em setembro de 1995, entre o Cepam, a Amnap, e alguns municípios interessados. O deputado estadual Mauro Bragato, bastante envolvido com a região, deu o respaldo legislativo elaborando emendas complementares ao Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial, que criava o Conselho Estadual de Incentivo ao

Desenvolvimento Industrial e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (FIDES). Em relação à Nova Alta Paulista, ele elaborou projetos de lei que previam:

- a) A criação de um pólo tecnológico agroindustrial da fruta, com sede em Adamantina. Além da pesquisa científica, este pólo teria a função de apoiar a instalação de agroindústrias relacionadas à fruticultura, tais como doces, conservas, sucos, sorvetes, entre outros.
- b) A criação do pólo tecnológico da indústria ceramista, com sede em Panorama. A função deste pólo seria apoiar a instalação de indústrias de telhas, tijolos, lajes, vasos, manilhas, cerâmicas, entre outros.

O Comap deveria funcionar nos mesmos moldes do *Projeto Calha*, envolvendo os municípios do médio Tietê. Para tal, se pretendia elaborar um banco de dados com informações sobre as potencialidades e as limitações dos municípios entre Tupã e Panorama, estabelecendo estratégias para fortalecer algumas fragilidades e destacar as vantagens comparativas apresentadas pelo conjunto dos municípios. pretendia-se disponibilizar as informações, via Internet e *portfólio*, aos possíveis interessados nacionais e internacionais em investimentos nesses municípios.

O Projeto, de iniciativa do Cepam, previa novas formas de organização político-administrativa entre o Estado e os municípios, “contribuindo para minimizar os efeitos danosos dos desequilíbrios regionais”. (Sérgio G. Seixas, presidente do Cepam. Jornal O Compasso nº 3, ano I, 1ª quinzena de outubro/95). Inicialmente orçado em R\$ 1.000.000,00, diante das dificuldades orçamentárias do Estado e das prefeituras, o mesmo foi revisto e o valor reduzido para R\$ 150.000,00. o prefeito de Adamantina, Ivo Santos, presidente da Amnap àquela época, tornou-se o articulador regional para a sua viabilização . apesar das expectativas, o projeto não vingou. Em entrevista, ele comenta o objetivo frustrado:

Durante minha gestão, centramos os esforços para elaborar um levantamento socioeconômico e físico da região. A intenção era identificar a caracterização regional para apontar a sua potencialidade. Queríamos divulgar a Nova Alta Paulista inclusive no exterior, tentando atrair investimentos.

Para tal projeto, necessitaríamos de um volume significativo de dinheiro, o que não despertou a atenção dos prefeitos. Já era um a dificuldade fazer com que os municípios pagassem a anuidade da Amnap, imagina desprender recursos para um projeto que eles consideravam incerto. (Entrevista concedida em 18/1/2007)

Mauro Bragato, deputado estadual envolvido com o mesmo projeto, destaca:

Talvez por não acreditarem no projeto, os prefeitos não se entusiasmaram a ponto de tirá-lo do papel. Nessa época, era muito forte a rivalidade entre os principais pólos regionais e isso também

contribuiu para o esvaziamento do projeto. (Entrevista concedida em 5/3/2007)

Sérgio Gabriel Seixas, ex-presidente do Cepam à época deste projeto, e ex-prefeito de Adamantina, tece suas considerações:

O desinteresse dos prefeitos vinha do desinteresse do próprio Estado. Não havia políticas regionais que respaldassem esses projetos. Elas pouco fazem parte das políticas centrais. Entre os governadores de São Paulo, com visão regional, destacam-se Abreu Sodré, Paulo Egydio Martins, e Franco Montoro. A descentralização, implantada por Montoro, é uma pré-condição fundamental para se criar projetos regionais, mas pouco se fez depois dele. (Entrevista concedida em 6/3/2007)

Oswaldo Dias, presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis à época do Comap, comenta:

Não houve interesse por parte das lideranças regionais e, por isso, não houve mobilização. Perdemos uma excelente chance de obter conquistas importantes. Além do projeto, que era interessante, o presidente do Cepam era da região, e isso facilitava os contatos com o governo estadual. Parece que as pessoas não querem ou não acreditam nas suas próprias potencialidades e, em relação a muitas lideranças, o que se percebe é que poucos desempenham o seu papel social. (Entrevista concedida em 6/3/2007)

A análise da conjuntura deste episódio – apoio oficial e desinteresse regional – permite observar o distanciamento entre as concepções de desenvolvimento dos atores sociais. Pode-se afirmar que a tentativa frustrada de se promover um projeto regional de desenvolvimento com claro apoio do governo estadual, em bases técnicas, caracteriza um divisor de águas entre o modelo anterior de gestão política regional baseada nas reivindicações pontuadas, em que este ou aquele político se destacava pelo empenho pessoal ou do seu grupo junto às esferas políticas superiores e a tendência atual, que busca articulações de base para propor projetos com enfoques mais extensivos aos interesses coletivos.

Este é o retrato do desenvolvimento regional que se configurou ao longo das décadas de 1970, 1980, e 1990, evidenciando a influência de fatores internos e externos à Nova Alta Paulista, expressando a sua inter-relação com a Divisão Internacional do Trabalho e a Divisão Territorial do Trabalho. A realidade energética contemporânea, no entanto, acena para profundas transformações regionais, apontando sua iminente influência no desenvolvimento regional a partir dessa segunda metade da primeira década do século XXI. Nos anos recentes, percebem-se novas tendências influenciando o desenvolvimento regional, quais sejam a expansão da atividade sucroalcooleira e algumas iniciativas locais de desenvolvimento

endógeno, destacando-se, nesta última, a experiência de Junqueirópolis, pelos princípios, pelas estratégias, e pela continuidade.

3.7. A criação da AMNAP como entidade política representativa da região

3.7.1. Metodologia utilizada para o resgate histórico da entidade e análise de sua influência no desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista

Procurou-se reconstituir o histórico da entidade por meio de consulta aos livros-ata, mas os registros contínuos na sede da entidade iniciam-se a partir de 2003. Entre os anos de 1997 e 2002, constam as atas de apenas duas assembléias; as atas anteriores a esta data não foram localizadas. Depoimentos de ex-prefeitos e ex-veredores atuantes nos primeiros anos da associação, afirmam que esses livros costumavam acompanhar os secretários, sendo guardados em sua cidade, até a posse da próxima diretoria. Era hábito comum o prefeito nomeado para o cargo de secretário delegar a tarefa da redação das atas a algum funcionário municipal de sua confiança, o que dificultou os contatos. Não havia preocupação em arquivar os documentos, nem os recortes de jornal com as matérias veiculadas, de modo a fazer um acervo contínuo e cumulativo. Como consequência, a entidade, até a época desta pesquisa, não contava com arquivos sistematizados. A partir de 2003, a regularização dos registros facilitou as consultas.

Essa constatação fez com que se desse maior atenção às matérias jornalísticas veiculadas nos jornais locais, tornando-se a principal referência impressa dos dados coletados. A dificuldade em se obter dados oficiais inspirou a iniciativa de se publicar uma síntese do conteúdo das matérias no final deste trabalho (sessão Anexos), com o objetivo de disponibilizar informações a quem possa interessar-se pelo tema. A análise desse material possibilitou identificar pessoas, fatos, seqüências, estratégias de ação, dificuldades, conquistas, conflitos, entre outros. As pessoas mais significativas foram contatadas e convidadas a darem os seus depoimentos, o que aconteceu de modo espontâneo e com grande espírito de colaboração.

O arquivo mais antigo é o do Jornal de Osvaldo Cruz, daquela cidade, fundado em 1954. A encadernação do acervo, no entanto, não é extensiva a todos os anos, havendo, ainda, períodos incompletos, o que dificulta as consultas. O arquivo mais completo e catalogado de modo adequado é o do Jornal O Adamantinense, fundado em 1965, na cidade de Adamantina. Em 1998, esse jornal passou a denominar-se Diário do Oeste. A maior parte das matérias foi

coletada⁷⁷ nesta fonte. Para complementar as informações, foram consultados os arquivos dos jornais Folha Regional, de Flórida Paulista, A Voz de Irapuru, de Irapuru, Jornal Regional⁷⁸ on-line, de Dracena, Diário do Povo, de Tupã, Jornal Impacto, de Adamantina, e Jornal da Cidade, de Adamantina. As informações mais recentes de eventos da entidade foram coletadas nos sites dos jornais e de algumas prefeituras. As atas disponíveis, após 2003, foram utilizadas para complementar e confrontar as informações veiculadas nos jornais, buscando identificar aspectos que “escaparam” às matérias meramente narrativas. Além das fontes jornalísticas, buscou-se entrevistar as autoridades mais expressivas identificadas ao longo da investigação. Seus depoimentos estão inclusos neste texto e são bastante elucidativos.

3.7.2. A gênese

A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) é a principal representação política regional. Dedicou-se atenção à sua trajetória, suas ações e suas estratégias por reconhecer o seu envolvimento com o desenvolvimento regional. Ela foi criada em 1977, ainda num contexto político marcado pelos governos militares, porém já na fase de esgotamento do nacional desenvolvimentismo.

As dificuldades impostas pela pouca expressividade da economia regional, num contexto nacional e externo igualmente desfavorável, impuseram a necessidade de se pensar soluções, e elas não viriam por si só. Aumentava a visão de conjunto e o desconforto impelia para a busca de respostas políticas em todas as instâncias, sendo a mais próxima os governos municipais. A essa época, a Nova Alta Paulista foi percebendo o seu isolamento e sentindo as conseqüências de uma política local mais comprometida com interesses parciais do que com propostas abrangentes e voltadas ao bem-comum.

Os desafios eram imensos e as forças locais não demonstravam vitalidade para superá-los individualmente. A microrregião de Dracena⁷⁹, localizada no extremo Oeste, portanto a mais distante em relação à capital e aos centros regionais mais dinâmicos, e com pouca possibilidade de ampliar seus contatos com o Mato Grosso (seu parceiro comercial mais próximo), devido à inexistência de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os dois estados (por

⁷⁷ Para o levantamento das fontes jornalísticas foi significativa a contribuição dos jovens Fabiano Rodrigo Biffi, licenciado em História, e Francine Brito Alves, técnica em informática. As atas disponíveis foram cedidas por Carlos José Ribeiro do Val, diretor executivo a partir de setembro de 2006.

⁷⁸ Este jornal não disponibiliza seu acervo para consulta, apesar de se constituir numa fonte preciosa.

⁷⁹ A microrregião de Dracena compreende doze municípios, sendo eles: Panorama, Paulicéia, Monte Castelo, Nova Guataporanga, São João do Pau D’Alho, Santa Mercedes, Ouro Verde, Tupi Paulista, Dracena, Junqueirópolis, Flora Rica e Irapuru. Em assembléia ordinária da Amnap, realizada em 25/11/2006, decidiu-se pela proporcionalidade de municípios por pólo regional. Assim, Dracena, Adamantina e Tupã passaram a jurisdicionar politicamente dez municípios.

rodovia ou ferrovia), liderou um movimento para que se formasse uma associação de municípios da Nova Alta Paulista.

Em 20 de julho de 1977, em reunião na Câmara Municipal de Dracena, foi criada a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP. Sua inspiração principal foi “unir os municípios da Nova Alta Paulista para unir as forças com o intuito de conseguir despertar a atenção do Governo, no sentido de que sejam atendidas todas as suas reivindicações. Todos os prefeitos estão lutando por uma só causa: estão estudando os problemas de cada cidade, a fim de eliminar as necessidades prementes de cada um, para a grandeza da região”. (Ata de criação da Associação, transcrita no Jornal O Adamantinense, de 30//7/77, nº 603, ano XII, p. 1).

Por não haver um assessor de imprensa específico da Amnap, sendo que nem mesmo as prefeituras, em anos anteriores, dispunham dessa estrutura, eram convidados os órgãos de imprensa e as rádios locais para fazerem a cobertura das assembleias. Antes dos recursos eletrônicos da internet, eram enviados convites pelo correio aos principais jornais e rádios da região e, de modo geral, compareciam os repórteres e locutores das cidades onde ocorriam as assembleias e das cidades vizinhas. Com a ausência dos mais distantes, não se garantiu a publicação de matérias jornalísticas de todas as assembleias num único jornal. A entidade não tinha a prática de enviar um release aos principais órgãos de imprensa locais.

Jorge Abdo Sader (70 anos), eleito vice-presidente da Amnap na primeira diretoria, comenta:

A entidade nunca teve condições para contratar uma assessoria de imprensa. As prefeituras também não possuíam essa estrutura, então, não havia como disponibilizá-la. Os repórteres dos jornais e os locutores faziam a cobertura das assembleias apenas por interesse jornalístico. (Entrevista concedida em 10/1/2007)

José Costa (59 anos), de Irapuru, presente desde a primeira assembleia como correspondente do jornal O Estado de São Paulo para a Alta Paulista, e posteriormente também do jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, comenta:

Acompanhei todas as reuniões da Amnap até o início da década de 2000. Eu escrevia as matérias, mas nunca me preocupei em arquivá-las. (Entrevista concedida em 16/1/2007)

Não foi identificado registro radiofônico ou áudio-visual de nenhuma assembleia. José Mário Toffoli, jornalista e radialista em Adamantina, pelo Grupo Jóia de Comunicação, comenta:

Eu era um dos radialistas que mais participava das assembleias; estava sempre presente com o meu gravador. Muitas coberturas

foram feitas ao vivo, por telefone. Eu me deslocava com recursos da emissora e, muitas vezes, com meus próprios recursos. Era comum pegar carona com os prefeitos e vereadores. Não há registros radiofônicos porque, depois de alguns dias, as entrevistas e reportagens são apagadas. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Acácio Rocha, repórter do Jornal O Adamantinense, no início desta década, esclarece:

A orientação do diretor do jornal era para não fazer a cobertura das assembleias em cidades mais distantes. Havia custos com a locomoção, com pouco retorno financeiro para o mesmo, então, a cobertura era feita posteriormente. Entrevistava-se alguém que havia participado da reunião e fazia-se a matéria. Não havia release, nem fax, nem nada, por parte da entidade. O desinteresse do jornal devia-se ao desinteresse do próprio leitor, principalmente em períodos de refluxo na movimentação da entidade. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Quanto às reportagens recentes, Urter Massarotti Junior, proprietário do Jornal Folha Regional, de Flórida Paulista, afirma:

Não posso estar presente em todas as assembleias, pois isto tem um custo. Como tenho o convite em mãos, telefono para alguém da diretoria logo no dia seguinte e pego a pauta. As fotos são enviadas por alguém, eletronicamente. A última gestão da Amnap tem se preocupado em enviar um release, o que facilita bastante o trabalho. (Entrevista concedida em 10/1/2007)

3.7.3. As associações de municípios em um ambiente federalista

As obras clássicas de sociologia política são prodigiosas na análise do comportamento de grupos políticos em escala macro, abrangendo, sobremaneira, a política nacional. Os grupos políticos locais e até mesmo o comportamento individual de alguns desses líderes, embora em menor quantidade, também têm sido alvo de estudos, contribuindo para compreender, no caso brasileiro, a “alma” de uma arte (ou um sistema) que, nas democracias, envolve toda a sociedade.

A política local ou regional, quase sempre, é relegada a segundo plano, pela limitada amplitude de sua abrangência e pouca influência no cenário macro-político do país. Olhos atentos à movimentação de determinados grupos com atuação microescalar, recortando-os da totalidade para lhes compreender as inter-relações horizontais e verticais, no entanto, permitem compreender como se entrecruzam as políticas local, regional, estadual e federal. Pode-se afirmar que é na escala do município, portanto do lugar, que todas as esferas (inclusive a global) se entrecruzam, materializando, no cotidiano do cidadão, ideologias, regimes e sistemas políticos, planos e programas de governo, planejamento, gestão,

(in)suficiência ou (in)adequação na aplicação de recursos públicos, entre outros aspectos da ciência, da técnica, e da arte da política.

Com esse enfoque estudaram-se as três décadas de existência da Amnap, procurando desvendar-lhe as particularidades e a sua relação com as demais esferas. Por se tratar de uma entidade formada essencialmente por gestores públicos municipais, com atuação direta junto ao executivo estadual e federal, buscou-se também discutir a influência do modelo gerencialista de administração pública, fortemente presente na condução da entidade na última década, implementado por Mário Covas e seguido por Geraldo Alckmin, ao longo dos últimos doze anos. Procurou-se compreender como esse modelo se refletiu na organização político-administrativa da Amnap e na vida do cidadão, por meio da atuação de uma entidade mediadora entre o município e o Estado (nas duas esferas superiores).

Ao longo desses trinta anos, percorridos de modo sinuoso, percebe-se um eixo que sustenta essa associação de municípios: o esforço de articulação dos gestores públicos municipais em busca de soluções para os problemas do cotidiano da população. A sociedade empreende várias formas de luta e resistência, indo desde o confronto direto até a indiferença para com a ordem instituída, fazendo-a ruir por inanição. Em algumas regiões do país, os conflitos entre os grupos descontentes e os grupos melhor situados, e entre eles e o próprio Estado, levaram (e levam) a confrontos beligerantes, com perdas irreparáveis a todos os envolvidos. Qualquer forma de luta trás conseqüências: se racional e engajada, vislumbra-se a socialização dos resultados almejados; se passional e sectária, colhe-se fartamente o ranço do ideal inspirador da mobilização. Há lutas que são ocasionais: as pessoas articulam-se para solucionar algum problema específico, como a falta de água ou de pavimentação asfáltica no seu bairro, formando os movimentos socioespaciais. (FERNANDES, 2005, p.4) Esses movimentos tendem a diluir-se com a realização dos objetivos. Alguns movimentos são constantes, como o direito à terra, à saúde, à moradia, à educação, e a sua conquista implica em mudanças estruturais. Esses movimentos são denominados socioterritoriais. (Idem).

As principais articulações e reivindicações dos líderes políticos regionais, embasadas nas demandas locais, demonstram o desejo de territorialização das necessidades elementares das pessoas, quais sejam, o acesso aos serviços públicos essenciais, as obras de infraestrutura, a geração de emprego e renda. Estes, colocados à disposição do cidadão, tornam-se as bases do desenvolvimento. A Amnap constitui-se no principal agente político regional, portanto, no principal instrumento criado indiretamente pela população (os prefeitos e vereadores membros, por meio de sufrágio universal, são os representantes dos cidadãos), para lhe representar junto às esferas superiores. Ela caracteriza-se, então, como um agente

socioespacial, pois se trata de uma entidade político-reivindicativa, de caráter consultivo e deliberativo, porém, sem poderes executivos. Suas bandeiras emanam das demandas dos municípios, que, por sua vez, são captadas principalmente pelos prefeitos, a partir dos anseios e necessidades dos munícipes. Nesta pesquisa, procurou-se identificar o papel e a relação dessa entidade com o desenvolvimento regional. Para isso se faz necessário conhecê-la pela perspectiva interna e externa, contextualizando-a temporal e espacialmente, pois as dimensões tempo e espaço constituem a realidade, de onde fluem e onde acontecem todas as relações.

O perfil de uma entidade associativa é construído pelos seus membros, que lhe ditam os rumos e estabelecem as estratégias de ação. Em cada época, alguns grupos, de acordo com a conjuntura política do momento, têm maior poder de ascensão, o que também contribui para imprimir o seu direcionamento ideológico. A sua trajetória não foi e não é linear, apresentando períodos de maior movimentação e outros de esvaziamento, chegando, em certas épocas, a cessar a realização de assembléias. Esses períodos de refluxo relacionam-se à conjuntura externa do objeto que representam, estando diretamente interligados à gestão estadual. Não se pode desconsiderar a influência da conjuntura político-econômica nacional e internacional e na escala regional e local, da cultura sócio-política e participativa da população. Considerando-se que a construção do território é resultado das relações sociais, por meio das relações de poder que se estabelecem entre os diferentes grupos e seus diferentes interesses (RAFFESTIN, 1983, p.153), por meio da Amnap a população regional busca construir territórios que lhe proporcionem condições dignas para a realização da vida.

As evidências observadas na trajetória da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista sugerem a delimitação de três fases ou três momentos. A primeira fase pode ser considerada entre 1977 e 1982, com intensa movimentação intra-regional e forte influência malufista⁸⁰. A segunda fase, entre 1983 e 1996, caracterizou-se como um período de indefinições, com suspensão das atividades entre 1984 e 1988, e, mesmo com o empenho de alguns prefeitos, que conseguiram a sua retomada, em 1989, não se obteve resultados práticos significativos. No âmbito estadual, esta fase foi marcada pela ruptura com o modelo administrativo burocrático e centralizador, porém, ainda sem a definição de um outro paradigma para a administração pública, embora o governador Franco Montoro tenha implantado uma experiência inovadora entre 1983 e 1987. A terceira fase iniciou-se em 1997, quando adquiriu claros contornos da administração pública gerencialista (explicitada mais à frente), reproduzindo o modelo de administração adotado pelo governo estadual paulista

⁸⁰ Paulo Salim Maluf foi governador do Estado de São Paulo entre 1979 e 1982, deputado federal entre 1983 e 1987, e reeleito em 2006.

desde 1995, com Mário Covas, e sucedido por Geraldo Alckmin. De lá para cá, a entidade foi administrada por quatro prefeitos, que a dirigiram por dois anos consecutivos cada um, por meio de reeleição. Walter Luiz Martins, prefeito de Osvaldo Cruz em dois mandatos, a dirigiu por quatro anos (1997-98 e 2001-02). Deste grupo de prefeitos, Hélio Aparecido Mendes Furini, Junqueirópolis, é advogado, Walter Luiz Martins, Osvaldo Cruz, é empresário, Odemar Carvalho do Val, Ouro Verde, é agropecuarista, e Elzio Stelato Jr., Dracena, é fiscal da Receita Federal e empresário.

A primeira fase da Amnap (1977-1982) ocorreu sob a égide do malufismo, que se caracterizou pelo centralismo político e burocrático e pela presença de fortes matizes do populismo herdado da era Vargas. A emancipação de centenas de municípios ocorrida nas primeiras décadas do século XX, por influência da expansão da cafeicultura, a urbano-industrialização e a explosão demográfica do Estado de São Paulo, e o crescimento descontrolado da metrópole, obrigaram o executivo estadual a buscar novas formas de gestão, criando, então, as Regiões Administrativas⁸¹.

O grande número de municípios por RA, a arrecadação tributária insuficiente para atender as carências e urgências que pipocavam em todo o território paulista, as regiões mais expressivas econômica e politicamente impondo seu peso reivindicativo, o jogo do grande capital exercendo seu poder para não perder privilégios, e o envolvimento dos governantes com grupos de interesse, levaram à formação de várias associações de municípios ao longo da década de 1970. No caso da Nova Alta Paulista, somam-se as necessidades básicas de infraestrutura e expansão dos serviços públicos essenciais, numa área de municípios emancipados há poucos anos. A Amnap surge, então, como uma mediadora entre os municípios e o Estado, já que as regiões administrativas, que fizeram emergir as capitais regionais, não tinham poder de abrangência e articulação com todos os municípios sob sua jurisdição.

Os prefeitos tinham grande prestígio nas comunidades, principalmente nos municípios menos populosos e mais pobres. Dióres S. Abreu (1982, p. 14) comenta o modelo paulista de política local, forjado ao longo do período sob a batuta da economia cafeeira, que mesmo

⁸¹ Na década de 1950, o economista francês François Perroux elaborou uma teoria do desenvolvimento baseada no conceito de pólos de desenvolvimento. “O crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo, ele manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia”. (PERROUX, 1955). Ele destacava a importância de uma indústria motriz para o crescimento de uma região, atraindo outras indústrias complementares, constituindo os pólos de aglomeração. Essa teoria foi largamente difundida pelo mundo até a década de 1970, coincidindo com o período da intensa industrialização brasileira. Seus princípios foram transportados para os paradigmas da administração pública, influenciando um modelo de gestão político-administrativa que consistiu em dotar determinadas cidades que exerciam influência sobre as demais cidades do seu entorno, com equipamentos institucionais oficiais, resultando na consolidação das capitais regionais.

demonstrando características do coronelismo⁸², apresenta peculiaridades, por influência do expressivo número de imigrantes europeus e da pequena propriedade rural. Esses líderes municipais, principalmente na porção Oeste, não provinham de clãs familiares ligadas às oligarquias rurais e ao latifúndio, nem dispunham de grandes fortunas. Os primeiros prefeitos destas cidades, com poucas exceções, estavam ligados às atividades de colonização: proprietários das primeiras glebas ou companhias loteadoras e imobiliárias, corretores de imóveis, cartorários, contabilistas, entre outros. Alguns anos à frente, eles eram, expressivamente, profissionais liberais, funcionários públicos bem posicionados, comerciantes ou proprietários rurais bem sucedidos, e dispunham de um certo carisma pessoal. Devido à carência econômica desses municípios, eles mantinham inequívoco posicionamento governista e realizavam administrações com nítidas características paternalistas e assistencialistas, que podem ser enquadradas no populismo.

Para Francisco Wefort (1980, p. 41, apud ABREU, 1982, p. 15), o populismo trata-se de um sistema em que:

A massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se à sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio; o controle direto que exerce sobre o líder não executa racionalmente através da análise política das suas ações concretas. A massa confia no líder e cabe a ele manter esta confiança. Qualquer ação discrepante pode avariar a imagem que legitima seu poder e se ele pode restabelecê-la, isto se deve menos às explicações racionais que possa oferecer que às novas ações que possam restabelecer a confiança.

Abreu (idem) destaca que as lideranças populistas nacionais contavam, nas áreas distantes do comando central, com os elementos locais que os representavam, permitindo que, indiretamente, atingissem grandes parcelas da população.

O líder local reproduzia o comportamento do líder nacional no relacionamento com a massa, criando um estilo de governo, tornando-se instrumento de realização das reivindicações da comunidade pelo exercício do Estado. (no caso, a Prefeitura Municipal)

O mesmo autor continua suas análises explicando que o líder populista nacional acabava aniquilando a influência do líder local, pois mantinha contato direto com as massas,

⁸² Coronelismo, para Vítor Nunes Leal (1948, p.6, apud ABREU, 1982, p. 11 e 15), “é um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. A essência, portanto, do compromisso “coronelista” – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários públicos do lugar [...] Isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. Esta liderança é exercida por um chefe local, o coronel”.

principalmente nas áreas urbanizadas. Comportamento contrário acontecia nas áreas de influência rural, onde o líder populista nacional mais necessitava dos líderes locais. Tal envolvimento alimentava a política do compromisso, pois o líder populista nacional prescindia da habilidade mobilizatória desses líderes locais. Em troca desse apoio imprescindível aos líderes centrais nas áreas mais distantes, eles conquistavam o controle político municipal. “Desta forma, o poder político local revestia-se do figurino populista para a sua sobrevivência.” (ABREU, 1982, p. 16)

Durante os anos de 1970, o crescimento da massa de assalariados trouxe uma certa independência dos trabalhadores em relação a seus patrões, e o voto nas instâncias municipais tornou-se mais livre. O populismo, ao longo do regime militar, com o recrudescimento da forte centralização do Estado, ganhou os contornos de um sistema controlador, atribuindo poderes aos líderes que primavam pela estabilidade e a ordem, e isto passava pelo vínculo direto aos mandatários da situação. Assim, atender às principais reivindicações de grupos de líderes locais, como os prefeitos membros das associações de municípios, constituía-se numa forma de controle das regiões mais distantes, principalmente daquelas que se situavam na periferia das Regiões Administrativas, evitando mobilizações que perturbassem a ordem pública, como as que freqüentemente ocorriam nas áreas de maior adensamento populacional.

Àquela época, o país vivia sob os auspícios do paradigma nacional-desenvolvimentista, que havia instituído a industrialização como mote do desenvolvimento. Tal escolha, certamente, incorria em estupenda canalização de recursos financeiros, políticos, técnicos e tecnológicos para as áreas que demonstravam maior vitalidade econômica, reforçando a tendência da concentração industrial. Boisier (1996, p. 121) destaca que a intenção de se obter resultados ótimos, como por exemplo, a maximização do crescimento econômico nessas áreas e ou projetos priorizados, faz com que algumas partes do sistema sejam subotimizadas (como o desenvolvimento de algumas regiões), usando-se para isso várias formas de dominação, expressando, então, a apropriação desigual do poder político. No sistema regional, essas formas de dominação, muitas vezes, são de natureza quantitativa, traduzindo-se como freios ao desenvolvimento regional equitativo, contribuindo para aumentar as desigualdades regionais. Esse mecanismo comporta-se de maneira aparentemente contraditória, pois muitas vezes se chega até a estimular o crescimento (produção de matérias-primas, capacitação de mão-de-obra), mas este é submetido aos interesses da região dominadora e não se coloca a serviço da população da região dependente. Apesar da sutileza, essa forma de dominação esconde uma forte conotação ideológica.

A abertura democrática do país, com o afrouxamento do período militar, trouxe mudanças na Nova Alta Paulista e, conseqüentemente, na Amnap. O ano de 1983, que antecedeu o período em que Franco Montoro se elegeu governador, caracteriza-se como uma fase de indefinição político-ideológica, com nítido esvaziamento da entidade. Um de seus líderes, Gildomar Pax Pedrosa⁸³, proveniente da ARENA e abrigado posteriormente no PDS, afastou-se da presidência para concorrer à Assembléia Legislativa Estadual (não obtendo êxito), e o vice-presidente, promovido a presidente, não conseguiu agremiar o grupo, que se sentia esfacelado com as circunstâncias do momento político nacional.

O PMDB de Montoro, congregando a maior expressividade da oposição nacional, inaugurou um novo paradigma ideológico e político-administrativo no Estado de São Paulo. A criação das Regiões de Governo foi a forma encontrada para operacionalizar a descentralização político-administrativa, tornando-se assim mais próximo da municipalidade. Nessa fase, a Amnap desorientou-se em seu modo original de condução. Inevitavelmente, entrou em uma fase de refluxo, ficando desativada por seis anos.

Em 1989, por insistência do professor e vereador de Dracena, Diógenes Gonçalves de Carvalho, o prefeito daquela localidade, o médico José Cláudio Grando, convidou os prefeitos e refundou a Amnap. Caracteriza-se essa como a sua segunda fase (1989-1996). Tal iniciativa nascia paralela à assunção de Orestes Quércia (PMDB), seguido de Antonio Fleury Filho (PTB), ao governo paulista, que não deram continuidade ao esquema implantado pelo antecessor. Nesse período, as reivindicações versaram sobre temáticas mais abrangentes, como a instalação de alguma extensão de ao menos uma universidade estadual, como UNESP, UNICAMP, ou USP; a construção de um hospital regional; e os contatos visando a construção da ponte sobre o rio Paraná. As dificuldades do governo paulista dessa fase não lograram êxito aos esforços da Amnap. Foi um período em que ela se arrastou morosamente, com muitas reivindicações e poucas conquistas. Regionalmente, ela desgastou-se, caindo no descrédito diante da opinião pública. Em épocas de refluxo, é comum a população, e até mesmo os próprios membros, personalizarem a crise, apontando nominalmente culpados, quando se sabe que as circunstâncias macroescalares influenciam profundamente a vontade e o poder de atuação de uma pessoa ou de um grupo.

A terceira fase (1997 em diante) está marcada pelo paradigma gerencialista na administração pública, surgindo então a necessidade de caracterizá-lo um pouco melhor. No

⁸³ Sempre se cogitou o anseio de se eleger um líder parlamentar da região, para representá-la na Assembléia Legislativa Estadual. As disputas intra-regionais, no entanto, enfraqueciam as tentativas empreendidas. Geralmente os candidatos eram das cidades-sede de sub-regiões, e bastava uma delas demonstrar interesse em lançar um deles, as outras o faziam também. Assim, nenhum deles obtinha o apoio suficiente para se eleger.

Brasil, esse modelo, inspirado na vertente gerencial, tem no ex-presidente Fernando Henrique Cardoso o seu representante maior. Ele foi implantado ao longo da década de 1990, quando a sociedade brasileira esteve engajada no processo de redemocratização do país, buscando construir um modelo de Estado⁸⁴ que conduzisse a economia de modo mais eficaz, que permitisse a participação do cidadão, e que lhe atendesse as necessidades básicas disponibilizando serviços públicos de melhor qualidade.

Essa vertente deriva do debate internacional de reforma do aparelho do Estado, iniciado na Europa, particularmente na Inglaterra, com Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, nos final da década de 1970. “Como há uma estreita conexão entre os valores e ações de cunho gerencialista e as prerrogativas pós-fordistas da reestruturação produtiva da economia mundializada, o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais”. (PAULA, 2005, p. 38)

Para esta autora, o projeto político gerencial:

Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Suas dimensões estruturais enfatizam a gestão econômico-financeira e institucional-administrativa. Propõe separação entre as atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado nos três níveis governamentais. Quanto à abertura das instituições políticas à participação social, se trata de um modelo participativo no discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular. A abordagem de gestão enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público. (Idem, p. 41)

No Brasil, essa vertente ganhou força nos anos de 1990, quando o debate se polarizava em torno da crise do nacional-desenvolvimentismo e das críticas ao patrimonialismo e ao autoritarismo herdados das décadas anteriores, estimulando a emergência de um consenso político de caráter liberal baseado em algumas estratégias: a do desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. (Ibidem, p. 38) Esse conjunto favoreceu a formação da aliança social-liberal, que fortaleceu o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), levando-o ao poder. Com a gestão de José Serra

⁸⁴ A partir da fase de redemocratização do país, dois projetos políticos se desenvolveram e passaram a disputar espaços nos debates e nas esferas governamentais: um, de vertente gerencial, está ligado ao debate da crise da governabilidade e da credibilidade do Estado na América Latina (BARRETO, 1999), o outro, de vertente societal, desabrochou das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização, destacando-se os movimentos sociais, os partidos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais. (GOHN, 1995)

(2007-2010), essa aliança se mantém na situação por dezesseis anos consecutivos no Estado de São Paulo, mesmo com a condução de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República por dois mandatos.

Se, por um lado, perceberam-se resultados mensuráveis quanto à eficiência do setor público, por outro, o legado que se viu em termos de aumento das desigualdades sociais tem suscitado críticas sobre o modelo de administração pública gerencial implantado no país na década de 1990, destacando-se a primazia da dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa sobre a inovação e o comprometimento com a participação cidadã. Paula (2005, p. 46) apresenta um balanço⁸⁵ dos limites e dos pontos positivos do modelo de administração pública gerencial:

Limites: Centraliza o processo decisório e não estimula a elaboração de instituições políticas mais abertas à participação social. Enfatiza mais as dimensões estruturais do que as dimensões sociais e políticas da gestão. Não há uma proposta nova para a organização do aparelho do Estado.

Pontos positivos: Possui clareza em relação à organização do aparelho do Estado e métodos de gestão. Alguns métodos gerencialistas vêm melhorando a eficiência do setor público, especialmente no campo econômico-financeiro.

Essas reflexões ajudam a compreender a fase atual da Amnap, iniciada em 1997. A conjuntura contemporânea deflagrada pelo processo de globalização econômica, assentado na revolução técnico-científica, especialmente a partir da década de 1990, suscitou mudanças nos processos políticos internos, favorecendo a sua descentralização. O governador Mário Covas priorizou a continuidade do processo de descentralização político-administrativa do Estado de São Paulo, e, em relação ao desenvolvimento regional, estimulou a realização de fóruns regionais de desenvolvimento, criando espaços de apresentação e discussão das principais demandas dos municípios do entorno. Um desses fóruns aconteceu em Tupã, em 2001, por influência do prefeito Manoel Ferreira de Souza Gaspar (PSDB, empresário), com livre trânsito junto às esferas superiores paulistas. O outro, já sob a gestão de Geraldo Alckmin, aconteceu em Presidente Prudente, em 2003.

Em 1997, seguindo uma tendência geral, o então presidente da Amnap, Walter Luiz Martins, prefeito de Osvaldo Cruz, sugeriu mudanças no Regimento Interno da entidade

⁸⁵ Em relação aos limites e pontos positivos do modelo de administração pública societal, esta autora apresenta as seguintes considerações: Limites: Não elaborou de forma mais sistemática alternativas de gestão coerentes com seu projeto político. Não conseguiu ainda desenvolver uma estratégia que articule as dimensões econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica da gestão pública. Como pontos positivos ela destaca: Procura elaborar um projeto de desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais. Está construindo instituições políticas e políticas públicas mais abertas à participação social e voltadas para as necessidades dos cidadãos. (2005, p. 46). Obs: O artigo foi escrito em 2003, ainda no início do governo do presidente Lula.

intencionando “busca de agilidade e maior dinamismo da mesma”, abrindo oportunidade de participação de outras entidades representativas dos municípios. Foram incorporados os seis municípios da microrregião de Tupã, aumentando para trinta o número de municípios membros, porém, organizados em sub-regiões, com sedes em Dracena, Adamantina, e Tupã. Propôs-se a intensificação das ações em favor da construção da ponte sobre o rio Paraná. Procurou-se “transformar a Amnap de associação representativa em fórum de debates dos problemas regionais”. Para o setor produtivo, foi priorizado o apoio à volta da cafeicultura⁸⁶, à fruticultura, e à pecuária leiteira melhorada.

Apesar dessa abertura à participação de entidades representativas e ao contato mais próximo do executivo estadual, com temas de grande sensibilidade à população regional, não se pode falar que houve uma mudança conceitual quanto à concepção de desenvolvimento regional no âmbito dos cidadãos e lideranças da Nova Alta Paulista, capaz de deslocar o antigo paradigma assentado no centralismo e na burocracia para o paradigma do desenvolvimento endógeno em curso. As mudanças que ocorreram devem-se muito mais às iniciativas do governo estadual do que às lideranças e à participação popular da própria região. A observação do conteúdo expresso nos períodos de refluxo comprova este fato, o que reforça a condição de dependência econômica da mesma, a cultura governista historicamente disseminada, o enfraquecimento da possibilidade de um projeto regional de desenvolvimento devido às disputas intra-regionais, e de insipiência na capacidade mobilizatória das bases. Há uma falta de vontade coletiva, transferindo-se ao prefeito e aos vereadores a responsabilidade pela solução dos seus problemas e, dessa forma, critica-se a morosidade das ações, desconhecendo o funcionamento da máquina pública e o “malabarismo” que se faz para romper as estruturas rígidas da administração pública. As reivindicações dificilmente partem das bases da sociedade, por meio de movimentos populares autônomos; elas emanam das carências detectadas pelos prefeitos e vereadores, esses já instalados na instância do poder local.

A observação da trajetória dos movimentos populares ocasionalmente formados nos municípios indica a intermitência dos mesmos, cuja mobilização dura até que o problema detectado seja resolvido e, geralmente, eles se resolvem na própria cidade: na prefeitura ou no Ministério Público. Os motivos mais freqüentes, que têm mobilizado parcelas da população,

⁸⁶ Em Parapuã, Osvaldo Cruz e Adamantina, por iniciativa das cooperativas CASUL e CAMDA, iniciou-se um programa de incentivo à cafeicultura, com produção de mudas, apoio técnico etc. Este movimento, na segunda metade da década de 1990, deveu-se à melhora nos preços do produto no mercado internacional. O desmonte da estrutura cafeeira regional do passado, o alto custo de implantação das lavouras, o descrédito do produtor, e, principalmente, o não aquecimento mercadológico esperado, contribuíram para que a iniciativa não obtivesse o êxito esperado. (CAMDA, 2006)

são: descontentamento quanto ao transporte escolar ou extensão das linhas de ônibus circulares, vagas insuficientes nas creches e pré-escolas, agressões ambientais pontuadas, precariedade nas obras de infra-estrutura dos bairros, filas nos postos de saúde, mal atendimento das santas casas, ingerência e improbidade administrativa de alguns prefeitos etc. As questões mais amplas, como os conflitos trabalhistas, principalmente em relação aos cortadores de cana-de-açúcar, são debatidos ou resolvidos pelos sindicatos, sem a participação da Amnap; as questões referentes ao meio ambiente são resolvidas no Ministério Público, e a maior parte das insatisfações é resolvida na prefeitura, com a mediação de algum vereador.

Assim, cada prefeito se vê às voltas com as demandas locais e, com raras exceções, driblando a insuficiência orçamentária. A busca de solução para os seus problemas, geralmente junto aos deputados mais votados na cidade e nas secretarias de governo, acaba milindrando algumas articulações do prefeito com outros vizinhos, por meio da associação, pois, certamente, há prefeitos e comunidades melhor articulados, resultando em maiores conquistas para si, o que pode parecer uso de influência do cargo na diretoria da mesma.

Alguns setores defendidos pela Amnap, como a pequena agricultura, não têm articulação política suficiente para impor seus projetos, sendo abrigados em programas desenvolvidos por órgãos oficiais. Entre eles podem-se citar a CATI e a APTA. Há, ainda, alguns projetos do SEBRAE, como o Programa de Certificação de Frutas ou de apoio à pequena e média empresa, cuja atuação da associação de prefeitos acaba sendo meramente avalisatória. Quanto às obras de infra-estrutura, destacando-se a manutenção das estradas e a ponte sobre o rio Paraná, é significativa e louvável a pressão constante e incansável que a entidade exerce sobre os governos estadual e federal. Tal atitude, que demanda grande desprendimento de energia, tempo e paciência, apenas demonstra o quanto esse país tem dívidas para com um dos setores elementares do desenvolvimento.

Deixando-se o âmbito dos serviços públicos essenciais e observando-se a influência da Amnap no setor produtivo, percebe-se a sua fragilidade diante de um setor dinâmico e extremamente subordinado às leis do mercado. Nesse território, sempre predominaram as forças do capital monopolista, que se interessa por uma determinada região enquanto houver condições favoráveis. Em relação à Nova Alta Paulista, o ciclo do café e, mais recentemente, o da cana-de-açúcar, sob a tendência das energias renováveis, comprovam esta realidade.

Um conjunto de fatores locais não proporciona vantagens comparativas e vantagens competitivas⁸⁷ à Nova Alta Paulista, inibindo a atração de investimentos que possam

⁸⁷ O conceito de vantagem comparativa constitui-se num dos pilares da teoria do desenvolvimento econômico. Ele foi desenvolvido por David Ricardo, no século XVIII, e se baseia nos chamados fatores de produção, como

alavancar o seu desenvolvimento econômico: mercado consumidor regional pouco expressivo, solos de média e fraca fertilidade, distância significativa dos principais centros consumidores do Centro Sul, poucas belezas cênicas atraentes, ausência de P&D voltados às características e necessidades locais e regionais, entre outros. Além das condições basilares pouco atrativas, somam-se a predominância dos poucos capitais locais, a cultura administrativa arraigada aos modelos tradicionais de gestão, ao baixo espírito empreendedor do empresariado, à grande evasão de jovens e o conseqüente envelhecimento dos adultos. Tal conjuntura dificulta a ruptura desses paradigmas, comprometendo a introdução de inovações tecnológicas, e a disponibilização de pouca mão-de-obra especializada⁸⁸.

Tais constatações apontam aos dirigentes da Amnap a necessidade de um redirecionamento de foco, sinalizando para a reestruturação de objetivos, estratégias e ações. As megatendências da atualidade e as peculiaridades regionais impõem às entidades envolvidas com o desenvolvimento regional, particularmente àqueles que atuam em regiões desvantajosas, extraordinários desafios: como mediar ações que possibilitem a superação de carências históricas e adquirirem condições mais equitativas de inserção na modernidade? Como estimular o desenvolvimento em regiões menos vantajosas em alguns aspectos, promovendo a equidade e a participação? A resposta a essas indagações leva a outras: qual é a configuração político-administrativa que se deve buscar para promover o engajamento de todos os envolvidos? Qual é a configuração territorial mais adequada para o desenvolvimento? Qual é o tipo de desenvolvimento que se deseja?

3.7.4. A Nova Alta Paulista toma consciência de si mesma

Se as décadas de 1940, 50 e 60 foram marcadas pela formação regional com bases no individualismo, e, conseqüentemente, na competição entre os jovens municípios, a década de 1970, principalmente a partir da segunda metade, ficou marcada pela tentativa de cooperação entre os mesmos. Tal propositura legitimou-se com a criação da Associação dos Municípios

terra, mão-de-obra e recursos naturais. O conceito de vantagem competitiva é recente, emanado do contexto da globalização. Manoel Castells (1999) destaca a capacidade tecnológica, o acesso aos grandes mercados integrados, e o diferencial entre os custos de produção no local de produção e os preços do mercado de destino. Para Michael Porter (1999), a efetiva competição fundamenta-se na inovação e na busca de diferentes estratégias. Ele destaca quatro atributos necessários para que uma região promova o seu desenvolvimento: a- condição dos fatores naturais, humanos e de capital, condição administrativa, de informação e científica e tecnológica; b- condições de demanda; c- setores correlatos e de apoio; d- contexto para estratégias, estruturas e rivalidade da empresa. (DALL'ACQUA, 2003, p. 51)

⁸⁸ Devido à pouca oferta de trabalho e aos baixos salários, os jovens da Nova Alta Paulista que se qualificam em bons centros universitários acabam sendo absorvidos em outras localidades, ficando, para a mesma, o ônus da criação e não desfrutando da potencialidade destes profissionais. Ocorre o mesmo com a maioria dos que se formam nas faculdades da própria região.

da Nova Alta Paulista (AMNAP), no dia 20 de julho de 1977, em reunião na Câmara Municipal de Dracena. Com o recrudescimento das dificuldades econômicas e políticas do país, intensificadas pela conjuntura internacional daquela época, que se refletiam em todos os estados e municípios da federação, o isolamento seria uma atitude suicida. Nasce, então, o ideal de cooperação. Quatro prefeitos: Paulo Tahara (contabilista e professor, ARENA, Dracena), Waldemar de Oliveira Lima (bancário e administrador, ARENA, Osvaldo Cruz), Gildomar Pax Pedroso (professor, ARENA, Adamantina), e Jorge Abdo Sader (dentista, ARENA, Lucélia), iniciaram uma articulação regional para formação de uma associação de prefeitos. Destes, os dois primeiros já são falecidos.

Diógenes Gonçalves de Carvalho era assistente de planejamento na gestão do prefeito Paulo Tahara, em Dracena, e foi nomeado coordenador político das primeiras diretorias da Amnap. Em relação à criação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, ele relembra:

Paulo Tahara tinha grande liderança política regional e, inclusive, nas instâncias superiores do governo do Estado. Inicialmente, fizemos contatos com os demais prefeitos vizinhos para verificar a sua predisposição, e todos viram com bons olhos a formação de uma associação. Criamos um Projeto de Lei, que foi aprovado pela Câmara. Eu e o dr. Pestana (juiz de Direito em Dracena àquela época) elaboramos o primeiro Regimento Interno.

Esse extremo Oeste vivia no mais completo abandono por parte dos governantes. Esse abandono agravou-se após a geada de 1975. Um dos primeiros esforços foi a reativação da Rodovia da Integração, hoje Rodovia General Euclides Figueiredo (SP-563), que tinha sido aberta há um bom tempo, sem previsão de conclusão. A união foi fundamental para o andamento das obras. Além do asfalto, todos os municípios por onde ela passava receberam uma ligação asfaltada (estrada vicinal). Ela corre paralela ao rio Paraná, numa distância de cerca de 30 km, ligando o município de Euclides da Cunha (sentido Sul) ao município de Santa Fé do Sul (sentido Norte), daí o nome “Integração”. (Entrevista concedida em 23/3/2007)

Jorge Abdo Sader (eleito vice-presidente na primeira diretoria e presidente na segunda), relembra:

A idéia era auxiliar os municípios sem condições de sobrevivência administrativa. Mariópolis, por exemplo, era a única cidade da região, que não tinha acesso pavimentado. Tínhamos conhecimento da formação de outras associações de municípios no Estado de São Paulo. O primeiro estatuto da Amnap inspirou-se no estatuto da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste Paulista), que agremiava os municípios da região de Marília.

A Nova Alta Paulista não tinha uma imagem tão favorável em relação às regiões mais antigas e mais desenvolvidas, e a geada de 1975 complicou ainda mais as nossas condições. A região de Presidente Prudente, à qual estávamos subordinados, tinha os seus próprios

problemas e também contava com poucos recursos, o que nos colocava, ainda mais, numa condição de isolamento.

Não tínhamos representante regional na Assembléia Legislativa do Estado, e dependíamos de deputados de outras regiões. Interesses de alguns prefeitos e vereadores, movidos mais por vaidades pessoais ou locais do que por uma visão regionalista, dificultavam o consenso acerca da necessidade de se eleger um representante genuinamente nosso. A cultura regional não havia assimilado esta necessidade. (Entrevista concedida em 10/1/2007).

Gildomar Pax Pedroso (eleito secretário na primeira diretoria e presidente na terceira diretoria), comenta:

Éramos todos da ARENA e tínhamos bons contatos com os governantes estaduais, principalmente com Paulo Salim Maluf. Ele deu muito apoio à entidade e atendeu boa parte das nossas reivindicações. A AMNAP nasceu forte para reivindicar o que lhe interessava. Precisávamos dizer ao governo que existíamos, senão, como ele saberia disso? Os recursos públicos sempre foram escassos e as regiões mais organizadas politicamente levavam muita vantagem sobre nós.

Sempre estivemos vinculados a Presidente Prudente, mas isso nunca nos agradou. Entre nós e eles há um divisor de águas: lá é a Sorocabana, aqui, é a Paulista, e assim queríamos ser reconhecidos. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Na primeira matéria publicada sobre a entidade se lê:

A AMNAP surgiu por inspiração dos dracenenses⁸⁹, que desejam a união de forças das cidades da Nova Alta Paulista, completamente abandonadas e esquecidas pelos governos da União e do Estado. A única maneira de se fazer presente e forte surgiu agora. (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 603, p. 1).

Por ocasião do Natal deste mesmo ano, a entidade publicou matéria reforçando seus ideais:

O objetivo de nossa Associação é unir os municípios da Nova Alta Paulista, para que consigam despertar a atenção do Governo, no sentido de que sejam atendidas todas suas reivindicações. Todos os prefeitos estão lutando por uma só causa; estão estudando os problemas de cada cidade, a fim de eliminar as necessidades prementes de cada um, para a grandeza da região. Ao findar o ano de 1977, que é o primeiro na gestão municipal, queremos levar a todos os habitantes dessa próspera região, a nossa promessa de que essa união dos municípios tornar-se-á cada vez mais sólida para a grandeza desse recanto de São Paulo. (Idem, Ed. Especial, p. 9).

⁸⁹ A referência “dos dracenenses” é atribuída ao repórter daquela cidade, que elaborou a primeira matéria repassada ao Jornal O Adamantinense. A entidade foi fundada por quatro prefeitos, portanto, vários municípios tinham direito à “paternidade” da mesma. Embora seja fato corrente, entre os entrevistados, a liderança de Paulo Tahara, daquela cidade.

Ao final de 1978, depois de dezoito meses de intensa movimentação, a entidade assinou e publicou nova mensagem que demonstra o espírito de cooperação e companheirismo dos prefeitos e vereadores que a compõem:

Essa associação foi criada devido às constantes reuniões que vários prefeitos faziam na luta pela Rodovia da Integração, que já é uma realidade. Agora essas reuniões se tornaram periódicas, com a adesão de outros executivos e legislativos e num curto espaço de tempo várias reivindicações são ou estão se tornando realidade. O Aeroporto Regional de Dracena já está pronto para uso; a liberação de uma grande verba para o Porto de Paulicéia; a Via de Acesso de Salmourão; a Ponte do rio do Peixe, no município de Mariápolis (a luta está sendo intensificada); a Marcha do Café para Brasília; a Usina de Álcool em Junqueirópolis (já aprovada); a construção das Usinas de Rosana e Primavera e uma rodovia ligando Panorama a Campo Grande. (Ibidem, Ed. Especial, p. 7)

Ao longo desses trinta anos, foram muitas as assembléias ordinárias e várias extraordinárias, além das muitas idas e vindas a São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, nas secretarias de governo, nos órgãos oficiais, nas empresas estatais, na Assembléia Legislativa, além de várias idas a Brasília, sendo que em duas delas os prefeitos foram recebidos pelo Presidente da República, general João Batista de Oliveira Figueiredo.

A criação da Amnap deu-se numa convergência de acontecimentos, cujos impactos negativos são sensivelmente percebidos pelos pequenos municípios, especialmente aqueles com dificuldades orçamentárias. O refluxo do contexto econômico-político nacional, provocado pelas crises do petróleo de 1969 e 1973, e pelos efeitos da guerra fria, remetiam o Brasil a um longo período recessivo, que se refletia no esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista. A industrialização brasileira, assentada na indústria de bens de capital, com forte concentração espacial, convergia para as regiões metropolitanas, especialmente a paulista, e alguns poucos centros industriais espalhados pelo interior, a maior parte dos recursos financeiros oficiais e a energia política dos gestores públicos. Localmente, a geada de 1975, havia assolado a composição econômica dos municípios, cujo orçamento advinha, em grandes percentuais, do setor agropecuário. Dracena, Adamantina, e Osvaldo Cruz, as três cidades melhor aparelhadas, àquela época, contavam com recursos provenientes de impostos dos setores comercial, de serviços e industrial, mas, os pequenos municípios, nos anos subsequentes, passaram a viver situações orçamentárias críticas.

A saída, então, foi associar-se para reivindicar aquilo que, por princípio, é dever do Estado: pavimentação asfáltica, apoio à agricultura, ampliação da rede de transporte, construção de obras de infra-estrutura, entre outras. Visava-se mais a uma política de resultados do que à estruturação de ações que pudessem resultar em programas a serem

implantados a médio e longo prazos pelos municípios, com respaldo do executivo estadual e federal.

3.7.5. AMNAP: cooperação, competição e resistência

Apesar do empenho mais constante de alguns prefeitos, as dificuldades foram imensas. Por descrença no poder de realização da associação, muitos prefeitos pouco se envolveram, postergando o fortalecimento e a consolidação da entidade. As disputas internas entre as cidades-pólo de Dracena, Adamantina, e Osvaldo Cruz tornaram-se uma constante ao longo do tempo e serviram para dividir o poder de articulação entre os prefeitos, vereadores, e outras lideranças. É difícil decifrar se as disputas internas enfraqueciam/enfraquecem a entidade ou se elas refletem a pouca expressividade que o conjunto dos municípios tem na totalidade do Estado de São Paulo, levando-os a disputarem entre si o naco das verbas que lhes sobra do orçamento estadual e federal. A morosidade da máquina pública é outro elemento que dificulta a agilidade da associação de municípios, aumentando o descrédito da mesma diante da sociedade regional.

Jorge Abdo Sader assim comenta as dificuldades iniciais da Amnap:

Por dificuldades financeiras ou por não acreditar nas iniciativas da associação, muitas prefeituras não pagavam a anuidade, cujos recursos eram utilizados para viagens a São Paulo, Brasília, e onde fosse preciso. A anuidade foi estipulada em 0,02% do orçamento municipal, podendo ser paga em quatro parcelas. (Entrevista concedida em 10/1/2007)

Nas entrevistas com pessoas céticas quanto à eficácia da Amnap, em alguns editoriais dos jornais, e na opinião pessoal de alguns frequentadores das assembléias, essas questões foram apontadas como os principais motivos de críticas à entidade. Quanto às disputas internas, comenta José Costa, um dos primeiros jornalistas a fazer cobertura das assembléias e demais eventos promovidos pela entidade:

Desde a primeira reunião para formar a Amnap já havia competição e descrédito. Enquanto os prefeitos mais próximos a Dracena e ao prefeito Paulo Tahara viam com bons olhos, a maioria dos demais, ligados a Adamantina e Osvaldo Cruz, não estavam muito dispostos a empenhar-se, alegando que Dracena se fortaleceria mais que as outras duas cidades. Alguns prefeitos mantiveram-se indiferentes e, por isso, pouco se empenharam também. Naquela noite, havia poucos prefeitos presentes. Eles foram sendo contatados posteriormente. Após a reunião houve um belo churrasco, aliás, essa prática de terminar as reuniões com um almoço ou jantar, tornou-se um hábito das diretorias, recebendo duras críticas de muitas pessoas e lideranças da sociedade. (Entrevista concedida em 16/1/2007)

Diniz Parússolo Martins, vereador e presidente da Câmara Municipal de Adamantina em vários mandatos, e secretário municipal por vários anos, foi um dos vereadores que mais ocupou a tribuna nas assembleias da entidade. Sua opinião explicita grande ceticismo quanto à funcionalidade da Amnap:

A entidade não ganhou prestígio junto à opinião pública porque pouco influenciou e influencia na solução de problemas. Cada prefeito puxa para si o pouco de recursos repassados pelo Estado e pela União. As brigas internas para se eleger o presidente sempre enfraqueceram a região. Os governantes percebem que, se atender a um e não ao outro, deixarão alguém descontente, então, não dão nada para ninguém. Os pedidos mais atendidos são aqueles relacionados às estradas, pois se trata de uma necessidade comum a todos os cidadãos. (Entrevista concedida em 13/1/2007)

Questionado sobre a maneira como as disputas internas ocorriam na prática, ele relatou:

Na tribuna, todos os presidentes e membros da diretoria falam em nome da região. Quando estão a sós com os governantes, trabalham para os seus municípios. Outra tática é a mobilização para eleger aquele que ocupará os cargos mais importantes, especialmente o de presidente. Por ser regional, este cargo oferece prestígio e a cidade que o detém ganha destaque. Como Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz têm condições socioeconômicas muito parecidas, ninguém quer ficar para trás na parte política. (Idem)

Presidente da Amnap em dois mandatos (1978 e 1990), o ex-prefeito de Lucélia, Jorge Abdo Sader, tem visão contrária quanto às disputas intrarregionais:

Trata-se de uma questão inerente a toda entidade agremiativa, é preciso saber lidar com isso. Ninguém duvida que Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz têm aparelhamento e condições melhores que as demais cidades e isto se deve muito mais às ações da iniciativa privada. O poder público municipal tem que, minimamente, atender as reivindicações de quem investe, produz, gera empregos e impostos, por isso os prefeitos têm que cuidar do seu município. A Amnap, então, deve ocupar-se das questões exclusivamente regionais e não locais. (10/1/2007)

O prefeito de Inúbia Paulista, Wladimir Romão Guillermo, (PFL), exercendo o seu quarto mandato (2005-2008), fazia parte do grupo de prefeitos membros da associação à época da sua criação, em 1977. Bastante atuante no passado, hoje ele coloca-se entre os críticos:

Naquela época, as reuniões eram constantes, seguia-se o cronograma e elas eram mensais. Hoje, acontecem quando dá certo. Íamos para Brasília com ônibus de linha, e éramos recebidos pelo presidente da República. Voltávamos com os cheques nominais às prefeituras, com verbas a fundo perdido para todas. Hoje, as normas do Tribunal de Contas limitam os prefeitos e eles usam o cargo para se defenderem. Para pagar a anuidade da Amnap

temos que prestar contas no TC, mas o motivo principal do não pagamento é que ninguém se interessa porque aquilo lá é um poço de vaidades. Os prefeitos fazem “panelinhas” de dois ou três colegas da sua região e os demais são esquecidos. (Entrevista concedida em 10/12/2006)

Gerson Veronesi Ferracini (69 anos, PMDB), atual prefeito de Flórida Paulista (2005-2008), reclama:

Flórida Paulista é um dos municípios que sempre pagou a sua anuidade em dia e muito pouco recebeu da Amnap. Há pouco tempo, o presidente ligou para mim e pediu uma relação das demandas mais urgentes, que ele iria entregar ao governador, juntamente com as reivindicações de todas as prefeituras. Dias depois eu o contatei para saber do resultado e ele disse que o governador só atendeu os pedidos dos prefeitos que estavam presentes. Acontece que ele não me convidou para ir a São Paulo, e sim para enviar as reivindicações para compor uma lista. (Entrevista concedida em 14/12/2006)

O prefeito de Nova Guataporanga, Policarpo S. Freire (65 anos, PSDB), afirma:

Para cidades muito pequenas como a nossa, o que a Amnap pode fazer? Nós é que temos que brigar, reivindicando aos deputados que nos apóiam e para os quais trabalhamos. (Entrevista concedida em 21/1/2006)

Luiz Carlos Galvão Junior (28 anos, PSDB), ex-vereador em Adamantina e assessor regional do deputado federal Sílvio Torres, faz duras críticas:

Vejo a Amnap como uma “masturbação sociológica”. Só fica no discurso, resultado, que é bom, nada. Há grupos que competem entre si. O presidente da entidade consegue alguma coisa para sua cidade, e só. Nas assembleias, dois terços da mesa são compostos por autoridades de fora, convidadas, que fazem um belo discurso e depois vão embora. É só vaidade. Quem define os recursos a serem repassados é o deputado mais votado na região. O resto é conversa fiada. O presidente de uma entidade como essa usa seu cargo como lobby e tem algum peso apenas quando vai indicar o diretor ou o presidente de algum órgão público regional, como a diretoria regional de ensino ou o gerente regional da Sabesp, por exemplo. (Entrevista concedida em 10/1/2007)

Urter Massarotti Jr, dono e repórter do Jornal Folha Regional, de Flórida Paulista, conjectura:

A Amnap não goza de muito prestígio junto à opinião pública, aliás, a maioria das pessoas a desconhece. Penso que isto se deve à falta de resultados concretos. O pouco que se conseguiu e que se consegue ocorre depois de muito tempo e as pessoas não conseguem acompanhar. Os investimentos são rápidos quando interessam ao governo, como a construção dos presídios, e, agora, com as unidades da FEBEM.

Falta uma pauta de ações definidas à Amnap. As assembleias são muito longas e vagas e, como consequência, elas se tornam enfadonhas, principalmente quando alguns vereadores fazem discursos “sem fim”. (Entrevista concedida em 12/1/2007)

Observando-se a disposição das matérias referentes à Amnap nos jornais, percebe-se a valoração da sua importância para a sociedade. Nos primeiros anos, todas as assembleias eram noticiadas na primeira página, nos períodos mais opacos, não há páginas definidas, sendo impressas sem nenhum destaque. Não foram feitas coberturas jornalísticas de várias assembleias, atestando o descrédito do próprio jornal para com os propósitos da entidade.

O jornalista Acácio Rocha (30 anos), repórter do Jornal O Adamantinense no início da década de 2000, comenta:

A descrença que a sociedade tem da classe política acaba respingando na Amnap. Trata-se de uma ferramenta importante, pois tem um poder de articulação muito grande, porém, deve ser melhor estruturada quanto ao seu papel, com reposicionamento de metas, estratégias e objetivos. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Houve períodos de maior movimentação, com várias reuniões extraordinárias, e outros mais lentos, com paralisação de suas atividades durante alguns anos. Um desses períodos de atividades suspensas ocorreu entre 15/7/1982 e 5/8/1988. Em depoimento, o senhor Gildomar Pax Pedroso, eleito presidente para o mandato de 1982, esclarece:

No ano de 1982, renunciei ao mandato de prefeito de Adamantina para concorrer ao cargo de deputado estadual. Como consequência, tive que renunciar ao cargo de presidente da Amnap, assumindo o vice-presidente, Kouitiro Sato, prefeito de Pacaembu (já falecido). Ele teve dificuldades para continuar presidindo a entidade e a mesma foi se esvaziando, ao longo do ano de 1983. Em 1984, tomou posse o governador André Franco Montoro, e, a partir daí, as práticas tornaram-se diferentes.

A Amnap nasceu e vivia em função da ARENA e, mais tarde, com a reestruturação desta legenda, em função do PDS. Quando esse partido perdeu o executivo estadual, a entidade se esfacelou. Montoro era de partido contrário, o PMDB. O principal líder político regional da época era o então prefeito de Adamantina, Sérgio Gabriel Seixas. Ele era do partido, e, também, amigo pessoal de Montoro. Não quis confrontar-se com o governador. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

O ano de 1983 caracterizou-se como de intensa disputa interna entre as microrregiões da Nova Alta Paulista, refletindo-se no esvaziamento da Amnap. Prefeitos e lideranças políticas aventavam a possibilidade de criação de uma Região Administrativa independente de Presidente Prudente e de Marília, com disputa declarada entre Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz pela sua sede. Por se tratar de um ano de disputa eleitoral para governo do Estado, adiantavam-se os prefeitos das cidades-pólo na mobilização com os prefeitos dos

municípios vizinhos, aspirando angariar vantagens sobre os seus outros dois concorrentes. Matéria veiculada no jornal O Adamantinense, de 16/2/1984 (nº 1246, ano XIX, p. 1), possibilita esta análise:

Criada a UPNAP

Prefeitos de 14 municípios, entre Flórida Pta e Panorama, reuniram-se no último sábado em Dracena e fundaram a UPNAP (União dos Prefeitos da Nova Alta Paulista) pretendendo ser uma experiência nova na utilização comunitária de recursos das diversas prefeituras procurando a solução de problemas comuns com a ajuda também do Estado. Não haverá diretoria fixa, cabendo ao prefeito da cidade anfitriã presidir a entidade.

[...] Um dos objetivos a ser conseguido [...] será a criação de uma patrulha rodoviária municipal, obtendo-se junto ao DER algumas máquinas que somadas às já existentes nas diversas prefeituras atuará na conservação permanente de estradas vicinais. A idéia é de que aos sábados cada prefeitura coloque sua frota a serviço da entidade para atacar cada vez um município em sistema de mutirão. Pretende, ainda, conseguir junto à Secretaria do Interior a doação de duas “vacas mecânicas”. Cada uma supriria 7 municípios filiados atendendo escolas, creches e hospitais. Espera-se, ainda, a doação pelo DAEE de uma fábrica de tubos de concreto que atenda as suas necessidades de implantação de galerias, que seria sediada em Dracena, cabendo a cada prefeitura o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários para a fabricação.

As despesas na execução desses três projetos serão rateadas proporcionalmente entre as prefeituras de acordo com o consumo ou uso dos equipamentos.

Hoje, seis prefeitos ligados à nova entidade estarão em São Paulo comunicando oficialmente aos secretários de Estado a fundação da mesma e fazendo as reivindicações.

Há especulações quanto às verdadeiras finalidades na criação da entidade que exclui municípios da Nova Alta Paulista entre Adamantina e Rinópolis. Fala-se de conotações políticas desde o interesse de “puxar” para Dracena a sede de uma provável nova Região Administrativa do Estado até a compromissos políticos visando já a sucessão estadual. [...]

Nessa mesma edição, na mesma página, foi publicada matéria intitulada *Prefeitos da sub-região reúnem-se em Adamantina*⁹⁰. O objetivo do encontro foi o mesmo daquele ocorrido em Dracena (criação de um consórcio intermunicipal visando o aproveitamento comum dos recursos dos municípios), reunindo outro grupo de prefeitos, sendo que Irapuru, Flora Rica, Pacaembu, e Flórida Paulista receberam os dois convites. Esses municípios localizam-se entre as duas cidades-pólo. Além deles, foram convidados Lucélia e Mariápolis, naturalmente mais ligados a Adamantina. A reunião em Dracena ocorreu no sábado, dia 11, e, em Adamantina, na segunda feira, 13. Estiveram presentes os prefeitos de municípios contíguos a Adamantina, os demais, fizeram-se representar por vereadores. Coincidência?

⁹⁰ Nenhuma dessas duas iniciativas vingou: nem a nova associação de prefeitos, liderada por Dracena, nem o consórcio intermunicipal, liderado por Adamantina.

Matéria publicada no mesmo jornal, em 17/6/1994 (nº 1279, ano XIX, p. 1), esclarece alguns aspectos quanto à questão das disputas intermunicipais:

Região administrativa

[...] Disputam este privilégio Adamantina, Osvaldo Cruz e Dracena. Dracena tem sido bastante ativa, politicamente, para conseguir adesão das cidades vizinhas para puxar a brasa para sua sardinha.

Osvaldo Cruz iniciou também desde o ano passado um trabalho de bastidores procurando angariar assinaturas de prefeitos e políticos para sua futura designação como sede regional.

Adamantina, através de seu líder natural maior, o prefeito Sérgio Seixas, tem se mantido numa posição discreta sem forçar a barra, acreditando Seixas que o peso político dessa decisão é muito grande sim, mas há de haver por parte de um governo que se predispôs a “mudar”, deixar de lado pressões diversas e analisar a coisa pela frieza dos números e da realidade.

Nesse particular é que reside a esperança de Seixas de que Adamantina possa vir a ser escolhida pelo seu posicionamento central na região, pelas suas características técnicas e diversos outros aspectos éticos e até mesmo políticos.

[...] Aconteceu reunião informal entre os prefeitos de Adamantina, Flórida Paulista e Lucélia, além de alguns vereadores e da bancada inteira do PTB local, próceres do PMDB, e do presidente da Câmara Municipal de Adamantina, Diniz, que há uns três anos levantou a bandeira pela luta da instalação da sede de uma nova região aqui em Adamantina.

Foi elogiada inclusive nesse encontro a posição equilibrada de Adamantina em não ser ostensiva na luta para não criar animosidades futuras, embora alguns vereadores e políticos demonstrem séria preocupação quanto a essa “falta de agressividade” pois em política em muitos casos leva “quem grita mais alto”.

As três cidades têm condições de sediar a nova Região Administrativa, sendo que se valer a lógica da localização e fortes indicadores técnicos Adamantina esteja muito bem nessa luta. Mas vamos aguardar, pois entra muita política, muita ação de bastidor, muitos “compromissos de campanha” e outras “cositas mas” para a decisão final.

Poucos meses à frente esta disputa ganhou outros contornos, com mudanças estruturais. Entre 1983 e 1987, André Franco Montoro (PMDB) foi governador de São Paulo, sendo ele o precursor da descentralização político-administrativa do Estado, antecedendo a Constituição Federal de 1988. Para este social-democrata, “as pessoas não moram na União, não moram no Estado, elas moram no município”. Ele era contrário à polarização que as capitais regionais exerciam. A descentralização administrativa, na sua ótica, permitia a racionalização do uso dos recursos públicos, ao mesmo tempo que permitia, ao Estado, aproximar-se do cidadão.

Diniz Parússolo Martins (PMDB, ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Adamantina, em vários mandatos), em relação a este período, relembra:

Os governadores Carvalho Pinto e Franco Montoro eram bastante profissionais. As verbas eram específicas às demandas das bases e o dinheiro prometido era depositado em conta corrente das prefeituras. Os demais transformaram e transformam esses momentos em ato político. O importante, para esses, são as fotografias e as notícias na imprensa. Dinheiro, mesmo, há muito pouco. (Entrevista concedida em 13/1/2007)

No novo sistema, cada conjunto de municípios reivindicava suas demandas de modo mais próximo ao governador e os recursos eram repassados diretamente às contas correntes das prefeituras. A Amnap, nesse período, esvaziou a sua finalidade. O recrudescimento das disputas intermunicipais e o modelo administrativo implantado explicam a ausência de encontros e o seu desaparecimento dos jornais entre meados de 1982 e janeiro de 1989.

Mário Antonio Sossoloti (56 anos, técnico em Planejamento no ERPLAN de Presidente Prudente) comenta:

As Regiões de Governo, em nada, confrontavam-se com a Amnap. Essa entidade tem caráter político-reivindicativo, enquanto as RG tinham a função de subsidiar o trabalho do Estado. Os prefeitos definiam as demandas locais e as reuniões aconteciam na sede dos Escritórios Regionais, sendo que os diretores os acompanhavam a São Paulo. (Entrevista concedida em 16/1/2007)

Carolina S. Guizelini Galdino da Silva (52 anos, advogada, mestra em políticas públicas e psicologia social) comenta esta nova fase:

As conquistas da sociedade a partir deste período foram muito significativas. A descentralização político-administrativa possibilitou a participação de novos atores sociais organicamente envolvidos com as suas comunidades. Isto permitiu um controle social mais efetivo, principalmente com os conselhos municipais. As iniciativas precursoras do governador Montoro foram respaldadas pela Constituição Federal de 1988 e estamos em pleno processo de amadurecimento. A cultura da sociedade está mudando, aos poucos, mas ela ainda desconhece o poderoso instrumento que tem nas mãos. (Entrevista concedida em 13/1/2007)

O término do governo Montoro, no final de 1987, e a sucessão de Orestes Quécia e Antonio Fleury Filho, refletiram-se nas gestões da Amnap, entre 1989 e 1996. Houve uma tentativa de rearticulação dos prefeitos, pois os dois governadores subseqüentes não deram continuidade aos métodos implantados por Montoro e os ERI perderam a sua funcionalidade. Além disso, esse foi um período de grande endividamento do Estado, refletindo-se, logicamente, nas prefeituras.

José Cláudio Grando, prefeito de Dracena, àquela época, por empenho do articulista Diógenes Gonçalves Carvalho, mobilizou os prefeitos e retomou as atividades da Amnap,

tornando-se presidente em 1989. Em matéria publicada no Jornal O Adamantinense (18/3/1990), lê-se: “Seus ideais foram os de reagir ao desânimo, procurando novas fontes de renda na agricultura, e evitar rivalidades inúteis entre as comunidades, como já aconteceram no passado. Estamos todos no mesmo barco e todos queremos uma tábua de salvação”. (NR) Em entrevista, este ex-prefeito afirma:

Havia muitas questões regionais que careciam de mobilização. A Amnap mostrava-se como o melhor canal, por isso procuramos reativá-la. (Entrevista concedida em 20/1/2007)

Em depoimento, professor Diógenes acrescenta:

Um prefeito de Dracena chamado Osvaldo Paulino dos Santos era contrário à Amnap e não fez nenhum empenho pelo seu fortalecimento durante os seus dois mandatos. Dracena perdeu grande parte de sua liderança regional. A região voltou a sentir mais intensamente o abandono em que os governantes sempre nos colocaram. Eu fazia parte de um grupo que acreditava na entidade. Em 1989, eu era vereador e fiz um Projeto de Lei sugerindo a volta de suas atividades. O projeto foi aprovado e o prefeito José Cláudio Grandó empenhou-se para a sua reativação. (Entrevista concedida em 23/3/2007)

Entre 1993 e 1996, há poucas notícias referentes à Amnap. A afirmação do presidente Orides Zanardi, prefeito de Junqueirópolis, em matéria publicada quando da assembleia de fevereiro de 1994, ajuda a compreender o momento de refluxo da entidade: “o governo Fleury está sem dinheiro para atender as principais reivindicações dos municípios”.

O fato mais relevante desse período ocorreu em 1995, durante a gestão do prefeito de Adamantina, Ivo Santos, referente à criação de um consórcio intermunicipal apoiado pelo Cepam. Visava-se a elaboração de um diagnóstico regional para estabelecimento de estratégias para atração de novos investimentos. Como não houve interesse dos prefeitos e outros líderes regionais, o projeto não frutificou.

Os Escritórios Regionais de Integração funcionaram até 1996, quando o governador Mário Covas os desativou e centralizou parte dos municípios da Nova Alta Paulista na 10ª Região Administrativa, com sede em Presidente Prudente, e parte deles na 11ª Região Administrativa, com sede em Marília.

As dificuldades do governo estadual, e a atitude do governador Mário Covas de extinguir os ERI, centralizando os municípios nas antigas regiões administrativas, reacenderam os ideais regionais dos prefeitos e lideranças da Nova Alta Paulista. O ex-prefeito de Osvaldo Cruz, Walter Luiz Martins, deu início a uma nova mobilização entre os prefeitos para que a entidade fosse reativada. Pode-se dizer que, com ele, se inicia uma nova fase da Amnap e do desenvolvimento regional, esse, agora, inspirado nos princípios do

desenvolvimento endógeno. A conjuntura político-social contemporânea criava novas demandas e inspirava novas estratégias de ação, tornando a entidade “mais ágil e dinâmica”. (Jornal O Adamantinense, 5/2/1997). Para isso, foram sugeridas mudanças no estatuto, abrindo espaço para que entidades representativas dos municípios pudessem participar das assembleias.

Valtinho, como é chamado, sugeriu a gestão descentralizada, e, para isso, propôs “a criação de sub-regiões para que sejam resolvidos, pelas cidades próximas, os problemas locais, formulando consórcios para que um município auxilie o outro”. Foi formada uma comissão de prefeitos e vereadores para propor alterações no estatuto da entidade, “prevendo a participação de outras entidades representativas devidamente cadastradas nos municípios”.

Apesar de não ter conseguido implantar plenamente as suas propostas (Valtinho foi reeleito para a gestão do ano seguinte, 1998), a nova diretoria formou um grupo de prefeitos mais afinados com os princípios da administração pública moderna: transparência, descentralização, participação popular sistematizada e posicionamento pró-ativo.

As estratégias da Amnap coadunaram, a partir daí, com os princípios da Constituição Federal de 1988 (descentralização político-administrativa e controle social, por meio dos conselhos municipais). Os governos, nas três esferas, tiveram que elaborar os PPAs (Planos Plurianuais) e desenvolver suas ações com bases nos programas elencados nesses documentos. Cada município teve que se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Amnap foi centrando suas ações nas questões tipicamente regionais.

Implementamos a filiação dos seis municípios da microrregião de Tupã e isso nos fortaleceu, porque ganhamos aliados. Procuramos implantar uma visão mais gerencial na gestão da Amnap. Definimos prioridades e estratégias de ação; a conquista seria uma questão de tempo e persistência.

Além das questões maiores, incentivamos a formação de consórcios intermunicipais e as parcerias com o Sebrae, para dinamizar iniciativas locais. (Walter Luiz Martins. Entrevista concedida em 8/1/07)

Foram priorizadas algumas demandas regionais e, dessa época em diante, elas pautaram as principais ações da entidade: duplicação ou construção da terceira faixa na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), criação da região administrativa da Nova Alta Paulista, elaboração de planos regionais de desenvolvimento, construção de um hospital regional, reativação do transporte ferroviária, e, principalmente, a construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Os prefeitos que se sucederam procuraram centrar suas energias na realização das metas priorizadas. Odemar Carvalho do Val (presidente nas gestões de 1999 e 2000), prefeito

de Ouro Verde, dedicou maior atenção à construção da ponte sobre o rio Paraná. A diretoria da Amnap intensificou sua pressão junto aos governos estaduais paulista e sul mato-grossense e federal, utilizando como argumento a necessidade de construção da mesma como obra compensatória aos municípios de Panorama e Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS), devido à construção da UHE Min. Sérgio Motta. Nessa época, após várias décadas de reivindicação, finalmente, iniciaram-se as obras.

Em 2001-2002, Walter L. Martins (PSDB) voltou à presidência da Amnap e continuou os trabalhos anteriores. Entre 2003 e 2004, o presidente foi Hélio Aparecido Mendes Furini (PSDB), prefeito de Junqueirópolis. Sobre sua gestão, ele comenta:

A definição de prioridades foi fundamental porque tínhamos uma linha a seguir. As obras da ponte foram paralisadas no governo Lula porque se tratava de uma iniciativa de FHC. A Amnap não se satisfaz com isso e continuou pressionando, juntando-se ao governador de Mato Grosso do Sul, o Zeca do PT. No final de 2006, novas verbas foram liberadas e há indícios de que seja concluída em breve.

Em Brasília, junto à ANTT, iniciamos, em 2003, uma gestão pela reativação da ferrovia. Formos informados por essa agência de que o trecho entre Pederneiras e Panorama (o nosso) tinha ficado fora do pacto da privatização das ferrovias, em 1997, por falta de viabilidade econômica. Constituíamos um trecho onde não seria cobrada execução de contrato de reativação.

Nosso trabalho foi batalhar para a inclusão desse trecho no TAC, que obriga a ALL (empresa concessionária) a cumprir compromissos contratuais de reativação das ferrovias, levando o trem cargueiro até o fim da linha que corta toda a Nova Alta Paulista, como faria em outros trechos. Não podíamos ficar de fora. (Entrevista concedida em 11/1/2007)

Elzio Stelato Jr (PSDB, prefeito de Dracena) foi presidente em 2005 e 2006. Ele deu prosseguimento aos trabalhos políticos de seus antecessores, centrando atenção, novamente, na ponte e na reativação da ferrovia. Outra preocupação desse presidente foi quanto à regularização jurídica da entidade. Para isso, contratou um diretor executivo, o senhor Carlos José Ribeiro do Val (advogado e empresário), de Dracena, que explica:

A Amnap funcionava de maneira informal. A cidade do presidente era a sede da entidade, de modo que as atas, as correspondências, as publicações, e outros documentos, tinham um caráter itinerante. Esse fato contribuiu para que muita coisa se perdesse no tempo.

Com as alterações, no estatuto, Dracena se tornou sede e foro da entidade. Em dezembro de 2006, protocolamos pedido de registro do novo estatuto, e o registro definitivo saiu em janeiro de 2007. Há uma conta fixa no Banespa, cujos titulares mudam mediante apresentação da ata de posse da nova diretoria.

A profissionalização administrativa da entidade facilita o trabalho, passa a idéia de seriedade, e respalda a gestão de projetos. Essa medida foi inspirada por uma ação trabalhista recente impetrada por um ex-funcionário da entidade. (Entrevista concedida em 14/1/2007)

Em relação à temática da ferrovia, Stelato Jr comenta:

A reativação da ferrovia vive uma fase de acirramento de pressão. Atendendo à determinação da justiça federal, a ALL já reativou o trecho entre Bauru e Tupã. O trem cargueiro já fez o primeiro carregamento nessa última, em 17/1/2007. O prazo para chegar em Panorama é 28/3/2007, mas a empresa diz que nesse trecho não há demanda, não compensando seus investimentos na recuperação da linha.

A lógica, no entanto, é o contrário: demanda há, o que não há é interesse da empresa em investir na recuperação da linha. É aí que a Amnap entra.

Temos o apoio da Procuradoria da República, que elaborou o TAC, da Associação Paulista da Memória Ferroviária [APMF], e, principalmente, da sociedade regional. Cidadãos e segmentos organizados estão apoiando essa iniciativa. Essa documentação será entregue às autoridades paulistas e federais, para que se faça valer o compromisso contratual da empresa. (Pronunciamento do presidente da Amnap, prefeito Elzio Stelato Jr, na assembléia de 3/2/2007)

A última assembléia da Amnap considerada para essa pesquisa ocorreu em 3/2/2007, na cidade de Panorama, quando ocorreu a posse da nova diretoria e foram apresentados os documentos contendo os abaixo-assinados referentes ao *Movimento pela reativação da ferrovia e construção da ponte sobre o rio Paraná*, em curso desde novembro de 2006.

3.7.6. Movimento pela reativação da ferrovia (Ramal de Jahú – trecho Bauru Panorama)

Em 2006, a atuação da Amnap, sob o segundo ano da presidência do prefeito de Dracena Elzio Stelato Junior, dedicou seus esforços à continuidade das metas estabelecidas em 1997, reafirmadas em 2001, e apresentadas em 2003, no Fórum Regional de Desenvolvimento, realizado pelo governador Geraldo Alckmin e seu secretariado, em Presidente Prudente. Em relação à reativação da ferrovia, no trecho denominado Ramal de Jahú (entre Bauru e Panorama), a elaboração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), firmado entre o Governo Federal e a empresa concessionária da malha ferroviária paulista, América Latina Logística (ALL), passaram a respaldar as ações da Amnap. Ficou acordado que a empresa reativaria o transporte de carga entre Bauru e Tupã, num total de 200 quilômetros, até o dia 28/12/2007, e o trecho entre Tupã e Panorama, num total de 160 quilômetros, até o dia 28/3/2007.

A assessoria de imprensa da ALL informou que a empresa reativaria apenas o primeiro trecho dentro do prazo estabelecido, alegando que o segundo trecho não apresenta viabilidade

econômica que justifique investimentos para recuperação de uma ferrovia em avançado estado de deterioração.

As demandas apresentadas pela Granol e pela Archer Daniels Midland Company (ADM), ambas empresas transportadoras e exportadoras de grãos, além de outras empresas regionais, apontam para a legitimidade da pressão da diretoria da Amnap sobre o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT e da ANTT, para que os compromissos contratuais estabelecidos pelo TAC sejam cumpridos.

Em uma assembléia realizada em 17/11/2006, em Lucélia, estiveram presentes o Procurador da República de Presidente Prudente, dr. Luiz Roberto Gomes, e o presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), engenheiro Sérgio Feijão Filho. Ambos afirmaram a importância do instrumento legal para a legitimação da ação política da Amnap, porém destacaram a participação da sociedade civil como alavanca na aceleração desse processo, contribuindo para incrementar o rumo dessa ação política.

Nesse dia, nasceu a idéia da formação de uma comissão⁹¹ multidisciplinar e suprapartidária que organizaria um movimento regional com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a opinião pública regional em favor da causa. Em relação ao movimento e à experiência da participação da sociedade apoiando as ações da Amnap, apresentam-se os fatos e algumas observações que favorecem uma análise sobre esse tipo de iniciativa. Quanto às estratégias, definiram-se os seguintes procedimentos: seriam realizadas reuniões nas três cidades-sede de microrregião quando os prefeitos sensibilizariam os prefeitos das outras nove cidades interligadas. Em cada município, os prefeitos coordenariam a campanha, envolvendo vereadores e cidadãos interessados em divulgar o movimento e coletar assinaturas. Sugeriu-se que fossem articuladas reuniões com representantes de todos os segmentos organizados da comunidade, descentralizando as ações e atingindo toda a população. Contou-se com o apoio da mídia regional, especialmente os jornais e as rádios locais. Estimou-se em cinquenta mil o número de assinaturas a serem coletadas, considerando-se que são trinta os municípios membros, sendo que quatro deles têm mais de trinta mil habitantes. A coleta de assinatura iniciou-se em dez de dezembro e estendeu-se até vinte e cinco de janeiro. Em data pré-estabelecida, as listas com as assinaturas foram encaminhadas para a sede da Amnap, em

⁹¹ A comissão ficou assim constituída: Coordenação: Izabel Castanha Gil (professora, Adamantina); membros: Eivaldo Lopes (publicitário, Lucélia), Carolina Guizelini Galdino da Silva (imprensa, Adamantina), João César Prado (funcionário público e representante político, Adamantina), João Pedro Morandi (prefeito de Lucélia), Diógenes Pinto Braga (vereador de Lucélia), Osvaldo Dias (presidente da Associação Agrícola, presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, e diretor municipal de Agricultura, Junqueiraópolis), e Reinaldo Algu (empresário e deputado estadual, Dracena).

Dracena, e o diretor executivo senhor Carlos José Ribeiro do Val, elaborou um documento síntese.

O desenrolar da campanha e os resultados obtidos favorecem algumas análises que ajudam a compreender algumas dificuldades da entidade em relação às suas articulações horizontais; o comportamento das lideranças locais e a participação popular também oferecem preciosos elementos para a compreensão da dinâmica regional. Somente vinte e um municípios envolveram-se na campanha e o total de assinaturas⁹² não chegou a dez por cento do estimado: somaram-se 8.214 assinaturas para a ferrovia e 8.066 para a ponte. Entre os dificultadores do êxito do movimento, destaca-se a época da sua realização, coincidindo com as festividades de final de ano, o que acaba desarticulando as entidades, instituições, lideranças, e comunidades. Essas limitações estendem-se também aos membros da própria comissão, atestando a importância vital do empenho pessoal. Onze municípios não manifestaram interesse em engajar-se no movimento, alegando descontentamento com a Amnap ou o fato de seus municípios não serem diretamente beneficiados com a reativação da ferrovia. Entre esses, destacam-se aqueles que se localizam fora do eixo da ferrovia.

Em relação aos cidadãos, percebeu-se grande simpatia à causa, ou por saudosismo (todos têm uma lembrança idílica do trem), ou pelo significado da ferrovia para o desenvolvimento regional. Observou-se a grande contribuição da Igreja Católica⁹³, quer pela sensibilização quanto à causa do desenvolvimento regional, quer pelo seu poder de articulação e vivência em práticas mobilizatórias. A resistência veio de alguns caminhoneiros e seus familiares, preocupados com o impacto que a reativação da ferrovia poderá trazer aos seus empregos ou à dinâmica dos seus negócios. Cópia do documento (Manifesto de Panorama) transcrito na seqüência foi encaminhado ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, governador do Estado de São Paulo José Serra, governador de Mato Grosso do Sul André Putinelli, procurador da República de Presidente Prudente Luiz Roberto Gomes, e diretoria da América Latina Logística.

A empresa América Latina Logística enviou correspondência justificando a ausência de membros da diretoria, porém assumindo compromisso de reativar o trecho Tupã –

⁹² A participação dos municípios em relação ao abaixo-assinado pró-reativação da ferrovia apresentou o seguinte resultado (assinaturas coletadas): Adamantina 2.448; Arco-Íris 85; Bastos 0; Dracena 2.276; Flora Rica 0; Flórida Paulista 115; Herculândia 0; Iacri 0; Inúbia Paulista 72; Irapuru 0; Junqueirópolis 184; Lucélia 426; Mariápolis 0; Monte Castelo 42; Nova Guataporanga 85; Osvaldo Cruz 138; Ouro Verde 95; Pacaembu 406; Pacaembu 406; Panorama 432; Parapuã 63; Paulicéia 160; Pracinha 24; Queiroz 0; Rinópolis 164; Sagres 0; Salmourão 0; Santa Mercedes 0; São João do Pau D'Alho 101; Tupã 898; Tupi Paulista 0; Total: 8.214

⁹³ Destaca-se a participação dos padres, Nelson Bernardini e Sérgio Roncon, ambos de Adamantina, disponibilizando espaço nas missas para que os membros da comissão expusessem a campanha, e articulando pessoal de apoio para coleta de assinaturas.

Panorama até julho de 2007. Está marcado para o dia 8/3/2007, um encontro em Jaú, entre o Procurador da República, representante do Ministério dos Transportes, presidente da ABPF, presidente e prefeitos da AMNAP, e diretores da ALL, para tratar de assuntos referentes à reativação do referido trecho.

3.7.7. Construção da ponte sobre o rio Paraná

As informações mais antigas de que se tem notícia sobre reivindicações da população regional para que se construísse uma ponte sobre o rio Paraná, ligando o espigão divisor Peixe-Aguapeí e o Leste de Mato Grosso, datam de meados da década de 1960 e tratam de fontes orais. Os registros escritos mais antigos são matérias jornalísticas encontradas no Jornal O Adamantinense, de 25/12/1978, como tema de pauta em assembléia da Amnap. (Jornal O Adamantinense, ano XIII).

Reporta-se, aqui, ao depoimento⁹⁴ do vereador Luiz Vivaldo Schimit, de Dracena:

Uma das primeiras reivindicações, assim que percebíamos o desmonte da ferrovia, já em meados da década de 1960, foi a construção da ponte sobre o rio Paraná, que nos ligaria ao então Estado de Mato Grosso. Precisávamos buscar outras conexões e outros mercados, já que nos localizávamos distante dos grandes centros consumidores. Para o Leste, as dificuldades seriam maiores, então, começamos a olhar para o Oeste. Desse modo, a construção de uma ponte passou a ser uma das principais metas de todas as lideranças regionais. (Luiz Vivaldo Schimit, 72 anos, advogado, professor e vereador em Dracena, em seu sétimo mandato)

Diógenes Gonçalves de Carvalho, professor e coordenador político da Amnap durante vários anos, relembra:

O desejo de se construir uma ponte sobre o rio Paraná é anterior à criação da Amnap. A entidade encampou essa idéia e, junto com o prefeito de Brasilândia, preparamos estratégias para trabalhar em parceria com o governo de Mato Grosso, pois mais da metade dos proprietários rurais daquele município residia entre Marília e Panorama. A morte prematura do prefeito e o desinteresse daquele que o sucedeu fizeram com que o projeto perdesse a velocidade que já tinha ganhado. (Entrevista concedida em 23/3/2007)

Gildomar Pax Pedroso⁹⁵, ex-prefeito e ex-vereador em Adamantina, relembra:

⁹⁴ Estas informações foram reiteradas em seu discurso proferido em sessão ordinária realizada na Câmara Municipal de Dracena em 12/2/2007.

⁹⁵ Tal ofício não foi localizado nos arquivos da Câmara Municipal. Conforme informação da atual presidência, os registros antigos foram descartados à época da informatização dessa instituição, por considerá-los ultrapassados e sem interesse para a realidade contemporânea. Os arquivos de outras câmaras municipais também foram consultados, com resultados também negativos.

No início da década de 1970, eu e o vereador Fernando Chagas Fraga assinamos um ofício endereçado ao governador do Estado de São Paulo solicitando a construção da ponte sobre o rio Paraná. Com esse ofício, Adamantina aderiu ao movimento pela construção da ponte e nunca deixamos de apoiá-lo. (Entrevista concedida em 15/1/2007)

Apesar de sempre constar da pauta das assembleias, a construção da ponte nunca despertou interesse das autoridades paulistas, mato-grossenses, sul-matogrossenses e federais a ponto de viabilizá-la. Por outro lado, as lideranças regionais tanto da Nova Alta Paulista, quanto de Brasilândia, nunca deixaram de incluí-la em sua lista de reivindicações. *O Movimento pela reativação da ferrovia*, iniciado em dezembro de 2006, incluiu o tema da ponte, como uma forma de aproveitar a mobilização⁹⁶ da população regional.

Uma cópia do documento foi encaminhada ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, governador do Estado de São Paulo José Serra, governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli, secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo Dilma Pena, e aos deputados estaduais Edson Aparecido, Mauro Bragato, e Reinaldo Alguz.

Em audiência realizada em Brasília no dia 28/2/2007, com o ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, o governador José Serra, o deputado federal Edson Aparecido (PSDB/SP), e prefeitos da Nova Alta Paulista, o governo federal assumiu compromisso de investir R\$ 31 milhões para concluir a ponte sobre o rio Paraná. O governo paulista já havia garantido R\$ 9 milhões de contrapartida do Estado. Por meio de um novo convênio, as obras deverão ser retomadas até o final de março de 2007, sendo que a conclusão (em 2006 já haviam sido construídas 85% do total) está prevista para abril de 2008. Até dezembro de 2007, será concluída a estrada que liga a mesma à BR-158, em São Paulo; o governo de Mato Grosso do Sul deverá construir a ligação da ponte à rodovia MS-40. A ponte, que faz parte do compromisso assumido em 1998, entre a CESP e a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) como obra compensatória para as cidades afetadas pela formação do reservatório da UHE Min. Sérgio Motta, terá 1.705 metros de comprimento, com duas mãos de direção em pista única, tendo um trecho estaiado com vão de navegação de 200 metros. A

⁹⁶ A participação dos municípios em relação ao abaixo-assinado pró-conclusão da ponte sobre o rio Paraná apresentou o seguinte resultado (assinaturas coletadas): Adamantina 2.258; Arco-Íris 84; Bastos 0; Dracena 2.185; Flora Rica 0; Flórida Paulista 121; Herculândia 0; Iacri 0; Inúbia Paulista 92; Irapuru 0; Junqueirópolis 196; Lucélia 419; Mariópolis 0; Monte Castelo 46; Nova Guataporanga 100; Osvaldo Cruz 26; Ouro Verde 91; Pacaembu 612; Panorama 428; Parapuã 64; Paulicéia 160; Pracinha 30; Queiroz 0; Rinópolis 156; Sagres 0; Salmourão 0; Santa Mercedes 0; São João do Pau D'Alho 100; Tupã 898; Tupi Paulista 0; Total: 8.066

nota publicada pela Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (28/2/2007) destaca, ainda, a importância da mesma para os setores de turismo, comércio, e escoamento de produção agrícola (especialmente soja e álcool), além de atrair investimentos e integrar as regiões Sudeste e Centro-Oeste).

3.7.8. Não à Amnap? A associação dos municípios em um ambiente político-administrativo descentralizado

Os encontros e desencontros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, seus erros e acertos, seus fluxos e refluxos, as críticas e expectativas, levam a inevitáveis questionamentos: ela terá finalidade no ambiente macropolítico contemporâneo, cujo processo de descentralização político-administrativo tende a consolidar-se? Se ela apenas reproduz o paradigma da situação política das esferas superiores, qual é a sua importância para o desenvolvimento regional?

Uma de suas maiores contribuições dá-se no sentido da construção da identidade regional. É ela quem agrega o imaginário coletivo de pertencimento. Quem veio inicialmente para essa porção do Estado de São Paulo, o fez inspirado pelo ideal de se radicar no lugar, construir a sua vida como cidadão independente, fazendo valer o seu trabalho na materialização dos seus sonhos. Certamente, sozinho ninguém consegue o seu intento; vivemos em sociedade e o atendimento das necessidades estabelece e requer um complexo liame de relações, sendo o poder público a instância vital para a realização das necessidades elementares e comuns a todos.

A generalização da auto-identificação Nova Alta Paulista, segundo depoimentos de vários de seus fundadores, surgiu dentro da Amnap, e isto tem uma conotação significativa. Não fosse a sua atuação, os efeitos da localização periférica em relação às Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Marília e da distância geográfica desfavorável em relação à capital e aos principais centros consumidores seriam maiores. O isolamento é um dos piores males ao desenvolvimento. Loteada como mero objeto dos colonizadores que haviam aprendido a ganhar dinheiro com o mercado de terras; atraindo colonos pobres, que se transformaram em agricultores pobres, na sua maioria; vendo o surgimento de municípios como quem vê plantas que crescem aleatórias; posicionando-se desfavoravelmente num recanto paulista; tendo travada, até agora, a sua inserção com o Estado vizinho mais próximo por não dispor de uma ponte fluvial ou pela extensão da ferrovia condicionada aos limites

territoriais do Estado de São Paulo; não dispondo de recursos naturais⁹⁷ que atraíssem investimentos motrizes; vendo cessar o tráfego de trens por afrouxamento dos princípios constitucionais que garantem direitos adquiridos aos cidadãos, respaldado pela política neoliberal instituída no governo central, como não se levantar para dizer que existe? E essa é a voz da Amnap.

A partilha⁹⁸ dos recursos públicos não ocorre de modo equânime e é isso que justifica a atuação ostensiva da entidade. Daí a sua importância como elemento mediador entre os municípios e as esferas superiores. As disputas internas refletem o caráter competitivo que marcou o sistema de colonização regional: colonização comercial, em que a terra era tratada meramente como mercadoria e a instalação de uma vila era pré-condição para atrair compradores. Dessa forma, destacava-se aquele empreendedor que conseguisse apresentar melhores atrativos. Essa prática, emanada do modelo de sociedade que a concebeu, somada à dependência econômica que se configurou, dificilmente resultaria em uma cultura diferente, traduzindo-se nos matizes atuais. Mas, se a competição é um comportamento comum às entidades agremiativas que congregam diferentes interesses, mesmo que haja um objetivo comum, a racionalidade deve prevalecer, procurando focar as estratégias e as ações na finalidade maior. A sensibilidade está em articular energias e definir procedimentos convergentes.

O tempo eminentemente curto de duração de um mandato presidencial na entidade (um ano, com direito de recondução por mais um ano), coincidindo com o intervalo de quatro anos dos mandatos executivos municipais, faz com que as gestões sejam marcadas por interesses e ações imediatistas, quase sempre de caráter reivindicatório. Uma gestão focada apenas em resultados prioriza os fins em detrimento dos processos, destoando da natureza do desenvolvimento, que, embora se busquem soluções para problemas imediatos, muitas dessas soluções dependem de mudanças estruturais, que envolvem sistemas administrativos,

⁹⁷ A cana-de-açúcar vem mudando esta configuração. As terras arenosas, a topografia relativamente plana e o clima tropical do Oeste Paulista, aliados às inovações tecnológicas da engenharia agrônômica, à degradação das pastagens e à descapitalização do produtor rural, são aspectos recentemente considerados fatores como favoráveis à expansão da cultura canavieira nesta área. Esse tema será tratado no capítulo 4)

⁹⁸ Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), deputado e ex-prefeito de Cambé, no Norte do Paraná, destaca: “Em 1988, na Constituinte, os Municípios e os Estados tiveram um aumento na arrecadação em função das conquistas obtidas naquele colegiado. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou bem. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) foi incorporado aos antigos impostos, portanto, houve um real aumento da arrecadação dos Municípios e dos Estados. De lá para cá, a União, em diversos governos depois da Assembleia Nacional Constituinte, obteve aumento na arrecadação de tributos não partilhados, que são as contribuições sociais e previdenciárias. Isto para que, não aumentando o Imposto de Renda e não aumentando o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), não houvesse a participação de Estados e Municípios no bolo tributário. Com isso, os Municípios empobreceram”. (HAULY apud SOUSA, 2005, p. 31).

liderança, vontade política dos dirigentes locais e principalmente dos superiores, recursos técnicos e tecnológicos e recursos financeiros, o que, naturalmente, demanda tempo e planejamento.

Não se pode perder de vista que todas as reivindicações e, com elas, a definição de estratégias, visam a materialização de demandas, numa clara evidência das relações assimétricas entre a população local, as lideranças regionais, e as instâncias governamentais superiores. Tratam-se de relações horizontais e verticais em diferentes níveis de mandos e de interesses. Dessas relações conflitivas em sua essência, emanam os territórios e “em um território, o que está em disputa é o ‘para quê e o para quem’ de um espaço determinado”. (INTA, 2006, p. 3)

A conflitualidade em torno da definição dos usos do território, em torno de distintos modos de “produzir” territórios, de diversas territorialidades, se expressa em alguns casos, na oposição de “uniões territoriais” verticais e horizontais. No primeiro caso, estamos diante de uniões entre lugares distantes e assimétricos. Nas “uniões verticais” a vida de um lugar é subordinada a decisões tomadas em outros lugares. As normas e racionalidades impõem-se “de fora”. No segundo tipo de uniões, nas “uniões horizontais”, os lugares vinculam-se às solidariedades locais, contíguas. Nestes casos, o que se tem são normas definidas localmente, nos mesmos lugares. As uniões horizontais não deveriam ser entendidas como localismos, lugares encapsulados. (Tradução da autora)

O amadurecimento político da entidade e o aumento do grau de complexidade dos tempos atuais vêm fazendo com que os últimos presidentes dediquem grande esforço para que se aperfeiçoem os mecanismos de gestão, profissionalizando a administração da mesma. A regularização documental (mudanças no estatuto, regularidade na escrituração das atas etc), definição de uma sede fixa (Dracena), criação do cargo de diretor executivo (setembro de 2006), arquivamento de registros dos eventos, entre outras medidas, o que lhe garante as condições administrativas basilares, vem contribuindo para desfazer a imagem fluida e entrópica perante a sociedade. Certamente esse é um desafio que extrapola os esforços internos da entidade, pois passa também pelo debate sobre os paradigmas do desenvolvimento regional contemporâneo, da gestão de entidades agremiativas com atuação político-administrativa regional, e o estabelecimento de metodologias e estratégias para se construir uma vontade coletiva por parte dos agentes políticos das comunidades. O protagonismo e a participação constituem as forças imprescindíveis às transformações da realidade e à conquista de um desenvolvimento mais equânime.

Boisier (1996, p. 129) destaca duas sugestões de novas tarefas aos governos regionais:

A primeira delas, de natureza eminentemente política, consiste na liderança regional; a segunda, mais sociológica, consiste na animação regional. A gestão regional se traduz em processos sistemáticos e permanentes de negociação para cima (principalmente com o governo nacional e secundariamente com os outros agentes externos), para os lados, ou seja, com o conjunto de agentes e atores propriamente regionais, e para baixo, com os municípios e outros atores de base social. A animação regional se desdobra em duas funções igualmente sistemáticas e permanentes: uma função de agente catalisador, capaz de fazer surgir sinergia a partir do encontro permanente dos agentes individuais, e uma função informacional capaz de coletar, processar e reestruturar o enorme fluxo de informação entrópica, que circula em torno dos agentes de desenvolvimento de uma região.

Ele destaca, ainda, que tais agentes prescindem de “desenvolver um sistema de informação aos usuários, de forma estruturada, a fim de reduzir a incerteza decisória, reduzir custos de transação e desenvolver o fluxo de decisões em função de um quadro estratégico”.

Nessa cruzada pelo desenvolvimento, o engajamento entre o setor público, o setor empresarial, e o setor acadêmico é fundamental, desenvolvendo pesquisas, realizando investimentos, e promovendo debates que levem os diferentes atores sociais a refletir sobre seus papéis e sobre o projeto regional que se deseja. Na Nova Alta Paulista, essa é uma prática a ser construída. A existência apenas de Institutos Isolados de Ensino Superior, mesmo sendo um deles uma autarquia municipal, não inspirou uma aproximação mais orgânica. Nem se buscou, por parte do poder público municipal e da entidade, equipar essas faculdades, dando-lhes condições para a pesquisa básica, nem as mesmas se aproximaram do poder público e do empresariado, disponibilizando algum tipo de serviço ou de parceria.

A reivindicação pela instalação de campus de universidades públicas mostrou-se efêmera e, somente em 2003, foram instalados dois campus da Unesp, sendo um em Dracena e o outro em Tupã. Trata-se de um tempo ainda curto para se avaliar o seu impacto no desenvolvimento regional, considerando-se, inclusive, as dificuldades orçamentárias e políticas da instituição.

A fase recente do ensino superior no país, com a ampliação do número de cursos e autorização para abertura de novas faculdades precisa ser melhor estudada. No caso da Nova Alta Paulista, essa temática será debatida no capítulo 5. Vislumbra-se, aí, a possibilidade de se inaugurar um novo capítulo no desenvolvimento regional e, inclusive, da Amnap. Os desafios da atualidade, representados principalmente pela expansão da cultura canavieira, apontando para uma profunda reconfiguração espacial, econômica e social, impõem a necessidade de se pensar o presente e o futuro de modo articulado, consciente e responsável.

3.7.9. AMNAP - Resistência e realizações

A criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista sempre esteve presente no ideal daqueles que se incomodam com a condição desvantajosa da localização geográfica e da gestão central em relação às especificidades da área que se denominou Nova Alta Paulista. Ações sistematizadas para a concretização desse ideal ocorreram em diferentes momentos, como em 1997-98, 2001, 2003, e 2005, sendo que a primeira ganhou dimensões maiores. Nessa ocasião, um movimento liderado pelo empresário José Maria Haddad, de Adamantina, reuniu farto levantamento estatístico comprovando a inferioridade dos municípios dessa área em relação aos municípios centrais da Região Administrativa de Presidente Prudente e substancial documentação de apoio das lideranças políticas e de entidades regionais, como associações comerciais, clubes de serviço, sindicatos, cooperativas agrícolas, entre outros. Sobre o movimento de 1997-98, relembra José Maria Haddad:

O projeto chegou a ser votado favoravelmente na Assembléia Legislativa da capital. A cidade sede já estava escolhida, e a criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista era quase um fato. O projeto, no entanto, esvaziou-se por falta de recursos do governo estadual e por princípios ideológicos dos governantes contrários à descentralização político-administrativa nos moldes daquele já existente. (Entrevista concedida em 22/2/2005)

O quadro-síntese apresentado ao final desta seção dá uma idéia geral das ações da entidade, possibilitando várias análises e inferências. Os números parecem não refletir os trinta anos de ações reivindicativas, contatos, articulações, viagens etc. Essa aparente subestimação quantitativa tem algumas explicações: primeiro: a maior parte das informações foi coletada nos jornais locais, uma vez que as atas disponíveis se iniciam no ano 2003. Como se registrou anteriormente, as matérias jornalísticas não garantem a seqüência e o conteúdo fiel de cada assembléia; segundo: muitas das assembléias realizadas tinham e têm como característica a reiteração dos itens pré-estabelecidas, não apresentando, portanto, novos temas a serem contabilizados.

Destaca-se o papel da mídia regional, em especial dos jornais, uma vez que produz material físico, de fácil manuseio pela população e de fácil arquivo pela mantenedora em épocas anteriores aos meios eletrônicos. Quanto às rádios, a ausência de uma cultura de registros orais também compromete a preservação da memória regional. Em ambos os casos, é importante ressaltar o compromisso de quem produz as matérias (tanto orais quanto escritas), uma vez que refletem as inter-relações da sociedade local e regional. Entre as pessoas que atuavam no meio jornalístico e radialístico, anos atrás, poucos tinham formação

profissional específica, o que fica evidente nas matérias eivadas de subjetividade, muitas vezes omitindo ou comprometendo o fato real.

Nos dias atuais, quando já se têm profissionais qualificados, também há comprometimento da veracidade do conteúdo, uma vez que o/a jornalista, com a pretensão de demonstrar criticidade, omite ou distorce o fato real. A mídia local e regional, pelo alcance que tem nas pequenas cidades e pelo seu poder de formação de opinião, muitas vezes acaba prejudicando a formação de uma cultura de coesão em torno das causas regionais. Nem pieguismo, nem omissão e excesso de críticas: a consciência coletiva regional precisa de informações consistentes, reais, e diversificadas, que ofereçam elementos capazes de aguçar o espírito crítico do leitor, cidadão que habita e interage local e regionalmente.

Movimentação vertical da Amnap

Secretarias mais contatadas e visitadas em São Paulo:	Secretários mais presentes nas assembléias, a convite da Amnap:	Ministérios mais contatados e visitados em Brasília:	Audiências com governadores e com o Presidente da República:
Obras e Infra-Estrutura, Agricultura, Transportes, Finanças, Energia, Casa Civil, Planejamento.	Agricultura, Finanças, Transportes, Obras e Infra-Estrutura, Bem-Estar Social.	Transportes, Agricultura, Casa Civil.	No Palácio dos Bandeirantes: 3 Nº de visitas do governador (ou vice) paulista em reuniões da entidade: 4 Nº de viagens a São Paulo, específicas para tratar de assuntos regionais: 10 Nº de viagens a Campo Grande/MS ou outra cidade daquele Estado para tratar de assuntos comuns: 5 Nº de viagens a Brasília: 7 Nº de audiências com o presidente da República: 2

Quadro 10

Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 20/7/ 1977 e 3/2/2007; atas da entidade após o ano 2003
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Movimentação horizontal (intrarregional) da Amnap

- Mobilização dos municípios para reativação do trem cargueiro na Nova Alta Paulista (2006-2007)
- Mobilização pela não desativação das escolas estaduais agrícolas de Dracena e Adamantina (1997)
- Proposta de formação de comissões intermunicipais para discutir a municipalização do ensino (1997)
- Proposta de formação de vários conselhos regionais: habitação, saúde, educação, agricultura etc (1997)
- Esforço para transformar a Amnap num fórum permanente de debates dos problemas regionais (1997)
- Proposta para inclusão dos municípios da microrregião de Tupã (1997)
- Proposta de discussão sobre expansão harmônica do ensino superior na região (1997)
- Mudanças no estatuto para abertura à participação de entidades representativas dos municípios (1997)
- Programa de fortalecimento da cafeicultura (CAMDA e CASUL, 1997)
- Criação de consórcios intermunicipais (1997)
- Criação de sub-regiões (2006, 1997)
- Proposta de criação de comissões regionais para discutir saúde, educação, transporte, esporte, habitação, agricultura, indústria, tecnologia (1992)
- Discussão sobre a construção de usinas de lixo hospitalar (1990)
- Discussões e ações pela construção da ponte sobre o rio Paraná (desde 1978)
- Mobilização para manifesto dos prefeitos em Brasília (desde 1977)

Quadro 11

Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003.
Org. Izabel C. Gil/2007

Cidades-sede das assembleias e representadas na presidência da Amnap

Cidades e nº de vezes que sediou assembleias	Cidades representadas na presidência da entidade	
Adamantina	14	3
Bastos	3	
Dracena	15	5
Flórida Paulista	1	
Iacri	1	
Irapuru	1	
Inúbia Pta	3	3
Junqueirópolis	5	2
Lucélia	3	
Monte Castelo	2	
Nova Guataporanga	1	
Oswaldo Cruz	10	2
Ouro Verde	2	1
Pacaembu	2	1
Panorama	4	
Parapuã	8	3
Paulicéia	1	
Rinópolis	1	
Sagres	1	
Salmourão	2	
São João do Pau D'Alho	1	
Santa Mercedes	1	
Tupã	2	
Tupi Paulista	1	
Sem identificação da cidade-sede na matéria publicada	15	

Quadro 12

Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 20/7/1977 e 3/2/2007 e atas das assembleias da AMNAP, após o ano 2003. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Demandas regionais reivindicadas pelas diretorias da Amnap

Ao governo do Estado de São Paulo:

Maior repasse de verbas provenientes de tributos, sobrecarga de impostos municipais, construção da ponte sobre o rio Paraná, duplicação e manutenção da SP-294, apoio à cafeicultura, perenização e manutenção das estradas rurais e vicinais, apoio técnico e financeiro ao controle de erosão, linhas de crédito ao pequeno produtor rural, apoio à fruticultura, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas, mal atendimento da Fepasa, uso dos galpões e terrenos ociosos da companhia ferroviária, reativação do transporte ferroviário, liberação do plantio de citros, transformação da Nova Alta Paulista em Região Administrativa, criação de um Hospital Regional, transformação da região em zona de incentivos fiscais.

Ao governo federal:

Verbas e agilidade na construção da ponte sobre o rio Paraná, construção da rodovia ligando Panorama a Campo Grande/MS, política nacional de apoio à cafeicultura, manifesto contra repasses do FPM, manifesto contra o “Emendão”, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas, liberação do plantio de citros, uso dos galpões do extinto IBC, reativação do transporte ferroviário.

Quadro 13

Fonte: Matérias publicadas nos jornais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003.

Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Ganhos da Nova Alta Paulista por meio de programas estaduais, sem atendimento específico às reivindicações da AMNAP

Duplicação da SP-294 – previsão de verbas no Orçamento de 1992 para as regiões mais carentes: Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista;

Verba para perenização das estradas rurais e vicinais é meta governamental para todo o Estado de São Paulo;

Casas populares são metas das políticas públicas estaduais;

Secretaria de Ciência e Tecnologia disponibiliza programas de apoio aos municípios – PATEM, Sistema de Meteorologia e aparelhamento de escolas técnicas;

Incentivo ao desenvolvimento regional rural por meio do PEMBH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas;

Convênio entre Codasp e prefeituras para recuperação de estradas rurais;

Recursos e programas destinados aos municípios para a área social;

Ponte sobre o rio Paraná: construção de obra compensatória referente à construção da Usina Hidrelétrica Ministro Sérgio Motta.

Quadro 14

Fonte: Matérias publicadas nos jornais locais entre 1977 e 2006; atas da entidade após o ano 2003.

Org.: Izabel Castanha Gil/2007

4. 1997-2006: A NOVA ALTA PAULISTA SOB A TENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

4.1. As emergências contemporâneas somam-se às incertezas

Tomou-se o ano de 1997, como referência para o recorte temporal deste terceiro momento do desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista observando-se as evidências dos princípios do desenvolvimento endógeno nas ações dos gestores da Amnap ao longo desses últimos anos. Como marco, considerou-se uma assembléia ordinária dessa associação realizada em fevereiro daquele ano, na cidade de Osvaldo Cruz, oficializando a posse da nova diretoria eleita. Esta escolha deveu-se ao significado da mesma em relação ao tempo presente marcado pelas relações mundializadas, abertura política facilitada pela revolução tecnológica, particularmente nas comunicações, pela descentralização político-administrativa dos governos centrais, e pela intensificação dos instrumentos democráticos permitindo a participação mais intensa dos cidadãos. Nessa perspectiva, considerou-se aquela assembléia como um marco da inserção política da Nova Alta Paulista no paradigma contemporâneo do desenvolvimento endógeno, mesmo que tal atitude tenha se inspirado mais nas tendências que se anunciavam, incorporadas pelo modelo de gestão adotado pelo governo estadual, do que como fruto de debates internos na própria associação dos municípios e dessa com os diferentes segmentos da sociedade, com a contribuição do segmento acadêmico.

Nessa assembléia, sob a presidência de Walter Luiz Martins (prefeito de Osvaldo Cruz), foram sugeridas mudanças no Regimento Interno abrindo espaço para que entidades representativas dos municípios pudessem participar com voz e voto. Deu-se ênfase à gestão descentralizada, fortalecendo a atuação das cidades-pólo de microrregião (Dracena, Adamantina, e Osvaldo Cruz) e procurou-se definir prioridades para as ações, incentivando as relações horizontais entre os municípios vizinhos (por meio da formação de consórcios especialmente nas áreas de saúde e saneamento básico, como o tratamento de lixo, por exemplo) e intensificando as ações verticais, junto às secretarias estaduais de governo e aos ministérios. Outra medida foi a inclusão dos seis municípios que compõem a microrregião de Tupã, aumentando o número de membros de vinte e quatro para trinta.

No ano de 2001, foi realizado um fórum regional de desenvolvimento em Tupã, por iniciativa das lideranças daquela cidade, definindo-se alguns temas prioritários aos interesses regionais, que foram reiterados no fórum regional de 2003, realizado em Presidente Prudente, na gestão do governador Geraldo Alckmin. As prioridades identificadas foram: duplicação ou construção da terceira faixa na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294),

construção da ponte sobre o rio Paraná, construção de um hospital regional, criação da região administrativa da Nova Alta Paulista, reativação da ferrovia, apoio à fruticultura e à cafeicultura, instalação de campus da Unesp.

A partir dessas definições, todo o empenho da Amnap passou a ser direcionado para a suas realizações, o que permite identificar, com mais clareza, onde estão os entraves e as fragilidades, favorecendo a avaliação constante das estratégias, visando a retomada das ações. Conforme já exposto em outros momentos, o grande esforço das lideranças regionais tem como foco a territorialização dos anseios da população regional, garantindo o seu reconhecimento junto ao governo estadual como região administrativa independente e pela sua vitalização econômica e social, quer seja potencializando os seus recursos com capital e iniciativas locais ou atraindo investimentos externos, de modo a alavancar-lhe o crescimento econômico.

Ao longo de sua história, a Nova Alta Paulista não conseguiu consubstanciar-se como uma área polarizadora, que engendrasses movimentos centrífugos impulsionadores de desenvolvimento ascendente. Faltaram-lhes forças políticas e forças econômicas cuja expressividade a induzissem para essa direção.

O estudo conclui-se no ano de 2006, por motivos burocrático-acadêmicos: há um prazo para se concluir uma tese de doutoramento. O desenvolvimento, no entanto, é um processo dinâmico, em permanente movimento. Algumas informações referem-se ao início do ano de 2007, porém elas se limitam a ações da Amnap iniciada no ano anterior, como o Movimento pro-reativação da ferrovia e da ponte. Considera-se o dia 3/2/2007 como data limite por coincidir com o término da gestão do prefeito de Dracena, Elzio Stelato Jr, como presidente da entidade. Naquela data, ocorreu a posse da nova diretoria e houve a entrega dos documentos, incluindo os abaixo-assinados que circularam pelos trinta municípios-membros.

Alguns acontecimentos marcam o momento atual do desenvolvimento regional. Priorizaram-se os mais representativos, cujo relato oferece elementos para análise e proposições futuras. No plano político, destaca-se a experiência de Junqueirópolis, pelo esforço para superação de dificuldades orçamentárias e de práticas administrativas amadoras sobrepondo-se aos princípios racionais da administração pública, e pela tentativa de animação das energias locais em prol de um projeto focado na própria comunidade. Ainda no plano político, destaca-se o empenho da Amnap para materializar alguns dos anseios e das demandas regionais de modo mais sistemático e articulado. No plano econômico, a expansão da atividade sucroalcooleria, no Oeste paulista, impulsionada pelo gigantismo da tendência das energias renováveis, sinaliza para profundas transformações espaciais, territoriais,

econômicas, sociais, e ambientais na Nova Alta Paulista. Outro acontecimento que merece destaque nesse período relaciona-se à questão da segurança pública no Estado de São Paulo, levando essa área a sediar oito unidades prisionais, um presídio semi-aberto e uma unidade da FEBEM. De modo sintético, apresentam-se essas experiências, destacando sua expressividade no conjunto regional, oferecendo elementos para as reflexões apresentadas no capítulo 5.

4.2. O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, o lado avesso do neoliberalismo, e a descentralização espacial dos presídios no Estado de São Paulo

Município de Pracinha/Nova Alta Paulista. População residente em 2000: 1.431 habitantes (IBGE, Censo 2000). População residente em 2006: 1.395 habitantes (Seade, 2006). Nesse período, registrou-se uma taxa negativa de crescimento da população (-0,52%). Considerando-se, porém, a população carcerária recebida após dezembro de 2006 (1.063 detentos – SAP, 28/12/2006), houve um incremento demográfico de 76,2%, perfazendo um total de 2.445 habitantes.

O caso emblemático de Pracinha ajuda a compreender a fase recente da segurança pública no Brasil, particularmente do Estado de São Paulo. Não se constitui foco de interesse nessa pesquisa o aprofundamento da questão prisional brasileira, tampouco da segurança pública, temas complexos que requerem grandes esforços de análise. Essa temática será tratada, aqui, sob a dialética latente no seio das economias de mercado, particularmente da brasileira, que se inclui entre as que ostentam os maiores índices de desigualdade socioeconômica do mundo.

O desenvolvimento brasileiro passou a ser objeto das políticas centrais após a Segunda Guerra Mundial. A essa época, a capital paulista já reunia estruturas suficientemente favoráveis para se potencializar de modo a desencadear um movimento centrífugo que a colocaria em condições ímpares na realidade nacional. (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 251). O apoio da União, que transformara a Região Metropolitana de São Paulo em uma das prioridades das políticas de desenvolvimento, sob o paradigma do nacional-desenvolvimentismo, agilizou a sua consolidação como pólo de aglomeração. Sem controle sobre os limites do crescimento, com a herança histórica da concentração de riqueza, com a despreocupação quanto ao acirramento das desigualdades regionais, o que se viu foi a materialização de um fenômeno surrealista: crescimento desordenado da urbe e segregações de todo tipo. Tais fatos são comprovados nas estatísticas de rendimento salarial, acesso aos serviços públicos, condição do domicílio, indicadores quantitativos e qualitativos de educação

e saúde, entre outros, atestando um extraordinário fosso que se instalou entre os habitantes de uma mesma cidade. Destaca-se a enorme tensão que se estabeleceu entre a sociedade e a natureza, colocando em risco a saúde de todos, incluindo aí os seres humanos, as plantas e os animais.

A Nova Ordem Mundial, forjada pelas inovações tecnológicas, pela abertura econômica e comercial, e, principalmente, pela ideologia liberal que se fortaleceu com o colapso do socialismo, impôs a refuncionalização das áreas-pólo, atingindo o “coração” da Região Metropolitana de São Paulo. Questões de ordem econômica, locacionais e mercadológicas, especialmente, já vinham empreendendo a desconcentração industrial da RMSP para o interior paulista e para outras regiões brasileiras (NEGRI, 1996, p. 76) desde os anos de 1970. A metrópole, no entanto, ainda continuava atraindo um contingente significativo da população economicamente ativa.

A globalização acelerou esse processo atingindo os pólos de aglomeração assentados no modelo fordista caracterizado pela produção em série, alta absorção de mão-de-obra, especialização do trabalho, e voltado à produção de bens de consumo destinados ao mercado interno. A atenção voltou-se à racionalização da produção, com vistas à redução de custos, o que levou à automação industrial e à sofisticação do terciário, especialmente nos setores de telecomunicações e de informática. A financeirização do capital na fase contemporânea também inspirou mudanças profundas nas relações econômicas, trabalhistas e sociais. Criaram-se as condições estruturais e conjunturais para a qualificação das tarefas e funções: introduziram-se novos conceitos nas relações de trabalho e pressionou-se pela incondicional retração do Estado. Dados do Ministério do Trabalho atestam que entre 1990 e 1996 o desemprego se estendeu a 2,4 milhões de brasileiros; entre julho de 1994 e janeiro de 1997, houve a eliminação de 755 mil empregos formais. Impôs-se a “modernidade” sobre um tecido social com fragilidades crônicas: implantou-se o caos, sobrepondo-se o novo sobre velhas e desgastadas estruturas. O rescaldo dessa extraordinária incompatibilidade fez-se sentir nas altas taxas de desemprego. Estas, associadas à debilidade das estruturas públicas acessíveis aos cidadãos, resultaram na violência debelada e aterrorizadora que se vivenciou principalmente a partir da segunda metade da década de 1990.

O sistema prisional brasileiro arrastava sintomas agudos de crise já há um bom tempo sem um consenso sobre formas mais eficazes de solução. Góes (2004, p. 223) destaca as tentativas de inovação implantadas no governo de Franco Montoro (1983-1987) no quadro da Política de Humanização dos Presídios, porém, disputas de poder entre grupos e instituições, com a vitória de setores mais reacionários do PMDB, provocou recrudescimentos das

concepções do grupo anterior. A crise na segurança pública e o colapso no sistema penitenciário, agudizados com a chacina no Complexo Penitenciário do Carandiru (Casa de Detenção de São Paulo), em 1992, quando cento e onze detentos foram assassinados, levaram a uma situação insustentável que urgia por intervenção e respostas.

O agravamento da deterioração das condições sociais, imposto pela conjuntura político-econômica levou à intensificação da violência, principalmente ao longo da década de 1990. Tais circunstâncias fizeram com que o governador Mário Covas, a partir de 1997, acelerasse as políticas no setor de segurança, anunciando, naquele ano, a construção simultânea de 21 penitenciárias e três presídios semi-abertos, a maioria no interior paulista. Desse total, 13 foram construídos no Oeste paulista, sendo que três deles, mais um presídio semi-aberto, foram construídos na Nova Alta Paulista, num raio de cinquenta quilômetros. Essa “opção” pelos municípios do interior deve-se, em grande parte, à crise fiscal e orçamentária aguda do governo estadual, levando-o a buscar “parcerias” com os municípios, principalmente com os mais pobres.

Entre 2001 e 2005, outros presídios foram construídos e a Nova Alta Paulista recebeu mais cinco unidades prisionais e uma unidade da FEBEM, num raio de noventa quilômetros. No conjunto, esses dez presídios disponibilizam 7.408 vagas. Em janeiro de 2007, a população carcerária contabilizada pela Secretaria de Administração Penitenciária somava 10.446 detentos, com acréscimo, portanto, de 41% na sua capacidade de suporte.

Seria coincidência essa nova espacialização das políticas públicas no setor de segurança? A manifestação perversa da globalização, embalada pelas concepções neoliberais, materializava-se de modo diferenciado em todo o mundo. No Brasil, e em tantos outros países subdesenvolvidos industrializados, as evidências passaram a expressar-se nas regiões concentradas (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 260), implodindo os sistemas produtivos do passado e provocando amargas rupturas na já debilitada organização social. Em boa parte do interior paulista, pequenas e médias empresas encerraram as suas atividades, intensificando a crise econômica com influência direta na oferta de emprego.

Foi nesse contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganharam dimensão específica.

Dois discursos convergentes envolveram essas instituições, especialmente no período eleitoral em que foram inauguradas. Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do Estado; por outro, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interioranas, destacadamente afetadas pela crise econômica. (GÓES, 2004, p. 224-5)

Esse fenômeno estrutural atingiu a Nova Alta Paulista numa fase interna de fragilidades e de indefinições econômicas, que se arrastava desde meados da década de 1970. O apelo do governador para que os prefeitos demonstrassem interesse na instalação dos presídios encontrou eco principalmente nos municípios que se debatiam para minimizar um dos seus principais problemas: o desemprego. Mais uma vez a dialética fundante das economias de mercado exterioriza-se na nova forma de interdependência que se estabeleceu entre “os espaços luminosos” e “os espaços opacos”. Além dos primeiros se valerem da produção de matérias-primas, do consumo, e da oferta de mão-de-obra barata e os segundos alimentarem o “brilho” das primeiras, enquanto se “acinzentam”, agora, os primeiros livram-se dos “subprodutos” e das “peças desclassificadas” durante o processo produtivo. Enquanto isso, os segundos os “reaproveitam” para minimizar suas carências. Mudam-se a época, o lugar, e o conteúdo, no entanto, permanece a forma. Com os presídios, a Nova Alta Paulista se inseriu definitivamente na fase globalizada não pelas portas das vantagens comparativas do comércio, nem pelas portas das vantagens competitivas mediadas pelas inovações tecnológicas, mas pelas sutilezas da dialética que se escondem na assimetria das relações de poder.

Para esta pesquisa a Secretaria de Administração Penitenciária assim se manifestou em relação à descentralização espacial dos presídios para o interior paulista:

Em relação à construção de novas unidades prisionais, a Secretaria de Administração Penitenciária leva em conta alguns critérios, entre eles:

- a) necessidade de ampliação do número de vagas prisionais para abrigo dos detentos;
- b) disponibilidade por parte do poder municipal de oferta de área viável e adequada para a construção da unidade;
- c) solicitação de instalação de unidade (ou unidades) no município.
- d) Especialmente na região da Alta Paulista, a SAP só construiu unidades prisionais nos municípios em que os prefeitos fizeram a oferta de terrenos adequados e viáveis à construção.

Assessoria de Imprensa da Secretaria da Administração Penitenciária
<imprensa@sap.sp.gov.br> (Contato em 20/1/2006)

Junqueirópolis foi um dos municípios que se candidatou, em 1997, para sediar uma das unidades prisionais a serem construídas no interior. Hélio Ap. Mendes Furini, prefeito da cidade àquela época, assim se refere ao fato:

Junqueirópolis colocou-se como um dos candidatos ao recebimento de um dos presídios. A decisão foi tomada após consulta à Câmara Municipal e a todos os segmentos organizados da cidade. A prefeitura tem arquivado todos os ofícios em que esses segmentos se manifestaram favoravelmente. Após esses anos de convivência com o presídio e analisando os dados estatísticos, pode-se dizer que as vantagens superam as desvantagens e não há motivos para reclamar

por termos abrigado uma unidade prisional. (Entrevista concedida em 29/11/2006)

Walter Luiz Martins era prefeito de Osvaldo Cruz em 2002, quando o governo estadual promoveu a construção de mais alguns presídios no interior. Em entrevista concedida em 22/1/2007, ele comenta:

Todos os segmentos da comunidade foram consultados. Formamos comissões e visitamos cinco presídios. A Câmara aprovou o projeto e os documentos favoráveis (a maioria) estão arquivados na prefeitura. O presídio gera emprego e renda ao município. São cerca de 260 vagas com salário médio de R\$ 1.500,00. Então, são cerca de R\$ 390.000,00/mês, que passam a circular no comércio daqui e de outras cidades onde residem os funcionários. Além disso, há outros benefícios: a jornada de trabalho é de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, o que permite que muitos desempenhem outras atividades, complementando a renda. Vários itens da alimentação dos detentos são oferecidos pelo município, além de outros itens indiretos, como combustível, manutenção dos carros dos funcionários, por exemplo.

O problema mais grave ocorreu em relação à saúde. As pessoas sentem-se constrangidas e intimidadas ao verem os presos atravessarem as salas de espera da Santa Casa. Para evitar isso, adaptamos duas salas com entrada e saída próprias para os pacientes presidiários.

Um grupo de cidadãos manifestou-se contrariamente, mas a Câmara Municipal se manteve favorável e aprovou o projeto. O presídio foi inaugurado poucos meses depois.

Flórida Paulista optou por sediar uma unidade prisional em 2004, sem que a população se manifestasse. A maior parte dos vereadores posicionou-se favoravelmente e o projeto foi aprovado. O vereador Silvano Marcos Crepaldi (PTB) coloca seus argumentos:

Eu sempre fui a favor, pois trabalho num presídio. Se não fosse ele, eu não estaria morando na minha cidade natal. Como as coisas andam difíceis por aí, onde estaria eu agora? (Entrevista concedida em 5/1/2007)

Em 2006, quando o governador anunciou a construção de algumas unidades da FEBEM no interior, a maior parte dos vereadores manifestou-se favoravelmente. O prefeito preferiu a audiência pública e acatou a decisão da maioria. A população, que não havia se manifestado na época da construção do presídio, posicionou-se contrária à construção da nova unidade. A professora Clélia, uma das líderes do movimento⁹⁹ contrário à instalação da unidade da FEBEM, comenta:

⁹⁹ Transcrevem-se os trechos mais significativos do manifesto lido pela comunidade na Câmara Municipal de Flórida Paulista, demonstrando seu repúdio à construção de uma unidade da FEBEM no município. “[...]Através da matéria veiculada na Folha Regional, no dia 25/3/2006, cuja manchete era *Flórida Paulista poderá abrigar*

Quando o presídio foi construído aqui, em 2004, a população não atentou para o fato. As rebeliões recentes em todo o Estado de São Paulo nos acordaram. Nossa região tem uma super concentração de presídios e não sabemos o impacto disso no futuro. Por que aceitar, sem reflexão, a instalação de mais um? Tratava-se de uma unidade da FEBEM, mas não importa, é preciso reflexão.

Entre os vereadores, dois posicionaram-se terminantemente contra, registrando em ata essa decisão. Os outros sete, posicionaram-se a favor. Fiquei incomodada e procurei outras amigas e pessoas da comunidade, também assustadas. Os argumentos das autoridades a favor eram “o progresso e os empregos” que o presídio traria aos floridenses. Pedi aos alunos para buscarem informações junto às três principais empresas do município para ver se todos os empregos que geram são ocupados por moradores daqui (e não são). Um concurso público estadual não se limita a um único município. Já temos um presídio, então, verificamos se aumentou o número de policiais e de viaturas na cidade, o número de atendentes no posto de saúde e na santa casa. Verificamos que tudo continuava como antes. A cidade era a mesma e receberíamos centenas de “novos moradores”. Quais seriam os impactos disso? Que garantia teríamos?

Fizemos uma passeata, apresentamos os resultados do levantamento ao prefeito e aos vereadores, lemos alguns textos argumentativos, e os vereadores solicitaram a realização de uma outra sessão para ratificar a ata, pois muitos deles mudaram de idéia. O projeto não foi

instalações de uma unidade da FEBEM, nossa comunidade mostrou-se extremamente preocupada [...] O anseio pelo progresso da cidade está em todos, pois reflete no progresso de cada um. [...] É sabido por todos que o presídio e a FEBEM, obtém-se emprego mediante concurso público. Como exemplo do presídio de nossa cidade, raros são floridenses que ocupam cargos naquela unidade, e raro, ainda, são aqueles que acabam firmando moradia com seus familiares em nosso município. Queremos o progresso sim, tanto quanto a segurança. É inegável que nossa cidade está fragilizada quanto à segurança. Há pouco tempo atrás, acostumávamos ver viaturas com dois policiais fazendo a patrulha pela cidade, hoje essa patrulha é feita por apenas um policial porque o outro está fazendo escolta ou exercendo Batalhão de Choque. A cidade conta com sete policiais civis e dezesseis militares, sendo que pelas normas do governo o ideal seria vinte. Entre um incidente na cidade e um no presídio, a prioridade é o presídio. Começamos a sentir as consequências daquilo que supostamente viria ajudar no progresso econômico da cidade. Consequências negativas também sentimos na Saúde. A Santa Casa conta com cinco médicos fixos e dois nos finais de semana, número este considerado pouco pelas autoridades daquele estabelecimento. E novamente vimos que a prioridade é atender os presidiários, seja por medo ou por constrangimento, além da equipe dizer que não está preparada para uma outra situação de risco como já foi enfrentado e que é sabido por todos. Neste momento, perguntamo-nos: E nós, como ficamos se a cidade receber uma unidade da FEBEM ou um outro presídio? Essa defasagem na Segurança e na Saúde seria sanada ou se agravaria? E nossos irmãos do Distrito do Alto-Íris [onde a unidade seria construída]? Suas necessidades básicas pelas quais lutam há algum tempo: o saneamento básico que não existe naquele local; reivindicam telefones públicos, creche, e o principal: um local apropriado para que funcione o Posto de Saúde, uma vez que consultas médicas e odontológicas são realizadas no Salão da Igreja, local onde se realizam quermesses, reuniões, vacinações humanas e em animais, velório e afins. Sabe-se que o presídio de Flórida Paulista comporta aproximadamente 800 detentos e hoje, sua lotação ultrapassa a casa dos mil. Isto é fato. Não se pode negar. Será que o número previsto (que são 40) para as novas unidades da FEBEM será rigorosamente respeitado? São perguntas que todos nós fazemos e que as respostas estão nos fatos. O projeto de descentralizar as unidades da FEBEM e readaptá-los em suas próprias regiões é muito plausível, ninguém questionará o direito de recuperar menores, mas desde que se tenha uma infra-estrutura adequada, real e segura para os adolescentes em questão e para a comunidade local. Sabemos que este abaixo-assinado não tem valor legal. Seu valor é o de demonstrar que muitos, nesta cidade, compartilham as mesmas idéias, os mesmos temores com a vinda de uma unidade da FEBEM, e que também compartilham os mesmos anseios de ver nossa cidade crescer. Crescer, entretanto, com segurança, pois somos todos floridenses.”

aprovado e a unidade da FEBEM não foi construída aqui. (Clélia Maria Corveloni Pardini, 41 anos, professora de português. Entrevista concedida em 5/2/2007)

Com preocupações semelhantes às da professora Clélia, manifestou-se a professora Sandra Carrafa, de Ouro Verde:

Vejo com preocupação o excesso de presídios construídos sem nenhum estudo de impacto. Se quem permanentemente procura atualizar-se corre o risco iminente da defasagem tecnológica e profissional, o que dizer de quem permanece anos trancafiado numa cela? Algum dia estes presidiários voltarão à sociedade. Como serão reintegrados? Para onde irão? As grandes cidades, de onde vieram, estão saturadas; as nossas conseguirão absorver-los? (Entrevista concedida em 17/11/2006)

A experiência de Tupi Paulista apresenta características peculiares em relação à convivência com esta nova realidade. Em 2004, o prefeito mostrou interesse em abrigar uma unidade prisional e, para isso, contava com o apoio da maior parte dos vereadores. A população reagiu. Em relação ao fato, lembra-se o ex-prefeito:

Tupi Paulista tinha uma população em torno de 13.000 habitantes e a divisão do FPM é proporcional ao número de habitantes. Como perdemos muita gente nos últimos anos, ficamos com o menor índice de arrecadação: 0,8%. A diferença para atingirmos 1% era de apenas 200 pessoas e isso representaria um acréscimo de 25% no total da receita. Recebíamos R\$ 400.000,00/mês e passaríamos a receber R\$ 100.000,00 a mais. Os presos supririam a diferença. Além desse fator orçamentário, havia os empregos e o incremento no comércio local, com o abastecimento do presídio.

Quanto à segurança, outros municípios já tinham abrigado presídios e não apresentavam problemas. Inicialmente eu era contra, mas diante dos fatos e dos números, mudei de idéia. (Aristides Alonso Portela, 62 anos, PSDB. Entrevista concedida em 5/2/2007)

A professora Maria Helena de Azevedo Ferreira, líder do movimento contrário¹⁰⁰ à instalação do presídio, comenta:

Tudo é uma questão de interesse político. Admitimos a contradição da sociedade: não queremos bandidos nas ruas e também não queremos

¹⁰⁰ No site da Secretaria de Administração Penitenciária, em 6/2/2007, nas informações referentes à unidade prisional de Tupi Paulista, lia-se: “Por extrema necessidade, o Governo ao invés de autorizar a inclusão de presos adultos, modificou a nomenclatura para Unidade Emergencial da Febem e já no dia 18, iniciamos o recebimento de jovens adolescentes em conflito com a Lei, ou seja, infratores da Febem. Desde então, iniciou-se uma batalha jurídica”, de um lado o Governo Paulista e de outro as entidades de Direitos Humanos que não aceitam a permanência destes jovens neste local. Nossos funcionários vieram transferidos de várias Unidades do Estado e aceitaram o desafio de administrar, reger, disciplinar e ressocializar a nova clientela e assim está sendo feito. O Juiz Corregedor é muito presente e nos auxilia com extrema presteza quando necessário. Enfim, passamos por um período de difícil adaptação, mas com certeza estamos auxiliando o Governo a tranquilizar a população no que tange aos jovens que aqui cumpre suas medidas sócio-educativas.” (www.sap.sp.gov.br)

presídios. Como conciliar isso? Em Tupi Paulista, havia uma questão orçamentária séria e os vereadores eram favoráveis ao prefeito. Entendíamos a situação, mas nos preocupava o fato de os prefeitos aceitarem tantos presídios, um tão perto do outro, sem reflexão. O que pode nos acontecer no futuro?

Por meio do Conseg, fizemos várias reuniões com juízes, promotores, delegados, líderes de bairros, presidentes de associações e entidades, líderes de diferentes igrejas, e com a população. A maioria era contra, mas a Câmara aprovou o projeto, desde a compra do terreno. Perdemos a batalha. O que fazer?

O prefeito atual sugeriu a idéia de criarmos uma ONG para atuar dentro do presídio, sendo essa uma iniciativa apoiada pelo governo estadual. Hoje, essa ONG funciona como um instrumento de controle social e há total transparência na administração da unidade prisional e na atuação da comunidade. Recentemente, havia a possibilidade de o município receber uma unidade da FEBEM. O prefeito realizou uma audiência pública e ouviu a sociedade. A decisão foi não e ele acatou. (Maria Helena é professora aposentada, ex-presidente do Conseg e atual secretaria municipal de Cultura. Entrevista concedida em 4/2/2007)

A entrevista com o diretor da unidade prisional de Tupi Paulista confirma as observações da professora Maria Helena:

Este presídio não abriga nenhum membro de facção criminosa. Recentemente, houve algumas rebeliões em presídios da região e aqui tudo continuou muito calmo. A população tranqüilizou-se mais.

A parceria com a ONG Esperanto funciona muito bem: grande parte dos trabalhos operacionais é realizada por funcionários contratados por ela e o Estado repassa o dinheiro. Temos sete advogados, cinco auxiliares de enfermagem, dois enfermeiros padrão, dois médicos, três dentistas, uma nutricionista, cozinheiros, pessoal de limpeza, e outros. Os detentos são atendidos mais prontamente e seus processos criminais são mais ágeis. A equipe trabalha muito bem e quando alguém deixa a desejar é fácil substituir, pois não são funcionários concursados. Além da agilidade, esse sistema permite transparência, o que contribui para ganhar credibilidade junto à comunidade. Temos um diretor administrativo concursado que fiscaliza o trabalho da ONG, mas, até o momento, só temos resultados positivos. (Ildebrando Costa Bibanco, 44 anos, diretor da unidade prisional de Tupi Paulista. Entrevista concedida em 5/2/2007)

Elaine Fortes, presidente da ONG Esperanto, destaca que, em 2006, havia várias ONG atuando em presídios. A mudança de secretário da Secretaria de Administração Penitenciária, em razão da fase aguda das rebeliões nos presídios, levou à revisão dessa experiência adotada pelo Estado. Somente quatro tiveram os seus convênios reafirmados, sendo que uma delas é a de Tupi Paulista. Sobre a experiência que coordena, ela comenta:

Quem trouxe a possibilidade desse convênio foi o atual prefeito. Trata-se de uma iniciativa do próprio Estado, sendo que a segurança e a disciplina são de sua responsabilidade. Fundamos uma ONG que

atua na parte administrativa: limpeza, manutenção, alimentação, compras, contratação de pessoal etc. Fazemos as compras por meio de licitações e damos preferência para o comércio local. Há mais agilidade nas contratações, na prestação dos serviços, e no atendimento específico dos presidiários, principalmente nos seus processos criminais. São 56 funcionários, todos recrutados em Tupi Paulista, entre profissionais especializados e de serviços gerais. Todos são contratados pela CLT e recebem mais que o piso salarial da categoria. O cargo de presidente não é remunerado, atuando apenas como voluntário, inclusive, tendo que comprometer seus bens pessoais como forma de garantia pelo trabalho prestado. Trata-se de compromisso social e realização pessoal. Por meio desse sistema, o Estado tem uma economia em torno de 30% e nós, da sociedade, temos um certo controle sobre o que está acontecendo, pois atuamos dentro do presídio. (Entrevista concedida em 6/2/2007)

A advogada Inajara Simini Gutierrez (35 anos) destaca alguns aspectos do seu trabalho sob o sistema terceirizado:

Nesse presídio, predominam sentenciados de penas longas, que respondem por crimes contra o patrimônio, roubo, latrocínio, tráfico, e também homicídios. Somos sete advogados, e cada um tem, em média, 130 sentenciados. Isso garante um atendimento mais próximo e bastante agilização nos seus processos criminais. Antes da atuação da ONG, eles eram atendidos pelo sistema convencional, que conta com pouquíssimos advogados e apoio de estagiários. Quando começamos, havia processos parados há mais de quatro anos. Muitos já podiam contar com benefícios, como a progressão ao regime semi-aberto e livramento condicional da pena. A Vara de Execução Penal localizava-se em São Paulo, hoje, está em Presidente Prudente, o que agiliza ainda mais o trabalho.

A receptividade dos sentenciados é muito boa, percebe-se que são muito agradecidos. Nas últimas rebeliões, em que o atendimento foi suspenso em vários presídios, no de Tupi Paulista nós continuamos trabalhando normalmente, pois não houve nenhuma movimentação que sugerisse algum tipo de motim. Acredito que esse comportamento deveu-se, também, ao fato de os detentos sentirem que têm um atendimento próximo tanto na questão jurídica quanto na saúde, apoio psicológico, alimentação de boa qualidade, e instalações decentes, pois eram carecedores dessa atenção.

O cozinheiro Jéferson Ferrari comenta a sua experiência:

Tenho 29 anos, sou casado, e pai de um filho. Mesmo com o ensino médio concluído, eu estava parado há mais de um ano quando surgiu a oportunidade de trabalhar como chefe de cozinha no presídio. Em cidades pequenas, não é muito grande a oferta de empregos. Em Tupi Paulista, essa ONG está entre as empresas que oferecem os maiores números de empregos. Gosto do meu trabalho, sou registrado, tenho toda as garantias que o regime celetista prevê, e o salário é superior ao piso da categoria. (Entrevista concedida em 8/2/2007)

Tentou-se autorização, junto à Secretaria de Administração Penitenciária, para se entrevistar alguns detentos, com o objetivo de ouvir pessoas diretamente atendidas pelo

sistema alternativo de gestão, porém, a resposta foi negativa. Enviou-se consulta eletrônica, por escrito, mas não houve resposta. Em contato telefônico com a assessoria de imprensa, um funcionário que não quis ser identificado, informou:

Em caráter emergencial, até segunda ordem, está suspensa a entrada de equipes de estudantes, acadêmicos e outros segmentos dessa natureza para conversas, reuniões ou entrevistas nas unidades prisionais vinculadas a esta Secretaria. Assessoria de Imprensa. Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. (Contato em 25/2/2007)

Ao se buscar informações sobre a temática prisional na Nova Alta Paulista, detectou-se que uma das principais dificuldades dos municípios ocorre na área da Saúde. A população carcerária não é recenseada como residentes no componente do município, o que se contrapõe aos atuais procedimentos operacionais das políticas de saúde. Assim explica o vereador e agente de saúde em Tupi Paulista, Alberto Luiz Sales:

A quantidade de medicamento, as doses de vacinas, o número de consultas diárias por médico nos centros de saúde, entre outros itens, são proporcionais ao número de habitantes domiciliados. Os presidiários têm prioridade no atendimento, sem que o Estado viabilize essa demanda excedente. As prefeituras têm que suprir essa insuficiência, o que acaba sobrecarregando o seu orçamento. Além disso, há prejuízos à população local, principalmente no atendimento médico especializado. O mesmo ocorre com o atendimento médico feito pelo IAMSPE: aumentou o número de funcionários públicos atendidos e permaneceu a mesma quantidade de cotas. Há sempre alguém sem atendimento. (Entrevista concedida em 15/3/2007)

Longe de querer esgotar a temática da segurança pública e da política de descentralização dos presídios, o que se fez foi apresentar a conjuntura nacional, estadual, e regional em que se deu a recepção dos presídios na Nova Alta Paulista. Trata-se de uma questão em aberto, que requer reflexões de todos os segmentos envolvidos e estudos específicos. Por se tratar de uma questão complexa, percebe-se a necessidade de um estudo multidisciplinar, que procure abarcar as várias dimensões desta temática.

Não compete aos municípios legislar sobre políticas estaduais e federais de segurança pública. No caso do Estado de São Paulo, a conjuntura político-econômica dos anos de 1980 e 1990 engendrou uma crise estrutural na organização socioeconômica predominante nas décadas anteriores, o que resultou em dramáticas condições de segurança pública. A descentralização dos presídios apresentou-se, naquele momento, como uma solução imediata aos desafios que se apresentavam.

Os prefeitos do interior, pressionados também pelas carências locais, se renderam facilmente aos apelos governamentais. Os elementos persuasivos eram a possibilidade de

geração de emprego, a geração de ISS durante a fase de construção dos presídios, e o incremento que a folha de pagamento proporcionaria ao comércio local. Cabe destacar que as contratações são feitas mediante processos seletivos de caráter nacional, o que não garante a absorção autóctone de servidores públicos. Mesmo que parte destes funcionários opte por morar na cidade sede de trabalho, o aporte econômico proporcionado pelos novos salários ocorre de modo pulverizado, não alavancando atividades que sejam geradoras de desenvolvimento.

Do ponto de vista societal, há que se considerar o fato de que ao Estado cabe zelar pela segurança pública e aí se inclui a reclusão daqueles que atiraram com a lei. Esta reclusão envolve aspectos locacionais, uma vez que, em algum lugar, se deve construir casas de detenção. Nas localidades receptoras, não se pode negar alguns benefícios decorrentes destas instalações oficiais, como a absorção de centenas de jovens e o incremento do comércio local. Há, no entanto, que se considerar o conjunto desta situação paradoxal. Na perspectiva de quem abrigou as unidades prisionais, sobressaem-se os aspectos positivos ou os negativos? Em não podendo livrar-se dessa recepção, como minimizar os impactos¹⁰¹ negativos? Qual tem sido o impacto desses presídios na segurança pública local? A imagem regional associada à concentração de presídios provoca algum tipo de prejuízo (inibição de novos investimentos, auto-estima regional inferiorizada etc)? Como reverter os ônus decorrentes, potencializando-os em forma de políticas compensatórias à região?

Como se vê, esta temática é instigadora, suscitando a necessidade de amplos debates. A Amnap, como principal representante política regional, pode e deve desempenhar este papel, ampliando o diálogo entre os segmentos da sociedade civil organizada e os governos estadual e federal.

Em relação a um dos aspectos de maior desconforto da população, as condições de segurança pública locais, apresentam-se dados oficiais (coletados no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo) referentes à evolução de delitos na Nova Alta Paulista entre 2000 e 2006. Eles proporcionam subsídios significativos para as reflexões. Para conclusões mais precisas, no entanto, eles se tornam insuficientes, necessitando, então, de outros referenciais, como dados dos conselhos tutelares, das secretarias municipais de educação, associações comerciais, santas casas e postos de saúde, entre outros. A intenção, nesta pesquisa, limitou-se a apresentar um fato marcante no

¹⁰¹ Em relação aos impactos ambientais, destacam-se os serviços de lixo e esgoto desses presídios. Observações realizadas pela ONG APROMAN, de Adamantina, apontam o despejo in natura de esgotamento sanitário em vários dos córregos vizinhos aos presídios.

momento recente da Nova Alta Paulista e apontar para uma realidade ainda pouco estudada, que trará impactos não dimensionados.

Nova Alta Paulista: Evolução de delitos - 2000 - 2006

Municípios	Homicídio Doloso							Furtos						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Adamantina	2	4	1	1	4	0	1	382	268	319	277	420	376	294
Arco Íris	0	0	1	0	1	0	0	6	4	2	5	13	13	7
Bastos	3	2	0	0	0	0	1	265	209	231	313	173	217	359
Dracena	2	3	1	2	5	2	2	446	428	434	532	600	648	774
Flora Rica	0	0	0	0	0	0	0	3	2	2	1	2	4	3
Flórida Paulista	1	2	0	0	1	2	0	47	30	19	28	35	33	48
Herculândia	0	1	0	1	2	0	0	50	46	51	62	47	28	46
Iacri	2	0	0	1	0	0	0	50	69	79	94	61	54	41
Inúbia Paulista	0	0	0	0	0	0	0	14	10	12	17	16	12	9
Irapuru	0	0	0	0	0	0	2	67	38	34	29	30	32	24
Junqueirópolis	0	0	0	1	1	0	3	50	74	59	61	52	91	102
Lucélia	1	0	2	1	0	0	0	114	72	92	91	133	155	144
Mariápolis	1	0	1	0	0	1	1	9	2	4	5	11	15	23
Monte Castelo	1	0	1	0	0	0	0	15	6	5	16	11	17	8
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0	0	0	7	10	12	7	6	8	10
Osvaldo Cruz	2	3	5	2	2	3	0	381	230	256	168	284	397	287
Ouro Verde	1	1	0	1	1	1	0	51	43	58	42	26	26	16
Pacaembu	2	2	0	1	1	1	1	113	59	77	59	83	159	73
Panorama	2	0	1	3	1	1	1	134	90	130	185	191	174	176
Parapuã	0	2	1	1	0	1	1	88	68	79	167	150	104	80
Paulicéia	0	1	0	0	0	0	0	28	22	36	29	23	23	52
Pracinha	0	0	0	0	0	0	0	2	3	7	1	7	8	6
Queiroz	0	0	0	0	0	0	0	13	6	14	8	16	29	17
Rinópolis	0	0	1	3	0	1	0	29	35	35	55	31	26	20
Sagres	0	0	0	0	0	0	0	16	14	12	11	13	15	10
Salmourão	1	0	0	0	0	0	0	20	18	12	19	24	25	23
Santa Mercedes	0	0	0	0	0	0	0	18	18	20	10	7	12	16
São João do Pau d'Alho	0	0	0	0	0	0	0	10	11	6	4	9	10	9
Tupã	5	3	6	6	6	4	3	1.187	1.333	1.428	1.616	1.475	1.329	1.239
Tupi Paulista	1	0	0	0	0	0	0	24	72	58	67	71	80	96

Quadro 15

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública. Org. Izabel C. Gil/2007

<http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/> Acesso em 12/07/2007

Nova Alta Paulista: Evolução de delitos - 2000 - 2006

Municípios	Roubos							Furto e roubo de veículos						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Adamantina*	12	17	4	7	5	13	7	5	2	0	4	3	6	14
Arco Íris	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0
Bastos	15	11	24	15	5	15	16	9	7	8	4	4	3	10
Dracena	15	12	11	14	22	15	11	13	12	13	14	7	12	13
Flora Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Flórida Paulista	1	0	3	4	4	5	2	0	1	0	1	0	1	0
Herculândia	2	5	0	3	2	2	1	9	3	1	0	3	1	4
Iacri	3	3	0	3	3	0	4	5	4	1	2	4	4	1
Inúbia Paulista	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Irapuru	5	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0
Junqueirópolis	1	3	2	3	2	3	1	3	2	0	1	2	2	5
Lucélia	2	2	4	2	5	2	4	6	2	2	1	2	1	6
Mariápolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monte Castelo	1	0	0	0	2	1	0	1	1	0	1	0	0	0
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Osvaldo Cruz	16	16	17	17	20	27	17	11	6	5	2	3	12	5
Ouro Verde	2	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0
Pacaembu	1	0	4	0	1	3	0	0	0	1	1	0	2	1
Panorama	8	2	3	13	7	6	7	5	8	5	5	5	4	3
Parapuã	9	8	6	6	5	4	3	3	2	1	3	3	1	3
Paulicéia	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1
Pracinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Queiroz	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0
Rinópolis	4	6	1	4	2	1	3	2	1	0	0	2	1	4
Sagres	0	0	0	2	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0
Salmourão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Santa Mercedes	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
São João do Pau d'Alho	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tupã	42	36	48	99	90	78	77	88	43	29	50	44	43	17
Tupi Paulista	2	1	1	1	2	1	3	1	4	1	2	0	3	0

Quadro 16

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública. Org. Izabel C. Gil/2007

<http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/> Acesso em 12/07/2007

4.3. As energias renováveis e o rearranjo espacial da Nova Alta Paulista

Vive-se um momento sem precedentes¹⁰² em relação à questão energética em todo o mundo. O Brasil torna-se foco dessa discussão, quer seja pela experiência e tecnologia acumuladas em relação à produção de energias renováveis, quer seja pelas vantagens comparativas que oferece para produção dessas energias, particularmente o álcool etílico anidro carburante.

Essa experiência iniciou-se com o Pró-Álcool, criado pelo Decreto-Lei nº 76.593, de 14/11/1975, como alternativa para minimização da crise mundial do petróleo, que se instalara desde meados da década de 1960, como consequência de conflitos políticos entre os Estados Unidos e o Oriente Médio. O Brasil, histórico produtor de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool, desenvolvia tecnologia para utilizar o etanol como combustível em motores de automóvel. O tempestivo surto industrial, principalmente no Sudeste, após 1930, e a consequente e caótica urbanização, levaram à tentativa de se desenvolver projetos com a intenção de atender a demanda crescente pela geração de energia carburante para a frota de automóveis, num país que havia feito a “opção” pelo transporte urbano individual e, no setor de cargas, pelo transporte rodoviário.

O jogo do capital colocou o interior de São Paulo e, por extensão, o Sudeste, como principal área de interesse dos investimentos no setor energético, particularmente com a produção de álcool etílico anidro combustível a partir da cana-de-açúcar. Manoel Correia de Andrade (1994, p. 60) esclarece:

O Pró-Álcool foi uma grande vitória dos grupos ligados à produção canavieira e metalúrgica. O país tinha um excedente de produção de difícil colocação no mercado internacional, mas os proprietários de usinas tinham um grande poder de pressão sobre o governo federal e dos estados. [...] O Brasil, que dependia quase inteiramente do transporte rodoviário e produzia pouco petróleo, ficou em situação econômica difícil e planejou, então, um programa que o liberasse, em parte, da importação do petróleo e dinamizasse a indústria canavieira e metalúrgica. Daí a implantação do Pró-Álcool e a concessão de empréstimos, praticamente a fundo perdido, aos industriais que se dispusessem a montar destilarias. Com essa política, o governo atendia segmentos das classes produtoras e justificava a sua política, alegando que ela teria um alcance social, porque criava novos

¹⁰² Entre os fatores apontados, nos últimos anos, como estimuladores do crescimento do setor sucroalcooleiro, apontam-se: o Protocolo de Kyoto (1997) e a valorização dos biocombustíveis; o sucesso dos veículos flexíveis; a instabilidade no preço do barril de petróleo; a decisão da OMC contrária à política de subsídios da União Européia. Com o recuo na produção e exportação de açúcar pela UE, deverá ser aberto um espaço de 4 milhões de toneladas de açúcar, que, em grande parte será ocupado pelo Brasil, detentor de 40% do comércio internacional. (www.iea.sp.gov.br. Acesso em 23/2/2007; www.canaoeste.com.br. Acesso em 23/2/2007; www.udop.com.br. Acesso em 23/2/2007)

empregos. Esquecia-se que os empregos criados eram sazonais, que as unidades industriais iriam causar um grande impacto sobre o meio ambiente, com a destruição das matas, a poluição dos rios, devido ao lançamento do vinhoto e das águas servidas, e dos solos pelo uso de agrotóxicos nos canaviais.

Foram surpreendentes os impactos desse programa na transformação do espaço do Oeste Paulista foram surpreendentes, onde havia grandes propriedades de criação e engorda de gado cujos proprietários atuavam como empresários capitalistas. O mesmo autor (1994, p. 61) comenta:

O gado era, então, um excelente investimento, mas eles sabiam que poderiam obter rendimentos bem maiores se passassem a utilizar em suas terras uma atividade agrícola moderna. O Pró-Álcool foi a solução: por intermédio do programa, teriam um financiamento de 90% para investimentos com a implantação das destilarias e de 100% para a fundação das safras, financiamento pago com grande período de carência e a juros inferiores à inflação. Por isso numerosos pecuaristas se associaram e organizaram sociedades anônimas e cooperativas para implantar as destilarias autônomas, e passaram a expandir os canaviais.

Na Nova Alta Paulista, a primeira destilaria foi inaugurada em Junqueirópolis (Destilaria Vale Verde¹⁰³ S.A), em 1978, com capital proveniente de investidores de Dracena e Junqueirópolis. A segunda foi fundada em Lucélia (Central de Álcool Lucélia – atual Bioenergia do Brasil SA), também em 1978, a maior parte com capital de investidores da própria cidade e das cidades vizinhas. Na década de 1980¹⁰⁴ foram instaladas uma destilaria em Parapuã (Destilaria Califórnia S.A), também a maior parte com capital de investidores das cidades vizinhas, principalmente de Osvaldo Cruz, e a Branco Peres Álcool, em Adamantina, de propriedade do grupo Branco Peres.

Em 2006, entrou em funcionamento a Usina Dracena Álcool e Açúcar Ltda, em Dracena; nesse ano passou também a funcionar a Usina Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda, em Junqueirópolis, e a Destilaria de Álcool Caiuá S/A, em Santa Mercedes. Em 2006, eram sete usinas empregando cerca de 5.000 trabalhadores diretos, produzindo cerca de 1.000.000 de litros de álcool por ano cada uma. (UDOP, 2006). Paralela à produção de álcool as destilarias mantêm usinas de açúcar, cuja produção varia de acordo com a oscilação do mercado deste setor e do setor alcooleiro. A estimativa de produção para a safra 2006/2007 é

¹⁰³ Essa destilaria funcionou até 1998, quando foi desativada por problemas administrativos internos e outros decorrentes de um período de desaquecimento do setor sucroalcooleiro. Em 2001, ela foi reativada com capital proveniente de Pernambuco, pelo Grupo Silveira Barros, com o nome de Usina Alta Paulista (USALPA).

¹⁰⁴ Em 2006, entrou em funcionamento a Usina Dracena Álcool e Açúcar Ltda, em Dracena; nesse ano passou também a funcionar a Usina Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda, em Junqueirópolis, e a Mercedense, em Santa Mercedes. Para 2007 e seguintes, está prevista a instalação das usinas Futura Agropecuária Industrial Ltda, em Paulicéia, a CLEALCO Açúcar e Álcool S.A., em Queiroz, a Clealdo unidade Rinópolis. (UDOP, 2007).

de 6.167.429,8 toneladas de cana-de-açúcar no EDR-Dracena, para um total de 67.039,4 hectares plantados em 16 municípios. Para o EDR-Tupã, a estimativa é de 3.110.887,7 toneladas de cana-de-açúcar para um total de 38.667,2 hectares plantados em 13 municípios. Cada tonelada, em média, produz 90 litros de álcool ou 150 quilos de açúcar. (EDRs Dracena e Tupã, 2006). Há preferência das usinas pela de cana de sitiantes e pequenos fazendeiros que a cultivam, tornando-se fornecedores, ou arrendar-lhes as terras. (Casas da Agricultura locais).

A maioria dos trabalhadores é recrutada nas próprias cidades do entorno, com um pequeno percentual residindo nas fazendas dos proprietários das destilarias ou de seus fornecedores. (Sindicato dos Canavicultores de Adamantina, 2006). O período de contratação vai de maio a novembro, ficando a maioria desempregada nos meses subsequentes. Nos últimos anos, muitas dessas usinas vêm recrutando seus trabalhadores temporários em outros estados, principalmente Minas Gerais, Bahia e Alagoas.

Para visualizar a fase recente da expansão das energias renováveis e o que isso representa para o Oeste paulista, particularmente para a Nova Alta Paulista, transcrevem-se alguns dados estimativos elaborados por órgãos oficiais, com os quais trabalha a UDOP para subsidiar o planejamento estratégico das usinas associadas. A observação dos mesmos permite antever as transformações multidimensionais previsíveis para o Oeste paulista e, particularmente, para a Nova Alta Paulista.

Energias renováveis no Oeste Paulista - Tendências⁶

Do petróleo aos biocombustíveis

Escalada dos preços do petróleo

Data	US\$/Barril
Setembro/2003	25
Junho/2004	30
Outubro/2004	40
Abril/2005	50
Julho/2005	58
Setembro/2005	65

Principais causas

1. Queda de 4% a 6% ao ano das reservas
2. Crescimento do consumo
3. Reservas concentradas no Oriente Médio
4. Questões Geopolíticas-Terrorismo
5. Mínima capacidade ociosa nas refinarias
6. Poucos investimentos em novos poços de petróleo
7. Esgotamento do petróleo
8. Baixa tecnologia

Fonte: Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool/UDOP

Do petróleo aos biocombustíveis

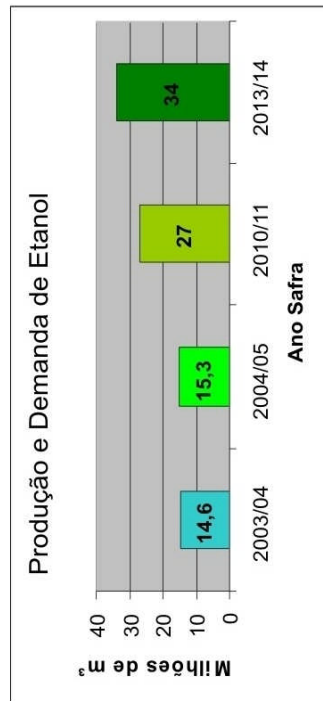
Nos próximos 25 anos vamos consumir tudo o que até hoje foi consumido em petróleo no mundo

Aumento da demanda mundial por combustíveis deverá ser suprido pelos **BIOCOMBUSTÍVEIS**

Principais biocombustíveis do futuro a curto prazo:
ETANOL e BIODIESEL

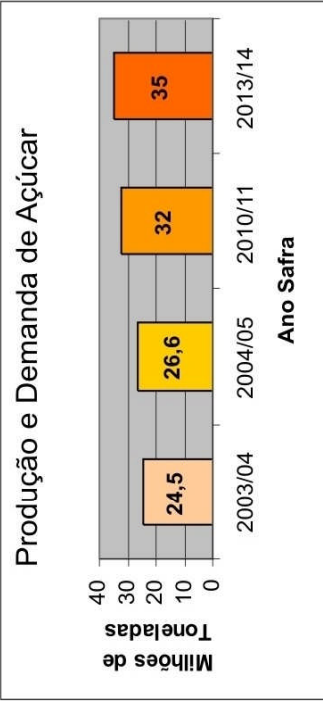
Fonte: Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool/UDOP

Cenário de projeção futura para o etanol



Fonte: Ministério da Agricultura (MAPA); Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool/UNICA/UDOP

Cenário de projeção futura para o açúcar



Fonte: Ministério da Agricultura (MAPA); Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool/UNICA/UDOP

Figura 1

⁶ Estes dados foram elaborados pela UDOP e são utilizados como subsídios a seus planejamentos estratégicos. Tais projeções foram apresentadas, em 2006, aos ministérios da Agricultura e Minas e Energia, à FIESP, além de associações, faculdades, sindicatos, prefeituras, entre outros.

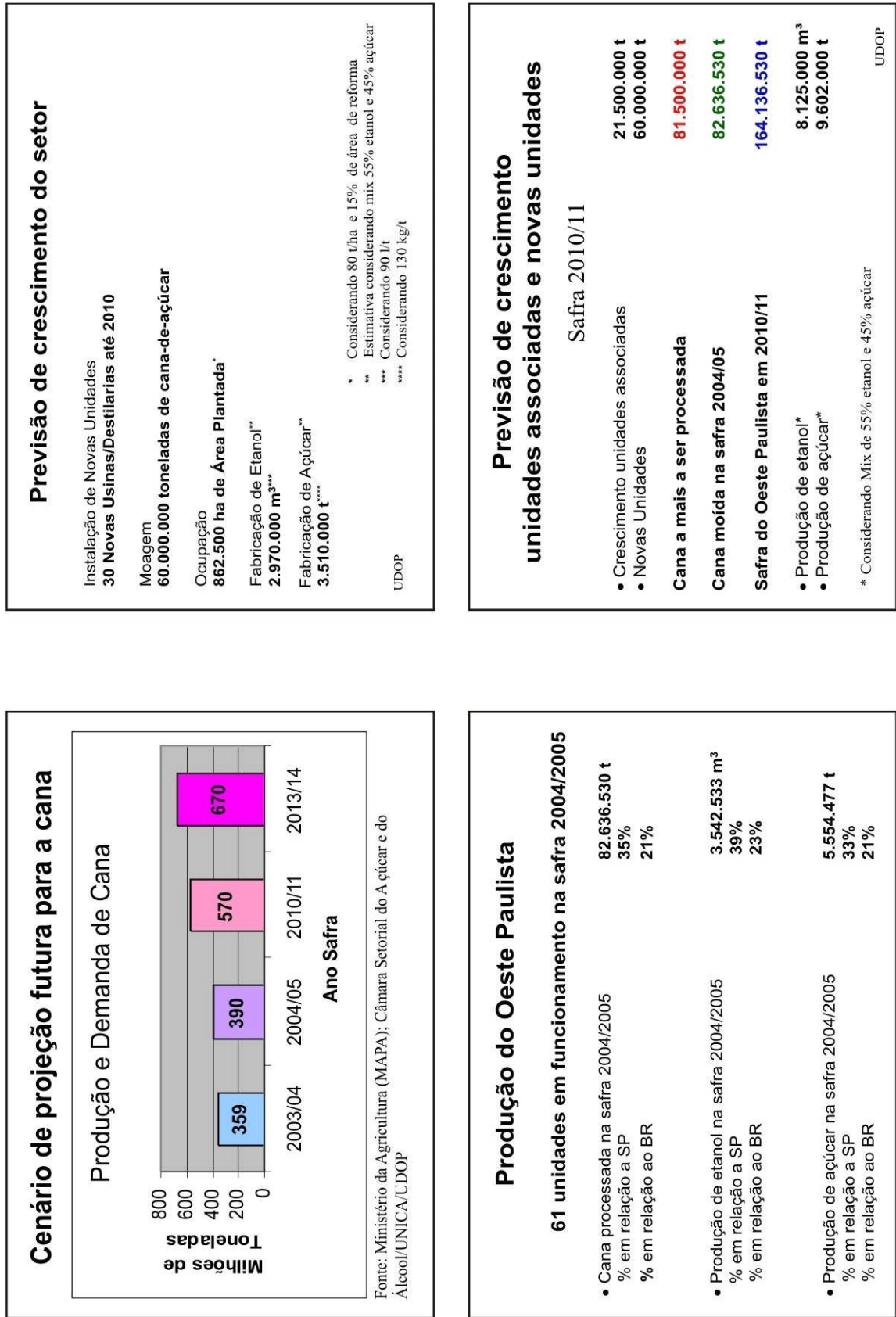


Figura 2

Uso do solo no Oeste Paulista

Nº de municípios	- 296	
Nº de EDR's	- 19	
Área total plantada	- 9.889.481 ha	20,37%
Área com outras culturas	- 2.014.349 ha	12,43%
Área com cana	- 1.229.026 ha	67,20%
Área com pastagem	- 6.646.106 ha	

* Fonte: Secretaria de Agricultura de SP
* Dados de levantamento feito em 2003

UDOP

Uso do solo no Oeste Paulista

Previsão para 2010/11

Nº de municípios	- 296	
Nº de EDR's	- 19	
Área total plantada	- 9.889.481 ha	20,37%
Área com outras culturas	- 2.014.349 ha	24,27%
Área com cana*	- 2.400.588 ha	55,36%
Área com pastagem	- 5.474.544 ha	

* Considerando crescimento das unidades associadas e novas unidades

UDOP

Potencial de produção de Biodiesel no Oeste Paulista

Área com cana	3.222.857 ha
Área de reforma (15%)	483.428 ha
Produção de Biodiesel no Oeste Paulista	483.428 m ³

Possibilidades

Uso Solo - Projeção



Figura 3

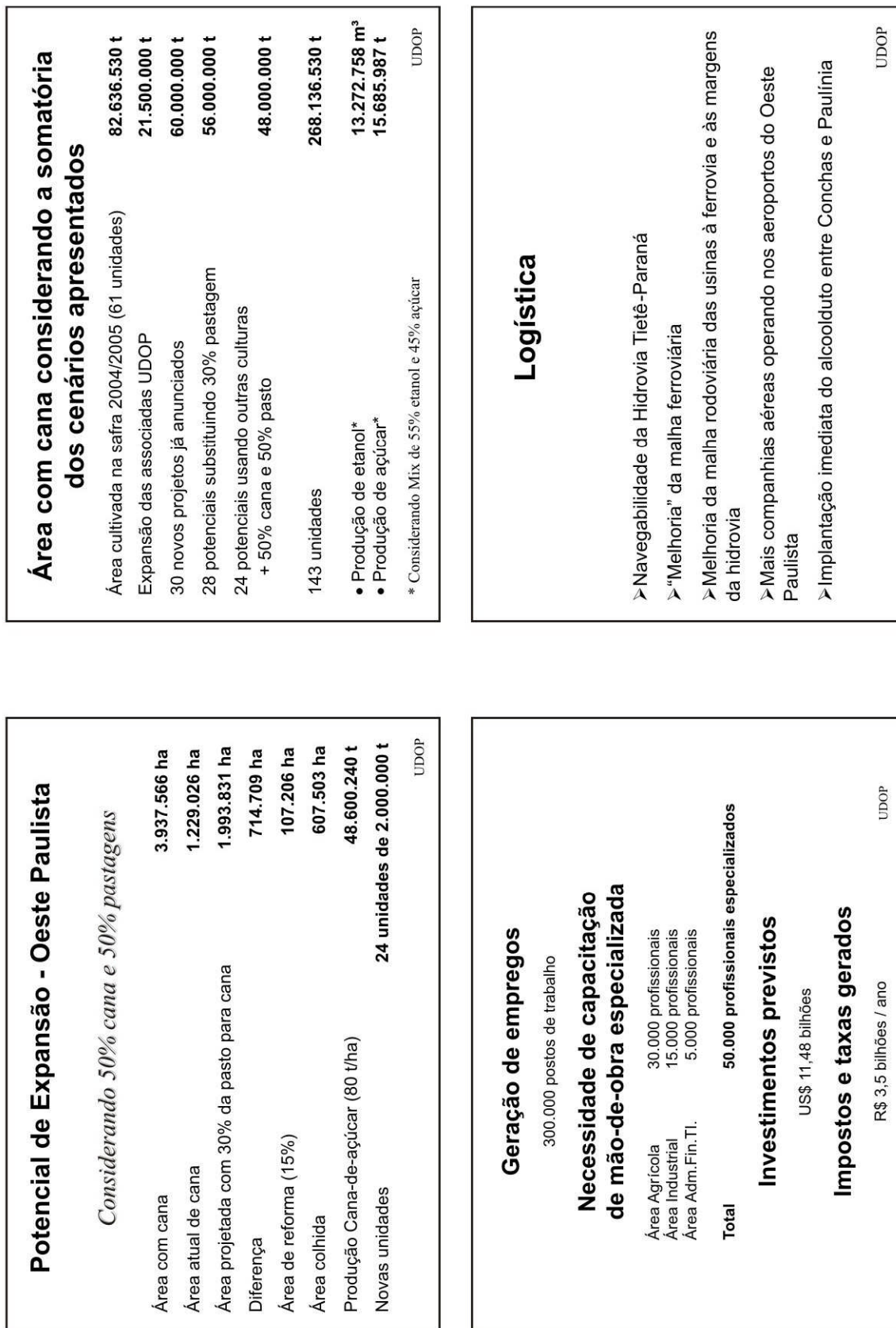
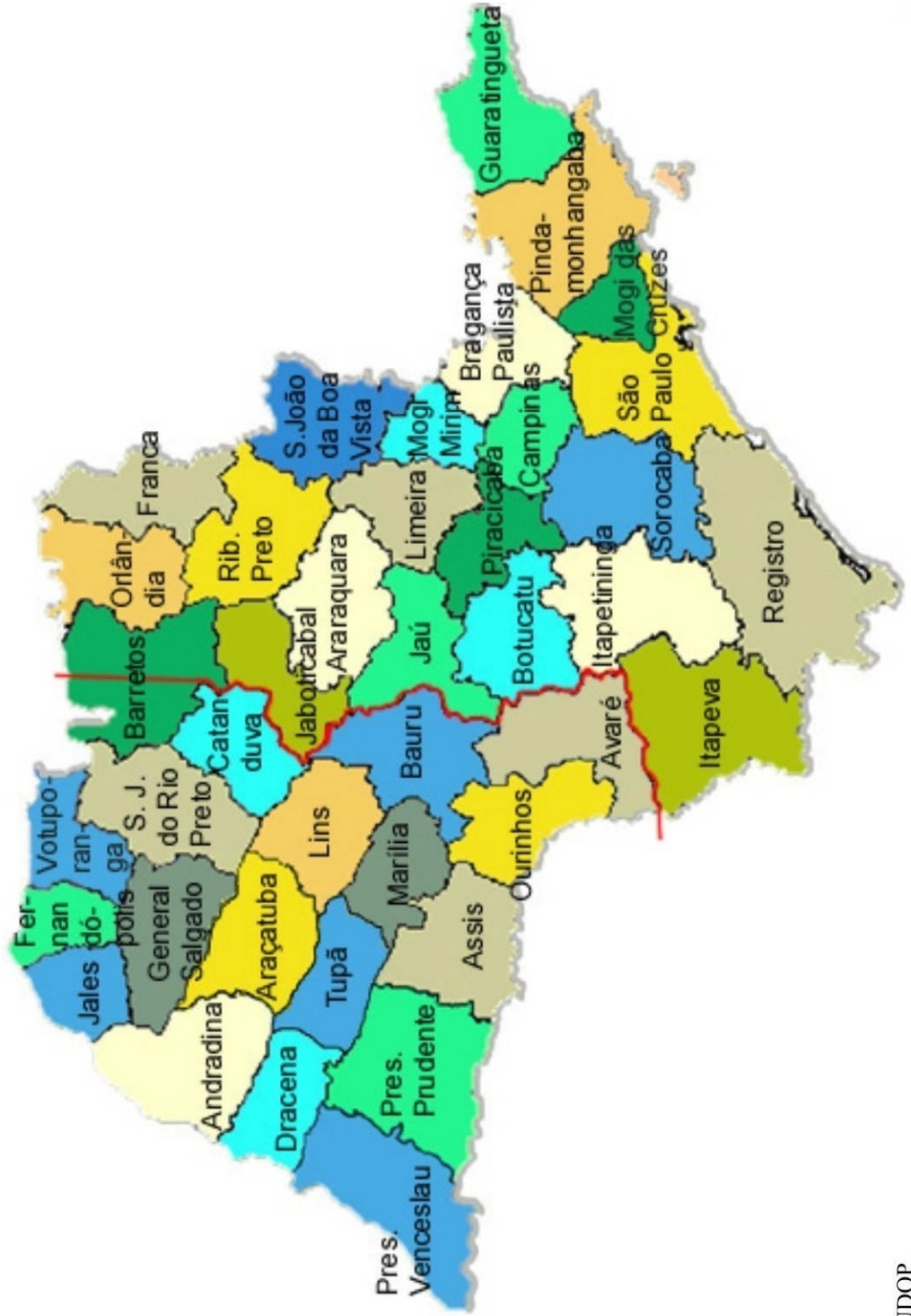


Figura 4

Última fronteira paulista para expansão do setor sucroalcooleiro

Oeste Paulista - Proálcool



Fonte: UDOP
Figura 5

4.4. O desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista no contexto das energias renováveis

Sabem-se dos ganhos e perdas de qualquer atividade econômica. Em relação à economia canavieira, o aprendizado secular confirma a sua característica de concentração de renda, aniquilando condições elementares de sobrevivência de imensa quantia de trabalhadores. Sabem-se, também, dos impactos sociais e ambientais que provoca. Sob a febre global das bioenergias, o que virá?

A Nova Alta Paulista constitui-se numa pequena área do Oeste paulista, onde o setor se expande sem nenhum controle social. Sem acionamento, os aparatos legais são insuficientes para conter excessos. O disciplinamento de uma atividade em fase de avalanche é fundamental para minimizar prejuízos que podem tornar-se irreparáveis.

É hora de a sociedade e as instituições agirem. E, na área em estudo, a Amnap cooca-se como o principal instrumento político de ação. Por meio dela, trinta municípios, com cerca de 365.000 habitantes, podem discutir, definir e apresentar aos órgãos oficiais algumas propostas de medidas mitigadoras, tanto como políticas compensatórias, mas principalmente como políticas afirmativas.

Como exemplo deste tipo de ação, pode-se citar a solicitação para que o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA -, ao avaliar o processo avaliatória de uma unidade autônoma, considere o conjunto das destilarias no ambiente regional, levando-se em consideração critérios como as bacias hidrográficas, entre outros mais abrangentes.

Outro aspecto, refere-se à responsabilidade das mesmas quanto à manutenção das pontes e estradas rurais, aportes financeiros e parcerias com as prefeituras municipais voltados ao atendimento ambulatório das santas casas locais, serviços de assistência social, programas de habitação popular, entre outros.

O caráter monocultor desta atividade constitui-se num outro desafio às políticas públicas. Qual o impacto do desmonte da policultura e da pluriatividade presentes nas pequenas propriedades rurais, exploradas sob o sistema familiar? Além da homogeneização das práticas exploratórias, também se destaca a tendência de concentração fundiária. Necessita-se de elaboração de diagnósticos municipais que radiografem a sua condição rural, com vistas à definição de políticas públicas que contemplem a diversidade como contraponto à monodiversidade econômica.

4.5. Transformações econômicas regionais recentes: os PIB Municipais como indicadores

Com o objetivo de analisar alguns aspectos da evolução econômica regional, fez-se um levantamento dos censos Comercial, Industrial e Serviços, realizados pelo IBGE até 1985, quando o último foi efetuado (análises apresentadas no capítulo 3). A partir desta data, houve mudança na metodologia censitária, passando a atuar com órgãos estaduais de coleta de dados; no caso paulista, com a Fundação Seade. As pesquisas, então, passaram a ser feitas por amostragem. A partir de 1999, foram disponibilizados os PIB Municipais, cujos indicadores econômicos são agrupados nos setores agropecuário, industrial, e serviços. O último PIB disponível é o de 2004. Em 2007, o IBGE está em fase de elaboração do mais recente censo econômico. Na seção Anexos, estão elencadas as tabelas com a sistematização dos censos e dos PIB Municipais. Neste capítulo, para efeito de síntese, estão dispostos vários gráficos elaborados a partir das tabelas.

Ao interpretar os dados estatísticos, tornou-se evidente a diversidade que se apresenta entre os municípios, desmistificando a idéia corrente entre a população local, que acredita numa homogeneidade existente na Nova Alta Paulista. Talvez este equívoco tenha se disseminado, com a observação de algumas semelhanças entre esses municípios, quais sejam a caracterização física da paisagem, o modelo e a época da colonização, as atividades econômicas inicialmente instaladas, as dificuldades orçamentárias dos municípios, índices sociais de escolaridade e longevidade, entre outros.

Para efeito de análise, usou-se a metodologia adotada por Maria Nazaré Braudel Wanderley (2002), que classifica como pequeno município ou pequena cidade aquele com menos de 20.000 habitantes. A partir desse dado demográfico, procurou-se fazer algumas análises com o intuito de definir melhor o seu perfil econômico, apesar de considerar que os indicadores quantitativos não dão conta de explicar-lhe a realidade.

No contexto do Estado de São Paulo, há clara constatação da polarização da RMSP e de alguns pólos regionais localizados no interior, com larga vantagem da atividade industrial. Na Nova Alta Paulista, este segmento econômico não apresenta expressividade na economia estadual. Internamente, sobressaem-se as cidades com mais de 20.000 habitantes. Entre as menores, destacam-se Bastos (agroindústria ligada à avicultura), Lucélia, Flórida Paulista e Junqueirópolis (agroindústria sucroalcooleira), e Panorama (pólo oleiro-ceramista). O PIB Agropecuário de Bastos coloca-se em quinto lugar no Estado de São Paulo. No outro extremo, estão as cidades com menos de 5.000 habitantes expressando pequenos PIB, sendo que Nova

Guataporanga, há vários anos, coloca-se entre os cinco municípios com os menores PIB no Estado de São Paulo. (Seade, 2004)

A observação desses indicadores, ao longo dos últimos cinco anos, aponta para o crescimento do setor sucroalcooleiro na maior parte dos municípios. Ao se analisar os dados específicos, depara-se com tal crescimento, fato que carece de estudos mais detalhados.

Em relação ao PIB Municipal Serviços, também se observa crescimento significativo, apesar de não se constatar aumento de população ou vitalização da economia em percentuais expressivos. Neste setor, computa-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se refere ao dinheiro repassado pelo governo federal a cada município. O predomínio da população urbana, mesmo nos municípios com pequeno número de habitantes, e a generalização dos hábitos urbanos de consumo também contribuem para esses resultados.

Adamantina destacou-se nesse setor, com crescimento de 38,2%, Tupã, com 27,5%, Dracena, com 17,8%, e Osvaldo Cruz, com 17,7%. Na primeira cidade, destaca-se a expansão das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), que aumentou seu número de alunos de 900, em 1996, para 3.800, em 2004. Em 2007, as matrículas ultrapassaram o total de 5.000. Os cursos foram ampliados de 8 para 43 (Secretaria Acadêmica). Muitos desses cursos são diurnos, o que leva centenas de estudantes a morarem na cidade. Tal fenômeno também se coloca à espera de interpretações sistematizadas, considerando-se o impacto que essas instituições proporcionam nas cidades em que se instalam, sendo que quanto menor a cidade maior o impacto.

Uma parcela muito significativa da população regional acredita ser o setor agropecuário que sustenta a economia regional, atribuindo-lhe enorme responsabilidade no desenvolvimento regional. De fato, quantitativamente é bastante expressivo tanto no montante econômico quanto na absorção da mão-de-obra. Deve-se destacar, no entanto, que essa realidade se apresenta bastante díspar. Num extremo, há a atividade sucroalcooleira extremamente dinâmica e tecnologizada, com vultosos investimentos e expressiva contratação de trabalhadores, especialmente braçais. No outro extremo, estão as pequenas propriedades, com predomínio de mão-de-obra familiar, dedicando-se principalmente à produção de frutas, leite, ou combinando mais de uma atividade. Entre esses dois extremos, está boa parte das propriedades rurais, cujos proprietários têm média etária superior a 50 anos, com pouco capital para investimento e com dificuldade para reiniciar uma atividade lucrativa. São pessoas que substituíram os cafezais por pastagens, que, neste momento, disponibilizam condições favoráveis para a expansão da cana-de-açúcar.

Em busca de otimização de resultados e pressionada pela Lei 11.241 e pelo Decreto¹⁰⁵ 47.700/2003, esse empreendimento coloca sérios desafios aos planejadores de políticas públicas tanto municipais quanto estaduais. Há urgência em se pensar o futuro do desenvolvimento regional ao se deparar com elementos que acenam para transformações profundas no ordenamento regional.

Não se detectou nenhum núcleo local ou regional (prefeituras, associações, sindicatos, ONG, grupos de estudos acadêmicos etc) com esta preocupação. Os planos diretores elaborados em 2006 são obrigatórios apenas para cidades com mais de 20.000 habitantes. Na Nova Alta Paulista, somente quatro cidades o elaboraram: Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena. Ao analisá-los, percebem-se preocupações maiores apenas com os limites territoriais dos municípios, não se detectando indicadores que remetem para uma ação articulada com os municípios vizinhos e, certamente, com a Nova Alta Paulista como um todo. Assim, não ficou garantida, para os próximos dez anos, nenhuma ação voltada a articulação regional. A cana-de-açúcar, sob a tendência das energias renováveis, é uma questão regional: impactos ambientais, deterioração da malha viária (principalmente a rural), impactos sociais provocados pela sazonalidade do emprego e migrações de trabalhadores, concentração fundiária, com fortes impactos sobre a agricultura familiar e na atual organização produtiva, com significativa oferta de emprego na atividade frutícola. Destaca-se também a ameaça que a expansão dessa atividade representa ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, correndo-se o risco de se perder todos os investimentos realizados até agora.

As pesquisas de campo realizadas junto aos pequenos produtores rurais e suas associações, secretarias municipais de agricultura, casas da agricultura, e conselhos municipais de desenvolvimento rural, apontam para aspectos que chamam a atenção. Destacam-se as ações do município de Junqueirópolis, desde 1990, no sentido de promover o associativismo dos produtores rurais, com forte conotação política procurando eleger gestores municipais que tenham sensibilidade à causa e respaldem esse segmento. Desse modo, a

¹⁰⁵ Esta lei paulista regulamenta a queima da palha da cana. Ela apresenta uma tabela para a eliminação gradativa do atual processo de cultivo. Segundo este dispositivo, porém, a queima será totalmente substituída somente depois de 30 anos, num prazo que termina em 2031. A partir dessa data, só poderá existir o cultivo mecanizado de cana crua. A legislação estadual distingue as áreas mecanizáveis das não mecanizáveis (plantações em terrenos com declives superiores a 12%) e cria uma tabela para cada uma delas, determinando a sua redução gradativa de modo que a cada cinco anos deixe de ser queimada 20% da área a ser colhida. Os motivos apontados pelos produtores para a aplicação do corte manual são o barateamento do custo da colheita, o que traz vantagens comerciais ao Brasil, e o provável impacto social que provocaria a mecanização. A queimada é justificada, ainda, porque elimina animais peçonhentos do entorno das plantações, trazendo maior segurança ao trabalhador, além do fato de facilitar o corte ao eliminar impurezas e reduzir perdas. Revista Consultor Jurídico, 21 de março de 2007.

Associação Agrícola daquela cidade, apesar das dificuldades, vem obtendo êxito no setor de fruticultura, com destaque para a acerola.

Alguns municípios, como São João do Pau D'Alho, Pacaembu, Irapuru, e Lucélia, também têm ou tiveram ações recentes com alguns resultados satisfatórios. Essas iniciativas estão diretamente ligadas às prefeituras, como reflexo do sistema descentralizado de administração estadual, por meio das municipalizações. Percebe-se, então, a fragilidade dessas iniciativas, ao não serem transformadas em políticas públicas, ficando a mercê dos prefeitos e secretários municipais de Agricultura, em cada gestão. Compromete-se, dessa maneira, a sua continuidade. Por parte do Estado, sobressai o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. A insuficiência do quadro técnico e orçamentária em que trabalham as instituições compromete a agilização das iniciativas.

Outra constatação dá-se em relação ao uso dos instrumentos de participação e controle social, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural. Há clara demonstração de falta de lideranças rurais, interagindo vários fatores: descrença do agricultor, falta de vivência em espaços políticos, ou outros aspectos que têm inibido a sua participação mais incisiva. A inadequação das instituições, o predomínio de dirigentes políticos e técnicos com visão defasada em relação as exigências do presente, e a dificuldade de mobilização dos agricultores, formam-se um dos principais freios ao desenvolvimento rural. Nesse hiato, expande-se a cana-de-açúcar, sem nenhuma resistência.

Há, portanto, que se pensar o papel das instituições nesse contexto, identificando formas de promover a sua refuncionalização para atender as novas demandas. Sabe-se que muitas delas são de âmbito estadual – CATI, APTA, agentes financeiros, entre outros -, mas há meios de se atuar de modo mais eficaz, superando o atavismo em que se encontram. Há, também, que se identificar iniciativas para lhes fortalecer os propósitos e formar novas lideranças. Nesse aspecto, é possível criar ações que atraiam parte da população jovem, absorvendo-lhe a força de trabalho e, principalmente, despertando-lhes para as questões regionais da atualidade.

Considerando-se a evolução do PIB Municipal Serviços, o número de habitantes nas cidades e os hábitos urbanos, o significativo número de jovens, o aumento da escolaridade, entre outros indicadores qualitativos, é possível tecer alguns comentários. Não estaria aqui um manancial de idéias e de ações? O que se conhece sobre esse segmento em cada grupo de municípios? Como ele se caracteriza? Como ordená-lo de modo a criar uma dinâmica que o reverta para a própria localidade? Como conectá-lo às cidades vizinhas, de modo a ampliar a

movimentação e criar um círculo virtuoso? Como fortalecer as atividades existentes e atrair outras novas?

Desconsiderar a tendência de expansão do setor terciário é insistir em princípios conservadores que continuam atribuindo ao setor produtivo, especialmente ao agropecuário, a maior responsabilidade na geração de emprego e renda. Na Nova Alta Paulista, esse fenômeno também carece de reflexões, discussões e estudos.

4.5. Transformações econômicas regionais recentes: os PIB Municipais como indicadores

Com o objetivo de analisar alguns aspectos da evolução econômica regional, fez-se um levantamento dos censos Comercial, Industrial e Serviços, realizados pelo IBGE até 1985, quando o último foi efetuado (análises apresentadas no capítulo 3). A partir desta data, houve mudança na metodologia censitária, passando a atuar com órgãos estaduais de coleta de dados; no caso paulista, com a Fundação Seade. As pesquisas, então, passaram a ser feitas por amostragem. A partir de 1999, foram disponibilizados os PIB Municipais, cujos indicadores econômicos são agrupados nos setores agropecuário, industrial, e serviços. O último PIB disponível é o de 2004. Em 2007, o IBGE está em fase de elaboração do mais recente censo econômico. Na seção Anexos, estão elencadas as tabelas com a sistematização dos censos e dos PIB Municipais. Neste capítulo, para efeito de síntese, estão dispostos vários gráficos elaborados a partir das tabelas.

Ao interpretar os dados estatísticos, tornou-se evidente a diversidade que se apresenta entre os municípios, desmistificando a idéia corrente entre a população local, que acredita numa homogeneidade existente na Nova Alta Paulista. Talvez este equívoco tenha se disseminado, com a observação de algumas semelhanças entre esses municípios, quais sejam a caracterização física da paisagem, o modelo e a época da colonização, as atividades econômicas inicialmente instaladas, as dificuldades orçamentárias dos municípios, índices sociais de escolaridade e longevidade, entre outros.

Para efeito de análise, usou-se a metodologia adotada por Maria Nazaré Braudel Wanderley (2002), que classifica como pequeno município ou pequena cidade aquele com menos de 20.000 habitantes. A partir desse dado demográfico, procurou-se fazer algumas análises com o intuito de definir melhor o seu perfil econômico, apesar de considerar que os indicadores quantitativos não dão conta de explicar-lhe a realidade.

No contexto do Estado de São Paulo, há clara constatação da polarização da RMSP e de alguns pólos regionais localizados no interior, com larga vantagem da atividade industrial. Na Nova Alta Paulista, este segmento econômico não apresenta expressividade na economia estadual. Internamente, sobressaem-se as cidades com mais de 20.000 habitantes. Entre as menores, destacam-se Bastos (agroindústria ligada à avicultura), Lucélia, Flórida Paulista e Junqueirópolis (agroindústria sucroalcooleira), e Panorama (pólo oleiro-ceramista). O PIB Agropecuário de Bastos coloca-se em quinto lugar no Estado de São Paulo. No outro extremo, estão as cidades com menos de 5.000 habitantes expressando pequenos PIB, sendo que Nova Guataporanga, há vários anos, coloca-se entre os cinco municípios com os menores PIB no Estado de São Paulo. (Seade, 2004)

A observação desses indicadores, ao longo dos últimos cinco anos, aponta para o crescimento do setor sucroalcooleiro na maior parte dos municípios. Ao se analisar os dados específicos, depara-se com tal crescimento, fato que carece de estudos mais detalhados.

Em relação ao PIB Municipal Serviços, também se observa crescimento significativo, apesar de não se constatar aumento de população ou vitalização da economia em percentuais expressivos. Neste setor, computa-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se refere ao dinheiro repassado pelo governo federal a cada município. O predomínio da população urbana, mesmo nos municípios com pequeno número de habitantes, e a generalização dos hábitos urbanos de consumo também contribuem para esses resultados.

Adamantina destacou-se nesse setor, com crescimento de 38,2%, Tupã, com 27,5%, Dracena, com 17,8%, e Osvaldo Cruz, com 17,7%. Na primeira cidade, destaca-se a expansão das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), que aumentou seu número de alunos de 900, em 1996, para 3.800, em 2004. Em 2007, as matrículas foram ultrapassaram o total de 5.000. Os cursos foram ampliados de 8 para 43 (Secretaria Acadêmica). Muitos desses cursos são diurnos, o que leva centenas de estudantes a morarem na cidade. Tal fenômeno também se coloca à espera de interpretações sistematizadas, considerando-se o impacto que essas instituições proporcionam nas cidades em que se instalam, sendo que quanto menor a cidade maior o impacto.

Uma parcela muito significativa da população regional acredita ser o setor agropecuário que sustenta a economia regional, atribuindo-lhe enorme responsabilidade no desenvolvimento regional. De fato, quantitativamente é bastante expressivo tanto no montante econômico quanto na absorção da mão-de-obra. Deve-se destacar, no entanto, que essa realidade se apresenta bastante díspar. Num extremo, há a atividade sucroalcooleira extremamente dinâmica e tecnologicizada, com vultosos investimentos e expressiva contratação

de trabalhadores, especialmente braçais. No outro extremo, estão as pequenas propriedades, com predomínio de mão-de-obra familiar, dedicando-se principalmente à produção de frutas, leite, ou combinando mais de uma atividade. Entre esses dois extremos, está boa parte das propriedades rurais, cujos proprietários têm média etária superior a 50 anos, com pouco capital para investimento e com dificuldade para reiniciar uma atividade lucrativa. São pessoas que substituíram os cafezais por pastagens, que, neste momento, disponibilizam condições favoráveis para a expansão da cana-de-açúcar.

Em busca de otimização de resultados e pressionada pela Lei 11.241 e pelo Decreto¹⁰⁶ 47.700/2003, esse empreendimento coloca sérios desafios aos planejadores de políticas públicas tanto municipais quanto estaduais. Há urgência em se pensar o futuro do desenvolvimento regional ao se deparar com elementos que acenam para transformações profundas no ordenamento regional.

Não se detectou nenhum núcleo local ou regional (prefeituras, associações, sindicatos, ONG, grupos de estudos acadêmicos etc) com esta preocupação. Os planos diretores elaborados em 2006 são obrigatórios apenas para cidades com mais de 20.000 habitantes. Na Nova Alta Paulista, somente quatro cidades o elaboraram: Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena. Ao analisá-los, percebem-se preocupações maiores apenas com os limites territoriais dos municípios, não se detectando indicadores que remetem para uma ação articulada com os municípios vizinhos e, certamente, com a Nova Alta Paulista como um todo. Assim, não ficou garantida, para os próximos dez anos, nenhuma ação voltada a articulação regional. A cana-de-açúcar, sob a tendência das energias renováveis, é uma questão regional: impactos ambientais, deterioração da malha viária (principalmente a rural), impactos sociais provocados pela sazonalidade do emprego e migrações de trabalhadores, concentração fundiária, com fortes impactos sobre a agricultura familiar e na atual organização produtiva, com significativa oferta de emprego na atividade frutícola. Destaca-se também a ameaça que

¹⁰⁶ Esta lei paulista regulamenta a queima da palha da cana. Ela apresenta uma tabela para a eliminação gradativa do atual processo de cultivo. Segundo este dispositivo, porém, a queima será totalmente substituída somente depois de 30 anos, num prazo que termina em 2031. A partir dessa data, só poderá existir o cultivo mecanizado de cana crua. A legislação estadual distingue as áreas mecanizáveis das não mecanizáveis (plantações em terrenos com declives superiores a 12%) e cria uma tabela para cada uma delas, determinando a sua redução gradativa de modo que a cada cinco anos deixe de ser queimada 20% da área a ser colhida. Os motivos apontados pelos produtores para a aplicação do corte manual são o barateamento do custo da colheita, o que traz vantagens comerciais ao Brasil, e o provável impacto social que provocaria a mecanização. A queimada é justificada, ainda, porque elimina animais peçonhentos do entorno das plantações, trazendo maior segurança ao trabalhador, além do fato de facilitar o corte ao eliminar impurezas e reduzir perdas. Revista Consultor Jurídico, 21 de março de 2007.

a expansão dessa atividade representa ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, correndo-se o risco de se perder todos os investimentos realizados até agora.

As pesquisas de campo realizadas junto aos pequenos produtores rurais e suas associações, secretarias municipais de agricultura, casas da agricultura, e conselhos municipais de desenvolvimento rural, apontam para aspectos que chamam a atenção. Destacam-se as ações do município de Junqueirópolis, desde 1990, no sentido de promover o associativismo dos produtores rurais, com forte conotação política procurando eleger gestores municipais que tenham sensibilidade à causa e respaldem esse segmento. Desse modo, a Associação Agrícola daquela cidade, apesar das dificuldades, vem obtendo êxito no setor de fruticultura, com destaque para a acerola.

Alguns municípios, como São João do Pau D'Alho, Pacaembu, Irapuru, e Lucélia, também têm ou tiveram ações recentes com alguns resultados satisfatórios. Essas iniciativas estão diretamente ligadas às prefeituras, como reflexo do sistema descentralizado de administração estadual, por meio das municipalizações. Percebe-se, então, a fragilidade dessas iniciativas, ao não serem transformadas em políticas públicas, ficando a mercê dos prefeitos e secretários municipais de Agricultura, em cada gestão. Compromete-se, dessa maneira, a sua continuidade. Por parte do Estado, sobressai o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. A insuficiência do quadro técnico e orçamentária em que trabalham as instituições compromete a agilização das iniciativas.

Outra constatação dá-se em relação ao uso dos instrumentos de participação e controle social, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural. Há clara demonstração de falta de lideranças rurais, interagindo vários fatores: descrença do agricultor, falta de vivência em espaços políticos, ou outros aspectos que têm inibido a sua participação mais incisiva. A inadequação das instituições, o predomínio de dirigentes políticos e técnicos com visão defasada em relação as exigências do presente, e a dificuldade de mobilização dos agricultores, formam-se um dos principais freios ao desenvolvimento rural. Nesse hiato, expande-se a cana-de-açúcar, sem nenhuma resistência.

Há, portanto, que se pensar o papel das instituições nesse contexto, identificando formas de promover a sua refuncionalização para atender as novas demandas. Sabe-se que muitas delas são de âmbito estadual – CATI, APTA, agentes financeiros, entre outros -, mas há meios de se atuar de modo mais eficaz, superando o atavismo em que se encontram. Há, também, que se identificar iniciativas para lhes fortalecer os propósitos e formar novas lideranças. Nesse aspecto, é possível criar ações que atraiam parte da população jovem,

absorvendo-lhe a força de trabalho e, principalmente, despertando-lhes para as questões regionais da atualidade.

Considerando-se a evolução do PIB Municipal Serviços, o número de habitantes nas cidades e os hábitos urbanos, o significativo número de jovens, o aumento da escolaridade, entre outros indicadores qualitativos, é possível tecer alguns comentários. Não estaria aqui um manancial de idéias e de ações? O que se conhece sobre esse segmento em cada grupo de municípios? Como ele se caracteriza? Como ordená-lo de modo a criar uma dinâmica que o reverta para a própria localidade? Como conectá-lo às cidades vizinhas, de modo a ampliar a movimentação e criar um círculo virtuoso? Como fortalecer as atividades existentes e atrair outras novas?

Desconsiderar a tendência de expansão do setor terciário é insistir em princípios conservadores que continuam atribuindo ao setor produtivo, especialmente ao agropecuário, a maior responsabilidade na geração de emprego e renda. Na Nova Alta Paulista, esse fenômeno também carece de reflexões, discussões e estudos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Agropecuário 1999 - 2004

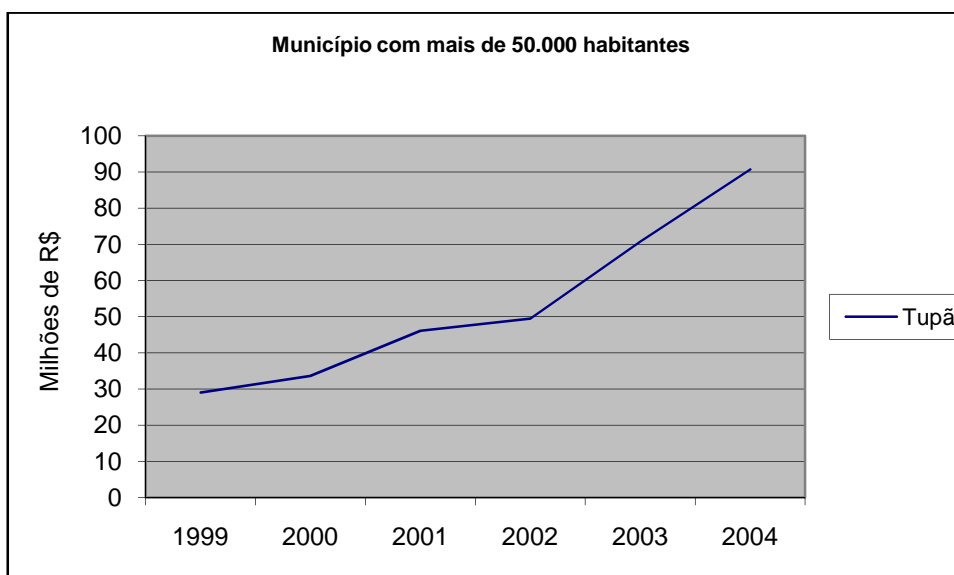


Gráfico 24
Fonte: IBGE e Seade

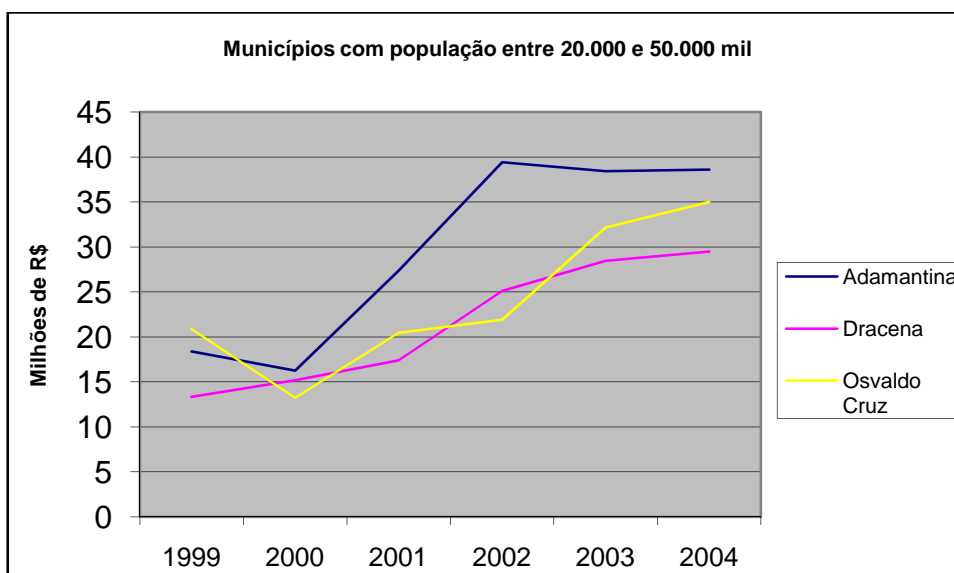


Gráfico 25
Fonte: IBGE e Seade

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Agropecuário 1999 – 2004

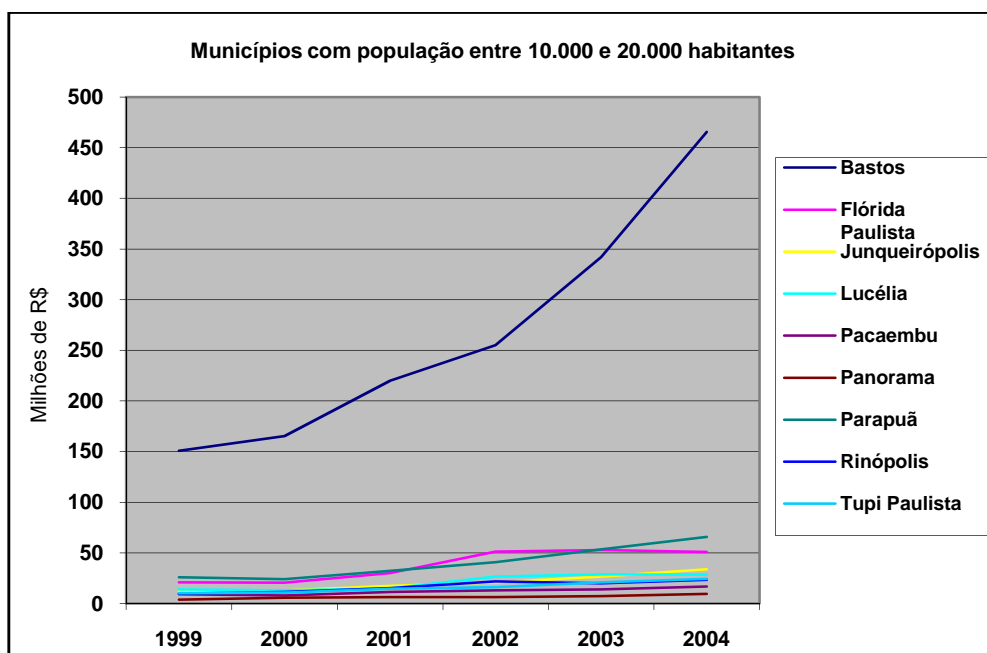


Gráfico 26

Fonte: IBGE e Seade

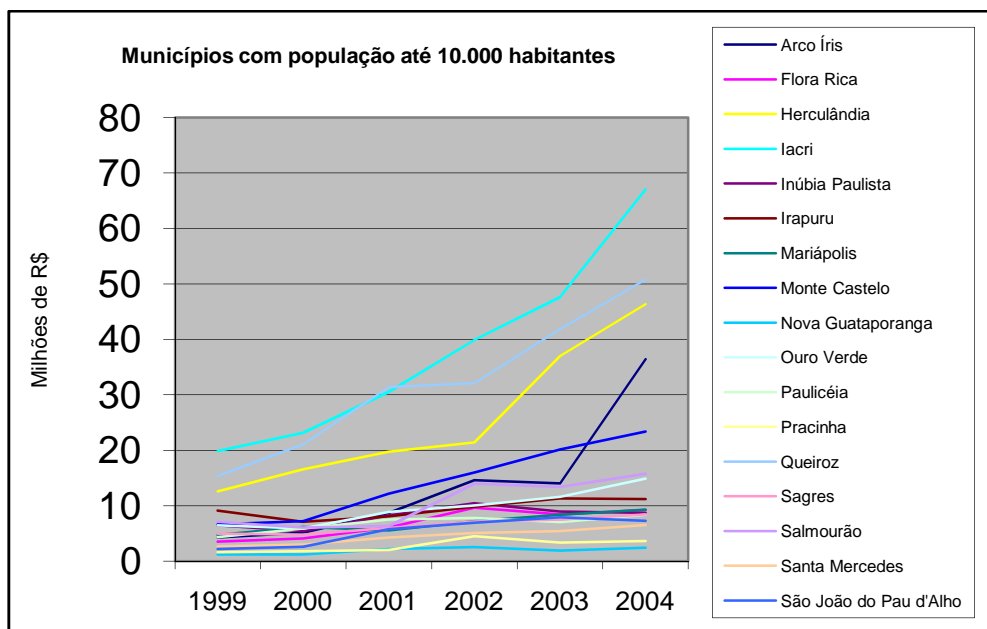


Gráfico 27

Fonte: IBGE e Seade

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Industrial 1999 - 2004

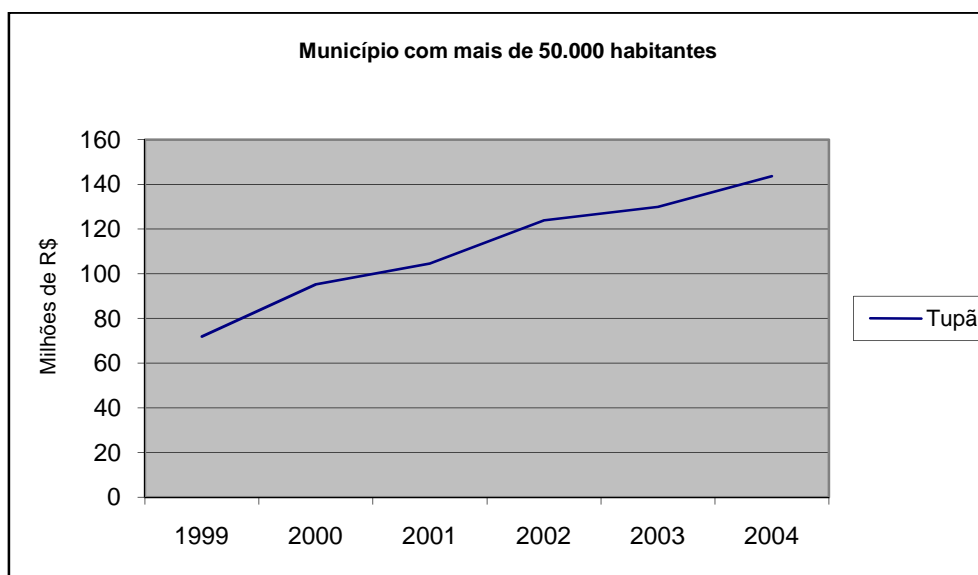


Gráfico 28
Fonte: IBGE e Seade

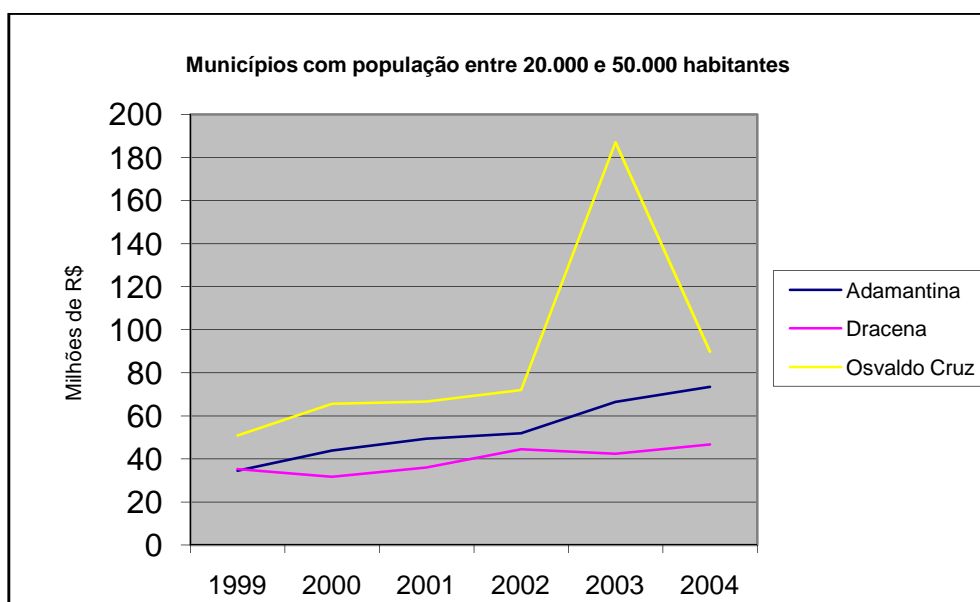


Gráfico 29
Fonte: IBGE e Seade

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Industrial 1999 - 2004

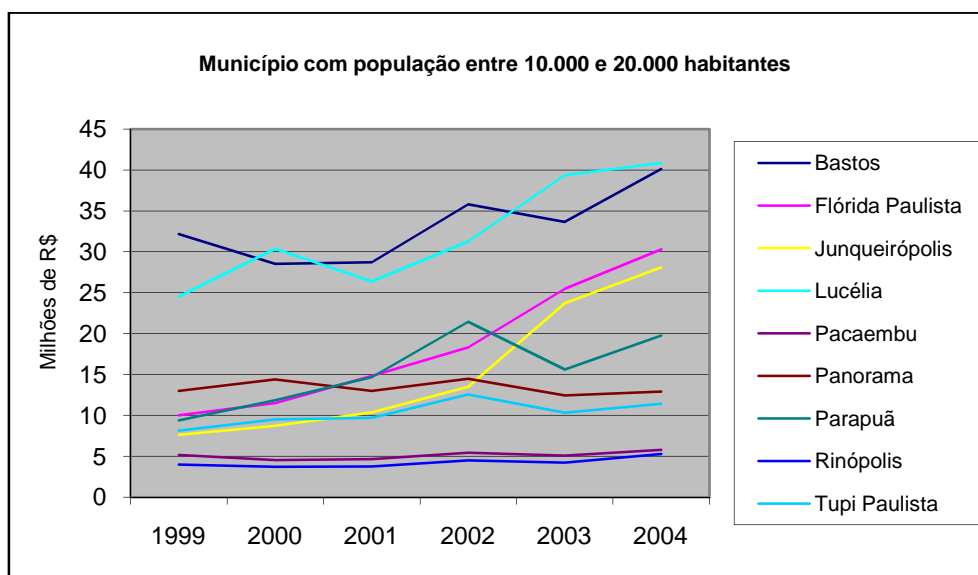


Gráfico 30
Fonte: IBGE e Seade

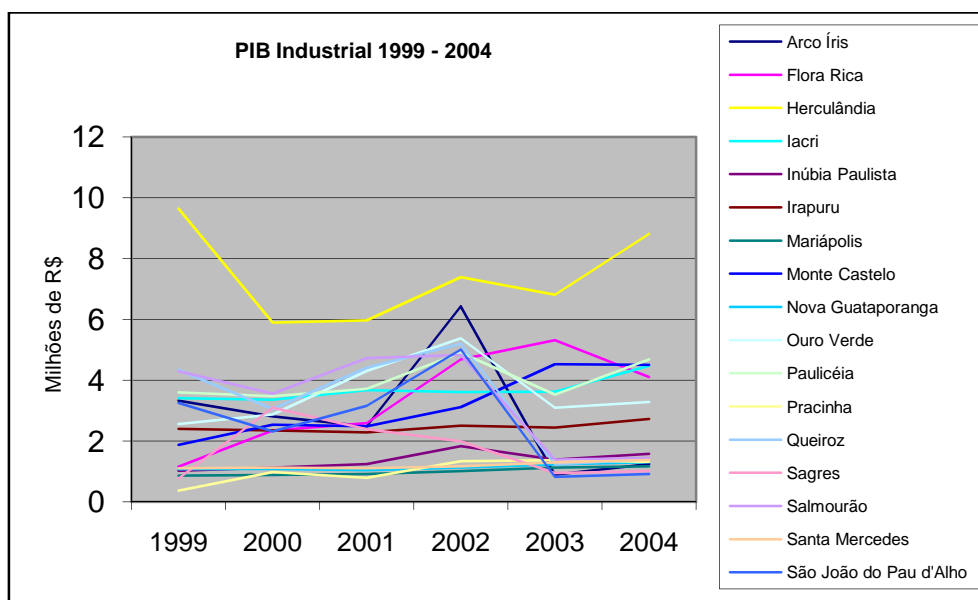


Gráfico 31
Fonte: IBGE e Seade

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Serviços 1999 - 2004

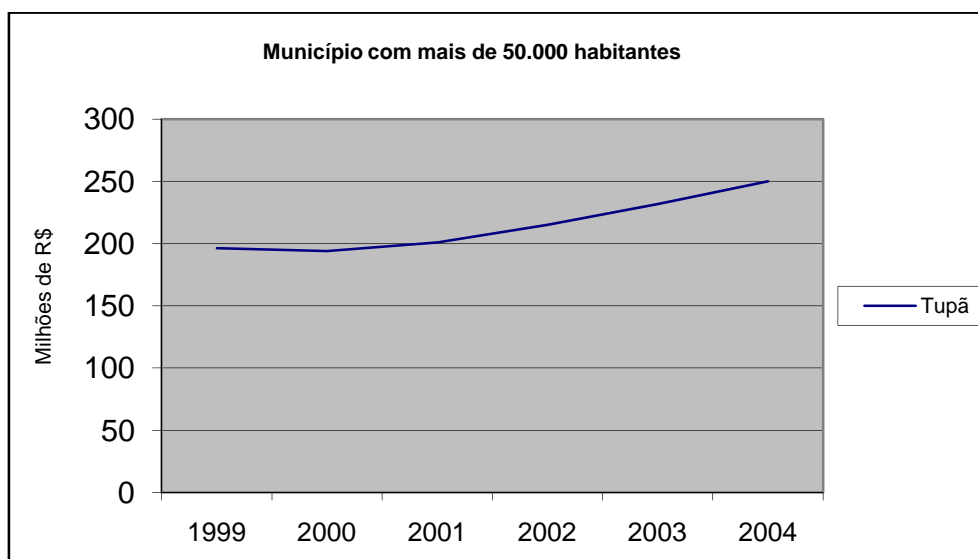


Gráfico 32
Fonte: IBGE e Seade

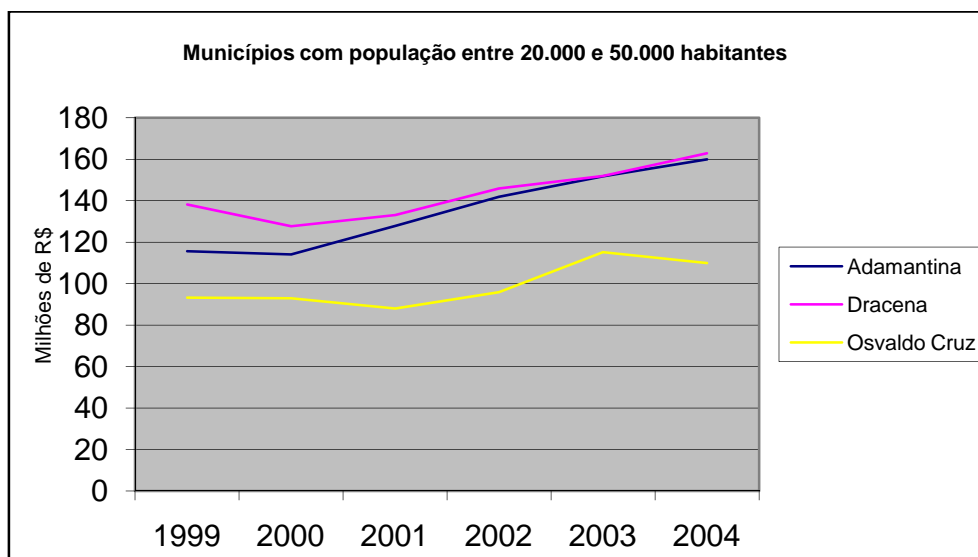


Gráfico 33
Fonte: IBGE e Seade

Nova Alta Paulista: PIB Municipal Serviços 1999 – 2004

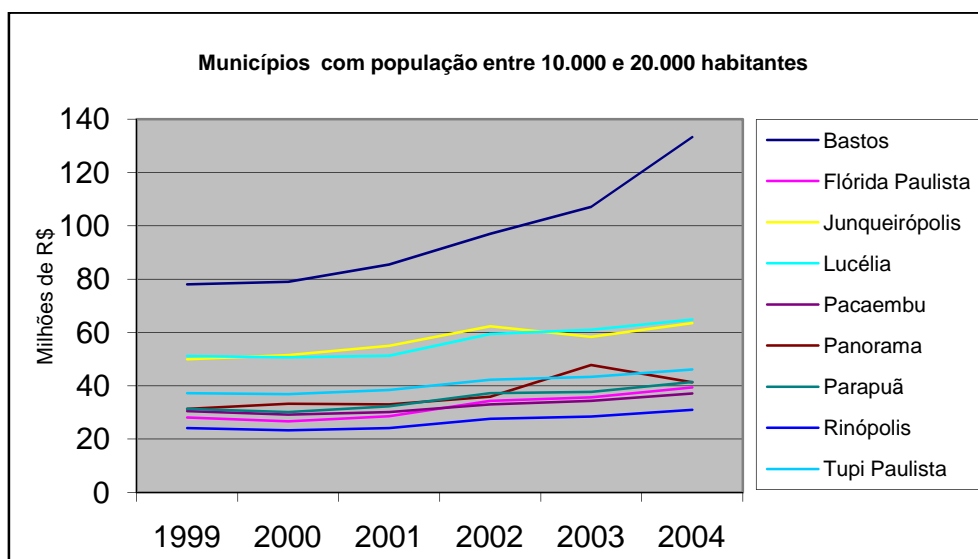


Gráfico 34
Fonte: IBGE e Seade

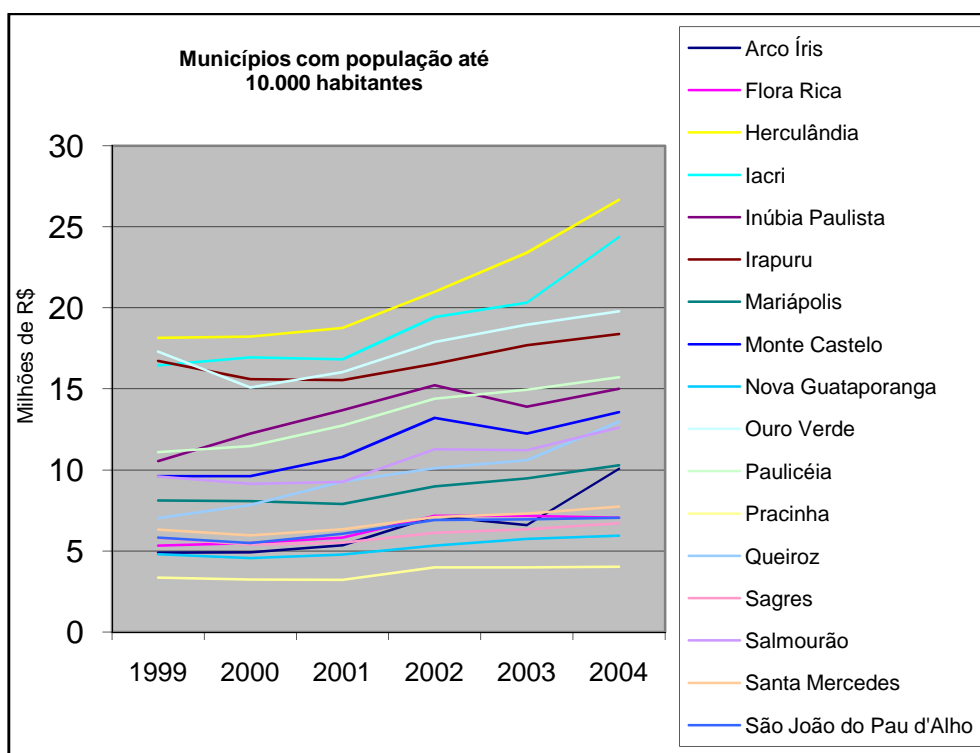


Gráfico 35
Fonte: IBGE e Seade
Org.: Izabel Castanha Gil/2007

5. DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO NA NOVA ALTA PAULISTA: EM BUSCA DE NOVAS EXPERIÊNCIAS

5.1. Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local: algumas palavras

O tempo presente caracteriza-se pelas relações mundializadas que permeiam as sociedades, facilitadas pela revolução técnico-científica em curso há algumas décadas. Nenhum lugar está desconectado desse complexo sistema-mundo, embora seus efeitos sejam percebidos de modo e com intensidade diferente pelos grupos humanos no interior de cada sociedade. A expressão globalização, utilizada correntemente para denominar essa matriz técnico-científica e econômico-política, constitui-se mais numa metáfora da contemporaneidade do que numa teoria estabelecida. A racionalidade econômica que a permeia simultaneamente produz mais riqueza e aumenta o número de pobres. O caráter dialético do processo globalizatório imprime contradições facilmente identificadas: ao mesmo tempo em que favorece as fusões e as concentrações de empreendimentos ligados às atividades que requerem economias de escala para atuar transnacionalmente, favorece também a produção em pequena escala, flexível e em rede, nas atividades que requerem resultados diferenciados. (BOISIER, 2005, p. 52)

As manifestações das relações mundializadas entrecruzam-se na escala do lugar, tornando complexa a sua compreensão, uma vez que são infinitas as possibilidades e as variáveis que se apresentam. Esse segundo aspecto - produção flexível e em pequena escala - cria condições para o desenvolvimento local num ambiente globalizado, possibilitando a espacialização das contradições engendradas. Para Boisier (idem), o desenvolvimento local se apresenta sob três enfoques que se complementam: “o enfoque do desenvolvimento local como uma matriz de estruturas industriais diversas, o enfoque do desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança estrutural, e o enfoque do desenvolvimento local como ‘empoderamento’ de uma sociedade local”.

Toda forma de desenvolvimento requer elementos endógenos para que se externalize, pois ele emana do acionamento de equipamentos e recursos movimentados pelas decisões de quem se encontra no lugar. A tecnologização assoberbada da modernidade intensifica o estabelecimento de processos endógenos, uma vez que lugares e regiões, para se inserirem de modo ativo, necessitam de adquirir capacidade de equiparem-se, embora essa exigência seja estabelecida de fora. A impessoalidade dessas externalidades impõe o imperativo de se conhecer as forças endógenas que podem se operacionalizar por meio do desenvolvimento local.

A tomada de consciência dessa realidade é fundamental para se pensar o presente e o futuro, considerando-se a sustentabilidade econômica, social e ambiental de pessoas e grupos, num ambiente globalizado e altamente seletivo. A influência dessas concepções na compreensão do desenvolvimento contemporâneo inspira a análise do desenvolvimento da Nova Alta Paulista no momento presente, uma vez que ela é parte do sistema-mundo.

Para compreender melhor a linha de raciocínio que se seguiu na análise do desenvolvimento regional contemporâneo da Nova Alta Paulista, se faz necessária, então, uma breve revisão conceitual das noções de desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno. Apesar das sutilezas, alguns autores como Boisier (2005, p. 54) não os consideram com o mesmo significado. O paradigma do desenvolvimento endógeno desloca o eixo anterior assentado na concepção “de cima para baixo” para a concepção “de baixo para cima e para os lados”.

Esse autor afirma que a endogeneidade se constitui num processo de mudança territorial que se apresenta em pelo menos quatro planos que se entrecruzam: a) no plano político, identificando-se como uma crescente capacidade local para tomar decisões relevantes frente a diferentes opções de desenvolvimento, estilos de desenvolvimento e ao uso dos instrumentos correspondentes. Essa capacidade, no entanto, prescinde de arranjos políticos descentralizadores; b) no plano econômico, referindo-se à apropriação e reinversão local de parte do excedente a fim de diversificar a economia local, dando-lhe uma base de sustentabilidade. Endogeneizar o crescimento local, nesse plano, significa conciliar a sua proposta estratégica de longo prazo com as estratégias de longo prazo dos segmentos de capital extralocal presentes. A reinversão local dependerá das expectativas econômicas do território e do pacto, acordo ou projeto político entre as forças sociais que se interessam no futuro e que atuam em função dele; c) no plano científico e tecnológico, como a capacidade interna de um território organizado para gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança, capazes de provocar modificações qualitativas no próprio sistema; d) no plano da cultura, como uma matriz geradora de identidade, sob o enfoque aristotélico: a identificação coletiva de um *ethos*, um *pathos*, e um *logos*.

Garafoli (1995, apud BOISIER, 2005, p. 54) define desenvolvimento endógeno como:

A capacidade para transformar o sistema socioeconômico; a habilidade para reagir aos desafios externos, a promoção de aprendizagem social, e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social na escala local, que favorecem o desenvolvimento das características interiores. Desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a habilidade para inovar no âmbito do local. (tradução da autora)

Esse novo olhar valoriza, então, a categoria lugar e, com ela, emergem novos atores sociais, considerando-os como co-partícipes de um processo permanentemente incompleto e infundável: o desenvolvimento. Se, por um lado, as comunidades se fortalecem com a emergência de líderes organicamente engajados na superação de carências e urgências, por outro, exige-se a redefinição do papel do Estado disponibilizando instrumentos e recursos para legitimar as novas formas de relacionamento entre os diferentes elementos. Apesar da importância e do significado da democratização das ações, à União impõe-se a responsabilidade pelo estabelecimento de diretrizes que garantam a unidade nacional num ambiente federalista em que os estados federados, as regiões e os municípios atuam como agentes sub-nacionais. A União deve, então, atuar como elemento coordenador das políticas descentralizadas. (AMARAL Fº, 1996, p. 44).

Para Buarque (1999, p. 13), o desenvolvimento local:

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhora na qualidade de vida da população. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido numa realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influência e pressões positivas e negativas. O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes cortes territoriais e assentamentos humanos de pequena escala como o município ou uma microrregião de tamanho reduzido. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte administrativo do município. No contexto da globalização, é uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade local para se estruturar e mobilizar-se com base em suas potencialidades e em sua matriz cultural, para definir, explorar suas prioridades e especificidades na busca de competitividade no contexto de rápidas e profundas transformações.

Na Nova Alta Paulista, o paradigma do desenvolvimento endógeno pode ser detectado nos esforços da Amnap para promover a articulação entre as lideranças locais e regionais, nas temáticas que defende, na retórica de que se vale para sensibilizar segmentos, porém, ele se dilui quando se observam as estratégias adotadas e as respostas apresentadas por boa parte das lideranças, não demonstrando uma vontade coletiva capaz de empreender a canalização de energias para um projeto coletivo de desenvolvimento. Algumas experiências pontuais (apresentadas ainda nesse capítulo), realizadas por alguns municípios, das quais se destaca a experiência de Junqueirópolis, oferecem subsídios à reflexão sobre o desenvolvimento regional presente e futuro, sob os desafios da contemporaneidade.

5.2. As raízes históricas do desenvolvimento na Nova Alta Paulista e suas manifestações na atualidade

A homogeneidade no tempo histórico da colonização (1930-1960), a delimitação geográfica (área pequena, demarcada por três rios que lhe dão a forma retangular), a proximidade entre os municípios e a semelhança no modelo de ocupação (colonização do tipo comercial), as forças externas que motivaram a ocupação (expansão da cafeicultura como oportunidade de negócio com a venda fracionada de terras), a predominância cultural das famílias colonizadoras, priorizando experiências individuais e não associativas, as lideranças políticas locais, que não fortaleceram iniciativas voltadas à cooperação intermunicipal, a influência da urbano-industrialização brasileira, cujo movimento dialético colocou essa área em condição desvantajosa em relação às áreas centrais, constituem os elementos sócio-político-econômico-culturais fundantes da Nova Alta Paulista. A inter-relação entre esses elementos, nas diferentes comunidades, imprimiu-lhe as particularidades que a diferenciam das outras áreas, levando as pessoas, já identificadas com o lugar, e produtoras dessa realidade, a atribuir-lhe um significado de região.

Observar essas interações, que resultaram na configuração espacial e na organização econômica, social e política da atualidade, leva ao tentador raciocínio de cognominá-las como desenvolvimento regional. Na área em apreço, o desenvolvimento regional, no sentido strictu sensu, não existe. O que ocorreu foi um desenvolvimento espontâneo que resultou das ações cotidianas dos cidadãos, motivadas pela necessidade de sobrevivência e não de ações planejadas. Há uma sucessão e uma simultaneidade de acontecimentos, porém, não existe um ordenamento que se possa considerar como um projeto de desenvolvimento regional. Esse, como instrumento político e como modelo de gestão, carece de normatização e, por isso, necessita da articulação dos diversos segmentos, quais sejam a sociedade, o Estado, e o empresariado. Da sinergia emanada dessa articulação nascem os objetivos, as estratégias, os recursos, e as ações. Sistemáticamente, essa é uma experiência ainda em aberto na área em estudo, apesar de a Amnap ter articulado algumas iniciativas para empreendê-la.

Outro fator fundamental é a inserção diferenciada das múltiplas áreas do território nacional nas políticas de ordenamento territorial do Estado nas esferas estadual e federal. A Nova Alta Paulista não é destacada como área prioritária em nenhuma delas, como são a Amazônia, o Centro-Oeste, o Nordeste, e outros. Para a União, ela faz parte do Centro-Sul, particularmente do Estado de São Paulo, o mais rico da federação. Para o governo estadual, a maior parte dos municípios dessa área vincula-se à Região Administrativa de Presidente

Prudente, a outra parte vincula-se à Região Administrativa de Marília, e assim é realizada a gestão político-administrativa do seu território.

Como já exposto em outros momentos deste estudo, o empenho da população da Nova Alta Paulista destaca-se pela resistência a essa condição periférica e secundária, buscando a formação de um território – o território da Nova Alta Paulista. Na realidade, o que não se conseguiu, até agora, foi uma mobilização social e política capaz de materializar os objetivos latentes. Fatores internos e externos podem ser considerados como responsáveis pela não realização de um projeto político voltado ao desenvolvimento regional. Internamente, as forças políticas e sociais, até o presente, não demonstraram suficiente habilidade para articular toda a comunidade regional; externamente, os governos não se “sensibilizaram” pelas demandas regionais a ponto de promover o empoderamento das lideranças fortalecendo-as com a implementação das iniciativas, o que resultaria em entusiasmo para a continuidade das ações. Essa “não sensibilização” dos governos superiores explica-se pela pequena expressividade política e econômica da área ocupada pela Nova Alta Paulista. São cerca de 363.000 habitantes (IBGE/Seade, 2006), representados por cerca de 270.000 eleitores (TRE SP, 2006). No contexto estadual, essa população não chega a 1% do total, e o conjunto da sua economia gera inexpressivos 1,5% dos tributos e 0,83% do PIB. Fatores locacionais, demográficos e mercadológicos não a privilegiaram, até agora, com o interesse empresarial industrial, o que também não contribui para o aumento da demanda na priorização de investimentos públicos. É possível, então, promover o seu desenvolvimento, de modo a reverter a atual condição socioeconômica secundária no contexto estadual?

Raffestin (1984, p. 7) considera a população, o território e os recursos como os elementos fundantes do desenvolvimento. Para ele, a população está em primeiro lugar porque:

É fonte de poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade e inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações. É por meio dela que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas; é por causa dela que as coisas são coerentes, contraditórias ou paradoxais.

Nesse sentido, é preciso que se conheça a caracterização demográfica de uma área ou região onde se deseja pensar o desenvolvimento regional. Na Nova Alta Paulista, cerca de 60% estão em idade ativa (entre 10 e 49 anos), sendo que deste total, cerca de 30% incluem-se na faixa etária entre 15 e 24 anos, onde estão as maiores demandas por estudo e emprego. Como estão e onde estão essas pessoas: no campo ou na cidade? Sua escolaridade é básica ou qualificada? Quantos estão ocupados? O que estão fazendo? Envolvem-se em iniciativas

empreendedoras ou reproduzem estruturas arcaicas? Os quatro grupos de municípios apresentam a mesma composição etária e a mesma caracterização qualitativa?

Ainda se referindo à questão demográfica, é preciso que se pense a questão urbana dessa área: quais são as demandas e as potencialidades específicas de cada grupo de cidades (envolvendo aí a própria população, os territórios e os recursos)? Considerando-se a importância das prefeituras para cidades com menos de 20.000 habitantes, há outra saída para as mesmas senão a austeridade na administração pública?

Quanto ao território, Raffestin (1984, p. 7) considera:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um 'processo' do território, quando se manifestam todas as espécies de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto 'consumido', ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens, que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus 'produtos'.

Se, por um lado, a idéia de pertencimento é saudável, no sentido de imprimir uma identidade ao lugar, por outro, pode levar a um acomodamento. Muitas pessoas se satisfazem com o conhecimento que têm, passando a pensar e a agir como se o município, a cidade, a empresa, a propriedade rural, a instituição pública ou particular em que trabalham fossem objetos exclusivamente seus. Assim, passam a agir de modo subjetivo, individualizado, imediato, e, conseqüentemente, desconectado da realidade maior onde se insere o lugar. Essa visão posterga a necessidade da permanente reflexão crítica, que leva à atitude de interferência diante dos problemas por meio de planejamento e ação. O que se buscou foi a identificação de alguns territórios e territorialidades que se construíram historicamente na Nova Alta Paulista e como eles se manifestam na atualidade, sob as mudanças em curso. Quais territórios constituem-se em pilares para a inauguração do novo e quais a emperram? A qual novo está se referindo, e como ele altera a vida das pessoas do lugar? Quais territorialidades estão emergindo dessas relações e o que elas revelam em relação aos novos conteúdos?

Quanto aos recursos, Raffestin (1984, p. 8) afirma que:

Devem ser considerados não como matérias a serem adquiridas ou possuídas, o que não são, mas como pretextos, dos quais nascem as práticas e as estratégias. Um recurso que não é uma coisa é uma

relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à sua satisfação de necessidades. Mas não é uma relação estável, visto que aparece e desaparece. Todo recurso é potencial e também uma peça dinâmica.

No passado, considerou-se o solo como um dos principais recursos dessa porção do Estado de São Paulo. O uso inadequado expôs rapidamente a sua fragilidade e esse fato, associado a outros fatores de ordem interna e externa, esgotou-lhe a potencialidade natural. A sua revitalização vem ocorrendo sob outros modelos: ou pelo uso intensivo, por meio da pequena produção familiar planejada ou pela grande produção altamente tecnicizada empreendida pela atividade sucroalcooleira. O desenvolvimento contemporâneo suscita discussões e ações que confrontem esses modelos, com vistas à identificação dos impactos de cada um sobre o segmento envolvido com a produção, mas, principalmente, à sua extensão a toda a população.

Os dados atuais apontam para o envelhecimento do agricultor e as pesquisas apontaram para o predomínio de experiências tradicionalistas, sem preocupação com inovações. Os técnicos e gestores (com raras exceções) contentam-se com uma administração passiva, utilizando a maior parte do tempo no atendimento de demandas de rotina, sem uma preocupação sistemática com a elaboração de políticas mais abrangentes, pensando o futuro da atividade num mundo em profundas transformações. Qual o rearranjo espacial e produtivo que a expansão da cana-de-açúcar provocará? Qual impacto ela provocará na estrutura fundiária dos municípios? O que isso representará para o setor agropecuário local e regional? Como o aumento verificado no setor, nos últimos anos, está se refletindo em cada grupo de municípios? Qual é a relação desse aumento na atividade, já mensurado nos PIB municipais com a oferta de emprego, a arrecadação de impostos e o meio ambiente? Como pensar e planejar o desenvolvimento rural no contexto das energias renováveis?

Ainda em relação aos recursos, há que se considerar vultosos investimentos públicos estaduais e internacionais (Banco Mundial) disponibilizados por meio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nos últimos sete anos. O que o PEMBH trouxe a cada grupo de municípios? Se a avaliação é positiva, como os beneficiados e as instituições envolvidas estão articulando a gestão após o término do convênio com o Banco Mundial, em julho de 2007? Além das melhorias físicas (adequação das estradas rurais, instalação de abastecedores comunitários etc), econômicas (aumento de produtividade e de renda do agricultor), e ambientais (preservação das nascentes e mananciais, recuperação do solo etc), houve mudanças de atitudes e comportamentos por parte daqueles diretamente envolvidos

(agricultores, técnicos, gestores municipais etc)? Como as instituições se envolveram? Esse envolvimento foi suficiente para empreender mudanças de modo a torná-las permanentes?

Os dados estatísticos recentes apontam para um crescimento considerável do setor de serviços (ver tabelas PIB Municipal). Não estaria aí uma potencialidade? Quais setores do terciário vêm se destacando em cada grupo de municípios: Comércio? Serviços? Segurança? Saúde? Turismo? Atividades de lazer e entretenimento? Ensino superior? Não estaria aqui a potencialidade maior para se absorver a população jovem, incentivando-lhe iniciativas empreendedoras?

Como se vê, há inúmeras “janelas” abertas, à espera de maiores interpretações, que devem ser feitas por toda a população envolvida com a Nova Alta Paulista. Certamente que essa tarefa requer critérios, liderança, e envolvimento das instituições. Este é o desafio que se coloca para o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista: como desenhar o seu futuro? Como e quem deve fazê-lo?

5.3. A identificação de agentes regionais catalisadores de desenvolvimento regional na Nova Alta Paulista

Por agentes regionais catalisadores de desenvolvimento se entende a identificação e a constituição de forças que tenham a capacidade de agregar energias, de modo a gerar um projeto político voltado ao desenvolvimento regional. Essas forças devem ser agregadas num grupo multidisciplinar e suprapartidário abrigado por uma instituição ou por uma entidade afinada com a problemática regional. As pessoas envolvidas devem gozar de respeito e credibilidade nas comunidades e segmentos que representam, possuírem competência técnica, sensibilidade multidimensional e habilidade para interagir em todas as direções: para cima, para baixo e para os lados. O projeto político construído a partir da sinergia criada pela atuação desses agentes catalisadores prescinde do envolvimento do setor acadêmico, preferencialmente com a atuação de centros universitários regionais. Na Nova Alta Paulista, essa também é uma questão em aberto, pois as faculdades existentes atuaram durante décadas como institutos isolados. A partir de gestores sensíveis à temática do desenvolvimento regional, elas devem ser estruturadas e equipadas para a nova função.

Quem seriam esses agentes catalisadores do desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista? Observações, análises, e reflexões desencadeadas ao longo deste estudo apontam para dois agentes potenciais: a Amnap e ou um Conselho Regional de Desenvolvimento. Observando a trajetória, as características, as estratégias e os resultados obtidos pela Amnap ao longo de seus quase trinta anos de existência, conclui-se que ela, seguramente, se constitui

na principal representação política regional, porém, para considerá-la como um agente catalisador eficaz, na atualidade, deve-se discuti-la sob aspectos mais amplos.

5.3.1. Vantagens e desvantagens da Amnap na construção de um projeto político de desenvolvimento regional

Como vantagens de sua atuação como agente catalisador do desenvolvimento regional, destacam-se o esforço de articulação dos prefeitos, a facilidade de seu acesso junto à assembleia legislativa e ao executivo estadual e federal. Outras vantagens são o contato direto desses prefeitos com as comunidades, percebendo-lhes as demandas, e a capacidade de executar as propostas definidas coletivamente, quando da elaboração do projeto regional. Como desvantagem, se pode citar o envolvimento partidário dos mesmos, contribuindo para promover “rachaduras” na coesão do projeto coletivo. Outros aspectos a se considerar são a abrangência limitada da liderança e o despreparo técnico dos líderes executivos, além do bairrismo que sempre permeou as suas práticas políticas, parcializando os objetivos regionais em favor de suas comunidades. Destaca-se, ainda, o critério de escolha da diretoria. Há um consenso entre os prefeitos para que a composição das chapas seja feita de modo a alternar a representação das três microrregiões. Se, por um lado, essa prática garante certa democratização na gestão, por outro, não se garantem competência administrativa e liderança regional, o que pode comprometer a continuidade dos objetivos e metas estabelecidas.

Outro fator limitante é o descrédito que alguns prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais e outras lideranças locais atribuem à entidade, não visualizando a dimensão abrangente que uma entidade política deve ter, reduzindo a sua avaliação aos ganhos individuais que cada município tem ou deixa de ter.

A adequação dessa entidade aos desafios do desenvolvimento contemporâneo passa pela reflexão sobre o seu papel e suas estratégias de gestão, chegando inevitavelmente à definição de um paradigma de desenvolvimento mais afinado com os desafios atuais. É preciso que ela estabeleça uma política de coesão entre os pares, com amplo empenho das lideranças políticas regionais subsidiadas por estudos que permitam a elaboração de planos de ação e a aquisição de recursos para empreendê-los. Esse esforço passa pela instrumentalização técnica de equipes executivas das prefeituras e das instituições, dando suporte operacional à execução das ações planejadas. Passa, também, pela sensibilização e preparo de novas lideranças para que um número sempre crescente de pessoas tenha atuação embasada em princípios inovadores e comprometidos com interesses que se colocam muito além daqueles meramente eleitoreiros. A disponibilização de recursos financeiros, por meio da criação de

uma agência ou de um fundo regional de desenvolvimento, alimentado com recursos públicos ou por outros agentes, só terá o resultado esperado se, antes, as forças regionais estiverem articuladas.

5.3.2. Atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, passou a considerar os municípios como entes federados, o que lhes atribui certa autonomia e muitas responsabilidades. Esse atributo embasa o princípio da descentralização político-administrativa, que vem se estruturando e se consolidando em todo o país a partir dessa data. Para isso, vem se criando instrumentos de atuação e de controle social, destacando-se a criação dos conselhos municipais e os conselhos regionais em diversos setores, particularmente os de desenvolvimento.

Silva (2003, p. 59) argumenta que:

O controle social seria a resultante da articulação e da negociação dos interesses fracionados e específicos de cada segmento, a favor dos interesses e direitos de cidadania do conjunto da sociedade. Ao ser exercido pelo conjunto das entidades e instituições da sociedade organizada, tende a ser o controle mais efetivo e legítimo, a favor do conjunto da sociedade. Não se substitui o controle social pelos movimentos sociais da sociedade organizada, como os sindicais, os comunitários, os de defesa do consumidor, os partidos políticos e outros.

Apesar de ainda não estarem consolidados como instrumentos democráticos, sendo, portanto, pouco utilizados como espaços efetivos e próximos de cidadania, há várias experiências bem sucedidas de atuação de conselhos. Essas experiências disponibilizam ricas oportunidades de análise, tanto em seus acertos quanto em seus tropeços. Entre as respostas positivas, podem-se considerar a pré-disposição da sociedade em participar e o sentimento de cooperação e engajamento que se desenvolve, contribuindo para otimizar recursos existentes nos planos material, econômico, empresarial, de serviços, e intelectual. Entre os dificultadores destacam-se, principalmente, as limitações orçamentárias dos governos centrais para viabilizar as demandas, e a resistência de alguns governantes (em qualquer uma das três instâncias) em acatar essa nova forma de gestão, considerando as práticas descentralizadas mais como ameaça do que como mecanismo de co-gestão. (BANDEIRA, 1999, p. 63). O estabelecimento de expectativas por parte da sociedade e o seu não atendimento, por parte dos órgãos centrais, geram frustração dos agentes e das demais pessoas envolvidas. Tal fato acaba por comprometer a sinergia e a coesão inicialmente construídas, fatores imprescindíveis à execução de um projeto político de desenvolvimento regional.

Em relação à atuação dos conselhos municipais estudados nesta pesquisa, concorda-se com Silva (2003, p. 60), quando comenta que, “em sua grande maioria, é discutível a sua efetividade” e que “muitos deles são criados para não funcionar”. Em muitos casos, os prefeitos indicam os membros, prevalecendo pessoas ligadas ao grupo da situação, que não atuarão como críticos, enquanto a legislação determina que os membros sejam escolhidos pelos seus pares, representando os diferentes segmentos da comunidade. Mesmo entre os conselheiros, não se percebe a consciência da autonomia que este órgão deliberativo deve ter, mantendo-se vinculado ao poder executivo, por meio das secretarias a que estão ligados (Saúde, Educação, Agricultura etc). Assim, muitos desses conselhos se transformam em “braços” do executivo ou em espaços de disputa por privilégios políticos ou por promoção deste ou daquele membro. Em todos esses casos, perdem-se oportunidades de se fortalecer os espaços de participação e de controle social. Nessa perspectiva, a discussão do desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista, por meio de um Conselho Regional de Desenvolvimento, carece de reflexão e amadurecimento.

Por indicação do deputado estadual Mauro Bragato (PSDB), foi apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo um Projeto de Lei (PL 12/07), publicado no Diário da Assembléia em 3/2/2007, que prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento da Alta Paulista, vinculado à Secretaria de Economia, Planejamento e Gestão. A administração de recursos será feita pelo banco Nossa Caixa S.A.

Seus objetivos são o financiamento e o investimento em programas que estimulem o crescimento econômico regional, a melhoria dos serviços públicos dos municípios e o desenvolvimento de tecnologias adequadas à modernização, doações privadas e de instituições públicas e privadas e os rendimentos e juros decorrentes das aplicações financeiras dos recursos orçamentários. (PL 12/07)

Apesar de não haver previsão para entrar em votação, espera-se aprovação ainda em 2007. Trata-se de um instrumento valioso, que deve ser apropriado de modo consciente e planejado. Para isso, é fundamental a mobilização regional para a sua aprovação e, após, para a criação de mecanismos de racionalidade, por meio da formação de uma comissão multidisciplinar e suprapartidária para estudos das demandas regionais e estabelecimento de prioridades e estratégias. Essa comissão tem a função precípua de catalisar as energias regionais, porém garantindo sua autonomia por meio do conhecimento e da busca de inovação. Os projetos para receber os investimentos terão que ser aprovados por um conselho de orientação formado por onze membros nomeados pelo governador. Essa comissão, ao

tomar para si a tarefa de catalisar as energias regionais, contribuirá também para a identificação de conselheiros organicamente envolvidos com a problemática regional.

5.4. O papel das prefeituras nas pequenas cidades da Nova Alta Paulista

Maria Nazareth B. Wanderley (1996, p. 4), em seus estudos, destaca a dificuldade em se definir o que seja uma pequena cidade, já que essas parecem não despertar o interesse de pesquisadores. Considerando-se o critério censitário, classificam-se como pequenas cidades aquelas com menos de 20.000 habitantes. Considerando-se esse critério apenas 12% da população brasileira vive nessas pequenas cidades. Apesar da baixa densidade demográfica que agregam, eles representam cerca de 72,6% do total dos municípios brasileiros. Ela destaca a ausência de centralidade que essas aglomerações urbanas apresentam, dificultando ainda mais a sua caracterização. Baseada em estudos de diversos autores, esta autora destaca que se trata de:

Um sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade, e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade. Elas existem, no Brasil, por força de uma definição legal de cidade-sede de município, feita pelo IBGE. São centros locais que estão em última posição na escala hierárquica das cidades e fornecem apenas bens e serviços simples para as cidades sem centralidade e zonas rurais tributárias. A população de suas áreas de influência é forçada a se valer de centros maiores para satisfazer parte de suas necessidades; não sendo isso viável, as situações de carência podem se tornar agudas. (WANDERLEY, 1996, p. 7)

Na Nova Alta Paulista, essas pequenas cidades representam 86,66% do total. Quanto à demografia (IBGE, Censo 2000), os trinta municípios estão assim configurados: somente um tem mais de 50.000 habitantes (Tupã, 66.293), três classificam-se entre 30.000 e 50.000 (Osvaldo Cruz, 30.188; Adamantina, 34.536; Dracena, 41.096). Os outros vinte e seis municípios têm menos de 20.000, sendo que desse total, treze têm menos de 5.000 habitantes, cinco têm entre 5.000 e 10.000 habitantes, e oito tem entre 10.000 e 20.000 habitantes. Com poucas exceções, o setor agropecuário tem maior peso na composição do PIB municipal desses pequenos municípios, embora se saiba da grande concentração de renda nesse setor, em especial onde predominam a cultura canavieira e as pastagens. Nesses municípios, as prefeituras têm um papel significativo como geradora de empregos e no atendimento das demandas sociais, principalmente nos períodos de entressafra. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em grande medida, e os tributos municipais (IPTU, IPVA, ISS) compõem o orçamento municipal, quase sempre deficitário. As creches e os programas de cultura, esporte e lazer, especialmente, têm forte impacto sobre a população carente, disponibilizando-

lhe atendimento pedagógico, de saúde, e de alimentação. Nesse contexto, ganham importância as discussões sobre o papel das prefeituras nessas pequenas cidades e sobre a participação da comunidade no controle da gestão pública e do estabelecimento de prioridades nos investimentos dos recursos públicos disponíveis.

Silva (2003, p. 55) afirma que a participação da comunidade é elemento indispensável para o êxito do bem-estar social. A idéia de descentralização, que vem ganhando cada vez mais destaque com a Constituição Federal de 1988, “faz parte da redefinição do papel do Estado, tendo como uma de suas características, a valorização do poder local”. A visão moderna considera o município como espaço privilegiado para a satisfação das demandas dos cidadãos. A autonomia dos municípios, a que se refere o artigo 18 da CF/1988, refere-se, entre outras coisas, à possibilidade de a comunidade eleger o seu governo, organizar e administrar os serviços públicos de natureza local e os serviços básicos de educação e assistência social, além de arrecadar e aplicar recursos e formular leis voltadas à sua própria realidade. A autora assim se refere às concepções atuais de poder municipal:

O fortalecimento do núcleo chamado município é resultado de duas condições. A primeira, ser composto pelos próprios moradores e a segunda, ter seu campo de ação limitado. Embora o município não seja nem mais nem menos abstrato que os demais níveis de governo, suas pautas administrativas são mais visíveis, concretas, mais facilmente compreendidas pela população. Além da proximidade do poder, é também o lugar da reprodução do poder discricionário das oligarquias.

A participação da comunidade, como mecanismo de controle social resultando em permanente processo de aperfeiçoamento da democracia, pode ser feita de diferentes maneiras, destacando-se os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, e por meio da organização dos diferentes segmentos sociais. No entanto, a eficácia desse processo necessita da constituição de órgãos deliberativos, destacando-se os conselhos municipais. Embora a Constituição Federal não os trate nominalmente, ela se refere às ações colegiadas. As Leis Orgânicas dos Municípios (LOM), de modo geral, contemplam os conselhos municipais, atribuindo-lhes a função de organismos de cooperação do poder público.

A descentralização político-administrativa ganhou contornos empíricos com a municipalização, que tem que estar associada à participação, atribuindo à participação popular a condição de exercício de cidadania. Silva (2003, p. 58) tece suas análises argumentando:

Se a estrutura centralista, hierárquica e autoritária produziu frutos bons e maus, a municipalização deverá estar para melhorar, a serviço da cidadania. É preciso estar atento para que o governo local/descentralizado não venha a ser apenas a descentralização das mazelas dos governos nacionais. Debater sobre a real autonomia e poder usar desta autonomia para pensar especificamente as

necessidades locais, procurando preservar, sim, as benesses advindas do poder central, para ser um caminho profícuo para as prefeituras. Isso vai depender da mobilização da população. [...] É preciso evitar a todo custo que o processo de municipalização se transforme em prefeiturização. A tendência de valorização do município, crescente no Brasil e no mundo, é parte de uma nova cultura política de aperfeiçoamento da democracia e respeito às individualidades, avessa ao totalitarismo do poder central. É necessário transformar os municípios, onde as pessoas vivem, em espaços com real capacidade de decisão.

Estudando-se o papel e a importância das prefeituras, especialmente dos municípios com população inferior a 20.000 habitantes, destacou-se a experiência de Junqueirópolis, empreendida desde 1994, quando a comunidade, descontente com os modelos tradicionalistas de administração pública, resolveu tomar para si os destinos da cidade. Transcreve-se, resumidamente, a experiência daquela comunidade com o intuito de disponibilizar elementos que apontam para a mobilização da comunidade e a austeridade administrativa como instrumentos valiosos para a gestão de municípios com limitações orçamentárias.

5.4.1. A experiência de Junqueirópolis: mobilização, austeridade, realização

O ano de 1994 foi um marco na história recente de Junqueirópolis, uma cidade distante 640 quilômetros da capital, localizada na microrregião de Dracena. Algumas pessoas, inconformadas com a insolvência administrativa da Prefeitura Municipal, criaram o *SOS Junqueirópolis* e, num efeito contagiante, a comunidade foi aderindo e fortalecendo esse movimento popular. Em 1997 houve a posse de um prefeito escolhido conscientemente pela comunidade. O “combustível” da indignação, que levou ao desejo e ao engajamento das forças do município, foi uma seqüência de administrações desastrosas, culminando com a última, em que a cidade não saía dos noticiários regionais, pelo atraso de sete meses no pagamento dos funcionários, pela greve dos médicos, que já durava três meses, pelo descrédito dos fornecedores, que já não vendiam mais para a Prefeitura, além do abandono em que se encontravam os setores de obras e limpeza pública, o posto de saúde, a santa casa, as escolas, e todos os outros, com conseqüente descontentamento da comunidade.

O grupo inicial era composto por empresários, sindicatos rurais, associação comercial e associação agrícola. Já havia um vínculo entre essas duas últimas, numa experiência inovadora em que a associação comercial custeava um engenheiro agrônomo para a associação agrícola, cuja lógica da cooperação assentava no fato de a principal atividade econômica do município ser a agricultura praticada em pequenas e médias propriedades

rurais, sendo que estes, por sua vez, “alimentavam” o comércio local. A crise regional dos últimos anos, nesse setor, fez a população reduzir de 22.638 (IBGE, Censo de 1970) para 17.005 (IBGE, Censo de 1991), registrando crescimento negativo de 33,17% nesse período, com reflexos comprometedores para o comércio local.

Oswaldo Dias, agricultor e membro da Associação Agrícola de Junqueirópolis, foi quem iniciou o movimento:

O ex-prefeito Orides Zanardi e eu iniciamos nossas funções de comando no dia um de janeiro de 1993. Ele, como prefeito, eu, como presidente da associação agrícola. Uma das primeiras atitudes de seu governo foi solicitar o convênio entre a Prefeitura e a Associação Agrícola, celebrado na gestão anterior, para a compra de um trator, que estava em uso pelos agricultores. O seu secretário de Agricultura afirmava que ‘quem produz é o grande e era uma distorção o trator da prefeitura estar com os pequenos’. Nesse momento iniciou-se um conflito entre o executivo municipal e os agricultores associados. Os atritos intensificaram-se e eu sugeri a troca de secretário. Fui buscar apoio no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e no Sindicato Rural da cidade, que, também descontentes com a incompetência administrativa da equipe municipal, redigiram um ofício solicitando o afastamento do secretário de Agricultura. Como não houve resposta, fui até o presidente da Associação Comercial, e, com o seu apoio, o grupo de resistência cresceu. O descontentamento era geral. Numa das reuniões, estávamos em sessenta e sete membros da comunidade e, desse grupo, nasceu a idéia do movimento SOS Junqueirópolis. (Entrevista concedida em 15/2/2007)

A principal atitude da comunidade mobilizada foi apoiar um candidato a prefeito que tivesse afinidade com o movimento, cobrando-lhe austeridade administrativa e atenção redobrada na formação da equipe que comporia o secretariado e o pessoal de apoio. O advogado Hélio Aparecido Mendes Furini, 40 anos, ex-vereador, foi o escolhido, votado e eleito prefeito do município. Estabelecendo critérios e prioridades, ele e sua equipe traçaram novos rumos para a administração pública municipal e, como consequência, para a coletividade.

A contratação de uma auditoria especializada identificou as fragilidades e apontou caminhos. Cópias do relatório foram entregues à Câmara Municipal para as providências de praxe. Como o setor financeiro era o ponto mais sensível de todo o caos administrativo anterior, a Secretaria de Finanças tornou-se uma espécie de caixa de ressonância: nenhuma despesa era autorizada sem passar pela sua aprovação. Para geri-la, foi convidado Antonio Francisco Castanha, ex-gerente do Banco do Brasil recém-aposentado, e um dos membros do movimento *SOS Junqueirópolis*. Esse Secretário deu grande contribuição para a implantação de um novo modelo de gestão.

Sobre esse início, relembra o ex-prefeito Furini:

Em 1997, assumimos a prefeitura com um endividamento equivalente a 84% da receita anual bruta da municipalidade; servidores com sete folhas de pagamento em atraso e mais de duzentos fornecedores com créditos a receber.

No primeiro ano de gestão pagamos em dia os treze salários, mais cinco atrasados do ano anterior, sendo que os atrasados somavam R\$ 1.500.000,00. Para o comércio de uma cidade pequena, esse dinheiro é muito significativo. O restante dos salários foi pago no primeiro semestre de 1998.

Outra medida foi a transparência na prestação de contas. A cada noventa dias eram impressos e distribuídos nas residências e estabelecimentos empresariais, por um grupo de funcionários municipais, boletins informativos contemplando as receitas e despesas da municipalidade, no período. No decorrer do ano esses dados eram cumulativos. Inicialmente, as pessoas não se aperceberam da novidade, mas aos poucos, com as entrevistas nas rádios, matérias em jornais, e comentários dos formadores de opinião, a população foi se interessando pela “saúde financeira” da prefeitura. Uma cópia era enviada também à Câmara Municipal, às autoridades e entidades organizadas locais, ao Tribunal de Contas, às prefeituras e câmaras municipais das cidades vizinhas, à Assembléia Legislativa, aos deputados mais próximos, a alguns secretários estaduais, bem como ao governador do Estado. Aos poucos nos tornávamos conhecidos. (Entrevista concedida em 15/2/2007)

Neste processo de inovação, foi dada especial atenção à educação formal: no calendário escolar, introduziu-se a *Semana de Conscientização Política*, desenvolvida de modo interdisciplinar entre todas as secretarias municipais. Instituiu-se, também, o programa *Prefeito por um dia*, em que, semanalmente, duas crianças acompanham a rotina do prefeito, inclusive almoçando com ele. Outro investimento ocorre sistematicamente na capacitação dos servidores municipais, por meio de orientações técnicas e outros temas gerais.

Questionado sobre o relacionamento do Executivo com o Legislativo, o ex-prefeito argumenta:

A Câmara tornou-se uma aliada, pois havia muita transparência e todos os projetos eram discutidos com a participação da comunidade, por meio de suas lideranças. Não há, na cidade, uma oposição negativa, que neutraliza as boas intenções do executivo e de quem quer que seja. (Idem)

O secretário municipal de Administração Luís Gustavo Junqueira de Sousa, comenta:

Os primeiros sinais de que estávamos no caminho certo puderam ser percebidos quando, aos poucos, a prefeitura foi readquirindo a confiança da população e dos seus credores. Os fornecedores já não temiam as vendas, pois recebiam no dia estipulado. A prefeitura tornou-se a principal cliente de muitos deles e eles tinham orgulho disso. (Entrevista concedida em 15/2/2007)

Saneadas as finanças¹⁰⁷, resgatada a credibilidade, ainda assim, os desafios eram imensos, em especial em relação à geração de novos empregos. O prefeito Furini empenhou-se pessoalmente no esforço pela reativação de uma destilaria de álcool, inaugurada em 1978 e desativada em 1998. A reassunção de suas atividades, pelo grupo pernambucano Silveira Barros, em 2001, gerou cerca de 1.000 empregos diretos, aí incluídos os da área industrial e agrícola. Em 2004, último ano de seu governo, iniciou-se a construção de uma nova destilaria, cuja moagem começa em junho de 2007.

Em 1998, quando o governo estadual anunciou a construção de vinte e um presídios e três unidades em regime semi-aberto, Junqueirópolis candidatou-se, concorrendo com dezenas de outros municípios. Sobre esse fato, relembra o ex-secretário de Finanças Antonio Francisco Castanha:

A aprovação para que Junqueirópolis abrigasse o presídio deve-se ao prestígio do prefeito Furini junto às autoridades do governo estadual, sendo esse mais um indicador de que estávamos no caminho certo. Apesar de as vagas não serem preenchidas exclusivamente com pessoas do município, não deixa de ser um fato positivo para a região, pois todos os municípios vizinhos têm a mesma dificuldade em gerar empregos. (Entrevista concedida em 19/2/2007)

Em 2000, ao final de seu primeiro mandato, o Prefeito Hélio Furini detinha um índice de aprovação¹⁰⁸ em torno de 75 % de seu eleitorado. Vencendo as eleições daquele ano, ele continuou administrando a cidade entre 2001 e 2004. Nesse período, com um modelo administrativo estruturado a equipe continuou suas proposituras, e, como legado à comunidade, escolheu deixar um empreendimento qualitativo de vulto: uma instituição de ensino superior. A prefeitura adquiriu o terreno e construiu o prédio que, por meio de licitação, foi vendido a José Gonzaga da Silva Neto, mantenedor da Rede Gonzaga de Ensino Superior (REGES), que a colocou em funcionamento em 2003, implantando o curso Normal Superior e, em 2004, o curso de Letras.

¹⁰⁷ Em trabalho acadêmico, Fabiana Pascoaloto (2003, p. 56), contabilista, apresenta o seguinte comentário sobre a gestão financeira da prefeitura de Junqueirópolis: “considerando os dados contábeis analisados, o grau de flexibilidade autorizado pela LOA e os imprevistos que ocorrem durante a execução orçamentária, conclui-se que o município possui um orçamento coerente com a sua realidade de planejamento, refletindo uma execução orçamentária dentro da normalidade, evitando a correria e o imediatismo da rotina. Dessa forma, obtém uma reprogramação do orçamento, tendo subsídios para controle permanente do planejamento no decorrer dos anos”.

¹⁰⁸ Pascoaloto (2003, p. 59) considera que “com a elaboração dos planos de planejamento os gestores públicos foram capazes de proporcionar um adequado controle gerencial e efetuar um planejamento compatível com a realidade de recursos para o cumprimento dos planos e a sua antecipação ocasionou o controle social dos atos de gestão fiscal”.

O primeiro curso iniciou com uma turma de noventa alunos, sendo que cinquenta eram bolsistas da prefeitura, por meio de projeto aprovado pela Câmara Municipal. O depoimento da ex-aluna Lucilene de Souza Nunes (35 anos, casada), da primeira turma, sintetiza o significado dessa iniciativa:

Quando entrei na faculdade, eu era funcionária da prefeitura municipal, na função de serviços gerais. Trabalhei limpando creches, o ginásio de esportes, e, por fim, o banheiro do terminal rodoviário. Esse último trabalho era humilhante e, muitas vezes, chorei de tristeza. Como universitária, pude vir para o prédio da prefeitura, onde estou até hoje, na função de atendente do setor de Tributação. Ainda não conquistei tudo o que desejo, mas o ensino superior me ajudou bastante. Algumas colegas do mesmo concurso e da mesma função continuam varrendo ruas. (Entrevista concedida em 21/2/2007)

O primeiro reconhecimento externo ocorreu em 2003, quando o prefeito Furini e o contador José César Pedrini foram a Brasília receber o *Prêmio CFC¹⁰⁹ de Gestão Fiscal Responsável*, pela adequação do município à Lei de Responsabilidade Fiscal. Durante os oito anos de seu mandato, o prefeito Hélio Furini teve suas contas aprovadas pela Câmara Municipal, mediante pareceres favoráveis do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Nesse mesmo ano, o SEBRAE concedeu-lhe o prêmio de *Prefeito Empreendedor*.

Pascoaloto (2003, p. 60) comenta:

A Lei de Responsabilidade Fiscal prega o equilíbrio orçamentário e o cumprimento de metas. [...] O município apresentava uma situação financeira e orçamentária grave, gerando déficits frequentes. [...] O demonstrativo orçamentário dos últimos dez anos [...] permite observar que a economia do município estava estagnada em função dos déficits frequentes, porém a partir do ano de 1997, houve uma mudança radical nas contas públicas, com superávits consecutivos.

No demonstrativo da dívida herdada sobre o investimento, têm-se informações dos valores monetários e percentuais das dívidas pagas no decorrer dos anos em análise, tais como dados sobre o investimento efetuado no município. Com isso se percebe uma conduta de extrema responsabilidade dos gestores públicos, que honraram o compromisso da dívida assumida e não prejudicaram a comunidade, pois continuaram aplicando recursos em investimentos e no crescimento do potencial do município. Nota-se também visão de controle e planejamento na aplicação dos recursos públicos.

Em 2004, ao final do segundo mandato do prefeito Hélio Ap. Mendes Furini, a sucessão foi acirrada, com um candidato da oposição que vinha se preparando há alguns anos. O grupo do movimento *SOS Junqueirópolis* novamente mobilizou-se e esteve presente em

¹⁰⁹ CFC - Conselho Federal de Contabilidade

todas as etapas da campanha, culminando com a vitória do candidato da situação. Isso garantiu a continuidade do modelo administrativo de austeridade fiscal.

Edvaldo Aparecido Carvalho (PPS), advogado e ex-vereador, faz parte de um grupo que se coloca como crítico em relação a alguns procedimentos da equipe da situação. Na última campanha (2004), ele foi o candidato da oposição e expressa sua opinião da seguinte maneira:

A legalidade administrativa do grupo que governa a cidade desde 1997 é notória e merece reconhecimento. O que se questiona é a homogeneidade na distribuição dos recursos em relação aos setores econômicos e aos segmentos sociais. Pode-se dizer que é um governo elitista, pois algumas pessoas com maior poder econômico ou poder político são privilegiadas, enquanto a população da periferia não recebe a mesma atenção. Os privilegiados são aqueles que, de certa forma, darão algum retorno aos que governam, quer seja com votos, quer seja dando apoio durante a gestão, e, em muitos casos, se tornam governo também.

Não se vêem programas sociais direcionados aos pobres, como por exemplo, em capacitações ou atendimento à criança e ao jovem em situação de risco. Há casos em que algumas pessoas, por telefone, conseguem a liberação de alguns caminhões de terra, enquanto os mais pobres têm que seguir toda a burocracia para conseguir o mínimo a que têm direito.

Outra distorção é a infra-estrutura que se disponibiliza ao setor empresarial sem cobrar-lhe o compromisso com a cidade, o que não garante o retorno investido pelos cofres públicos com a geração de novos empregos, pois muitas dessas empresas acabam contratando mão-de-obra de fora, enquanto aqui há desemprego”. (Entrevista concedida em 26/2/2007)

A equipe gestora atual continua seguindo o modelo implantado pela equipe anterior. Reinaldo Piccinini (35 anos, administrador, empresário e secretário municipal de Administração), um dos participantes do movimento *SOS Junqueirópolis*, argumenta:

Quando iniciamos a atual gestão, em 2005, já pegamos a “casa andando bem”. Temos uma folha de pagamento muito enxuta: 40% do orçamento municipal. O organograma da administração também é bastante enxuto. A prefeitura possui um único secretário, o de Administração e seis diretores responsáveis por todos os setores. O atual Prefeito seguiu o ritmo já implantado e não inchou o quadro de funcionários com cargos de confiança, além de serem realizadas poucas contratações. Os 400 funcionários são capacitados constantemente e dão conta de atender as demandas da coletividade. Há instituições, como uma das creches, que funcionam em parceria com grupos filantrópicos locais, o que garante economia de cerca de 30% ao cofre municipal. Alguns pequenos serviços são terceirizados, o que também garante agilidade e economia. (Entrevista concedida em 21/2/2007)

O prefeito eleito Osmar Pinatto (41 anos, advogado, PSDB) analisa:

Numa cidade pequena, a prefeitura tem uma responsabilidade social muito grande, além de estar entre as principais geradoras de emprego. Ela é uma referência: se vai bem ou se vai mal, acaba influenciando todo o conjunto do município, desde a credibilidade para investimentos externos até o atendimento do cidadão fragilizado. (Entrevista concedida em 20/2/2007)

O reconhecimento continua acontecendo e, em 2006, a prefeitura recebeu dois prêmios, sendo um deles pela União e outro pelo Governo do Estado de São Paulo. Pela União, o município foi classificado entre os cem melhores do país em relação à austeridade e gestão, obtendo a 53ª colocação geral, sendo que no quesito gestão pública, se classificou¹¹⁰ em 3º lugar. Na avaliação estadual, Junqueirópolis conquistou o primeiro lugar na proporção entre investimentos e arrecadação, somando 32,2% de investimentos com recursos próprios. A avaliação foi feita pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os dois prêmios referem-se ao ano base de 2005. (O Estado de S. Paulo, 17/12/2006).

Quanto aos investimentos, explica o secretário Rinaldo Picinini: “Como não há déficit, podemos focar nos investimentos. Priorizamos, então, saneamento básico e pavimentação asfáltica. O lixo já é uma questão resolvida: ele é condicionado em aterros sanitários regularizados pela CETESB. Atualmente, coletamos e tratamos 97% do esgoto. Ainda temos 3% para atender e isso continua sendo uma prioridade”.

Em relação à experiência daquele município, conclui Antonio Francisco Castanha:

O primeiro grande ganho deu-se em relação à cidadania: as pessoas tinham vergonha de dizer que eram junqueiropenses. O engajamento da comunidade e o comprometimento da equipe administrativa trouxeram novas esperanças e elas passaram a acreditar que vale a pena envolver-se. O outro grande ganho foi a mudança na cultura política. Os servidores municipais compreenderam que seu papel de cidadão, mesmo sendo subalterno, não se limita a obedecer. Todos perceberam a importância da administração pública municipal, pois as conseqüências são inevitáveis. Então, é melhor que ela seja séria e competente. Qualquer um pode e deve encontrar formas de denunciar irregularidades. A comunidade, embora tranqüila, está sempre alerta: ela não mais aceita desmandos, inseqüências, e impunidade. (Entrevista concedida em 19/2/2007)

5.4.2. A educação infantil como aliada do desenvolvimento local: aspecto legal e gestão social

Em 2004, durante esta pesquisa, desenvolveu-se um estudo comparativo entre oito municípios da Nova Alta Paulista, incluindo três cidades-pólo de microrregião e outras seis com menos de 20.000 habitantes. O atendimento de crianças em creches é uma demanda

¹¹⁰ Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 2006. Disponível em www.cnm.org.br. Acesso em 12/12/2007.

recorrente da população de baixa renda e, em vários municípios da Nova Alta Paulista, trata-se de uma questão mal resolvida. Priorizou-se o serviço público de creche como apoio à mãe trabalhadora e a educação infantil como geradora de emprego. A perspectiva da infância como geradora de emprego e, portanto, como aliada do desenvolvimento, é pouco abordada em estudos acadêmicos. A criança sempre recebeu tratamento carinhoso dos adultos, nos mais diferentes aspectos: afetivos, psicológicos, religiosos, pedagógicos etc., porém, sob a perspectiva social do apoio à mãe trabalhadora e como geradora de emprego, ainda há carências de informações sistematizadas. Nos últimos anos, algumas políticas públicas, principalmente na área da educação, foram criadas para atender as especificidades das crianças pequenas, constando inclusive na Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que passou a normatizar a educação formal em todos os níveis. Nela, pela primeira vez, foi incluída a educação infantil, voltada para crianças de zero a seis anos de idade, compreendendo o sistema de creche e pré-escola.

A nova legislação respaldou a educação infantil para que começasse a compor a educação básica, considerando-a como um direito da criança, porém sem cobrar a obrigatoriedade da frequência. Até então, esta faixa etária estava vinculada à responsabilidade da família, não se constituindo em preocupação para o poder público.

O trabalho feminino, com peso semelhante ao masculino na composição do orçamento doméstico, geralmente é realizado em jornadas que se duplicam com as obrigações domésticas. Este fato, aliado à dificuldade em contar com o apoio de familiares para cuidar das crianças pequenas, criou a necessidade de se arranjar outras formas de atendimento. Surgiram, então, os berçários e as escolas maternas, oferecidos inicialmente pela iniciativa privada, e as creches, oferecidas por algumas empresas e, posteriormente, pelas prefeituras e outros órgãos do Estado. Nesta fase, não havia uma legislação que respaldasse a educação voltada à criança pequena.

O aumento crescente da demanda e os novos enfoques dados à educação, como contribuição dos avanços no conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança e o reconhecimento da importância da educação nos primeiros anos de vida (Deliberação CEE Nº22/97), acabaram por resultar na definição de objetivos e programas de governo voltados para a faixa etária dos zero aos seis anos, previstos em legislação federal e estadual específica.

O atendimento pedagógico, alimentar, e psicossocial da criança passou a ser responsabilidade das prefeituras, cujo orçamento anual deve destinar 25% do total, sendo 15% para o ensino fundamental (1ª à 4ª série) e 10% para a educação infantil (creche e pré-

escola¹¹¹). Para compensar o acréscimo das despesas, o governo federal criou o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF¹¹²), que repassa verbas aos municípios proporcionais ao número de alunos. A municipalização do ensino faz parte da gestão descentralizada, que o governo federal implantou na segunda metade da década de 1990.

Apesar dos percalços, muito se tem estudado, discutido, e evoluído em relação ao que se sabe sobre a criança nesta faixa etária e ao seu atendimento. Pouco se pesquisou, ainda, sobre a contribuição deste segmento demográfico para o desenvolvimento local, como gerador de emprego. Afinal, para atendê-lo, é preciso de alimentação, higiene, saúde, conforto psicológico, segurança, entretenimento, atividades pedagógicas, serviços burocráticos de secretaria, transporte, material de consumo, coordenação e direção dos trabalhos, entre outros.

Considerando que o poder público deve propiciar o atendimento social básico ao cidadão e ser um fomentador do desenvolvimento, e que as prefeituras têm papel importantíssimo para a população, especialmente a de baixa renda, focalizou-se o estudo nas políticas públicas municipais, particularmente para a educação infantil, considerando três dimensões desta oferta de serviço à comunidade: o atendimento à legislação federal voltada para a faixa etária de zero a seis anos, a geração de emprego, com a contratação de professoras, coordenadoras e pessoal de apoio, e o atendimento à criança para que as mães possam trabalhar. Há, ainda, uma quarta dimensão a se considerar, que pode ser a possibilidade de as prefeituras criar alguns programas de apoio às mães desempregadas ou subempregadas, qualificando-as para o trabalho externo e para a melhoria da vida da família. Tais programas dependem também de políticas públicas que os contemplem.

A priorização da educação infantil, neste estudo, deveu-se a vários fatores:

- Demograficamente, no país, e na área em estudo, há ligeira vantagem no número de mulheres em relação ao de homens. Os cuidados com a criança pequena, na cultura latina, estão mais ligados à mãe do que ao pai;
- A educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental são municipalizadas na maior parte dos municípios da área em estudo, tornando a sua gestão muito próxima da população;

¹¹¹ Em 2007, houve alteração na classificação e seriação do ensino. As informações deste estudo referem-se a 2004, período sob a normatização anterior.

¹¹² Tramita no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 53/06, que cria o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Este estudo legislação em vigor em 2004, quando foi realizado.

- Educação é um setor com dupla função social: atende uma necessidade básica da comunidade e é boa geradora de emprego;
- Entre as mulheres pobres em idade economicamente ativa, nesses municípios, o trabalho como empregada doméstica e como trabalhadora rural diarista (bóia-fria) é bastante expressivo, sendo que muitas delas mantêm a família com este salário, seja pelo desemprego ou subemprego do marido ou por viverem sem ele. Tal fato, por si só, justifica a necessidade de as prefeituras cumprirem o seu papel social no item educação infantil;
- Entre a população de baixa renda e qualificação, o atendimento à criança pequena pelo poder público é fundamental para que as mães possam trabalhar;
- Há alguns anos, a prefeitura de Adamantina resolveu desassistir as crianças de quatro a seis anos, com atendimento em período integral, reduzindo para três horas por dias, sob alegação da desobrigatoriedade na redação do artigo 30 da LDB, e por medida de contenção de despesas. Tal atitude, por parte do poder público, desencadeou intensa reação entre as mães, que se mobilizaram, mas não conseguiram sensibilizar a equipe administrativa ligada ao setor da educação, nem mesmo o prefeito. Esse desconforto das mães e a atitude irredutível do executivo motivaram a comparação do atendimento às crianças da mesma faixa de idade em outros municípios com orçamento semelhante, e alguns com orçamento muito inferior.

A questão do emprego está intimamente ligada ao desenvolvimento regional. As prefeituras, nas pequenas cidades, são as maiores empregadoras formais, com registro assinado em carteira de trabalho. Há, então, a necessidade de se pensar qualitativamente o tipo de serviço que estão oferecendo e com que propósito ele está sendo oferecido.

Para este trabalho, foram levantadas informações junto às Secretarias e Divisões Municipais de Educação, secretarias de creches e pré-escolas referentes à profissão dos pais e mães e do número de pessoal ocupado, o que permitiu a constatação da importância do poder público para a população de baixa renda, e o que ela devolve ao município em forma de geração de empregos. Há que se considerar a participação feminina na PEA brasileira, denotando uma tendência de aumento que se acentua no país desde a década de 1970. Nos últimos anos, esse crescimento tem sido mais suave, mantendo-se em torno de 44%. A PEA masculina entre 1991 e 1998, reduziu 6%, perdendo espaço para a PEA feminina. Não há dados sistematizados e disponibilizados pelo IBGE, prefeituras, sindicatos, e outros órgãos, quanto à distribuição da PEA por setor nessas cidades, por isso se torna mais difícil um trabalho mais preciso. Nessas cidades, especialmente nas menores, o desemprego e o

subemprego são alarmantes, destacando-se o trabalho informal de baixa qualificação e o trabalho sem registro em carteira. Dados obtidos pelo Instituto Superior de Educação de Junqueirópolis (Secretaria Administrativa), em 2003, referentes ao perfil socioeconômico de seus alunos, revelaram que 35% estavam desempregados e entre os empregados, 53% não tinham carteira de trabalho assinada. Aqui se colocam duas questões centrais neste estudo: o poder público (especialmente o municipal) pode/deve promover o desenvolvimento local sem incorrer na visão desenvolvimentista – e ultrapassada – disseminada pelo país nos anos de 1940 a 1970? Difundida aos quatro cantos, a educação pode/deve ser agente basilar do desenvolvimento? Uma sala de aula de educação infantil pode suportar tamanha ousadia?

Priorizou-se a educação infantil por concebê-la como a ponta do processo de desenvolvimento. A criança é protegida pelo Estado, sendo direitos seus a educação, a segurança, e um futuro digno. Para que tais direitos fundamentais sejam vivenciados de fato, é preciso que sua família faça parte de políticas públicas que contemplem o cotidiano do cidadão. O atendimento desses direitos implica, também, em profissionais adultos e preparados desempenhando funções pedagógicas e complementares, o que acaba por gerar novos empregos, desencadeando um processo que não separa serviço público essencial e questão profissional.

5.4.2.1 A educação infantil como geradora de emprego

O contato com as secretárias das escolas, coordenadoras e diretoras de creches e pré-escolas, e secretárias(os) municipais de educação, revelou aspectos interessantes – e intrigantes, em alguns casos – desse segmento demográfico e de ensino.

Percebe-se muito zelo com as crianças exteriorizado em um grande empenho para lhes oferecer conforto psicológico e alimentação adequada em um ambiente seguro e agradável. Não se constituiu foco de atenção, neste estudo, a avaliação qualitativa da proposta pedagógica oferecida às crianças nesta idade.

As fichas cadastrais revelam o perfil socioeconômico da família e justificam a importância do serviço público de educação infantil. Poucos pais admitem-se desempregados; muitos colocam a última ocupação como referência, por isso, estatisticamente, este item ficou prejudicado. Uma exceção é o município de Pacaembu, onde 10,8% dos pais se declararam desempregados no ato da matrícula dos filhos.

Outra constatação é o fato de que cerca de 18% das crianças vivem sem a companhia do pai. Em relação à ausência da mãe, este percentual cai para 3%. É significativo, também, o número de crianças que vivem com os avós (só com eles ou com eles e a mãe).

Profissão das mães (%)

Profissão	Adamantí na	Dracena	Flora Rica	Irapuru	Junqueirópolis	Oswaldo Cruz	Pacaembu	Sagres
Do lar Doméstica	20,5	57	15	36	27,1	-	38	-
Diarista	15	16	11	23,7	38,1	46	44,8	10
(bóia-fria)	7	2	26	23,7	9,4	6,4	10,3	25
Costureira	3	-	2	-	-	2	-	16,6
Comerci- ária	3,5	10,4	-	2	3	4,7	-	-
Func. pública	3	8,3	3	4,1	4,1	-	-	3,3
Professora	2	2	3	-	1,6	1,5	2	3,3
Outros	46	4,3	40	10,5	16,6	39,4	6,2	41,8

Quadro 17

Fonte: Fichas de matrícula das crianças – 2004. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Profissão dos pais (%)

Profissão	Adamantí na	Dracena	Flora Rica	Irapuru	Junqueirópolis	Oswaldo Cruz	Pacaembu	Sagres
Autônomo	8	4,1	-	-	-	-	-	-
Construção civil	4,5	16,8	6	-	9,2	22,5	15	9,3
Operário	8,7	8,3	-	-	2	15,3	4,3	-
Serviços Gerais	10	4,1	4,5	-	8	3,4	16,2	4,3
Diarista (bóia-fria)	8	2,0	38	88	29,8	10,3	24	33,3
Eletricista	2,5	1,8	-	-	-	1,2	-	2
Motorista	4	16,6	-	-	7,1	7,4	6,5	-
Agricultor	2	1	-	1	2	-	2	-
Comerci- ário	2	16,6	1	1	-	6,4	-	-
Funcioná- rio Público	9	6,25	3	-	3,3	2	-	5
Comerci ante	3	2	-	2,1	-	1	-	-
Desempre gado	-	4,1	-	-	20,1	3	10,8	-
Outros	35,3	6,2	49,5	7,9	18,5	27,5	21,2	44,1

Quadro 18

Fonte: Fichas de matrícula das crianças – 2004. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Os dados referentes à ocupação indicam com clareza o predomínio dos empregos do setor terciário de baixa qualificação, tanto entre as mães quanto entre os pais. No item outros, usado para agregar os percentuais menos expressivos, incluem-se, entre as mães, manicure, cabeleireira, vendedora ambulante, auxiliar de enfermagem, secretária de consultório médico, motorista, artesã, estudante, assistente social. Entre os pais, as ocupações apresentam-se mais pulverizadas, principalmente nas duas cidades com maior número de habitantes. No item outros incluem-se auxiliar de escritório, carteiro, peão, madeireiro, tapeceiro, cartorário, aposentado, setor interno das destilarias de álcool, gráfico, encanador, funileiro, borracheiro, diagramador, jornalista, desenhista, protético, auxiliar de enfermagem, radialista.

Nos municípios com população menor, como Sagres e Flora Rica, há predomínio dos pais e mães trabalhadores rurais, os bóias-frias. Neles, a prefeitura atende as crianças das 6 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, servindo-lhes cinco refeições por dia, sendo um café da manhã, um almoço e três lanches. Sagres oferece ainda o uniforme diário e o agasalho no inverno.

Com exceção de Adamantina, todas as cidades investigadas atendem as crianças de quatro a seis anos em período integral. Procuram desempenhar o seu papel social desprendendo considerável esforço para oferecer o básico sem exceder os 10% de uma arrecadação insuficiente para todas as necessidades dos munícipes.

Sagres complementa o orçamento para a educação infantil com as verbas federais. Junqueirópolis e Dracena reduzem custos com parcerias. Algumas creches são atendidas por grupos filantrópicos, que se mobilizam junto à comunidade para angariar recursos destinados à manutenção e aquisição de material permanente, enquanto a prefeitura assume as despesas com folha de pagamento e alimentação.

Nessa idade, as crianças têm atendimento pedagógico, com ênfase na socialização, coordenação motora e alfabetização. Estas atividades diferenciam-se dos procedimentos das creches, que visam mais o entretenimento e os cuidados pessoais. Por serem atividades distintas, necessitam de ambientes físicos distintos. Algumas cidades, como Pacaembu e Sagres, adaptaram suas instalações e as crianças permanecem o dia todo no mesmo prédio. Outras, como Flora Rica, Junqueirópolis e Irapuru, deslocam as crianças para prédios diferentes. Em Flora Rica, elas caminham dois quarteirões acompanhadas das professoras, que, neste nível de ensino, são chamadas de educadoras infantis, monitoras, e outras terminologias locais. Irapuru, Junqueirópolis, e Osvaldo Cruz dispõem de veículos municipais para o transporte, também com acompanhamento das responsáveis, porque os dois prédios são relativamente distantes.

De manhã, ao chegarem à escola, as crianças alimentam-se, e à tarde, quando voltam para casa, já estão banhadas e alimentadas. Devido a esses cuidados individuais e intensivos, cada professora fica responsável por um pequeno grupo de crianças, o que contribui para a geração de mais empregos por parte das prefeituras.

O número de crianças por responsável, recomendado em legislação, é:

- De 0 a 1 ano - 6 crianças, mais uma auxiliar (geralmente estagiária);
- De 1 a 2 anos - 8 crianças, mais uma auxiliar;
- De 2 a 3 anos - 12 a 15 crianças, mais uma auxiliar;
- De 3 a 4 anos - 16 a 18 crianças, mais uma auxiliar;
- De 4 a 5 anos - até 25 crianças;
- De 5 a 6 anos - até 25 crianças.

Em alguns municípios esta proporção é mantida, em outros, sob alegação de dificuldades orçamentárias, o número de crianças por professora é maior do que o recomendado legalmente.

Quanto à formação dos docentes que atuam na educação infantil, a Deliberação CEE Nº 22/97, que fixa normas para integração de instituições de educação infantil ao respectivo sistema de ensino, segue o que reza o art. 62 da LDB: “Os docentes da Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível superior (em licenciatura, de graduação plena), admitida como formação mínima a oferecida em nível médio (modalidade normal), que contemplem conteúdos específicos relativos a essa etapa da educação.”

Geração de empregos na educação infantil

Municípios	Nº de habitantes	Nº de crianças atendidas	Nº de funcionários municipais	Nº de func. e professores na educação infantil	% sobre o total de funcionários
Adamantina	33.470	1095	744	126	16,9
Dracena	40.500	1.325	1.401	188	13,4
Flora Rica	2.177	137	148	25	16,8
Irapuru	7.457	243	204	30	14,7
Junqueirópolis	17.005	544	374	69	12,6
Oswaldo Cruz		748	650	65	10
Pacaembu	12.518	433	275	50	18
Sagres	2.439	154	140	31	22,1

Quadro 19

Fonte: Prefeituras municipais e IBGE, Censo 2000. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Quanto ao número de empregos gerados, observam-se situações diferenciadas. Em Pacaembu, por exemplo, não se geraram novos empregos na educação infantil nesta última gestão municipal. Fez-se um remanejamento de funcionários já contratados, resguardadas as devidas habilitações para a função, o que não onerou os cofres públicos, nem incorreu em

conflitos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita em 60% o comprometimento da arrecadação com despesas da folha de pagamento.

A análise dos dados coletados e as entrevistas demonstram o evidente papel do Estado, neste caso, por meio das prefeituras, como agente de bem-estar e também como gerador de empregos. As transformações da vida moderna acabam por impactar, muitas vezes negativamente, a família e, particularmente, as crianças. A escola acaba sendo o seu refúgio, o lugar onde se protegem enquanto os pais trabalham, se alimentam, e recebem higiene e cuidados elementares de saúde. Ali também elas estão mais distantes da pressão psicológica de adultos em conflito e, numa sociedade altamente excludente, podem desfrutar e exercer um pouco de cidadania. Quando a escola promove as eventos extensivos à comunidade e as crianças são as protagonistas, elas ganham uma identidade social – pertencem à escola tal – e suas famílias podem desfrutar de lazer e entretenimento saudável e gratuito.

Como negar a importância social das prefeituras? Em tempos recessivos, além dos serviços sociais básicos de educação e saúde, as prefeituras tornam-se as principais geradoras de empregos formais. Constatação disso são os elevados números de candidatos para os concursos municipais em todo o país, com aumento exponencial nos últimos anos.

Essas situações-limite requerem reflexão. Alguns aproveitam as fragilidades do cidadão e sua dependência do poder público em proveito próprio, vendo aí uma oportunidade de conquistarem um posto que lhes garanta salário por, no mínimo, quatro anos, além de prestígio e poder. (NUNES, 1997, p. 16) E em tempos de desespero, esta prática é recorrente.

É preciso fortalecer uma outra visão do poder público municipal: a prefeitura como prestadora de serviços sociais básicos e agente de desenvolvimento. O paradigma deve ser o da gestão social, sem medo de incorrer em paternalismo, populismo, ou nas mazelas que fizeram degradingolar o nacional-desenvolvimentismo de décadas atrás. Os serviços públicos, por meio de gestão social focada no cidadão, podem atender as necessidades básicas da população, gerar empregos, principalmente em períodos recessivos, e estimular a elevação do nível cultural e de qualificação profissional de muitas pessoas menos favorecidas, sem dissociar função social e enfoque profissional.

Como se viu, a educação infantil representa percentual significativo no quadro de funcionários municipais. As crianças pequenas requerem cuidados intensivos, por isso há a necessidade de maiores contratações. Por sua vez, as responsáveis (educadoras infantis ou monitoras) precisam de qualificação específica, o que lhes estimula a continuidade dos estudos.

Durante a coleta de dados, percebeu-se que a forte demanda pelos serviços de educação infantil estimula a sua oferta. Quanto menor o município, maior a disponibilização. Nos municípios um pouco maiores – Osvaldo Cruz, Dracena e Adamantina – a situação mostra-se diferente.

Nas três cidades, as crianças de zero a quatro anos são atendidas integralmente, porém não acontece o mesmo com as crianças de quatro a seis anos. Em Osvaldo Cruz, elas são atendidas em período integral, sem distinção de idade na interpretação da LDB. Em Dracena, somente as crianças residentes em bairros mais carentes podem ficar o dia todo na escola, sendo, portanto, um atendimento parcial.

Adamantina constitui a única exceção entre todos os municípios contatados. Alegando contenção de despesas e não obrigatoriedade da lei, as crianças entre quatro anos e seis anos e onze meses são atendidas durante três horas, apenas. Tal procedimento gera vários transtornos às mães que trabalham em período integral e não têm onde deixar seus filhos quando não estão na escola. Em muitos casos, mães pobres vêem-se obrigadas a desprender parte do seu parco salário pagando alguém para que seu filho se abriguem.

Muitas crianças ficam com as avós, tias, ou vizinhas. Outras são atendidas por instituições filantrópicas. Procuradas, a direção dessas instituições revelou suas dificuldades em atender esse excedente. Há imensas listas de espera por uma vaga, e, além dos recursos, elas não dispõem de espaço físico, nem pessoal suficiente. A prefeitura repassa uma verba anual, com valor aquém das despesas de um único mês.

O artigo 30 da LDB¹¹³, tão fortemente evocado como embasador de sua atitude parcial, afirma que:

A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

A Deliberação 22/97, do CEE, garante aos municípios a oferta da educação infantil como sistema de ensino autônomo ou não, porém destaca a necessidade de se observar alguns princípios:

5- A proposta pedagógica da educação infantil deve levar em conta o bem-estar da criança, seu grau de desenvolvimento, a diversidade social e cultural das populações infantis, os conhecimentos a serem universalizados e o regime de atendimento (tempo integral ou parcial).

¹¹³ Em 2006, esta legislação foi alterada, incorporando a pré-escola ao ensino fundamental.

A legislação não determina o atendimento em período integral, nem coloca restrição a quem queira fazê-lo. Esta é a interpretação da maioria dos municípios. Atribuir à lei esta limitação soa mais como atitude escapista do que como preocupação legalista.

Estendendo o atendimento para o período integral para as crianças de pré-escola, o número de professores aumentaria significativamente, sem implicar, necessariamente, em aumento de funcionários de outros setores, pois se aproveitaria a estrutura já existente. De um lado, as crianças e suas famílias sendo atendidas, além das instituições filantrópicas mais aliviadas. De outro lado, mais empregos para as professoras, que se incluem na classe trabalhadora. Os recursos, todas as outras prefeituras sabem como gerenciá-los para que os 10% da educação infantil se estendam proporcionalmente às crianças do município.

Apesar de considerado bom pela maioria das mães entrevistadas nos municípios que atendem as crianças em período integral, as escolas limitam-se ao atendimento à criança. Não há nenhum plano ou programa, por parte das EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) e pré-escolas, que contemple as famílias.

Observa-se que, entre as mães, é expressivo o percentual das que se declaram do lar: 20,5% em Adamantina, 38% em Pacaembu, 57% em Dracena, 36% em Irapuru, e 27,1% em Junqueirópolis. Entre essas mulheres, muitas afirmam que cuidam apenas da casa porque não encontram trabalho, sendo que a maioria não possui nenhuma qualificação profissional.

Nesse sentido, é possível criar programas de treinamento e capacitação, orientando também para esquemas de comercialização de produtos. Além de oferecer condições para geração de emprego e renda, como autônomas ou em associações, esses programas têm condições de propiciar melhoria na qualidade de vida dessas famílias, disponibilizando informações fundamentais, como higiene, saúde, nutrição, gerenciamento do orçamento pessoal e doméstico, saúde pública, entre outros. A integração entre as diversas secretarias municipais, e mesmo com organizações não governamentais, órgãos estaduais, e até com a iniciativa privada pode trazer resultados surpreendentes.

Pacaembu e Osvaldo Cruz mantinham, à época da pesquisa, iniciativas neste sentido, vinculadas secretarias municipais de Promoção Social. Várias ações estendiam-se à comunidade, como panificação, trabalhos manuais, pintura, entre outras. O ganho social desses projetos não pode ser medido quantitativamente, mas o reconhecimento que uma mãe sintetiza nos dá uma idéia: *“Não há dinheiro que pague a satisfação de ver meus filhos sentados à mesa, comendo, gulosos, o pão que faço para eles. Não é só farinha e água: coloco margarina, ovos, mandioca, abóbora, e outros ingredientes na massa.”* (Maria Pereira - Pacaembu)

Uma outra mulher acrescenta: *“Depois que aprendi a fazer esses alimentos passei a ganhar um dinheirinho extra, que dá para a feira e outras miudezas. Nunca falta quem quer um bolo ou um pão caseiro.”* (Maria de Lurdes Santos – Osvaldo Cruz)

Não só a criança é vítima das desigualdades sociais, seus pais também o são. Longas e exaustivas jornadas de trabalho, a angústia do desemprego ou do risco de se tornar um desempregado, as precariedades de toda ordem, enfim, a fadiga e a desesperança, levam à instabilidade psicológica e financeira, que se exteriorizam em agressividade e conflitos familiares, além do alcoolismo, prostituição, e outros comportamentos desagregadores, todos com influência sobre a criança. Por que não se criar iniciativas de apoio aos pais, convidando especialistas e outras pessoas da comunidade para as reuniões constantes do calendário escolar, ou outros momentos especialmente criados para isso? Tais iniciativas não geram custos adicionais à escola e podem proporcionar significativos benefícios qualitativos às famílias das crianças.

Esta seria uma quarta dimensão da educação municipalizada – a extensão à comunidade. A escola, assim, atuaria como aliada na formação continuada dos adultos. O cotidiano das crianças dá as pistas para se extrair os assuntos a serem abordados.

As pressões da comunidade levam muitos governos a reverem seus custos com projetos sociais, implicando em reordenamento de prioridades e cortes orçamentários. No entanto, não bastam as políticas sociais sem fomentar o setor produtivo. O poder público municipal deve preocupar-se com esta questão, priorizando também iniciativas que apoiem o setor privado, que é a maior geradora de emprego em qualquer município. A realidade só existe por inteiro, e é assim que ela deve ser encarada.

Percebeu-se que nos municípios onde os gestores se pautam na transparência e na concepção de que o bem-estar dos cidadãos devem ser o foco das suas ações, a criança é melhor atendida e, por extensão, a família e a comunidade também o são.

A escola pode e deve fazer o seu papel de prestadora de serviço e de esclarecedora dos direitos da criança e dos cidadãos. Desempenhando o seu verdadeiro papel ela atende a comunidade, cumpre a legislação, dinamiza a economia (ao cuidar das crianças enquanto os pais produzem, consomem e pagam impostos), promove a transformação da sociedade ao instrumentalizar profissionalmente as pessoas, e gera mais empregos para os profissionais da educação. Nos municípios onde a educação infantil ainda tem o quê melhorar, os pais devem conhecer a legislação e mobilizar-se para o atendimento de seus filhos. Nessa luta, os professores e os demais profissionais da educação devem engajar-se também, pois agrega questões profissionais e compromisso social.

A municipalização do ensino alterou as relações de trabalho entre os profissionais da educação e o Estado, como empregador. Vinculados diretamente ao município, como concursados ou como contratados, não se identificou, durante a coleta de dados, nenhuma filiação a sindicato ou a existência de alguma associação de professores municipais, o que é sintomático em relação à mobilização da categoria. Há que se encontrar formas de os educadores e pessoal de apoio se articularem para ampliar o seu mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que garantem a cidadania a quem tem direito desde o nascimento, mas ainda não sabe exercê-la – a criança.

5.5. O papel das instituições regionais de ensino superior

Em estudo publicado em 1999, Pedro Bandeira (p. 62) destaca que

Os COREDE [Conselhos Regionais de Desenvolvimento] gaúchos melhor sucedidos são aqueles que contam com apoio permanente de instituições dotadas de credibilidade e cuja atuação tem abrangência regional, como é o caso das universidades. A ligação com as universidades confere aos dirigentes dos COREDE o respaldo institucional necessário para se sobreporem às disputas políticas locais”. Este autor destaca, ainda, que a participação das universidades “no apoio a instituições de tipo participativo depende muito da intensidade das tradições associativas da região em que se situam, bem como da sua cultura institucional.

Conforme já exposto no capítulo quatro, as instituições de ensino superior, localizadas na Nova Alta Paulista, são de caráter privado, com exceção de duas autarquias municipais e duas unidades da UNESP, instaladas em 2003. Historicamente, predominaram os Institutos Isolados de Ensino Superior, sem obrigação legal e sem iniciativa interna de estruturar-se sobre o tripé do ensino superior, atendendo apenas ao ensino, despreocupando-se com a pesquisa e a extensão. Esse fato contribuiu para que não se estabelecesse o engajamento dessas instituições na problemática regional. Trata-se, então, de uma prática a ser construída com a criação de núcleos de pesquisa e com a participação de intelectuais e acadêmicos nas discussões coletivas.

Entre as instituições existentes, a que reúne melhores condições para inserção imediata é uma autarquia municipal localizada em Adamantina, denominada Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI). Fundada em 1968, essa autarquia permaneceu como Instituto Isolado de Ensino Superior, mantendo seis cursos de licenciatura até 1995, quando outros dois foram incorporados: Direito e Tecnologia em Processamento de Dados. Em 1984

foi criada uma outra autarquia municipal, denominada Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), que mantinha o curso de Enfermagem.

O contexto neoliberal da década de 1990, marcado pela abertura econômica e pela competitividade globalizada, levou o Estado brasileiro a promover algumas mudanças estruturais. Sob a égide de governantes social-democratas, cujo maior expoente é Fernando Henrique Cardoso, empreenderam-se mudanças no ensino superior por meio de mecanismos bastante controversos. Ao mesmo tempo em que se promovia o sucateamento da universidade pública estimulava-se a participação e ampliação da iniciativa privada como forma de atender a extraordinária demanda pelo aumento da qualificação profissional da população. Nessa época, a realidade brasileira apresentava um cruel paradoxo: a demografia brasileira caracterizava-se pela expressiva quantidade de jovens ao mesmo tempo em que a racionalidade econômica e as inovações tecnológicas impunham a redução na oferta de empregos. (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001, p. 26).

Seguindo a tendência nacional, os Conselhos Estaduais de Educação, aos quais estão subordinadas as autarquias municipais, criaram políticas de expansão do ensino superior. Elas puderam pleitear novos cursos; no caso de Adamantina, por existirem duas autarquias, quatro novos cursos foram solicitados: Direito, Tecnologia em Processamento de Dados, Administração e Nutrição (sendo estes dois últimos aprovados algum tempo depois). Até 1995, as duas autarquias abrigavam cerca de 600 alunos. A partir daí a instituição foi crescendo em número de matrículas, o que começou a proporcionar-lhe independência financeira em relação à prefeitura.

Em 1999, contando já com cerca de 800 alunos, foi aprovado o Regimento Unificado das autarquias FAFIA e FEO, criando as Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI). Entre 1999 e 2007, vinte novos cursos foram implantados e o número de alunos aumentou para 5.000, representando 625% de aumento. O acervo da biblioteca foi ampliado, novas instalações físicas foram construídas, laboratórios foram implantados, e, significativamente, o corpo docente foi enriquecido com professores titulados. Em 2005, de um total de 300 professores, 55% eram mestres e doutores. A graduação de 50% desses docentes foi obtida em instituições públicas estaduais (45%), federais (5%), autarquias municipais (8%), instituições privadas (38%), fundação (3%) e instituição estrangeira (1%). Considerando-se o mestrado e o doutorado, 90% obtiveram seus títulos em universidades públicas, sendo 75% em universidades estaduais e 13% em universidades federais. (Secretaria Acadêmica da FAI). Em termos de investimentos, nesse período houve valorização do patrimônio da instituição em cerca de 6.000% (FAI/DE.COM, 15/2/2007). O orçamento anual previsto para o exercício

de 2007 é de R\$ 23.954.127,00¹¹⁴. (Administração da FAI e Prefeitura Municipal de Adamantina)

Já há várias iniciativas de inserção da instituição na comunidade local e algumas também na comunidade regional, por meio de programas de extensão, principalmente nas áreas de saúde, nutrição, engenharia de alimentos, esportes, e economia. Nessa última, há um núcleo de estudos econômicos – Centro de Pesquisa e Estudos Econômicos Avançados (CEPEA) -, com alguns projetos que demonstram grande potencialidade. Na área da comunicação, a instituição mantém uma parceria com a UNESCO, voltada principalmente para a temática Mídia e Desenvolvimento Regional. Algumas iniciativas já foram desenvolvidas por meio dessa parceria, e, em 2007, o Departamento de Comunicação e o Departamento de Estudos Históricos e Geográficos estão oferecendo um curso de especialização com o tema História e Mídia. Ainda na comunicação, há a Rádio Cultura FM, que opera na faixa de 99,3 Khz. Desde 1998, foi criada a Revista OMNIA, cuja finalidade é publicar artigos científicos produzidos pela comunidade acadêmica interna.

Indubitavelmente, há uma potencialidade que, uma vez focada no desenvolvimento regional, em suas múltiplas e complexas dimensões, pode oferecer significativa contribuição, tanto no aspecto do conhecimento quanto na estratégia da inovação. Entre as inovações tanto se consideram as tecnológicas, capazes de apontar soluções para questões de ordem prática às empresas e instituições, quanto às análises teóricas, que aclaram dúvidas e evitam equívocos.

5.6. Por uma política regional de coesão

São muitas as carências e urgências da Nova Alta Paulista. Carências que se configuraram em sua trajetória desencadeada desde a colonização comercial, marcada pelas práticas individualizadas e assentadas na exploração incondicional dos recursos naturais e na fragilidade das iniciativas associativistas em todos os setores, especialmente no político, social e econômico. A insipiência de um dinamismo econômico emanado das atividades industriais ou de qualquer outro ramo, porém, que se configurem no binômio competição/cooperação, torna leviana a suposição de uma revitalização regional a partir de ações assentadas preferencialmente na economia. O risco iminente oferecido pela expansão da atividade sucroalcooleira sob a tendência das energias renováveis pode provocar impactos socioeconômicos desastrosos à sociedade regional. Tal realidade requer reflexões e estratégias

¹¹⁴ “O Orçamento de 2007 para a Prefeitura de Adamantina, Câmara Municipal e a autarquia FAI soma R\$ 56.304.127,00. A maior fatia está com a Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 31.685.000,00. Depois, a FAI, com R\$ 23.954.127,00. Por fim, a Câmara Municipal, com R\$ 665.000,00.” (Disponível em www.adamantina.sp.gov.br. Acesso em 10/2/2007)

urgentes para que a inserção do desenvolvimento regional sob essa tendência seja de equidade e não de concentração e exclusão.

O aprendizado adquirido ao longo desses últimos anos, com as práticas associativas e com a gestão política da Amnap, aponta para a proeminência do setor político sobre os demais, no sentido de se disseminar experiências e promover oportunidades para que as comunidades pensem o seu futuro a partir da realidade presente. Nesse sentido, qualquer iniciativa que vise a articulação de lideranças regionais em busca de um diálogo com vistas à criação de sinergia entre os atores, é bem vinda. A Nova Alta Paulista vive uma fase de transição e das ações que se empreenderem hoje desenhar-se-á o futuro do seu desenvolvimento regional. Ela vive uma fase de reconfiguração de seus territórios e carece de diálogo para definir quais territórios se deseja construir.

Ao final desta pesquisa, a contribuição que se disponibiliza procura traçar alguns referenciais para análise e reflexão. A inspiração vem da experiência da atual União Européia, composta por vinte e cinco Estados-Membros, que apresentam grande diversidade entre si tanto nos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos. O que buscam, já há um tempo significativo, é a unidade na diversidade e esta parece ser a mesma incógnita que se apresenta à sociedade regional dessa pequena porção do território paulista. Procurou-se traçar algumas orientações estratégicas que contribuam para apontar rumos para o desenvolvimento regional, identificando prioridades e objetivos para essas orientações estratégicas.

A experiência vivenciada em dezembro de 2006, quando da *Campanha pela reativação da ferrovia e pela construção da ponte sobre o rio Paraná*, possibilitou um aprendizado pedagógico de novas metodologias a serem aplicadas visando a articulação das forças regionais. A identificação de hipóteses para o não envolvimento de onze dos trinta municípios (36,66%) permite algumas considerações que merecem ser averiguadas (ver capítulo 4):

- Entre os municípios que não se envolveram na coleta de assinaturas para o documento que pleiteava duas conquistas importantes para o desenvolvimento regional, predominaram aqueles que estão distantes da ponte, fora do eixo da ferrovia, e cuja economia não apresenta características de inserção imediata nos benefícios que a volta do trem e a conclusão das obras da ponte podem lhe proporcionar. Esta interpretação permite identificar a diversidade de realidades existentes entre esses municípios, negando a homogeneidade que erroneamente se acredita haver nessa área;

- Alguns prefeitos não se envolveram por discordarem das práticas políticas e de gestão da Amnap, o que aponta para a necessidade de diálogo entre os seus membros, diminuindo divergências e encontrando formas mais abrangentes de atender a todos;
- Muitos municípios estão alheios às ações da entidade, ou por descuido dos dirigentes políticos locais ou por não se sentirem contemplados no modelo único implantado pela mesma, o que aponta, mais uma vez, para a necessidade de diálogo. Esse diálogo, num primeiro momento, deve ser diferenciado, pois se as realidades são diferenciadas, as demandas também o são. Uma forma inicial de promovê-lo seria agrupar os municípios a partir de critérios que levassem em conta o número de habitantes, o PIB Municipal, a polarização das cidades-sede, ou outro a ser identificado. A pré-disposição do município em pagar a cota anual da entidade (hoje 51% pagam) tende a demonstrar o grau de afinidade da mesma, com as necessidades dos municípios membros; ações descentralizadas e adequadas a cada grupo de municípios tendem a catalisar as demandas, o que se reflete no envolvimento de um número crescente de associados.

Com base nessas reflexões, se procurou identificar algumas diretrizes que apontam indicadores para o diálogo entre os municípios:

a) Orientações estratégicas para uma política de coesão na Nova Alta Paulista

- Criar uma dimensão estratégica para uma política de coesão;
- Estabelecer formas de apropriação da política de coesão. Para isso, é necessário utilizar-se do diálogo e das parcerias entre uma Comissão criada com a finalidade de articular uma política de coesão, os governos (nas três instâncias), e as comunidades.

b) Prioridades das orientações estratégicas

- Promoção de oportunidades e identificação de mecanismos para que as comunidades conheçam a sua própria caracterização político-sócio-econômico-cultural, compreendendo a diversidade existente entre os municípios que compõem a Nova Alta Paulista;
- Definição de prioridades, estabelecidas pelos subgrupos de municípios, para que sejam melhores estudadas e estruturadas as soluções;
- Definição de estratégias para inserção da Nova Alta Paulista no contexto das energias renováveis, identificando formas de sustentabilidade na geração de emprego, na distribuição de renda e na preservação ambiental;

c) Objetivos estratégicos

- Tornar a Nova Alta Paulista uma região reconhecida pela coesão política entre seus municípios, de modo a gerar uma vontade coletiva capaz de empreender mudanças quantitativas e qualitativas nas condições econômicas e sociais, por meio de melhoria no conhecimento e na inovação;
- Ter em conta a dimensão territorial de uma política de coesão;
- Identificar mecanismos para o desenvolvimento regional contemporâneo sob a tendência das energias renováveis.

Uma vez promovido o diálogo entre os atores sociais envolvidos, definidos os objetivos e as metas, a formação de um Conselho Regional de Desenvolvimento pode se tornar uma experiência interessante ao desenvolvimento regional, o que levaria ao questionamento do papel e da função da Amnap nesse contexto. O desenvolvimento regional, sob as características do mundo globalizado e sob a tendência das energias renováveis, vive um delicado momento de transição; as atitudes que se empreender hoje (e a inércia é uma forma de atitude) definirão os rumos do amanhã. Nos municípios com pequena população (e eles são a maioria) as prefeituras têm um papel fundamental no desenvolvimento local, daí que se reforça a idéia de que elas, como agentes públicos, devem buscar formas de se adequar aos desafios dos tempos presentes. A austeridade administrativa, a seriedade no trato da coisa pública, o atendimento do cidadão fragilizado sem causar-lhe dependência, o fortalecimento das iniciativas empresariais geradoras de emprego, o alerta quanto àquelas que impõem qualquer tipo de risco aos cidadãos e ao meio ambiente, são formas simples, porém eficazes, de se promover o desenvolvimento com equidade. Num mundo com tantas conturbações e indefinições, o óbvio pode apresentar-se como uma inovação.

Nos municípios melhor aparelhados também há desafios: como vencer a desvantagem competitiva que se coloca em relação à localização distante dos grandes centros consumidores e aos centros produtores maiores? Como romper os freios colocados pelos gestores institucionais arraigados em práticas ultrapassadas, que emperram a sua adequação ao novo tempo? A primeira pergunta só se responde com a inovação, tanto na área tecnológica quanto nas formas de gestão pública, empresarial e institucional. É preciso encontrar formas de se romper distâncias físicas e promover a aproximação por meio do conhecimento das demandas das regiões consumidoras e da qualidade dos produtos que a elas se destinam. Isso envolve aprendizado constante, cooperação entre as empresas, e equipagem e adequação de instituições de pesquisa. A segunda pergunta exige resposta de cunho imaterial: é preciso

indignação, audácia, conhecimento, e interatividade entre os atores sociais inconformados para se inaugurar o novo. Instrumentalizar as instituições para os desafios contemporâneos é a chave para a inserção num novo tempo.

Como se vê, ultrapassar a condição de região contida passa pela reflexão e pelo auto-conhecimento. Passa, então, pelo empenho dos atores, particularmente daqueles com poder de decisão, para sua superação. Trata-se de um movimento contínuo voltado à superação de questões internas (competição, interesses parciais, defasagens de toda natureza). A coesão do grupo e o estabelecimento de objetivos comuns favorecem ações focadas nas questões externas, pois estas, apesar de alheias, têm o poder de interferir nuclearmente no contexto interno, mobilizando-se para defender causas maiores. A superação da condição de região contida ocorrerá quando, coletivamente, se conseguir criar territórios que contemplem uma outra realidade, demonstrando os territórios que a contém.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo desenvolvimento encerra completude e se explica por si mesmo. Não existe uma única forma de um lugar, um município, uma cidade, uma região, desenvolver-se. As relações das pessoas e grupos entre si e desses com a natureza vão tecendo fios cujo entrelaçamento faz surgir a complexa trama da qual todos fazemos parte, denotando o caráter multidimensional da realidade. Esse processo, permeado por relações desiguais, cria tecidos com densidade também desiguais, proporcionando percepções e apropriações diferenciadas do produto dele emanado. Se houve trabalho, se houve desprendimento de qualquer tipo de energia humana, o que se busca é o direito de fazer valer esses esforços. Os desvios ocorridos durante os processos, como a apropriação desigual dos frutos desse trabalho, tendem a serem corrigidos pela resistência daqueles que se sentem prejudicados.

A luta pelo desenvolvimento é a luta pela equidade. Nesse sentido, ela própria passa a se constituir num território – o território imaterial da justiça social, da conquista da dignidade, do direito à liberdade para escolher a maneira como se deseja viver e conviver.

Ao final deste trabalho, confrontam-se as problematizações e as hipóteses que serviram de guia para a pesquisa. O modelo de colonização comercial, empreendido após a crise de 1929, que impeliu fazendeiros e empresas loteadoras à compra de terras, trouxe também as pessoas que inicialmente a colonizaram. A competição dos investidores pela espacialização do “progresso e da prosperidade”, a cultura individualista de quem lutava arduamente pela própria sobrevivência, forjada muitas vezes pelo isolamento em que viviam, dificultaram uma ambientação favorável a esquemas de cooperação que pudessem promover laços mais solidários entre as comunidades locais que se formavam. A política local, comprometida com o fortalecimento de grupos emergentes, e sua forte tendência a submeter-se ao jogo da situação instalada no poder central (Estado e União), contribuíram para a formação de esquemas políticos dependentes, que pouco se preocuparam em transformar o novo cidadão local e regional em protagonista do seu tempo, nem em gerar projetos regionais de desenvolvimento mais engajado com a sustentabilidade econômica, social, e ambiental.

Tal conjuntura interna, interagindo com a política e as tendências econômico-políticas externas, constituiu-se nos “ingredientes” favoráveis à formação de uma região contida. Esses processos históricos se sucedem no tempo e, hoje, encontram-se arraigado na prática política de lideranças locais e regionais. O mesmo ocorre em relação às instituições, cujos modelos de gestão caminham inversamente em relação às necessidades do presente. Além da gestão, as suas estruturas internas as mantêm em condição atávica, emperrando mudanças que se

adaptem ao novo. Entre as instituições incluem-se as prefeituras, câmaras municipais, órgãos técnicos estaduais, sindicatos, escolas, conselhos municipais, entre outros. Os mecanismos do passado que se constituíram em freios ao desenvolvimento, mantêm-se no presente.

As ações articuladas da atualidade, promovidas por atores que emergem da conjuntura recente, são produtos e produtoras da concepção de desenvolvimento endógeno. Esse conceito, no entanto, não é suficiente para explicar os novos conteúdos que se nos apresentam, nem para mobilizar pessoas e grupos em prol de causas coletivas. A mobilização vem da reflexão que brota da sensibilidade de homens e mulheres que vêm no coletivo a condição para melhorar a vida cotidiana de cada um.

A Nova Alta Paulista busca, desde que percebeu a sua singularidade, transformar-se num território: o território da Nova Alta Paulista. Apesar do empenho de líderes políticos e comunitários essa conquista custa a concretizar-se. Considerando-se que os territórios são resultados das disputas que se estabelecem entre grupos com interesses antagônicos, há que se identificar outros territórios que impedem ou dificultam a territorialização da mesma conforme o desejo de muitos de seus idealizadores.

Não se instalou, nessa área, um território do poder econômico capaz de desencadear uma energia agregativa de empresas cuja interação possa favorecer a formação de um ambiente de competição e cooperação. Os territórios políticos que se formaram apresentam dificuldades para promover articulações consistentes, capazes de tecer uma coesão política, tanto na escala do local quanto na escala regional, capaz de promover as bases para a construção de um projeto coletivo. Ainda prevalecem os interesses pessoais da importância proporcionada pelo cargo sobre a visão do papel social de um gestor público, o que leva grande parte daqueles que exerce cargos executivos a promover gestões passivas, atendendo demandas pontuadas, sem definição de critérios e prioridades que apontem para a articulação das forças da comunidade em favor de um projeto de interferência na realidade. Entre aqueles que ocupam cargos no legislativo municipal, predominam as variáveis da complementação ou garantia temporária de renda, e, para isso, são comuns os projetos de lei voltados à realização de obras imediatas, numa clara disputa pelas primeiras posições nos *rankings* dos vereadores mais atuantes. São escassos os projetos de interferência na realidade que apontam para a mudança de conceitos e atitudes e para a construção de uma cultura de cooperação e solidariedade capaz de fortalecer iniciativas que resultarão na formação de novos territórios.

Não há iniciativas consistentes de mobilização da intelectualidade local e regional em núcleos de pesquisa cujo principal objetivo é pensar a própria realidade e apontar caminhos.

Atitudes isoladas não conseguem amearhar forças suficientes para formar territórios nesse segmento, condição fundamental para fomentar novas possibilidades.

Há uma classe média difusa formada principalmente por funcionários públicos e médios empresários cujo perfil socioeconômico foge às características do investidor que procura articular-se em rede, promovendo competição e cooperação, elementos indispensáveis ao contexto econômico da atualidade. Por outro lado, os grandes empreendimentos, como a atividade sucroalcooleira, pouco dependem dessa densidade formada pelos empreendimentos medianos e diversificados.

Em relação aos elementos externos à região (governo estadual e federal e o capital hegemônico), não há políticas definidas para áreas com características semelhantes às da Nova Alta Paulista, que se apresentam potenciais em relação aos recursos naturais, porém limitadas quanto aos recursos internos para consumo e novos investimentos. Como não há projeto político regional, não há eixo que a leve à essência das políticas públicas e das verbas orçamentárias substanciais previstas nos PPA estadual e federal. Sobram as verbas de representação repassadas por deputados que se valem do colégio eleitoral regional para legitimar/garantir a sua perpetuação parlamentar. Subestimando a sua energia potencial, a Nova Alta Paulista contribui apenas para a reprodução de esquemas viciados e perdulários, próprios da política pré-1950.

Como se vê, há um hiato entre as escalas governamentais: municipal, estadual e federal e, nele, reproduzem-se as condições do desenvolvimento contido. Falta a escala intermediária, constituída por um sujeito que as articule, aproximando os dois extremos. E este sujeito, de natureza coletiva, pode ser representado pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Tais movimentos devem ser desencadeados pelos segmentos organizados e assessorados por núcleos de pesquisa desenvolvidos pelas faculdades locais. A adequação da associação dos municípios à caracterização de um Conselho Regional de Desenvolvimento, pode transformá-la num importante instrumento indutor do desenvolvimento, uma vez que a coloca na condição de mediadora. Esta é uma discussão vital quando se pensa o desenvolvimento regional contemporâneo.

Nesse ambiente de energias dispersas, incapazes de gerar novas bases, acabam por prevalecer as externalidades, com interesses focados em projetos maiores, quase sempre localizados fora da Nova Alta Paulista.

A observação e análise da realidade regional, da maneira como vem mobilizando seus aparatos políticos e institucionais, frente à força homogeneizadora do capital monopolista em expansão sob a tendência das energias renováveis, leva a concluir que, mais uma vez, o

desenvolvimento tende a ser conservador, setorial, e excludente, favorecendo alguns grupos privilegiados em detrimento da maioria da população. Há que se discutir o papel das instituições e dos segmentos organizados num momento que se caracteriza pelas (in)certezas, alongando as transitoriedades. Neles (instituições e segmentos organizados), ainda predominam as mentalidades de dirigentes que defendem princípios corroídos pelas transformações recentes, enquanto na sociedade também predominam valores e atitudes que não contribuem para a superação dessas defasagens. Conclui-se que os freios do desenvolvimento estão tanto no interior da própria região quanto nas instâncias político-administrativas estadual e federal. As pessoas e segmentos com visões mais equitativas têm profundas dificuldades para convencer outras pessoas da importância de se criar movimentos socioespaciais que vislumbrem a formação de novos territórios. Predominam, portanto, os freios de natureza imaterial (política e cultural), destacando-se comportamentos e atitudes que emperram os novos fluxos. É nesse sentido que se considera a Nova Alta Paulista como uma região contida: as contradições engendradas em seu movimento (tanto interno quanto externo) desencadeiam a sua contenção.

As experiências regionais bem sucedidas demonstram o poder efervescente da inovação e esta repousa na própria comunidade. Ela prioriza processos e, dessa forma, tem uma relação mais amadurecida com o tempo, com absoluta convicção de que os esforços para o desenvolvimento encerram a característica da eternização, pois se trata de uma luta sem fim, em que todos são co-partícipes e devem estar permanentemente em alerta. O que se observa nessas experiências é o esforço interno da comunidade para criar densidades capazes de superar entraves que comprometem o coletivo. Em relação aos elementos externos (governos centrais e capital hegemônico), no entanto, elas têm dificuldades de criar mecanismos de ordenamento e contenção, de modo a garantir-lhe o fortalecimento das densidades internas. Também elas precisam de articulação com outras comunidades e outros movimentos socioespaciais regionais para empreender estruturas mais abrangentes.

Em municípios com a caracterização identificada na Nova Alta Paulista, as prefeituras têm papel fundamental atuando como elemento ordenador, garantidor e executor de políticas públicas que fortaleçam iniciativas em todos os setores, possibilitando a efetivação da multidimensionalidade do desenvolvimento. Nesse aspecto, destaca-se a importância da formação de agentes políticos e corpo técnico, instrumentalizando-os para uma atuação mais harmoniosa entre a complexidade das carências e das demandas locais e regionais e as limitações dos recursos orçamentários disponibilizados. Dessa interação entre instituições, agentes políticos, corpo técnico, e comunidade, podem surgir projetos que consigam

aproximar o lugar e o centro do poder. Trata-se, portanto, de projetos que contenham densos significados escalares, superando a visão concêntrica do passado.

Um desenvolvimento regional focado na equidade, em regiões com demonstrativos desvantajosos, deve pautar-se na busca de densidades e quando estas não se apresentarem de modo evidente, devem-se construí-las. Parece ser essa a forma de romper a condição de região contida, aquela que se contém em suas potencialidades. Se as amarras são construídas pela própria sociedade é ela quem tem que desata-las. Os instrumentos são as reflexões sobre si mesma, exteriorizando-se por meio da participação e do engajamento em ações que contemplem o coletivo. Essa concepção e essa prática dão conteúdo ao desenvolvimento territorial.

8- BIBLIOGRAFIA

Fontes orais

Acácio Rocha. Jornalista e secretário municipal de Cultura em Adamantina
 Alberto Luiz Sales. Vereador e agente de Saúde em Tupi Paulista
 Antonio Francisco Castanha. Secretário municipal de Finanças em Junqueirópolis
 Antonio Luiz Pioltini. Diretor do Centro de Ensino Superior de Tupi Paulista
 Antonio Manzano. Agricultor e presidente da Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina
 Aristides Alonso Portela. Ex-prefeito de Tupi Paulista
 Cândido Jorge de Lima. Estatístico aposentado, Adamantina
 Carlos José Ribeiro do Val. Ex-secretário executivo da Amnap
 Carolina S. Guizelini Galdino da Silva. Advogada e jornalista em Adamantina
 Clélia Maria Corveloni Pardinho. Professora em Flórida Paulista
 Diniz Parussolo Martins. Professor aposentado e ex-vereador em Adamantina
 Diógenes Gonçalves de Carvalho. Professor em Dracena
 Edson Martins Paulo. Chefe da APTA Adamantina
 Eduardo Simões. Chefe do EDR Tupã
 Edvaldo Batista. Advogado em Junqueirópolis
 Elaine Fortes. Advogada em Tupi Paulista
 Elzio Stelato Jr. Prefeito de Dracena
 Faraday Geraldo Zanandréia. Mecânico em Adamantina
 Gerson Veronesi Ferracini. Prefeito de Flórida Paulista
 Gildomar Pax Pedroso. Ex-prefeito de Adamantina
 Gustavo Junqueira. Ex-secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis
 Hélio Aparecido Mendes Furini. Ex-prefeito de Junqueirópolis
 Ildebrando Costa Bibanco. Advogado e diretor do presídio de Tupi Paulista
 Inajara Simini Gutierrez. Advogada em Tupi Paulista
 Ivo Santos. Ex-prefeito de Adamantina
 Jefferson Ferrari. Cozinheiro em Tupi Paulista
 Jorge Abdo Sader. Ex-prefeito de Lucélia
 Josefina Almicci Castanha. Dona de casa em Tupi Paulista
 José Cláudio Grando. Ex-prefeito de Dracena
 José Costa. Professor e jornalista em Irapuru
 José Ghessy. Agricultor em Tupi Paulista
 José Maria Haddad. Empresário em Adamantina
 José Mário Toffoli. Jornalista e radialista em Adamantina
 José Narciso. Empresário e jornalista em Dracena
 Luiz Alberto Peloso. Chefe do EDR Dracena
 Luiz Carlos Galvão Jr. Assessor parlamentar em Adamantina
 Luiz Vivaldo Shimit. Advogado, professor e vereador em Dracena
 Manoel Gaspar. Ex-prefeito de Tupã
 Maria Helena Ferreira. Professora e secretária municipal de Cultura em Tupi Paulista
 Maria de Lurdes Santos. Doméstica em Osvaldo Cruz
 Maria Pereira. Doméstica em Pacaembu
 Marcos Almeida. Comerciante em Osvaldo Cruz.
 Mário Antonio Sossoloti. Gerente do ERPLAN de Presidente Prudente
 Mauro Bragato. Deputado estadual
 Mirtes Nascimento. Empregada doméstica em Dracena
 Narcisa Junqueira Amatruda. Dona de casa em Junqueirópolis
 Nadir Fousa. Diretor de escola aposentado em Panorama
 Neide Oliveira. Ex-moradora de Pacaembu
 Nilton Mazzini. Agricultor em Adamantina
 Orlando de Souza. Guarda-livro aposentado e um dos fundadores de Pacaembu
 Osvaldo Castagna. Agricultor em Tupi Paulista

Oswaldo Dias. Agricultor, presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis e diretor municipal de Agricultura em Junqueirópolis
 Policarpo S. Freire. Prefeito de Nova Guataporanga
 Reinaldo de Souza Algu. Deputado estadual
 Reinaldo Piccinini. Empresário e secretário municipal de Administração em Junqueirópolis
 Roberto Schuray Benjamin. Professor aposentado em Osvaldo Cruz
 Roldão Simioni. Advogado e professor universitário em Adamantina. Atual diretor geral das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
 Sandra Carrafa. Diretora de escola em Ouro Verde
 Saulo Ramos. Ex-morador de Bastos
 Sérgio Gabriel Seixas. Ex-prefeito de Adamantina e ex-presidente do Cepam
 Silvano Marcos Crepaldi. Vereador e agente penitenciário em Flórida Paulista
 Takashi Yokoyama. Chefe da Casa da Agricultura de Adamantina
 Urter Massarotti Jr. Jornalista em Flórida Paulista
 Walter Luiz Martins. Ex-prefeito de Osvaldo Cruz
 Wilson Pigozzi. Prefeito de Osvaldo Cruz
 Wladimir Romão Guillermo. Prefeito de Inúbia Paulista
 Zeni Benetti. Professora aposentada em Dracena

Empresas, associações e órgãos regionais visitados e ou entrevistados

ADARD – Associação de Defesa do Meio Ambiente da Região de Dracena
 APROMAN – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Adamantina
 APTA – Agência Paulista de Tecnologia para o Agronegócio – Pólo de Adamantina
 Associações comerciais de várias cidades
 Câmaras Municipais
 Casas da Agricultura de Adamantina, Osvaldo Cruz, e Nova Guataporanga
 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural de Adamantina, Junqueirópolis, Nova Guataporanga, e Pacaembu
 CESD – Dracena
 Delegacia dos Direitos da Mulher
 Diretoria de Ensino de Adamantina
 Destilarias de álcool de Lucélia, Adamantina, Junqueirópolis e Dracena
 Delegacia Seccional de Polícia
 EDR- Dracena e Tupã
 ERPLAN – Presidente Prudente e Marília
 FAI – Adamantina
 IBGE – Agência Adamantina
 Instituto Superior de Ensino de Junqueirópolis
 Polícia Ambiental de Adamantina, Dracena e Tupã
 Prefeituras Municipais (visitas, consultas aos sites da prefeitura e de órgãos estaduais e federais)
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adamantina, Dracena e Tupã
 Sindicato Patronal de Adamantina, Dracena e Tupã
 UDOP – Araçatuba

Acervos de jornal consultados

A voz de Irapuru. Irapuru
 Diário do Oeste. Adamantina
 Folha Regional. Flórida Paulista
 Jornal de Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz
 O Adamantinense. Adamantina

Sites:

Jornais locais
 Prefeituras municipais
 Câmaras municipais

Outras fontes documentais:

Arquivos da Câmara Municipal de Adamantina, Dracena, Nova Guataporanga e Panorama

Arquivo Histórico de Adamantina

Atas da AMNAP

Livros de registro de representações populares do Ministério Público de Adamantina e Dracena

Referências bibliográficas:

ABREU, Dióris S. **Poder político local no populismo: Presidente Prudente (SP) – 1928 – 1959**. Tese de livre-docência. Presidente Prudente: UNESP, 1982, 310 p.

ALGARVE, Viviane R. **Geadas no Brasil**. Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2005. Texto mimeo.

ALVES, Cláudio B. Uma proposta para a região da Nova Alta Paulista. **Revista Ominia** v. 2, 1999, p. 12-15.

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento endógeno em um ambiente federalista. **Revista Planejamento e políticas públicas** n° 14, dez/1996, p. 35-70.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Ipespe/Hucitec, 1995.

_____. **Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

_____. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

ANSELMINI, Renato. Unica prevê aumento de 11,32% na moagem. **Jornal Cana**. Ribeirão Preto/SP, maio/2006, ano 13, p. 26-28.

APPENDINI, K. e NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de la CEPAL** n° 76, abril 2002.

ARAÚJO, Emannel (Curador geral) **O café**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2000.

ARAÚJO, Laís da C. M. Nabuco. **Parceria para o desenvolvimento regional – região do grande ABC pratica, com bons resultados, a articulação entre municípios e Estado**. Texto mimeo, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Banco do Nordeste v. 30, n° 2, abr/jun 1999, p. 1-30.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ARAÚJO JR, Aloysio M. de. A reorganização espaço-industrial no Estado de São Paulo: Análise a partir da indústria de bens de capital. **Revista Estudos geográficos**. Rio Claro, 1(1), 1-17, junho/2003. ISSN 1668-698X. www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm.

ARBIX, G. e ZILBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. *In* **Razões e ficções do desenvolvimento**. ARBIX, Glauco et alli (Orgs.) São Paulo: Edunesp/Edusp, 2001.

ATLAS GEOGRÁFICO FAE. Rio de Janeiro: FIBGE, 1986.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES, 50 anos de desenvolvimento**. Brasília, 2002. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimeto/livro50anos/Livro_Apresentação.pdf> Acesso em 28 de dezembro de 2005.

BANDEIRA, Pedro. Discussão, **articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão n° 630. Brasília: IPEA, 1999.

BATISTA, Paulo N. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consulta popular, cartilha n° 7, out/2005.

BAZZANELLA W. e COSTA PINTO, L. A (Orgs.) **Teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BECKER, Berta. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul-set/1991.

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista brasileira de Geografia**. Ano 50, v.2, IBGE, Rio de Janeiro, 1988.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. In: BRESSER-PEREIRA, L. C., N.C.G. (Orgs.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BENJAMIN, Roberto Schuray. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz: gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação**. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. 10ª ed. Trad. M.Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BOCK, Ana M. et alii. **Psicologias – uma introdução ao estudo da Psicologia**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** nº 13/junho de 1996, p. 111-143.

_____. Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL** nº 86, agosto/2005, p. 47-62.

BOTTOMORE, T. B. Mudança, desenvolvimento e progresso. Cap. 17, p. 259 – 273. *In* **Introdução à sociologia**. 9ª ed. Trad. de V. Dutra e P. Burglin. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 26/00 e Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado federal, secretaria de edições técnicas, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Comissão Interministerial para preparação da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O desafio do desenvolvimento sustentável**. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)**. Versão preliminar. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PPA 2004-2007**. Disponível em www.planejamento.gov.br. Acesso em 20/11/2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. **PNOT – Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Proposta de discussão 2006. Disponível em www.integracao.gov.br. Acesso em 10/12/2007

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **O desafio do planejamento governamental**. Brasília: MP, 2002, 86p.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei nº 9.394/96.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Pacto para a gestão territorial integrada**. Brasília: MP, 2004. Disponível em www.planejamento.gov.br/pactos.htm. Acesso em 20/6/2006.

_____. Portal do Governo Brasileiro. Relatório de 36 meses de governo. Brasília, 2005. disponível em http://www.brasil.gov.br/noticias/publicacoes/publicac_teste/balanco_3anos.pdf Acesso em 28 de junho de 2006.

BRAZILIAN YEARSBOOK, 1909. **Exportações de café em 1880**.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. de A Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- CAFÉ. **Revista Agriannual**. São Paulo: Argos Comunicação. Café. 1997, p. 149-163. 1998, p. 149-168.
- BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Comentários sobre o Programa Avança Brasil. 2003. disponível em http://bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id-1381 Acesso em 22 de outubro de 2005.
- BRUNET, ROBERT e THÉRY. Les mots de la géographie. Reclus – La documentation française, 1992.
- BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Recife: Instituto Interamericano de Copoperación para la Agricultura (IICA), 1999.
- CAMARGO, Marcelo B. P. et al. Geadas severas na cafeicultura paulista. In **Probabilidades de ocorrência de temperaturas mínimas absolutas mensais e anual no Estado de São Paulo**. Bragantia, Campinas, v. 52, nº 2, p. 161-168, 1993.
- CAMARGO, M.B.P. de et al. **Geadas severas na região cafeeira de Campinas/SP**. 2005. Disponível em www.sbagro.org.br/bagro/pdfs/artigo369.pdf. Acesso em 21/2/2007.
- _____. **Geadas severas na cafeicultura paulista**. Artigos e projetos. Seções – O cafezal. Geadas no Brasil, CPTEC, INPE, 2005.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970**. São Paulo: Global; Campinas: Unicamp, 1985 (Série Teses: 15)
- _____. **Questão regional e política econômica nacional**. In: **Painel Distribuição de renda e redução das disparidades regionais**. 2005. Anais eletrônicos. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2005/governanca_2005/painel_distribuiacao_renda.pdf>
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK e JQ**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 19978.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp e IE Unicamp, 2002.
- CASTAGNA, Antonio A. **O impacto do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nas pequenas propriedades rurais. O caso do sítio Boa Vista – Tupi Paulista/SP**. Monografia. Dracena: Centro de Ensino Superior de Dracena, 2004.
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V. 1. 6ª ed. Trad. R. V. Majer. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.
- CASTRO, Iná Elias de el all. **Geografia, conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CEDEPLAR. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**. Relatório final, 2004, 78p.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- CHIBA, Armando S. et all. **Viabilidade da viticultura nas pequenas propriedades de Tupi Paulista**. Monografia de fim de curso. Dracena: CESD, 2001.
- COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE S. PAULO. **Exploração do rio do Peixe**. 2ª ed. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1913.
- CONCEIÇÃO, C.H. et all. Bragantia, Campinas, v. 64, nº 4, p. 625-631, 2005. Disponível em www.scielo.br/pdf/brag/v64n4/al12v64n4.pdf . Acesso em 20/11/2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In **Trajatória geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 183-196.
- _____. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

- CHRISTOFOLETTI, Antonio et all. Relacionamento entre o equivalente vetorial e o comprimento em bacias hidrográficas da região centro meridional paulista. **Boletim Geográfico** n° 249. Rio de Janeiro: IBGE, abril/junho de 1976, p. 80-9.
- COSTA, Frederico L. e CUNHA, A. P. Guimarães. **Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos**. VII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002.
- CULTURA DO CAFÉ. **Boletim Técnico**. Campinas: Instituto Agrônômico de Campinas, n° 193, 1996.
- DALL'ÁQUA, Clarisse T. Borges. **Competitividade e participação**. Cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos global e local. São Paulo: Annablume, 2003.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo – 1880 - 1945**. 4ª ed. Trad. de Octavio M. Cajado. São Paulo: Difel, 1991.
- DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. *In Razões e reflexões do desenvolvimento*. ARBIX, Glauco et all (Org.). São Paulo: Edunesp/Edusp, 2001.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Seade. **O PIB dos municípios paulistas em 2004**. Disponível em www.seade.sp.org.br Acesso em 16/2/2007.
- FAIRBANKS, M. e LINDSAY, Stace. **Arando o mar. Fortalecendo as fontes ocultas do crescimento em países em desenvolvimento**. 2ª ed. Trad. M. Motta. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** n° 5, 2005. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera
- _____. Espaços agrários e inclusão social: nova configuração do campo brasileiro. **Revista Currículo sem fronteiras**, v. 3, n° 1, p. 11-27, jan/jun 2003.
- _____. **MST – Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Reforma agrária e modernização no campo. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB n° 11-12, p. 153-175, 1996.
- FINOT, Ivan. Descentralización, transferências territoriales y desarrollo local. **Revista de la CEPAL** n° 86, agosto/2005, p. 29-46.
- FOUCOULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FRANCISCO, Vera L. F. dos Santos. **Café: levantamento por amostragem em SP, 1999-2004**. Disponível em www.iea.sp.gov.br. Acesso em 24/11/2006.
- FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- FRESCA, Tânia M. **A dinâmica funcional urbana no Oeste paulista**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1993.
- FURTADO, Celso **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. R. de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- _____. Reflexões sobre a crise brasileira. *In Razões e reflexões do desenvolvimento*. ARBIX, Glauco et all (Org.). São Paulo: Edunesp/Edusp, 2001.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.
- GARAFOLI, G. Desarrollo económico, organización de la producción. *In VASQUEZ-BARQUERO, A y GARAFOLI, G. (Comps.) Desarrollo económico local en Europa*. Madrid: Colegio de Economistas de Madrid, 1995.
- GIL, Izabel C. Infância e desenvolvimento local: legislação e gestão social**. **Revista Omnia** n° 7, 2004, p. 26-39.
- GIL, Izabel C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista Nera** ano 7, n° 4, jan/jul 2004. Disponível em www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_4/01_izabel.pdf

- _____. **Conta outra, vovô**. Adamantina: Gráfica Oeste, 1995.
- GIL, Izabel C. e MORANDI, Sonia. **Tecnologia e ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Copidart, 2003.
- GÓES, Eda M. Transição política e cotidiano penitenciário. **História, São Paulo**, 23(1-2): 2004, p. 219 - 238.
- GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania pelos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In Geografia, conceitos e temas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.
- GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *In Fundamentos para o ensino de geografia*. São Paulo: SEE-CENP, 1989, p. 45 – 69.
- GONÇALVES, José S. (et all). Conhecimento para o desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios: 1957 – 2003. Instituto de Economia Agrícola – Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Informações econômicas**. SP, v. 34, nº 7, jul. 2004, p. 57 – 90.
- GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (Org.) **Competitividade e desenvolvimento. Atores e instituições locais**. São Paulo: Senac, 2001.
- HADDAD, P. R. (s/f) **Relatório sobre o desenvolvimento humano do Mercosul**. Belo Horizonte, Brasil.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.
- _____. **As relações de produção na agricultura**. Seleção de textos. AGB, São Paulo, nº 2, jun. 1977, p. 1-29)
- IBGE. Censos demográficos**. Disponível em www.ibge.gov.br. Dados coletados em 2/5/2005.
- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: FIBGE, v. 1, 1992.
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. **Actores sociales y desarrollo sostenible. Sinopses**, agosto de 2003. p. 26-40.
- INDEPENDÊNCIA – REGIÃO ADMINISTRATIVA DA NOVA ALTA PAULISTA. Documento preliminar entregue ao governo do Estado de São Paulo. N. Alta Paulista: 1998.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. IGC. **Quadro do desmembramento territorial - administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.
- _____. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.
- _____. **Expressão regional -Adamantina**. São Paulo: IGC, 1991.
- _____. **São Paulo em temas**. São Paulo: IGC, 1990.
- JAHNEL, Teresa Cabral. As leis de terras no Brasil. **Boletim paulista de Geografia** nº 65, 2º sem/1987, p. 105-114.
- LEFF, Nathaniel H. **Política econômica e desenvolvimento no Brasil (1947 – 1964)**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Tese de livre-docência. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1981.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. *In Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Spósito, E. S. (Org.) Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 1999, p. 115 – 137.

- LIMA, Eunice Ladeia Guimarães. O Instituto Isolado de Ensino Superior – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (1959-1976): uma instituição além das fronteiras. Marília: UNESP, 2005. Tese de doutorado, 460p.
- LOPES, Luiz Carlos e COSTA, José. A Nova Alta Paulista e o corredor da forma. **O Estado de São Paulo**, 26/2/1989.
- MARICOCCHI, Luiz et all. Produção de café nos países concorrentes do Brasil e tendências do consumo mundial. **Revista Informações Econômicas** – IEA. São Paulo, v. 27, nº 5, p. 7-24, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, Nelson B. et all. Plano de revitalização da cafeicultura: uma análise dos programas estaduais. **Revista Informações Econômicas** – IEA. São Paulo, v. 25, nº 4, p. 25-42, abril/1995.
- MARTINS, Nelson B. et all. Custos e rentabilidade de diferentes sistemas de produção de café. **Revista Informações Econômicas** – IEA. São Paulo, v. 25, nº 8, p. 35-47, agosto/1995.
- MATOS, Odilon N. de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- MATIELLO, J. Braz. **O café, do cultivo ao consumo**. (Coleção do Agricultor). São Paulo: Globo, 1991.
- MEADOWS, Donella H. (ed all) **Limites do crescimento**. Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. Trad. de Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MELLO, Jayro G. **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: FCT/UNESP-GAsPERR, 1996.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café**. São Paulo: Bipa, 1946.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. De Ary França e R. de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1952 – 1984.
- MONTES, Arlindo V. **Tupã – depoimentos de uma cidade**. Tupã: Multi-Gráfica, 2004.
- MOURÃO, Paulo Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília**. Tese de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1994.
- MUNDINI, M. Augusta Vargas. **Desenvolvimento regional em questão: o baixo São Francisco revisitado**. São Cristóvão/SE: UFS, NPGeo, 1999.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil – clientelismo e insulamento burocrático**. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 1997.
- OLIVEIRA, Adriano R. de. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP**. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, nº 2, p. 37-48, maio/agosto 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Estado, ideologia e poder. **In Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Spósito, E. S. (Org.) Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 1999, p. 75 – 98.

- PANZUTTI, Nilce da Penha. **Sociedades em rede e agricultura**. Portal do Governo do Estado de São Paulo. CCTC-IEA HP-129/2005.
- PASCOALOTO, Fabiana. **A aplicação da Lei Complementar 101/2000 na Prefeitura de Junqueirópolis. Antecedentes e conseqüências de uma legislação restritiva**. Monografia. Presidente Prudente: UNESP, 2003.
- PAULA, Ana Paula P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE – Revista Brasileira de Administração**, v. 45, jan/mar 2005, p. 36-49.
- PERLI, Fernando. A colonização do extremo Oeste paulista: incursões sertanejas e gênese da municipalidade (1872-1938). **Revista Ominia** v. V, 2002, p. 82-105.
- PERROUX, Francois (et al). **Planificação e os pólos de desenvolvimento**. Cadernos de Teoria e conhecimento nº 6. Portugal: Rês, sd.
- _____. O conceito de pólos de desenvolvimento. In SCHWAETZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- PETRONE, M. Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PORFÍRIO, Fernando. Justiça proíbe queimadas de cana-de-açúcar. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em <http://conjur.estadao.com.br>. Acesso em 23/03/07.
- PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- _____. **Estratégia competitiva**. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 16ª ed. Trad. E. M. de P. Braga. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- POTSCH, Carlos. **Mineralogia e geologia**. 5ª ed. São Paulo: Nobel, 1968.
- PRADO Jr, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- RAFFESTIN, Claude. O território e o poder, p. 143 – 220. In **Por uma geografia do poder**. Trad. de M. Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RENAI (2004/2). **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento**. Projetos de Investimentos: 2º semestre 2004. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC/SDP.
- REVISTA COFFE BUSINESS**. Anuário estatístico do café. Rio de Janeiro, a2, 1996, 59 p.
- REVISTA AGROANALYSIS**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia, dez. 1997, 50 p.
- RIO DE JANEIRO: **FIBGE**. Censos demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.
- RODRIGUES, M. Aparecida Parra. **Impactos climáticos no cultivo do café na Nova Alta Paulista**. Dissertação de mestrado. Rio Claro: Unesp, 1989.
- ROLIM, Cássio. É possível a existência de sistemas regionais de inovação em países subdesenvolvidos? **Revista de Economia**. Curitiba, 28/29 (26-27), p. 275-300, 2002/2003. Editora UFFR.
- ROSTOW. W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond/Sebrae, 2004.
- SALLUN JR. Brasília. **Capitalismo e agricultura – Oeste paulista, 1888/1930**. São Paulo: Duas cidades, 1982.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.C. et al. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999.

- SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. São Paulo e Rio de Janeiro, 2003.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. São Paulo: Record, 2003.
- SANTOS M. e SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M., Souza, M. A, e SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.
- SÃO PAULO, Estado. Governo do Estado de São Paulo. **Plano Plurianual 2004-2007 – Desenvolvimento, Educação, Solidariedade**. Lei nº 11.605, de 24/12/2003.
- SÃO PAULO, Estado. **Perfil Municipal**. Disponível em www.seade.sp.gov.br. Acesso em 19/1/2007.
- SÃO Paulo. Secretaria Estadual de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. 1995.
- SÃO Paulo. Secretaria Estadual de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. 1995.
- SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão. Seade. Diagnóstico regional. 1991.
- SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Economia e Planejamento. **Desenvolvimento humano no Estado de São Paulo - 1970 a 1996**. Julho de 1999.
- _____. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. **Diagnóstico: 10ª região administrativa, Presidente Prudente**. São Paulo: SEPLAN, 1971.
- _____. Secretaria da Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. **Diagnóstico: 11ª região administrativa, Marília**. São Paulo: SEPLAN, 1971.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Aspectos ambientais urbanos dos municípios do Estado de São Paulo: relatório de pesquisa**. São Paulo: SMA/CPLA, 1998.
- SÃO PAULO. **Deliberação CEE nº 22/97**. Fixa normas para integração das instituições de educação infantil ao respectivo sistema de ensino. Aprovada pelo CEF em 17/12/1997.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de M. França. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- SILVA, Carolina S. Guizelin Galdino da. **Crianças e adolescentes, sujeitos de quê? Um estudo sobre políticas públicas e controle social no município de Adamantina, Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado. Assis: UNESP, 2003. 235 p.
- SILVA, Eloísa E. e SILVA, Valquíria da. A pequena produção leiteira no Estado de São Paulo: considerações sobre a organização e gestão dos negócios. **Informações econômicas**. SP, v. 31, nº 12, dez/2001.
- SILVA, Raul de Andrada. A evolução econômica. Cap. III. In AZEVEDO, Aroldo (Org.) **Brasil, a terra e o homem**, v. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1970, p. 398-417)
- SILVA, Rubens Galdino da. **Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do Estado de São Paulo: Município de Adamantina – 1937 a 1955**. Tese de mestrado. Assis: UNESP, 1999.
- _____. **Nas curvas do espigão Peixe-Aguapeí: Do sino da capela ao relógio da matriz 1930-1970**. Tese de doutorado. Assis: Unesp, 1996.

- SGUISSARDI, V. E SILVA JR, J. dos Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil. Reforma do Estado e mudanças na produção.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise.** São Paulo: Paz e Terra.1982.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Trad. de E. de A Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUSA, Emerson. Gestão pública municipal. **RBA - Revista Brasileira de Administração,** ano XV, nº 48, mar/2005, p. 28-37.
- SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas – papel do orçamento participativo. *In: Revista São Paulo em Perspectiva,* v. 15, nº 4. São Paulo out-dez/2001. Acesso em 5 de junho de 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S11288392001000400010&Ing=em&nrm=iso
- SOUZA, M. J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In Geografia conceitos e temas.* Iná E. de Castro (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77 – 116.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1993.
- SPOSITO, Eliseu S. (Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente: UNESP-Gasperr, 1999.
- _____. **Geografia e filosofia.** São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- SPOSITO, Eliseu S. e MELAZZO, Everaldo. Desenvolvimento econômico local. *In Conjuntura Prudente 2002.* Edição Especial, p. 153-5. Presidente Prudente: GASPERR, 2002.
- SPOSITO, M. Encarnação B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: FCT/UNESP – PPG-GASPERR, 2001.
- _____. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo. *In Caderno Prudentino de Geografia.* Nº 26, 2004, p. 169-180.
- TARIFA, J. R. Et al. A gênese dos episódios meteorológicos de julho de 1975 e a variação espacial dos danos causados pelas geadas à cafeicultura no Estado de São Paulo. **Revista Ciência e Cultura** nº 29 (12), 1363-1374, dez/1977.
- TELES, A Xavier. **Psicologia moderna.** 34ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- THÉRY, Hervé e MELLO, Neli Ap. **Atlas do Brasil: desigualdades e dinâmicas do território.** São Paulo: Edusp, 2005.
- TOFOLI, Therezinha E. **Educação feminina em Adamantina-SP: o “Instituto de Educação Madre Clélia” de 1951 a 1978.** Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: UNESP, 2003.
- TORQUATO, Sérgio A e PEREZ, L. Henrique. **Exportação de álcool: perspectiva de crescimento em 2006?** Disponível em www.iea.sp.gov.br. Acesso em 23/11/2005.
- União Européia. Uma política para apoiar o crescimento e o emprego: orientações estratégicas comunitárias, 2007-20013.** Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/160015.htm>. Acesso em 16/11/2006.
- VÁSQUEZ-BARQUERO, A Desarrollo, poder y innovación. Madrid: ediciones Pirâmide, 1999.
- VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2003.
- VICENTE, M. Carlota M. (et all). Ocupação e emprego na agricultura paulista: análise dos resultados de diferentes fontes de levantamento, 1995 – 96. **Informações econômicas, SP,** v. 29, nº5, maio 1999, p. 8 a 15.
- VICTOR, M.A.M. (e) KRONKA, F.J.N. e NEGREIROS, G.C. 1972 - **Evolução, estágio atual e perspectivas das florestas exóticas em São Paulo.** Instituto Florestal. Boletim

Técnico IF nº 1. S. Paulo. Acesso em 10/12/06. Disponível em www.iea.usp.br/iea/revista/coletaneas/mudglobais/

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco, 2001.** Disponível em www.nead.gov.br/artigodomes/ Acesso em 20/12/2006.

WANDERLEY, M. Sérgio. Leite fortalece pequenas áreas. **Revista Balde Branco** nº 486, ano XL, abril 2005, p. 34-38.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZACKSESKI, N. F. e RODRIGUES, M.L.O.F. **Uma aproximação à atual política regional do Brasil.** Brasília: IPEA, 1990, 32 p. (Texto para discussão nº 694)

ANEXO I

Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP - Síntese¹¹⁵ das matérias coletadas nos jornais locais e nas atas disponíveis entre 1977 e 2007

Ano de 1977

23/7/1977 – **Criada a AMNAP – Valdemar de Oliveira Lima é o 1º vice-presidente** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano XXI, nº 1.520, p. 1)

Com a presença de representantes dos principais municípios da região – em número de 16 – foi realizada na última quarta-feira, em Dracena, no recinto da Câmara Municipal, o encontro regional com o fim especial de promover a criação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP.

Durante os trabalhos usaram da palavra vários oradores, entre eles o prefeito Valdemar de Oliveira Lima, que se congratulou com a iniciativa, ressaltando a necessidade de união regional, lamentando que somente agora surgiu um trabalho de liderança para a concretização de um velho sonho.

No encontro que durou até por volta de meia noite, prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras e vereadores dos 16 municípios presentes, elegeram a primeira diretoria da Associação. Num reconhecimento ao trabalho de liderança desenvolvido pelo prefeito de Dracena – o grande idealizador da fundação da AMNAP, os líderes regionais elegeram o sr. Paulo Tahara para o cargo de presidente.

Eis como ficou constituída a primeira diretoria da AMNAP: presidente: Paulo Tahara (Dracena); vice-presidente: Jorge Sader (Lucélia); 1º vice-presidente: VALDEMAR DE OLIVEIRA LIMA (Osvaldo Cruz); 2º vice-presidente: Ademar Ruyz de Lima (Flórida Paulista); 3º vice-presidente: Francisco Luga Neto (Irapuru); secretários: Gildomar Pax Pedroso (Adamantina); 2º secretário: Sérgio Benetti (Tupi Paulista); 2º secretário: Nadir Pousa (Panorama); tesoureiros: Sérgio Benetti (Tupi Paulista), 2º tesoureiro: Koitiro Sato (Pacaembu) e coordenador: Jair Luiz da Silva (Junqueirópolis).

A importância da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista foi recebida de tal forma que muitos presentes entenderam ser este o primeiro e importante passo que a Nova Alta Paulista, antes tão esquecida e esfacelada, possa pensar, agora, em termos de representante junto à Assembléia Legislativa.

A posse da primeira diretoria eleita, será dia 30 vindouro, quando estará em Dracena o Secretário de Obras e Meio Ambiente, Francisco H. F. de Barros, que virá àquela cidade para despachar com prefeitos da região.

31/7/1977 – **Paulo Tahara, 1º Presidente da AMNAP, Jorge Sader, 1º vice-presidente** (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 603, p. 1)

O prefeito de Dracena, Paulo Tahara, foi eleito presidente da AMNAP – Associação dos Municípios da Alta Paulista – em reunião efetivada dia 20pp., nas dependências da Câmara municipal. A AMNAP surgiu por inspiração dos draceneses, que desejam a união de forças das cidades da Nova Alta Paulista, completamente abandonadas e esquecidas pelos governos da União e do Estado. A única maneira de se fazer presente e forte surgiu agora. Após aprovado o Regimento Interno, processou-se à formação da primeira diretoria, que está assim constituída: Presidente, Paulo Tahara (Dracena), 1º Vice-presidente, Jorge Abdo Sader (Lucélia), 2º Vice-presidente, Francisco Luga Neto (Irapuru). Como secretários funcionarão Gildomar Pax Pedroso (Adamantina) e Nadir Fousa (Panorama). A tesouraria está entregue a Sérgio Benetti (Tupi Paulista) e Kouitiro Sato (Pacaembu). O coordenador será Jair José da Silva, prefeito de Junqueirópolis.

A reunião para a formação da AMNAP foi muito movimentada e a união de forças foi muito comentada, já que só assim é que se alcançará dados proveitosos. Dilermando Primo do Amaral, vereador de Tupi Paulista alertou seus pares para a importância da associação e afirmou que deseja trabalho e não acomodação dos eleitos. Gildomar Pax Pedroso, de Adamantina, afirmou que é chegada a hora das forças políticas da Nova Alta Paulista

¹¹⁵ A transcrição dessa síntese tem o objetivo de contribuir com aqueles que desejam conhecer mais profundamente a trajetória da entidade. Como até a data de conclusão dessa pesquisa não se localizaram os livros-ata anteriores aos últimos anos, essa é uma contribuição aos estudos regionais, valendo-se, especialmente, dos arquivos dos jornais locais. As matérias publicadas no ano de 1977 foram transcritas na íntegra, respeitando-se, inclusive, a grafia original do texto, considerando o fato de este ser o ano de criação da entidade. As fontes foram o Jornal O Adamantinense e o Jornal de Osvaldo Cruz.

se unirem. Tahara, também o primeiro presidente, também abordou o abandono desta região e a necessidade de que todos lutem juntos. (Tribuna do Povo – Dracena)

11/9/1977 – **Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – 1ª assembléia** (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 609, p. 1)

Ontem pela manhã, na Câmara Municipal, houve a primeira Assembléia da Associação para cuidar de assuntos inerentes a todas as prefeituras. Um dos primeiros assuntos levantados pelo prefeito de Parapuã Guido Belone foi referente à devolução do ICM retido pela Secretaria da Fazenda, independente de uma ação judicial. Isso deverá ser feito até o fim do ano pois as prefeituras estão sofrendo com a falta de dinheiro para dar continuidade às suas obras. A sugestão do Prefeito Waldemar de Osv. Cruz era solicitar ao Governador que fizesse uma visita aos municípios da Nova Alta Paulista ou pelo menos nas comarcas. Esse pedido deverá ser feito no próximo dia 16 quando Paulo Egidio estará em Dracena e em Monte Castelo.

O prefeito de Osv. Cruz sugeriu ainda que apelasse ao ministro da Agricultura quanto ao financiamento e preços dos produtos agrícolas pois se não tomarem uma decisão de melhoria, ninguém mais vai plantar.

Jorge Sader, prefeito de Lucélia, ventitou que se fizesse uma moção em nome da Associação a fim de sensibilizar os líderes do Governo, para dar uma melhor assistência à região pois ela está esquecida pelas esferas administrativas do estado. Nesse mesmo apelo seria visto a possibilidade de se instalar uma Usina de Álcool Carburante na região, enriquecendo-a ao somar-se com a de Junqueirópolis que segundo o prefeito Jair já teve seu projeto aprovado. Na oportunidade o prefeito Jorge convidou todos para um seminário que será realizado em Lucélia, através da Fundação Faria Lima. Será no dia 8 de outubro e será destinado a prefeitos, vices, vereadores e funcionários municipais.

Na reunião, deu-se muita ênfase ao problema do café e do álcool. Inclusive irão oficial o Ministro das Minas e Energia e da Indústria e Comércio para saber qual é a política a respeito do assunto e por que nossa região não é chamada a participar.

O problema da Taxa de Conservação de Estradas foi amplamente discutido e segundo Gildomar a cobrança é legal, sendo aprovado por todos os prefeitos uma unificação que oscilará em todos os municípios em torno de 30 cruzeiros por alqueire.

A reunião foi plenamente frutífera, deixando-se claro a intenção de todos os prefeitos em fortalecer a entidade, dando-se ampla divulgação pela imprensa escrita e falada, para que as reivindicações cheguem até o governador, com força total de uma grande região do estado.

A próxima reunião da Associação será em Osv. Cruz, no dia 1º de outubro.

2/10/1977 – **Segunda Assembléia da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 612, p. 1)

Realizou-se ontem, na cidade de Osv. Cruz, a 2ª Assembléia Ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, com a presença dos prefeitos da região, vereadores e vice-prefeitos. O objetivo foi fazer reivindicações e patentear a posição desses municípios que constituem uma grandeza do Estado.

O presidente da AMNAP, Paulo Tahara conclamou todos os prefeitos a se firmarem no propósito da vinda do governador, pois a região está abandonada pelas esferas administrativas do Estado.

Um dos problemas tratados na reunião foi a erosão que aflige os municípios de Dracena, Tupi Paulista, Sta. Mercedes e Panorama e o auxílio será reivindicado pela Associação.

As vias de acesso mereceram a atenção especial da AMNAP, pois dos 23 municípios, 9 estão carentes.

A antiga aspiração da Nova Alta Paulista que é a Ponte sobre o rio Paraná ligando os Estados S.P. e Mato Grosso vai ser novamente reivindicada. O assunto que mereceu maior destaque foi a Fepasa. Uma série de críticas foram feitas. O prefeito de Osv. Cruz Waldemar de Oliveira Lima fez severas acusações ao Presidente da Fepasa que abandonou a Ferrovia. “O objetivo das Secretarias é visar o lucro sem a intenção de servir o povo”, afirmou o prefeito. De Dracena partiram as críticas de um trem que sai de S.P. às 17h05min e agora só vai até Marília, deixando a população da Nova Alta Paulista a ver navios.

8/10/1977 – **Na reunião da AMNAP as maiores críticas foram contra a FEPASA** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano XXI, nº 1531, p. 1)

Realizou-se no último sábado, em nossa cidade, a 2ª Assembléia Ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, com a presença dos prefeitos da região, vereadores e vice-prefeitos. O objetivo foi fazer reivindicações e patentear a posição desses municípios que constituem uma grandeza do Estado. O presidente da AMNAP, Paulo Tahara, conclamou todos os prefeitos a se firmarem no propósito da vinda do governador, pois a região está abandonada pelas esferas administrativas do Estado.

Um dos problemas tratados na reunião foi a erosão que aflige os municípios de Dracena, Tupi Pta, Sta Mercedes e Panorama e o auxílio seria reivindicado pela Associação.

As vias de acesso mereceram a atenção especial da AMNAP, pois dos 23 municípios, 9 estão carentes.

A antiga aspiração da Nova Alta Paulista que é a Ponte sobre o rio Paraná ligando os Estados de SP e Mato Grosso vai ser novamente reivindicada. O assunto que mereceu maior destaque foi a Fepasa. Uma série de críticas foram feitas. O prefeito Waldemar de Oliveira Lima fez severas acusações ao Presidente da Fepasa que abandonou a ferrovia. “O objetivo das secretarias e visar o lucro sem a intenção de servir o povo”, afirmou o prefeito.

As condições dos vagões, a eletrificação dos trens, as velhas estações e casas dos funcionários prejudicando o aspecto urbano das cidades, foram atacados pelos vereadores Nelson de Carvalho e Sebastião de Almeida, de Adamantina.

Televisão também foi a preocupação geral. O prefeito de Adamantina solicitou a maior colaboração dos municípios para com a CATENAP. Será feito um apelo às autoridades competente para sanar esse problema que aflige toda a região.

Agora, coesos, os prefeitos vão entrar firmes na luta: requerimentos, moções, ofícios, para que a Nova Alta Paulista ganhe a atenção e a assistência a que tem direito.

A próxima Assembléia será dia 5 de novembro em Panorama.

6/11/1977 – **Em Panorama, reuniu-se a AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 617, p. 1)

A recém criada e ativa Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, reuniu-se ontem em Panorama.

Presença de quase totalidade dos prefeitos e muitos vereadores da Nova Alta Paulista.

O assunto principal da pauta dos debates foi o CATENAP (Clube dos Amigos da Televisão da Nova Alta Paulista) responsável pela torres retransmissora de Flórida Pta. e que retransmitia os sinais do Canal 4 TV Tupi, atualmente paralisada.

A sugestão mais viável é de substituição da atual aparelhagem com custo de manutenção muito elevado por outra transistorizada.

Ao momento em que encerrávamos esta edição ainda não tínhamos a decisão dos prefeitos interessados sobre o assunto e assim na próxima estaremos dando maiores detalhes sobre o assunto.

12/11/1977 – **Televisão foi o assunto mais discutido na reunião da AMNAP** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano XXI, nº 1.536, p. 1)

Sábado último pela manhã a cidade de Panorama recepcionou, com muita fidalguia diga-se de passagem, grande número de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e convidados para a realização da 3ª Assembléia da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP – que teve lugar nas magníficas dependências da Escola Estadual de 2º Grau daquela acolhedora cidade.

A mesa que dirigiu os trabalhos estava formada por Paulo Tahara, prefeito de Dracena e presidente da AMNAP, Gildomar Pax Pedroso, prefeito de Adamantina e 1º secretário, Rubens Sérgio Benetti, prefeito de Tupi Paulista, José Milanez, prefeito da cidade anfitriã, Panorama, Jair Luiz da Silva, prefeito de Junqueirópolis, dr. João José Andery, representando a Secretaria de Relações do Trabalho e o dr. Juan Antonio Formigaya Javega, técnico da SETASA, órgão da Secretaria do Interior.

Na ordem do dia foi discutida e aprovada a ata da 2ª assembléia realizada no dia 01/10/1977 em Osvaldo Cruz. Em seguida deu-se início a discussão do problema da televisão na Alta Paulista. Primeiramente usou da palavra o dr. Ademar Ruyz de Lima, presidente da CATENAP – Clube de Televisão da Nova Alta Paulista de Flórida Paulista – e a qual pertencem oito municípios e cuja finalidade é propiciar som e imagem do canal 4 para a região. Dissecou em rápidas palavras a situação, em que se encontra aquele órgão, sem a mínima condição de sobrevivência, dada principalmente a falta de interesse dos municípios consorciados e da própria rede Tupi de TV, que não tem demonstrado nenhuma intenção de melhorar a sua retransmissão para esta região. O prefeito Valdemar de Oliveira Lima, participando dos debates em torno do assunto, lamentou a situação em que se encontra a TV na região, citando o exemplo de Osvaldo Cruz, onde se fundou até Clube de TV, construiu-se torre, mas tudo foi em vão e apenas o canal 5 tem boa recepção em Osvaldo Cruz, enfatizando, por outro lado, que há necessidade de maior união e interesse por parte dos prefeitos da região na formação de um órgão vigoroso para tentar trazer outros canais de TV para a Alta Paulista.

Na oportunidade foi solicitada a manifestação do dr. Juan Antonio Formigaya, que, numa explicação muito clara e objetiva, disse que a implantação de novos canais de TV na região, através da SETASA, é um plano para longo prazo, de 8 a 10 anos. Sugeriu que se faça um movimento da Alta Paulista junto ao Consórcio de Araçatuba visando conseguir a imagem do Canal 4 através da torre daquela cidade.

Sobre o problema da FEPASA, que fechou o transporte bruto em Irapuru e outras cidades da região, foi formada uma comissão para averiguação e formular posterior sugestão. O problema sobre a construção da ponte na ligação Panorama-Presidente Epitácio foi abordado pelo prefeito José Milanez que convidou a todos a estarem presentes, no próximo dia 17, às 15h00, na Secretaria do Meio Ambiente, quando estará acontecendo o ato de assinatura do convênio. Encerrados os trabalhos, foi servida aos presentes uma lauta peixada, com aperitivos, tira gosto e xaximi.

11/12/1977 – **4ª reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XII, nº 622, p. 1)

Realizou-se no último dia 3, na cidade de Dracena, a 4ª reunião da entidade, com a presença do Secretário da Fazenda, Dr. Murillo Macedo e assessores das secretarias, Agricultura e Trabalho.

Um dos primeiros assuntos tratados na reunião foi a liberação do 1% do I.C.M. retido pelo Estado. Achou o Secretário que essa retenção é ilegal e já está eliminada, pois a adoção dessa medida é uma antiga reivindicação do interior. Quanto ao atrasado, que é um direito das prefeituras, não será pago agora, mas somente após ser feito um levantamento pela Secretaria.

Ainda sobre o I.C.M. o Secretário também achou que os 20% não é criterioso pois são distribuídos de acordo com o ministério da Fazenda, medida essa que dá uma grande vantagem aos municípios industrializados.

Os prefeitos também estavam preocupados com os financiamentos, juros elevados, e correção monetária. Quanto a isso, o Secretário disse na obter competência para resolver, porém sua solução seria o adiantamento da receita com juros a 2,2 ao mês, sem o aval dos prefeitos.

As dívidas que as prefeituras têm para com o INPS prejudicam os empréstimos que se pretende fazer, foi outro assunto ventilado.

A única solução dada pelo Secretário foi Pagar o INPS com empréstimos de sua Secretaria.

O ponto alto da reunião foi o pronunciamento político feito pelo Secretário Murillo Macedo, por solicitação do prefeito de Lucélia Jorge Sader.

“Sou essencialmente administrativo, lutando pelo interior do Estado. Quanto à sucessão governamental a indicação de um nome, cabe somente ao governador Paulo Egydio, que não tem candidato pessoal e indicará o que reunir mais condições. Jamais postulei o cargo de Diretor Executivo do Banespa e de Secretário da Fazenda e me encontro desempenhando essas funções. Governar o Estado é uma grande missão e se for chamado estarei pronto para desempenhá-la com amor e dedicação. No momento devo apenas aguardar a abertura do processo político proposto pelo pres. Geisel e seguido por Paulo Egydio. Não há dúvida de que ser governador de São Paulo é a maior honra que um paulista pode ter”.

Prévia eleitoral

Antes da reunião foi realizada uma prévia entre 83 pessoas (prefeitos, vereadores, e outros), sendo esse o resultado:

Para governador de São Paulo

Murillo Macedo – 46 votos

Laudo Natel – 28

Olavo Setúbal – 6

Rafael Baldacci – 3

Reportagem de L.R.

25/12/1977 - **Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – “AMNAP”**

Fundada em 20-07-77

Sede: Av. José Bonifácio, 1437 – Paço Municipal – Fone: 1467 – 1347 – 1127 – CEP 17.900 – Dracena. SP

(Jornal O Adamantinense, ano XII, **Edição Especial**, p. 9)

O objetivo de nossa Associação é unir os municípios da Nova Alta Paulista, para que consigam despertar a atenção do Governo, no sentido de que sejam atendidas todas suas reivindicações.

Todos os prefeitos estão lutando por uma só causa; estão estudando os problemas de cada cidade, a fim de eliminar as necessidades prementes de cada um, para a grandeza da região.

Ao findar o ano de 1977, que é o primeiro na gestão municipal, queremos levar a todos os habitantes dessa próspera região, a nossa promessa de que essa união dos municípios tornar-se-á cada vez mais sólida para a grandeza desse recanto de São Paulo.

Ao ensejo das festas de fim de ano, enviamos a todos os lares nossa mensagem de fé, paz e amor e que 1978 seja repleto de realizações.

Nova Alta Paulista, 25 de dezembro de 1977:

Diretoria da AMNAP – 1977

Presidente	Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Vice-presidente	Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
1º Vice-presidente	Valdemar de Oliveira Lima	Prefeito de Osvaldo Cruz
2º Vice-presidente	Ademar Ruiz de Lima	Pres. Câmara de Flórida Pta
3º Vice-presidente	Francisco Lukan Neto	Vereador de Irapuru
Secretário	Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
2º Secretário	Nadir Fousa	Vice-prefeito de Panorama
Tesoureiro	Sérgio Benetti	Prefeito Tupi Paulista
2º Tesoureiro	Kouitiro Sato	Prefeito de Pacaembu
Coordenador	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis

Prefeitos dos municípios filiados

Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
Kenichi Umehara	Prefeito de Flórida Pta
Kouitiro Sato	Prefeito de Pacaembu
Alécio de Souza Machado	Prefeito de Irapuru
Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis
Natal Tavanti	Prefeito de Ouro Verde
Afrânio Gomes	Prefeito de Flora Rica
Sérgio Ruben Benetti	Prefeito de Tupi Paulista
Mário Cordeiro Braga	Prefeito de Santa Mercedes
Antonio José da Costa	Prefeito de Paulicéia
José Milanez	Prefeito de Panorama
João Rosa	Prefeito de Nova Guataporanga
José Bernardo	Prefeito de Monte Castelo
Olívio Rigoto	Prefeito de São João do Pau D'Alho
Brandio José Pereira	Prefeito de Sagres
Milton Giacomino Pagliusi	Prefeito de Rinópolis
Waldemar de Oliveira Lima	Prefeito de Osvaldo Cruz
Antonio Carlos Fiani	Prefeito de Salmourão
Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
Guido Belone	Prefeito de Parapuã
Dair Natal de Freitas	Prefeito de Mariópolis
Wladimir Romão Guilherme	Prefeito de Inúbia Paulista

Ano de 1978

11/3/1978 – **Café: preço faz Amnap reunir-se extraordinariamente sábado** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 63, p. 1)

Reunião em Junqueirópolis.

- Bom o comparecimento de prefeitos e vereadores;
- Preço do café – intranquilidade para produtores e para a movimentação financeira dos municípios;
- Marcada reunião da Amnap com a Associação dos Empresários de café da Alta Paulista.

19/3/1978 – **Cafeicultores não mais confiam no presidente do IBC** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 637, p. 3)

Reunião em Adamantina.

- Reunião da Amnap com a Associação dos Empresários do Comércio de Café da Alta Paulista;
- Tônica dos trabalhos: fazer com que as reclamações dessas entidades cheguem ao Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente da República;
- Posicionamento do sr. José Ary Morales Agudo, presidente da FAESP: “ o sr. Camilo Calazans, presidente do IBC, não é mais digno da confiança desta entidade e dos produtores pelas mentirosas expectativas que passou sobre a compra do café”. Aprovação de um manifesto da Associação dos Empresários do Comércio de Café da Alta Paulista, ao presidente do IBC;

- Reivindicações e posicionamento dos presentes: término imediato do contingenciamento de preços; aumento do preço suporte de garantia para Cr3.000,00, com devido financiamento; que este preço abranja, como sempre o foi, até como medida de justiça, todos os setores do comércio brasileiro de café;
- Os financiamentos de custeio e investimentos acumulados a partir da geadada de 1975, devem ser prorrogados;
- Manutenção de juros subsidiados para fertilizantes e defensivos
- Que o IBC receba café do tipo 7, usando como critério o deságio do preço, da mesma forma que é dado o ágio para tipos melhores que 6;
- Financiamento de custeio em bases reais.

23/3/1978 – **Café: Adamantina lidera movimento nacional** (Jornal O Adamantinense, nº 638, p. 1)

Reunião em Pacaembu.

- Fortalecimento da iniciativa da Associação dos Empresários do Comércio do Café da Alta Paulista, por meio do apoio da Amnap, para estruturação de bases sólidas das reivindicações da cafeicultura;
- Contato com o presidente do IBC e cafeicultores de Minas Gerais e Paraná. A “marcha do café”, conforme denominado, pretende ser ouvida por quem pode resolver esse problema;
- O movimento, iniciado em Adamantina, ganha repercussão nacional, recebendo apoio em todo o país e da imprensa paulista: jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

30/3/1978 - **Sucesso total na concentração de cafeicultores** (Jornal O Adamantinense, nº 640, p. 1)

Reunião em Adamantina (assembléia extraordinária)

- Presentes mais de 1.500 pessoas;
- Adesão de cafeicultores de várias regiões do Estado de São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais, e da Bahia.

6/4/1978 – **Convocação** (Jornal O Adamantinense, nº 64, p. 42)

- Próxima reunião marcada para 8/4/78, em Pacaembu;
- Pauta: Preço do café, Telesp, Telefonia Rural; Pagamento da subvenção devida pelos municípios.

16/4/78 - **O que a Amnap pede hoje no Congresso dos Municípios** (Jornal O Adamantinense, nº 645, p. 1)

- Amnap presente no XXII Congresso Nacional dos Municípios;
- Amnap encaminha memorial ao Ministro Golbery do Couto e Silva. Agradece a intervenção do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e algumas medidas tomadas em relação às reivindicações dos cafeicultores, quando da “Marcha do Café” para Brasília, composta por membros da Amnap e da Associação dos Empresários do Comércio do Café da Alta Paulista, produtores e deputados.

23/4/1978 - **Prefeito foi defender o café** (Jornal O Adamantinense, nº 647, p. 1)

- Reunião da Amnap em pleno Congresso dos Municípios, cujo assunto era a crise da cafeicultura.

27/4/1978 - **Prefeitos da Amnap em São Paulo** (Jornal O Adamantinense, nº 648)

- Prefeitos da Amnap em São Paulo, na Secretaria Estadual de Obras, reivindicando várias obras prioritárias e de infra-estrutura para as suas cidades. “É a primeira vez que esta região se une e vai a São Paulo reivindicar coletivamente melhorias para diversos municípios ao mesmo tempo.”

4/5/1978 - **Convocação** (Jornal O Adamantinense, nº 650)

- Convocação para a 8ª Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em 6/5/78, às 10 horas, em Santa Mercedes. Pauta: Apreciação da ata da Assembléia Geral Extraordinária, ocorrida em Adamantina, em 27/3; apreciação da ata da 7ª Assembléia Geral Ordinária, ocorrida em Pacaembu, em 8/4; exposição sobre a moção apresentada no Congresso dos Municípios, em Campos do Jordão, alusiva ao café; palavra livre.

11/5/1978 **Diretores do IBC vieram à Nova Alta Paulista** (Jornal O Adamantinense, nº 652, p. 3)

Reunião em Santa Mercedes.

- A convite da Associação dos Empresários do Comércio do Café da Alta Paulista e da Amnap, estiveram na reunião o Dr. Fernando Baptista Martins, diretor administrativo do IBC, o coronel Rodolfo da Cruz Rolão, chefe da agência da capital paulista, e o dr. Antonio Costa, chefe do Departamento de Patrimônio.

- Reivindicação das entidades representativas regionais: instalação de uma agência de emergência na região da Alta Paulista, possibilitando a classificação e o faturamento do café produzido aqui.
- Os empresários reclamaram das consequências negativas decorrentes da Resolução recentemente baixada pelo IBC, estabelecendo normas à categoria.

13/6/1978 **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA – AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, **Edição Especial**)

“Os municípios integrantes da Amnap saúdam Adamantina por mais um ano de existência, com votos para que o evidente progresso se acentue cada vez mais. Neste momento em que a Nova Alta Paulista se une a fim de projetar essa grande região em todo o Estado, é mister que se forme um clima de paz e tranqüilidade entre as cidades irmãs. A participação de todos, nesse processo de desenvolvimento, resultará em grandes benefícios para esse rico recanto de São Paulo. Parabéns, Adamantina, continue nesse círculo concêntrico da liderança, e que o dia de hoje seja o marco de grandes realizações futuras.” Diretoria da AMNAP.

18/6/1978 - **Amnap lutará pela 12ª Região** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 660, p. 3)

“A AMNAP vai tomar a frente da movimentação pela criação da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, já que os municípios de Adamantina, Dracena, e Osvaldo Cruz, lutam presentemente pela sua criação e são membros dessa Associação, objetivando alcançar a meta programada pelas cidades citadas. Mais importante é que Adamantina possui, em relação às cidades vizinhas, uma posição geográfica privilegiada para instalação da Região Administrativa.”

2/7/1978 - **Amnap reunida** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 664, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião¹¹⁶.

- Solicitação à Secretaria de Estado da Agricultura a liberação para o plantio de frutas cítricas na região;
- Providências para a criação de uma região administrativa na Nova Alta Paulista: distância significativa de Presidente Prudente e falta de recursos e condições técnicas e políticas para cuidar de todos os municípios membros da 10ª Região Administrativa.

15/10/1978 - **Indiferença da FEPASA faz prefeito apelar a ministro** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 694, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Aprovação do requerimento enviado pelo prefeito Gildomar Pax Pedroso, de Adamantina, ao sr. Dirceu de Souza Nogueira, ministro dos Transportes, solicitando à FEPASA que devolva aos municípios os terrenos doados quando da implantação da linha férrea.

19/10/1978 - **Alta Paulista** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 695, p. 3)

Reunião em Dracena.

- Mais de 20 prefeitos presentes à reunião;
- Presença do secretário estadual de Transportes, Thomaz Magalhães, que afirmou seu empenho “em todas as questões relativas ao sistema viário regional, porém, o atendimento estará condicionado ao orçamento do próximo ano, de acordo com o plano de obras”.

22/10/1978 - **Convocação** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 696, p. 4)

- Próxima assembléia geral extraordinária: 27/10/78, às 19 horas, em Dracena. Ordem do dia: Formação do Conselho de Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Economia e Planejamento.

29/10/1978 - **Criado Conselho Regional de Desenvolvimento** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 698)

Reunião em Dracena.

- Foi criado o Conselho Regional de Desenvolvimento, atuando junto ao Escritório Regional de Planejamento da 10ª Região Administrativa do Estado, sediado em Presidente Prudente.
- Consignação, por parte do Governo do Estado, de dotação orçamentária da ordem de 17 milhões de cruzeiros, a ser distribuída entre os municípios integrantes desta região administrativa, com aplicação em setores indicados pelo Conselho ora criado.

17/12/1978 - **Amnap elege nova diretoria** (Jornal O Adamantinense, ano XIII, nº 709, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

¹¹⁶ Muitas das matérias jornalísticas noticiaram o fato, mas negligenciaram a localidade onde a reunião aconteceu; como não se dispunha das atas, esse item ficou prejudicado.

- Apresentação da chapa única “Integração”. Constituição da Diretoria:

Presidente	Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
Vice-presidente	Kenichi Umehara	Prefeito de Flórida Paulista
1º Vice-presidente	José Bernardo	Prefeito de Monte Castelo
2º Vice-presidente	Guido Beloni	Pres. Câmara de Parapuã
3º Vice-presidente	Shigeyuki Toyoshima	Prefeito de Bastos
Secretário	Valdemar de Oliveira Lima	Prefeito de Osvaldo Cruz
2º Secretário	Aparecido Formagio	Vereador de Dracena
Tesoureiro	Antonio Joaquim Gonçalves	Vereador em Lucélia
2º Tesoureiro	Mário Cordeiro Braga	Prefeito de Santa Mercedes
Coordenador	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis
Comissão Permanente de Tomada de Contas:		
Presidente: Arlindo Napolitano	Presidente da Câmara Municipal de Tupi Paulista	
Secretário: Romart Pinto do Amaral	Presidente da Câmara Municipal de Flora Rica	
Relator: Diniz Parússulo Martins	Vereador de Adamantina	
Paulo Tahara	Prefeito de Dracena	

25/12/1978 - Jornal O Adamantinense, ano XIII, Edição Especial

Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP

“Essa associação foi criada devido às constantes reuniões que vários prefeitos faziam na luta pela Rodovia da Integração, que já é uma realidade. Agora essas reuniões se tornaram periódicas, com a adesão de outros executivos e legislativos e num curto espaço de tempo várias reivindicação são ou estão se tornando realidade.

O Aeroporto Regional de Dracena já está pronto para uso; a liberação de uma grande verba para o Porto de Paulicéia; a Via de Acesso de Salmourão; a Ponte do rio do Peixe, no município de Mariópolis (a luta está sendo intensificada); a Marcha do Café para Brasília; a Usina de Álcool em Junqueirópolis (já aprovada); a construção das Usinas de Rosana e Primavera e uma rodovia ligando Panorama a Campo Grande. Neste momento de alegria e de esperanças, desejamos um FELIZ NATAL E PRÓSPERO 1979 para todos os municípios da Nova Alta Paulista.” Diretoria da AMNAP de 1978:

Presidente	Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Vice-presidente	Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
1º Vice-presidente	Valdemar de Oliveira Lima	Prefeito de Osvaldo Cruz
2º Vice-presidente	Ademar Ruiz de Lima	Pres. Câmara de Flórida Pta
3º Vice-presidente	Francisco Lugan Neto	Vereador de Irapuru
Secretário	Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
2º Secretário	Nadir Fousa	Vice-prefeito de Panorama
Tesoureiro	Sérgio Benetti	Prefeito Tupi Paulista
2º Tesoureiro	Kouitiro Sato	Prefeito de Pacaembu
Coordenador	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis
Prefeitos dos municípios filiados		
Paulo Tahara	Prefeito de Dracena	
Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina	
Kenichi Umehara	Prefeito de Flórida Pta	
Kouitiro Sato	Prefeito de Pacaembu	
Alécio de Souza Machado	Prefeito de Irapuru	
Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis	
Natal Tavanti	Prefeito de Ouro Verde	
Afrânio Gomes	Prefeito de Flora Rica	
Sérgio Ruben Benetti	Prefeito de Tupi Paulista	
Mário Cordeiro Braga	Prefeito de Santa Mercedes	
Antonio José da Costa	Prefeito de Paulicéia	
José Milanez	Prefeito de Panorama	

João Rosa	Prefeito de Nova Guataporanga
José Bernardo	Prefeito de Monte Castelo
Olívio Rigoto	Prefeito de São João do Pau D'Alho
Brandio José Pereira	Prefeito de Sagres
Milton Giacomino Pagliusi	Prefeito de Rinópolis
Waldemar de Oliveira Lima	Prefeito de Osvaldo Cruz
Antonio Carlos Fiani	Prefeito de Salmourão
Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
Guido Belone	Prefeito de Parapuã
Dair Natal de Freitas	Prefeito de Mariápolis
Wladimir Romão Guilherme	Prefeito de Inúbia Paulista
Pedro Galesco	Prefeito de Iacri
Shigeyuki Toyoshima	Prefeito de Bastos

Ano de 1979

21/1/1979 AMNAP – **Posse foi ontem** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 718, p. 1)

Reunião em Lucélia.

- Posse da nova diretoria. Presidente: Jorge Abdo Sader (prefeito de Lucélia); secretário: Waldemar de Oliveira Lima (Prefeito de Osvaldo Cruz), e tesoureiro: Antonio Joaquim Gonçalves (vereador de Lucélia).

29/3/1979 – **AMNAP reuniu-se em Bastos** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 732, p. 3)

Reunião em Bastos.

- Aprovação da proposta de recorrência ao Estado pedindo o cancelamento do recolhimento da parte patronal “que se afigura como ilegal, não se enquadrando como taxa nem como imposto”;
- Solidariedade da Amnap ao município de Brasilândia/MTS, para construção da estrada entre Panorama e Campo Grande/MTS.

5/4/1979 – **AMNAP vai dar apoio à “Panorama-Campo Grande”** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 734, p. 3)

Reunião realizada em Monte Castelo.

- Formação de uma comissão mista para desenvolver trabalho junto ao governador de Mato Grosso do Sul, Harris Amorim, a fim de sensibilizá-lo quanto à necessidade da construção da rodovia ligando os dois estados. A estrada implicará na necessidade de construção da ponte sobre o rio Paraná.

13/6/1979 – **AMNAP recebida pelo governador** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 753, p. 1)

Encontro realizado em Presidente Prudente.

O governador recebeu a delegação de prefeitos da Amnap. Reivindicações:

- Encampação da Cia Elétrica Caiuá pelo governo, através da CESP;
- Recapeamento da rodovia João Ribeiro de Barros, de Dracena a Panorama;
- Providências no sentido da extinção da Campanha do cancro cítrico na Nova Alta Paulista e conseqüente restabelecimento do plantio de frutas cítricas.

13/6/1979 – Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 753 - **Edição especial.**

Neste 13 de junho em que Adamantina se engalana, comemorando mais um natalício, a AMNAP se junta às alegrias da culta e obreira gente dessa “Cidade Jóia”, uma pedra rara incrustada na rida região da Nova Alta Paulista. Diretoria da AMNAP

7/10/1979 – **AMNAP: Tributação municipal movimentou reunião de ontem** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 785, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Amnap junta-se aos demais municípios paulistas por mais justiça na distribuição do ICM, com aumento da cota atual, bem como do Fundo de Participação, INCRA, taxa rodoviária municipal e outros tributos;
- Os municípios pleiteiam aumento de 20% para 30% de sua participação no ICM e que o Estado “não embrome tanto para creditar esse direito aos municípios”.

11/11/1978 – **AMNAP reuniu-se em Adamantina** (Jornal O Adamanense, ano XIV, nº 795, p. 1)

Reunião realizada em Adamantina.

- Principais tópicos: reformulação tributária e a reativação da cultura cafeeira.

9/12/1979 – **AMNAP entrega reivindicações dos produtores de amendoim** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, p.3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Decidiu-se pela organização de um dossiê (ofícios, dados técnicos de entidades oficiais e sindicatos, abaixo-assinado dos produtores, prefeitos e outros) contendo as reivindicações da classe dos produtores de amendoim, visando melhores preços. O presidente da AMNAP entregará a documentação em São Paulo (governador, secretário da Fazenda, e FAESP) e Brasília (Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura, Presidente da República, e Comissão de Financiamento e Produção)

25/12/1979 – **Eleita diretoria da AMNAP para 1980** (Jornal O Adamantinense, ano XIV, nº 806, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

Composição da nova diretoria:

Presidente	Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Vice-presidente	Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
2º Vice-presidente	Mário Cordeiro Braga	Prefeito de Santa Mercedes
3º Vice-presidente	Dair Natal de Freitas	Prefeito de Mariápolis
1º Secretário	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis
2º Secretário	Romart Pinto Amaral	Vice-pres. Câm. M. Flora Rica
Tesoureiro	José Bernardo	Prefeito de Monte Castelo
2º Tesoureiro	Arlindo Napolitano	Vereador de Tupi Paulista
Coordenador	Guido Beloni	Prefeito de Parapuã

Conselho Fiscal: Kouitiro Sato (prefeito de Pacaembu), Nelson de Carvalho (vereador de Adamantina, Shigeiyuki Toyioshima (prefeito de Bastos)

Ano de 1980

9/3/1980 – **25ª reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 824, p. 4)

Reunião realizada em Paulicéia.

- Presença do deputado Hatiro Shimomoto;
- Abordagem do problema vivido por Panorama: cheia e baixa repentina do rio Paraná;
- Vinda do Canal 2 de televisão para a Alta Paulista.

13/3/1980 – **As reivindicações da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 825, p. 3)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

Apresentação de vários ofícios para que a entidade os encaminhe aos órgãos competentes:

- Hiroshi Eto, presidente da Câmara Municipal de Tupi Paulista, conclama todos os prefeitos da região para utilização de recursos necessários para melhorar a alimentação com base em hortaliças, com apoio da Casa da Agricultura e órgãos competentes;
- Gildomar Pax Pedroso, prefeito de Adamantina, pede definição do governo quanto à realização ou não das eleições estaduais. Destaca o clima de insegurança e os prejuízos e choques conseqüentes dessa indefinição;
- Diniz Parússolo Martins, vereador em Adamantina, solicita apoio da Amnap para regulamentação do preço do amendoim;
- Mário Cordeiro Braga, prefeito de Santa Mercedes, sugere um abaixo-assinado regional pedindo aceleração na instalação da Patrulha Rodoviária, “de grande necessidade para conservação das estradas regionais”;

- Amnap encaminha ofício reivindicando o recapeamento da Rodovia Com. João Ribeiro de Barros, no trecho Dracena-Panorama;
- Amnap encaminha ofício expondo a crise energética em decorrência do alto preço do petróleo;
- Amnap critica direção da Fepasa quanto ao descaso para com os usuários (uso de vagões de passageiros parecidos com os de carga, higiene e instalações precárias, infra-estrutura ferroviária em processo de deterioração).

17/4/1980 – **Reunião da AMNAP contará com diretor da SABESP** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 875, p. 4)

Reunião realizada em Rinópolis. 26ª assembléia.

- Presença de Hatiro Shimomoto (deputado estadual), dr. Fernando de Barros Guerra (coordenador do DOPS), Laércio Prado Nunes (diretor da Secretaria do Interior – Presidente Prudente), dr. Fernando Almeida Paiva Filho (regional da Sabesp de Adamantina), dr. Carlos Alberto (regional de Presidente Prudente), dr. Luiz Augusto (assessor da Diretoria do Interior – Sabesp), dr. Luiz Carlos de Barros Ramos (diretor do Interior – Sabesp), dr. Ivan Carvalho (diretor regional do DAEE, com sede em Presidente Prudente), dr. Francisco Martinez Jr. E dr. Sandro Roberto Selmo (técnicos do DAEE, Presidente Prudente);
- Conforme matéria de 10/4/1980, informando sobre a realização da próxima reunião da Amnap, as autoridades da Sabesp “dissecarão tudo sobre essa autarquia, o que é, e o que pretende, o que já fez e seus planos para a região”. Outros temas tratados na próxima assembléia:
- Recapeamento asfáltico “urgente” do trecho final da Rod. João Ribeiro de Barros, entre Dracena e Panorama;
- Criação de uma Divisão Regional Administrativa para atender a Nova Alta Paulista, “em cidade a ser julgada conveniente pelo Governo do Estado”;
- implantação de um mini-Ceasa nesta região, “para atender a demanda de frutas, legumes, verduras e outros alimentos, barateando o custo, nesta época de controle desesperado de inflação”.

Obs: a matéria do dia 17 não faz menção a nenhum tema tratado, apenas elenca os nomes e os cargos das autoridades presentes.

11/5/1980 – **AMNAP reunida em São João do Pau D’Alho** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 882, p. 3)

Reunião realizada em São João do Pau D’Alho.

- Combate à erosão;
- Construção da rodovia entre Panorama e Campo Grande/MS;
- Construção de um hospital regional;
- Instalação da Região Administrativa na Nova Alta Paulista;
- Reivindicação para asfaltamento de todas as estradas vicinais dos municípios membros da Amnap;
- Pavimentação asfáltica da rodovia que liga São João do Pau D’Alho a Castilho e Mariápolis-Sorocabana;
- Criação de uma unidade da FEBEM na região;
- Asfaltamento do aeroporto regional de Dracena;
- Convênio com o hospital psiquiátrico de Adamantina.

19/6/1980 – **Prefeitos da AMNAP foram a Brasília** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 892, p. 3)

Viagem dos prefeitos para entrega das proposituras elencadas pelos prefeitos da Nova Alta Paulista na última reunião e outras, incluídas posteriormente:

- Ofício ao deputado federal Octávio Torrecilla, solicitando unanimidade parlamentar, apoiando os projetos de lei de interesse dos pequenos municípios;
- Taxa de conservação de estrada: “os municípios estão sendo prejudicados, pois investem em equipamentos, pessoal e conservação, enquanto o INCRA dá um retorno insignificante para cobertura das despesas dos mesmos”;
- Prefeitos da Amnap decidiram contratar advogado especializado para saberem “por quê só os pequenos municípios pagam a taxa de conservação de estradas”;
- Televisão preocupa Amnap: o dinheiro investido em obras não tem atingido grandes resultados aos municípios;
- Hélio Siqueira, da APT (Assessoria e Projetos de Telecomunicações), a convite da Amnap, fez-se presente à reunião: “o meio mais certo e fácil de sanar o problema na região seria que cada cidade possuísse aparelhagem completa com o sistema UHJ (imagens de repetidores)”;
- Foi feito convite ao Presidente da República, João Batista Figueiredo, para que o mesmo venha à Festa do Ovo, em Bastos, quando poderá conhecer a Nova Alta Paulista.

10/8/1980 – **AMNAP reúne-se em Nova Guataporanga** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 907, p. 3)

Reunião realizada em Nova Guataporanga.

- Início das atividades do Hospital Psiquiátrico Espírita de Adamantina: prefeitos solicitam convênio da Secretaria Estadual de Saúde com o hospital para que este tenha condição financeira de manter-se;
- Prefeitos querem maior atenção e agilidade do governador Paulo Salim Maluf no atendimento das reivindicações regionais.

17/8/1980 – **Adiada viagem da AMNAP à Brasília** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 909)

Em solidariedade ao presidente da AMNAP, sr. Paulo Tahara, prefeito de Dracena, impossibilitado de viajar, prefeitos adiam viagem a Brasília. O mesmo disponibilizou um ônibus da referida prefeitura, mas seus companheiros preferiram remarcar a audiência com ministros e o Presidente da República.

7/9/1980 – **Prefeitos da AMNAP recebidos em audiência com o governador** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 915)

O governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, recebe prefeitos da Amnap em audiência especial.

Reivindicações:

- Recursos financeiros e técnicos para combate à erosão;
- Verbas para a Santa Casa de Lucélia;
- Reivindicações elencadas na última reunião da entidade.

14/8/1980 – **Prefeitos da AMNAP seguem novamente para Brasília** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 908, p. 1)

Prefeitos levam reivindicações dos municípios membros às autoridades federais:

- Aumento constante dos custos da energia;
- Solicitação de liberação para plantio de frutas cítricas na região;
- Crédito para pequenas propriedades e moradias em propriedades rurais;

7/12/1980 – **Gildomar na presidência da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XV, nº 941, 1)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

Composição da nova diretoria para o ano de 1981:

Presidente de honra	Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Presidente	Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
Vice-presidente	Shigeyuki Toyoshima	Prefeito de Bastos
1º Vice-presidente	José Minanez	Prefeito de Panorama
2º Vice-presidente	Kenichi Umehara	Prefeito de Flórida Pta
3º Vice-presidente	José Bernardes	Prefeito de Monte Castelo
1º Secretário	Odair Natal Freitas	Prefeito de Mariápolis
2º Secretário	Arlindo Napolitano	Vereador de Tupi Paulista
1º Tesoureiro	Diniz Parússolo Martins	Vereador de Adamantina
2º Tesoureiro	Guido Beloni	Prefeito de Parapuã
Coordenador	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis

Conselho: Romart Pinto do Amaral (vereador em Flora Rica), Ademar Ruiz (vereador em Flórida Paulista), e José Ângelo da Silva (vereador de Irapuru).

Ano de 1981

26/2/1981 – **Diretoria da AMNAP empossada** (Jornal O Adamantinense, ano XVI, nº 960, p. 4)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Pose da nova diretoria, relacionada anteriormente;
- Envidamento de esforços para a construção da rodovia entre Panorama e Campo Grande;
- Governador de Mato Grosso do Sul, senhor Pedro Pedrossian, envia ofício ao presidente da Amnap: “Temos a elevada honra de nos dirigir a presença de V.Exª com a finalidade de convocá-lo para

marcharmos em prol de m objetivo que é comum tanto com para esse próspero Estado da Federação, como também, para a região da Nova Alta Paulista – Estado de São Paulo”;

- Amnap recebe ofício do Secretário Estadual de Transportes de São Paulo informando que “a construção da rodovia Panorama-Campo Grande está planejada no Estado de Mato Grosso do Sul, em prosseguimento da estrada estadual entre Bauru e Panorama”.

19/3/1981 - **Sebastião de Almeida quer AMNAP na luta pelos agricultores e granjeiros** (Jornal O Adamantinense, ano XVI, nº 966, p. 8)

Sem indicação da cidade-sede da reunião.

- Requerimento do vereador Sebastião de Almeida, de Adamantina, solicitando da Amnap que atue junto às autoridades competentes no sentido de que se obtenha regularização do preço dos produtos produzidos por agricultores e granjeiros (em especial milho, café, ovos e carne de frango), “a fim de que haja maior interesse no aumento da produção, propiciando condições até para exportação em grande escala, única forma de resolvermos nossos débitos com outros países”.

12/4/1981 – **AMNAP não desiste: quer a estrada Panorama –Campo Grande** (Jornal O Adamantinense, ano XVI, nº 973, p. 6)

Reunião realizada em Dracena.

- Presença do secretário estadual do interior, sr. Arthur Alves Pinto;
- Necessidade de construção da estrada ligando os dois estados: AMNAP há mais de um ano tenta contato com o DNER;
- Acusação de recebimento de um telegrama do DNER afirmando ser inviável o atendimento dessa reivindicação. Segundo a mensagem, “a estrada, que, partindo de Panorama, passaria por Xavantina, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, antes de alcançar Campo Grande, não será construída porque parte de seu trecho não é recomendado tecnicamente e o restante do trecho não figura nos planos do DNER”.
- Os membros da AMNAP decidem pela continuidade da luta, tentando novos contatos devido à importância da obra para as duas regiões: Nova Alta Paulista e sul de Mato Grosso do Sul;
- Pedidos de verbas ao secretário do interior para combater “o fantasma que assola muitas cidades da região: a erosão urbana”.
- O secretário afirmou que “as prefeituras devem usar os recursos a fundo perdido da União para minimizar esse problema, embora reconheço que essas verbas são reduzidas e que é uma verdadeira odisséia conseguir sua liberação para o Estado de São Paulo;
- Prefeitos e cafeicultores da Nova Alta Paulista irão a Poços de Caldas, no Congresso de Produtores de Café, reivindicar do Ministro da Agricultura modificações na atual política cafeeira, bem como pedir para que o mesmo interfira para a liberação da região para plantio de citros.

22/11/81 – **AMNAP com dirigentes da FEPASA** (Jornal O Adamantinense, ano XVI, nº 1029, p. 6)

Reunião em Inúbia Paulista.

- Abordagem de assuntos referentes ao mal atendimento e receptividade que a Fepasa está oferecendo às comunidades por ela servidas: má distribuição dos comboios de acordo com as épocas do ano e péssima higiene dos vagões de passageiros. Reivindicação, também, do melhor uso dos terrenos doados pelas prefeituras para esta empresa, hoje, abandonados ao longo da ferrovia; pedido de devolução dos mesmos às prefeituras.

Ano de 1982

14/2/1982 – **AMNAP: adiada a eleição** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1055, p. 9)

Esperava-se a reeleição de Gildomar Pax Pedroso, porém, “de última hora”, o prefeito de Lucélia, Jorge Abdo Sader, apresentou outra chapa. O presidente de honra, Paulo Tahara, valendo-se da inexpressiva presença dos prefeitos membros (nove de um total de vinte e cinco), cancelou a eleição, remarcando-a para 6/3.

7/3/1982 – **Gildomar reeleito** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1061)

Reunião realizada em Adamantina.

- Bom número de prefeitos presentes;
- Jair Luiz da Silva, coordenador da entidade, e prefeito de Junqueirópolis, destaca o esvaziamento das reuniões e propõe dinamização da mesma, sendo a primeira medida o agendamento de uma reunião com o governador Paulo Maluf;
- Nova diretoria:

Presidente de honra	Paulo Tahara	Prefeito de Dracena
Presidente	Gildomar Pax Pedroso	Prefeito de Adamantina
Vice-presidente	Kouitiro Sato	Prefeito de Pacaembu
1º Vice-presidente	Romart Pinto do Amaral	Pres. Câm. M. de Flora Rica)
2º Vice-presidente	Natalino Chagas	Vice-prefeito de Bastos
3º Vice-presidente	José Bernardo	Prefeito de Monte Castelo
1º Secretário	Dair Natal Freitas	Prefeito de Mariópolis
2º Secretário	Arlindo Napolitano	Vereador de Tupi Paulista
1º Tesoureiro	Kenichi Umehara	Prefeito de Flórida Paulista
2º Tesoureiro	Antonio de Santis	Vereador de Pacaembu
Coordenador	Jair Luiz da Silva	Prefeito de Junqueirópolis

Conselho Deliberativo e Fiscal: José Ângelo da Silva (vereador de Irapuru), Domingos Telles Sanches (vereador e Pacaembu), e Luiz Vivaldo Schimidt (vereador de Dracena)

18/3/1982 – **Prefeitos da AMNAP sexta com Calim Eid** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1064, p. 6)
O presidente da AMNAP marcou audiência com o chefe da Casa Civil, Calim Eid, no Palácio dos Bandeirantes, apresentando as reivindicações listadas na última assembléia.

8/4/1982 – **AMNAP vai pedir liberação de citrus para a região** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1069, p....)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Encaminhamento de pedido ao Ministério da Agricultura e ao governador paulista para liberação do plantio de citros, prevista em lei federal;
- Pedem, também, a liberação do plantio de cana-de-açúcar na região da Nova Alta Paulista, “para consumo próprio”.

22/4/1982 – **AMNAP vai se reunir segunda com Maluf** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1073, p. 8)

“A AMNAP será a primeira entidade representativa de municípios do Estado a ser recebida em reunião pelo governador, nesta nova fase de atendimento de reivindicações. (...) O governador, após estudar em bloco as reivindicações dos prefeitos, estará despachando as prioridades de cada município”.

6/6/1982 – **AMNAP apela aos presidentes da Rede Globo e da Rede Record** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1085, p. 4)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Atendendo “o clamor de milhares de habitantes dessa região, insatisfeitos com a atual imagem e som que recebemos em matéria de TV, a Amnap enviou carta aos presidentes das duas emissoras de TV, reclamando providências”;
- A reunião foi presidida por Kouitiro Sato, prefeito de Pacaembu.

14/7/1982 – **Presidente recebe a Alta Paulista** (Jornal O Adamantinense, ano XVII, nº 1093, p. 6)

- Em Brasília, no Palácio da Alvorada, o Presidente João Batista Figueiredo recebeu delegação da Alta Paulista;
- O presidente da ADALCOL (Dário Ushiro) entregou convite para visitar a Nova Alta Paulista;
- O presidente da Amnap, Kouitiro Sato, entregou pedido oficial para que seja liberado o plantio de citros nos seguintes municípios: Junqueirópolis, Dracena, Tupi Paulista, Monte Castelo, São João do Pau D’Alho, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Paulicéia, Santa Mercedes, e Panorama.

Entre 15/7/1982 e 5/8/1988 não constam registros de assembléias e ações da AMNAP

Ano de 1989

6/8/1989 – **Reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXIV, nº 1783, p. 6)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Prefeitos reivindicam duplicação da Rodovia Com. João Ribeiro de Barros, entre Parapuã e Panorama;
- Reunião marcada com o Governador Orestes Quércia e a AMNAP, em data a ser confirmada;
- Prefeitos recebem diretores da Fepasa, quando fazem reivindicação por trem expresso e trem econômico;
- Comunicado do seminário PADESP, com possibilidade de liberação de linhas de crédito específicas para recuperação da Nova Alta Paulista;
- Cooperativa Cotia comunica “a implantação de plantio de citros em 12 mil hectares da região e futura usina de sucos, com capital inclusive japonês”.

31/8/1989 – **No sábado nova reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXIV, nº 1790)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Próxima reunião está marcada para 2/9;
- Novidade: participação das primeiras damas dos municípios, “que passam a fazer parte da associação, e da mesma forma, passam a elaborar projetos e reivindicações. Também todos os vereadores dos municípios filiados passarão a fazer parte e a tomar decisões”.

5/11/1989 – **Deu Maluf na reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXIV, nº 1808, p. 5)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Prefeitos reivindicam a duplicação ou construção da terceira pista na rodovia João Ribeiro de Barros. Informou-se que o governador Quércia já incluiu verba específica para tal no orçamento de 1990;
- Entidade denuncia que o atendimento dos prefeitos da região, pelas secretarias de Estado, só é possível com um pedido do diretório do PMDB local;
- Realização de prévia eleitoral entre os presentes (políticos e convidados). Resultado: Maluf, com 42 votos (maioria).

31/12/1989 – **Secretário da Agricultura participa de reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXIV, nº 1822, p. 7)

Matéria comunica a presença do secretário de Estado da Agricultura, Walter Lazzarini, na primeira reunião de 1990, a realizar-se em Adamantina, no dia 6/1. Principais assuntos: Projeto de mibrobacias hidrográficas e a construção de um novo matadouro em Adamantina.

Ano de 1990

7/01/90 – **Élio faz conquistas** (Jornal O Adamantinense, ano XXIV, nº 1823, p. 8)

Reunião em Adamantina.

- Presença do secretário da Agricultura, Walter Lazzarini;
- O prefeito de Adamantina, Élio Micheloni, obtém verba para a construção de um novo matadouro municipal;
- Debate sobre a necessidade de instalação de usinas de processamento de lixo hospitalar (falta de recursos técnicos e financeiros dos municípios);
- A Mitsubishi, por meio da Cooperativa Cotia, está interessada em investir numa usina de suco cítrico na região.

11/3/1990 – **Sader: presidente da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXV, nº 1832, p. 6)

Reunião realizada em Dracena.

- Presença do secretário da Segurança Pública de São Paulo e do virtual candidato a governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho;
- Realização da votação para diretoria que atuará no ano de 1990. Composição da nova diretoria:

Presidente	Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
Vice-presidente	Francisco R. Paes	Prefeito de Panorama
1º Secretário	Diógenes Pinto Braga	Vereador de Lucélia
2º Secretário	Anita Alcoba Pintão	Vereadora de Osvaldo Cruz
1º Tesoureiro	Chideto Toda	Prefeito de Pacaembu
2º Tesoureiro	Mário Cordeiro Braga	Prefeito de Santa Mercedes

18/3/1990 – **Conheça a estrutura da AMNAP: Regimento interno**¹¹⁷ (Jornal O Adamantinense, ano XXV, nº 1833)

OBS: Transcrição no final das matérias publicadas neste ano.

Ao final da publicação do documento, lê-se: **NR:** A AMNAP foi fundada em 20/7/1977, sob inspiração do então prefeito de Dracena, o pranteado Paulo Tahara. Ficou inativa com o advento do Governo Montoro e parte do Governo Quércia. Em boa hora reativada pelo dinâmico e jovem prefeito de Dracena, dr. José Cláudio Grando, no início do ano passado (1989), sendo o mesmo eleito presidente para o primeiro ano da nova fase, que foi de implantação e algumas vitórias em reivindicações, servindo sobretudo para estreitar os laços de amizade entre os prefeitos e vereadores desta região; reagir ao desânimo, procurando novas fontes de renda na agricultura, e evitar rivalidades inúteis entre as comunidades, como já aconteceu no passado. Estamos todos no mesmo barco e todos queremos uma tábua de salvação.

5/8/1990 – **AMNAP em Salmourão** (Jornal O Adamantinense, ano XXV, nº 1853, p. 4)

Reunião realizada em Salmourão, em 4/3/1990.

- Prefeito de Junqueirópolis, José Siniciato, informa que a Granol está disposta a entrar no lugar da Cotia, em parceria com a Mitsubishi, no projeto de construção de uma indústria de suco cítrico na região. A construção estaria concluída até o final do ano, para, em seguida, dar início à segunda indústria.
- A Cutrale, da família Branco Peres, de Adamantina, também mostrou interesse em implantar uma indústria do mesmo tipo na região;
- Zezão, prefeito de Irapuru, informa que o pedido dos prefeitos, por meio da Amnap, para que o trem regional parasse em todas as estações da Nova Alta Paulista foi atendido;
- Funcionários da CESP explanaram, por meio de vídeo, o plano diretor da empresa para os próximos vinte anos, destacando o seu compromisso com os municípios atendidos por esta prestadora de serviços de eletricidade;
- O sr. Adroaldo Betin, vice-presidente do Sindipetro de Presidente Prudente e vice-prefeito de Estrela do Norte, trouxe aos prefeitos um modelo de projeto-de-lei para facilitar a regulamentação da instalação de postos de abastecimento de combustível nos municípios da Paulista. Tais exigências são feitas pelo CNP, visando a existência excessiva de postos.

Ano de 1991

15/9/1991 – **Reunião da AMNAP com várias autoridades em Inúbia Paulista** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, nº 1912, p. 7)

Reunião realizada em Inúbia Paulista, em 8/9/1991.

- Presença do secretário de Infra-estrutura viária do Estado de São Paulo, sr. Wagner Rossi, e do deputado Mauro Bragato. Mais de 200 pessoas presentes à reunião;
- Reivindicação para duplicação da SP 294, no trecho Adamantina-Panorama (reivindicada há mais de dois anos pela Amnap);
- Reivindicação para perenização das estradas municipais. O secretário sinaliza para a possibilidade de “início das obras ainda neste ano”.

3/11/1991 – **Manifesto** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, nº 1919, p. 4)

“A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), pelos prefeitos e signatários, vem, em respeito ao povo, prestar os seguintes esclarecimentos:

¹¹⁷ Embora o documento tenha sido publicado como Regimento Interno, se trata de um estatuto, o qual passou por algumas alterações para se adequar às necessidades da entidade, sendo uma em 1997, e outra em 2006.

- 1- É notória a dificuldade financeira por que passam todas as prefeituras;
- 2- Tal situação tem origem na acentuada queda das principais fontes de arrecadação – ICMS e FPM (menos de 50%);
- 3- Não ignora o povo que os encargos municipais sobem assustadoramente todos os meses, criando sérias dificuldades às prefeituras, pois ao aumento de preços, contrapõem-se a diminuição drástica das arrecadações;
- 4- A continuar essa situação insustentável, todas as prefeituras serão obrigadas ao indesejado corte de obras, serviços e pessoal, em prejuízo do povo;
- 5- Envia o seu mais veemente protesto contra a injusta distribuição dos tributos preconizada pelo Emendão;
- 6- Em nome do bom senso, rogamos às autoridades estaduais e federais, a adoção de medidas urgentes, visando tirar os municípios desta situação difícil atendendo as reivindicações municipalistas, por entendermos ser, sobretudo, um princípio de justiça.

6/10/1991 – **Barros Munhoz em Dracena – AMNAP e Fapidra** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, 6/10/91, p. 5)

Reunião realizada em Dracena.

- Presentes o secretário estadual de Agricultura, Barros Munhoz (PTB), e o deputado Tadashi Kuriki;
- O secretário comentou o conteúdo do novo plano agrícola do governo Collor. O secretário trouxe otimismo aos presentes, garantindo a entrega, a custo zero, de 200 toneladas de calcário para cada município da Nova Alta Paulista, com o produto sendo entregue no terminal ferroviário de Iacri. No próximo ano, serão instalados mais dois terminais na região, facilitando o transporte até as propriedades agrícolas.

10/11/1991 – **AMNAP revolta-se contra Emendão** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, nº 1920, p. 7)

Reunião realizada em Panorama.

- Exposição de descontentamento dos produtores rurais e dos prefeitos, em relação às medidas tomadas pelos governos federal e estadual: brutal queda na remessa do FPM e do ICMS, impossibilitando as prefeituras de saldar suas folhas de pagamento, além de obrigar-las a suspender várias obras em andamento;
- Mobilização dos prefeitos (de todo o país) numa marcha a Brasília para pressionar os deputados e senadores a votarem contra o Emendão (que prevê a redução de 25% para 20% no repasse do FPM). O plenário deliberou pela liberdade das prefeituras em adotar a medida que melhor lhe aprouver para demonstrar seu descontentamento: paralisação por alguns dias, contatos com autoridades etc);
- O governador Fleury foi elogiado, pelos prefeitos presentes, pela sua postura de austeridade e zelo no trato da coisa pública;
- O deputado Mauro Bragato acertou com o governador uma audiência dos prefeitos da AMNAP e da UNIPONTAL, na próxima semana, para tratar da situação das prefeituras;
- Presente à reunião (embora com muito atraso) o secretário estadual de Planejamento, sr. Eduardo Maia de Castro Ferraz, e do ex-secretário da Agricultura, Antonio Felix Domingues, atual diretor de operações do Banespa. Ambos ouviram e anotaram as muitas sugestões dos prefeitos para o desenvolvimento regional, destacando satisfação quanto às culturas alternativas, como a fruticultura na região de Dracena;
- Informaram que o Orçamento do Estado de São Paulo/92 enfatiza recursos para o desenvolvimento das regiões mais carentes, como Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista;
- Quanto à construção da 3ª faixa da SP 294, no trecho entre Adamantina e Tupi Paulista, o secretário de Planejamento afirmou que “embora dependendo de mais recursos, que são cada vez mais escassos, vou propor adiantamento para que as obras tenham seqüência até Panorama”;
- O secretário foi evasivo quando o prefeito de Lucélia, Jorge Sader, lhe perguntou por quê não está havendo assinatura de convênios para obras entre Estado e Municípios.

Ano de 1992

13/3/1992 – **Lulu presidente da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXVII, nº 1935, p. 6)

Reunião realizada em Monte Castelo.

Luiz Hilson Lucianete (Lulu) venceu o pleito por 122 votos contra 69 e será o novo presidente da entidade. Ele diz ter “as portas abertas no Palácio dos Bandeirantes, apesar do ano difícil por causa das eleições estaduais”.

10/4/1992 – **Lulu assume e promete uma nova AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXVII, nº 1938)

Reunião realizada em Adamantina, em 4/4/1992.

- Posse da nova diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente	Luiz Hilson Lucianete	Prefeito de Adamantina
1º Vice-presidente	José Siniciato	Prefeito de Junqueirópolis
2º Vice-presidente	Jorge Abdo Sader	Prefeito de Lucélia
3º Vice-presidente	Guido Beloni	Pres. Câmara de Parapuã
1º Secretário	Shigeyuki Toyoshima	Prefeito de Bastos
2º Secretário	Diógenes G. de Carvalho	Vereador de Dracena
1º Tesoureiro	José Roberto Zarzur	Vereador de Dracena
2º Tesoureiro	Eder Prando	Prefeito de Flórida Paulista 2º
	Policarpo S. Freire	Prefeito de Nova Guataporanga

Conselho: Olga da Silva, vereadora em Tupi Paulista, Anita Alcoba Pintão, vereadora em Osvaldo Cruz, e Diógenes Pinto Braga, vereador em Lucélia.

- Sugestão de criação de cursos da UNESP na região, pelo prefeito de Dracena;
- O vereador Kleber Bragato informou que o deputado Mauro Bragato apresentou na Assembléia Legislativa, um projeto para criação do Conselho de Desenvolvimento da Região da Nova Alta Paulista;
- José Siniciato, prefeito de Junqueirópolis, sugeriu ao presidente que se constitua uma comissão de prefeitos para se estudar modificações no estatuto da entidade, eliminando ou alterando artigos considerados ultrapassados e sem finalidade;
- O dr. João Augusto Ribeiro, diretor do DER de Presidente Prudente, foi indagado sobre a construção da terceira faixa na SP 294, no trecho entre Adamantina e Tupi Paulista, e a “operação tapa-buracos” na SP425 e SP563, mais a construção de onze quilômetros de asfalto na estrada vicinal Pacaembu-Mirandópolis;
- O novo presidente pretende “instituir comissões compostas por prefeitos e vereadores para estudos e levantamentos de prioridades nas áreas da agricultura, saúde, educação, indústrias, transportes, tecnologia, habitação, e outras”.

8/5/1992 – **AMNAP reuniu-se em Inúbia Paulista** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, nº 1944, p. 3)

Reunião realizada em Inúbia Paulista.

- Entrega de casas populares pelo secretário estadual de Habitação, José Machado de Campos Filho. Estiveram presentes também o deputado Mauro Bragato, o dr. Cândido Jorge de Lima, diretor do Escritório Regional de Integração – ERI -, dr. Fernando Maia Bagnolo, presidente do CDHU, e o dr. Carlos Luz, secretário adjunto.

14/8/1992 – **Delben Leite apresenta programa da Secretaria de Ciência e Tecnologia em reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXVI, nº 1958)

Reunião realizada em Adamantina.

- O secretário Delben Leite apresentou uma série de programas mantidos por sua pasta e que “estão à disposição dos prefeitos da região”: Programa de Assistência Técnica aos Municípios – PATEM. Este programa disponibiliza a infra-estrutura do IPT para apoiar as administrações públicas municipais. Outro esforço da Secretaria para o desenvolvimento da Nova Alta Paulista é a modernização das escolas técnicas industriais e das escolas agropecuárias. A secretaria está liberando Cr\$696 milhões para a reforma física da ETAESG Eng. Herval Bellusci, em Adamantina, e Cr\$195 milhões para as obras da ETESG Eudécio Luiz Vicente, também em Adamantina. Estas escolas terão novos currículos em 1993, além de laboratórios equipados;
- Apresentou, ainda, o Sistema Paulista de Meteorologia, essencial para a agricultura.

Ano de 1993

11/3/93 – **Prefeito presente na reunião da AMNAP** (Jornal Folha de Parapuã, ano X, nº 505, p. 1)

Reunião realizada em Adamantina.

- Presença do secretário de Estado da Fazenda Eduardo Maia de Castro Ferraz, deputados federais Paulo Lima e Tadashi Kuriki, deputado estadual Mauro Bragato;
- Pauta: discussões sobre a redução dos valores cobrados do ICMS, propostas para o crescimento econômico da região, e fiscalização de sonegação do IPVA;
- O secretário da Fazenda afirmou a inviabilidade da redução do valor da alíquota do ICMS porque o Estado deixou de arrecadar, nos últimos anos, US\$ 4 bilhões, apontando a “guerra fiscal” como a principal causa;
- Mauro Bragato referiu-se à “falta de aloquencia para com o Estado de São Paulo, ao afirmar que 52% arrecadado no país vêm de São Paulo, retornando, apenas, 4%”;
- Kuriki afirmou que votou contra a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira(IPMF)
- e defendeu a criação do imposto único;
- Orides Zanardi, presidente da Amnap, disse que “a Nova Alta Paulista ganhou o nome de ‘corredor da forme’ pela sua pobreza. Mas não há falta de vontade dos políticos de tirá-la dessa situação”;
- O secretário Eduardo Maia enfatizou as prioridades do governo para a região nos próximos meses: atendimento de convênios para obras de infra-estrutura em áreas como a saúde, saneamento e habitação.
- Anunciou, também, que em breve, será liberada verba pelo Banco Mundial, a ser repassada aos municípios, para os projetos da agricultura;
- Compareceram 288 pessoas, 19 prefeitos, vários vereadores e presidentes de câmaras municipais.

6/6/93 – **Parapuã recebe neste sábado as figuras ilustres do dr. Michel Temer e dr. Francisco Alem** (Jornal Folha de Parapuã, ano X, nº 515)

Reunião a ser realizada em Parapuã.

- Ruy Lobo, prefeito de Parapuã, receberá as autoridades;
- Confirmadas as presenças do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, dr. Michel Temer,
- e do dr. Francisco Alem, superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo;
- Essas autoridades receberão as reivindicações regionais ligadas a suas pastas;

2/12/93 – **Oswaldo Cruz sediou reunião da AMNAP** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano XXXVII, nº 2.284, p. 4)

Reunião realizada em Osvaldo Cruz

- Agostinho Sílvio Caliman (prefeito de Osvaldo Cruz) foi o anfitrião;
- Assembléia presidida por Orides Zanardi (prefeito de Junqueirópolis);
- Presença do ex-ministro da Agricultura e Abastecimento, deputado Barroz Munhoz;
- Os prefeitos solicitaram o repasse de 5% do ICMS aos municípios agrícolas, o que beneficiaria todos os municípios da Nova Alta Paulista.

Ano de 1994

26/2/94 – **Ivo Santos será o novo presidente da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXVIII, nº 2036)

Reunião realizada em Adamantina.

- O atual presidente, Orides Zanardi, prefeito de Junqueirópolis, afirmou que o governo Fleury está sem dinheiro para atender as principais reivindicações dos municípios;
- Ivo Santos deve ser o candidato sucessor para este ano, e já vem mantendo contatos com prefeitos e vereadores.

26/2/94 – **Ivo Santos será o novo presidente da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXVIII, nº 2036, p. 5)

Reunião realizada em Adamantina.

- O atual presidente, Orides Zanardi, prefeito de Junqueirópolis, afirmou que o governo Fleury está sem dinheiro para atender as principais reivindicações dos municípios;
- Ivo Santos deve ser o candidato sucessor para este ano, e já vem mantendo contatos com prefeitos e vereadores.

23/6/94 – **AMNAP entra na luta pela construção da ponte sobre o rio Paraná** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano XXXVIII, nº 2.307)

Sem indicação da cidade-sede da reunião.

- Sob a presidência de Ivo Santos, a assembléia priorizou a definição de estratégias para construção da ponte sobre o rio Paraná. Serão encaminhados ofícios à Presidência da República, pedindo para que a obra seja incluída nos programas de governo;
- Diz o ofício: “a referida obra, imprescindível ao desenvolvimento da Alta Paulista e de parte considerável do Mato Grosso do Sul, possibilitará a otimização do fluxo comercial e industrial entre duas importantes regiões, fato que, indubitavelmente, redundaria na geração de novos empregos e de novas alternativas econômico-financeiras para mais de cem municípios e mais de um milhão de pessoas”.

Ano de 1995

16/3/95 – **Rui Lobo é candidato à presidência da AMNAP** (Jornal Folha de Parapuã, ano XI, nº 593, p. 8)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

Articulações para a composição da próxima diretoria. Três prefeitos demonstraram interesse em candidatar-se: José Garcia (PPR-Dracena), Ademir de Castro (PSDB-Santa Mercedes) e Rui Lobo (PMDB-Parapuã).

Ademir de Castro demonstra interesse em participar, mesmo com disputa interna (Dracena e Santa Mercedes pertencem à mesma microrregião). Carlos Ribeiro do Val, secretário de Administração da Prefeitura de Dracena, afirma que “a candidatura de José Garcia deve-se a um acordo tácito entre as lideranças da UNIPONTAL, que estabelece a cada ano, que o cargo de presidente seja ocupado por um prefeito das microrregiões de Dracena e Adamantina, de forma alternada”. Rui Lobo diz desconhecer “o acordo tácito entre as lideranças” e pretende concorrer ao cargo. Parapuã pertence à microrregião de Adamantina, cidade do atual presidente da Amnap, Ivo Santos.

1ª quinzena outubro/95 – **Convênio entre CEPAM e COMAP abre novas perspectivas** (Jornal O Compasso, ano 1, nº 3)

Reunião realizada em Adamantina

- Celebração de convênio entre o Cepam (Centro de Pesquisa e Amparo aos Municípios da Fundação Faria Lima) e o Comap (Consórcio dos Municípios da Alta Paulista), para elaboração de projeto geral que criará um Banco de Dados Regionais, possibilitando a avaliação das potencialidades e limitações do conjunto de municípios envolvidos, com vistas ao delineamento de um novo projeto de desenvolvimento econômico para a região. Trata-se de uma iniciativa do Cepam, hoje presidida pelo ex-prefeito de Adamantina, Sérgio Gabriel Seixas;
- A equipe de técnicos do Cepam levantará todos os dados possíveis das atuais condições socioeconômicas da região. O banco de dados será colocado à disposição do mercado regional e internacional, via Internet;
- Presença do secretário das Relações do Trabalho, Walter Barelli, presidente do Cepam, Sérgio G. Seixas, presidente do Sindicato das Micro e Pequena Indústria Joseph Couri, deputado Mauro Bragato, e da responsável pelo projeto CALHA arquiteta Helena Ladeira W. R. Goyano. Presentes também prefeitos, vereadores e lideranças locais e regionais;
- Sérgio Seixas falou da estratégia de criar os Conselhos Regionais, com o objetivo de tornar mais transparentes e democráticas as decisões do governo na escala regional. Esse Conselho seria tripartite, composto por representantes do governo, prefeitos e da sociedade civil, por meio de suas associações. Com essa nova forma de organização político-administrativa, o governo estaria contribuindo para minimizar os efeitos danosos dos desequilíbrios regionais;
- O custo inicial do projeto seria em torno de R\$ 1.000.000,00, custeado pelo Estado e por empresas interessadas. Diante das dificuldades do Estado e do empresariado regional, o mesmo foi refeito e orçado em R\$ 150.000,00, sendo custeado por 32 municípios, indo de Tupã a Panorama.

Ano de 1997

11/1/1997 – **Ata da reunião da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Adamantina.

- Reunião coordenada pela comissão provisória constituída com o fim específico de organizar a eleição, bem como apresentar à entidade o anteprojeto do estatuto e regimento interno, visando sua adaptação ao momento atual. Membros da comissão: Hélio Ap. Mendes Furini (prefeito de Junqueirópolis), Carlos Ananias Campos de Souza (prefeito de Lucélia), ambos advogados, e pelos vereadores Osmar Pinato (Junqueirópolis) e Carlos Martins, também advogados.
- Apresentação de chapa única (de consenso) composta pelos seguintes membros: Presidente, Valter Luiz Martins (prefeito de Osvaldo Cruz), Primeiro vice-presidente, José Laércio Rossi (prefeito de Adamantina), Primeiro secretário, Carlos Ananias Campos de Souza (prefeito de Lucélia), Segundo secretário, Feres Kuru Karan (vereador de Dracena), Primeiro tesoureiro (Paulo Chideto Toda (prefeito de Pacaembu), Segundo tesoureiro, José Aparecido da Silva (vereador de Parapuã).
- Durante a palavra livre, muitos vereadores e representantes de entidades civis representativas demonstraram sua preocupação com alguns temas regionais, principalmente em relação à municipalização da educação.
- O prefeito de Lucélia explanou sobre a formação do Conselho da Bacia Hidrográfica Aguapeí-Peixe, composto por cinquenta e dois municípios, visando o reflorestamento e conservação de áreas ambientais e combate à erosão, com substancial volume de recursos a fundo perdido e a juros de 2,5% a.a.
- O presidente recém eleito informou que serão formados conselhos específicos dentro da entidade, buscando a discussão e solução dos problemas comuns aos municípios membros.

1/2/1997 – **AMNAP: a quem interessa?** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2244 - **Editorial**)

A AMNAP elegeu seu novo presidente, que assumiu com o compromisso de fazer valer os reais propósitos e usar de todas as forças que a AMNAP reúne. Para isso é preciso a união de objetivos em defesa de uma única bandeira: a Nova Alta Paulista.

Mas a quem interessa a AMNAP?

Essa pergunta surge normalmente daqueles que não conseguem ver além de seus limites territoriais, com interesses próprios e individualistas. Mas já dizia o ditado “uma andorinha só não faz verão”. E isso é mais que uma afirmação: trata-se de um chamamento em favor da união de forças que estimulem uma discussão saudável e indicadora de saídas para os problemas e as dificuldades da região.

Há quase um ano, em 24 de fevereiro de 1996, o vice-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou durante sua visita a Adamantina que “a Alta Paulista tem um grande potencial e com um projeto cirando uma zona de incentivos fiscais, poderia tornar-se um grande mercado de trabalho e a saída para o desenvolvimento”. Na oportunidade o então presidente da AMNAP e ex-prefeito de Santa Mercedes, Ademir de Castro, cobrou do vice-governador que a Alta Paulista também participasse ativamente desse benefício, para que a região fosse incluída nessa zona de incentivos fiscais criada pelo governador Mário Covas, para que São Paulo competisse com outros estados como Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, atraindo empresas interessadas em instalar por ali.

Alckmin completou: “tem que se trabalhar o mercado regional que tem vocação natural para agro-indústrias e prestação de serviços”, mas até o momento nada aconteceu.

Isso faz com que nossas lideranças que assumem a AMNAP, façam dela uma verdadeira frente de reivindicação e uma autêntica representação da região na articulação e solicitação de benefícios junto às esferas governamentais à nível estadual e federal. Se o grupo tiver força, união, criatividade e vontade de fazer as coisas acontecerem, certamente o caminho será mais fácil. Não será um município que estará em audiência com um dirigente ou um secretário do Estado. Nessas audiências presente se fará toda uma região que unida, busca saídas e melhores soluções para a Nova Alta Paulista.

Quanto às agro-indústrias – tendência que se encaixa perfeitamente à região, que tem uma economia baseada e dependente da agricultura – o assunto merece muita discussão, atenção e deve ocupar grande parte dos debates nas regiões.

Uma discussão que merece muita atenção da AMNAP envolve a criação de uma feclaria de mandioca, seguindo uma proposta da Adamantina Participação de Investimentos S.A. (Adapar), que é a maior empresa de participação comunitária no país, levando em conta o número de acionistas. Essa iniciativa exige uma estrutura com cerca de 600 alqueires de área plantada com mandioca para tornar viável a implantação de uma feclaria. Uma atividade como essa envolve a agricultura em várias propriedades dos municípios da região, com a geração de inúmeros benefícios.

A AMNAP deve estar totalmente desvinculada de interesses pessoais, partidários e políticos. Muito mais do que status, dirigir uma entidade como esta exige determinação, pulso firme, força de vontade, muita criatividade e

atenção voltada para os problemas regionais. Devem ser vetadas as práticas voltadas aos casuísmos, e se isso ocorrer, certamente provocaria um novo esvaziamento da AMNAP, como ocorreu no passado, que existia apenas no papel.

Não se deve deixar desaparecer o entusiasmo tão comum no início de uma nova fase.

Os interesses da AMNAP são de toda a coletividade, das reuniões da entidade deveriam participar também as associações comerciais e outras lideranças regionais, para, juntos, acharem as soluções mais viáveis para a nossa região.

Não deixem a AMNAP morrer, ela interessa a todos nós da Nova Alta Paulista.

5/2/1997 – **Presidente da AMNAP quer criar sub-regiões** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2245, p. 4)

Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Presentes 19 prefeitos, 113 vereadores, e 16 presidentes de câmaras municipais da região na posse da nova diretoria da Amnap.
- Seu discurso destacou a intenção de representar a região junto às esferas governamentais; suas estratégias primarão pela descentralização e, para isso, propõe a criação de sub-regiões para que sejam resolvidos, pelas cidades próximas, os problemas locais, formando consórcios para que um município auxilie o outro. Propôs, ainda, o envio de formulários aos prefeitos membros da entidade para coleta de sugestões e prioridades;
- Comentou-se o programa de refortalecimento da cafeicultura, iniciado em Parapuã e Adamantina, como uma alternativa ao desenvolvimento regional, pois a mesma dispõe de infra-estrutura já instalada. Com apoio da Secretaria Estadual de Agricultura, o programa será estendido a todos os municípios.

Composição da diretoria:

Presidente	Walter Luiz Martins	Prefeito de Osvaldo Cruz
1ºVice-presidente	José Sadao Koshiyama	Prefeito de Monte Castelo
2º Vice-presidente	José Laércio Rossi	Prefeito de Adamantina
1ºSecretário	Carlos Ananias	Prefeito de Lucélia
2º Secretário	Félix Karan	Vereador de Dracena
1ºTesoureiro	Paulo Toda	Prefeito de Pacaembu
2º Tesoureiro	José Ap. A da Silva	Pres. da Câmara M. Parapuã

11/2/1997 - **Amnap muda estatuto e abre participação às entidades representativas** (Jornal O

Adamantinense, ano XXXI, nº 2246, p. 4)

Reunião realizada em Dracena.

- Hélio Ap. Mendes Furini, Carlos Ananias, Carlos Martins e Osmar Pinato, formaram comissão para alterar o regimento interno e o estatuto da AMNAP, que existe há duas décadas, com participação importante na região. Intenciona-se busca de agilidade e maior dinamismo.
- A entidade deixa de ser associação representativa e passa a ser um fórum de debates dos problemas regionais;
- O novo estatuto prevê a participação de outras entidades representativas devidamente cadastradas nos municípios, como clubes de serviço, cooperativas e sindicatos. Todos terão a tribuna livre para apresentação de sugestões e reclamações, com direito a voto.
- Indicação do prefeito de Dracena, José Cláudio Grando: saúde é um problema comum aos municípios e este deve ser um tema prioritário;
- Reunião em Panorama, com membros da diretoria da CESP, aponta a possibilidade de a cidade receber um porto fluvial, que “seria a porta de entrada para o Mercosul”;
- Cogitou-se incentivo ao programa de fortalecimento da cafeicultura regional;
- Necessidade de se trabalhar harmonicamente quanto à expansão do ensino superior na Nova Alta Paulista;
- Necessidade de se eleger um deputado pela região;
- Sugestão para se criar uma comissão de educação (vereador Nivaldo Gualda – Tupi Paulista) para discutir os problemas do setor, em especial da municipalização do ensino;
- Denúncia da sobrecarga dos municípios (vereador Diniz Parússolo Martins – Adamantina). Os recursos não são repassados na mesma proporção das responsabilidades atribuídas aos municípios (o Estado preocupa-se muito com o professor e deixa para as prefeituras as atribuições com pessoal administrativo, e de apoio, além das despesas com telefone, luz etc). Importância das câmaras municipais no processo de municipalização, principalmente no período em que forem iniciadas as elaborações de convênios entre Estado e municípios;

- O presidente da Associação Comercial de Dracena, Carlos Aparecido, afirmou que é muito bem vinda a participação dessa entidade na AMNAP e que “o comércio da região está de mãos dadas pela Nova Alta Paulista”.

5/3/1997 – **Cinco municípios são incluídos na AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2252, p. 4)
Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Cinco novos municípios passaram a integrar a AMNAP: Tupã, Arco-Íris, Queiroz, Iacri e Bastos. O convite foi feito pelo presidente Walter Luiz Martins, logo aceito pelo prefeito de Tupã, Manoel Gaspar, que convenceu os demais. Os mesmos receberam convite também da Associação dos Municípios do Centro Oeste Paulista – AMCOP - , optando pela AMNAP “porque Tupã se identifica melhor com a região da Nova Alta Paulista. Acho que nossos problemas são idênticos, a região está até certo ponto estagnada e diante disso é importante estarmos juntos para trazer idéias e apresentar saídas”. (Manoel Gaspar);
- O prefeito de Tupã aponta a necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento regional para ser apresentado ao governador; considera, ainda, que o governo do Estado deve priorizar a Nova Alta Paulista como área de desenvolvimento com planos de incentivos fiscais e políticas agrícolas. “Caso isso não ocorra, dificilmente sairemos dessa situação. Se o governo investir maciçamente na região com estradas, casas, apoio à saúde e agricultura, teremos condições de deixar esse estágio. Somente com recursos municipais, é difícil conseguir alguma coisa. Sozinhos, não seremos ninguém”. (Manoel Gaspar);
- O prefeito de Dracena, José Cláudio Grando, vê com cautela o aumento da entidade, pois “tudo o que cresce demais, perde-se o controle”;
- Reiterou-se a necessidade de se eleger um deputado pela região;
- Presentes à região o vice-governador Geraldo Alckmin e o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Francisco Graziano Neto. Foi apresentado a eles o programa de recuperação da cafeicultura, iniciado em Parapuã, Osvaldo Cruz e Adamantina;
- Graziano comentou a importância de um programa de recuperação do solo, por meio das bacias hidrográficas;
- Em entrevista à imprensa, o mesmo colocou a estrutura de todos os institutos agrônômicos e estações experimentais vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento à disposição dos municípios, referindo-se à produção de mudas de café. Para a instalação de viveiros, disponibilizou o Fundo de Expansão Agropecuária;
- O secretário deu carta branca aos prefeitos para que contratem profissionais de apoio ao projeto, a serem remunerados por meio de convênio com o Estado;
- Quanto à recuperação das estradas rurais, disse que o trabalho será feito em parceria com a Codasp;
- Afirmou que a saída para o desenvolvimento regional não está unicamente no café. “A região tem que descobrir que pode produzir frutas, e diante disso, não tenho dúvidas que o quadro agrícola regional seja revertido”. Afirmou que, no interior, a indústria deve estar ligada diretamente ao setor agrícola. Outra necessidade são os contatos com o Mercosul, “havendo espaço para todos competirem”;
- Quanto aos terminais de calcário, disse que “não tem avaliação positiva. O calcário é barato, é preciso, então, investir na conscientização, para que sejam desenvolvidos programas de conservação do solo, com tecnologias que incluam curvas de nível, bacias hidrográficas e correção à base de insumos”;
- Quanto ao êxodo rural, Graziano diz que “é preciso uma atitude dos prefeitos no sentido de levar cidadania ao homem do campo. Se ele tiver acesso a ônibus, escolas, comércio, e infra-estrutura, não terá necessidade de deixar a zona rural”.

12/4/1997 – **Alckmin presente na reunião da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2262, p. 6)
Reunião realizada em Bastos.

- Herculândia é mais um município incluído à AMNAP, totalizando trinta membros;
- A entidade formará vários conselhos para tratar de temas regionais: saúde, educação, e outros. Os conselhos serão divididos por regiões, como forma de tratar os problemas mais proximamente;
- Rodolfo Costa e Silva, vice-presidente da Sabesp, adiantou que o Estado pretende investir dez milhões de reais em obras de abastecimento de água e saneamento básico na Nova Alta Paulista. “O saneamento básico sempre ficou em segundo plano, e hoje as coisas estão de certa forma bem diferentes. O governador Mário Covas pretende fechar o ano com mais de mil obras em andamento, e, com isso, fornecer água com qualidade para a população de São Paulo, ele é um revolucionário. A sociedade quer transparência e clareza e é isso o que vem ocorrendo com a Sabesp”;
- Alcione Helena, secretária adjunta da Secretaria de Estado da Criança, Família e Bem-estar Social, presente na assembléia, informou os recursos a serem repassados aos municípios para desenvolvimento dos programas prioritizados;

- Geraldo Alckmin, vice-governador, trouxe novidades: “o governo estadual quer dar incentivo ao desenvolvimento regional, criando programas específicos a cada região, como a isenção de impostos e incentivos fiscais. A idéia é trazer pequenas empresas que geram grande número de empregos”.

2/7/1997 – **AMNAP busca alternativas para pequenos produtores** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2284, p. 5)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Os trinta prefeitos vão solicitar ao governo do Estado uma linha de crédito para estimular a suinocultura na região, prevendo parcerias entre os produtores e um frigorífico em Paulicéia;
- Busca de crédito, também, para estimular a fruticultura, como a laranja, acerola e manga, apostando na indústria Fruteza, instalada em Dracena;
- Há planos, também, para o incentivo à produção de leite, com rebanho e tecnologia melhorada.;
- Continuam os incentivos ao fortalecimento da cultura do café.

9/8/1997 – **Parapuã sediou uma das melhores reuniões da Amnap** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2295, p. 3)

Reunião realizada em Parapuã.

- Muitos representantes da sociedade civil regional presentes na reunião: Lyons Club, Rotary Club, Maçonaria, Associações Comerciais e outros. Mobilização para criação da 12ª Região Administrativa da Nova Alta Paulista, independente de Presidente Prudente. Apoio da Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo). “Não se trata de uma vontade individual. É um movimento que está nascendo no seio da comunidade. Esse movimento deverá mobilizar todos os municípios para a coleta de assinaturas que irão integrar um abaixo-assinado. Temos regiões recebendo verbas e ficamos mendigando recursos com o chapéu na mão”. (Carlos Aparecido, vice-presidente da Facesp, de Dracena);
- Diniz Parússolo Martins, vereador em Adamantina, lembrou que, em 1978, já houve movimento parecido na Nova Alta Paulista e que não obteve êxito. “Mas a luta deve continuar, pois a distribuição de verbas é muito centralizada na sede da região administrativa e não temos nenhuma afinidade com a Sorocabana. Temos que ir a São Paulo para retirar duas cadeiras de rodas. As viagens ficam mais caras do que o próprio benefício. Somos relegados a um plano secundário e, com uma nova região administrativa os municípios passariam a ser verdadeiramente respeitados”;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia acena para a desativação dos colégios agrícolas de Dracena e Adamantina; prefeito de Dracena, José Cláudio Grandó, pede intervenção da Amnap e das lideranças regional “para evitar tal arbitrariedade”.

16/7/1997 – **Lucélia reúne municípios em assembléia da AMNAP** (Jornal O Adamantinense, ano XXXI, nº 2288, p. 5)

Reunião realizada em Lucélia.

- Presentes cerca de 350 pessoas representando os municípios da Nova Alta Paulista;
- O presidente da entidade, Walter Luiz Martins, prefeito de Osvaldo Cruz, ressaltou a necessidade de se criar um Conselho de Educação para discutir propostas para o setor, principalmente no que se refere à municipalização do ensino.

Ano de 1998

17/1/1998 – **AMNAP reelege Walter** (Jornal O Adamantinense, ano XXXII, nº 2360, p. 4)

Reunião realizada em Adamantina.

- Walter Luiz Martins é reeleito presidente da entidade para o ano de 1998;
- Discutiu-se a criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista;
- Continuam os trabalhos para concretização do projeto de construção da obra sobre o rio Paraná;
- Prefeitos sugerem a criação de um consórcio intermunicipal de saúde.

17/3/1998 – **AMNAP discute problemas da Alta Paulista** (J. O Adamantinense, ano XXXII, nº 2397, p. 6)

Reunião realizada em Flórida Paulista.

- Principal tema: construção da ponte sobre o rio Paraná. Segundo o prefeito de Lucélia, Carlos Ananias, “o melhor seria construir seus pilares antes que ocorra a inundação para a construção da barragem de Porto Primavera, caso contrário, os custos para execução da obra serão bem maiores”;
- Os prefeitos assinaram manifesto de apoio à reeleição do governador de São Paulo, Mário Covas.

4/4/1998 – **AMNAP se reúne em Iacri** (Jornal O Adamantinense, ano XXXII, nº 2411)

Reunião realizada em Iacri.

- Diversos secretários de Estado convidados: Walter Barelli (Trabalho), Dimas Ramalho (Habitação), além do vice-presidente da Sabesp, Rodolfo Costa e Silva, secretário adjunto da Secretaria de Segurança Pública e a secretária adjunta da Secretaria da Criança, Família e Bem-estar Social, Alcione Borner Campos.

23/6/1998 – **Prefeitos da AMNAP decidem novo pedido da Região Administrativa** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIII, nº 2459)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Diretoria pede a criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista, porém, sem indicação da cidade-sede, como ocorreu com o Projeto de Lei nº 298/98, que indicou Adamantina como tal.

Ano de 1999

10/2/1999 – **Laércio retira candidatura da Amnap** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIII, nº 2610, p. 4)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- O prefeito de Adamantina, José Laércio Rossi, numa atitude de protesto, retirou a sua candidatura para a próxima diretoria da entidade. Reclamou da falta de coleguismo de Odemar Carvalho do Val, prefeito de Ouro Verde, pois na última reunião ficou definido que os presidentes seriam revezados entre as três microrregiões: Dracena, Adamantina e Tupã.

2/3/1999 – **Presidente da Amnap em Adamantina** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIII, nº 2621, p. 5)

- Para desfazer mal entendidos, Odemar Carvalho do Val, prefeito de Ouro Verde, e novo presidente da AMNAP, esteve em Adamantina conversando com José Laércio Rossi;
- Sua posse está marcada para 13/3/1999, em Osvaldo Cruz. Prioridades de sua gestão: andamento nas negociações para construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, na altura de Panorama/Brasilândia; articulação na definição da cidade que sediará a 12ª Região Administrativa da Nova Alta Paulista, evitando “rachas e disputas”.

13/3/1999 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Presentes à reunião: Dra Marta Teresinha Godinho (secretária de Assistência e Desenvolvimento Social), dr. João Carlos de Souza Meirelles (Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento), deputado federal Paulo Lima, deputado estadual Rodolfo Costa e Silva, deputado estadual Edson Aparecido, sr. Sérgio Augusto Camargo (superintendente do DER), dr. Jarbas Favoretto (representante da Câmara Setorial de Turismo Rural), além de vereadores, presidentes de Câmaras Municipais, e prefeitos.
- Maria Zanardo do Val, esposa do próximo presidente da Amnap Odemar Carvalho do Val (prefeito de Ouro Verde), tomará posse do cargo de presidente da SUNAP (Solidariedade Unida da Nova Alta Paulista), entidade que congrega as primeiras damas dos municípios da Nova Alta Paulista, sucedendo Marilza Cavalline Martins, atual presidenta.
- O novo presidente afirmou o compromisso de dar continuidade aos projetos iniciados pelo seu antecessor, visando o fortalecimento da entidade e o desenvolvimento da Nova Alta Paulista. Ele reforçou as metas estabelecidas em 1997: construção da ponte sobre o rio Paraná, criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista, atenção à agricultura (destacando o setor sucroalcooleiro)
- Nova diretoria da AMNAP para o ano de 1999:

Presidente	Odemar Carvalho do Val	Prefeito de Ouro Verde
1º Vice-presidente	Carlos Ananias C. de Souza	Prefeito de Lucélia
2º Vice-presidente	Daniel Ap. Fernandes	Prefeito de Bastos
1º Secretário	Hélio Ap. M. Furini	Prefeito de Junqueirópolis
2º Secretário	João Evangelista Pereira	Vereador de Lucélia
1º Tesoureiro	João Augusto Ribeiro	Vereador de Dracena
2º Tesoureiro	Walter Teixeira Góes	Vereador de Osvaldo Cruz

Diretoria da SUNAP para o ano de 1999:

Presidente	Maria Zanardo do Val	Primeira-dama de Ouro Verde
1ª Vice-presidente	Mariza Fátima de Souza	Primeira-dama de Lucélia
2ª Vice-presidente	Virgínia P. S. Fernandes	Primeira-dama de Bastos
1º Secretária	Ap. Maria S. Alonso	Primeira-dama de Tupi Paulista
2ª Secretária	Marizilda Souto Grandó	Primeira-dama de Dracena
1ª Tesoureira	Ap. de Lourdes Furini	Primeira-dama de Junqueirópolis
2ª Tesoureira	Izaura P. Ferreira Gaspar	Primeira-dama de Tupã

Primeira diretora social: Marilza Cavalline Martins (primeira-dama de Osvaldo Cruz), 2ª diretora social: Ana Maria Rossi (primeira-dama de Adamantina), 3ª diretora social, Neuza Mazaro de Araújo (primeira-dama de Flora Rica). Conselheiras: Leonor da Silva (primeira-dama de Parapuá), Irani dos Santos (primeira-dama de São João do Pau D'Alho), Teresinha Albrechet Moreira (primeira-dama de Irapuru), Maria Ap. Marinelli Golinelli ((primeira-dama de Herculândia), Dirce Alves Campato (primeira-dama de Inúbia Pta), Dulce Romanini Freire (primeira-dama de nova Guataporanga), e Luzia Pelegrini Pessoa (primeira-dama de Iacri).

8/5/1999 - **AMNAP discute crise do setor sucro-alcooleiro** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIII, nº 2667, p. 5)
Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Prefeitos elaboram documento ao governo do Estado ressaltando a necessidade de o mesmo rever a sua política para com o setor energético, pois o mercado liberado impõe “um regime de escravatura, em que os distribuidores se aproveitam do momento para sugar, de forma inescrupulosa, além do patrimônio dos nossos empresários, o suor e a vida dos nossos trabalhadores. A correção constantes nos preços do petróleo e dos derivados, por conta da desvalorização do real e da alta dos preços do petróleo importado, sem fazer nada para corrigir a distorção que ocorre com o preço do álcool, do açúcar e da cana-de-açúcar”.

6/10/1999 – **AMNAP discute o gás natural na região** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIII, nº 2780)
Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Unipontal e Amnap discutem a matriz energética do gás natural como alternativa e vetor do desenvolvimento regional. “O objetivo é gerar competitividade e até reduzir os custos das empresas e indústrias, tornando os investimentos locais atraentes”. O gasoduto passa pelo município de Andradina, a 80 km da Nova Alta Paulista, devendo potencializar seu aproveitamento com a criação de ramais que atendem as demais localidades;
- Tal discussão soma-se às ações para o desenvolvimento do interior paulista, que vêm sendo viabilizadas a partir da realização dos fóruns regionais de desenvolvimento, promovidos pelo governo estadual, conforme explicações do deputado estadual Edson Aparecido;
- Em pauta, a construção da ponte sobre o rio Paraná. O secretário estadual de Energia, Mauro Arce, reafirmou “o papel desta secretaria em relação à construção dos pilares e determinou a retificação do Termo de Compromisso com a Amnap, de forma que a CESP se responsabilizou pelas obras de encabeçamento da ponte, nas margens do rio, nos municípios de Brasilândia (MS) e Paulicéia (SP)”.

Ano de 2000

28/3/2000 – **Turismo será o ponto forte da economia** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIV, nº 2874, p. 6)

Reunião realizada em Ouro Verde.

- O prefeito de Ouro Verde e presidente da Amnap, Odemar Carvalho do Val, destaca a importância do turismo às margens do rio Paraná, citando, em especial, a lagoa Primavera, onde já se praticam os esportes náuticos. Afirma que “a exploração do turismo também cabe às empresas privadas que desejarem investir na região e no seu alto potencial, e não apenas ao poder público. Desta forma, vamos aumentar a comercialização de produtos, mercadorias e serviços.”
- Nesta data, ocorreu a eleição para a nova diretoria da Amnap, sendo reconduzido Odemar Carvalho do Val;
- Prioridades do próximo ano sob sua gestão: esforços para a concretização da ponte sobre o rio Paraná;
- Quanto ao balanço do ano anterior, sob sua gestão, ela afirma que “não se pode fazer uma auto-avaliação dos trabalhos, pois a AMNAP está trabalhando sobre os fatores apontados pelos municípios no Fórum de Desenvolvimento da Alta Paulista, ocorrido em Tupã”;
- Presentes a prefeita do município de Brasilândia, Marilza do Amaral, e o deputado estadual de MS, Akira Otsubo;
- Palavras das autoridades sul-matogrossenses: “ Esta ponte é de grande importância nas relações comerciais entre os dois estados. A primeira luta do MS foi em relação à lagoa Primavera, quando inúmeros proprietários ribeirinhos foram prejudicados. E nos estamos tentando intervir junto à CESP para que estes sejam indenizados. Agora a nossa luta se dá na construção desta ponte, que irá levar o desenvolvimento a regiões pouco exploradas dos dois estados. A relação comercial interestadual já é forte, pois importamos e exportamos produtos com São Paulo. Além disso, o MS é um grande fornecedor de matérias-primas. Somos o maior produtor de carne bovina do país e todos serão beneficiados com esta ponte”;
- O presidente da AMNAP informou que a empresa responsável pela obra - Enecil - apresentou o projeto da ponte, que contará com a utilização da mais alta tecnologia da engenharia e construção civil. “A mesma seguirá os modelos da ponte construída em São Francisco, nos Estados Unidos, utilizando o sistema pensionado. Concluída, será a primeira ponte neste estilo a ligar dois estados brasileiros. A construção proporcionará segurança em todos os seus 1.500 metros, utilizando para a sustentação, cabos de aço importados ligados à base de sustentação. A mesma está projetada para suportar alto fluxo de veículos de passeio e carga, com segurança aos mesmos, pois a região gera ventos de até 200 km/h. A previsão de conclusão da obra é de 24 meses e o projeto está orçado em R\$80milhões”.

8/12/2000 – **Prefeito participa de encontro da AMNAP** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIV, nº 3082, p. 7)

Reunião realizada em Ouro Verde.

- Presentes os prefeitos recém-empossados dos trinta municípios. Além deles, muitos vice-prefeitos, vereadores e presidentes de câmaras municipais;
- Pauta: utilização dos galpões vazios do extinto IBC, existentes em grande número dos municípios. Adamantina já tem concessão para uso do seu, sediando empresas que geram 160 empregos;
- Prefeitos otimistas com o prosseguimento da construção das obras da ponte sobre o rio Paraná;
- O secretário estadual de Ciência e Tecnologia Meirelles, afirma que “a indústria que queremos ter está na agricultura. Somente quando colocarmos em prática um plano agrícola é que estaremos solucionando a grande maioria dos nossos problemas”;
- O secretário está “intimando” os prefeitos a criarem seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, sendo que a Amnap deve criar um Conselho Regional de Desenvolvimento Rural. “Os prefeitos que se negarem a constituir os conselhos não receberão verbas para realização de obras de infraestrutura na área urbana dos seus municípios. Uma forma encontrada pelo governador Covas para que os prefeitos comecem realmente a olhar a agricultura com outros olhos”.

Ano de 2001

16/6/2001 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Autoridades presentes: prefeitos de 19 municípios membros (Dracena, Flora Rica, Iacri, Inúbia Pta, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Mirandópolis, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Osvaldo Cruz, Parapuã, Paulicéia, Panorama, Rinópolis, Salmourão, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista), quarenta e quatro vereadores, nove vice-prefeitos, deputado estadual Zuza Abdul Massih, deputado federal Arnaldo Madeira, lideranças regionais e representantes de entidades de classe. O prefeito de Mirandópolis, Jorge Farias Malully, representou a Associação dos Municípios da Alta Noroeste, sr. Alberto Atilio de Andrade Sáccaro (diretor regional do Banespa), e dr. Canoas Neto (representante do secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo).
- Comentou-se a realização do I Fórum de Desenvolvimento Regional, em Tupã, quando se discutiram temas de interesse regional.
- O prefeito de Lucélia, Carlos Ananias, destacou a implantação de penitenciárias no interior do Estado e de modo particular, as construídas no Oeste paulista, enfocando questões sobre segurança no sistema prisional, sobretudo a sua preocupação quanto ao sistema de prisão semi-aberta, que implicará.
- Apresentação e aprovação de chapa única para o próximo exercício da Amnap:

Presidente	Walter Luiz Martins	1	Prefeito de Osvaldo Cruz
1ºVice-presidente	Hélio Ap. Mendes Furini		Prefeito de Junqueirópolis
2º Vice-presidente	José Laércio Rossi		Prefeito de Adamantina
1º Secretário	Florentino Fernandes Garcia		Vice-prefeito de Tupã
2º Secretário	José Vieira Torcato		Prefeito de Paulicéia
1ºTesorreiro	João Evangelista		Vereador de Lucélia
2º Tesorreiro	Siomara Neves Mugnai		Vereador de Pacaembu

Ano de 2002

5/3/2002 – **Amnap: mais uma oportunidade perdida** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVI, nº 3379, p. 6)

Reunião realizada em Adamantina.

- Pauta: explanação sobre a contribuição da taxa de iluminação pública e revisão na cobrança dos precatórios; instalação do Banco da Terra, em Lucélia, sendo o único município da região a sediá-lo; definição de temas a serem debatidos na reunião anual da APM;
- Severas críticas foram feitas pelo articulista do Jornal Diário do Oeste, Acácio Rocha, sobre o pouco envolvimento dos prefeitos (22 presentes) em torno dos temas de interesse regional. “Até quando a sigla Amnap vai continuar sendo lida como Amnada?”

25/5/2002 – **Nova Alta Paulista aponta prioridades** (Jornal Folha Regional, ano XIV, nº 319, p. 1)

Reunião realizada em Adamantina.

- Mais de 300 lideranças da região discutiram e elaboraram as prioridades da região. Sílvio Torres, presidente do Instituto Teotônio Vilela, seção São Paulo, foi o coordenador do encontro, que teve a presença de oito prefeitos, dez vice-prefeitos, oito presidentes de Câmaras municipais, 42 vereadores e representantes de sindicatos, associações, clubes de serviços, OAB, educadores, funcionários públicos, estudantes, secretários municipais, agricultores e ambientalistas. Prioridades:
- Política agressiva com o objetivo de geração de emprego e renda;
- Desenvolvimento do agronegócio, dirigido para a realidade regional, com produtividade e garantia de negócios;
- Investimentos estaduais capazes de possibilitar a construção de estruturas adequadas devido a nova realidade, em conseqüência dos presídios aqui instalados;
- Recuperação da malha viária asfáltica regional, incluindo-se todas as vicinais;
- Instalação de um hospital regional em Dracena ou Adamantina.

- A proposta será sistematizada pelo Instituto Teotônio Vilela, depois incorporada ao programa do candidato tucano Geraldo Alckmin, que oficializará em visita a região a “Proposta de Desenvolvimento Regional” para a Nova Alta Paulista.

13/8/2002 – **Prefeitos da AMNAP definem apoio a Alckmin** (J. Diário do Oeste, ano XXXVI, nº 3502, p. 8)
Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Os prefeitos que integram a Amnap e presentes à reunião definiram estratégias de apoio à candidatura de Geraldo Alckmin à reeleição para o governo do Estado de São Paulo. O principal motivo seria a gratidão dos mesmos ao governador Mário Covas, que, segundo eles, “foram inúmeros os benefícios que a Nova Alta Paulista recebeu”. Entre os benefícios foram citados: a construção da ponte sobre o rio Paraná, a duplicação da SP-294, a aprovação de vários cursos superiores, além dos benefícios pontuais a cada município. Os trinta municípios somam 271.370 eleitores.

7/12/2002 – **Ponte sobre o rio Paraná na pauta de reunião da AMNAP** (Jornal Folha Regional, ano XIV, nº 332, p. 8)

Reunião a ser realizada em Irapuru.

- Convite ao secretário estadual dos Transportes, Luiz Carlos Frayze David, o secretário estadual de Educação, Gabriel Chalita, e o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado, Nelson Guimarães Proença, além de deputados estaduais e federais comprometidos com a região;
- Tema principal: paralisação da obra de construção da ponte sobre o rio Paraná.

Ano de 2003

30/1/2003 – **Comissão da AMNAP elabora proposta de crescimento regional** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVII, nº 3618, p. 4)

Reunião realizada em Osvaldo Cruz.

- Discutiu-se a criação de um fundo regional de desenvolvimento, a inclusão da Nova Alta Paulista na zona de incentivos fiscais, retomada da criação da região administrativa, instalação de unidades da FATEC, conclusão da ponte sobre o rio Paraná, e construção de um hospital regional;
- Formou-se uma comissão (composta por seis prefeitos) para elaborar documento com as propostas discutidas pelos presentes (18 prefeitos, diversos vereadores, presidentes de associações representativas e entidades não governamentais). O documento será entregue no Fórum Regional de Desenvolvimento, a realizar-se em Presidente Prudente, em 14/2;
- A Amnap estará junto com a Unipontal, porém entregarão seus pedidos em separado.

15/2/2003 – **Prefeitos da AMNAP debatem desenvolvimento regional** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVII, nº 3630, p. 5)

- Cerca de 1.200 pessoas da Nova Alta Paulista e da Sorocabana presentes no Tênis Clube de Presidente Prudente. Vários secretários estaduais e o governador Geraldo Alckmin presentes. Os prefeitos entregaram suas reivindicações em separado;
- Amnap apresentou as reivindicações regionais.

3/4/2003 - **AMNAP faz reunião nesta sexta-feira com secretário** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVII, nº 3662)

Reunião a realizar-se em Parapuã.

- Presença marcada do secretário estadual da Agricultura, Duarte Nogueira, na próxima reunião da Amnap;
- Prefeitos reivindicarão “apoio a alternativas práticas para geração de emprego e renda na área do agronegócio”;
- Evento organizado com a participação de cooperativas e associações rurais da região.

21/7/2003 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Junqueirópolis.

- Presença de vinte e cinco prefeitos, sessenta e oito vereadores, e quatorze vice-prefeitos. Autoridades convidadas: Dr. Dário Rais Lopes (secretário de Estado dos Transportes), Fábio Resende (coordenador

do Programa FEAP, da Secretaria Estadual da Agricultura), Lars Schimitz Graef, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, deputado estadual Edson Aparecido, lideranças regionais e representantes de entidades de classe;

- Fábio Resende explicou o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca na Nova Alta Paulista;
- Carlos Ângelo Nobile, prefeito de Assis, manifestou seu apoio ao manifesto “SOS Municípios”, veiculado pelas associações de municípios em todo o Estado de São Paulo, adotando medidas urgentes a repasses financeiros dos governos Federal e Estadual para os municípios;
- Destacou-se, também, a participação dos municípios membros da AMNAP no I Fórum de Desenvolvimento da Nova Alta Paulista, “recentemente realizado, visando o desenvolvimento de vários segmentos das localidades interioranas e do próprio governo do Estado”;
- Carlos Ananias, prefeito de Lucélia, abordou assuntos relacionados à implantação de penitenciárias no interior do Estado e de modo particular as construídas no Oeste paulista, enfocando a necessidade do reforço da segurança nesses municípios, sobretudo a sua preocupação quanto ao sistema de prisão semi-aberta,;
- O sr. Dário Rais Lopes informou que atenderia os municípios membros da AMNAP em separado do recinto da reunião;
- O presidente eleito, Hélio Ap. M. Furini, sugeriu novas formas de procedimento da Amnap, visando um melhor entrosamento entre os membros da diretoria, mas, principalmente, entre todos os municípios integrantes da entidade e demais lideranças que dela fazem parte.
- Apresentação e aprovação de chapa única para o próximo exercício da Amnap:

Presidente	Hélio Ap. Mendes Furini	Prefeito de Junqueirópolis
1ºVice-presidente	Antonio Prado dos Reis	Prefeito de Rinópolis
2º Vice-presidente	Manoel Pereira dos Santos	Prefeito de S. João do P. D’Alho
1º Secretário	Salvador Mustafá Campos	Prefeito de Pacaembu
2º Secretário	Florentino Fernandes Garcia	Vice-prefeito de Tupã
1ºTesoreroiro	Aristides Alonso Portela	Prefeito de Tupi Paulista
2º Tesoureiro	João Evangelista Pereira	Vereador de Lucélia

16/8/2003 – **Fruticultura deverá ser incentivada na região** (Jornal Folha Regional, ano XV, nº 348, p.1)

Reunião realizada em Pacaembu.

- Elaboração do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Nova Alta Paulista. Sob orientação técnica do Sebrae, lideranças políticas e comunitárias, além de professores, empresários, e outros, discutem alternativas e projetos objetivando o crescimento da região;
- Projeta-se criar o Pólo de Produção de Frutas tropicais (incentivo à fruticultura), com criação de marketing para a comercialização das frutas produzidas;
- As propostas serão entregues ao governador e secretários de Estado, em São Paulo.

17/9/2003 – **AMNAP vai realizar em Tupã workshop sobre amendoim e mandioca** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVII, nº 3777, p. 4)

Reunião a realizar-se em Tupã.

- Evento organizado pela Amnap com apoio da Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista (CAMAP), Prefeitura de Tupã, e Sebrae;
- Finalidade: “mobilizar o maior número de pessoas para discutir a importância do amendoim e da mandioca para a região da Nova Alta Paulista e, principalmente, elaborar um documento solicitando apoio do executivo estadual para essas iniciativas”.

16/10/2003 – **AMNAP pede auxílio ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVII, nº 3795, p. 7)

Sem identificação da cidade-sede da reunião.

- Prefeitos pedem intervenção do governador de MS, o Zeca do PT, junto ao presidente Lula para liberação de recursos à conclusão da ponte sobre o rio Paraná, ligando os municípios de Brasilândia/MS e Paulicéia/SP;
- Dez prefeitos da Amnap e cinco de MS reuniram-se com membros da diretoria da CESP e com o assessor da Secretaria de Energia, de Recursos Hídricos e Saneamento e de Infra-estrutura de São Paulo para discutirem a construção da ponte;
- O presidente da Amnap, Hélio Furini, prefeito de Junqueirópolis, calcula que são necessários, ainda, mais de R\$47 milhões, sendo que, deste total, R\$20 já estão garantidos no Orçamento da União.

7/11/2003 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Tupi Paulista.

- Presença de dez prefeitos membros da associação, prefeita de Brasilândia MS, deputado estadual de MS Akira Otsubo, e representantes de entidades civis;
- O prof. Marcelo Plens, coordenador do curso de Administração de Empresas da Rede Gonzaga de Ensino Superior, colocou a proposta de se disponibilizar aos gestores e funcionários municipais da Nova Alta Paulista o curso de especialização “Gestores de Cidades”;
- O prefeito de Ouro Verde, Odemar Carvalho do Val, discorreu sobre as negociações com autoridades paulistas, sul matogrossenses e federais, para a construção da ponte sobre o rio Paraná;
- Fez-se leitura do Manifesto dos Municípios, quando prefeitos de todos os municípios paulistas protestaram contra as medidas do Governo Federal, no tocante aos encargos atribuídos aos municípios e à falta de repasse de recursos da União para cumprimento desses compromissos;
- O diretor regional do DER, sr. João Augusto Ribeiro, falou sobre o recapeamento das rodovias regionais;
- A aluna Luciana Lorencetti leu documento destacando a atuação da AMNAP junto ao governo do Estado, tentando impedir a desativação do CEFAM, particularmente os de Tupi Paulista, Adamantina, e Tupã. Foi sugerido a elaboração de um manifesto a ser entregue ao secretário estadual de Educação;
- Zoraide Gentil, provedora da Santa Casa de Tupi Paulista, explanou sobre “a caótica situação em que se encontram as santas casas de toda a região, necessitando de medidas urgentes para que não tenham que paralisar suas atividades”;
- A vereadora Zezé, de Junqueirópolis, falou sobre as dificuldades do Hospital Amaral Carvalho de Jaú, repercutindo no atendimento dos pacientes cancerosos da Nova Alta Paulista;
- A prefeita de Parapuã, Profa Cecília Ribeiro Duarte de Oliveira, sugeriu outro manifesto para demonstrar a insatisfação dos municípios a respeito do programa “Dose Certa”;

23/12/2003 – **AMNAP: Sebrae expõe programa para o desenvolvimento da região** (Jornal Folha Regional, ano XV, nº 357, p. 13)

Reunião realizada em Dracena.

- Presença de vários deputados e autoridades;
- Sebrae apresentou o projeto elaborado por lideranças regionais para o desenvolvimento regional. Prioridades:
 - 1- Transformar a região em agroindustrial;
 - 2- Implantar um projeto regional de fruticultura;
 - 3- Desenvolver um projeto que torne a região uma referência em educação e saúde;
 - 4- Transformar a região em uma Região Administrativa do Estado de São Paulo;
- Intenciona-se entregar o projeto ao governador do Estado;
- O secretário de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado, João Carlos Meirelles, prontificou-se em “ajudar no que for preciso para a sua implantação”.

Ano de 2004

10/01/2004 – **AMNAP entrega Projeto de Desenvolvimento Regional ao governador Geraldo Alckmin** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 358, p. 12)

- Presidente da AMNAP, Helio Furini, prefeito de Junqueirópolis, entregou cópia do projeto de desenvolvimento regional elaborado sob orientação do Sebrae, quando da visita do governador àquela cidade, em dezembro de 2003. Foi solicitado pelo presidente da entidade uma visita ao Palácio dos Bandeirantes, para apresentar o projeto aos secretários.

28/2/2004 – **Prefeitos recebem orientações da Funasa durante primeira reunião da AMNAP** (Jornal Folha Regional, ano XV, nº 362, p. 11)

Reunião em Adamantina.

- Presente o vice-presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monte; o secretário adjunto da Secretaria de habitação do Estado de São Paulo, Mauro Bragato; o assistente técnico da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Anderson Luiz Vieira, além de outras autoridades;

- O representante da Funasa esclarece os prefeitos sobre como deve ser o processo de elaboração de projetos na área de saneamento básico para conseguir verbas do órgão. “A Funasa possui recursos, porém exige critérios para liberação de verbas”;
- Adamantina pleiteia R\$ 437 mil para a mudança de localidade da usina de lixo;
- Criação de uma Liga de Futebol Amador na região, levando o nome da Amnap, sob coordenação técnica do secretário de Esportes de Sagres, Ricardo Rived Garcia. Marcou-se o início do primeiro campeonato, com times montados pelos municípios;
- Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores comemoram o sucesso de terem conseguido do governo do Estado contribuição financeira para parte da merenda escolar, “já que as cidades vinham respondendo pela alimentação de alunos, até mesmo das escolas estaduais”;
- Outra vitória: reativação das obras da ponte sobre o rio Paraná. “O governo comprometeu-se me liberar verba, mas isto não ocorreu. A empresa Camargo Corrêa, responsável pela obra, continuou o projeto, dando crédito ao governo, que prometeu enviar o dinheiro em março deste ano”.
- Furini (presidente da entidade): “Em 2004, a Amnap se verá com poucos poderes de traçar planos e realizá-los, por ser um ano eleitoral. Existe um prazo para a obtenção de recursos, que é de até o dia 3 de junho. Vamos ter dificuldades em conseguir grandes conquistas para a região”.

10/4/2004 – **AMNAP, Sebrae e Cepam criam Agência de Desenvolvimento** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 366, p. 11)

Reunião em Osvaldo Cruz.

- As três entidades mencionadas no título da reportagem finalizaram um modelo para constituição da Agência Regional de Desenvolvimento. “Todos os participantes da Amnap receberão cópia do estatuto para análise, depois teremos assembléia para discussão e aprovação do texto final”. (José Carlos Cavalcante, gerente regional do Sebrae Presidente Prudente);
- Objetivos da Agência: proporcionar o desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista através de projetos comuns entre as cidades. Ela terá como obrigação cuidar do andamento dos projetos estabelecidos no Plano Regional de Desenvolvimento;
- Prioridade: conclusão da ponte sobre o rio Paraná, estímulo à fruticultura, soja, amendoim, e construção da terceira faixa na SP-294;
- Amnap criará um conselho provisório, até 31/12, quando será eleito o conselho definitivo.
- Walter L. Martins (prefeito de Osvaldo Cruz: “Diferentemente da Amnap, que é um órgão político, a agência poderá receber subvenções do Estado, da União e das prefeituras e da sociedade constituída,
- ONGs, etc. Em sua constituição, a entidade terá assegurada também as participações de representantes de todos os segmentos”.

6/7/2004 – **Ferrovia de carga deve se retomada na Nova Alta Paulista** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXVIII, nº 3964, p. 7)

Reunião realizada em Dracena.

- Amnap tem realizado gestões junto à Ferroban, que desativou a ferrovia há vários anos, solicitando a retomada da ferrovia. Há expectativas de que haja a retomada de seu funcionamento em 2005, no trecho até Adamantina, que centralizaria um entreposto regional de cargas. Numa fase seguinte, ela seria estendida até Panorama, “já que o trecho está comprometido e exige investimentos maiores para sua recuperação”;
- “As perspectivas de reaquecimento do transporte ferroviário são maiores ainda com a expectativa de conclusão da ponte sobre o rio Paraná, em Paulicéia, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul”;
- Atual diretoria da Amnap:

Presidente	Hélio AP. M. Furini	Prefeito de Junqueirópolis
1ºVice-presidente	Antonio Paulo dos Reis	Prefeito de Rinópolis
2º Vice-presidente	Manoel P. dos Santos	Prefeito de S. J. do P. D’Alho
1ºSecretário	Salvador Mustafá Campos	Prefeito de Pacaembu
2º Secretário	Florentino Fernandes	Vice-prefeito de Tupã
1º Tesoureiro	Aristides A Portela	Prefeito de Tupi Paulista
2º Tesoureiro	João Evangelista Pereira	Vereador de Lucélia

4/12/2004 – **Eleição da nova diretoria da AMNAP está marcada para o dia 17 de dezembro** (Jornal Folha Regional, ano XVI, p. 14)

Reunião realizada em Junqueirópolis.

- Grande número de prefeitos e vereadores eleitos;
- Aprovado encaminhamento ao governador e à bancada paulista de deputados federais dos estados de SP e MS, de documento da entidade solicitando a inclusão da emenda nos orçamentos da União (R\$ 20 milhões) e do Estado (R\$ 4 milhões), para seqüência e conclusão da ponte sobre o rio Paraná. A previsão de entrega é abril de 2006;
- Por sugestão do prefeito de Dracena, Elzio Stelato Jr, a eleição para escolha da nova diretoria da entidade ocorrerá naquela cidade, no dia 17/12. Stelato manifestou intenção de concorrer à presidência.

17/12/2004 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNPA)

Reunião realizada em Dracena.

- Presença de prefeitos e representantes de vinte e seis municípios membros, vereadores e representantes de entidades civis;
- Duas chapas foram registradas para concorrer à diretoria da entidade: Avante Alta Paulista, tendo Élzio Stelato Jr, prefeito de Dracena, como candidato a presidente, e União pela Alta Paulista, tendo José Francisco de Figueiredo Micheloni, prefeito de Adamantina, como candidato a presidente. Os membros da chapa Avante Alta Paulista representam municípios que estão em conformidade com o estatuto da AMNAP, ou seja, são adimplentes, enquanto a maior parte dos candidatos da chapa União pela Alta Paulista representam municípios que não estão em conformidade com o estatuto, ou seja, estão inadimplentes. O atual presidente indeferiu a candidatura da segunda chapa com base nos dispositivos estatutários da entidade;
- O prefeito de Adamantina, candidato a presidente da referida chapa, apresentou sua indignação afirmando que os prefeitos recém-eleitos não são responsáveis por inadimplências dos gestores anteriores;
- O candidato Elzio Stelato Jr sugeriu ao presidente Hélio Ap. M. Furini que se utilizasse do instrumento democrático do voto, desconsiderando os dispositivos estatutários da inadimplência como impeditivo. Ele ressaltou a importância da união entre os trinta municípios. A sessão foi suspensa por dez minutos;
- O prefeito de Tupã, Valdemir Gonçalves Lopes, exaltou que “a AMNAP deve permanecer unida, e as normas impostas pelos estatutos devem ser rigorosamente observadas e cumpridas na íntegra, e falhas e ou alterações do estatuto somente serão alteradas em assembléias futuras, uma vez que as deliberações do dia não invocam alterações do estatuto;
- O presidente registrou requerimento verbal do sr. José Francisco Figueiredo Micheloni, retirando a candidatura da Chapa “União pela Alta Paulista”. Em votação, foi eleita a chapa “Avante Alta Paulista”.
- Nova diretoria eleita para o exercício de 2005:

Presidente	Élzio Stelato Jr.	Prefeito de Dracena
1º Vice-presidente	Antonio Alves da Silva	Prefeito de Parapuã
2º Vice-presidente	Osmar Pinatto	Prefeito de Junqueirópolis
1º Secretário	Gilmar R. da Silva Jr.	Prefeito de Sagres
2º Secretário	Valdir Verona	Vereador de Santa Mercedes
1º Tesoureiro	José Milanez Jr.	Prefeito de Panorama
2º Tesoureiro	José Dinael Perle	Prefeito de S. João do P. D’Alho

Ano de 2005

19/2/2005 – **AMNAP define prioridades para 2005 em reunião da diretoria** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 386, p. 12)

Reunião em Dracena.

- O novo presidente, Elzio Stelado Jr, de Dracena, comandou a assembléia, quando se definiram as prioridades para o próximo ano:
- Finalização da ponte dos trabalhos de conclusão da ponte sobre o rio Paraná;
- Viabilidade de um hospital regional;
- Recuperação de estradas vicinais;
- Criação da região administrativa;
- Reativação da ferrovia no trecho entre Panorama e Pederneiras;

26/2/2005 – **AMNAP consegue recursos para implantação de hospital regional** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 386, p. 12)

Reunião realizada em Sagres.

- Discussão sobre a criação do hospital regional. O deputado federal Paulo Lima (PMDB) anunciou que vai incluir, no Orçamento da União, verba no valor de R\$ 1,5 milhão para o projeto. Ele acredita que outros deputados federais farão o mesmo;
- Não está definida a cidade onde o hospital será implantado, mas o Sebrae está finalizando estudo para definição da melhor localização;
- Recuperação das estradas vicinais: cada município terá uma semana para indicar a estrada que necessita de recuperação urgente e encaminhar ofício acompanhado de fotos para a presidência da Amnap.;
- Outros assuntos: queda no repasse de recursos aos municípios, e realização da Copa Amnap de Futebol.

10/3/2005 – **AMNAP participa de manifesto em Brasília hoje** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIX, nº 4.139, p...)

- Diretoria presente em Brasília, juntamente com prefeitos, vereadores e agentes políticos municipais. Ações: 1- Participar da marcha que os municípios brasileiros estarão fazendo para melhoria no repasse de verbas federais. 2- Reunião com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, solicitando “que ele faça o repasse de verba orçamentária de 2004 – R\$14.150 milhões - e também o repasse da quantia estimada para 2005 – R\$3.945 milhões para investimentos nas obras de construção da ponte sobre o rio Paraná”, explica o presidente da entidade, Elzio Stelato Jr.

2/4/2005 – **Diretoria da AMNAP define ações e pauta das próximas assembléias** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 391, p. 12)

Reunião realizada em Dracena.

- Definição de algumas ações da entidade junto ao governo do Estado: definição de tarefas entre os prefeitos membros da entidade;
- Definição do local e data das próximas reuniões;
- Entre 4 e 7 de abril, os membros da diretoria estarão em São Paulo, junto ao Sebrae, Secretaria de Transporte, e do Meio Ambiente. Pretende-se, também, agendar um encontro com o governador, “para reforçar a necessidade de apoio constante do Estado à efetivação dos principais projetos da entidade, sendo prioridade a conclusão da ponte e a criação do hospital regional”;
- Junto ao DER, a entidade solicitou urgência na liberação de verbas para recuperação das estradas vicinais e a disponibilização de uma patrulha constante para a Nova Alta Paulista.

14/5/2005 – **AMNAP realiza assembléia ordinária neste sábado na cidade de Salmourão** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 396, p. 14)

Reunião realizada em Salmourão.

Pauta:

- Implantação do hospital regional;
- Condição precária das estradas vicinais da maior parte dos municípios;
- FPM: Fundo de participação dos municípios;
- Presença do deputado estadual Edson Aparecido (PSDB), deputado estadual Mauro Bragato, deputado estadual Zuza, deputado federal Paulo Lima, diretor do DER de Presidente Prudente, dr. João Augusto Ribeiro, e do chefe do Escritório Regional da Rede Ferroviária Federal, dr. Fábio Aguiar Meneses, e do superintendente do IAMSP, Celso Giglio.

18/6/2005 – **AMNAP pede apoio ao governador Zeca do PT para a obra da ponte não parar** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 401, p. 12)

- Diretoria da AMNAP reuniu-se com o governador de Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas. Objetivo do encontro: reforçar a necessidade de empenho do governo daquele Estado na seqüência ininterrupta da obra da ponte sobre o rio Paraná, ligando Paulicéia/SP e Brasilândia/MS;
- Amnap demonstra preocupação com a paralisação das obras, devido à falta de repasse financeiro por parte do governo federal.. Diante dessa lamentável possibilidade, não podemos deixar de unir forças em busca da concretização de tão sonhada obra, que, sem dúvida, será o ápice para o estímulo do potencial turístico, econômico e social para os dois estados”. (Stelato Jr, presidente da Amnap e prefeito de Dracena);
- Em ofício encaminhado ao governador, a entidade destaca que os recursos federais encontram-se consignados no Orçamento da União, totalizando R\$ 3,630 milhões empenhados em 2004. Reitera a interessão do governador junto ao Ministério dos Transportes para que seja agilizada a celebração do termo aditivo no valor de R\$ 3,945 milhões referentes ao exercício de 2005, ainda não empenhados.

27/6/2005 – **Ata da reunião dos prefeitos e secretários municipais de saúde dos municípios da AMNAP com a diretoria e equipe técnica da DIR-XIV de Marília** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Parapuã.

- O principal objetivo da reunião é a “possível instalação de um Hospital Regional em Adamantina. Cecília Cristina Toghashi, diretora da DIR-XIV de Marília, explanou tecnicamente a questão que envolve trinta e sete municípios. Sugeriu que os secretários municipais de saúde se manifestassem. O prefeito de Adamantina argumentou a importância dessa atitude, porém destacou a necessidade de se fazer melhorias em todas as santas casas já existentes. O secretário de Saúde de Adamantina sugeriu que todos fizessem uma organização das demandas existentes, por especialidade, tanto de exames quanto de consultas, para atendimento da saúde por meio de um consórcio entre todas as cidades da região, dividindo-as em microrregiões”;
- O secretário de saúde de Arco-Íris enfatizou a necessidade de se “consertar o que já existe”, dando um resultado mais eficaz. O prefeito de Sagres salientou é um sonho válido, mas que é preciso melhorar os hospitais sucateados para depois se pensar em Hospital Regional;
- O prefeito de Lucélia é favorável a uma parceria para a criação e utilização do Hospital Regional entre todos os municípios da Nova Alta Paulista;
- O prefeito de Parapuã defende que o Hospital Regional ajuda a resolver o problema dos pequenos municípios. Sugeriu, ainda, uma parceria com a FAI, facilitada pela localização do hospital em Adamantina;
- O secretário de Saúde de Adamantina sugeriu que todos os municípios envolvidos elaborem um projeto, fortalecendo um consórcio intermunicipal para as especialidades com demanda reprimida, ou sem atendimento, envolvendo o auxílio do Estado, a melhoria das santas casas e a criação de um ambulatório regional.
- A direção da DIR-XIV de Marília colocou-se à disposição, entendendo que o Estado deve entrar com a contra-partida e disponibilizar mais recursos aos municípios para que esses possam desenvolver uma melhor saúde para a população regional.

23/7/2005 – **Criação da Agência de Desenvolvimento Regional é anunciada em Adamantina** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 405, p. 16)

Reunião realizada em Adamantina.

- Secretário João Carlos de Souza Meirelles presente em Adamantina, em encontro com prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais, lideranças políticas, empresariais, e educacionais da Nova Alta Paulista;
- Finalidade do evento: criação da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), que buscará estimular, de forma integrada, o desenvolvimento econômico e social da região. “As ações previstas envolvem a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável da região, com a participação do poder público – em todas as esferas -, sociedade civil organizada, sindicatos, associações e entidades educacionais”. A agência poderá realizar estudos, análises e pesquisas para identificar entraves existentes ao desenvolvimento regional, elaborar planos e programas, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável, celebrar convênios, contratos, parcerias e acordos com os municípios, Estado e União, prestar assistência a empreendedores que tenham interesse em investir na região ou àqueles já instalados, por meio de ações voltadas à implantação de infra-estrutura e sistemas de

logística. Dentre as ações, prevê-se, também, a realização de seminários, conferências e fóruns, além de cursos e programas de capacitação profissional”. (Secretário Meirelles)

30/7/2005 – **AMNAP faz levantamento sobre carências nos serviços de saúde nos municípios** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 406, p. 12)

Reunião em Parapuã.

- Vários encontros têm ocorrido nas últimas semanas, sendo estes, descentralizados por microrregião;
 - Em Parapuã, a diretora técnica da DIR de Marília, Cecília Cristina Tohashi, afirma que, “antes de se pensar em hospital regional, é necessário pensar em investir na estrutura já existente, e tentar melhorar o atendimento da população com os hospitais existentes”;
 - Discute-se a criação de três consórcios para a região;
 - O presidente da entidade, Stelato Jr, enviou ofício aos prefeitos, em caráter de urgência, pedindo que identifiquem “as demandas reprimidas nos serviços de saúde, envolvendo consultas médicas generalizadas, consultas médicas com especialistas que causam grandes filas de espera, exames complementares, cirurgias eletivas e outros dados”.
- 13/8/2005 – **Alta Paulista protesta pela manutenção de obras da ponte interestadual em Paulicéia** (Jornal Folha Regional, ano XVI, nº 408, p. 12)
- Com apoio da Amnap, a Associação Comercial e Industrial de Paulicéia realizou protesto contra a paralisação parcial das obras da ponte sobre o rio Paraná, na rotatória de Tupi Paulista, onde cruzam as rodovias SP 294 e SP 563. Presentes 14 prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais e associações comerciais, clubes de serviços, e outras entidades representativas.;
 - O presidente da Amnap, Stelato Jr, destaca “a importância da obra para o desenvolvimento regional dos dois estados, e, por isso, reivindicamos ao governo federal o pagamento dos valores em atraso à construtora Camargo Correia. São R\$ 3 milhões embutidos no orçamento do ano passado, R\$ 3,945 milhões do orçamento de 2005, e uma suplementação de R\$ 15 milhões, também deste ano. A Amnap trabalha a realização de um manifesto de prefeitos em Brasília, seguido de uma audiência com a direção do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), órgão do Ministério dos Transportes”.

31/8/2005 – **AMNAP cobra carências da região na área dos transportes** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIX, nº 4254, p.4)

Reunião realizada em Panorama.

- Presença do secretário estadual de Transportes, Dário Lopes. Os prefeitos cobraram o envio de verbas para melhoria das principais carências da região, estando estas ligadas à finalização da ponte sobre o rio Paraná;
- O secretário “parecia lavar as mãos, dizendo que o que cabia ao estado já foi feito, e a obra paralisada é culpa do governo federal”;
- Cobrança de ações na duplicação da rodovia Com. João Ribeiro de Barros;
- Quanto às vicinais, o secretário oficializou três pedidos prioritários e entregou no DER, para providências nos trechos: Dracena-Panorama, Adamantina-Valparaíso, e Pracinha- Lucélia;
- As cidades de Sagres, Salmourão e Parapuã foram contempladas com verbas para aplicação em carências locais.

14/10/2005 – **Ata da reunião extraordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Dracena.

- Presentes prefeitos de onze municípios, vice-prefeita de Adamantina, e representantes de mais dois municípios;
- O motivo da assembléia extraordinária foi uma reunião com o sr. Celso Giglio, presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), em São Paulo, cujo objetivo foi definir a pauta e reivindicações para a audiência com o governador Geraldo Alckmin. Cada entidade terá que enviar ao presidente da APM duas propostas das reivindicações para elaboração das proposições de interesse de cada região, para agendamento de audiência com o governador. Foi solicitado que o governador atendessem individualmente os presidentes das entidades. O presidente solicitou que todos definissem seus pedidos, perguntando se a proposta regional continuaria sendo o Hospital Regional e a criação da Região Administrativa da Nova Alta Paulista;
- O presidente destacou a queda de arrecadação e sugeriu a elaboração de uma nova proposta dentro do pacto federativo, ilustrando a leitura de partes de um documento encaminhado sobre o Projeto de Lei Estadual 798/97, do deputado estadual Vaz Lima. Stelato assumiu o compromisso de encaminhar para

- os demais prefeitos como será feita a divisão do bolo tributário com maiores informações sobre a emenda constitucional do referido deputado;
- Comentou-se sobre a questão dos royalties referentes à energia (represamento do rio Paraná atingindo os municípios de Panorama e Paulicéia) e sobre a lei de cobrança da água (dois temas tratados na reunião da APM);
 - Foi solicitado aos municípios que têm seus contratos com a Sabesp perto da data de vencimento que comuniquem a AMNAP, pois é possível negociar com a empresa, em bloco, já que ela tem interesse em permanecer na região;
 - Quanto ao FPM, destacou-se que o governo estuda novas propostas e, em breve, os prefeitos deverão ir a Brasília;
 - Em função da queda do repasse do FPM, as prefeituras terão que reduzir seus gastos, sendo que uma das medidas é encurtar o horário de atendimento ao público; todos temem desgaste político. São João do Pau D'Alho, por ter dinheiro em caixa, não reduzirá o horário de atendimento;
 - O prefeito de Lucélia, João Pedro Morandi, comunicou mensagem recebida de Brasília garantindo a liberação de 16 milhões de reais para a construção da ponte em Paulicéia. O prefeito de Paulicéia, Roney, afirmou que a empreiteira Camargo Correia não recebeu os 25 milhões de direito e, por isso, não retomará as obras;
 - O prefeito de Lucélia sugeriu aos municípios a elaboração de uma proposta conjunta na área da saúde, para socorrer as santas casas locais;
 - Stelato Jr propôs que o recapeamento das vicinais e de a solicitação de uma cota anual a mais de ICMS, como se fosse um 13º desse imposto. Ficou definida as seguintes propostas: recuperação das estradas vicinais dos municípios que compõem a AMNAP, cujas obras deverão ser executadas com recursos integrais por parte do Estado; 2ª proposta: liberação, por parte do Estado, de uma parcela mensal a mais do ICMS para os municípios, ou seja, instituir o 13º do ICMS.

9/12/2005 – **Ata da assembléia geral ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP, p. 5)

Reunião realizada em Junqueirópolis.

- Presentes prefeitos de treze municípios, além de vice-prefeitos, vereadores e representantes de entidades civis. Autoridades convidadas: Emanuel Fernandes (secretário Estadual de Habitação), deputado Mauro Bragato, dr. João Augusto Ribeiro (diretor do DER12, Presidente Prudente), dr. Roberto Tamura (secretário adjunto da Habitação), major Osvaldo Luiz Jorge (subcomandante do 25º BPM/I – Dracena), Dr. Felipe (chefe regional da CDHU), e outros;
- O presidente destacou que Panorama, Paulicéia, Salmourão e Lucélia possuem grande potencial turístico e reivindicaram o apoio da AMNAP junto aos governos estadual e da União, visando transformarem-se em estâncias turísticas;
- Quanto às obras da ponte, informou que a entidade está realizando novas articulações com a CESP e o DNIT. Os valores referentes à contrapartida do Estado de São Paulo já estão disponíveis, faltando somente a contrapartida do governo federal;
- O engº agrº Edson Martins Paulo, gerente da APTA Regional de Adamantina explanou as atribuições da mesma e seu foco na pequena produção;
- Osvaldo Dias, diretor de Agricultura e presidente da Associação de Produtores Rurais de Junqueirópolis, expôs as dificuldades dos agricultores em relação à produção de frutas. “É certa a paralisação desses agricultores caso não sejam tomadas urgentes providências junto aos órgãos fiscalizadores do Ministério do Trabalho, frente a uma forte e intensificada fiscalização que vem procedendo o referido órgão”.

23/12/2005 - **Stelato é reeleito presidente da AMNAP** (Jornal Diário do Oeste, ano XXXIX, nº 4327, p. 7)

Reunião realizada em Parapuã.

- Sem concorrentes, Elzio Stelato Jr, prefeito de Dracena, foi reeleito para a gestão da Amnap em 2006;
- Composição da diretoria:

Presidente	Elzio Stelato Jr.	Prefeito de Dracena
1º Vice-presidente	Antonio Alves da Silva	Prefeito de Parapuã
2º Vice-presidente	Osmar Pinato	Prefeito de Junqueirópolis
1º Secretário	Gilmar R. da Silva Jr.	Prefeito de Sagres
2º Secretário	Valdir	Santa Mercedes
1º Tesoureiro	José Milanez Jr	Prefeito de Panorama
2º Tesoureiro	José Dinael Perli	Prefeito de S. J. Pau D'Alho

Ano de 2006

21/1/2006 – **Transporte de cargas entre Bauru e Panorama pode voltar até setembro** (Jornal Folha Regional, ano XVIII, nº 426, p. 12)

- “Em resposta ao ofício encaminhado pelo presidente da Amnap, Elzio Stelato Jr, o Ministério dos Transportes destaca as medidas adotadas quanto ao restabelecimento do tráfego ferroviário entre Bauru e Panorama, ainda este ano. A retomada do transporte de cargas por linha férrea, já há algum tempo, vem sendo obbeto de reivindicação da Amnap”;
- A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), órgão vinculado ao Ministério, informa: “considerando que a Ferrobán vinha descumprindo dispositivos do Regulamento dos Transportes ferroviários, bem como cláusulas dos contratos de concessão e arrendamento, referentes ao cumprimento de metas anuais de produção e segurança, prestação adequada do serviço público, além de postergar intervenção de manutenção e investimentos na via permanente, material rodante e oficinas, que impactam negativamente no seu desempenho e prejudicam o pleno atendimento aos clientes, cabe esclarecer que a ANTT, em 28 de abril de 2005, celebrou um termo de ajuste de conduta com a concessionária, cujos principais serviços de intervenção na via permanente do trecho Bauru-Panorama englobam substituição de barras de trilho; revisão, reposição e consolidação de fixações; aplicação de placas de apoio; desguarnecimento, limpeza, recomposição e reforço de lastro; correção de juntas; recuperação de pontos de interrupção de tráfego, além de substituição de dormentes e correção geométrica. O prazo estipulado para a conclusão do trabalho de recuperação e restabelecimento da malha viária é 28 de setembro deste ano”;
- Stelato avalia a medida como de grande vitória para a Amnap, “que vem lutando já há algum tempo para que o transporte de cargas seja retomado na Alta Paulista. A volta do transporte ferroviário significa um grande avanço para a região no campo do desenvolvimento econômico. Vislumbra-se, numa segunda etapa, a volta de um trem de passageiros”.

4/2/2006 – **Amnap informa Lula sobre obra da ponte paralisada em Paulicéia** (Jornal Folha Regional, ano XVIII, nº 428, p. 14)

Membros da Amnap estiveram em Castilho, quando da visita do presidente Lula, para reiterar o pedido de retomada da ponte sobre o rio Paraná. O ofício informa que “as obras estão paralisadas desde 2005, por falta de repasse de recursos do governo federal, no montante de R\$ 22 milhões referentes a serviços já executados, porém não pagos, restando outros R\$ 21 milhões de serviços a serem executados e que a Controladoria Geral da União (CGU) não aceita novos aditivos ao convênio, autorizando apenas a correção dos valores já liberados”;

- O presidente da entidade, Stelato Jr, afirma: “A Amnap fez o que seria possível para sensibilizar o governo federal quanto à situação da obra. Nos mobilizamos, fomos ao máximo, e fizemos chegar ao conhecimento das autoridades governamentais, tanto em São Paulo, como Mato Grosso do Sul e Brasília. O encaminhamento que fizemos ao presidente Lula é a reta final sobre este assunto e mesmo se ele, que é o mandatário maior da Nação e candidato à reeleição, não se mostrar sensível em resolver esta situação criada pelo próprio governo federal, cuja solução interessa também ao Mato Grosso do Sul, Estado governado por um petista, continuaremos insistindo por todos os meios possíveis e imagináveis, até que haja uma solução definitiva para esta questão”;
- Em frente ao palanque instalado para receber o presidente, lê-se uma faixa com os seguintes dizeres: “A ponte que liga São Paulo e Mato Grosso do Sul está totalmente parada por falta de recursos federais”.

3/3/2006 – **Ata da reunião extraordinária da diretoria da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Junqueirópolis.

- Finalidades da reunião:
 - 1 - considerações sobre o pedido de demissão do sr. Márcio Vieira dos Santos, secretário executivo da AMNAP. Os cálculos dos direitos trabalhistas do demissionário totalizam R\$16.865,54, cujo valor será pago em duas parcelas;
 - 2 - Temas da próxima reunião: recapeamento das estradas vicinais, turismo regional, transporte, saúde e ponte sobre o rio Paraná.

17/3/2006 – **Ata da reunião extraordinária da diretoria da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Dracena.

- Finalidade: deliberar quanto à redesignação da data para a realização da próxima assembléia ordinária, mudando de 25/3 para 8/4. Temas da próxima reunião: 1- Conhecimento da realização da Copa Amnap

de Futebol Amador-2006; 2- Potencial ferroviário; 3- Vicinais; 4- Ação junto ao governo do Estado visando obter ajuda para os municípios; 5- Turismo; 6- Saúde; 7- Ponte sobre o rio Paraná; 8- Lançamento oficial da Copa Amnap de Futebol Amador-2006;

- O presidente solicitou apoio de toda a diretoria à candidatura de Edson Aparecido para deputado federal e que fosse estendido aos demais prefeitos da região, respeitando os compromissos de cada um, como forra feito ao então deputado Mauro Bragato, visando sua reeleição.

8/4/2006 – Ata da assembléia ordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Paulicéia.

- Participação de vinte prefeitos, trinta e quatro vereadores, deputados Mauro Bragato e Edson Aparecido;
- O presidente reforçou a pauta tratando dos oito itens definidos na reunião extraordinária de 17/3;
- O sr. João Augusto Ribeiro, do DER-12 Presidente Prudente, destacou a autorização do governador para que se contratasse equipes para executar as obras de recapeamento de vicinais em Nova Guataporanga, Panorama, Monte Castelo, Salmourão, e Mariápolis. Destacou, ainda, a ausência do governo federal nas questões paulistas do rodovial e do metrô na capital, e da ponte sobre o rio Paraná, em Paulicéia;
- Stelato reforçou sua gestão junto à Ferroban e ao Ministério dos Transportes, visando a reativação da ferrovia na Nova Alta Paulista;
- Sobre a ponte, Stelato destacou que o governo estadual só detém 20% da responsabilidade do convênio, cabendo os outros 80% ao governo federal;
- O vice-presidente Toninho, destacou que, “com o projeto “Água Limpa” os municípios com até trinta mil habitantes receberão verbas específicas para saneamento básico, sendo que a NAP já recebeu mais de dez milhões de reais;
- Destacou, ainda, que “sem um acordo com os usineiros e com o próximo governador, não há como resolver o problema das vicinais”;
- O deputado Edson Aparecido destacou que a agroindústria representa 39% do PIB do Estado de São Paulo e que “a cana-de-açúcar é a indústria do futuro”;
- Mauro Bragato afirmou que se deve fazer uma avaliação do governo Alckmin e o que ele representou de conquistas para a Nova Alta Paulista;
- O presidente Stelato Jr. destacou a importância dessa reunião e sugeriu que se busquem parcerias com a FIESP e com o SEBRAE na área empresarial. Na área da Saúde, solicitou a ampliação das instalações, adquirindo novos equipamentos. Destacou, ainda, a inclusão de municípios com perfil turístico para que sejam reconhecidos oficialmente como estâncias turísticas, obtendo, assim, mais recursos para a infraestrutura.

26/5/2006 – Ata da assembléia geral extraordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Dracena.

- Finalidade: atender aos apelos do coordenador da campanha da indignação, sr. Ilton Guedes, juntamente com o diretor do fórum local dr. Bruno Machado Miano, MM Juiz titular da 2ª Vara Judicial de Dracena, que pedem a adesão da AMNAP ao movimento pró-melhoria da segurança pública no Estado de São Paulo e no Brasil;
- O movimento pede a adesão da sociedade civil, pois a “onda de violência que têm atingido policiais militares e civis, agentes de segurança penitenciária, bombeiros, entre outros”, destacou o juiz;
- Luiz Vivaldo Schimit, vereador de Dracena, destacou que no Oeste paulista, onde se encontra a Nova Alta Paulista, há mais de quarenta e cinco mil presidiários, sem que tenha havido uma contrapartida do governo do Estado em relação ao aumento da segurança. Ele conclama a população a uma passeata a ser realizada nos municípios, em 3 de junho;
- Marcos Roberto Casquel Monti, presidente da APM, presente à reunião, destacou que a situação envolve todos os municípios, razão pela qual se engaja no movimento. Disse que embora o tema se trate mais da alçada do Congresso Nacional do que dos municípios, há a necessidade de os mesmos se mobilizarem.

5/8/2006 – AMNAP discute desenvolvimento regional em reunião em Tupã (Jornal Folha Regional, ano XVIII, nº 450, p. 14)

Reunião realizada em Tupã.

- Debateu-se sobre a importância da criação dos conselhos municipais de turismo para o desenvolvimento;

- Importância do Censo populacional e agropecuário, pelo IBGE, no próximo ano, para que a região seja transformada em zona de incentivo fiscal para atrair investimentos;
- Mauro Bragato, deputado estadual, sugeriu que “a Nova Alta Paulista faça amplas discussões sobre políticas e projetos turísticos que possam promover o desenvolvimento regional”;
- Os gerentes do Sebrae, Pedro Rocha Barreiros (Marília) e José Carlos Cavalcante (Presidente Prudente) destacaram os serviços oferecidos aos municípios e o papel da entidade na implantação de importantes projetos na Alta Paulista;
- João Carlos Rodrigues, da Agência do IBGE de Adamantina, abordou o Censo de 2007;
- Antonio Fernandes, representante dos produtores de amendoim, pediu apoio da Amnap junto ao governo estadual para que seja feita mudança na cobrança de ICMS no setor;
- Antonio Alves de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Tupã, sugeriu que o governo transforme a região em zona de desenvolvimento e incentivo fiscal para atrair investimentos e gerar empregos e renda;
- Stelato Jr. Destacou a importância da criação de uma zona de incentivos fiscais, porém destaca que “a região não está parada. Houve avanços com a conquista da Unesp para Dracena e Tupã, e o reinício das obras da ponte sobre o rio Paraná, em Paulicéia, e andamento das obras de recuperação da SP 294”.

4/9/2006 – Ata da assembléia extraordinária da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista

(Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Parapuã.

- Finalidade: Ação dos municípios em relação ao combate à leishmaniose.;
- Olga Catânio Massaroti, enfermeira em Parapuã, relatou a situação em seu município, e o dr. André Luís Serrion Siqueira, secretário de Saúde de Pacaembu, fez amplo relato sobre a doença em toda a região;
- Decidiu-se, então, por uma ação conjunta dos municípios no combate à leishmaniose;
- Oficiar todos os prefeitos para que reúnem seus técnicos da saúde e vigilância sanitária para levantamento dos problemas e apresentem sugestões locais para serem levada à reunião de cada microrregião (Adamantina, Dracena e Tupã);
- Que seja formada uma comissão com dois representantes de cada subsele para representar os municípios da AMNAP em audiência a ser agendada com o governador, pleiteando-se além do que for aprovado nas reuniões das sub-sedes, que o governo do Estado de São Paulo aloque recursos para uma ampla campanha de conscientização da população paulista, com foco especial para a nossa região;
- Como o Instituto Adolfo Lutz não tem disponibilidade de pessoas e laboratórios suficientes para pronto atendimento, acaba atrasando em até seis meses a entrega dos resultados dos exames enviados, deve-se solicitar ao governo para repassar as verbas dos exames liberando as prefeituras para contratarem outros laboratórios, como o Pardini, de MG, que vem cobrando R\$ 15,00 por exame;
- Controle incessante sobre os cães de cada município, procedendo-se a exame de sangue de toda a população canina e sacrificando os animais infectados;
- Criação de pequenos canis em cada município para atendimento dos problemas locais e instalação de Centros de Zoonose nas sub-regiões de Adamantina, Dracena e Tupã, uma vez que o governo federal subsidia essas construções;
- Reunião com os técnicos da saúde de todos os municípios da região para uniformização dos procedimentos de prevenção e combate à leishmaniose;
- Por sugestão do prefeito de Rinópolis, Antonio Paulo dos Reis, deverá ser elaborada uma lei uniforme para aprovação em todos os trinta municípios da AMNAP, obrigando cada cidadão a assumir, sob pena de multa, a responsabilidade de limpeza e manutenção de seus quintais e terrenos baldios. Decidiu-se pela elaboração de um Decreto de Emergência normatizando o controle da leishmaniose
- O presidente Stelato Jr. demonstrou a necessidade urgente de se veicular uma campanha educativa pela televisão, mas alertou que a entidade não dispõe de recursos necessários. Decidiu-se pela veiculação na TV Fronteira, no valor de R\$ 10.600,00 a serem suportados proporcionalmente à população de cada um dos vinte e dois que captam as imagens dessa emissora;
- Stelato relatou a proposta apresentada na assembléia geral anterior, pelo prefeito de Tupã, Valdemir Gonçalves Lopes, para que se dividisse a Amnap em três microrregiões “para que as ações e decisões gerais pudessem ser mais dinâmicas e otimizadas”. As mesmas reunir-se-iam mensalmente definindo a pauta para as assembléias gerais, que seriam bimestrais. As microrregiões ficariam assim constituídas: Tupã atuaria junto aos municípios de Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Parapuã, Queiroz, Rinópolis, e Tupã. Adamantina atuaria junto a: Adamantina, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Lucélia, Mariópolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Salmourão. Dracena englobaria: Dracena, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Ouro Verde, Tupi Paulista, Monte Castelo, Nova Guataporanga, São João do

- Pau D'Alho, Santa Mercedes, Panorama e Paulicéia. Tal proposta, depois de aprovada, será incluída no estatuto da entidade;
- Carlos José Ribeiro do Val, novo diretor executivo contratado pela Amnap, explicou seu interesse em dinamizar a entidade, implantando “um novo modelo de funcionamento que sirva aos interesse regionais, tanto de apoio aos municípios na elaboração de projetos e consultoria, como de desenvolvimento de projetos regionais que abram a Nova Alta Paulista aos interesses de investidores privados, como também para a busca de recursos nacionais e internacionais que possam ser alocados na região, sob risco ou fundo perdido”;
 - Foi aprovada a alocação de um imóvel para funcionamento do escritório da entidade, que mobiliado e aparelhado com os recursos básicos, localizado à Av. Presidente Vargas, 823 – 4º andar – sala 403, centro – Dracena, com telefone 18 3821 1105. Com a aquisição de sede própria, a AMNAP começa a ganhar mais autonomia, desvinculando-se das prefeituras.
 - Carlos José Ribeiro do Val apresentou um projeto de sua autoria denominado “Política Regional de Apoio ao Desenvolvimento Local”. Recebendo aprovação, entregará, pessoalmente, a cada um dos prefeitos membros, uma cópia do mesmo para início imediato das ações que embasam a proposta, juntamente com os questionários que estão sendo elaborados para diagnosticar as realidades locais;
 - O presidente relatou a reunião da comissão da AMNAP com o diretor comercial da América Latina Logística (ALL), comentando o interesse da mesma em retornar o funcionamento do transporte ferroviário na região, mas que o investimento é altíssimo e por isso terão que provocar o governo do Estado para que este participe dos investimentos necessários para a recuperação do leito férreo, pedindo que os municípios se unam para pressioná-lo;
 - Sobre o pleito de produtores, comerciantes e industriais de amendoim, apresentado na última assembléia, em Tupã, o presidente noticiou que encaminhou ofícios às autoridades paulistas pedindo providências;
 - O prefeito de Flórida Paulista, Gerson Veronezi Ferracini, comentou os estragos provocados pelas carretas e treminhões das usinas de açúcar e álcool nas estradas vicinais e entende que “essas empresas devem arcar com os custos de manutenção das mesmas, pois são as maiores beneficiadas”. Alertou os prefeitos que o repasse do ICMS aos municípios refere-se somente ao que incide sobre a cana-de-açúcar, o que surpreendeu os presentes. O presidente da AMNAP assumiu o compromisso de inteirar-se da legislação sucroalcooleira para entender o por quê de os municípios não receberem os repasses correspondentes aos impostos referentes ao açúcar e ao álcool produzidos em seu território.

25/11/2006 – **Amnap aprova criação de três micro-regiões** (Jornal Folha Regional, ano XVIII, nº 465, p. 14)

Reunião realizada em Lucélia.

- Por só constar a presença de dois prefeitos (Dracena e Lucélia) na hora marcada para o início da assembléia extraordinária, esperou-se mais uma hora (conforme estatuto) para que a mesma fosse realizada, o que ocorreu com a presença de nove prefeitos, alguns vereadores, e alguns representantes do executivo de alguns municípios (Ata da assembléia extraordinária; arquivos da entidade)
- Presença do procurador do Ministério Público Federal, de Presidente Prudente, dr. Luiz Roberto Gomes, e o engenheiro Sérgio Feijão Filho, membro do Conselho Fiscal da Rede Ferroviária Federal e diretor presidente da Associação da Preservação da Memória Ferroviária Paulista. Ambos falaram do TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado entre o governo federal e a ALL (América Latina Logística), empresa responsável pela malha ferroviária do Oeste Paulista. Destacaram a importância da participação da sociedade, pressionando para que o prazo estipulado seja cumprido. A data estipulada no TAC para a volta do trem até Tupã é 28/12/2006, e até Panorama, 28/3/2007. “Nós estamos cobrando o cumprimento dos prazos e precisamos muito da força dos municípios que precisam deste transporte para que o quanto antes o trem volte a circular” (dr. Luiz Roberto Gomes);
- A professora Izabel Castanha Gil, de Adamantina, sugeriu a formação de uma comissão suprapartidária para tratar especificamente da reativação da ferrovia. A comissão ficou assim constituída: Izabel Castanha Gil (Adamantina), Carolina Guizelini Galdino da Silva (Adamantina), João César Prado (Adamantina), Erivaldo Lopes (Lucélia), João Pedro Morandi (Lucélia), Carlos José Ribeiro do Val (Dracena), Osvaldo Dias (Junqueirópolis), Ivo Santos (São Paulo). (Jornal da Cidade, 20/11/2006)
- Discutiu-se a proposta da diretoria da Amnap de mudança no seu estatuto, criando três micro-regiões na Nova Alta Paulista, com sede em Dracena, Adamantina e Tupã. Cada uma será composta por dez municípios, que se reunirão mensalmente na sede da sua microrregião, para tratarem de temas específicos de cada uma. Por meio de dois coordenadores eleitos pelas microrregiões, as reivindicações serão apresentadas em assembléias regionais bimestrais. As microrregiões ficaram assim constituídas: Dracena, Tupi Paulista, Nova Guataporanga, Monte Castelo, São João do Pau D'Alho, Santa Mercedes, Panorama, Paulicéia, Ouro Verde e Junqueirópolis; Adamantina, Lucélia, Inúbia Paulista, Osvaldo

- Cruz, Flórida Paulista, Pacaembu, Irapuru, Flora Rica, Mariápolis, e Pracinha; Tupã, Rinópolis, Parapuã, Salmourão, Sagres, Iacri, Bastos, Queiroz, Arco-Íris, e Herculândia;
- Foi proposta, também, o direito de voto de vereadores e vice-prefeitos. As duas propostas foram aceitas.

11/12/2006 – **Mobilização pró-reativação ferrovia tem cronograma participativo** (Jornal da Cidade, ano IV, nº 170, p. 5)

Uma extensa programação foi desencadeada pela Comissão pró-reativação da ferrovia, em parceria com os municípios vinculados à AMNAP e APMF (Associação Paulista da Memória Ferroviária), presidida pelo engenheiro Sérgio Feijão Filho. O objetivo é buscar a mobilização da população por meio de um abaixo-assinado veiculado simultaneamente nos trinta municípios membros da AMNAP. Conforme reuniões realizadas pela comissão suprapartidária, o cronograma estabelecido é:

13/12 – reuniões locais, quando os prefeitos passarão as listas de abaixo-assinados a todas as instituições de seus municípios, divulgação à imprensa, e início da coleta das assinaturas nas ruas, aproveitando a movimentação de fim de ano;

13 a 20/12 – coleta das assinaturas por instituições, voluntários, e postos de coleta nas ruas centrais das cidades; 20/12 a 5/1/07 – as listas serão recolhidas (recesso de fim de ano);

6/2/07 – A comissão fará um retrabalho para conferir a adesão e coleta de assinaturas;

Segunda quinzena de janeiro: reunião em Panorama para entrega da documentação regional.

Segundo a professora Izabel Castanha Gil, coordenadora da comissão, “a união em torno de uma causa comum é um grande exercício de cidadania e, com ele, estamos descobrindo novas metodologias (a do engajamento e das ações articuladas) voltadas à solução de outros problemas regionais”.

16/12/2006 – **Ata da assembléia geral ordinária – 2ª convocação – da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista** (Arquivos da AMNAP)

Reunião realizada em Parapuã.

- Autoridades presentes: Deputado federal dr. Nechar, deputados federais Edson Aparecido e Walter Ioshi, deputados estaduais Reinaldo de Souza Alguz, Ed Thomaz e representante do deputado Mauro Bragato, sr. Pinnheiro Nunes;
- O deputado Edson Aparecido firmou compromisso junto aos presentes voltados à recuperação de estradas vicinais e conclusão das obras da SP-294, especialmente no trecho Iacri a Adamantina e entre Adamantina e Panorama;
- Fixação do calendário para 2007, conforme artigo 19, parágrafo 1º do estatuto;
- Eleição da diretoria, com o registro da chama única denominada *União e Progresso*, tendo como presidente o prefeito de Parapuã Antonio Alves da Silva (Toninho), sendo ela a vencedora;
- “O foco desta administração serão as cinco questões que envolvem a região: término da ponte sobre o rio Paraná, a reativação da ferrovia, a recuperação de vicinais, melhorias de hospitais e busca de recursos para a industrialização da Nova Alta Paulista”. (Toninho)
- O novo presidente trabalhará pela melhoria nos hospitais de Dracena, Adamantina, e Tupã, destacando, ainda, a necessidade de se trabalhar junto ao governo do Estado para que sejam cumpridas as promessas do candidato José Serra, recém-eleito governador do Estado, visando a contrapartida do Estado aos municípios que receberam presídios.
- Nova diretoria da Amnap:

Presidente	Antonio Alves da Silva	Prefeito de Parapuã
1º Vice-presidente	João Pedro Morandi	Prefeito de Lucélia
2º Vice-presidente	José Luiz da Silva	Prefeito de Arco-Íris
1º Secretário	Roney Antonio Ferreira	Prefeito de Paulicéia
2º Secretário	Paulo Edson Bompadre	Vereador de Tupi Paulista
1º Tesoureiro	Jair Evangelista	Prefeito de Pracinha
2º Tesoureiro	José Roberto Lopes	Vereador de Lucélia

22/12/2007 – **Prefeito de Parapuã é eleito presidente da AMNAP e prefeito de Lucélia vice. Que bela dupla!!!** (Jornal de Osvaldo Cruz, ano L, nº 2.884, p. 3)

[...] “Com relação à escolha do prefeito Antonio Alves da Silva, chega-se à conclusão de que os demais prefeitos que integram a AMNAP não sabem ou fingem não saber a sua situação perante o Ministério Público e à Justiça Eleitoral, onde estão correndo mais de 40 ações relacionadas com sua administração anterior e no período eleitoral que antecedeu o último pleito municipal em Parapuã.

Evidentemente, o sr. Antonio Alves da Silva não tem o perfil de um prefeito que reúne condições de representar a AMNAP em nenhum órgão público, dado o seu passado sombrio e nebuloso como prefeito de Parapuã, que originou uma série de ações contra a sua administração e hoje, para tristeza de toda população parapuense, é de conhecimento de toda a região e quicá do Estado. Foi realmente uma péssima escolha dos prefeitos que integram a AMNAP. Lamentavelmente!!!”

Manchetes do jornal Tribuna de Parapuã referentes à administração de Antonio Alves da Silva, presidente eleito da AMNAP (sempre como principal matéria de capa):

7/3/2007, nº 305 – **Administração municipal de Parapuã está desmoralizada**

14/12/2006, nº 302 – **Mesmo sem obras em andamento, Prefeitura consome 830 sacos de cimento**

23/11/2006, nº 301 – **Vereador critica concurso público da Prefeitura Municipal**

11/10/2006, nº 298 – **Vereador denuncia contratação irregular de publicidade**

28/9/2006, nº 297 – **Estradas do município continuam em estado de abandono**

6/4/2006, nº 285 – **População está revoltada com o descaso da administração municipal**

3/2/2007 – **8000 assinaturas pedem a volta da ferrovia na região** (J. O Adamantinense, nº 4.599, ano 40, p. 1) Reunião em Panorama.

- Composta a nova diretoria da Amnap;
- Presença dos deputados estaduais Mauro Bragato e Reinaldo Alguís, além de prefeitos e vice-prefeitos de várias cidades, muitos vereadores, representantes de entidades civis, órgãos de imprensa, representantes das empresas Granol e ADM, somando cerca de 350 pessoas no evento;
- Foram entregues às autoridades presentes e encaminhados aos órgãos superiores os documentos com os abaixo-assinados referentes ao Movimento pró-reativação da ferrovia e pela construção da ponte sobre o rio Paraná. Totalizaram-se 8.214 assinaturas em favor da reativação da ferrovia e 8.066 em favor da conclusão das obras da ponte;
- A professora Izabel Castanha Gil destacou a AMNAP como principal representante política dos trinta municípios da Nova Alta Paulista e a importância do envolvimento da sociedade nos temas regionais, fortalecendo a entidade e se fazendo representar.

3/3/2007 – **Acordo garante R\$ 44 milhões para a ponte SP-MS em audiência em Brasília** (Jornal Folha Regional, 3/3/2007, ano XVIII, nº 474, p. 14). DE.COM/ Governo do Estado, 1/3/2007

Em audiência realizada em Brasília, em 28/2/2007, o ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos firmou compromisso com o governador José Serra de o governo federal repassar R\$ 31 milhões para concluir a ponte sobre o rio Paraná. O Governo do Estado de São Paulo garantiu outros R\$ 13 milhões, sendo assim, o valor a ser investido nos próximos dois anos será de R\$ 44 milhões. Segundo a secretária paulista de Saneamento e Energia, Dilma Pena, a conclusão das obras de superestrutura está prevista para abril de 2008. Até dezembro de 2007, a construção da estrada que liga à BR-158, em São Paulo. Cabe ao governo de MS construir a ligação da ponte à rodovia MS-40.

O governo estadual e a União assinam até o final de março um novo convênio para a realização das obras, deixando de existir os entraves burocráticos que impediam os repasses federais. A ponte faz parte do compromisso assumido em 1998 entre a CESP e a AMNAP, como obra compensatória para as cidades afetadas pela formação do reservatório da UHE Sérgio Motta. São 1.705 metros de comprimento, com duas mãos de direção em pista simples, com duas faixas de 3,50 metros cada e dois acostamentos com 3,07 metros cada, totalizando 13,14 metros de leito carroçável, tendo um trecho estaiado com vão de navegação de 200 metros. As obras de infra-estrutura foram executadas pela CESP, que investiu R\$ 69,60 milhões com recursos próprios. O governo federal já investiu R\$ 32 milhões, e o governo estadual R\$ 5,28 milhões. A ponte dá fôlego à economia da Nova Alta Paulista e de Mato Grosso do Sul, especialmente nos setores de turismo e exportação de álcool e grãos.

ANEXO II

MANIFESTO DE PANORAMA

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA - AMNAP, reunida em Assembléia Geral Ordinária, nesta data de 03 de fevereiro de 2007, no Balneário Municipal Frederico Platzek, na cidade de Panorama, através de seus diretores que este subscrevem e traduzindo o pensamento das autoridades e da população dos trinta municípios associados, DECLARA:

- a- A Constituição Federal preceitua o sistema de transportes brasileiro como um bem coletivo;
- b- No setor ferroviário, a Nova Alta Paulista foi abandonada, com a desativação dos serviços no trecho Bauru a Panorama, do qual restabeleceu-se (no mês de janeiro último) apenas o trecho Bauru-Tupã, permanecendo inativo o trecho Tupã a Panorama;
- c- Existe um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a FERROBAN e a ANTT, que estipula a data de 28/3/07 como limite para a reativação do ramal de Jaú, no trecho de Tupã a Panorama;
- d- Entretanto, a AMNAP recebeu do GEFIC/SUCAR o ofício nº 774, de 26 de dezembro de 2006, onde informa que *“7. No trecho Tupã- Panorama, a Ferrobán está executando o serviço de limpeza e roçada de vegetação e concluiu as obras de recuperação dos aterros nos km 681/699 e iniciou, na presente semana, a obra para recuperar o aterro no km 693. (sic)”*... Nada mais informou.

A AMNAP recebeu, também, do Procurador da República em Presidente Prudente, Dr. Luis Roberto Gomes, cópia do Ofício que lhe foi enviado pela Sra. Luiza Yoshiko Hori Takahashi, Superintendente Substituta da SUCAR/ANTT, em 15 de dezembro de 2006, informando, a respeito da representação nº 051/2006, que: *“A nova administração da concessionária, por meio da carta GRCP/58/2006, de 25/10/2006, compromete-se a manter o trecho acessível para baixa densidade de tráfego, além de ocupar-se de guardar e conservar os ativos do trecho, até que demanda comercial justifique a realização de maiores investimentos para o transporte ferroviário de cargas”*.(sic)

e- Manifestamos nossa oposição às informações e explicações acima prestadas, pois são entendemos como premissas¹¹⁸ para fundamentação de futuras ações protelatórias à reativação do trecho Tupã a Panorama pela ALL-América Latina Logística, concessionária dos serviços ferroviários na região, pois, está provado por meio de levantamentos efetuados pela AMNAP que **existe demanda mais que suficiente e que justifica o tráfego mencionado**, viabilizando, conseqüentemente, a ativação do porto intermodal de Panorama;

f- A reativação do transporte ferroviário é uma alavanca preciosa para o desenvolvimento regional, tanto no setor de cargas, quanto no de passageiros, fundamental para o crescimento da Nova Alta Paulista;

g- Cidadãos, autoridades, empresários, imprensa, associações, instituições sociais e demais segmentos da sociedade civil organizada de todos os municípios associados registraram seu irrestrito apoio através de ofícios e milhares de assinaturas em abaixo-assinados enviados à AMNAP, conforme cópias anexadas ao presente, para que se faça cumprir o Termo de Ajuste de Conduta TAC, garantindo a data estabelecida legalmente para a reativação da ferrovia no trecho Tupã a Panorama.

Consciente de sua representatividade, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA - AMNAP, repudia, de plano, qualquer argumentação e ação protelatória da retomada dos serviços de transporte ferroviário na Nova Alta Paulista, especialmente no trecho Tupã a Panorama e vem exigir das autoridades competentes e da ALL - América Latina Logística, concessionária na região, sucessora legal da Brasil Ferrovias e FERROBAN, o estrito cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, reativando, sem apelar para novas medidas protelatórias, a partir da data limite de 28 de março de 2007, o Ramal de Jaú, no trecho Tupã a Panorama.

Panorama (Nova Alta Paulista), 03 de fevereiro de 2007.

Élzio Stelato Jr (presidente); Antonio A da Silva (1º vice-presidente); Osmar Pinatto (2º vice-presidente); Gilmar R. da Silva Jr (1º secretário); Valdir Verona (2º secretário); José Milanez Jr (1º tesoureiro); José D. Perle (2º tesoureiro)

¹¹⁸ Grifos da diretoria da Amnap.

ANEXO III

MANIFESTO SÃO PAULO – MATO GROSSO DO SUL

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA – AMNAP, reunida em Assembléia Geral, nesta data, 03 de fevereiro de 2007, no Balneário Municipal Frederico Platzek, na cidade de Panorama, através de seus diretores que a este subscrevem, e traduzindo o pensamento e os anseios das autoridades e da população dos trinta municípios paulistas associados, e dos municípios beneficiados da região leste do

Estado do Mato Grosso do Sul, DECLARA:

a- O desenvolvimento econômico e social de um país é feito da capacidade que a sociedade, os governantes, o empresariado e as instituições têm para articular o crescimento econômico com sustentabilidade e equidade;

b- A integração entre regiões e Estados, realizada por meio de um sistema de avaliações que a viabilize de modo eficaz, é condição fundamental à construção desse desenvolvimento;

c- A construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Paraná, unindo a Nova Alta Paulista à região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, é uma reivindicação antiga que se repete desde a década de 1960 e que começou a ser atendida há menos de dez anos, como obra compensatória da CESP, com a efetiva participação do Governo Federal (80%) e do Governo do Estado de São Paulo (20%);

d- A ponte localizada em Paulicéia, Estado de São Paulo, atravessando o Rio Paraná em direção a Brasilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul, se encontra em estágio de construção muito adiantado, mas as obras estão paralisadas desde setembro de 2005, pela não liberação das verbas devidas pelo Governo Federal;

e- Recentemente, no mês de dezembro de 2006, o Ministério dos Transportes autorizou a liberação de R\$ 11.000.000,00 do convênio vigente (nº. 022/2000), e em janeiro último o mesmo Ministério dos Transportes procedeu à liberação do saldo de R\$ 624.685,60, zerando o referido convênio. Assim, para se permitir a retomada, continuidade e conclusão da obra há necessidade de ser assinado um novo convênio;

f- Temos informações do DNIT de que o novo Convênio que deverá ser firmado para finalizar a obra iniciada, já tem os seus valores assim determinados: a) OBRA PRINCIPAL – valor de R\$ 24.000.000,00 (previsão dez/2005), cujo valor atualizado é de R\$ 25.200.000,00, com a participação de 80% dos recursos pelo DNIT (R\$ 20.160.000,00) e 20% de contrapartida pelo Governo do Estado de São Paulo (R\$ 5.040.000,00) e, b) OBRAS COMPLEMENTARES – Valor total – R\$ 26.000.000,00; Proteção (Marinha) – R\$ 5.000.000,00; Estrada (10 km) – R\$ 15.000.000,00. Temos, também, a informação de que para as obras complementares deverá ser feito outro convênio específico, ou adequá-lo ao convênio da obra principal.

Consciente de sua responsabilidade e representatividade e unindo as vozes das populações paulista e sul-matogrossense, cidadãos, empresários, associações e instituições, pessoas físicas e jurídicas residentes ou estabelecidas e atuantes nessas áreas geográficas e que manifestaram apoio ao movimento através de ofícios e aposição de milhares de assinaturas em abaixo assinados, a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista- AMNAP, reiteram a necessidade **URGENTE** de retomada das obras e conclusão da ponte sobre o Rio Paraná, localizada nos municípios de Paulicéia, no Estado de São Paulo e Brasilândia no Estado de Mato Grosso do Sul, dirigindo sua voz de apelo às autoridades competentes, do Estado de São Paulo e da União, envolvidas direta, ou indiretamente, nesse grandioso e importante projeto de desenvolvimento regional, para que se acelere a formalização e assinatura do novo convênio.

Panorama (Nova Alta Paulista) 03 de Fevereiro de 2007.

Élzio Stelato Jr (presidente); Antonio A da Silva (1º vice-presidente); Osmar Pinatto (2º vice-presidente);

Gilmar R. da Silva Jr (1º secretário); Valdir Verona (2º secretário); José Milanez Jr (1º tesoureiro); José D. Perle (2º tesoureiro)

ANEXO IV**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA****AMNAP****ESTATUTO****TÍTULO I****Disposições Gerais****Capítulo I**

Natureza, Regime Legal e Diretrizes.

Artigo 1º. A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista, que se identificará com a sigla **AMNAP**, fundada em 26 de agosto de 1977, é uma entidade sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário, com personalidade jurídica de direito privado, e com autonomia administrativa, disciplinar e financeira e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação Civil que lhe for aplicável.

§ 1º - O prazo de duração da AMNAP é indeterminado e a Associação terá sua sede e foro no Município e Comarca de Dracena, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Vargas nº 823, 4º andar - Conjunto 403.

§ 2º - O endereço da sede, na cidade de Dracena, poderá ser alterado por decisão da Diretoria, não sendo obrigatória a alteração do Estatuto. Para cumprimento de exigências legais bastará, apenas, a ata da reunião da Diretoria constando a referida alteração de endereço.

Artigo 2º. A **AMNAP** terá como associados pessoas jurídicas de direito público interno da esfera municipal, da região Nova Alta Paulista do Estado de São Paulo, integrando desde já o rol de associados os seguintes municípios, divididos em três micro-regiões: **1) micro-região (diretoria regional) de ADAMANTINA:** Município de Adamantina; Município de Flora Rica; Município de Flórida Paulista; Município de Inúbia Paulista; Município de Irapuru; Município de Lucélia; Município de Mariápolis; Município de Osvaldo Cruz; Município de Pacaembu; Município de Pracinha; **2) micro-região (diretoria regional) de DRACENA:** Município de Dracena; Município de Junqueirópolis; Município de Monte Castelo; Município de Nova Guataporanga; Município de Ouro Verde; Município de Panorama; Município de Paulicéia; Município de Santa Mercedes; Município de São João do Pau d'Alho e Município de Tupi Paulista; **3) micro-região (diretoria regional) de TUPÃ:** Município de Arco Íris; Município de Bastos; Município de Herculândia; Município de Iacri; Município de Parapuã; Município de Queiroz; Município de Rinópolis; Município de Sagres; Município de Salmourão e Município de Tupã.

Parágrafo Único. Poderão integrar a AMNAP os municípios originados de fusões ou desmembramentos dos municípios acima nomeados e ainda outros municípios limítrofes que manifestarem o desejo de a ela se associar, desde que contem com a aprovação de 2/3 (dois terços) do órgão deliberativo superior da entidade, na forma deste estatuto.

Artigo 3º. Atendidas as disposições contidas neste estatuto, a Diretoria Administrativa, entendendo ela necessário, poderá aprovar o Regimento Interno, com as atribuições e demais regras necessárias ao funcionamento dos órgãos administrativos da entidade, submetendo-o, então, à aprovação da Assembléia Geral.

Artigo 4º. Visando a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõem e respeitada a autonomia municipal, a **AMNAP** tem por finalidade essencial congregar os municípios associados num fórum permanente de debates acerca das questões comuns das municipalidades, ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira dos municípios e da população, além de prestar-lhes serviços de natureza técnica especializada, em complementação aos desenvolvidos pelo pessoal próprio de cada um dos municípios.

Artigo 5º. A associação adota o planejamento como princípio, pugnando por sua necessidade e continuidade.

Parágrafo Único. Para atender ao disposto no enunciado deste artigo, a **AMNAP** propõe-se, em colaboração com os técnicos municipais e com as comunidades envolvidas, a desenvolver planos, programas e projetos de desenvolvimento regional, municipal, rural ou urbano e, bem assim, projetos específicos nas diferentes áreas de interesse municipal.

Artigo 6º. Compete à **AMNAP**, no desenvolvimento de suas finalidades:

- I – Reunir os municípios associados, periodicamente, para discutir assuntos de interesse geral dos mesmos e questões de ordem interna da **AMNAP**;
- II – Servir de representante do colegiado de municípios associados em quaisquer circunstâncias em que tal representação seja requerida, segundo os interesses dos mesmos;
- III – Organizar-se sob a forma de uma eficiente prestadora de serviços técnicos especializados, dando prioridade aos municípios mais carentes de recursos financeiros, materiais e humanos, a fim de propiciar um desenvolvimento igualitário de todos os integrantes da Associação;
- IV – Reivindicar, junto aos governos federal e estadual, em nome de seus associados, soluções para questões de caráter local, micro-regional e regional;
- V – Prestar assessoria técnica e jurídica aos associados;
- VI – Dar assistência técnica à implantação de administrações públicas eficientes;
- VII – Supervisionar, assessorar e coordenar, por meio de planejamento prévio e ações estratégicas, o controle do desenvolvimento das atividades no âmbito da região ou no âmbito de cada município;
- VIII – Promover e incentivar a prática de atividades culturais, bem como a preservação de valores ambientais, históricos, artísticos e culturais;

Artigo 7º. As municipalidades que fazem parte da organização serão solidariamente responsáveis pelas obrigações da **AMNAP**, cabendo ao município destinatário de projetos específicos a responsabilidade pela execução e pelos efeitos dela decorrentes.

Artigo 8º. A Associação articular-se-á com órgãos federais, estaduais e municipais, com organizações congêneres e afins e com entidades não governamentais nacionais e internacionais em regime de íntima cooperação técnica e financeira.

Capítulo II

Dos Direitos e Obrigações dos Municípios membros

Artigo 9º. São direitos dos Municípios associados:

- I – Participar com voz e voto das deliberações das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- II – Votar e ser votado nas eleições para eleger a Diretoria Administrativa, as Diretorias Regionais e o Conselho Fiscal;
- III – Ser beneficiário de todos os serviços técnicos prestados pela **AMNAP**, bem como de suas instalações, na forma deste Estatuto e do Regimento Interno;
- IV – Formular pleitos à consideração da Assembléia Geral ou da Diretoria, conforme a respectiva competência, visando fins próprios ou da **AMNAP**.

Artigo 10º. São Obrigações dos municípios associados.

- I – Cumprir e fazer cumprir o estabelecido neste Estatuto, no Regimento Interno e nas eventuais resoluções editadas;

II – Fazer constar da lei do orçamento anual, quer por projeto enviado pelo Poder Executivo de cada município, quer por emenda legislativa, a verba suficiente, na dotação específica, para efetuar as despesas de contribuições obrigatórias anuais em favor da **AMNAP** e, ainda, excedente de 20% destinado a eventuais contribuições extraordinárias, nos respectivos valores por município, segundo dispõe este Estatuto:

Parágrafo Único - Cada município participante contribuirá, anualmente, com a importância equivalente a 0,02% (dois centésimos por cento) do respectivo orçamento prévio para o exercício, com o pagamento dividido em 3 (três) parcelas vencíveis: a primeira em 05 de janeiro, a segunda em 05 de maio e a terceira em 05 de setembro de cada ano.

III – contribuir com recursos financeiros que excedam as contribuições mensais, sempre que, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, forem aprovadas despesas extraordinárias, como veiculação na imprensa de campanhas educativas e institucionais, aquisições de material permanente que excedam a receita mensal, reformas ou outros aumentos patrimoniais;

IV – Comparecer, por meio do Chefe do Executivo, do Vice-Prefeito e dos Vereadores em exercício do Município a todas as reuniões da Assembléia Geral e, se for membro, das reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V – Colaborar ativamente com os órgãos da Associação na realização de seus fins.

Artigo 11. Ficarão suspensos de todos os direitos, os municípios sócios que estiverem com débito junto à Associação, ou infringirem qualquer disposição deste Estatuto.

TÍTULO II

Da organização

Capítulo I

Dos Órgãos

Artigo 12. São Órgãos permanentes da AMNAP:

I – Órgãos de Deliberação

- a – Assembléia Geral Ordinária;
- b – Assembléia Geral Extraordinária.

II – Órgãos de Administração

- a – Diretoria Administrativa;
- b – Diretoria Regional de Adamantina;
- c – Diretoria Regional de Dracena;
- d – Diretoria Regional de Tupã.

III – Órgão de Fiscalização

- a - Conselho Fiscal;

IV – Secretaria Executiva;

V – Órgãos Auxiliares.

Artigo 13. As Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, serão compostas pelos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em exercício dos municípios associados.

Parágrafo Único – O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em exercício do município membro terão direito a um voto cada nas deliberações das Assembléias Gerais, cabendo às Assembléias, de forma deliberativa, decidir os negócios relativos ao objetivo da Associação e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta e promover as eleições para o provimento dos cargos da Diretoria Administrativa, das Diretorias Regionais e do Conselho Fiscal.

Artigo 14. A Diretoria Administrativa terá mandato de um ano, sendo permitida uma reeleição. A eleição será em Assembléia Geral Ordinária, sempre no mês de dezembro de cada ano; será composta de sete membros assim estruturada:

01 Presidente
01 Primeiro Vice-Presidente
01 Segundo Vice-Presidente
01 Primeiro Secretário

01 Segundo Secretário
01 Primeiro Tesoureiro
01 Segundo Tesoureiro

Artigo 15. A Diretoria Regional será composta de um Diretor, um Vice-Diretor e um Secretário para cada micro-região, eleitos pelos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores dos municípios componentes de cada micro-região, em votação paralela à Assembléia Geral e terão mandato de um ano, coincidindo com o mandato da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal, podendo ser reeleitos para mais um mandato.

Artigo 16. A administração da Associação será fiscalizada, assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, não podendo exercer cargos cumulativamente e não sendo permitida a reeleição.

Artigo 17. Nenhum membro da Diretoria Administrativa, Diretorias Regionais ou do Conselho Fiscal, receberá qualquer remuneração ou vantagem pelo exercício de suas funções nesses órgãos.

Capítulo II

Da Assembléia Geral

Artigo 18. A Assembléia Geral, órgão hierarquicamente superior aos demais, será constituída pelos legítimos representantes políticos do Poder Executivo e do Poder Legislativo dos municípios associados, tendo assento, portanto, os Prefeitos Municipais, os Vice-Prefeitos e os Vereadores, garantindo ao município um voto de cada representante presente.

Artigo 19. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, nos termos de sua convocação, bimestralmente, na segunda quinzena dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, e, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da AMNAP, ou a pedido de 1/5 (um quinto) dos municípios associados, em data que for definida na ocasião.

§ 1º - O calendário das reuniões de cada exercício será fixado na última reunião ordinária do exercício anterior.

§ 2º - O quorum exigido para a realização de qualquer reunião da Assembléia Geral, com poderes para deliberar, é de, no mínimo, a maioria absoluta dos municípios associados (50% + 1), naquilo que não contrariar disposições expressas nos artigos deste Estatuto.

§ 3º - Na hipótese de não haver o quorum mínimo, a reunião será prorrogada por uma vez e feita a segunda convocação com o espaço mínimo de 1 (uma) hora, conforme previsto no edital de convocação, quando, então, a Assembléia Geral poderá se reunir com, pelo menos, 1/3 (um terço) dos municípios associados presentes.

§ 4º - O não comparecimento de representantes legais de um ou mais municípios sócios da AMNAP à Assembléia Geral devidamente convocada, não impede e nem invalida as decisões tomadas, considerando o (s) ausente(s) como concordante(s) e submisso(s) ao que foi deliberado.

§ 5º - Por ato da Diretoria Administrativa, a Assembléia Geral poderá ser prorrogada ou cancelada por uma vez, desde que se evidencie a falta de quorum por razões relevantes, obedecido o disposto no § 3º.

Artigo 20. Realizando-se a reunião da Assembléia Geral em local diverso do da sede da **AMNAP**, a coordenação dos trabalhos do Presidente deverá contar com a colaboração do Prefeito Municipal representante do município anfitrião.

Parágrafo Único - A pedido de qualquer dos representantes dos municípios associados, formulado à diretoria com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o local da reunião da Assembléia Geral poderá ser transferido da sede da **AMNAP** para auditório ou congênere do município pleiteante.

Artigo 21. Terão direito a voto nas reuniões da Assembléia Geral, o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e os Vereadores em exercício de cada município, não sendo admitido o voto por procuração.

Artigo 22. As deliberações nas reuniões da Assembléia Geral serão tomadas, ordinariamente, por maioria simples de voto.

Parágrafo Único - As decisões normativas da Assembléia Geral da **AMNAP**, que tomarão a forma de resoluções, serão numeradas seqüencialmente e distribuídas cópias a cada um dos municípios que a integram.

Artigo 23. As reuniões da Assembléia Geral Ordinária e da Assembléia Geral Extraordinária, exceto decisão em contrário de 2/3 (dois terços) dos Municípios associados, serão públicas, devendo as suas convocações ser realizadas por edital a serem fixados nas Prefeituras, nas Câmaras Municipais e publicadas na imprensa da sede da **AMNAP** e das Diretorias Regionais de Adamantina e Tupã com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da reunião.

Artigo 24. Os municípios que solicitarem convocação de Assembléia Geral Extraordinária deverão formalizar o pedido, por escrito, ao Presidente da Associação, relatando os motivos e indicando os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes das reuniões da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária serão cobertas pelo município anfitrião.

Artigo 25. São atribuições da Assembléia Geral:

- I - Decidir, por meio do voto, todas as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer dos membros da mesma Assembléia Geral e dar-lhes aplicação;
- II - Eleger e empossar os membros da Diretoria Administrativa da **AMNAP**, do Conselho Fiscal e das Diretorias Regionais; a eleição será realizada na última reunião do ano, no mês de dezembro, e a posse na primeira reunião do exercício subsequente, no mês de fevereiro;
- III – Dissolver a Diretoria ou o Conselho Fiscal ou destituir o ocupante de qualquer de seus cargos, em decisão de 2/3 (dois terços) dos associados;
- IV – Substituir qualquer dos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- V – Definir por voto de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, as eventuais contribuições extraordinárias dos municípios membros;
- VI – apreciar o relatório anual de atividades da **AMNAP**;
- VII – Apreciar o plano orçamentário anual;
- VIII - Autorizar a celebração de convênios pela Diretoria em nome da **AMNAP**.

Parágrafo Único - A posse da Diretoria dar-se-á na primeira reunião do ano seguinte à Assembléia Geral que a elegeu, conforme § 10º, do artigo 57.

Artigo 26. A Assembléia Geral poderá constituir comissões especiais para estudar proposições a serem submetidas à deliberação do plenário, formadas por componentes indicados na assembléia, ou, por profissionais de carreiras técnicas convidados especificamente para tanto, a título remunerado ou não.

Artigo 27. No início de cada reunião da Assembléia Geral, a ata da reunião anterior deverá ser submetida à aprovação do plenário.

Artigo 28. As deliberações da Assembléia Geral serão executadas pela Diretoria Administrativa, pelo Diretor Executivo da **AMNAP** e pelas Diretorias Regionais, quando pertinentes.

Capítulo III

Do Conselho Fiscal

Artigo 29. O Conselho Fiscal, órgão da estrutura da **AMNAP**, eleito pela Assembléia Geral, incumbido da apreciação anual das contas da Diretoria e da emissão de parecer conclusivo, é composto de 03 (três) membros

efetivos e 03 (três) respectivos suplentes, dentre os integrantes da Assembléia Geral, devendo seu mandato coincidir com o da Diretoria Administrativa.

§ 1º - O parecer do Conselho Fiscal que concluir pela aprovação ou não das contas da Diretoria Administrativa será apresentado à Assembléia Geral e será vinculativo da decisão da mesma quanto à apreciação das contas, exceto por decisão fundamentada de 2/3 (dois terços) dos municípios associados.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, não podendo haver reeleição para os membros desse órgão.

Artigo 30. Ao Conselho Fiscal compete:

- I – Eleger o seu presidente dentre seus membros;
- II – Estudar balancetes e outros demonstrativos, o balanço e o relatório anual da Diretoria Administrativa, emitindo parecer sobre eles;
- III – Inteirar-se sobre os recebimentos dos créditos, se são feitos regularmente e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- IV – Certificar se há exigências a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas e administrativas;
- V – Conferir mensalmente o saldo numerário existente em caixa e os extratos bancários;
- VI – Examinar a prestação de contas da Diretoria da Associação, a ser submetida à homologação da Assembléia Geral, emitindo o seu parecer sobre a mesma.

Capítulo IV Da Diretoria

Artigo 31. A Diretoria Administrativa é o órgão incumbido da administração geral da AMNAP.

Artigo 32. Para ser membro da Diretoria Administrativa da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP, requer-se:

- I – Ser Prefeito Municipal, Vice-Prefeito ou Vereador em exercício.
- II – Que a municipalidade representada seja membro ativo, conforme previsto artigo 11 deste Estatuto.

Parágrafo Único – Para os cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e de Diretor Regional só poderão ser eleitos os prefeitos, conforme § 4º, do artigo 57.

Artigo 33. Para preencher as vagas que surgirem por impedimento e ausência temporal ou absoluta de um membro titular, a Diretoria deve declarar o cargo vago e chamar o suplente respectivo, segundo ordem de eleição.

Parágrafo Único - Quando um dos membros que tiver sido legalmente convocado faltar de forma consecutiva a três sessões, sem escusa justificada ou formulada por escrito, o cargo deve ser declarado vago pela Diretoria e convocado o suplente.

Artigo 34. Será declarado vago o cargo do diretor Presidente pela Assembléia Geral e posteriormente substituído pela mesma, se o mesmo negar-se ao cumprimento de suas funções estatutárias e regimentais ou faltar a três reuniões ordinárias consecutivas da Assembléia Geral.

Artigo 35. O diretor Primeiro Vice-Presidente substituirá o diretor Presidente, nos seus impedimentos, suas faltas e suspeições e será substituído, da mesma forma, pelo diretor Segundo Vice-Presidente.

Artigo 36. São atribuições da Diretoria Administrativa:

- I - Representar a AMNAP em Juízo e fora dele;
- II - Cumprir as disposições normativas da AMNAP e as determinações da Assembléia Geral.
- III - Celebrar os convênios autorizados pela Assembléia Geral;

- IV - Prestar contas à Assembléia Geral, no fim do mandato, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira na Assembléia Geral Ordinária de posse da nova diretoria, enviando tais documentos ao Conselho Fiscal, com antecedência de 15 (quinze) dias;
- V - Elaborar pautas e planos para expor às Assembléias Gerais;
- VI - Tomar medidas de caráter emergencial;
- VII - Depositar em estabelecimentos de crédito todos os valores recebidos.

Artigo 37 - Compete ao diretor Presidente:

- I - Representar a Associação e os Municípios componentes junto às autoridades políticas do Governo Federal, Estadual, empresas estatais e em todos e quaisquer lugares para o bem da Associação e dos associados.
- II - Convocar reuniões da Diretoria Administrativa e Assembléias Gerais, ordinária e extraordinária, presidindo-as.
- III - Responder perante a Assembléia Geral pelas situações irregulares, caso não tenha tomado as providências cabíveis.
- IV - Autorizar a contratação e a demissão de empregados, trabalhadores avulsos, profissionais liberais e outros.
- V - Representar a Associação, juridicamente no pólo ativo e passivo, judicial ou extrajudicial.
- VI - Assinar, juntamente com o Diretor Tesoureiro, os cheques e toda movimentação bancária.
- VII - Assinar, juntamente com o Diretor Secretário, os contratos, convênios e parcerias.

Artigo 38 - Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidentes:

- I - Substituir o diretor Presidente em seus impedimentos legais e
- II - Auxiliar o Presidente nas suas funções quando solicitado.

Artigo 39 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I - Assessorar o diretor Presidente em matérias de interesse da Associação;
- II - Secretariar as reuniões da Diretoria Administrativa e Assembléias Gerais;
- III - Manter em ordem todos os documentos da Associação;
- IV - Assinar, juntamente com o Presidente contratos, convênios e parcerias.

Artigo 40 - Compete ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o diretor Primeiro Secretário em seus impedimentos, e
- II - Auxiliar o diretor Secretário sempre que for solicitado.

Artigo 41 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Manter o caixa escriturado e à disposição de todos associados juntamente com os documentos comprobatórios;
- II - Assinar juntamente com o diretor Presidente, os cheques e outros documentos da movimentação das contas bancárias;
- III - Supervisionar a escrituração;

IV - Prestar contas de balancetes mensais;

V - Apresentar o balanço anual juntamente com os documentos comprobatórios, na Assembléia Geral de posse da nova diretoria.

VI - Responder perante a Assembléia Geral e judicialmente pelas situações irregulares, se sobre elas não tenha tomado providências justificáveis.

Artigo 42 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

I - Substituir o diretor Primeiro Tesoureiro em seus impedimentos legais;

II - Auxiliar o diretor Primeiro Tesoureiro sempre que solicitado.

Artigo 43 - Compete ao Diretor Regional participar das Assembléias Gerais, das reuniões da Diretoria Administrativa e:

I – Manter contato com os municípios associados de sua micro-região, levando e buscando informações das atividades da Associação;

II – Convocar e presidir reuniões mensais de interesse da micro-região, sempre na primeira quinzena de cada mês, com prévio conhecimento da Diretoria Administrativa.

Artigo 44. Compete ao Vice-Diretor Regional auxiliar o Diretor Regional e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Artigo 45. Compete ao Secretário Regional:

I – Secretariar as reuniões da Diretoria Regional, elaborando, com o Diretor Regional, a pauta das convocações mensais;

II - Lavrar a ata de todas as reuniões com menção dos assuntos tratados e das decisões tomadas, encaminhando-se, de cada reunião, uma cópia à sede da AMNAP.

Capítulo V Da Secretaria Executiva

Artigo 46. A Secretaria Executiva é órgão auxiliar da Diretoria Administrativa da AMNAP, encarregada de cumprir suas determinações e as da Assembléia Geral e prestar assistência técnica aos Municípios associados e terá a seguinte estrutura:

I - Divisão Administrativa;

II - Divisão Técnica.

Artigo 47. A Secretaria Executiva será administrada por um Diretor Executivo, de reconhecida idoneidade pessoal e competência, nomeado pela Diretoria Administrativa, com direito a remuneração compatível, observando-se a legislação trabalhista.

Artigo 48. Compete à Secretaria Executiva:

I – Propor ao Presidente a estruturação dos serviços técnicos e administrativos;

II – Estabelecer intercâmbio de natureza técnica entre a associação e entidades públicas e privadas;

III – Divulgar as resoluções da Assembléia Geral;

Artigo 49. São atribuições do Diretor Executivo:

I – Elaborar o programa anual de trabalho da Associação de acordo com o Presidente;

II – Preparar a prestação de contas do exercício;

III – Propor ao Presidente a constituição de grupos de trabalho com objetivos específicos e duração

temporária;

IV – Contratar e demitir funcionários, trabalhadores avulsos, técnicos e outros que se tornem necessário, observado o disposto no item IV, do Artigo 37, deste Estatuto;

V – Promover a arrecadação de recursos financeiros;

VI – Elaborar e divulgar o relatório mensal de atividades da associação;

VII – Exercer outras atividades que forem delegadas pelo Presidente;

VIII– Representar a Associação e obter senhas junto às agências de crédito para movimentação das contas via Internet, efetuar débitos e transferência de créditos, retirar extratos, talões de cheques e outros documentos necessários.

IX– Coordenar todas as atividades da divisão administrativa, divisão técnica e Corpo Consultivo da AMNAP.

X– Coordenar as articulações político-administrativas necessárias ao cumprimento das finalidades da AMNAP.

Artigo 50. São atribuições da Divisão Administrativa:

I – Dar assistência técnica nas áreas administrativa, jurídica e contábil dos Municípios associados;

II – Promover estudos para a modernização das estruturas administrativas das Prefeituras;

III – Fortalecer as finanças públicas municipais através de adoção de medidas necessárias ao aumento da receita de cada município;

IV – Propor, quando solicitado pelos municípios, o cadastramento imobiliário com a implantação de reforma tributária adequada para cada Município;

V – Elaborar estudos, programas e projetos necessários ao desenvolvimento da região;

VI – Elaborar projetos de viabilidade econômico-financeira para os Municípios;

VII – Exercer outras atividades afins, constantes no artigo 6º e seus itens.

Artigo 51. São atribuições da Divisão Técnica:

I – Elaborar projetos técnicos e de engenharia para os Municípios associados;

II – Promover estudos técnicos necessários à execução de projetos ligados ao saneamento básico;

III – Efetuar estudos de engenharia e topografia necessários à execução de projetos dos Municípios;

IV - Prestar assistência técnica e capacitação nas áreas de informática, e de modernização da administração pública;

V – Exercer outras atividades afins constantes no objetivo da Associação.

Capítulo VI Dos Órgãos Auxiliares

Artigo 52. São órgãos auxiliares, para cumprimento de objetivos específicos determinados pela Assembléia Geral e pela Diretoria Administrativa, o Corpo Consultivo e os Colegiados dos Secretários Municipais.

Artigo 53. O Corpo Consultivo é incumbido da realização dos fins materiais da AMNAP para com os seus associados, prestando serviços a estes municípios, tais como a assessoria em planejamento urbano e regional;

assessoria contábil, financeira e orçamentária; assessoria administrativa, tributária; de recursos humanos; em educação; em saúde; assessoria jurídica; em informática; em arquitetura e urbanismo; em engenharia civil, sanitária e ambiental; em cultura; turismo; lazer e nas demais áreas de interesse e competência municipal.

Artigo 54. O Corpo Consultivo será contratado de acordo com as necessidades específicas e deverá ser formado por profissionais de nível técnico e/ou superior, com notável saber em suas respectivas áreas, sendo escolhido pelo Diretor Executivo, com a anuência e autorização do Diretor Presidente, ou seu substituto, atendido ainda, os ditames do Regimento Interno, caso em vigor.

Artigo 55. São atribuições do Corpo Consultivo:

- I - Formular estratégias, bem como planos e programas de trabalho relacionados com os fins da instituição, a serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral e conduzidos pela Diretoria Administrativa.
- II - Supervisionar a elaboração, implantação e implementação de planos, programas e projetos, de iniciativa pública ou não-governamental, cujo impacto tiver abrangência regional;
- III - Assessorar, quando convocado, as reuniões das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias;
- IV - Manter e atualizar um banco de dados e informações de interesse para elaboração de programas gerais e/ou setoriais a nível municipal ou regional;
- V - Exercer outras atividades que lhe forem confiadas;

Artigo 56. O Corpo Consultivo contará com o apoio e assessorará os Colegiados dos Secretários Municipais, constituídos como representantes dos associados, por área de interesse, como as de saúde, educação, planejamento urbano, finanças, questões jurídicas, etc.

Parágrafo Único - Os Colegiados dos Secretários Municipais, representados pelos titulares das pastas respectivas de cada município associado, serão convocados pelo Diretor Executivo ou pela Diretoria Administrativa, para discutir sobre questões de interesse do conjunto dos associados, apontando soluções e alternativas.

TÍTULO III Do Processo Eleitoral

Artigo 57. A Diretoria Administrativa, o Conselho Fiscal e as Diretorias Regionais serão eleitos na Assembléia Geral Ordinária no mês de dezembro de cada ano, sendo que o processo eleitoral seguirá as seguintes regras:

- I** – O registro das chapas que concorrerão nas eleições deverá ser providenciado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data designada para a eleição, conforme § 3º deste artigo, prazo este que será contado da data e horário do protocolo do pedido na sede da **AMNAP**;
- II** – Verificação da regularidade da composição das chapas e deferimento do pedido pelo Presidente da **AMNAP**;
- a** - A decisão do Presidente quanto ao registro das chapas será passível de recurso, o qual deverá ser interposto e julgado antes de iniciada a votação, pelos membros que se fizerem presentes à Assembléia Geral;
- b** - O quorum para julgamento do recurso de que trata a alínea “a” será de maioria simples;
- c** - A decisão do julgamento do recurso deverá ser proferida pela Diretoria Administrativa da **AMNAP**.
- III** – Confecção do material a ser utilizado na eleição;
- IV** – Convocação dos membros da **AMNAP** para trabalharem na eleição;
- V** – Votação;
- VI** – Proclamação do resultado da eleição.

§ 1º - Todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em exercício dos municípios associados, têm direito de

votar e serem votados, ressalvado o disposto no § 9º deste artigo, sendo vedada a acumulação de cargos pela mesma pessoa.

§ 2º - A eleição será por voto secreto, quando apresentada mais de uma chapa e por aclamação quando for apresentada apenas uma chapa concorrente.

§ 3º - Os interessados deverão apresentar as chapas completas e com denominações, especificando, para concorrer aos cargos privativos previstos no § 4º deste artigo, o nome do prefeito e a cidade a que pertence, e para concorrer aos demais cargos, os nomes dos prefeitos, vice-prefeitos, ou vereadores, especificando, também, os mandatos que exercem e o nome de seu município e deverão ser protocoladas na sede da Associação, obrigatoriamente, com antecedência de no mínimo de setenta e duas horas do início da Assembléia que realizará as eleições.

§ 4º - Para os cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e Diretor Regional somente poderão ser candidatos os prefeitos em exercício em municípios associados.

§ 5º - Somente poderão votar os legítimos representantes dos municípios, que são os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores no exercício de suas funções, presentes na Assembléia, ficando proibido o voto por procuração ou outros meios.

§ 6º - Na hipótese do prefeito estar afastado por qualquer motivo, o prefeito em exercício deverá apresentar documento comprobatório expedido pela Câmara Municipal.

§ 7º - Vencerá a chapa que obtiver o maior número de votos dos presentes.

§ 8º - Havendo empate, vencerá a chapa em que o candidato a presidente que encabeçou a chapa for o de maior idade.

§ 9º - Não terão direito a voto ou de serem votados os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios em atraso com suas contribuições mensais ou, outros débitos com a associação.

§ 10º - A posse da Diretoria Administrativa, do Conselho Fiscal e das Diretorias Regionais dar-se-á na Assembléia Geral Ordinária, no mês de fevereiro seguinte à eleição.

Artigo 58. No último ano de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, a eleição se fará com chapas formadas pelos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos para o mandato subsequente.

Parágrafo Único – No caso do *caput* deste artigo, a votação será entre os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos para o mandato subsequente, os quais terão o direito de votar e de serem votados, observado o disposto no § 9º, do artigo 57.

Artigo 59 - O prazo de mandato será sempre de 1 (um) ano, admitindo-se uma reeleição para o período seguinte, conforme disposto nos artigos 14 e 15, respeitada a vedação que dispõe o § 2º do artigo 29.

TÍTULO IV Do Patrimônio e da Dissolução

Capítulo I Do Patrimônio

Artigo 60. O patrimônio da Associação será formado:

I – Pelas contribuições ordinárias dos municípios associados, determinadas em projetos de lei do executivo de cada Município, com autorização das respectivas Câmaras Municipais, ou por emenda legislativa, segundo valores apurados de acordo com o determinado no inciso II e no Parágrafo Único do Artigo 10º, deste Estatuto.

II – Pelas contribuições extraordinárias dos municípios associados, destinados à entidade para aquisições e investimentos em obras específicas, aprovadas em Assembléia, conforme Inciso III, do Artigo 10º deste Estatuto;

III – Pelas contribuições efetuadas por organizações governamentais ou não governamentais;

- IV – Pelos recursos consignados nos orçamentos estadual e federal, ou resultantes de convênios;
- V – Pelo produto de operações de crédito;
- VI – Pelos recursos provenientes de sua receita como órgão prestador de serviços;
- VII – Pelos bens que lhes pertencam;
- VIII – Pelo resultado das aplicações financeiras que realizar;
- IX – Pelas subvenções, pelas heranças e legados e pelas doações que forem outorgadas a favor da entidade.

Artigo 61. Nenhum bem imóvel pertencente à Associação poderá ser alienado sem expressa autorização da Assembléia Geral, com voto favorável de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Artigo 62. Os Municípios associados que estiverem em débito com as contribuições devidas a **AMNAP**, por um período maior que 60 (sessenta) dias, e que não tenham renegociado seus débitos, terão os serviços suspensos pela entidade.

Parágrafo Único – As renegociações a que se refere o *caput* deste artigo se farão com a aplicação de correção monetária sobre o saldo devedor, medida pelo IGP-M, ou índice que o substituir, acrescido de 2% (dois por cento) de multa de inadimplência e de 1% (um por cento) de juros simples de mora ao mês.

Capítulo II Da Dissolução

Artigo 63. A dissolução da **AMNAP** somente ocorrerá por decisão de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, em reuniões Extraordinárias exclusivas para esse fim.

Artigo 64. Qualquer município associado poderá retirar-se da **AMNAP** mediante pedido expresso formulado pelo Prefeito Municipal, acompanhado de autorização legislativa para tanto, tendo em vista que a desfiliação prevista neste artigo diz respeito a direitos não disponíveis ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - A exclusão do Município se fará sem prejuízo da contribuição anual do exercício em que for feito o pedido de retirada e de eventuais anuidades em atraso e que, neste caso, o município deverá recolher a **AMNAP**, antecipadamente.

§ 2º - O Município que venha a excluir-se do quadro societário da **AMNAP**, abdica dos direitos sobre o patrimônio da entidade, em favor dos demais associados.

Artigo 65. Em caso de dissolução da **AMNAP**, o seu patrimônio reverterá em benefício dos municípios associados, na proporção exata das contribuições previstas para o exercício em curso.

TÍTULO V Disposições Gerais

Artigo 66. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 67. É vedado à Associação envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com seus objetivos, especialmente os de natureza político-partidária.

Artigo 68. No período compreendido entre o término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, coincidente com término do mandato dos Prefeitos Municipais e a eleição e/ou posse da nova Diretoria, o mandato daqueles será prorrogado até a posse dos prefeitos sucessores.

Artigo 69. Cabe à Diretoria fixar, até o mês de dezembro de cada ano, o orçamento da **AMNAP** para o próximo exercício, cujo valor será integralizado pelos municípios membros, na forma deste Estatuto.

Artigo 70. O presente Estatuto poderá ser alterado ao todo, ou em parte, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos sócios presentes em Assembléia Geral Extraordinária previamente convocada para esse fim.

Artigo 71. Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pelo Diretor Presidente da Associação *ad referendum* da Assembléia Geral, sempre de acordo com as leis e normas vigentes do País.

Artigo 72. Fica eleito o foro da Comarca de Dracena, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas que venham surgir, ou omissões do presente Estatuto, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Artigo 73. O Presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral competente.

LUCÉLIA – SP, 17 de novembro de 2006.

ÉLZIO STELATO JÚNIOR
Presidente

CARLOS JOSÉ RIBEIRO DO VAL
Diretor Executivo
Secretário “AD HOC”

ÍRIO JOSÉ DA SILVA
OAB/SP – 148.683

ANEXO V

Nova Alta Paulista - Censo Comercial 1940

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário m Cr\$	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	125	251	378	5 849
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina *	—	—	—	—
Dracena	—	—	—	—
Oswaldo Cruz	—	—	—	—
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	—	—	—	—
Flórida Paulista	—	—	—	—
Junqueirópolis	—	—	—	—
Lucélia	—	—	—	—
Pacaembu	—	—	—	—
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	—	—	—	—
Rinópolis	—	—	—	—
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	—	—	—	—
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariápolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	—	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	125	251	378	5 849

Tabela 2

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

* Os itens não informados correspondem a municípios inexistentes na década de 1930, período de referência para o censo de 1940.

Nova Alta Paulista - Censo Comercial 1950 (Varejistas e Atacadistas)

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	27	248	378	5 849
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina *	172	331	7 663	59 083
Dracena	50	63	474	2 164
Oswaldo Cruz	143	380	498	12 259
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	53	112	2 218	27 436
Flórida Paulista	75	132	2 285	18 849
Junqueirópolis	24	44	720	3 451
Lucélia	164	319	9 423	59 145
Pacaembu	95	146	1 523	8 347
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	53	112	95	497
Rinópolis	31	73	1 168	6 178
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	12	49	126	7 975
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariópolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	4	10	11	294
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	913	2 019	2 044 76 (média)	211 528

Tabela 3

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

* Os itens não informados correspondem a municípios inexistentes na década de 1930, período de referência para o censo de 1940.

Nova Alta Paulista – Censo Comercial 1960 (Varejista)

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	381	888	32 935	1 477 656
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	198	643	25 716	718 206
Dracena	239	530	13 195	513 914
Osvaldo Cruz	190	485	16 514	505860
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	55	157	5 303	170 246
Flórida Paulista	87	173	3 937	36 620
Junqueirópolis	96	223	8 129	178 240
Lucélia	157	388	9 115	408 440
Pacaembu	72	139	3 447	120 044
Panorama	19	25	107	13 135
Parapuã	57	100	1 852	89 306
Rinópolis	54	107	2 772	101 027
Tupi Paulista	104	218	6 689	223 358
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	19	35	210	7 243
Herculândia	29	42	683	36 620
Iacri	27	42	—	18 113
Inúbia Paulista	23	38	73	22 402
Irapuru	63	114	4 341	124 390
Mariópolis	39	71	184	20 075
Monte Castelo	42	48	52	34 839
Nova Guataporanga	27	36	36	23 446
Ouro Verde	25	46	181	28 858
Paulicéia	7	10	122	2 600
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	24	31	—	8 176
Salmourão	31	51	215	24 619
Santa Mercedes	16	20	—	10 165
São João do Pau	21	39	150	22 681
D'Alho	—	—	—	—
Total	2 102	4 699	5 015 48 (média)	4 940 193

Tabela 4

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista – Censo Comercial 1960 (Atacadista)

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	39	97	5 153	428 920
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	19	22	9.165	363 674
Dracena	11	19	422	22 889
Oswaldo Cruz	37	77	2 985	726 047
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	2	11	561	4 744
Flórida Paulista	3	5	122	1 559
Junqueirópolis	1	12	306	24 362
Lucélia	14	44	2 148	253 073
Pacaembu	1	2	243	1 499
Panorama	4	7	215	1 804
Parapuã	8	26	1 901	627 777
Rinópolis	6	22	1 381	233 796
Tupi Paulista	1	1	—	1 589
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	4	7	60	1 998
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	9	21	649	30 208
Mariópolis	3	7	140	7 580
Monte Castelo	1	1	—	385
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	1	3	—	171
Paulicéia	—	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	4	4	—	4 098
Santa Mercedes	2	2	—	251
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	170	390	1 722, 73 (média)	2 736 424

Tabela 5

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista – Censo Comercial 1970

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	473	1 419	3 131	9 920
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	231	842	2 389	77 707
Dracena	317	1 013	2 570	83 166
Osvaldo Cruz	162	517	942	39 173
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	69	243	648	35 339
Flórida Paulista	77	164	150	7 055
Junqueirópolis	115	293	513	22 110
Lucélia	122	329	579	36 636
Pacaembu	79	223	461	15 526
Panorama	47	68	34	3 360
Parapuã	48	98	112	6 863
Rinópolis	66	102	118	6 799
Tupi Paulista	89	242	498	15 494
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	16	31	—	—
Herculândia	22	41	39	2 013
Iacri	18	38	16	1 387
Inúbia Paulista	16	48	33	1 949
Irapuru	71	144	260	11 497
Mariópolis	38	66	17	2 805
Monte Castelo	29	29	—	1 391
Nova Guataporanga	7	10	4	524
Ouro Verde	32	35	6	2 743
Paulicéia	5	5	—	147
Queiroz	17	18	—	310
Sagres	7	12	—	316
Salmourão	13	14	—	733
Santa Mercedes	21	23	—	656
São João do Pau D'Alho	25	26	4	1 235
Total	2 522	6 093	596 57 (média)	386 854

Tabela 6

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista – Censo Comercial 1980

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	451	1 825	111 615	3 997 036
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	228	1 147	34 985	14 404 308
Dracena	278	1 472	95 179	3 593 959
Oswaldo Cruz	115	817	46 953	1 578 770
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	83	556	51 992	1 012 035
Flórida Paulista	62	208	5 531	265 739
Junqueirópolis	126	540	29 199	873 093
Lucélia	87	430	24 443	1 081 255
Pacaembu	79	301	14 924	545 411
Panorama	49	112	2 130	144 353
Parapuã	54	174	—	—
Rinópolis	72	251	8 854	288 289
Tupi Paulista	90	460	237 333	651 172
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	11	26	30	8 307
Herculândia	34	83	(X)	127 486
Iacri	27	72	1 397	101 228
Inúbia Paulista	13	51	1 942	103 615
Irapuru	52	166	7 350	242 624
Mariápolis	24	73	150	36 066
Monte Castelo	23	60	946	93 747
Nova Guataporanga	10	21	199	34 726
Ouro Verde	30	60	813	75 640
Paulicéia	8	37	2 322	298 452
Queiroz	9	17	924	20 989
Sagres	7	9	79	7 053
Salmourão	15	31	365	42 672
Santa Mercedes	19	41	213	20 334
São João do Pau	24	57	603	58 401
D'Alho				
Total	1 606	7 127	17 933 (média)	29 706 760

Tabela 7

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

— dados não disponíveis

Nova Alta Paulista – Censo Comercial 1985

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	534	2 569	19 002 548	397 364 449
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	279	1 480	13 107 196	406 413 198
Dracena	631	1 831	16 279 632	428 154 212
Oswaldo Cruz	194	908	7 019 710	129 912 020
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	130	823	6 493 546	158 320 920
Flórida Paulista	83	255	1 430 140	26 683 239
Junqueirópolis	144	503	5 064 294	80 521 045
Lucélia	107	520	4 606 249	133 879 826
Pacaembu	89	305	2 706 277	59 125 471
Panorama	58	170	762 292	17 269 217
Parapuã	51	218	2 090 154	59 747 307
Rinópolis	65	271	1 731 177	30 589 672
Tupí Paulista	128	524	3 206 613	66 592 236
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	13	24	75 301	1 511 415
Herculândia	54	117	482 258	10 635 709
Iacri	25	107	614 060	10 762 951
Inúbia Paulista	18	74	258 042	15 830 360
Irapuru	55	191	1 324 878	343 326 320
Mariápolis	22	44	118 838	5 917 618
Monte Castelo	25	72	321 847	8 225 471
Nova Guataporanga	9	14	68 559	2 084 476
Ouro Verde	40	100	389 848	11 855 026
Paulicéia	11	24	121 301	3 342 977
Queiroz	6	15	156 144	1 363 372
Sagres	10	19	80 295	1 375 822
Salmourão	19	52	483 187	6 505 511
Santa Mercedes	12	23	72 708	1 478 627
São João do Pau	17	45	201 940	6 702 964
D'Alho				
Total	2 829	11 298	1 569 044 (média)	

Tabela 8

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Comercial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1985	Índice de crescimento
Municípios com mais de 50.000 habitantes							
Tupã	125	27	420	473	146	534	319,20%
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes							
Adamantina	—	172	217	231	228	279	62,61%
Dracena	—	50	250	317	278	631	1 162,00%
Osvaldo Cruz	—	143	227	162	155	194	35,66%
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes							
Bastos	—	53	57	69	83	130	145,28%
Flórida	—	75	90	77	62	83	10,67%
Paulista	—	—	—	—	—	—	—
Junqueirópolis	—	24	97	115	126	144	500%
Lucélia	—	164	171	122	87	107	-34,76%
Pacaembu	—	95	73	79	79	89	-6,32%
Panorama	—	—	23	47	49	58	152,17%
Parapuã	—	53	65	48	54	51	-3,77%
Rinópolis	—	31	60	66	72	65	109,68%
Tupi Paulista	—	—	105	89	90	128	21,90%
Municípios com população até 10.000 habitantes							
Flora Rica	—	—	19	16	11	13	-31,58%
Herculândia	—	12	33	22	—	54	350%
Iacri	—	—	27	18	—	25	-7,41%
Inúbia Paulista	—	—	23	16	13	18	-21,74%
Irapuru	—	—	70	71	52	55	-23,61%
Mariápolis	—	—	42	38	24	22	-47,62%
Monte Castelo	—	—	43	29	23	25	-41,86%
Nova	—	—	27	7	10	9	-66,67%
Guataporanga	—	—	—	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	26	32	30	40	53,84%
Paulicéia	—	4	7	5	8	11	175%
Queiroz	—	—	—	17	9	6	-64,71%
Sagres	—	—	24	7	7	10	-58,33%
Salmourão	—	—	35	13	15	9	-45,71%
Santa	—	—	18	21	19	12	-33,33%
Mercedes	—	—	—	—	—	—	—
São João do Pau D'Alho	—	—	21	25	24	17	-19,05%
Total	125	913	2 272	2 522	1 606	2 829	

Tabela 9

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1940

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	27	248	378	5 849
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	—	—	—	—
Dracena	—	—	—	—
Oswaldo Cruz	—	—	—	—
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	—	—	—	—
Flórida Paulista	—	—	—	—
Junqueirópolis	—	—	—	—
Lucélia	—	—	—	—
Pacaembu	—	—	—	—
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	—	—	—	—
Rinópolis	—	—	—	—
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	—	—	—	—
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariápolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	—	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	27	248	378 (média)	5 849

Tabela 10

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1950

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	117	650	5.472	156 054
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	80	385	2 874	57 609
Dracena	21	89	362	1 391
Oswaldo Cruz	—	—	—	—
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	18	277	2 288	20 163
Flórida Paulista	31	115	504	11 972
Junqueirópolis	12	60	274	1 227
Lucélia	40	239	2 612	61 918
Pacaembu	21	97	307	2 857
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	15	51	703	22 165
Rinópolis	12	48	350	11 878
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	11	94	698	6 325
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariápolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	—	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	405	2 304	1 476,16	410 283

Tabela 11

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1960

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	142	641	32 549	939 591
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	79	527	28 829	1 046 379
Dracena	117	433	20 436	867 307
Oswaldo Cruz	66	317	18 316	804 327
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	19	325	13 333	103 164
Flórida Paulista	24	97	5 500	89 655
Junqueirópolis	40	121	4 704	89 256
Lucélia	39	188	10 147	501 652
Pacaembu	29	255	20 900	563 892
Panorama	8	52	2 008	10 957
Parapuã	28	84	3 980	1 098 200
Rinópolis	21	79	3 519	293 668
Tupi Paulista	43	190	15 674	308 025
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	2	3	84	1 148
Herculândia	21	101	3 855	48 663
Iacri	5	7	60	1 539
Inúbia Paulista	4	7	175	2 131
Irapuru	17	85	9 540	383 492
Mariápolis	7	18	583	26 310
Monte Castelo	11	22	244	4 741
Nova Guataporanga	13	36	601	7 620
Ouro Verde	9	42	1 538	13 484
Paulicéia	5	13	477	2 236
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	3	6	120	824
Salmourão	9	22	425	6 407
Santa Mercedes	5	5	—	1 440
São João do Pau	9	20	210	8 726
D'Alho	—	—	—	—
Total	793	3 693	6 593,56	6 126 035

Tabela 12

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1970

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	142	641	32 549	939 591
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	79	527	28 829	1 046 379
Dracena	117	433	20 436	867 307
Oswaldo Cruz	66	317	18 316	804 327
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	19	325	13 333	103 164
Flórida Paulista	24	97	5 500	89 655
Junqueirópolis	40	121	4 704	89 256
Lucélia	39	188	10 147	501 652
Pacaembu	29	255	20 900	563 892
Panorama	8	52	2 008	10 957
Parapuã	28	84	3 980	1 098 200
Rinópolis	21	79	3 519	293 668
Tupi Paulista	43	190	15 674	308 025
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	2	3	84	1 148
Herculândia	21	101	3 855	48 663
Iacri	5	7	60	1 539
Inúbia Paulista	4	7	175	2 131
Irapuru	17	85	9 540	383 492
Mariápolis	7	18	583	26 310
Monte Castelo	11	22	244	4 741
Nova Guataporanga	13	36	601	7 620
Ouro Verde	9	42	1 538	13 484
Paulicéia	5	13	477	2 236
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	3	6	120	824
Salmourão	9	22	425	6 407
Santa Mercedes	5	5	—	1 440
São João do Pau	9	20	210	8 726
D'Alho	—	—	—	—
Total	775	3 716	7 607 96 (média)	7 224 834

Tabela 13

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1980

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	153	1 731	173 412	3 876 560
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	81	909	97 094	2 820 779
Dracena	91	960	88 533	1 528 565
Oswaldo Cruz	71	991	84 039	1 557 147
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	27	1 874	181 018	2 272 066
Flórida Paulista	20	103	8.421	440 275
Junqueirópolis	43	519	61 348	1 603 194
Lucélia	53	575	53 498	1 654 476
Pacaembu	30	290	47 053	760 092
Panorama	32	272	19 199	94 567
Parapuã	27	138	12 230	173 713
Rinópolis	27	195	21 453	552 854
Tupi Paulista	18	253	24 640	615 543
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	5	17	294	778
Herculândia	17	105	6.066	104 297
Iacri	7	45	3 511	10 367
Inúbia Paulista	3	30	2 327	67 028
Irapuru	17	100	8.357	417 001
Mariápolis	5	33	1 474	23 523
Monte Castelo	6	21	1 864	8 589
Nova Guataporanga	3	25	1 989	4 792
Ouro Verde	8	23	1 472	69 370
Paulicéia	5	77	5 626	18 625
Queiroz	2	(A)	(X)	(A)
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	6	45	4 004	37 561
Santa Mercedes	3	9	243	1 127
São João do Pau D'Alho	6	22	1 871	121 094
Total	766	9 362	48 249 967 (média)	43 137 308

Tabela 14

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(A) De A a G são letras empregadas para expressar a faixa de referencia das informações omitidas – regras de desidentificação

(X) Resultado omitido a fim de identificação do informante

Nova Alta Paulista - Censo Industrial 1985

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	146	1 978	20 087 194	503 052 879
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	81	909	97 094	2 820 779
Dracena	91	960	181 018	2 272 066
Oswaldo Cruz	67	1 106	9 129 638	514 471 300
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	27	1 874	181 018	2 272 066
Flórida Paulista	20	103	8 421	440 275
Junqueirópolis	43	519	61 348	1 603 194
Lucélia	53	575	53 498	1 654 476
Pacaembu	21	239	1 460 799	33 957 939
Panorama	41	313	1 474 380	9 347 249
Parapuã	23	327	3 591 417	80 728 283
Rinópolis	25	125	829 653	40 418 495
Tupi Paulista	24	170	1 139 464	125 104 641
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	5	17	294	778
Herculândia	17	105	6 066	104 297
Iacri	7	45	3 511	10 367
Inúbia Paulista	3	30	2 327	67 028
Irapuru	17	100	8 537	417 001
Mariópolis	5	33	1 474	23 523
Monte Castelo	6	21	1 864	8 589
Nova Guataporanga	1	(C)	(X)	(A)
Ouro Verde	5	16	60 071	3 343 119
Paulicéia	9	74	329 029	1 803 032
Queiroz	1	(A)	(X)	(A)
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	6	29	153 151	7 670 738
Santa Mercedes	3	11	41 529	205 464
São João do Pau	2	(C)	(X)	(F)
D'Alho	—	—	—	—
Total	756	9 679	(média)	

Tabela 15

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1985	Índice de crescimento
Municípios com mais de 50.000 habitantes							
Tupã	27	117		142	153	146	440%
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes							
Adamantina	—	80		79	81	81	1,25%
Dracena	—	21		117	91	91	285%
Oswaldo Cruz	—	37		66	71	67	81,08%
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes							
Bastos		18		19	27	27	50%
Flórida Paulista	—	31		24	20	20	-35,48%
Junqueirópolis	—	12		40	43	43	258,23%
Lucélia	—	40		39	53	53	32,50%
Pacaembu	—	21		29	30	31	0,0%
Panorama	—	—		8	32	41	412,50%
Parapuã	—	15		28	27	23	53,33%
Rinópolis	—	12		21	27	25	108,33%
Tupi Paulista	—	—		43	18	24	-44,19%
Municípios com população até 10.000 habitantes							
Flora Rica	—	—		2	5	5	150%
Herculândia	—	11		21	17	17	54,55%
Iacri	—	—		5	7	7	40%
Inúbia Paulista	—	—		4	3	3	-25%
Irapuru	—	—		17	17	17	0,0%
Mariópolis	—	—		7	5	5	-28,57
Monte Castelo	—	—		11	6	6	-45,45%
Nova Guataporanga	—	—		13	3	1	-92,31%
Ouro Verde	—	—		9	8	5	-44,44%
Paulicéia	—	—		5	5	9	80%
Queiroz	—	—		—	2	1	-50%
Sagres	—	—	—	3	—	—	-100,00%
Salmourão	—	—		9	6	6	-33,33%
Santa Mercedes	—	—		5	3	3	-40
São João do Pau	—	—		9	6	2	-77,78%
D'Alho							
Total	27	405	793	775	766	756	

Tabela 16

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1940

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	27	248	378	5 849
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	—	—	—	—
Dracena	—	—	—	—
Oswaldo Cruz	—	—	—	—
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	—	—	—	—
Flórida Paulista	—	—	—	—
Junqueirópolis	—	—	—	—
Lucélia	—	—	—	—
Pacaembu	—	—	—	—
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	—	—	—	—
Rinópolis	—	—	—	—
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	—	—	—	—
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariápolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	—	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	27	248	378	5 849

Tabela 17

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1950

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	267	631	4.885	18.094
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	146	317	809	5 970
Dracena	24	39	151	464
Oswaldo Cruz	113	211	1 226	5 117
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	43	87	685	2 265
Flórida Paulista	87	161	817	3 392
Junqueirópolis	24	64	421	1.150
Lucélia	134	275	421	7 600
Pacaembu	71	115	491	2250
Panorama	—	—	—	—
Parapuã	53	95	1 165	1 952
Rinópolis	19	54	437	1 425
Tupi Paulista	—	—	—	—
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	—	—	—	—
Herculândia	27	55	358	1 455
Iacri	—	—	—	—
Inúbia Paulista	—	—	—	—
Irapuru	—	—	—	—
Mariápolis	—	—	—	—
Monte Castelo	—	—	—	—
Nova Guataporanga	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	—	—
Paulicéia	—	2	5	43
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	—	—	—	—
Santa Mercedes	—	—	—	—
São João do Pau	—	—	—	—
D'Alho	—	—	—	—
Total	1 008	2 106	913,15 (média)	51 177

Tabela 18

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1960

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	348	651	11 632	107 574
Municípios com mais de 20.000 habitantes				
Adamantina	200	580	9 614	82 909
Dracena	149	323	4 673	43 377
Oswaldo Cruz	157	358	4 712	59 205
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	57	117	1 919	16 418
Flórida Paulista	80	160	1 691	17 454
Junqueirópolis	68	132	1 357	25 114
Lucélia	130	326	4 792	42 646
Pacaembu	65	147	1 602	20 117
Panorama	4	9	—	453
Parapuã	53	88	310	9 399
Rinópolis	49	90	841	12 835
Tupi Paulista	88	187	2 799	24 674
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	14	22	9	1 420
Herculândia	40	76	686	9 432
Iacri	40	32	80	1 894
Inúbia Paulista	14	22	—	3 591
Irapuru	17	66	772	12 523
Mariápolis	22	45	1 456	2 578
Monte Castelo	21	22	—	1 805
Nova Guataporanga	15	19	—	2 382
Ouro Verde	12	23	96	2 304
Paulicéia	4	10	30	681
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	3	3	—	434
Salmourão	15	17	—	2 303
Santa Mercedes	10	163	—	852
São João do Pau	8	16	12	2 170
D'Alho	—	—	—	—
Total	1 683	3 704	2 454 15 (média)	506 544

Tabela 19

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1970

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	163	804	1 880	55 371
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	84	670	1 904	69 001
Dracena	98	555	1 518	50 898
Oswaldo Cruz	66	437	8 666	24 721
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	24	1 036	2 957	55 082
Flórida Paulista	26	82	127	6 939
Junqueirópolis	31	194	553	25 621
Lucélia	42	229	641	31 948
Pacaembu	21	200	769	34 564
Panorama	18	134	247	1 420
Parapuã	24	97	182	7 526
Rinópolis	28	119	260	10 542
Tupi Paulista	39	131	302	10 480
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	2	—	—	—
Herculândia	16	60	78	2 583
Iacri	8	27	66	1 416
Inúbia Paulista	6	36	83	3 622
Irapuru	25	92	219	12 932
Mariápolis	8	10	2	1 769
Monte Castelo	10	12	3	1 337
Nova Guataporanga	3	13	—	82
Ouro Verde	5	5	—	143
Paulicéia	2	—	—	—
Queiroz	—	—	—	—
Sagres	—	—	—	—
Salmourão	7	19	22	1 903
Santa Mercedes	2	—	—	—
São João do Pau	4	4	—	68
D'Alho	—	—	—	—
Total	764	4 966	1 023 95 (média)	409 928

Tabela 20

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1980

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	472	1 699	79 069	710 060
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	221	1 048	47 700	199 513
Dracena	296	868	35 978	296 685
Oswaldo Cruz	176	497	17 089	175 066
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	62	175	4 495	55 301
Flórida Paulista	54	135	2 542	28 715
Junqueirópolis	125	306	6 160	63 289
Lucélia	99	262	7 495	58 040
Pacaembu	72	170	2 894	37 884
Panorama	56	133	2 918	44 913
Parapuã	63	146	2 082	35 570
Rinópolis	88	210	2 393	47 047
Tupi Paulista	108	281	8 280	81 876
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	3	6	—	607
Herculândia	34	51	163	11 175
Iacri	25	66	987	19 404
Inúbia Paulista	14	28	230	5 549
Irapuru	50	92	487	22 067
Mariápolis	4	18	—	3 170
Monte Castelo	22	38	314	5 897
Nova Guataporanga	9	9	—	3 201
Ouro Verde	28	45	394	10 819
Paulicéia	8	13	—	3 958
Queiroz	8	13	—	4 205
Sagres	4	5	—	1 409
Salmourão	11	16	—	6 879
Santa Mercedes	4	5	—	1 142
São João do Pau	15	33	63	6 435
D'Alho				
Total	1 776	6 308	11 084 15 (média)	1 939 876

Tabela 21

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista - Censo Serviços 1985

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total de pessoal ocupado	Salário em Cr\$ 1000,00	Valor/produção em Cr\$
Município com mais de 50.000 habitantes				
Tupã	350	1 249	8 601 794	41 344 607
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes				
Adamantina	161	950	5 333 136	17 725 568
Dracena	150	511	3 759 677	20 279 694
Oswaldo Cruz	111	341	2 117 933	9 112 498
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes				
Bastos	49	125	794 145	4 483 532
Flórida Paulista	42	92	408 511	4 244 872
Junqueirópolis	65	153	623 320	3 365 375
Lucélia	90	238	922 714	4 575 530
Pacaembu	70	180	856 876	5 290 540
Panorama	40	104	485 283	2 262 553
Parapuã	35	114	506 412	2 482 008
Rinópolis	54	147	791 462	3 099 873
Tupi Paulista	70	186	701 418	5 560 649
Municípios com população até 10.000 habitantes				
Flora Rica	6	12	33 568	315 089
Herculândia	22	37	92 890	955 688
Iacri	17	38	172 773	737 295
Inúbia Paulista	11	22	111 594	—
Irapuru	35	67	293 485	1 764 669
Mariápolis	12	22	83 662	511 765
Monte Castelo	7	14	17 269	262 642
Nova Guataporanga	4	4	11 556	141 578
Ouro Verde	18	43	142 683	987 071
Paulicéia	3	3	11 404	113 100
Queiroz	5	13	12 525	163 864
Sagres	8	17	46 600	296 238
Salmourão	12	23	131 250	657 532
Santa Mercedes	4	8	43 200	374 711
São João do Pau	9	19	34 834	294 347
D'Alho				
Total	1 458	4 732	27 141 974 (média)	59 495 118

Tabela 22

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

Nova Alta Paulista: Censo Industrial 1940-1985 – N° de estabelecimentos

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1985	Índice de crescimento
Municípios com mais de 50.000 habitantes							
Tupã	27	267	348	163	472	350	1.196,30%
Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes							
Adamantina	—	146	200	84	221	161	10,25%
Dracena	—	24	149	98	296	150	525,00%
Osvaldo Cruz	—	113	157	66	176	111	-1,77%
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes							
Bastos	—	43	57	24	62	49	13,95%
Flórida Paulista	—	87	80	26	54	42	-51,72
Junqueirópolis	—	24	68	31	125	65	179,83%
Lucélia	—	134	130	48	99	90	-32,84%
Pacaembu	—	71	65	21	72	70	-1,41%
Panorama	—	—	4	18	56	40	900%
Parapuã	—	42	53	24	63	35	-16,67%
Rinópolis	—	19	49	28	88	54	184,21%
Tupi Paulista	—	—	88	39	108	70	-20,45%
Municípios com população até 10.000 habitantes							
Flora Rica	—	—	14	2	3	6	-57,14%
Herculândia	—	27	40	16	34	22	-18,52%
Iacri	—	—	40	8	25	17	-57,50%
Inúbia Paulista	—	—	—	—	—	—	—
Irapuru	—	—	17	25	50	35	105,88%
Mariápolis	—	—	22	8	4	12	-45,45%
Monte Castelo	—	—	21	10	22	7	-66,67%
Nova	—	—	15	3	9	4	-73,33%
Guataporanga	—	—	—	—	—	—	—
Ouro Verde	—	—	17	5	28	18	50%
Paulicéia	—	—	4	2	8	3	-25,00%
Queiroz	—	—	—	2	8	5	150%
Sagres	—	—	2	—	4	8	166,67%
Salmourão	—	—	15	7	11	12	-20,00%
Santa Mercedes	—	—	10	2	4	4	-60,00%
São João do Pau	—	—	8	4	15	9	12,50%
D'Alho	—	—	—	—	—	—	—
Total	27	1 008	1 683	764	1 776	1 458	

Tabela 23

Fonte: IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

ANEXO VI

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 1999

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO	14.900.43	126.191.83	175.079.23	316.171.49	340.281.49	9.250.64
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	29.07	71.94	196.19	297.2	294.86	4.669.06
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	18.4	34.54	115.68	168.62	163.02	4.875.91
Dracena	13.34	35.28	138.09	186.71	184.05	4.548.53
Oswaldo Cruz	20.88	50.84	93.27	165	162.98	5.503.29
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	150.87	32.17	78.05	261.1	260.33	12.686.12
Flórida Paulista	21.07	10.03	28.15	59.25	58.58	5.244.46
Junqueirópolis	12.46	7.63	49.93	70.02	70.36	4.129.78
Lucélia	14.04	24.55	51.14	89.74	88.82	4.854.97
Pacaembu	9.46	5.18	30.48	45.11	44.03	3.519.43
Panorama	3.8	12.98	31.37	48.16	49.21	3.621.35
Parapuã	26.05	9.38	31.31	66.73	66.15	5.950.02
Rinópolis	9.78	3.98	24.13	37.89	37.15	3.607.68
Tupi Paulista	10.22	8.16	37.3	55.68	54.44	4.087.02
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	4.26	3.33	4.89	12.48	12.49	5.800.28
Flora Rica	3.52	1.16	5.33	10.02	9.96	4.555.84
Herculândia	12.56	9.65	18.16	40.37	40.46	5.090.10
Iacri	19.83	3.41	16.45	39.7	39.63	5.832.89
Inúbia Paulista	6.45	1.02	10.54	18.01	18.63	5.612.31
Irapuru	9.14	2.4	16.72	28.25	27.83	3.714.24
Mariópolis	4.7	0.87	8.1	13.67	13.55	3.493.71
Monte Castelo	6.6	1.88	9.63	18.11	18.04	4.380.21
Nova Guataporanga	1.2	1.07	4.79	7.06	6.98	3.341.02
Ouro Verde	6.45	2.56	17.3	26.3	26.24	3.673.17
Paulicéia	4.34	3.6	11.1	19.04	19.29	3.674.22
Pracinha	1.62	0.37	3.36	5.35	5.37	3.744.75
Queiroz	15.35	4.34	7.02	26.71	26.73	12.373.45
Sagres	4.97	0.77	5.8	11.54	11.5	4.694.19
Salmourão	7.07	4.3	9.58	20.94	20.8	4.722.43
Santa Mercedes	2.66	1.11	6.31	10.08	10.02	3.564.15
São João do Pau D'Alho	2.2	3.25	5.82	11.27	11.16	5.053.53

Quadro 20

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2000

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO	13.922.53	145.440.68	181.210.70	340.573.91	370.818.39	9.919
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	33.69	95.22	194.00	322.90	319.62	5.026
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	16.25	43.95	114.10	174.29	169.69	5.052
Dracena	15.19	31.73	127.65	174.57	172.23	4.247
Oswaldo Cruz	13.23	65.61	92.92	171.76	169.54	5.709
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	165.39	28.53	79.04	272.96	271.49	13.126
Flórida Paulista	20.79	11.50	26.69	58.97	60.12	5.458
Junqueirópolis	12.99	8.71	51.50	73.19	73.43	4.329
Lucélia	13.02	30.36	50.62	94.01	98.29	5.357
Pacaembu	8.15	4.53	29.16	41.84	40.83	3.259
Panorama	5.80	14.42	33.29	53.50	54.73	3.985
Parapuã	24.21	11.85	30.10	66.16	66.27	5.979
Rinópolis	11.22	3.71	23.28	38.21	37.39	3.667
Tupi Paulista	10.71	9.54	36.93	57.18	56.03	4.233
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	5.12	2.81	4.91	12.85	12.86	5.912
Flora Rica	4.11	2.35	5.48	11.94	11.87	5.483
Herculândia	16.53	5.89	18.24	40.66	40.55	5.035
Iacri	23.10	3.36	16.94	43.39	43.32	6.402
Inúbia Paulista	5.43	1.13	12.24	18.79	19.45	5.865
Irapuru	7.09	2.36	15.60	25.05	24.68	3.333
Mariópolis	6.13	0.89	8.06	15.08	14.95	3.911
Monte Castelo	7.20	2.54	9.62	19.37	19.26	4.758
Nova Guataporanga	1.18	1.09	4.56	6.82	6.75	3.239
Ouro Verde	5.85	2.87	15.09	23.81	23.72	3.316
Paulicéia	5.90	3.48	11.47	20.84	21.54	4.007
Pracinha	1.81	0.98	3.24	6.02	6.03	4.219
Queiroz	21.08	3.06	7.83	31.97	31.89	14.588
Sagres	4.77	3.10	5.40	13.27	13.21	5.447
Salmourão	6.03	3.56	9.13	18.72	18.55	4.218
Santa Mercedes	2.98	1.13	5.95	10.07	10.02	3.589
São João do Pau D'Alho	2.58	2.31	5.49	10.38	10.27	4.802

Quadro 21

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2001

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO	24.273.72	155.291.54	196.212.91	375.778.18	400.629.08	10.547
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	46.18	104.47	200.85	351.5	342.5	5.349
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	27.34	49.33	127.77	204.44	195.89	5.805
Dracena	17.41	36.01	133	186.43	180.74	4.447
Oswaldo Cruz	20.44	66.63	88.03	175.1	171.96	5.775
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	220.27	28.73	85.45	334.45	331.2	15.888
Flórida Paulista	30.17	14.85	28.64	73.66	74.82	6.889
Junqueirópolis	17.47	10.35	55.01	82.84	82.16	4.867
Lucélia	15.03	26.4	51.23	92.66	91.36	4.965
Pacaembu	11.64	4.64	30.1	46.39	44.85	3.576
Panorama	6.52	12.99	33.09	52.59	52.74	3.800
Parapuã	32.5	14.65	32.32	79.47	79.55	7.200
Rinópolis	15.1	3.76	24.13	42.99	41.68	4.128
Tupi Paulista	14.58	9.72	38.48	62.78	60.97	4.636
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	8.7	2.49	5.34	16.54	16.54	7.533
Flora Rica	6.07	2.59	5.82	14.48	14.38	6.715
Herculândia	19.72	5.97	18.78	44.47	44.05	5.400
Iacri	30.51	3.67	16.82	51	50.84	7.545
Inúbia Paulista	8.25	1.24	13.68	23.17	23.79	7.182
Irapuru	8.08	2.29	15.54	25.91	25.32	3.460
Mariópolis	5.49	0.92	7.89	14.29	14.06	3.731
Monte Castelo	12.17	2.49	10.8	25.46	25.35	6.371
Nova Guataporanga	2.16	1.04	4.77	7.97	7.83	3.769
Ouro Verde	8.88	4.31	16.03	29.23	29.09	4.064
Paulicéia	7.48	3.72	12.73	23.94	24.84	4.515
Pracinha	2	0.79	3.21	6	6.09	4.273
Queiroz	31.41	4.41	9.27	45.08	44.94	20.314
Sagres	5.99	2.39	5.52	13.91	13.81	5.747
Salmourão	6.31	4.73	9.25	20.29	20.05	4.567
Santa Mercedes	4.25	1.11	6.34	11.7	11.64	4.199
São João do Pau						
D'Alho	5.78	3.16	6.05	14.99	14.81	7.159

Quadro 22

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2002

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO	32.519.50	169.062.16	213.733.26	415.314.92	438.148.30	11.353
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	49.50	123.85	214.99	388.34	374.54	5.809
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	39.41	51.97	141.80	233.17	221.86	6.544
Dracena	25.11	44.58	145.80	215.49	205.57	5.047
Oswaldo Cruz	21.89	71.96	95.81	189.66	185.36	6.208
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	255.36	35.80	97.02	388.18	382.65	18.213
Flórida Paulista	51.29	18.32	34.37	103.99	105.10	9.819
Junqueirópolis	20.95	13.49	62.38	96.81	95.51	5.684
Lucélia	26.71	31.28	59.47	117.46	112.94	6.119
Pacaembu	13.15	5.45	33.08	51.69	48.58	3.868
Panorama	6.48	14.49	35.86	56.83	56.96	4.062
Parapuã	41.05	21.43	37.18	99.67	99.15	9.002
Rinópolis	21.66	4.50	27.60	53.75	51.34	5.138
Tupi Paulista	16.16	12.56	42.28	70.99	67.43	5.160
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	14.57	6.44	7.16	28.17	28.19	12.717
Flora Rica	9.60	4.69	7.17	21.46	21.25	10.028
Herculândia	21.40	7.39	21.00	49.79	48.87	5.913
Iacri	39.87	3.61	19.44	62.91	62.52	9.318
Inúbia Paulista	10.46	1.83	15.23	27.52	28.18	8.520
Irapuru	9.81	2.51	16.56	28.88	27.89	3.859
Mariópolis	7.20	1.02	8.97	17.19	16.74	4.510
Monte Castelo	15.94	3.12	13.21	32.26	31.87	8.153
Nova Guataporanga	2.51	1.13	5.32	8.96	8.75	4.218
Ouro Verde	10.02	5.38	17.88	33.29	32.99	4.605
Paulicéia	7.78	4.91	14.39	27.08	27.50	4.884
Pracinha	4.46	1.34	4.00	9.80	9.95	6.996
Queiroz	32.10	5.20	10.10	47.41	47.11	21.051
Sagres	7.13	2.00	6.13	15.26	15.06	6.335
Salmourão	13.97	4.83	11.26	30.06	29.64	6.762
Santa Mercedes	5.07	1.17	7.09	13.34	13.23	4.806
São João do Pau						
D'Alho	6.93	5.01	6.90	18.84	18.55	9.285

Quadro 23

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2003

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO	36.364.79	206.698.86	229.025.66	472.089.31	494.813.62	12.619.36
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	70.87	129.8	231.97	432.64	421.78	6.495.25
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	38.42	66.42	151.69	256.52	245.11	7.196.30
Dracena	28.48	42.43	151.75	222.65	215.45	5.277.64
Oswaldo Cruz	32.16	187.14	115.11	334.41	328.51	10.972.27
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	342.27	33.65	107.03	482.95	477.38	22.542.25
Flórida Paulista	52.78	25.46	35.69	113.93	114.53	10.861.68
Junqueirópolis	26.62	23.71	58.35	108.67	107.73	6.441.51
Lucélia	29.01	39.37	60.99	129.38	129.94	7.018.44
Pacaembu	14.22	5.08	34.38	53.68	51.6	4.102.16
Panorama	7.5	12.43	47.76	67.69	67.64	4.772.56
Parapuã	53.67	15.6	37.7	106.97	106.69	9.718.46
Rinópolis	20.05	4.24	28.5	52.79	51.02	5.159.77
Tupi Paulista	20.93	10.33	43.37	74.63	71.94	5.541.61
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	14	0.9	6.6	21.5	21.56	9.627.34
Flora Rica	8.4	5.32	7.17	20.89	20.74	9.895.62
Herculândia	37	6.81	23.41	67.23	66.62	7.954.57
Iacri	47.6	3.62	20.32	71.55	71.33	10.677.01
Inúbia Paulista	8.94	1.39	13.91	24.24	25.04	7.580.31
Irapuru	11.32	2.44	17.7	31.46	30.8	4.316.18
Mariópolis	8.35	1.13	9.47	18.95	18.57	5.081.90
Monte Castelo	20.13	4.53	12.25	36.91	36.77	9.581.99
Nova Guataporanga	1.89	1.23	5.75	8.88	8.73	4.218.78
Ouro Verde	11.6	3.1	18.95	33.64	33.45	4.664.62
Paulicéia	7.03	3.53	14.95	25.52	25.63	4.450.16
Pracinha	3.33	1.37	3.99	8.68	8.7	6.136.93
Queiroz	41.87	1.23	10.61	53.72	53.51	23.623.41
Sagres	7.46	0.95	6.33	14.74	14.6	6.205.77
Salmourão	13.39	1.39	11.21	25.99	25.66	5.863.10
Santa Mercedes	5.39	1.3	7.31	13.99	13.92	5.095.23
São João do Pau						
D'Alho	7.9	0.82	6.95	15.67	15.41	8.000.85

Quadro 24

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.

Nova Alta Paulista: PIB Municipal e renda per capita – 2004

Municípios	Valor Adicionado				PIB (1) (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)	Total (em milhões de reais)		
ESTADO DE SÃO PAULO (2000)	33.552.94	238.016.43	242.978.99	514.548.36	546.606.82	13.725.14
Município com mais de 50.000 habitantes						
Tupã	90.74	143.57	250.13	484.44	471.36	7.208.65
Municípios com mais de 20.000 habitantes						
Adamantina	38.59	73.46	159.92	271.97	258.44	7.552.72
Dracena	29.49	46.77	162.74	239.01	229.12	5.600.11
Oswaldo Cruz	34.99	89.83	109.86	234.68	228.22	7.601.35
Municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes						
Bastos	465.80	40.08	133.22	639.11	634.54	29.730.68
Flórida Paulista	50.89	30.29	39.35	120.54	121.18	11.667.48
Junqueirópolis	34.03	28.08	63.55	125.67	124.66	7.489.95
Lucélia	28.61	40.85	64.90	134.36	130.97	7.053.24
Pacaembu	17.02	5.81	37.17	60.00	57.49	4.564.18
Panorama	9.74	12.90	41.30	63.95	63.01	4.400.78
Parapuã	66.02	19.75	41.39	127.15	127.65	11.664.59
Rinópolis	23.37	5.28	31.03	59.68	57.90	5.916.23
Tupi Paulista	24.43	11.44	46.18	82.05	79.26	6.145.64
Municípios com população até 10.000 habitantes						
Arco Íris	36.40	1.25	10.08	47.73	47.77	21.137.25
Flora Rica	9.21	4.11	7.05	20.38	20.24	9.765.84
Herculândia	46.33	8.82	26.67	81.81	80.90	9.537.56
Iacri	67.01	4.47	24.37	95.85	95.46	14.350.12
Inúbia Paulista	8.70	1.58	15.02	25.30	26.20	7.940.32
Irapuru	11.21	2.72	18.40	32.33	31.83	4.517.19
Mariópolis	9.30	1.17	10.29	20.76	20.34	5.652.89
Monte Castelo	23.35	4.51	13.56	41.43	41.20	10.940.35
Nova Guataporanga	2.40	1.31	5.94	9.65	9.49	4.599.30
Ouro Verde	14.90	3.28	19.78	37.96	37.68	5.250.45
Paulicéia	8.34	4.68	15.72	28.74	29.21	4.959.65
Pracinha	3.62	1.31	4.03	8.97	8.98	6.348.15
Queiroz	50.82	1.40	12.98	65.20	65.01	28.365.89
Sagres	8.39	1.01	6.71	16.11	16.00	6.872.04
Salmourão	15.77	1.45	12.62	29.84	29.42	6.733.31
Santa Mercedes	6.49	1.38	7.74	15.61	15.47	5.705.51
São João do Pau D'Alho	7.29	0.91	7.04	15.24	15.01	8.092.25

Quadro 25

Fonte: Seade e IBGE. Org.: Izabel Castanha Gil/2007

(1) O PIB do Município é estimado subtraindo do VA total o *dummy* financeiro e somando os impostos.